

**Serviço Social e Ambiente: a sustentabilidade ecológica das
comunidades socialmente vulneráveis**

Helena Maria Belchior Campos Costa Lourenço Rocha

Tese Submetida como Requisito Parcial para a Obtenção do Grau de
Doutor em Serviço Social

Orientador:

Doutor Jorge Manuel Leitão Ferreira, Professor Auxiliar
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro de 2015

**Serviço Social e Ambiente: a sustentabilidade ecológica das
comunidades socialmente vulneráveis**

Helena Maria Belchior Campos Costa Lourenço Rocha

Tese Submetida como Requisito Parcial para a Obtenção do Grau de
Doutor em Serviço Social

Júri:

Doutora Helena Maria Barroso Carvalho, Professora Auxiliar com agregação do ISCTE
– Instituto Universitário de Lisboa (Presidente)

Doutor António López Peláez, Professor Catedrático de Universidad, Departamento de
Trabajo Social de la Facultad de Derecho de la Universidad Nacional de Educacion a
Distancia, Espanha

Doutora Marília de Carvalho Seixas Andrade, Professora Catedrática Convidada da
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Doutora Maria Emília Freitas Ferreira, Professora Catedrática Convidada da
Universidade Lusófona do Porto

Doutor António Manuel Hipólito Firmino da Costa, Professor Catedrático do ISCTE –
Instituto Universitário de Lisboa

Doutor Jorge Manuel Leitão Ferreira, Professor Auxiliar do ISCTE – Instituto
Universitário de Lisboa (Orientador)

Outubro de 2015

Resumo

«Serviço Social e Ambiente: a sustentabilidade ecológica das comunidades socialmente vulneráveis», consolidou um processo de pesquisa em Serviço Social, cujo objectivo geral foi analisar o conceito de eco-bairro e a intervenção do Serviço Social, numa visão multifocal através de uma abordagem de *empowerment*, em que as comunidades e os seus parceiros sejam co-autores num processo participativo de construção colectiva de modelos de desenvolvimento integrado e sustentável.

Procuramos identificar as competências básicas necessárias para a prática ambiental no domínio do Serviço Social e conhecer como a intervenção dos assistentes sociais se destaca em *networking*, no envolvimento dos vários sectores das comunidades vulneráveis e compreender a sua importância para desenvolvimento sustentável.

Na metodologia optou-se pelo paradigma interpretativo e por um estudo de natureza explicativa e misto, de pesquisa no terreno, utilizando métodos quantitativos e qualitativos, como a observação não participante, inquérito por questionário e entrevistas semi-directivas.

Como resultados destacamos que o Serviço Social estabelece uma forte ligação com o ambiente e o desenvolvimento sustentável, como profissão e como disciplina académica. O seu foco nos direitos humanos, justiça social e desenvolvimento de comunidades cria uma base sólida sustentada em intervenções participativas e em processos internacionais para uma prática ambiental.

Concluimos ainda que a possibilidade de criação de um modelo de Serviço Social que valorize, de forma particular, a inter-relação das dimensões sociais e ambientais constitui uma mais-valia para a profissão, dado o seu carácter interventivo e o seu significado social.

Por conseguinte, a prática de intervenção, em simultâneo com investigação, dá aos profissionais a oportunidade de reflectir e inovar no seu fazer profissional e idealmente situados para prosseguir com as questões da justiça ambiental e promover o desenvolvimento sustentável, uma tarefa complexa dadas as estruturas sociais que separam os indivíduos do seu ambiente físico.

Palavras-chave: Comunidade, Ecologia, Serviço Social, Sustentabilidade, Vulnerabilidade.

Abstract

“Social Work and Environment: ecological sustainability of socially vulnerable communities” has consolidated a research process in Social Work, in which the main objective was to analyse the concept of eco-neighbourhood and the intervention of Social Work through a multifocal vision with empowerment approach, where communities and its partners are co-authors in a participatory process for the collective construction of models for an integrated and sustainable development.

We tried to identify the basic skills needed for an environmental practice in the Social Work domain and to understand how the practice of social workers excels in networking, and in the involvement of various sectors of vulnerable communities and its importance to sustainable development.

The methodology chosen was the interpretative paradigm and a study of explanatory and mixed nature of field research, using quantitative and qualitative methods, such as non-participant observation, questionnaire survey and semi-structured interviews.

The results highlight that social work establishes a strong link with the environment and sustainable development, as a profession and as an academic discipline. Its focus on human rights, social justice and community development creates a solid foundation for sustained participatory interventions and international processes for environmental practice.

We conclude also that the possibility of creating a model of social work that values in a special way the interrelationship of social and environmental dimensions is an asset to the profession given its interventionist character and its social significance.

Therefore, the practice of intervention, along with research, gives professionals the opportunity to reflect and innovate in their professional practice and positioning them to pursue the issues of environmental justice and to promote sustainable development, which is a complex challenge due to the social structures that separate people from the physical environment.

Key words: Community, Ecology, Social Work, Sustainability, Vulnerability.

Agradecimentos

Quando chegamos ao final de uma tese de doutoramento durante a qual sentimos, muitas vezes, ser um trabalho individual e solitário, percebemos que a sua conclusão só foi possível com a colaboração de um vasto número de pessoas, desde professores a familiares, amigos, colegas, especialistas e todo um universo de instituições e serviços, que nos apoiaram, com informações, recursos ou simplesmente uma palavra amiga.

À Professora Marina Antunes, por me ter dado a oportunidade de trabalhar no projecto “Parcerias para a Regeneração Urbana da Quinta da Mina, cidade para todos” que me permitiu usufruir de uma aprendizagem personalizada e prática com a equipa do CITAD. Ao Professor Rodrigo Ollero, Arq. Joana Leitão e Arq. Simone que foram uma preciosa ajuda e com quem foi uma honra trabalhar.

Ao CIES (ISCTE-IUL) na pessoa do Professor Fernando Luís pelas excelentes condições de acolhimento que me propiciou para o desenvolvimento desta investigação, assim como toda a equipa.

Ao ISCTE-IUL pela bolsa de investigação interna que me permitiu desenvolver competências noutras áreas e partilhar com colegas de outros cursos de doutoramento (Marta Bicho, Helena Rodrigues, João Guerreiro, Catarina Carnaz, Marta Sampayo, Rita e Susana Mourão) uma experiência que jamais esquecerei. À Professora Filomena Almeida por todo apoio e confiança e ao secretariado do LLCT, Filipa Severiano, pelo profissionalismo e carinho.

Destaco a Câmara Municipal do Barreiro, nas pessoas da Senhora Vice-Presidente Eng.^a Sofia Martins, da Sr.^a Vereadora Regina Janeiro, da Dr.^a Apolónia Teixeira, da Dr.^a Célia Gaudêncio e do Arqt. Mário Nunes, a Gebalis, na pessoa do Dr. Luis Natal Marques (ex-presidente), o Arquitecto Rui Franco, GABIP, Junta de Freguesia de Benfica Dra. Isabel Drummond, Camara Municipal de Lisboa, Dra. Isabel Santana, Junta de Freguesia de Santo António, Sr. Figueira, Associação de Moradores da Boavista, Sr.^a D. Gilda, City Hall Stockolm, Dr.^a Lotta Viden e Gabinete Hammarby, Dr. Erik Freudenthal que nunca deixaram de me apoiar directa ou indirectamente com todas as informações e dados que solicitei.

Ao meu orientador Professor Doutor Jorge Ferreira, a minha total gratidão, por ter apoiado o meu projecto, pelas suas ideias e críticas sempre pertinentes e pela sua disponibilidade. Enalteço não só os ensinamentos e reflexões ímpares, sempre sábias e

pacientes relativamente às dúvidas que a pesquisa me ia colocando, mas também a exigência desafiadora com que me orientou, levando-me sempre a procurar ir mais além no sentido da clareza e do rigor, mas também pelo companheirismo evidenciado nos momentos mais difíceis, próprios deste percurso. Expresso-lhe também a minha gratidão por todas as oportunidades de aprendizagem e de trabalho que me tem proporcionado, que em muito me tem enriquecido.

Aos meus amigos/as Inês, Júlia, Maria Luís, Elsinha, Ângela, Fé, Ivo e Carla, Nuno, Cristina, Maria, Patrícia, Rita, Pedro, Mónica e Luís pela força, pelo apoio, pela amizade. À minha Joãozinha por ser tão especial.

À minha colega e amiga Paula Ferreira, companheira desta jornada e sempre presente em todos os momentos.

À Catarina, pela constantes palavras de força, nas minhas madrugadas de trabalho e à minha neta Leonor por ter vindo dar uma nova cor à minha vida.

À minha mãe que soube entender a minha ausência e desde o início até à conclusão deste trabalho esperou, esperou e esperou, pela minha companhia.

À minha filha Magda pela ajuda e incentivo, por aguentar os meus momentos de ansiedade e stress, por todo o seu amor e paciência.

A Deus...porque acredito!

Agradecimento Especial - O agradecimento mais profundo é para ti Eduardo, sempre ao meu lado, nos momentos mais difíceis, que não foram raros estes últimos anos, com palavras e actos de incentivo, acreditando em mim, muitas vezes, mais do que eu.

Dedicatória

Pelo futuro da minha neta Leonor!

In memoriam ao meu Pai e
à minha Tia Suzette Castelo Branco Bichão (AS)
com muito amor!

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAE – Avaliação Ambiental Estratégica
AEA – Agência Europeia do Ambiente
AIA – Avaliação de Impacte Ambiental
AML – Área Metropolitana de Lisboa
ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias
ANMP – Associação Nacional de Municípios
ARA – Fundo Nacional de Habitação
ARAVA – Fundo de Habitação
ARMABB – Associação de Moradores do Bairro da Boavista
APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento
ASPA – Allocation de Solidarité aux Personnes Agées
ATL – Actividades Tempos Livres
BB – Bairro da Boavista
BEI – Banco Europeu de Investimento
BIP-ZIP – Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa
BQM – Bairro Quinta da Mina
CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CCDR-LVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Lisboa e Vale do Tejo
CCRE – Conselho dos Municípios e Regiões da Europa
CCX – Chicago Climate Exchange
CEE – Comunidade Económica Europeia
CEQ – Council on Environmental Quality
CERCIMB - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas da Moita e Barreiro CRL
CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia
CITAD – Centro de Investigação em Território, Arquitectura e Design
CITES – Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção
CLAS – Conselho Local de Acção Social
CLASB – Conselho Local de Acção Social do Barreiro
CLDS – Contratos Locais de Desenvolvimento Social

CLISSIS – Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social
CMB – Câmara Municipal do Barreiro
CML – Câmara Municipal de Lisboa
CNA – Comissão Nacional do Ambiente
CNADS – Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável
CNAF - Caisse Nationale d'Assurance
CNAV – Caisse Nationale d'Assurance Vieillesse
COP – Conference of the Parties
CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco
CQNUAC – Convenção do Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas
CR – Constituição da República
CRIL – Circular Regional Interior de Lisboa
CRP – Constituição da República Portuguesa
CSF/CSFI – Comissões Sociais de Freguesia e/ou Interfreguesia
CSI – Complemento Solidário para Idosos
CSN – Carta Social Nacional
CSR – Carta Social Regional
DDP – Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais
DS – Diagnósticos Sociais
EEDS – Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável
EEE – Espaço Económico Europeu
ELO – Equipa Local de Intervenção
EMSA – Agência Europeia de Segurança Marítima
ENSACT – European Network for Social Action
ENDS – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
ENPNIS – Estratégia Nacional para a Protecção Nacional e Inclusão Social
ESTEJO - O Estuário do Tejo e as suas áreas ribeirinhas: estratégias para a sua sustentabilidade
EUA – Estados Unidos da América
FAO – Food and Agriculture Organization
FCM – Fundo de Coesão Municipal
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FSE – Fundo Social Europeu
FSM – Fundo Social Municipal

GABIP – Gabinete do bairro de Intervenção Prioritária
GAS – Gabinete de Acção Social
GEBALIS – Gestão de Bairros Municipais de Lisboa
GIP – Gabinetes de Inserção Profissional
GOP – Grandes Opções do Plano
GSCC – General Social Care Council
GTL – Gabinetes Técnicos
HLM – Longements à Loyers Moderés
ICSW – Conselho Internacional de Bem-Estar Social
IDT – Instituto da Droga e Toxicodependência
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional
IFSW-FITS – Federação Internacional de Serviço Social
IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana
INE – Instituto Nacional de Estatística
IPCC – Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas
IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social
ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
ISCTE – IUL - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto
Universitário de Lisboa
ISS – Instituto de Segurança Social
ITI – Investimento Territorial Integrado
JNICT – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica
LBA – Lei de Bases do Ambiente
LLCT – Laboratório de Linguas e Competências Transversais
LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil
LPN – Liga para a Protecção da Natureza
MAOT – Ministério do Ambiente e Ordenação do Território
NAV-Office – Norwegian Labour and Welfare Administration
NEPA – National Environment Policy Act
NIC – Núcleo de Intervenção Comunitária
NUT III – Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos
OE – Orçamento de Estado
ONG's – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas

PAN – Partido dos Animais e da Natureza
PDM – Plano Director Municipal
PDS – Planos de Desenvolvimento Social
PEH – Plano Estratégico de Habitação
PER – Programa Especial de Realojamento
PERSONA – Associação de Apoio a Doentes Mentais
PIB – Produto Interno Bruto
PIEC – Programa para a Inclusão e Cidadania
PIENDS – Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
PIMP – Programa de Intervenção de Médio Prazo
PIN – Potencial Interesse Nacional
PNAC – Plano Nacional de Alterações Climáticas
PNAI – Plano Nacional de Acção para a Inclusão
PNALE – Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão
PNPOT – Plano Nacional de Planeamento e Ordenamento de Território
PNUA – Programa das Nações Unidas para o Ambiente
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POLIS XXI – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades
PORLisboa – Programa Operacional Regional de Lisboa
POPH – Programa Operacional Potencial Humano
POP’s – Poluentes Orgânicos Persistentes
POR – Programa Operacional Regional
PORL – Programa Operacional Regional de Lisboa
PPP – Políticas, Planos e Programas
PRAUD – Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas
PRID – Programa de Recuperação de Imóveis Degradados
PRU – Programa de Reabilitação Urbana
PROT-AML – Plano Regional de Orçamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa
PROHABITA – Programa de Financiamento para acesso à Habitação
PROREABILITA – Programa de Apoio ao Arrendamento de Imóveis
PRS – Programa Rede Social
PSP – Polícia de Segurança Pública

QCA – Quadros comunitários de Apoio
QEC – Quadro Estratégico Comum
QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional
RECRIA – Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados
RECRIPH – Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal
REHABITA – Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas
REOT – Relatório Estratégico de Ordenamento do Território
RLVT – Região de Lisboa e Vale do Tejo
RMG – Rendimento Mínimo Garantido
RSI – Rendimento Social de Inserção
RUMO – Cooperativa de Solidariedade Social
SAAI – Sistema de Atendimento e de Acolhimento Integrado
SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local
SAII – Projecto de Responsabilidade Organizacional e Social
SAHLM – Sociedades Anónimas de Habitação de Baixa Renda
SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
SEM – Empresas Locais de Economia Mista
SGQ – Sistema de Gestão da Qualidade
SOLARH – Sistema de Solidariedade de Apoio à Recuperação de Habitação
SSCML – Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa
STAPA – Sistema de Atendimento Permanente
SPL – Société Publique Local
TUE – Tratado da União Europeia
UE – União Europeia
UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza e dos seus Recursos
ULL – Universidade Lusfada de Lisboa
UNCED – United Nations Conference on Environment and Development
UNECE – Convenção de Avaliação de Impactes Ambientais
UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
VPO - Protecção Oficial de Habitação
WCED – World Commission on Environment and Development
WMO – World Meteorological Organisation
WWF – WorldWide Fund for Nature
WWFA – Water Wells for África

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	XI
ÍNDICE DE QUADROS	XIX
ÍNDICE DE FIGURAS	XXI
INTRODUÇÃO.....	1
CAPITULO I – SERVIÇO SOCIAL E AMBIENTE.....	7
1. Dimensões conceptuais	17
2. Perspectiva Ecológica articulada ao Urbanismo	21
3. Políticas ambientais e questões urbanas	23
3.1 A questão do ambiente e do desenvolvimento sustentável.....	26
3.2 Movimentos Ecológicos	29
3.3 Política ambiental em Portugal.....	30
3.4 Aplicabilidade das medidas no quadro Nacional	36
3.5 A Habitação Social – Programas	40
4. Paradigma Ecológico (Ecologia Social, Comunitária, Dependência de Recursos).....	52
CAPITULO II - DESENVOLVIMENTO LOCAL, SOCIAL & SUSTENTABILIDADE.....	59
1. Comunidades Vulneráveis e perspectiva ecológica para a intervenção do Serviço Social	68
2. A perspectiva ecológica do Serviço Social em Comunidades Vulneráveis.....	81
3. O local: Acção Social e campos de intervenção do Serviço Social.....	84
4. Uma Visão Multifocal em Serviço Social na intervenção local	108
CAPITULO III – METODOLOGIA	123
1. Descrição do campo empírico	125
2. Método científico.....	127
3. Universo e Amostra.....	128
4. Técnicas de recolha e tratamento e análise dos dados	131
5. Limitações do Estudo	137
CAPITULO IV- ECO-BAIRROS/ECOVILAS	139
1. Serviço Social, ecologia e territórios de intervenção.....	159
2. Análise Internacional –Hammarby Sjostad – Jarva.....	162
2.1. Hammarby Sjöstad	164
2.2. JARVA	176

3.	Análise Nacional - Eco-bairros em Portugal - Boavista e Quinta da Mina/Cidade Sol)	188
3.1.	Bairro da Boavista	188
3.2.	Quinta da Mina /Cidade Sol no Barreiro	204
3.3.	Análise e discussão dos resultados dos questionários aplicados aos residentes dos Bairros (Bairro Quinta da Mina e Bairro da Boavista)	209
3.4.	Sistematização de práticas do Serviço Social em eco-bairros	236
CAPÍTULO V – PRÁTICAS DE SERVIÇO SOCIAL EM COMUNIDADES VULNERÁVEIS		241
1.	Modelos de Intervenção Comunitária em Serviço Social.....	244
2.	A prática do assistente social em Comunidades Vulneráveis.....	252
3.	Um modelo socio-ambiental de intervenção eco-social	312
4.	Perspectivas do modelo eco-social aplicadas ao Serviço Social	329
CONCLUSÕES.....		333
BIBLIOGRAFIA		341
ANEXOS		I
ANEXO 1- QUADRO 1.....		III
ANEXO 2 – QUADRO 2A.....		VII
ANEXO 3 - CRONOLOGIA DAS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO EM PORTUGAL E NA EUROPA.....		X
ANEXO 4 - QUESTIONÁRIO		XI
ANEXO 5 – GUIÃO DE ENTREVISTA – ASSISTENTES SOCIAIS.....		XVII
ANEXO 6 – GUIÃO DE ENTREVISTA – DECISORES POLÍTICOS.....		XVIII
ANEXO 7 – FOTOGRAFIAS DOS BAIROS INTERNACIONAIS.....		XIX
ANEXO 8 – QUADROS DE ANÁLISE DE RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO		XXIII
ANEXO 9 – GRELHA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO		XXVII

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro I.1 – Comparação das Dimensões do Serviço Social: as visões pioneiras de Richmond e Addams	11
Quadro I.2 – Principais enfoques sobre o debate actual da perspectiva ecológica em Serviço Social.....	16
Quadro I.3 – Marcos históricos na evolução AAE.....	36
Quadro III.1– Construção da amostra.....	132
Quadro IV.4 - Número de filhos.....	211
Quadro IV.5- Habilitações literárias.....	212
Quadro IV.7- Tempo de residência	213
Quadro IV.9- Formas de participação desenvolvidas no bairro (respostas múltiplas).....	214
Quadro IV.10 - Conhecimento do projecto eco-bairro.....	215
Quadro IV.11 - Concordância com o projecto eco-bairro	215
Quadro IV.13 - Problemas ambientais percebidos (respostas múltiplas)	217
Quadro IV.14 - Medidas de discriminação - Total.....	218
Quadro IV.15 - Medidas de discriminação - BQM	220
Quadro IV.16 - Medidas de discriminação - BB	221
Quadro IV.17 – Grau de gravidade dos problemas do meio ambiente	222
Quadro IV.18 - Questões ambientais (respostas múltiplas)	222
Quadro IV.25 - Formas de ocupação de Tempos Livres (respostas múltiplas).....	227
Quadro IV.26 - Atendido por assistente social.....	227
Quadro IV.29 - Influência da Acção Social	229
Quadro IV.30 - Actividades desenvolvidas.....	230
Quadro IV.31 - Expectativas acerca do projecto regeneração do bairro (respostas múltiplas).....	230
Quadro V.1 – Modelos de trabalho comunitário	246
Quadro IV.1- Caracterização sociodemográfica - Idade	xxiii
Quadro IV.2- Caracterização sociodemográfica - Estado civil	xxiii
Quadro IV.3- Composição do agregado familiar	xxiii
Quadro IV.6- Situação laboral.....	xxiii
Quadro IV.8 - Motivos para morar no Bairro.....	xxiv

Quadro IV.12 – Existência de problemas ambientais.....	xxiv
Quadro IV.19 - Sugestões para diminuir comportamentos negligentes (respostas múltiplas).....	xxiv
Quadro IV.20 - Formas de participação desenvolvidas (respostas múltiplas)	xxiv
Quadro IV.21 - Intenção de participação (respostas múltiplas)	xxv
Quadro IV.23 - Motivos para um bairro agradável (respostas múltiplas).....	xxv
Quadro IV.24 - Motivos para um bairro desagradável (respostas múltiplas).....	xxv
Quadro IV.27 - Razões de pedidos de apoio a Assistente Social.....	xxv
Quadro IV.28 - Tipo de apoio recebido.....	xxvi
Quadro IV.32 - Disposição para participar na regeneração do bairro.....	xxvi

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura I.1- Ciclo de programação da Política de Coesão 2007-2013	46
Figura I.2- Indivíduo - dinâmica das interações	56
Figura II.1- Visão Multifocal vs Teorias Sociais	112
Figura II.2- Visão Transaccional.....	113
Figura II.3 - Princípios da Prática do Empowerment	121
Figura III.1- Modelo de Análise	124
Figura III.2- Critérios de selecção dos casos de estudo.....	129
Figura IV.1 - Terreno do Bairro em 1938	189
Figura IV.2 - Capela do Bairro da Boavista	191
Figura IV.3 - Registos do relatório de actividades sociais do bairro ao ano 1942 e 1943, assinalados pela assistente social.....	193
Figura IV.4 - Segunda fase de implementação – 1945 a 1960 (Planta do Bairro)	194
Figura IV.5- Caracterização sociodemográfica - Idade.....	210
Figura IV.6- Estado civil - Total	210
Figura IV. 7 - Composição do agregado familiar – Total	211
Figura IV.8 - Situação laboral – Total.....	212
Figura IV.9 - Motivos para morar no bairro – Total	213
Figura IV.10 – Existência de problemas ambientais	216
Figura IV.11 - Problemas ambientais percebidos (respostas múltiplas).....	217
Figura IV.12 - Amostra Total: medidas de discriminação	219
Figura IV.13 – BQM medidas de discriminação	220
Figura IV.14 – BB medidas de discriminação.....	221
Figura IV.15 – Questões ambientais – Total	223
Figura IV.16 - Sugestões sobre problemas ambientais – Total	224
Figura IV.17 - Formas de participação – Total	224
Figura IV.18 - Intenção de participação – Total.....	225
Figura IV.19 - Motivos para considerar o bairro agradável – Total.....	226
Figura IV.20 - Motivos para considerar o bairro desagradável – Total.....	226
Figura IV.21 - Razões de pedidos de apoio à (ao) Assistente Social – Total.....	228
Figura IV.22 – Tipo de apoio recebido– Total	228

Figura IV.23 - Avaliação da influência da Acção Social: comparação dos dois bairros ..	229
Figura IV.24 - Disposição para participar na regeneração do bairro – Total	231

INTRODUÇÃO

A presente investigação sistematiza conhecimento em Serviço Social nas questões ambientais e ecológicas, compreendendo a importância da constituição de comunidades em contextos socialmente vulneráveis através de modelos de intervenção integrados, segundo uma visão multifocal (Lee, 2001), aliada à abordagem de *empowerment*, bem como propor a construção de um modelo sócio ambiental para o Serviço Social na contemporaneidade, promotor da sustentabilidade ecológica, bem estar e integração social, no quadro das transformações sócio-urbanísticas.

Iniciamos o estudo segundo o princípio de que o Serviço Social tem, nas questões ambientais, um espaço tão privilegiado quanto nas demais questões que tradicionalmente fazem parte do seu campo profissional e de estudo. Iamamoto diz que “As possibilidades estão na realidade (...). Cabe aos profissionais apropriarem-se destas possibilidades e como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projectos e frentes de trabalho.” (Iamamoto, 2003:21)

Uma vez que as questões ambientais, pela sua amplitude, estão associadas às problemáticas dos direitos humanos, da cidadania, das questões das minorias, do direito à vida e à liberdade e da responsabilidade individual, torna-se premente repensar a estratégia de intervenção do assistente social e como podemos contribuir para “um profissional de novo tipo, comprometido com sua actualização permanente, capaz de sintonizar-se com o ritmo das mudanças que presidem o cenário social contemporâneo em que “tudo que é sólido, desmancha do ar” (...) Profissional “que também seja um pesquisador”, que invista na sua formação intelectual e cultural e no acompanhamento histórico-conjuntural dos processos sociais para deles extrair potenciais propostas de trabalho, ali presentes como possibilidades, transformando-as em alternativas profissionais e reforçando o pensamento de Iamamoto incorporar a “pesquisa como actividade constitutiva do trabalho profissional, acumulando dados sobre as múltiplas expressões da questão social, campo em que incide o trabalho do assistente social” (Iamamoto, 2000:145).

Partimos para o estudo elaborando as seguintes questões: que relações existem entre o Serviço Social e as questões ambientais? Justifica-se a intervenção do assistente social nesse campo? E qual o contributo do Serviço Social em equipas multidisciplinares nos projectos sócio-ambientais?

É igualmente importante evidenciar que o interesse pela elaboração desta investigação advém, ainda, da consciência da “imprescindibilidade de análises críticas e propositivas sobre o agir, bem como da urgência da produção de conhecimentos na área de Serviço Social que qualifiquem simultaneamente o ensino e a prática de terreno (...)” (Andrade, 2001:218), sendo escassa a de produção científica do Serviço Social relativamente às questões ambientais ligadas à intervenção comunitária.

A questão ambiental analisada no contexto do desenvolvimento sustentável pode introduzir mudanças significativas no cenário social e académico e aponta para a necessária abordagem interdisciplinar e crítica do processo. Perante os desafios éticos e operacionais, que emergem do imperativo de se procurar um desenvolvimento sustentável em todas as dimensões (económica, social, político-institucional, cultural, ecológica, territorial, humana), surge como pertinente a reflexão conceptual sobre desenvolvimento sustentável, meio ambiente e interdisciplinaridade, que esta investigação pretendeu levar a cabo.

A aplicação de uma visão multifocal (Lee, 2001), conectando as questões da modernidade e da contemporaneidade, possibilita um novo olhar para o Serviço Social, permite vislumbrar o todo e, ao mesmo tempo, intervir na configuração particular das necessidades de cada indivíduo.

Assim, surge a pergunta de partida: de que modo a intervenção do Serviço Social segundo uma perspectiva multifocal promove a sustentabilidade ecológica das comunidades socialmente vulneráveis?

A sustentabilidade ecológica das comunidades constitui o objecto de estudo desta investigação que tem como objectivo geral:

- Analisar o conceito de eco-bairro e a intervenção do Serviço Social, numa visão multifocal através de uma abordagem de *empowerment*, em que as comunidades e os seus parceiros sejam co-autores num processo participativo de construção colectiva de modelos de desenvolvimento integrado e sustentável.

E como objectivos específicos:

- Sistematizar as dimensões conceptuais sobre a sustentabilidade ecológica das comunidades integradoras;
- Analisar e interpretar dimensões de sustentabilidade a partir de programas de intervenção comunitária em territórios socialmente vulneráveis;

- Construir indicadores de Serviço Social e sustentabilidade ecológica em comunidades socialmente vulneráveis;
- Procurar definir um modelo de intervenção sócio ambiental (ecosocial) em Serviço Social aplicado à integração e capacitação (*empowerment*) de comunidades socialmente vulneráveis.

Que dá lugar às seguintes proposições:

- As práticas sócio-ambientais em Serviço Social realizam acções de mobilização, organizam e capacitam as populações, promovendo a sua integração comunitária.
- A realidade social das comunidades manifesta e traduz as necessidades e interesses dos sujeitos de atenção bem como a relação com a dimensão operativa das respostas sociais desenvolvidas pelo Serviço Social.

Tais questões operacionalizam-se no estudo das comunidades em contextos socialmente vulneráveis através de um modelo de intervenção integrado, constituindo este o campo empírico.

A partir deste enfoque organizamos o processo de pesquisa em quatro eixos de análise, que constituem as bases do enquadramento teórico:

- O contexto histórico-cultural da globalização (características de incerteza, risco, confrontação entre local e global), produção de desigualdades e de contextos e comunidades socialmente vulneráveis.
- O contexto de intervenção sócio-ambiental e territorial urbana (instituições, grupos e pessoas que trabalham no terreno da luta contra a pobreza e exclusão social aliadas às questões ambientais e às práticas sócio-ambientais)
- O contexto político institucional da intervenção sócio-ambiental do assistente social, processos participativos e integrados de desenvolvimento comunitário global e sustentado, interactivos e alternativos às políticas públicas e capazes de se multiplicar espontaneamente, a partir das dinâmicas e realidades locais, experiências concretas na constituição de políticas sociais e ambientais
- Os sujeitos de atenção profissional (as suas necessidades, interesses, formas de interacção, cultura e modos de vida).

O processo de investigação orientou-se pelo paradigma interpretativo, e por uma abordagem de natureza explicativa e mista, de pesquisa no terreno, utilizando métodos

quantitativos e qualitativos, como a observação não participante, inquérito por questionário e entrevistas semi-directivas.

O universo observável foi constituído por projectos de intervenção sócio-ambiental em bairros ou outras comunidades socialmente vulneráveis, com a presença de assistentes sociais, em equipas multidisciplinares.

A unidade de observação foi determinada de forma sistemática e intencional, tendo sido aplicadas as técnicas de recolha de dados a responsáveis institucionais, assistentes sociais e moradores dos bairros.

Percebemos que a possibilidade de criação de um modelo de Serviço Social que valorize, de forma particular a inter-relação das dimensões sociais e ambientais constitui uma mais valia para a profissão, dado o seu carácter interventivo e o seu significado social. Por conseguinte, a prática de intervenção, em simultâneo com investigação, dá aos profissionais a oportunidade de reflectir e inovar no seu fazer profissional.

Este trabalho é composto por cinco capítulos. No Capítulo I apresentamos um enquadramento teórico e histórico do Serviço Social e das questões ambientais, complementando com as dimensões conceptuais que estruturam o desenvolvimento deste trabalho, segue-se um ponto sobre perspectiva ecológica articulada ao urbanismo e outro sobre as políticas ambientais e a sua aplicabilidade a nível nacional, seguido de um ponto sobre as políticas e programas de habitação social e finalizando com um ponto sobre os paradigmas ecológicos. O Capítulo II é dedicado essencialmente ao aprofundamento das questões sobre o desenvolvimento local, social e sustentável, a perspectiva ecológica para o Serviço Social nas comunidades vulneráveis, a acção social local articulada à intervenção do Serviço Social e termina com a apresentação de uma visão multifocal para o Serviço Social e a sua aplicação na intervenção local. O Capítulo III situa todo o processo metodológico que guiou esta investigação, nomeadamente o campo empírico e a sua descrição, as opções metodológicas, a escolha do universo e selecção da amostra e respectivas técnicas de recolha de informação, tratamento e análise dos dados obtidos, o último ponto deste capítulo faz uma breve referencia às limitações com que nos fomos confrontando neste estudo. O Capítulo IV foca o conceito de Eco-bairro e a sua importância para a sustentabilidade ecológica das comunidades vulneráveis e faz uma breve abordagem à relação entre o Serviço Social, ecologia e territórios de intervenção, segue-se um ponto sobre a análise internacional dos eco-bairros Hammarby Stojad e Jarva e outro ponto com análise nacional dos eco-bairros da Boavista da Quinta da Mina, onde

apresentamos os resultados dos questionários aplicados aos residentes, a sua análise e discussão e terminamos com um ponto onde fazemos a sistematização das práticas de Serviço Social em eco-bairros. No capítulo V pretendeu-se fazer um breve enquadramento sobre os modelos de intervenção comunitária, seguido de um ponto onde se abordam as práticas do Serviço Social em comunidades vulneráveis e que integra a análise de conteúdo das entrevistas efectuadas aos assistentes sociais e decisores políticos, é também neste capítulo que apresentamos uma proposta de modelo sócio-ambiental de intervenção ecosocial e quais as perspectivas do mesmo aplicado ao Serviço Social. Nas conclusões apresentamos as principais considerações sobre esta investigação, que contributo o Serviço Social pode dar e quais as implicações e potencialidades para futuras pesquisas em Serviço Social.

CAPITULO I – SERVIÇO SOCIAL E AMBIENTE

O Serviço Social é referenciado como área disciplinar das Ciências Sociais em 1898 na cidade de Nova Iorque (EUA) e, na Europa em 1899 (Amesterdão, Holanda). Em Portugal, as primeiras escolas surgiram em 1935 (Lisboa) e 1937 (Coimbra), embora o seu reconhecimento oficial surja apenas em 1939 (Dec. Lei nº 30135/39, de 14 de Dezembro) e, como refere Alcina Martins (1999:45), “... a construção do Serviço Social Português apresenta-se (...) como um processo complexo, polémico e contraditório, fruto dos confrontos com diversos projectos para a sociedade e o significado e função social que atribuem à profissão”.

Desde o seu surgimento, o Serviço Social tem sido encarado como uma profissão de intervenção, de acção e não de investigação, até à definição internacional de Serviço Social de 2014. Existiram razões históricas para essa interpretação, afinal, o Serviço Social surge para dar resposta às solicitações das classes mais desfavorecidas na época da Revolução Industrial e nos “anos de guerra e ocupação, torna-se necessário atender à urgência das necessidades da população, e não existia muito tempo para reflectir sobre as referências epistemológicas e praxeológicas”¹ (Bouquet, 2003:51).

O campo de acção sempre foi o de “agir”, de trazer a “mudança social”², como nos diz Bouquet (2003:52) “...existia uma vontade de saberes práticos em detrimento dos saberes universitários”, “...nota-se um fechamento sobre os saberes endógenos, a procura

¹ Duchamp (1989:153) refere que esta expressão foi usada, pela primeira vez, por Louis Bourdeau. Pode designar uma *ciência da acção* ou uma *teoria da acção*. Este mesmo autor (Duchamp, 1989:159) define a praxeologia em trabalho social tendo como *objecto de estudo os diversos parâmetros que se encontram numa dada prática social e das modalidades da sua articulação*. No caso dos Assistentes Sociais, esta praxeologia assenta *num sistema de valores*, dos *objectivos* que se pretendem alcançar, de uma *representação do destinatário da acção social*.

² Alcina Martins (1999a:52) refere que “Na viragem do século não há grande diferença entre a investigação realizada pelos trabalhadores sociais e a primeira geração de sociólogos da Universidade de Chicago, tendo a uni-los a convicção de não se separar a produção de conhecimentos da intervenção que levaria à reforma social.” Afinal, ambos tinham como objectivo a mudança societária. No entanto, nos anos 20 e 30 surgem na Sociologia novas tendências que reforçam a investigação social “objectiva”, teórica e académica, em detrimento do reformismo social.

de uma praxeologia³, duma disciplina do trabalho social”. Martins (1999:49) refere mesmo que a profissão era, por natureza, interventora nas situações sociais com base no conhecimento produzido por outros cientistas sociais (os chamados *produtores do conhecimento*).

As questões relacionadas com a produção do conhecimento e da divulgação desse mesmo conhecimento surgem posteriormente (também por razões sócio-históricas), com a afirmação da profissão enquanto área de saber específico. No entanto, e como referido por Martins (1999), durante muito tempo não existia uma preocupação na formação dos assistentes sociais para construção e compreensão do conhecimento científico, era como se a investigação não fizesse parte das suas funções (apenas eram fontes de recolha de informação para os investigadores).

No nosso país, e com o desenvolvimento da própria carreira académica na área do Serviço Social, (com a licenciatura, mestrado e doutoramento), as dimensões teóricas e práticas, nomeadamente a formação, a intervenção e a investigação, têm vindo a desenvolver-se e, conseqüentemente, temos assistido a uma maior produção teórica (sob a forma de teses, dissertações, artigos e livros) e uma intensificação do esforço da investigação e divulgação da mesma, que tem conferido ao Serviço Social uma maior visibilidade entre a comunidade científica (Ferreira, 2014).

Bouquet (2003) refere que um dos desafios que se levantam para o Serviço Social ...é o papel da investigação, da conceptualização, da formação; faltam cruelmente referenciais comuns pertinentes e heurísticos e modelos operatórios reconhecidos. O trabalho social oscila demasiado – para parafrasear uma expressão de Henri Lefevre entre conceitos sem vida e um vazio sem conceitos. Existe uma difícil capitalização dos saberes porque eles não são suficientemente identificados e a questão de transferência dos saberes permanece pertinente. E como diz Claude Dubar. é necessário transportar as questões da prática ao estatuto de questão teórica (Bouquet, 2003:59).

Ou seja, existe muito saber pertinente e actual, que se torna obsoleto porque não é divulgado, transferido, criticado, não é encarado como uma produção científica, que deveria ser pública e discutida.

Neste sentido, torna-se importante que o assistente social desenvolva a capacidade de fazer análises reflexivas e críticas, mais do que procurar seguir sempre uma regra ou

³ A aproximação praxeológica (Duchamp;1989:153) é uma “forma de abordar o trabalho social e os seus objectos específicos através da lógica de um discurso (logos) sobre a prática”.

fórmula, ou ainda ser um executor administrativo de políticas e programas, estando preparado para encarar os desafios éticos inerentes ao Serviço Social contemporâneo, promovendo e operacionalizando uma prática sustentada.

No contexto das políticas sociais, não basta que existam programas para quem precisa, é fundamental que se conceda aos indivíduos os instrumentos de que precisam para construir a sua própria cidadania, garantir e ampliar os seus direitos individuais e colectivos e que se sintam integrados. É no conjunto das expressões das desigualdades que se situa a origem da questão social⁴ e o objecto da intervenção do assistente social.

O Serviço Social esteve sempre ligado a quadro de pensamento social de promoção e defesa dos Direitos Humanos. No Manual para Escolas de Serviço Social (1999:23) vemos que “as origens do Serviço Social radicam em ideias humanitárias. A prática do Serviço Social tem estado centrada, desde o início, na satisfação de necessidades humanas e no desenvolvimento do potencial e recursos humanos”. São os direitos humanos e a justiça social que motivam e legitimam a sua acção na promoção da integração social, que conduz à transformação e por inerência à mudança. Pensando no ambiente como um direito universal, percebemos que desde cedo está ligado ao Serviço Social.

Na sua primeira publicação do “Diagnóstico Social” (1917), Mary Rychmond integra o ambiente como um de dez factores a serem investigados por um “Questionário de família” (Richmond, 1917: 378, 381), tendo como principio básico olhar o “indivíduo no seu ambiente” e que deve incluir o ambiente natural e físico.

⁴ A expressão “questão social” surge para nomear o fenómeno da pauperização, no início do séc. XIX. Consequência do capitalismo industrial, a pauperização da classe trabalhadora aumentava da mesma forma que crescia a produção, Ou seja, a questão social é a expressão e resultado da contradição entre o capital e o trabalho (Netto, 2001:42). Castel, confirma que a questão social, assim chamada pela primeira vez em 1830, deriva da distância criada entre o crescimento económico e o aumento da pobreza e enquanto se reconhecia os direitos dos cidadãos por uma ordem jurídica e política, esses mesmo direitos eram negados pelo lado económico e caracteriza-a por “uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade” (Castel, 1998:41). A partir da década de setenta, Rosanvallon afirma que uma nova questão social surge a partir das transformações contemporâneas, fruto do crescimento do desemprego e do surgimento de novas formas de pobreza e que esta nova questão social nos remete às antigas formas de exploração, para além dos fenómenos de exclusão social, num quadro de crise do Estado Providência (Rosanvallon, 1995:72).

“Social case work consists of those processes which develop personality through adjustments consciously effected, individual by individual, between men and their social environment”. (Richmond, 1917:99).

“Physical environment has a reciprocal relation of influence on human and as it has this social aspect, it becomes part of social environment”. (Richmond 1917:99).

“In case work, social environment is a factor which has to be assessed and released also beyond its negative sides as a resource”. (Richmond, 1917:22-23).

Jane Addams (1910) considera que as deficiências de certos grupos não são “características biológicas”, mas o resultado de determinadas circunstâncias sociais. As Hull House Settlement em 1889, na sua primeira acção numa cozinha pública, de um bairro multicultural em Chicago teve um “efeito ecológico” direccionando a sua intervenção para a alimentação saudável das famílias de trabalhadores: “*Better food was doubtless needed, but more attractive and safer places for social gatherings were also needed*” (Addams 1910:68,69).

The Settlement then, is an experimental effort to aid in the solution of the social and industrial problems which are engendered by the modern conditions of life in a great city (Addams, 1910:67).

Além do ambiente social, o ambiente físico e construído também conta, i.e. condições de habitabilidade, alimentação, poluição, e os serviços locais, saneamento, higiene, infra-estruturas, Addams realça que o ambiente inclui tanto os aspectos físicos, sanitários e económicos da habitação, como o carácter social do bairro. (Addams, 1910). São criadas cooperativas de habitação, alimentação, carvão, serviços de tratamento de resíduos e lixo, a par com movimentos trabalhistas e melhores condições de trabalho (Addams, 1930).

O quadro que se segue ilustra e compara de forma sistemática algumas das dimensões interpretadas segundo o olhar das autoras:

Quadro I.1 – Comparação das Dimensões do Serviço Social: as visões pioneiras de Richmond e Addams

Comparação de Dimensões	Mary Richmond (1861-1928)	Jane Addams (1860-1935)
Impacto na teoria e metodologia do Serviço Social	Serviço Social de Caso, Diagnóstico Social	Intervenção Comunitária, Acção Comunitária, Investigação Social
Compreensão sobre o ambiente	Ambiente Social	Ambiente urbano como condição da vida moderna
Compreensão sobre o ambiente físico e natural	Aspectos físicos do ambiente com efeitos a nível social	Factores físicos do ambiente (habitação, alimentação, resíduos) interligados com os factores sociais e culturais
Fonte de conhecimento do Serviço Social	Avaliação cuidada do ambiente que rodeia os indivíduos	Investigação social, eventos sociais e conselhos colectivos
Foco do Serviço Social em relação ao meio ambiente	Ajustes recíprocos do ambiente humano e social, transformando mau ambiente social para melhor.	Acções colectivas para melhorar os estilos de vida (social, físico, cultural, económico) ambiente e estruturas da sociedade
Opções para a evolução de um Serviço Social ecologicamente consciente na actualidade	Reforço da abordagem contextual do trabalho social de caso; alargamento da visão do ambiente social para os aspectos físicos e as consequências da crise ecológica, fortalecendo a integração da natureza na intervenção do trabalho social de caso	Direcciona o Serviço Social para os factores ecológicos e económico que estão por trás dos problemas sociais; Liga o Serviço Social de volta à tradição das comunidades, cooperativas e acções políticas; reconhece o Serviço Social como parte dos problemas ambientais e suas soluções

Fonte: Adaptado de Matthies, AL, & Närhi, K., (2015)⁵ e traduzido pela autora

Não é inédito, por isso, argumentar que os problemas ambientais estão ligados a problemas sociais, desigualdade social e mudanças sociais, aos níveis global e local. Desde Richmond e Addams que diversos autores (Puch 1988; Wendt 1990; Lindholm 1971; Wahlberg et al. 1978 *in* Matthies et al., 2001) afirmam que questões como a economia local, preservação da natureza, políticas de habitação, planeamento e intervenção comunitária são desafios cruciais para um trabalho social estrutural e preventivo.

⁵ Ciclo Internacional de Conferências Doutorais "Social Work and Sustainability/Ecosocial approach", Aila-Leena Matthies, 5 de Maio de 2015, ISCTE-IUL.

A abordagem ecosocial em geral, reúne diferentes abordagens teóricas para o Serviço Social e que surgem desde os anos setenta como resposta à crise ecológica enfrentada pela a sociedade moderna (Beck, 1986; Hoff e McNutt, 1994). Na tradição metodológica anglo-saxónica, a abordagem ecológica, enfatiza uma visão holística e sistémica dos problemas sociais e da relação recíproca entre o sistema de vida dos indivíduos e do seu meio ambiente social (Germain e Gitterman 1980; Payne 1994; Wendt, 1990).

Esta abordagem para o Serviço Social é entendida como uma forma holística de olhar para o ambiente da vida, e como uma forma concreta de envolver os indivíduos na política local e no urbanismo, bem como uma tentativa de alcançar concepções teóricas do trabalho social que seriam compatíveis com a sustentabilidade.

“Social work needs a holistic analysis of the micro, meso and macro-structures of the contexts of the resources and problems of individuals and communities (...) The consequences of ecological crises and shortage of natural resources have strongest impact on the most vulnerable people (space, food, energy, health, recreation (...) Social work itself as a profession is part of the modern industrial system which is destroying the environment” (Matthies, 2015)⁶.

Neste sentido, destaca-se a relação recíproca entre o ambiente de vida e bem-estar humano, do ponto de vista do desenvolvimento sustentável. Um conceito “guarda-chuva” que fornece uma ferramenta conceptual com vista a estudar a correlação entre o ambiente, o ser humano e questões de sustentabilidade ecológica e social (Matthies et al., 2001).

A visão da teoria geral dos sistemas faz uma analogia entre a forma como a sociedade opera e a forma como operam os sistemas biológicos na interdependência e interacção entre as diferentes partes dos sistemas. Os indivíduos não estão (são) isolados, mas sim elementos dentro de um sistema social que os inclui ou exclui, enfatizando o significado de ambiente social na promoção do desenvolvimento e bem-estar humano, nas intervenções do Serviço Social. Ou seja, ajuda o assistente social a perceber os problemas, desafios e recursos disponíveis com uma perspectiva holística e inter-relacional entre o meio ambiente e o bem estar dos indivíduos. (Germain & Gitterman 1980; Wendt, 1990; Närhi & Matthies, 2001; Närhi, 2004).

⁶ Ciclo Internacional de Conferências Doutorais "Social Work and Sustainability/Ecosocial approach", Aila-Leena Matthies, 5 de Maio de 2015, ISCTE-IUL.

The awareness of rapid social change, the new and multiple demands of the profession, and the availability of new knowledge regarding general systems theory, ego psychology, and ecology all helped to bring about a new era in social work practice (Meyer, 1983 *in* Närhi, 2004).

Contudo, ao longo do tempo, o ambiente biofísico deixa de ser percebido no pensamento teórico da teoria geral dos sistemas das ciências sociais e do Serviço Social que, para se distinguir de outras disciplinas, passam a focar-se no ambiente social. (Payne, 1994). Esta situação dá origem a críticas a este paradigma, nomeadamente o de que ignora o ambiente e a natureza dos pensamentos e acções da “*person-in-environment*”, não define uma posição sobre as questões ambientais globais e a relação entre o meio ambiente e o ser humano não é vista como uma questão política. (Gray & Coates 2012; Bestorn 2012; Dominelli 2012; Molyneux 2010; Zapf, 2010; Närhi, 2004).

As raízes dos movimentos ecológicos e da crítica ecológica da sociedade industrial moderna remonta aos anos oitenta com o questionamento à ideia de crescimento económico e de um modelo de sociedade que se baseia na utilização dos meios naturais para maximizar o crescimento económico (Blanke & Sachsse 1987 e Hoff & Mc Nutt, 1994 *in* Närhi & Matthies 2001).

Along with the environmental conscience the historical “social question” of social policy expanded into “eco-social question” (...) In most fields of society the developed of responses to ecological crisis and awareness: sustainable energy, recycling in consumerism, environmental education, organic farming, alternative medicine (...) and eco-social approach in Social Work (Matthies, 2015).

A globalização económica começa a criar exigências de uma globalização social, ou seja a estrutura multinacional da vida económica, o capital global, tem impactos sobre as estruturas económicas a nível local, é também a este nível que se criam novas exigências ao Serviço Social que deve reflectir a sua própria acção e do desenvolvimento das sociedades com os critérios do desenvolvimento sustentável (Opielka 1985; Matthies 1987).

A necessidade de reconhecer o seu papel e a responsabilidade que detém para com os problemas sociais locais e as oportunidades estão ligadas ao desenvolvimento global das questões económicas e ambientais. Responsabilidade para partilhar o seu conhecimento e perícia em equipas multidisciplinares, para a promoção de um modelo de sociedade socialmente justa e democrática. Defender grupos/comunidades de pessoas vulneráveis e ambientes vulneráveis contra a exploração económica a nível local e global e

denunciar processos de política social compensatória, que apenas aliviam os problemas a curto prazo, ocasionando no futuro a manutenção dos mesmo problemas e/ou novos.

Sendo o assistente social um profissional cujo objectivo de acção consiste em provocar mudanças sociais, tanto na sociedade em geral, como nas suas formas individuais de desenvolvimento, importa que a sua acção seja o mais abrangente possível e isso inclui não apenas áreas como a saúde ou acção social (tradicionalmente mais ligadas à profissão), mas todas as áreas do social, em que existam indivíduos, situações problemáticas, potencialidades a desenvolver e mudanças a ocorrer. Investigar e recolher dados sistemáticos do seu trabalho também contribuem para melhores avaliações sobre qual a forma de actuar eficazmente, i.e. para as boas práticas.

A complexidade crescente do contexto remete-nos para a procura de alternativas, habilidades e uma competência para administrar o processo teórico-prático, relacionado com a tentativa de decifrar e compreender a realidade em constante movimento, nas tendências e nas possibilidades que se colocam ao nosso campo⁷ de actuação.

Consequentemente, impõe-se a construção de conhecimento como um meio de consciencialização dos sujeitos implicados no processo de ensino-aprendizagem, numa perspectiva crítica, do saber como instrumento de concretização do projecto ético político-profissional e de transformação da realidade sócio-institucional e político-cultural.

A tomada de consciência dos nossos próprios valores e normas de conduta e de os assumir é, sem dúvida, um dos meios para progredir na maturidade profissional, não esquecendo que o nosso campo de actuação, se tem situado entre os mecanismos reguladores do Estado e as necessidades reais dos indivíduos.

Relacionando, por outro lado, a questão da cidadania dentro de um rol de direitos, partindo do princípio de que, num estado democrático, é com a efectiva participação do cidadão nas decisões que se consegue alcançar toda a colectividade, ou seja, que a cidadania pode ser exercida como mecanismo transformador de uma sociedade, esta mesma cidadania deve ser vista em todos os seus aspectos, principalmente no sentido de que através dela se alcance uma sociedade com vida digna para todos.

⁷ O conceito de campo, de acordo com Andrade (2001:217) é “o *modus operandi* do assistente social num itinerário analítico que atravessa designadamente os sujeitos do agir os espaços institucionais, seus constrangimentos e possibilidades, a posição estratégica do assistente social e a singularidade dos sujeitos e objectos de intervenção”.

O actual modelo de crescimento económico tem contribuído e gerado desequilíbrios na esfera social e ambiental a nível mundial, assistimos ao debate constante entre a comunidade científica e política na tentativa de encontrar soluções e alternativas para um desenvolvimento sustentável. A dimensão económica tem-se apresentado como insustentável se for considerada hegemonicamente, reflectindo-se numa

(...) maior concentração de riqueza, aumento da pobreza, degradação do meio ambiente, [e que] utiliza de forma predatória os recursos naturais, premeia a dimensão material da vida fortalecendo o individualismo e alimentando a visão de curto prazo (Amaral e Cosac, 2009:88-89 *in* Ruwer e Moreira, 2010:2).

Assim, (...) só haverá desenvolvimento, que não deve ser confundido com crescimento económico, quando houver um projecto social subjacente (Furtado, 1968:37) e o mesmo deve ser revestido de um

(...) processo de mudança social e elevação da qualidade das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência económicos, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social aliado a uma necessária noção de solidariedade para com as gerações futuras (Buarque, 1994:17 *in* Braga et al., 2011:3).

Neste sentido, evidenciamos o facto de os assistentes sociais serem profissionais situados num contexto histórico, cultural e social, não só como produto, mas também como agentes, quer dizer que no seu espaço socio-ocupacional têm o poder de influenciar as relações sociais e o contexto social onde actuam e são capazes de criticá-lo e de transformá-lo.

A responsabilidade que o profissional do serviço social tem para com os problemas do nosso tempo, seja ele de exclusão social ou de natureza ecológica, ou em outras instâncias, passa a exigir dele novas intervenções, que considerem uma sociedade sustentável, (Braga et al., 2011:3) ou seja, (...) aquela que em todos os aspectos de vida cívica e pessoal sejam compatíveis com o desenvolvimento sustentável e todas as instituições públicas em todos os níveis de governos, trabalham para avançar esse tipo de sociedade (UNESCO, 2005:49 *in* Braga et al., 2011:3).

Colocarmo-nos no campo de acção implica o exercício e a aquisição de competências cognitivas, teóricas, analíticas e de comunicação, assim como de responsabilidade social indispensável à análise e acção sobre os problemas e à construção do conhecimento a partir da prática.

A confrontação com a realidade da vivência (profissional), permite um reajustamento entre os modelos teóricos de referência estruturante relativamente à dimensão compreensiva da realidade e das dinâmicas trazidas pela experiência directa da aprendizagem (Carneiro, 2005:149,150).

Uma consciência social requer que se assumam um dos valores mais fortes da contemporaneidade, a aceitação da pluralidade e das diferenças (sem nunca esquecermos os princípios e valores dos direitos humanos), das especificidades e das singularidades. É nesse sentido que o assistente social deve transformar as dificuldades em alternativas profissionais, ou seja, transformá-las em projectos e frentes de trabalho.

Sob vários aspectos, as questões ecológica e social surgem como essenciais para o futuro do processo de transformação social e nesse sentido o quadro abaixo destaca os principais enfoques:

Quadro I.2 – Principais enfoques sobre o debate actual da perspectiva ecológica em Serviço Social

Debate Actual	Principal enfoque	Enfoque comum
Abordagem Eco-social	Conceito “guarda-chuva”; bem-estar humano dependente do meio ambiente; sustentabilidade social	<ul style="list-style-type: none"> • Continuar a tradição eco-crítica do Serviço Social Ecológico
Serviço Social e Ecologia profunda	Justiça ambiental; crítica à relação antropocêntrica homem-natureza	<ul style="list-style-type: none"> • Retornar à tradição política do Serviço Social de Jane Addams⁸ • Exigir como desafio dominante para o Serviço Social um novo paradigma eco social e de transição da sociedade
Serviço Social Eco-Espiritual	Seres humanos como parte da natureza, espiritualidade no entendimento da natureza e da acção do Serviço Social	<ul style="list-style-type: none"> • Pensar com uma perspectiva global, criando acções nas comunidades locais • Ver e respeitar o ser humano como parte da natureza
Serviço Social “Green”	Práticas para proteger o meio ambiente e o bem-estar dos indivíduos; tradição no Serviço Social radical	
Serviço Social Ambiental	Procura de um novo paradigma para o Serviço Social de acordo com os critérios de um desenvolvimento sustentável	
Serviço Social ecológico	União da teoria de sistemas e postura eco-crítica; transição eco-social das comunidades	

Fonte: Adaptado de Matties, 2015 e traduzido pela autora

⁸ De realçar que esta sugestão se deve ao facto de não existir no Serviço Social anglo-saxónico a intervenção sociopolítica.

A complexidade dos elementos envolvidos destacam-se como fio condutor deste enfoque, ou seja tudo está interligado numa dinâmica de interdependência, partindo do princípio que os fenómenos não são isolados e que têm que ser vistos levando em consideração os numerosos factores que contribuíram para a sua concretização (Morán,1990).

Face a estes desafios, percebe-se a importância do Serviço Social naquilo que não é mais do que dar continuidade à participação no seu objecto de intervenção, i.e. a questão social, em mais uma das suas expressões.

1. Dimensões conceptuais

A ecologia estuda a relação entre os seres vivos e o seu ambiente, percebendo como totalidade os factores abióticos (ex. o clima e a geologia) e os factores bióticos (organismos que partilham o mesmo *habitat*) e analisa a distribuição e a abundância dos seres vivos como resultado dessa relação (Ferreira, 1995; Dodson et. al., 1998; Krebs, 2001; Begon et al., 2006; Scheiner and Willing 2008).

O termo *Ökologie* (ecologia) surge em 1866 pelo biólogo e filósofo alemão Ernst Haeckel (1834-1919), a palavra tem na sua composição dois vocábulos gregos: oikos (“casa”, “lar”) e logos (“estudo”) e significa “o estudo dos lares (especificamente dos *habitats*)” estudo esse em escalas diversas, desde os aspectos materiais, biológicos, humanos e sociais, até ao todo compartilhado com bilhões de seres vivos, pensando a ecosfera.

Haeckel⁹ referia-se à ecologia como sendo a ciência que estuda as relações dos seres vivos com o seu meio envolvente. Com o tempo, o conceito foi-se expandindo até abarcar o estudo das características do meio, incluindo o transporte de matéria e energia e a sua transformação pelas comunidades biológicas.

De acordo com Ribeiro (s/d:1) apesar de a sua origem ter sido na biologia

A ecologia é plural. É um equívoco e uma visão reducionista considerar a ecologia no singular. Há muito que deixou de ser um único ramo das ciências biológicas. Hoje são

⁹ Na sua obra “Generelle Morfologie der Organismen” define Ecologia como “o estudo das relações totais dos animais no seu ambiente orgânico como inorgânico e em particular o estudo das relações do tipo positivo ou amistoso ou do tipo negativo (inimigos) entre plantas e animais no ambiente em que vivem”, aquilo que chamamos a “economia da natureza”, i.e. a transformação através da luta pela vida produzida pelas relações mútuas de todos os organismos que vivem num mesmo local e a sua adaptação ao meio circundante.

dezenas de campos das ciências ecológicas, presentes nas ciências naturais, humanas, sociais, políticas, económicas, na cultura e nas artes, nas filosofias e nas tradições” ou seja, tornou-se transversal.

A ecologia do desenvolvimento humano

“envolve o estudo científico da acomodação progressiva, mútua, entre um ser humano ativo, em desenvolvimento, e as propriedades em mudança dos ambientes imediatos em que a pessoa em desenvolvimento vive, conforme esse processo é afectado pelas relações entre esses ambientes e pelos contextos mais amplos em que estão inseridos” (Bronfenbrenner, 1996:21).

A ecologia urbana estuda as relações dos seres humanos e demais seres vivos entre si e com o meio ambiente das cidades, os impactos que a urbanização causa no ambiente e as relações culturais, biológicas e económicas dos seres humanos com o ambiente urbano. Tendo a sua formação na Escola de Sociologia de Chicago, o conceito de ecologia urbana foi central, mas a sua abordagem de pesquisa ecológica diferia da visão geral da ecologia social, que considerou o desenvolvimento urbano como analógico para processos de desenvolvimento biológicos, tendo como objecto de estudo as relações e interacções entre os seres habitantes (plantas, animais e pessoas) de uma área de meio urbano. Os seus conceitos e campo estão fortemente ligados a outras áreas, nomeadamente a Geografia, Arquitectura, Urbanismo, Engenharia, Antropologia e Sociologia, tornando-se numa área importante pois a sua aplicabilidade colabora para a melhoria de qualidade de vida dos centros urbanos, analisa as estruturas e actividades urbanas e os seus impactos sobre o meio ambiente com o intuito de promover um desenvolvimento sustentável, definir critérios para a gestão municipal e criação de políticas que promovam uma consciencialização dos indivíduos para as questões ambientais e de sustentabilidade das cidades (educação ambiental).

O fenómeno urbano é centrado nos processos e fluxos que mantêm o metabolismo da cidade e a ecologia urbana analisa e procura compreender a complexidade da estrutura urbana, dos fluxos de matéria e energia que interrelacionam a cidade e a sua envolvente.

As cidades ao relacionar-se com o ambiente ao seu redor, de onde extraem materiais, energia, alimentos, água e ar, para o seu uso e consumo, vão provocando impactos ambientais. Alimentam-se de fluxos de energia provenientes de várias fontes, que podem ser ecológicas ou ecocidas (ecologicamente suicidas), ao destruir as fontes de seu próprio abastecimento.

A ecologia urbana trata dos múltiplos aspectos da cidade como ecossistema, favorece a visão ecológica e integradora desses elementos, do seu funcionamento, organização e a relação das cidades com seus habitantes (Ribeiro, s/d:7).

O conceito de sustentabilidade ecológica, suportado na perspectiva de desenvolvimento sustentável de Sen (1999) e na teoria da Ecologia de desenvolvimento humano de Bronferbraner (1996) procura realçar que nos estamos a desenvolver contextualmente e destaca a importância da correcta alocação de recursos, escassos, para maximizar o bem-estar social da população. A ideia subjacente é a noção de que economia, sociedade e ambiente estão interligados à escala local, regional, nacional e mundial, compondo um enredo sólido de causas e efeitos.

O conceito de “ecodesenvolvimento” foi usado pela primeira vez pelo canadiano Maurice Strong, para dar uma concepção alternativa de política de desenvolvimento (Becker et al., 2002; Calvacanti, 1998). Sachs (1993) é apontado pelos autores como o formulador dos princípios básicos dessa nova visão do desenvolvimento: satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; elaboração de um sistema social e garantia de emprego, segurança social e respeito a outras culturas e programas de educação.

Para Sachs, os problemas da pobreza e do meio ambiente podem ser evitados, pois não há quaisquer limites ecológicos ou falta de tecnologia que impeçam a sua superação e, conclui que “os obstáculos são sociais e políticos” (Sachs, 1993:19). Isto significa que pouco adianta promover um meio ambiente cuidado e preservado, empreendimentos com uma política de sustentabilidade, se não se oferecer condições de vida às populações inseridas em cada contexto desse meio ambiente.

A ecologia social aparece, assim, como uma hipótese de superação das incoerências funcionais do actual modelo de desenvolvimento, introduz um nova perspectiva de equilíbrio ecossistémico entre as espécies e entre o homem e a natureza. É uma união entre o ecologismo e o anarquismo que visa o retorno a um comportamento ético com o meio ambiente, defende que a natureza é auto-reguladora e que viver fora dessa regulação tem sido a causa de problemas sociais e ambientais (Bookchin, 1999).

Considerada como sendo uma visão radical da ecologia e dos sistemas sociopolíticos, situa a origem dos problemas nas relações de dominação entre a humanidade, ou seja, o domínio sobre a natureza é visto como uma continuação do

domínio dentro da sociedade humana sob domínio da ordem capitalista, onde os problemas ecológicos são consequência da política capitalista de estado, como tal a forma como as pessoas se relacionam entre ela e o meio ambiente evolvente e não o crescimento demográfico é que produz a crise que se enfrenta na actualidade, considerando o consumismo e os processos produtivos sintomas e não as causas, que se situariam em torno das relações éticas.

A Ecologia Social é concebida como sendo um espaço no qual se apresentam os problemas ecológicos profundamente mergulhados no seio dos problemas sociais, possibilitando a ampliação das compreensões dos contextos sociais e ecológicos da actualidade e buscando respostas e alternativas para os crescentes problemas ambientais do planeta e da humanidade. (...) A criação da Ecologia Social teve por objectivos apresentar uma filosofia, uma concepção do desenvolvimento natural e social, uma análise profunda dos problemas sociais e ambientais e uma alternativa utópica radical às crises social e ambiental actuais (Boschi, 1999:98).

Para Diegues (2001), a ecologia social não concede espaço para a explicação hierárquica, nem da natureza, nem da sociedade, defende uma sociedade baseada na propriedade comunal de produção, descentralizada e democrática em que o ser humano se encontra em primeiro lugar como ser social, não como uma espécie diferenciada.

Fazendo do todo mais do que a soma das partes esta visão tenta reconciliar a natureza e a humanidade através de uma perspectiva integral, combinando e relacionando as ciências num olhar que tanto possibilite ver a totalidade como a especificidade dos fenómenos (Bookchin,1999).

Seguindo estes parâmetros da ecologia social, deveríamos denunciar o sistema social vigente, considerado anti-ecológico e que em todas as suas fases se tem baseado na exploração da humanidade (natureza e indivíduos), através de uma produção e desenvolvimento material que deteriora a qualidade de vida e produz desigualdades a vários níveis. Neste sentido, o conhecimento da situação política, cultural e socioeconómica das sociedades deveria estar directamente ligado à tomada de consciência sobre uma responsabilidade ética comum que não pode ser só ambiental, mas socio-ambiental.

2. Perspectiva Ecológica articulada ao Urbanismo

Com o período de industrialização surgem os problemas sócio-ambientais nas cidades, é durante o século XIX e XX que o pensamento urbanístico começa a criar soluções higienistas com vista à configuração de um modelo urbano. Nos anos sessenta do século XX reforçaram-se as preocupações ambientais, devido às grandes alterações sofridas até então, e pela procura de um modelo alternativo, surge a ideia de desenvolvimento sustentável (Gomes, 2009).

A contínua consciencialização acerca das alterações climáticas e dos problemas ambientais, fazem com que as questões ecológicas sejam alvo de preocupação e a ecologia urbana ganha destaque no conhecimento e abordagem de várias áreas disciplinares, como por exemplo o desenho físico das estruturas urbanas (Gomes, 2009).

Procurando no urbanismo uma resposta ao desenvolvimento sustentável, à escala local, surge nos anos noventa do século XX o eco-bairro, como projecto-piloto na prática de respostas às preocupações e ao pensamento desenvolvido até à data. São os países do norte da Europa os pioneiros na sua concretização (como falaremos mais adiante). (Gomes, 2009)

Os problemas ambientais são consequência da revolução industrial cujo modelo de desenvolvimento, modos de vida e consumo levaram ao desgaste dos recursos naturais e energéticos. A partir daí o tema ambiente começa a fazer parte integrante do pensamento urbanístico, que procurando dar resposta produz diversos modelos urbanos. Actualmente o discurso sobre o ambiente reconhece como foco de preocupação futura, questões como as alterações climáticas, o esgotamento de recursos naturais, as questões energéticas e acrescenta como outros factores o aumento da população e a expansão territorial urbana.

Com o ênfase crescente sobre as preocupações ambientais e uma gradual consciencialização ecológica, o desenvolvimento sustentável surge na procura de um modelo alternativo. A questão do desenvolvimento sustentável tem sido objecto de investigação, tanto em termos de ciências sociais como em termos de práticas operacionais para o território, mas, ao mesmo tempo, este é um conceito que através do campo político ganha grande variabilidade como referente de tendências e correntes, assim como de contradições ao não reunir consensos.

Segundo Guimarães (2001) a crise ambiental colocou à prova o modelo de desenvolvimento que deu origem a danos ecológicos e desigualdades sociais,

caracterizando-o como “politicamente injusto, culturalmente alienado e eticamente repulsivo” (Guimarães,2001:51). O autor afirma que para ocorrer desenvolvimento é preciso mais que acumular riquezas, suscitando mudanças na qualidade de vida das pessoas, o que englobaria aspectos sociais, culturais e espirituais.

O sistema ecológico fundamenta a questão ambiental impulsionando os outros dois pilares do debate da sustentabilidade (económico e social). Isto significa que, em simultaneamente, limita e abre o caminho para uma nova resolução dos problemas ligados à sustentabilidade ambiental, temos como exemplo a ecologia urbana que serve como fundamento para repensar a cidade e para uma nova abordagem na prática urbana. Por conseguinte, em alguns países do norte da Europa iniciam-se na década de noventa experiências ainda em curso, projectos piloto que valorizam o desenvolvimento sustentável, sendo a escala local a incubadora para a prática. Esses projectos são os eco-bairros, a determinação de uma resposta aos problemas ambientais, dentro de um marco local, é reclamada pelo eco-bairro (Gomes, 2009:12).

Utilizar os princípios ambientais para o desenho urbano cabem a quem projecta a cidade que, associados a uma forma asseguraram a sustentabilidade ambiental e coadjuvados por uma “cultura ecológica” contribuem para mudar a “não sustentabilidade” dos comportamentos e práticas, com a necessidade de iniciar uma acção “hoje” (Gomes, 2009).

O grupo social que habita nas áreas urbanas ambientalmente degradadas tem baixo poder de aquisição, pouco ou nenhum acesso à educação e à cultura, trabalha e reside informalmente além de estar mais sujeita à violência (Barbieri, 1887). O autor defende o conceito de desenvolvimento sustentável definindo que a sua nova compreensão se baseia na ideia de que o meio, o ambiente e o desenvolvimento devem ser tratados em conjunto, sendo este socialmente justo e ambientalmente sustentável.

Hogan (1995) realça a necessidade de compreensão entre a mudança ambiental e a dinâmica demográfica em toda a sua complexidade, não apenas nas taxas de crescimento, mas também através dos processos de migração interna nas áreas metropolitanas. Para existir qualidade ambiental é necessária a “qualidade de ar e de água, espaços verdes *per capita*, qualidade de habitação, não poluição sonora e padrões nutricionais, em suma, a qualidade ambiental, não tem mostrado melhorias (...) (Hogan, 1995:149).

A importância da expansão da infra-estrutura para a diminuição dos problemas ambientais, pois enquanto a infra-estrutura for concentrada, o mercado vai ser especulativo e a exclusão vai consolidar-se ainda mais é a ideia reforçada por Maricato (1997).

As áreas urbanas degradadas ocupadas por população pobre, geralmente, são locais mais propícios a desmoronamento, inundações, são fisicamente frágeis, onde há disposição inadequada de lixo e a fiscalização ambiental é precária, além de todos os problemas de infra-estrutura urbana já mencionados “não é possível pensar uma política ambiental urbana (em qualquer local) sem relacioná-la imediatamente a uma política social, pois a equação urbano-ambiental nas nossas cidades é absolutamente conectada com o tema da exclusão social (...)” (Rolnik, 1997:31). Segundo estas duas últimas autoras, o problema ambiental urbano está fundamentalmente vinculado ao social e agravam-se mutuamente.

3. Políticas ambientais e questões urbanas

Ao longo das últimas décadas têm sido realizados vários esforços para promover a reabilitação dos tecidos urbanos, a constatação dos problemas urbanos suscitou diferentes formas de intervenção.

Porém, o crescimento urbano e as perspectivas anunciadas ao seu desenvolvimento persistem em legar lastros de insatisfação e insuficiências, ou seja, necessidades por satisfazer ou mal satisfeitas e configurações de bem-estar, solidariedade e qualidade de vida por assegurar (LNEC, 2011:58)

Mais recentemente, no quadro das políticas de cidades, a habitação passa a ser vista como um elemento fundamental da qualidade de vida. E conseqüentemente os programas habitacionais aparecem enquadrados noutros, deixando assim de haver políticas “avulso” e integrando as questões económicas, sociais e ambientais.

A questão da precariedade habitacional é um assunto comum e transversal, no caso de Portugal, podemos considerar esta situação reflexo do facto de que a política habitacional foi colocada em segundo plano durante muito tempo (Barreto, et al., 2010).

O PORLisboa¹⁰ (Programa Operacional Regional de Lisboa, para o período de programação 2007-2013), assenta nas grandes recomendações da política de coesão, no desígnio estratégico do QREN e ancora-se na Estratégia Regional, Lisboa 2020¹¹.

¹⁰ PORLisboa 2007-2013 http://www.qren.pt/np4/file/1590/2_PO_Lisboa_2007.pdf

¹¹ Orientada em torno de quatro eixos, a saber: Eixo 1: Competitividade de Inovação e Conhecimento; Eixo 2: Sustentabilidade Territorial; Eixo3: Coesão Social e Eixo 4: Assistência Técnica.

A concretização destas propostas depende, em larga medida, da adesão das autarquias e acima de tudo da sua capacidade financeira para agir de acordo com o definido. Embora tenham sido feitos investimentos sérios nesta matéria, os constrangimentos tem sido constantes e os resultados estão longe de atingir os mínimos desejáveis, pelo contrário a situação tende a agudizar-se com a situação em que o país e a UE se encontram.

Nos finais do século XX assistimos a um movimento ecológico global, iniciado no Clube de Roma ou Relatório Meadows (1972)¹², com maior ênfase no relatório Brundtland em 1987¹³, que leva à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em 1992, a “Cúpula da Terra”, como ficou conhecida, onde surge a “Agenda 21”¹⁴, e recentemente através do Relatório Stiglitz-Sen-Fitoussi (2009)¹⁵.

¹² “Em 1968, um pequeno grupo de profissionais de todo o mundo das áreas de diplomacia, indústria, academia e sociedade civil reuniram-se em Roma para discutir as suas preocupações com relação ao crescimento económico e o consumo dos recursos ilimitados num mundo a cada vez mais interdependente. Esta primeira reunião do Clube de Roma foi presidida pelo italiano industrialista Aurello Peccei e o cientista escocês Alexander King. As suas preocupações foram registradas em 1972 no primeiro relatório para o Clube de Roma: “Os Limites do Crescimento”, encarregado a um grupo de cientistas do Clube no Instituto de Tecnologia de Massachusetts”. <http://www.clubofrome.org/?p=4764> “O Clube de Roma (www.clubofrome.org) permanece como grupo de debates diversos, incluindo a problemática ambiental e desenvolvimento sustentável”.(Oliveira, 2012:6)

¹³ “Em 1983, o Secretário-Geral da ONU convidou a médica Gro Harlem Brundtland, mestre em saúde pública e ex-Primeira Ministra da Noruega, para estabelecer e presidir a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento”. “Em abril de 1987, a Comissão Brundtland, como ficou conhecida, publicou um relatório inovador, “Nosso Futuro Comum” – que traz o conceito de desenvolvimento sustentável para o discurso público”.<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>.

¹⁴ “Em 1992, a relação entre o meio ambiente e o desenvolvimento, e a necessidade imperativa para o desenvolvimento sustentável foi vista e reconhecida em todo o mundo. Na Agenda 21, os governos delinearam um programa detalhado para a ação para afastar o mundo do atual modelo insustentável de crescimento económico, direcionando para atividades que protejam e renovem os recursos ambientais, no qual o crescimento e o desenvolvimento dependem”. “(...) foi além das questões ambientais para abordar os padrões de desenvolvimento que causam danos ao meio ambiente. Elas incluem: a pobreza e a dívida externa dos países em desenvolvimento; padrões insustentáveis de produção e consumo; pressões demográficas e a estrutura da economia internacional”. <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>.

¹⁵ Comissão Stiglitz-Sen-Fitoussi: como medir desempenho económico e social “O primeiro relatório divulgado pela comissão idealizada pelo presidente francês, Nicolas Sarkozy, mostra que, além do PIB, sustentabilidade e qualidade de vida estão entre os factores a serem considerados na medição da performance económica e do progresso social de um país.

A génese dos problemas ambientais que se têm verificado está ligada principalmente à conjugação de dois factores: o aumento da população e o crescimento da actividade económica. A população mundial duplicou nos últimos cinquenta anos do Século XX, o que associado a modelos de crescimento inerentes às sociedades mais “evoluídas”, implicou a procura crescente de alimentos, bens, serviços e espaço (território).

As prioridades definidas no Tratado de Roma¹⁶, que deram origem à Comunidade Económica Europeia, em 1957, consistiam na criação de um mercado comum, com níveis de desenvolvimento harmonioso que permitissem o aumento do nível de vida, mas apenas do ponto de vista do crescimento económico.

Em 1972 (Clube de Roma), a deterioração crescente das condições do ambiente conduziram à primeira decisão formal de estabelecer uma política ambiental comum, que se consubstanciou no ano seguinte, através do estabelecimento do primeiro programa de acção ambiental. Contudo, a política ambiental continuou subordinada aos objectivos básicos estabelecidos nos tratados Europeus, os quais não tinham definido um papel para as questões ambientais. Sendo assim, as medidas globais tomadas nesta matéria tiveram pouca relevância prática.

Esta situação não se alterou significativamente nos programas de acção subsequentes, até que em 1987, já com doze Estados membros, a política ambiental se assumiu formalmente como um objectivo comunitário, através da assinatura do Acto Único Europeu.

A nível global, publicou-se em 1987, o resultado do trabalho de uma comissão nomeada pelas Nações Unidas, intitulada “WCED-World Commission on Environment and Development”, presidida pela ex-primeira-ministra Norueguesa, Gro Harlem Brundtland, pelo que este trabalho ficou conhecido como relatório de Brundtland. É neste relatório que a expressão “*Desenvolvimento Sustentável*” ganha notoriedade, sendo definido como “aquele que permite satisfazer as necessidades das gerações actuais sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações satisfazerem as suas”(WCED, 1987).

Na sequência deste movimento, ocorre em 1992, a Conferência do Rio, em mais de cento e setenta países aceitaram transpor para a sua legislação os conceitos inerentes ao desenvolvimento sustentável, tendo o plano para esta transição sido estabelecido num

<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/comissao-stiglitz-sen-fitoussi-pib-489751.shtml>.

¹⁶ http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/treaties_eec_pt.htm.

documento intitulado Agenda 21. Desde essa data, inúmeras cimeiras, programas políticos e movimentos diversos constituíram-se como um legado indiscutível do Século XX.

Esta breve análise da evolução da “consciência colectiva” para a interacção entre as questões ambientais, sociais e económicas, contribuiu decisivamente para transformar o referencial científico clássico, compartimentado em disciplinas estanques, num novo paradigma, crescentemente multidisciplinar, o qual, sendo complementar do primeiro, coloca um novo desafio ao contributo do Serviço Social, que assume um carácter fortemente horizontal e integrador de conhecimentos.

3.1 A questão do ambiente e do desenvolvimento sustentável

A génese dos problemas ambientais remonta do século XVII com a ciência moderna, que foi desenvolvida para melhorar as condições do ser humano e eliminar a miséria do ser humano. É com Francis Bacon (1561-1626) que se assume um optimismo científico e a ilusão do ser humano como senhor e dono da natureza, com poder e conhecimento para fazer dela o que bem entender.

A revolução industrial do século XIX e o conseqüente desenvolvimento tecnológico permitiram a exploração em grande escala dos recursos naturais, conduzindo: a um aumento do crescimento económico, estabelecendo uma nova ordem mundial em que a produção e o consumo se tornaram cada vez maiores; a um crescimento desmedido das zonas urbanas e a uma aceleração do crescimento da população mundial; e a uma profunda alteração do ser humano com o meio (Schmidt, 2008).

Tudo isto teve implicações e provocou alterações radicais na relação do ser humano com o meio ambiente. É por isso que, a par dos enormes e inegáveis benefícios resultantes das grandes invenções e descobertas da ciência, o progresso tecnológico trouxe também impactos negativos, tais como: poluição industrial, com produção excessiva de detritos; contaminação das águas e da atmosfera; exploração ilimitada de recursos naturais com a conseqüente eliminação de áreas florestais e de outros recursos naturais; como por exemplo a contaminação de solos e o perigo de extinção de espécies animais (Schmidt, 2008).

Foi este cenário que levou cientistas e intelectuais a constatar a existência dos desequilíbrios e dos prejuízos que a acção do ser humano estava a provocar na natureza, e

a alertar para as consequências ecológicas do modelo de desenvolvimento adoptado pelos países industrializados (Schmidt, 2008).

É no contexto da consciencialização de profundos desequilíbrios ambientais provocados pelo desenvolvimento tecnológico acelerado que o conceito de ecologia desenvolvido pela primeira vez por Ernst Haeckel em 1869, assume importância. Enquanto preocupação generalizada as questões ambientais surgiram no século XX entre finais dos anos sessenta e início de setenta, mas as raízes do ambientalismo e os movimentos pioneiros, sobretudo ingleses e norte-americanos, remontam ao século XIX (Schmidt, 2008). As primeiras organizações e leis de cariz ambiental, surgem no Reino Unido como reacção aos danos da revolução industrial, e dizem respeito aos fumos poluentes provocados pela combustão do carvão. A primeira legislação que visava regular os problemas de saúde consequentes das actividades produtivas são a Manchester Association for the Prevention of Smoke (1843) e a Britain's Alkali and Public Health Acts (1863) (McCormick, 1995:18). Com o objectivo principal de proteger o campo da expansão urbana (Buller, 1997) surgem também os movimentos pioneiros de protecção da natureza, nomeadamente os Commons, Open Spaces and Footpaths Preservation Society (1865); East Riding Association for the Protection of Sea Birds (1867); Association for the Protection of British Birds (1870).

Posteriormente, nos EUA surgiram também organizações pioneiras como a American Ornithologists Union (1883) e a Audubon Society (1886), e criaram-se os primeiros parques nacionais dos quais se destacam o Yellowstone, em 1872. Cerca de vinte anos mais tarde nasce a associação norte americana Serra Club (1892), cujo objectivo era igualmente preservacionista, conservar a floresta e outros recursos naturais nas serras da Califórnia, mas com uma vocação muito mais activista do que era habitual nos movimentos conservacionistas ingleses (Markham, 1994).

A tradição colonialista europeia deixa as suas marcas, no início do século XX, com as primeiras convenções para proteger a fauna de África - Convenção para a Preservação de Animais, Pássaros e Peixes em África, assinada em Londres em 1900 e o primeiro Congresso Internacional para a Protecção da Natureza, realizado em Paris, data de 1909.

Uma outra linha de preocupações, embora menos marcante, na origem da consciência ecológica, também no século XIX, decorre de uma tradição humanista europeia ligada aos efeitos da industrialização sobre as populações operárias urbanas recrutadas nos campos ingleses. Villermé e Engels traçam esse testemunho de um quadro

de vida e de trabalho em condições de extrema insalubridade, e a medicina do trabalho desenvolver-se-á, em parte, para lhes dar resposta (Beaud et al., 1993).

Contudo, não será nem sob o impulso destas preocupações humanistas, nem mesmo pela continuidade do pensamento e movimento naturalista, que o campo temático do ambiente ganha projecção e se instala nas preocupações públicas, sociais e políticas, a que Portugal também se subscreveria (Flores, 1937). A maioria destes movimentos, convenções, leis e causas inscrevem-se numa perspectiva restrita, de tradição marcadamente conservadora, revelando uma preocupação dominante ora com a gestão dos recursos naturais, ora com a simples preservação da natureza em si própria.

Em Portugal surge sobretudo pela pressão de factos políticos, nomeadamente a mediatização pública de depoimentos científicos, sejam individuais, sejam organizados em conferências e que encontram um terreno de acolhimento que se vinha a preparar desde o final da Segunda Grande Guerra. Por um lado, com os problemas da fome e da demografia que afectavam o terceiro Mundo e com os programas desenvolvidos pela ONU, FAO, e UNESCO e, por outro lado, com a questão nuclear e a inquietação civil desencadeada na sequência da explosão da bomba de Hiroshima-Nagasaki, geradora dos movimentos civis pelo desarmamento.

Na genealogia das questões ambientais surgem três ordens de problemas dominantes que, por sua vez, marcaram a génese das diferentes tradições ambientais: a denominada “velha” questão conservacionista/natureza selvagem sempre presente mas nunca muito incisiva; a fome/demografia; e a bomba atómica/nuclear, os quais, nos anos setenta, irão dar origem ao “ambientalismo moderno” reunindo várias bases de apoio.¹⁷

A preocupação com a fome com que se confrontavam os países subdesenvolvidos esteve na origem da formação da FAO em 1945. Nessa altura, a fome era um problema que estava longe de ser considerado “ambiental”, não se articulando com a explosão demográfica e sendo tratado basicamente como um problema de economia e de justiça social. É, aliás, ainda nesta perspectiva que Josué de Castro¹⁸ ao pôr a descoberto o carácter artificial da subalimentação e o papel nefasto das monoculturas, se opõe às teses neo-malthusianas, e aponta as contradições insustentáveis do tipo de desenvolvimento para que o mundo caminhava. Um modelo de desenvolvimento que se havia imposto e também já se

¹⁷ VI Congresso Português de Sociologia, 2008.

¹⁸ Primeiro presidente da FAO, a Geografia da Fome (1946, 1975) e a Geopolítica da Fome (1951) são duas obras essenciais no que concerne a problemática da fome.

tornara um desafio para a parte da humanidade que o economista Alfred Sauvy qualificou em 1952 como “Terceiro Mundo”, alertando para aquele “quinto” da população mundial que não dispunha, então, nem de “um dólar por dia” para viver.

Com base nestes dados o Clube de Roma (1972), uns anos mais tarde, chamou a atenção para o problema, sublinhando que a questão da fome no Terceiro Mundo, articulada agora ao exponencial salto demográfico, iria acabar por vitimar o próprio Ocidente.

De 1940 a 2010 as descobertas científicas, medidas políticas, convenções e protocolos sobre energia e clima, acidentes com repercussões mundiais, assinaladas como datas de relevo nas acções da União Europeia, sintetizam-se no quadro 1A (ver anexo 1).

3.2 Movimentos Ecológicos¹⁹

A ecologia, tem estado relacionada com o movimento político e social heterogéneo “Green Movement”, cujo objectivo é a defesa do meio ambiente. Este movimento promove a consciencialização social para a preservação da saúde do ser humano em equilíbrio com os ecossistemas naturais, propõe e recomenda reformas legais e realiza várias denúncias.

Em 1961, foram formadas associações de movimentos ecológicos para a protecção do meio ambiente “Greenpeace” e “WWFA”. Em meados dos anos setenta, surgiram partidos políticos tais como “OS VERDES” na Alemanha e também em Portugal e mais recentemente o PAN (Pessoas, Animais e Natureza) e também outros países começaram adoptar a criação de ministérios do Ambiente.

Na tentativa de evitar a destruição do nosso Planeta, governos e movimentos ecologistas têm vindo a promover conferências e outras acções concertadas nesse objectivo. Foram feitas várias conferências no sentido de evitar a poluição e degradação do nosso planeta, entre as quais: a conferência de Estocolmo em 1972, com a participação de cento e treze países; a conferência ECO 92, também conhecida como a Cimeira da Terra ocorrida no Rio de Janeiro em 1992 contando já com cento e setenta países; a conferência de Dezembro de 1997, no Japão da qual surgiu o protocolo de Quioto que tinha como objectivo a redução de emissões de gases que provocam o efeito de estufa e onde se abordou o tema das alterações climáticas; a quarta cimeira em Joanesburgo, na qual foi assinalado como compromisso o desenvolvimento sustentável que significa, a “regulação

¹⁹ Texto adaptado de <http://www.freewebs.com/efalousada/cidadaniaeempregabilidade.htm>

da economia pela preocupação de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras”.

Em Portugal, também identificamos organizações não-governamentais que lutam contra a destruição do planeta como a “Quercus”, a “Geota”, “Os Amigos da Terra” e a “Liga para a Protecção da Natureza”.

Ao nível internacional, destacamos para o Serviço Social algumas iniciativas, tanto de produção científica, como de acções e movimentos: *Journal of Critical Social Work: Special editions of environmental Social Work*; *Journal of International Welfare: Environmental Social Work theme 2012*; *Australian Social Work – journal: special issue 2013 on SW Enabling Sustainable Ecological Living*; Gray, Coates & Hetherington 2012: *Environmental social work*; Lena Dominelli 2012: *Green Social Work Movement*; Publicações em várias línguas: Alemão (Elsen, Wendt), Belga (Flamengo) (Peeters), Suéco (Rambaree), Finlandês (Matthies & Närhi 2014); European ENSACT Conference in Brussels 2011 on Sustainability; Joint World Conference on Social Work and Social Development em Estocolmo 2012: Global network of environmental social work (rede global de serviço social ambiental) foi estabelecida; McKinnon & Alston (eds.) *Ecological Social Work towards Sustainability* (2015); rede global on-line para formação nesta área, além de um grupo de académicos de Serviço Social que reúne periodicamente on-line (via Skype) onde já se reuniram vinte e oito países. Nos últimos quatro anos tem sido crescente e significativo o interesse por esta área

3.3 Política ambiental em Portugal

Portugal não tem verdadeiramente inscrito na sua política ambiental moderna, nenhuma das raízes do ambientalismo internacional. Quando muito percebe-se na sua curta história ambiental uma raiz conservacionista sobretudo devido aos trabalhos da Liga para a Protecção da Natureza (LPN). A LPN, fundada em 1948 e que se enquadrava de facto nos movimentos conservacionistas internacionais da época, produziria inúmeras pesquisas, bem como os primeiros inventários do património natural, que iriam estar na origem de muitas das actuais áreas protegidas. Manteve, no entanto, um perfil muito discreto ao nível da sua intervenção política e pública, tendo, nas suas três primeiras décadas de existência, uma tarefa quase estritamente científica e académica (Schmidt, 2008).

As questões ambientais tiveram, assim, um percurso muito próprio. O país chegou à política ambiental, ou, melhor dizendo, a política ambiental chegou ao país, marcada

sobretudo pela influência externa, primeiro de efemérides, e depois através das leis e directivas europeias e desde cedo, as medidas de política ambiental oficial chegam-nos de fora, impulsionadas por acontecimentos ou pressões externas (Soromenho Marques, 2007)

Apesar do momento crucial ser o da adesão à União Europeia (EU), já antes se podiam identificar factos e momentos em que se verificou o dito impulso externo, embora apenas a partir do governo de Marcelo Caetano, com o Ano Europeu da Conservação da Natureza, em 1970, se desencadeou a primeira Legislação da Conservação da Natureza (Lei 7/70). Esse diploma levaria, por sua vez, no ano seguinte à criação do Parque Nacional da Peneda-Gerês, marcado pela contestação abafada das populações locais e pela indiferença geral das elites nacionais (Castro Caldas, 1991).

Por outro lado, foi a necessidade de preparação da participação portuguesa na Conferência de Estocolmo que esteve na origem da Comissão Nacional do Ambiente (CNA). Esta, criada em 1971 no âmbito da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), que produziu em 1971 o primeiro “Relatório Nacional sobre os Problemas Relativos ao Ambiente” em Portugal (Schmidt, 2008).

A CNA integrava-se no conjunto de tentativas de aproximar Portugal às questões e organizações internacionais, quebrando o isolamento do país devido à política colonial.

Passado o período da revolução com as suas especificidades próprias, entre as quais, a desvalorização das questões políticas ambientais, foi de facto a adesão à União Europeia (1986), quase coincidente com o Ano Europeu do Ambiente (1987), que constituiu um marco crucial na política ambiental do país, trazendo-lhe novas exigências, reforçando-lhe a legislação e intensificando as medidas. A UE trouxe ainda claras vantagens de apoio financeiro para infra-estruturas básicas e conseqüente melhoria das condições de vida. Os finais dos anos 80 foram, pois, anos charneira em que se conjugaram alguns factores e acontecimentos chave para o protagonismo das questões ambientais. Ao nível legislativo destaca-se a aprovação da Lei de Bases do Ambiente (LBA), em 1987. Na sua sequência surgiram leis sobre os mais diversos problemas ambientais: gestão da poluição da água, do ar e do ruído e dos resíduos, defesa do litoral, e protecção das espécies. Entre 1987 e 1992 foram publicados quase setenta diplomas implicando directamente a gestão dos recursos naturais e a protecção do ambiente (Melo e Pimenta, 1993).

Com excepção dos primeiros instrumentos estruturantes, mas avulsos, que visavam a conservação da natureza e aprovados durante a vigência de Ribeiro Telles (1974-76;

1982-83), esta foi a grande fase de arranque da produção legislativa sobre ambiente em Portugal, e, embora muitos dos decretos tivessem de esperar vários anos até serem regulamentados, seria a partir das directivas europeias que todo o quadro jurídico administrativo nacional se construiria. A partir de então, o país, enquanto membro da UE, seguiria todos os tratados, protocolos e convenções, tal como as conferências que lhes deram origem (Schmidt, 2008).

Contudo, todas estas leis e directivas transpostas produziram poucos resultados efectivos face às expectativas criadas. Quando, mais tarde, os sucessivos diagnósticos foram fazendo a avaliação do impacto das políticas, leis e medidas, verifica-se que esta influência externa acabou por ter frágeis reflexos internos, não sendo suficiente para implementar e, menos ainda, para consolidar, uma política do ambiente (Schmidt, 2007). Considerados os três eixos fundamentais que compõem uma Política Ambiental: eixo internacional, eixo cívico e eixo oficial (Dunlap, 2007), verificou-se que, se Portugal adquiriu dimensão internacional/global por via da adesão, ainda estava longe de conseguir uma dimensão cívica forte e uma estrutura administrativa oficial com autonomia e capacidade de afirmação.

A acção da UE acelerou o quadro jurídico-institucional e trouxe apoios financeiros e tecnológicos, mas internamente, foi a inércia que prevaleceu, criando-se uma espécie de resistência. Segundo Soromenho Marques (1998), as políticas ambientais foram pouco assumidas pelos decisores, mudando conforme os responsáveis do ministério, não se tendo criado linhas de continuidade em decisões cruciais. A falta de força política levou assim a que se instalasse uma espécie de consentimento tácito em relação ao incumprimento das leis ambientais. Por outro lado, uma espécie de “efeito hierárquico” que criou dificuldades ao processo de endogeneização das políticas. As medidas ambientais e de conservação da natureza foram sendo decididas e impostas de fora para dentro ou de cima para baixo (*top-down*), sem uma efectiva participação e amadurecimento democrático, ou seja, sem base social de apoio. Para o período de 2007-2013, a política ambiental nacional e comunitária é definida de forma integrada com outras políticas comuns. Procurou-se, assim, que a preocupação ambiental estivesse presente em todos os domínios, de modo a que as metas relativas ao ambiente fossem mais facilmente alcançadas (Life +). O objectivo do Life + é contribuir para a execução, a actualização e o desenvolvimento da política e da legislação ambientais da Comunidade, incluindo a sua integração noutras políticas.

A legislação comunitária e a nacional reflectem esta preocupação, subjacente ao Sexto Programa de Acção em Matéria Ambiental - *Ambiente 2010: o nosso futuro, a nossa escolha*. A economia portuguesa no período 2008-09 foi gravemente afectada pela crise económica e financeira mundial e entrou em recessão como consequência da desaceleração económica mundial enfrentado actualmente um período no qual a consolidação orçamental será uma das principais prioridades tendo por objectivo resolver um forte défice orçamental. O Pacto de Estabilidade e Crescimento de 2010-13 previa o fortalecimento de medidas fiscais relacionadas com o ambiente, com vista a uma melhor manutenção da sua função de incentivo e por forma a melhorar a sustentabilidade fiscal.

O desenvolvimento sustentável é, há muito, um objectivo comum às várias políticas da UE. Em 2001, os dirigentes da UE lançaram a primeira estratégia de desenvolvimento sustentável da UE, que foi posteriormente revista em 2006 para colmatar lacunas e dar resposta a novos desafios. A estratégia revista estabelece ligações estreitas com as alterações climáticas e a política energética e realça a importância da educação, da investigação e do financiamento público para se conseguir chegar a padrões de produção e consumo sustentáveis. Outros dois processos merecem também destaque a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) e o Planeamento Territorial.

Em 1969 o Congresso dos Estado Unidos da América (EUA) aprova a legislação que viria a ser a génese da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) de projectos, o National Environmental Policy Act (NEPA). O NEPA (promulgado em 1970) estipula como obrigatória a necessidade de avaliação prévia de impactos de “grandes acções da responsabilidade dos departamentos federais que possam afectar significativamente o ambiente” (Jones et al. 2005).

Em 1978 o termo “grandes acções” foi definido como incluindo regulamentações, projectos, programas, políticas, procedimentos e propostas legislativas de responsabilidade federal (CEQ, 1978).

O objectivo inicial da AIA é assegurar que aspectos ambientais sejam considerados nas decisões públicas e privadas referentes a novos projectos de desenvolvimento, incidindo inicialmente apenas sobre factores ecológicos. Na década de oitenta o contexto socioeconómico e político emergente, dinâmico e complexo, provoca a alteração do paradigma de planeamento, evoluindo-se de uma atitude passiva para uma intervenção pró-activa.

Em 1987 o Relatório Brundtland introduz o desenvolvimento sustentável na agenda política internacional, afirmando que o ambiente e o desenvolvimento económico não podem ser dissociados (WCED, 1987). Mais tarde, a Agenda 21 resultante da Conferência do Rio em 1992 assume a necessidade de integrar questões ambientais na decisão política sugerindo instrumentos de planeamento e avaliação de visão integrada (UNCED, 1992). Instala-se assim o contexto para o desenvolvimento de um novo instrumento de avaliação de impactes que integre os novos paradigmas de desenvolvimento sustentável e planeamento territorial. O termo Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) é usado pela primeira vez num relatório produzido pela Comissão das Comunidades Europeias em 1989 (Wood e Djeddour, 1989). Na década de noventa este termo é utilizado para referir a avaliação de políticas, planos e programas (PPP), passando a AIA a estar associada ao nível do projecto. Esta distinção vem reconhecer a necessidade de adaptar a metodologia de avaliação a objectos de carácter estratégico, adoptando critérios de sustentabilidade, prazos e escalas alargados (Partidário, 2006, Vicente, 2007).

Na Europa é desenvolvido um esforço de uniformização de políticas referentes à AIA e AAE na fase de formalização metodológica desenvolvida nos anos noventa. Em 1991 é ratificada a Convenção de Avaliação de Impactes Ambientais num Contexto Transfronteiriço, em Espoo, Finlândia (UNECE, 1991), através da qual os quarenta e seis estados signatários se comprometem a desenvolver a avaliação antecipada dos impactes ambientais de certas actividades cujos impactes possam atingir uma escala transfronteiriça. Portugal ratifica a Convenção no ano 2000. Durante a década de noventa várias metodologias são formalizadas em diferentes países e organismos internacionais. No entanto, a aplicação continua a ser muito similar à AIA. As principais abordagens metodológicas desenvolvidas têm como base (adaptado de Partidário 2006a): a prática de AIA de projectos, tornando-se a AAE um instrumento de avaliação reactiva (Holanda, Hong-Kong ou União Europeia); a prática de planeamento sectorial e de uso do solo, quer como processos paralelos e separados (Reino Unido, Suécia ou Austrália), ou em integração completa (Nova Zelândia); abordagens de análise de política, tendo a AAE evoluído como instrumento de política ambiental (ex.: Canadá e Dinamarca).

Como resultado desta evolução, reconhecem-se actualmente duas abordagens dominantes na prática internacional da AAE (Partidário 2007b): a abordagem orientada por práticas de AIA, que integra questões ambientais e sociais em políticas, planos e programas para criar melhores contextos para o desenvolvimento de projectos e a

abordagem de orientação estratégica, que procura assegurar perspectivas largas e de longo prazo que melhorem o desempenho e os resultados da decisão estratégica.

A prática europeia tem vindo a manifestar um esforço de distinção entre a AIA de projectos e a Avaliação Ambiental de PPP's materializado na produção de duas directivas, uma referente à AIA, em 1985 (Directiva 85/337/CEE) e outra à Avaliação Ambiental de planos e programas, em 2001 (Directiva 2001/42/CE de 27 de Junho). A Directiva 2001/42/CE resulta da necessidade de uniformização de práticas e conceitos europeus relativos à Avaliação Ambiental de planos e programas, que procurou estabelecer condições de desenvolvimento similares no território europeu²⁰. Esta Directiva aplica-se a “planos e programas” excluindo a avaliação ambiental de políticas e, apesar do seu objectivo principal ser “promover o desenvolvimento sustentável” (Artº 1º), o conceito de ambiente adoptado limita-se a questões predominantemente físicas, pelo que o seu texto tem sido criticado por vários autores (Partidário, 2000, Therivel, 2005, Dalal Clayton e Sadler, 2005).

Em 2003 o “Protocolo da AAE” (UNECE, 2003) assinado em Kiev, na Ucrânia, vem reforçar a Convenção de Espoo dando enfoque à escala regional e transfronteiriça dos impactes ambientais. Este documento confere mais relevância à participação pública (Art.º 8º) do que a Directiva Europeia (Stoeglehner e Wegerer, 2006) e, apesar de apenas recomendar a avaliação de planos e programas e também se refere a políticas e legislação (Artº 13º). O protocolo aprofunda a necessidade de articulação entre os processos de planeamento e AAE, destacando a flexibilidade adaptativa que a AAE deve ter em relação a diferentes processos de planeamento (Art.º 7º).

Em síntese, a Avaliação Ambiental tem registado avanços: na sua escala e objecto, evoluindo da avaliação micro de projectos (AIA) para uma avaliação mais abrangente, “centrada na dimensão política dos processos de planeamento” (Bina, 2003); no seu âmbito, acompanhando a evolução dos conceitos de ambiente e sustentabilidade, desde

²⁰ Portugal transpõe a Directiva Europeia em 2007 com a publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de Junho, mais tarde integrado na revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 316/2007 de 19 de Setembro) e que procede à adaptação do regime geral relativo à avaliação ambiental de planos e programas e à avaliação ambiental dos instrumentos de gestão territorial, incluídos no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, que tem como objectivo introduzir nos procedimentos de elaboração e aprovação dos instrumentos de gestão territorial o procedimento de avaliação ambiental respectivo.

considerações meramente biofísicas, passando pela integração de preocupações sócio-económicas e culturais, até à consideração do ambiente num sentido lato incorporado no desenvolvimento sustentável. Os principais marcos a referir na evolução histórica da AAE encontram-se no quadro I.3:

Quadro I.3 – Marcos históricos na evolução AAE

Ano	
1969	O NEPA é aprovado pelo Congresso americano, mandatando todas as agências federais e departamentos a considerar e avaliar os efeitos ambientais das propostas de legislação e outros projectos de grande envergadura (período de formação).
1978	O Conselho americano para a Qualidade Ambiental (USCEQ) lança regulamentos de aplicação do NEPA e requisitos específicos para a avaliação de Programas
1987	A Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento, através da declaração de Tóquio (WCED, 1987), vem reforçar a preocupação em considerar a dimensão ecológica nos processos de decisão das políticas
1989	O Banco Mundial adopta uma Directiva interna (D.O. 4.00) sobre a AIA que promove a preparação de avaliações ambientais sectoriais e regionais
1990	A Comunidade Económica Europeia lança uma primeira proposta para a Directiva sobre a Avaliação Ambiental de PPPs (período de normalização)
1991	A Convenção de Espoo sobre a AIA num Contexto Transfronteiriço promove a aplicação da Avaliação Ambiental de PPPs (Schrage, 1999)
1991	O Comité de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE adopta princípios que incentivam a análise e monitorização de impactes ambientais dos programas de assistência (OECD, 1992)
1992	O Plano de Acção das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, conhecido como Agenda 21 (UNCED, 1992), defende a integração das questões ambientais nos processos de decisão a todos os níveis
1992	O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento introduz a figura de Levantamento Ambiental como ferramenta de planeamento (UNDP, 1992)
1997	A Comissão Europeia lança uma proposta relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente (CE, 1997)
2001	A Comissão Europeia aprova a Directiva comunitária 2001/42/CE relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente (período de expansão)
2003	A UNECE adopta um Protocolo sobre AAE que, uma vez ratificado, compromete os signatários a desenvolver AAEs a planos e programas

Fonte: Vicente 2007 (complementado de Partidário 2000 e adaptado de Sadler, 2001)

3.4 Aplicabilidade das medidas no quadro Nacional

O quadro legislativo nacional, lançado pela Directiva Europeia 2001/42/CE e transposto pelo Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de Junho, lança algumas dúvidas conceptuais e metodológicas ao referir implicitamente duas abordagens distintas, uma mais estratégica no preâmbulo, onde o objecto de avaliação são as grandes opções estratégicas do plano ou

programa e suas alternativas e outra claramente de base AIA no “corpo” do Decreto-Lei, ao destinar a avaliação ambiental ao enquadramento de projectos sujeitos a AIA, adoptando um conceito de ambiente limitativo e excluindo as políticas dos objectos sujeitos a avaliação.

Este diploma, em conjugação com a republicação do Decreto-lei nº 380/99 de 22 de Setembro, dada pelo Decreto-Lei n.º 316/2007 de 19 de Setembro, obriga à avaliação antecipada dos efeitos esperados no ambiente dos instrumentos de gestão territorial. O objecto de avaliação é o conjunto das decisões de natureza estratégica, actuando sobre o processo de concepção e elaboração da estratégia de desenvolvimento para o território em causa e não sobre os impactes das soluções propostas. Pretendia-se com a AAE influenciar a decisão, inculcando valores ambientais no processo de planeamento e procurando que a estratégia de desenvolvimento seja mais sustentável.

No entanto, a ampla prática de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) à escala do projecto em oposição à ainda recente prática nacional de AAE tem vindo a criar dúvidas conceptuais e práticas junto dos técnicos de planeamento, em particular sobre o que é o objecto de avaliação e qual o real contributo da AAE para o processo de planeamento. Estas dúvidas são agravadas por um enquadramento legal pouco claro, propositadamente amplo em relação às abordagens a tomar.

O quadro de orientações da União Europeia é complexo e embora nos alerte relativamente à importância da questão do ambiente, é de difícil acesso a consulta sobre a forma como os diferentes Estados-Membros estão a implementar as directivas e recomendações. Em relação a Portugal a percepção é que no essencial este corresponde a pouco mais que uma transposição das recomendações e resoluções adoptadas pela Comissão Europeia e propostas aos Estados-Membros. Ainda assim, há alguns aspectos sobre as questões ambientais no que se refere às respostas que merecem destaque, sobretudo no que se refere aos objectivos preconizados.

Nos últimos anos a abordagem às questões do ambiente e da sustentabilidade ganham um novo relevo sobretudo com a renovação da Estratégia de Lisboa e o lançamento do novo Programa Comunitário de Lisboa para o ciclo 2008-2010²¹. Com o lançamento da Estratégia “UE 2020”²² as políticas da UE - Decreto-Lei nº 207/2006, de 27

²¹ Comunicação de 11 de Dezembro de 2007, intitulada «Estratégia de Lisboa».

²² Europa 2020: estratégia para o crescimento da União Europeia, Bruxelas, COM (2009) 647 final, 24 de Novembro de 2009.

de Outubro D.R. n.º 208, Série I, de 27-10-2006, aprova a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, em alteração com a entrada do novo Governo .

A transição de um modelo de desenvolvimento baseado no crescimento económico para um modelo de desenvolvimento sustentável, necessário para a manutenção da existência humana, implica modificar a visão e inter-relação com a natureza, através do uso consciente e racional dos recursos do planeta e tomando como premissa que a pobreza é incompatível com um desenvolvimento sustentável.

A EU cria as Estratégias de Desenvolvimento Sustentável (EDS) como referenciais de políticas diversas, uma visão global de desenvolvimento em todas as suas vertentes e a longo prazo. Anualmente, nos Conselhos Europeus de Primavera é feita a sua avaliação e disponibilizado um relatório pela Comissão.

Destacamos a nível nacional a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015) e o respectivo Plano de Implementação (PIENDS) aprovados pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de Agosto. Elaborada de forma compatível com os princípios da Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável (EEDS), constitui um instrumento de orientação política da estratégia de desenvolvimento do País no horizonte de 2015 e, um referencial para a aplicação dos fundos comunitários no período 2007-2013 - Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável. ENDS 2015; Plano de Implementação da ENDS 2015 – PIENDS; 1º Relatório Bienal de Execução da ENDS 2015.

A estrutura de governação da ENDS foi alterada em 2010, cabendo ao Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP), do Ministério do Ambiente e Ordenação do Território (MAOT), coordenar o desenvolvimento da ENDS e assegurar a articulação com a Estratégia Europeia De Desenvolvimento Sustentável, (Despacho n.º 13560/2010, de 24 de Agosto). Compete ao Grupo Operacional do MAOT, a missão de operacionalização da ENDS (Despacho n.º 2316/2011, de 1 de Fevereiro).

A ENDS e o PIENDS estão em vigor desde 2007 e abrangem um horizonte temporal até 2015. No âmbito das obrigações comunitárias são entregues à CE os relatórios bienais de acompanhamento e monitorização da ENDS, os quais são submetidos ao Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS) para garantirem uma permanente participação da sociedade civil no acompanhamento da implementação da Estratégia (Parecer do CNADS - 1º Relatório Bienal da ENDS 2015).

Outro instrumento de política nacional foi o Programa Polis - Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades, foi criado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000, de 15 de Maio, que propõe desempenhar um papel mobilizador e potenciador de iniciativas que visassem a qualificação urbanística e ambiental das cidades, com o objectivo de melhorar a qualidade de vida nas cidades, através de intervenções nas vertentes urbanística e ambiental, melhorando a atractividade e competitividade de pólos urbanos que têm um papel relevante na estruturação do sistema urbano nacional.

O Programa Polis pretendia desenvolver um conjunto de intervenções consideradas exemplares, com base em parcerias, especialmente entre Governo e Câmaras Municipais, que pudessem servir de referência para outras acções a desenvolver pelas autarquias locais, tendo em vista: desenvolver grandes operações integradas de requalificação urbana com uma forte componente de valorização ambiental; desenvolver acções que contribuam para a requalificação e revitalização de centros urbanos e que promovam a multifuncionalidade desses centros; apoiar outras acções de requalificação que permitam melhorar a qualidade do ambiente urbano e valorizar a presença de elementos ambientais estruturantes tais como frentes de rio ou de costa; apoiar iniciativas que visem aumentar as zonas verdes, promover áreas pedonais e condicionar o trânsito automóvel em centros urbanos.

Em termos internacionais destacam-se a Agenda 21²³ e a Carta de Aalborg²⁴, assinadas pelo município de Lisboa. Ambos documentos estabelecem premissas para a implementação de acções que promovam a sustentabilidade urbana e ambiental da cidade. A um outro nível, a Agenda de Lisboa procura aliar “crescimento e inovação a emprego de qualidade”. Em linha com o que prevê a *Nova Carta de Atenas*, nomeadamente a criação da *Cidade Coerente*, através da conjugação das coerências *Social, Económica e Ambiental*, o Programa de Acção para o Bairro procura estruturar de forma coerente a morfologia do tecido urbano, mantendo a vivência própria do espaço e preservando a sua diversidade e riqueza cultural.

O programa enquadra-se também na redacção da *Carta de Leipzig sobre as Cidades Europeias Sustentáveis*, através da qual os ministros responsáveis pelo Desenvolvimento

²³http://www.apambiente.pt/_zdata/Instrumentos/GestaoAmbiental/A21L/Guia%20Agenda%2021%20Local.pdf

²⁴ Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade aprovada na Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, realizada em Aalborg, Dinamarca, a 27 de Maio de 1994

Urbano dos Estados Membros da União Europeia se comprometeram a tudo fazer em prol do *desenvolvimento urbano integrado, bem como a* dar uma atenção particular aos *Bairros carenciados* das cidades.

O Programa de Acção definido para os bairros carenciados das cidades enquadra-se no quadro normativo da legislação portuguesa regulada pelo Regime Jurídico de Ordenamento e Gestão Territorial, que abrange políticas de desenvolvimento territorial e de promoção da sustentabilidade ambiental e urbana. A nível nacional, são vários os documentos que dão corpo a esses desígnios. Destacam-se aqueles com maior incidência sobre o Planeamento Urbano: a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2015, o Plano Nacional para as Alterações Climáticas, o Plano 5 Nacional do Emprego, o Plano Tecnológico, o Plano Estratégico de Habitação 2008-2013 e o Programa Nacional de Planeamento e Ordenamento do Território (PNPOT).

São objectivos do Programa de Acção os definidos no PNPOT, com especial incidência nos seus Objectivos Estratégicos 4 e 6, referentes ao assegurar da “equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social” e ao reforço da “qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e das instituições”.

Adequa-se igualmente ao estipulado pelo Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML).

A síntese das medidas e a ligação aos diplomas que regulamentam e transpõem as directivas comunitárias encontra-se no quadro 2A (ver anexo 2).

3.5 A Habitação Social – Programas ²⁵

O Estado é o único organismo com estrutura e escala para tomar certas decisões, de forma a garantir igualdade e qualidade de vida a todos os seus cidadãos. Sendo que a habitação, é um dos elementos fundamentais para que esse objectivo se concretize, visando criar condições que permitam o acesso aos indivíduos a habitações condignas.

²⁵ Rocha, H., Ferreira, P. e Cunha, S., (2012) comunicação “*Políticas de Habitação em Portugal*”, 1ª Seminário de Regeneração Urbana em 27 de Setembro de 2012, publicado nas actas do Seminário e no livro (no prelo) do Projecto de Investigação “Regeneração Urbana da Quinta da Mina e Cidade Sol, cidade para todos, como caso de estudo” - CITAD (Centro de Investigação em Território, Arquitectura e Design), Universidade Lusíada de Lisboa.

O direito à habitação é um dos direitos sociais devido a todos os cidadãos, explícito no Artigo 65º da Constituição da República Portuguesa, aprovada em 1976 (última revisão, Lei Constitucional nº 1/2005). Assim como o direito a um Ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado, Artigo 66º. Cabe ao Estado responsabilizar-se pela questão da habitação social, não só porque é uma questão social e política, mas porque assume um papel fundamental de unificar o território com vista a ordena-lo, em conjunto com a sociedade civil.

As medidas políticas postas em prática são, como não podia deixar de ser, um reflexo do seu tempo e das necessidades da sociedade (ver anexo 3).

No Estado Novo, apesar da tomada de consciência das condições insalubres em que vivia a classe trabalhadora proveniente do êxodo rural para os grandes pólos urbanos de Lisboa e Porto, o programa das casas económicas, o primeiro de muitos, revelou-se ineficaz pois era apenas acessível a indivíduos com rendimentos acima do mínimo. Devido à falta de respostas adequadas, o número de barracas construídas por indivíduos carenciados foi aumentando.

No Pós-Revolução, com o retorno de indivíduos das ex-colónias²⁶ a situação deteriora-se. No entanto, o Estado²⁷ procura respostas específicas com poucos ou nenhuns resultados (Vieira, 2013). Desde então, houve um grande crescimento do parque habitacional, aumentando a venda de habitação e diminuindo o arrendamento, derivado ao aumento e melhoria das concessões de crédito à habitação e ao congelamento prolongado das rendas. Algumas das medidas executadas, baseadas numa política de números, promoveu o realojamento que derivado ao tipo de população a que se destinou e à localização escolhida aumentou a segregação social de certos bairros.

O crescimento do parque habitacional nos últimos anos conduziu à desqualificação e degradação do mesmo e à urgência de soluções para as necessidades provenientes desse crescimento. Nesse sentido são várias as políticas postas em prática das quais destacamos:

O Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) - (Despacho, 6 de Agosto de 1974), tinha como objectivo o realojamento de famílias de baixos rendimentos residentes

²⁶ A população residente recenseada em 1981 era de 9 833 014 com uma média de 3,3 indivíduos por família. O forte crescimento da população, em relação à década anterior deve-se, em grande parte, ao fluxo migratório com origem nas ex-colónias portuguesas (INE, 1981 - 16 de Março (XII Recenseamento Geral da População) (II Recenseamento Geral da Habitação).

²⁷ Decreto-Lei 209/77, de 26 de Maio.

em bairros de barracas, espalhados por todo o país. Adoptaram-se processos de autoconstrução para que os futuros moradores se organizassem e participassem, promovendo o seu processo de apropriação. As intervenções privilegiaram a construção das novas casas, sempre que possível, onde existiam as barracas, preservando ligação dos habitantes ao lugar. Este, foi dos poucos momentos em que os arquitectos, se confrontaram de forma mais directa e critica com o seu trabalho, adequando a arquitectura ao contexto físico mas sobretudo ao contexto social. Na maior parte dos casos, os resultados foram bem melhores do que outros projectos de realojamento dos anos oitenta e noventa.

O Programa Especial de Realojamento (PER) - (Decreto-lei nº163/93), tinha como o objectivo realojar a população residente em barracas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, solucionou o problema de vários bairros de barracas dispersos pelos concelhos, mas ficou abaixo das expectativas, derivado à incapacidade financeira dos Municípios e à deficiente construção dos programas de intervenção. No entanto, a longo prazo, as intervenções do PER manifestaram resultados bastante negativos, como consequência de uma base meramente economicista baseada em números que não previu as consequências do realojamento concentrado de população carenciada com graves problemas sociais, entre outros factores.

O caso de estudo Quinta da Mina e Cidade Sol, presente nesta investigação, é um exemplo disso, em que 74% da população recenseadas no programa do Concelho do Barreiro, foram realojadas na freguesia de Santo António da Charneca, com a agravante que 62% do total desta população foi realojada nos 13 edifícios que caracterizam a Quinta da Mina, originando uma enorme transformação no tecido social desta zona.

Destacam-se não uma política mas um conjunto de políticas que visam a reabilitação/regeneração urbana, que se sucedem e relacionam entre si.

O Programa de Recuperação de Imóveis Degradados (PRID), surge em 1976, destinava-se à criação linhas de crédito para financiar a recuperação de imóveis habitacionais degradados mas os resultados alcançados ficaram aquém das expectativas, extinguindo-se até ao final da década de oitenta. O PRID foi a primeira experiência nacional de apoio à reabilitação de edifícios, especialmente nas zonas históricas onde o estado de degradação dos edifícios era mais evidente.

O Programa de Reabilitação Urbana (PRU), aparece em substituição do PRID, pelo Despacho 4/SEUH/85, de 22 de Janeiro, mas com um objectivo mais abrangente, em que o imóvel isolado deixa de ser a principal preocupação. Com o PRU surgem os gabinetes

técnicos locais (GTL), direccionados para o lançamento e gestão da reabilitação urbana. Os resultados da implementação deste programa permitiram o reconhecimento da insuficiência da política de reabilitação (Madeira, 2009).

Em 1988 o Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas - PRAUD, substitui o PRU, com o objectivo de recuperação de áreas ambientalmente degradadas (históricas ou não) e do património construído, intervindo desde bairros clandestinos e degradados, até à reconversão de zonas industriais, mas foi nas zonas históricas que teve maior incidência. Ainda em 1988, surge o Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA), (Decreto- Lei n.º 4/88, de 6 de Junho), que tal como o PRU substitui o PRID, destinado a apoiar a execução de obras de conservação e recuperação em edifícios habitacionais degradados arrendados, cuja renda tivesse sido objecto de correcção extraordinária em pelo menos um fogo. Este programa, tinha como objectivo dinamizar o mercado de arrendamento e simultaneamente incentivar a reabilitação de edifícios abandonados numa lógica especulativa (Madeira, 2009).

Para colmatar situações não contempladas na legislação anterior, em 1996, aparecem dois novos programas, o Regime de Apoio à recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas (REHABITA), e o Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal (RECRIPH). No caso do REHABITA, este não se restringe ao edifício isolado mas abrange uma escala urbanística e o RECRIPH prevê apoio financeiro realização de obras em edifícios de propriedade horizontal, mas apenas na componente de áreas comuns.

Em 1999, foi criado o SOLARH que integra duas lógicas distintas (social e política) em fases distintas. O SOLARH é concebido como Programa de Solidariedade e Apoio de Recuperação à Habitação, destinando-se ao apoio de pequenas recuperações em habitações de idosos fora das áreas urbanas (Madeira, 2009). Dois anos mais tarde, o programa é actualizado, com o objectivo de criar condições que permitam estimular a colocação no mercado de arrendamento inúmeros fogos devolutos, promovendo a reabilitação do parque habitacional. Consequentemente, o nome por extenso do programa foi alterado para Programa de Apoio Financeiro Especial para a Reabilitação de Habitação.

Os referidos programas de reabilitação direccionados para os imóveis arrendados apresentavam uma reduzida aplicabilidade devido a questões de natureza diversa, que reflectia a diversidade do parque habitacional e a situação socioeconómica do país, mas contribuía para a sensibilização da necessidade da reabilitação do parque habitacional, que

continua a agravar-se, justificando-se o aparecimento de novos programas como o PROHABITA (Programa de Financiamento para Acesso à Habitação) e o PROREABILITA. Estes visavam um maior número de situações, do que as já contempladas noutros programas, permitindo o exercício da reabilitação mais abrangente e promovendo-a face à nova construção.

Recentemente, como já referido, no quadro das políticas de cidades, a habitação passa a ser vista como um elemento fundamental da qualidade de vida, conseqüentemente o POLIS XXI (Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades) procurou envolver e articular de forma integrada as várias componentes vitais de uma cidade, entre as quais, se destaca a habitação (Madeira, 2009), tendo sido um grande passo para pôr *par a par* a habitação e a reabilitação, já que valorizou a função habitacional enquanto elemento fundamental para a requalificação das cidades. Esta política expressa a necessidade de promover o acesso à habitação ao mesmo tempo que apela à articulação da política da habitação com a qualificação urbana, (requalificando essencialmente áreas críticas, abandonadas e obsoletas).

Contudo, a prossecução destes objectivos pressupunha necessariamente a existência de fontes de financiamento e, neste caso, estas fontes compreenderiam recursos públicos nacionais e comunitários, neste último caso com origem noutros programas operacionais, e também instrumentos de financiamento europeus, como o Mecanismo Financeiro do Espaço Europeu Económico (EEE) e, em particular, o Banco Europeu de Investimento (BEI).

Apesar de ter existido uma tendência para se intervir somente nos centros urbanos consolidados, há hoje o reconhecimento da necessidade de pôr em prática os princípios da reabilitação urbana em diversas e diferentes áreas (Fidalgo, 2012). Assim, previram-se quatro tipologias de acção para o POLIS: operações integradas de requalificação e inserção urbana de bairros críticos; operações de recuperação e qualificação ambiental de áreas periféricas e re-funcionalização de áreas abandonadas; operações integradas de valorização de áreas de excelência urbana (centros históricos, frentes ribeirinhas, etc.); projectos integrados de melhoria do ambiente urbano.

Neste âmbito estavam previstas sessenta operações de reabilitação urbana e ambiental de áreas periféricas. Para a concretização dos objectivos estabelecidos no POLIS XXI surge outra iniciativa promovida pelo governo, a elaboração do Plano Estratégico de Habitação (PEH) 2008-2013.

O PEH tem duas importantes missões, garantir uma habitação condigna a todos os cidadãos e a promoção da qualidade de vida dos mesmos. Porém, o cumprimento destas missões encontrava-se dependente da concretização de vários objectivos, nomeadamente, do apoio ao acesso habitacional para população com dificuldades; da articulação entre a política de habitação e as outras políticas e do aumento dos níveis de eficiência e de eficácia na gestão e financiamento público. Em linha com o que prevê a Nova Carta de Atenas, nomeadamente a criação da Cidade Coerente, através da conjugação do triângulo Social, Económico e Ambiental.

O Programa de Acção para o Bairro procura estruturar a morfologia do tecido urbano, mantendo a vivência própria do espaço e preservando a sua diversidade e riqueza cultural e enquadra-se na redacção da Carta de Leipzig sobre as Cidades Europeias Sustentáveis, através da qual os ministros responsáveis pelo Desenvolvimento Urbano dos Estados Membros da União Europeia se comprometeram a tudo fazer em prol do desenvolvimento urbano integrado, bem como a dar uma atenção particular aos Bairros carenciados das cidades (Marques, e Madeira, 2010).

Não nos podemos esquecer, também, do já referenciado PORLisboa 2007-2013 (Programa Operacional Regional de Lisboa, para o período de programação 2007-2013), que assentava nas grandes recomendações da política de coesão, no desígnio estratégico do QREN e se ancora na Estratégia Regional, Lisboa 2020 e os seus quatro eixos, dos quais destacamos o Eixo 2: Sustentabilidade Territorial e o Eixo3: Coesão Social.

Actualmente, vigora o PORLisboa 2014-2020 do qual destacamos as metas políticas a prosseguir: integração das pessoas em risco de pobreza e combate à exclusão social; promoção do desenvolvimento sustentável, numa óptica de eficiência no uso dos recursos; reforço da coesão territorial, particularmente nas cidades e em zonas de baixa densidade. A concretização destas propostas depende, em larga medida, da adesão das autarquias, da sua capacitação e capacidade financeira para agir de acordo com o definido.

A Europa parece já ter assumido que é mais favorável renovar e utilizar edifícios existentes do que demolir e construir de novo. Contudo, Portugal entrou com algum atraso no processo de reabilitação e os programas criados neste domínio não foram eficazes na prática, embora tenham servido para sensibilizar as populações e as autarquias para a importância desta temática (Marques e Madeira, 2010).

O direito à habitação digna está presente na maior parte das constituições de países democráticos. Mais do que oferecer casas àqueles que não têm condições de adquiri-la, estão implícitas questões como a integração social e o exercício de cidadania.

No entanto, de acordo com Barreto et al. (2010:630)

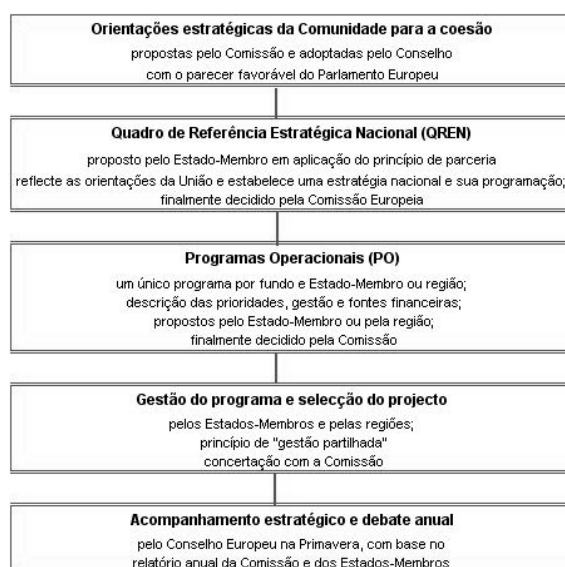
...o Estado tem-se mostrado ineficiente: o excesso de burocratização, a falta de vontade política, distancia cada vez mais o governo das necessidades sociais, culminando numa desarticulação entre o que se precisa fazer e o que de facto é feito.

e o mesmo, pode ser percebido entre o discurso político e a realidade da implementação. Os indivíduos tornaram-se meros receptores de casas e não existe um investimento no seu projecto de vida e no seu *empowerment*.

A construção dos bairros sociais tem despertado sentimentos de segregação e de exclusão, resultados antagónicos em relação aos objectivos propostos de inclusão e integração social (Marques e Madeira, 2010).

Nos últimos anos a abordagem às questões do ambiente e da sustentabilidade ganham um novo relevo sobretudo com a renovação da Estratégia de Lisboa, o lançamento do novo Programa Comunitário de Lisboa para o ciclo 2008-2010, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015) e o respectivo Plano de Implementação (PIENDS) elaborados de forma compatível com os princípios da Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável (EEDS). A figura I.1 ilustra a sequência do ciclo de programação da Política de Coesão 2007-2013:

Figura I.1- Ciclo de programação da Política de Coesão 2007-2013



Fonte: http://www.observatorio.pt/item1.php?lang=0&id_channel=18&id_page=75

O documento da Política de Coesão 2014-2020²⁸, refere que as cidades são os motores da economia europeia e podem ser consideradas como catalisadores, no entanto, são também os locais onde mais se acentuam problemas como o desemprego, a segregação e a pobreza; as políticas adoptadas em relação às áreas urbanas têm, portanto, um significado mais amplo para a UE no seu todo; as várias dimensões da vida urbana, ambientais, económicas, sociais e culturais, estão interligadas e o êxito do desenvolvimento urbano apenas poderá ser alcançado através de uma abordagem integrada; as medidas relacionadas com a renovação do espaço físico urbano têm de ser combinadas com medidas que promovam a educação, o desenvolvimento económico, a inclusão social e a protecção do ambiente e por outro lado, o desenvolvimento de parcerias sólidas entre os cidadãos locais, a sociedade civil, a economia local e os vários níveis de governação também é condição prévia.

No momento actual, a adopção de uma abordagem deste tipo revela-se especialmente importante dada a gravidade dos desafios que as cidades europeias estão a enfrentar. Estes desafios vão desde alterações demográficas específicas até às consequências da estagnação económica em termos de criação de empregos e desenvolvimento social, passando pelo impacto das alterações climáticas. A resposta a estes desafios será crucial. O mesmo documento, como objectivo, diz que:

As propostas da Comissão Europeia para a Política de Coesão 2014-2020 visam fomentar políticas urbanas integradas para melhorar o desenvolvimento urbano sustentável tendo em vista o fortalecimento do papel das cidades no contexto da política de coesão. Essas propostas são: estratégias de investimento integradas, com uma abordagem mais estratégica e holística; reservar fundos para um desenvolvimento urbano sustentável integrado (5% do FEDER); plataforma de Desenvolvimento Urbano: (Parcerias – uma lista de cidades a criar pelos Estados Membros); acções urbanas inovadoras; maior ênfase no desenvolvimento urbano ao nível estratégico; ferramentas melhoradas para executar acções integradas; maior oportunidade para enfrentar desafios urbanos abrangidos pelas prioridades de investimento; instrumentos financeiros; incentivo ao uso dos mesmos no desenvolvimento urbano sustentável; trabalhar em rede; intercâmbio de boas práticas.

²⁸ Texto adaptado do documento de Política de Coesão 2014-2020, http://www.qren.pt/np4/np4/?newsId=4179&fileName=20140131_apres_acordo_parceria_portugal_.pdf

As diferenças relativamente ao período 2007-2013 são:

- Abordagem integrada reforçada para enfrentar desafios urbanos. Ao passo que o Artigo 8 da Regulamentação do FEDER para o período 2007-2013 estipulava a opção de implementar o desenvolvimento urbano com uma abordagem integrada, no período 2014-2020 o desenvolvimento urbano deverá ser implementado através de estratégias que definam acções integradas (Artigo 7, n.º 1 da regulamentação proposta do FEDER). O artigo 12 da regulamentação proposta do FSE também contempla a contribuição suplementar do FSE para as referidas estratégias.

- O Investimento Territorial Integrado (ITI) substitui eixos de prioridades distintos para o desenvolvimento urbano: A introdução do ITI, permite a implementação de programas operacionais de uma forma transversal, apoiará a abordagem temática e facilitando a combinação adequada de investimentos nas estratégias urbanas integradas.

- Mais responsabilidades e oportunidades para as cidades: Os Estados-Membros poderão conceder às cidades a oportunidade de conceber e implementar estratégias totalmente integradas que combinem os recursos de eixos de prioridades distintos e de programas operacionais.

- Operações apoiadas por vários fundos, Programas Operacionais multifundos e financiamento transversal: A implementação de estratégias de desenvolvimento urbano integrado será melhorada com a possibilidade de combinar acções financiadas pelo FEDER, FSE e FC, tanto ao nível dos programas como das operações. O financiamento transversal entre o FEDER e o FSE de parte de uma operação (até 5% de cada eixo de prioridades de um Programa Operacional) manter-se-á para complementar à abordagem multifundos (Artigo 55, n.º 8, e Artigo 88º das Disposições Comuns propostas para os Fundos do QEC 2014-2020).

- Uma abordagem mais funcional que permite intervenções à escala adequada: Visto que um ITI pode abranger vários tipos de cidades e áreas urbanas, tal como definido pelos Estados-Membros, permite o financiamento de acções integradas ao nível do bairro ou do município e em áreas funcionais como cidades-regiões ou áreas metropolitanas, incluindo áreas rurais vizinhas.

No que respeita aos efeitos práticos, podemos perceber que os Estados-membros deverão:

- formar parcerias com autoridades regionais, locais e urbanas competentes e envolvê-las na preparação do Contrato de Parceria e na preparação, implementação, acompanhamento e avaliação dos programas (Artigo 5º das Disposições Comuns propostas para os Fundos do QEC 2014-2020).

- identificar as cidades nas quais o desenvolvimento urbano sustentável integrado irá beneficiar do apoio da política de coesão para reforçar o papel das cidades nos programas, bem como garantir que um mínimo de 5 % dos recursos atribuídos do FEDER é investido em acções integradas para o desenvolvimento urbano sustentável.

- indicar, tanto no Contrato de Parceria como nos Programas Operacionais, as cidades que venham a implementar acções integradas para o desenvolvimento urbano sustentável com gestão delegada e quais as cidades a serem consideradas para participar na Plataforma de Desenvolvimento Urbano.

O Programa Operacional também define a dotação de verbas indicativa de cada eixo de prioridades destinada às acções integradas. No final a sensação com que ficamos é de impotência, ou pelo menos, para os que não querem baixar os braços, com o sentimento de que nada neste discurso nos esclarece como vamos superar os desafios com os quais nos confrontamos diariamente.

Não obstante, o relatório do LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil), solicitado pelo Conselho Económico e Social, para a elaboração de uma proposta de estudo com o prazo de Outubro de 2011 a Julho 2012, sobre “Habitação, Reabilitação Urbana e Inovação Social no quadro da Política de Coesão pós 2013” (LNEC, 2011), no âmbito do Parecer de Iniciativa em preparação por essa entidade sobre “*Competitividade das Cidades, Coesão Social e Ordenamento do Território*”, alerta-nos para o seguinte:

Um olhar sobre os grandes objectivos associados a desideratos societais, a partir das abordagens das questões da habitação, remete sobretudo para valores e prioridades de discussão de princípios a desenvolver e/ou garantir em matérias de definição de critérios de qualidade de vida, garantias de sustentabilidade, direitos universais e modelos de desenvolvimento (LNEC, 2011:19).

...estamos em presença de um objecto passível de múltiplas abordagens, todas elas com relativo grau de consistência, mas com muito menos “afinidades” no seu ponto de partida (i.e., a habitação, que lhe dá o mote) do que nos pontos de chegada para que remetem (as questões urbanas e do território, da sua qualidade, sustentabilidade e exigências de coesão) (idem).

As questões da habitação, apesar de manterem uma presença constante e serem sistematicamente accionadas no debate das questões da coesão, não configuram matéria de Proc.º 0804/01/18456 27, competência directa das políticas comunitárias. Não obstante, tem-se registado, sobretudo na última década, movimentos que têm vindo a consolidar a sua incontornabilidade para a prossecução e desenvolvimento de matérias assumidas claramente como de âmbito comunitário, nomeadamente na abordagem das questões das coesões (social e territorial), das questões da sustentabilidade ambiental (sobretudo relacionadas com a produção de CO2 e de eficiência energética) e das estratégias de crescimento e desenvolvimento a adoptar e desenvolver na União Europeia (ibidem: 27).

As questões da habitação e da reabilitação urbana, para além das dimensões económicas e financeiras que accionam, estabelecem com todas as dimensões ligadas ao bem-estar e aos quotidianos das populações uma interdependência que, embora por vezes de difícil atribuição de causa-efeito, lhes acaba por fazer reconhecer um potencial de valor exponencial e sinérgico quer nos ciclos de agravamento quer de inversão de dinâmicas. Ou seja, se por si só poderão não explicar ou justificar determinadas tendências, a forma como interagem e interferem com outras dimensões (demográficas, sociais, ambientais, culturais, económicas, financeiras, políticas, etc...) acaba por ser essencial para a precipitação, o retardamento, o condicionamento ou o alavancar das dinâmicas e das escolhas dos povos e do seu desenvolvimento (idem).

Como efeito, surgem, simultaneamente associadas (LNEC, 2011:28): às grandes transformações societárias e às escolhas individuais das populações; à forma como os factores produtivos e reprodutivos se organizam nas construções societárias e às dinâmicas demográficas, de mobilidade, de uso e apropriação que daí podem decorrer; à discussão das questões de salubridade e de saúde individual e pública das populações e das questões de qualidade de vida urbanas e de sustentabilidade ambiental; à alavancagem económica em tempos de pós-guerra e às bolhas dos sistemas financeiros no despoletar de crises; à discussão das (in)seguranças urbanas e da sua resiliência face a riscos naturais, tecnológicos ou sociais; à discussão dos processos construtivos e de inovação tecnológica ou de produto e à discussão da criatividade, do valor arquitectónico e cultural do património construído; à discussão do desenvolvimento infantil, das questões do envelhecimento e dos vários modelos demográficos e de organização familiar e de coabitacões; à discussão de pedagogias de comportamentos e à de configuração de atitudes, crenças e valores na configuração de modos de vida; à discussão da vitalidade e morbilidade dos territórios; à discussão do tempo na sua linearidade e ciclicidade de renovação, no imediato, na subjectividade do seu vivido e nos ritmos mais longos que

configuram as tendências e a construção de movimentos transformacionais e de mudança social; à discussão da participação pública e da configuração de direitos e deveres de cidadania e à discussão dos direitos e deveres privados.

Esta lista de associações que, de acordo com o relatório do LNEC, se intitula de incompleta, tem, no âmbito do estudo, o objectivo de apresentar três ideias centrais que decorrem do reconhecimento do “valor sintético” das questões da habitação, a par da sua complexidade (LNEC, 2011:28-29): a primeira consiste no facto da “multiplicidade e diversidade de associações para que remete a discussão das questões da habitação conciliar” e, por isso mesmo poder diluir, os vários valores que lhe surgem associados, nomeadamente os que poderão ser mais determinantes para a definição das fronteiras entre esferas pública e privada ao seu entendimento e abordagem; a segunda consiste “na dificuldade que daí decorre para a clarificação do estatuto das questões da habitação como fim ou instrumento de política” e para a configuração dos domínios, papéis e competências a reservar para cada actor no sistema de acção, nomeadamente dos atores públicos; e Proc.º 0804/01/18456 29 e a terceira consiste “na dificuldade em estabilizar as duas primeiras questões em termos das escalas, níveis e domínios para que remetem, de acordo com as interdependências multi-escalares, multiníveis e multidimensionais que accionam na sua especificidade e transversalidade”, suscitando uma abordagem matricial complexa dos processos e dinâmicas para que as questões da habitação concorrem de forma generativa.

Consequentemente, este estudo chama a atenção sobre: a responsabilidade das políticas de habitação face “às imperfeições do funcionamento dos mercados e aos efeitos não desejados das suas externalidades”; a relevância “das políticas da habitação deverem orientar-se por preocupações redistributivas e sociais” e, o facto das “políticas de habitação deverem prosseguir, incorporar e contribuir sobretudo para objectivos outros que não apenas os directamente relacionados com as questões da habitação” (LNEC, 2011:30).

Também refere que, se mais nada houvesse a considerar para a definição das questões da habitação e da reabilitação urbana, se poderia que concluir através desta abordagem, face às dificuldades inicialmente enunciadas, as questões da habitação deveriam: tender para assumir uma dimensão de política pública imprescindível e significativa; ser tratadas como instrumento de política transversal; e assumir uma abordagem multi-escalar, multinível e multidimensional (LNEC, 2011:31).

Percebemos que as situações urbanas mais complexas e desintegradas, onde se situam os bairros sociais, não deveriam ser alvo de intervenções casuísticas, a utilização de

recursos públicos é posta em causa, porque o que se investe e o que se obtém como resultado está em total desequilíbrio, não há Estado ou sociedade que subsista com situações deste tipo e também não podemos ignorá-las se queremos apostar numa sociedade democrática com um desenvolvimento sustentável e integrado.

Nesse sentido, fica claro que a intervenção social deve ser um eixo a ter em conta, definido à partida com carácter de continuidade, não basta pensar a questão urbana apenas com carácter económico-político, mas relaciona-la com a questão humana, com o seu carácter social e ambiental, que conduza à sustentabilidade da humanidade.

4. Paradigma Ecológico (Ecologia Social, Comunitária, Dependência de Recursos)

O olhar tradicional para compreender e perceber a realidade, i.e. o paradigma que subjaz e tem condicionado nos últimos séculos o comportamento humano, organiza-se na ideia de que o universo, no seu todo, é uma máquina sem vida. Como tal, esta concepção perimiria extrair o máximo de todos os recursos (limitados) sem que se reflectisse nas consequências que essa filosofia teria nas gerações futuras.

As características típicas de uma sociedade industrial e capitalista, têm como pressuposto, a competitividade pela existência a partir do enriquecimento individual, da crença no progresso material com crescimento ilimitado, (e.g. Guimarães, s/d) esquecendo que a concepção instrumental da relação homem – natureza, se torna reducionista e que é parte da herança liberal, que nos tem conduzido a diversos problemas.

Esta concepção não tem levado em conta os processos sistémicos presentes no padrão das relações entre as pessoas, entre estas e a sociedade, e entre as pessoas, as sociedades e a natureza, menos ainda nos valores humanos e existenciais e de referenciais ligados à qualidade de vida.

Problemáticas como as desigualdades sociais, os limites do crescimento económico, desemprego, poluição em geral e outros, são sinais de um modelo disfuncional e inadequado, sem possibilidade de resposta aos desafios de um mundo globalizado, já que as características fenomenológicas não fazem parte do pensamento linear e racionalista, e muito menos se adequam em gráficos cartesianos, onde tudo se resume a um valor numérico e se desvaloriza a essência da vida: o Homem.

Galimberti (2006) afirma que, actualmente, o homem já não é *sujeito*, mas algo utilizado pela esfera técnica, que determina o seu agir, o modo de pensar, perceber, sentir e projectar. A versão antiga da técnica mediava a relação do homem com a natureza, a

versão actual, passou a ser o cenário dentro do qual homem e a natureza se colocam face às exigências promovidas pelas possibilidades técnicas, deixando de ser capaz de se perceber, fora desse mundo, i.e. de ter um conhecimento de si, fora desse âmbito.

Perante um futuro global de escassez de recursos, assimetrias sociais, disparidade na distribuição de rendimentos e degradação do meio ambiente, provocados pela ganância do crescimento económico e pela exploração dos recursos humanos e naturais, cumulativo com o “preço” de uma dívida externa que teremos que pagar, a que acresce o “buraco” financeiro provocado por instituições financeiras ineficazes ou corruptas, associado a um “desgoverno” político e uma crise de valores humanistas, falta de sentido crítico e um sistema que se confronta contra todos os que se proponham a encontrar soluções sustentáveis para os problemas, numa resistência à mudança dos sistemas institucionais estabelecidos, que se dizem a favor e ao serviço do “povo”, é difícil aliarmo-nos e não

(...) reflectir sobre a grande crise em que vivemos, em todos os âmbitos de acção do ser humano e em todos os lugares, (...) mais, percebemos que estas falhas estão interligadas e não podem ser entendidas de forma isolada, ou linear, como peças autónomas de um relógio (Guimarães, s/d:s/p).

Contudo, começamos a perceber gradualmente uma mudança de paradigma, embora este novo entendimento esteja longe do horizonte do pensamento político e económico, que o vê como uma ameaça à estrutura que os alimenta e que, apesar do reconhecimento de que para garantir a sobrevivência das espécies temos que adoptar soluções que garantam a sustentabilidade das gerações futuras, preferem fechar os olhos para não ver as consequências da inter-relação dos problemas actuais, perpetuando os erros com justificações mecanicistas e racionalistas.

O pressuposto da nossa exposição leva-nos à emergência de um novo paradigma, no caso, o ecológico. De acordo com Tavares (s/d:1) “Como conceber, todavia, a relação entre velho e novo paradigma? Não se trata de uma simples justaposição entre ambos, menos ainda de uma substituição de um pelo outro” O autor alerta-nos para o conflito dessa justaposição de um pelo outro, porque de facto “o novo paradigma encontra-se em processo de gestação enquanto o velho paradigma parece estar agonizando”.

Em 1973, surge um movimento chamado *Deep Ecology* (Ecologia Profunda), que o filósofo Arne Naess define como “A essência da ecologia profunda consiste em formular questões mais profundas” (Guimarães, s/d) e que segundo Capra,

Precisamos estar preparados para questionar cada aspecto isolado do velho paradigma. Eventualmente, não precisaremos nos desfazer de tudo, mas antes de sabermos isso, devemos estar dispostos a questionar tudo. (...) a Ecologia Profunda faz perguntas profundas a respeito dos próprios fundamentos da nossa visão de mundo e do nosso modo de vida modernos, científicos, industriais, orientados para o crescimento e materialistas. (...) questiona todo esse paradigma com base numa perspectiva ecológica: a partir da perspectiva dos nossos relacionamentos uns com os outros, com as gerações futuras e com a teia da vida da qual somos parte (Capra, 1997: 26 *in* Guimarães, s/d).

Embora gradualmente é (...) cada vez mais irreversível a consciência de que todos nós fazemos parte de uma teia frágil, linda e muito mais profunda do que nos fazem crer as nossas estruturas científicas e comerciais (...) fazemos parte da teia da vida que constitui um enorme organismo vivo (...) e esta nova percepção holística, sistémica ou inter-relacional entre todas as coisas que nos cercam (Guimarães, s/d:s/p).

A tal propósito, Morin diz que:

É preciso substituir um pensamento que separa por um pensamento que une, e essa ligação exige a substituição da causalidade unilinear e unidimensional por uma causalidade em círculo e mutu referencial, assim como a troca da rigidez da lógica clássica por uma dialógica capaz de conceber noções ao mesmo tempo complementares e antagónicas; que o conhecimento da integração das partes num todo seja completada pelo reconhecimento da integração do todo no interior das partes (Morin, 1997:19).

Acresce o pensamento de Capra, ao mostrar-nos o paradigma ecológico como “O novo paradigma (...)” (uma constelação de concepções, de valores, de percepções e de práticas compartilhados por uma comunidade e que estabelece uma visão particular da realidade) “(...) pode ser chamado de uma visão de mundo holística, que concebe o mundo como um todo integrado, e não como uma colecção de partes dissociadas” (Capra, 1996:21).

Reforçando que “a percepção ecológica profunda reconhece a interdependência fundamental de todos os fenómenos, e o facto de que, enquanto indivíduos e sociedades, estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza (e, em última análise, somos dependentes desses processos).” (Capra, 1996:21)

Brofenbrenner (1996) define o ambiente ecológico como um sistema de estruturas agrupadas, independentes e dinâmicas, que se apresentam em cinco sistemas: microsistema, os contextos em que o indivíduo participa directamente, de maior proximidade e imediatos (família, vizinhança, colegas); mesosistema, são as interacções

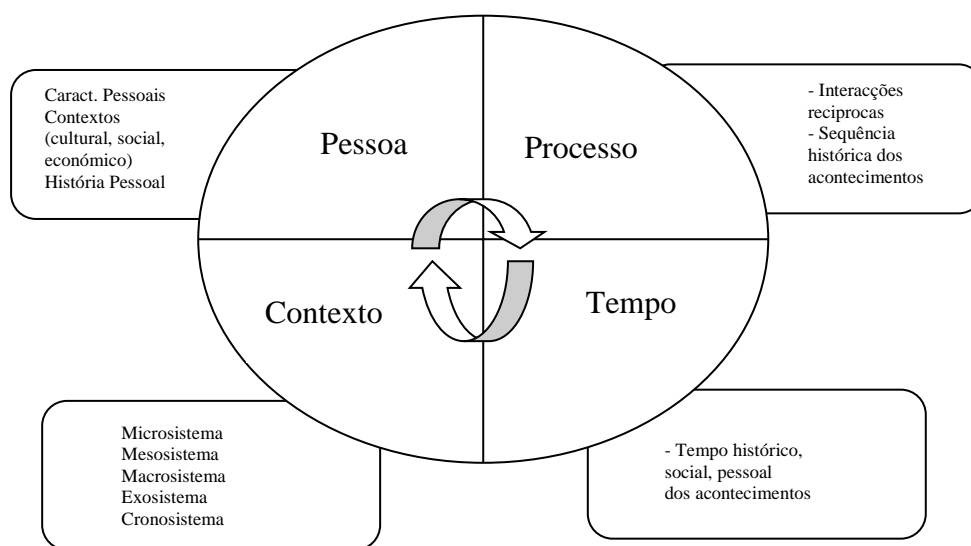
entre os microsistemas, nas inúmeras possibilidades de relação entre cada pessoa e os contextos; exosistema, não implica a participação activa dos indivíduos, mas afecta-o, principalmente se o individuo estiver numa situação de vulnerabilidade (autarquias, local de trabalho, segurança social); macrosistema, sistema alargado (padrões socioculturais, instituições, valores, crenças, modos de vida) aspectos que influenciam o macrosistema e consequentemente o individuo; cronosistema, que introduz a componente temporal, ou seja a influencia das mudanças que ocorrem durante o período de vida do individuo, no contexto e na dinâmica das interacções e relações com os outros sistemas (os processo que decorrem do contexto difere nos vários períodos e fases de desenvolvimento).

Nesta perspectiva entende o individuo de um ponto de vista global e integrado, sem contudo deixar de considerar o papel dos contextos na dinâmica de interacção que se estabelece entre o individuo e o ambiente, com a singularidade própria de cada individuo, que de acordo com o autor não corresponde a um modelo mecanizado, embora os contextos de vida de cada um não existam separados e coexistindo, influenciam-se mutuamente a diversos níveis e constantemente (Bronfenbrenner, 1996).

Os impactos que tudo isso possa ter estão na participação activa de cada individuo e dependendo dos casos contribui para uma maior ou menor influencia no seu processo de desenvolvimento. A teoria de Bronfenbrener (1996) considera o individuo (pessoa) na dinâmica das interacções entre quatro dimensões, conforme a figura I.2²⁹:

²⁹ O tempo histórico refere-se ao impacto da mudança histórica e social sobre os caminhos de desenvolvimento de uma coorte de nascimentos (todas as pessoas nascidas no mesmo período de tempo, como uma década em particular). Membros da coorte estão expostos às mesmas sequências de mudanças históricas e sociais ao longo do seu curso de vida. Assim, a experiência uma coorte de crescer e envelhecer é diferente da de uma outra da coorte (Elder, 1984; Riley, 1978, 1985). O tempo social refere-se ao momento de transições individuais e familiares e eventos de vida como influenciado pela mudança factores biológicos, económicos, sociais, demográficas e culturais. (Neugarten, 1979).

Figura I.2- Indivíduo - dinâmica das interacções



Fonte: Elaboração própria

Cada indivíduo ultrapassa os vários processos da sua vida de maneiras diferentes, de acordo com a sua experiência, características pessoais, recursos e apoios a que consegue ter acesso, por isso, o contexto de cada um é muito amplo e complexo, influenciado a todo o momento com as alterações e mudanças que ocorrem à sua volta, produzindo dinâmicas constantes a nível interno que levam a determinadas acções e reacções e que por sua vez configuram influências mútuas. Consequentemente, é fundamental entender e distinguir as diferenças de interacções entre os vários contextos de vida, como se processam essas influências e que impactos provocam.

O autor considera que a forma como o indivíduo atribui significado ao contexto onde actua e interpreta as normas e valores, determina o seu comportamento, interacção com os outros e as experiências vividas, i.e. a forma como cada um interpreta é singular e mesmo que os elementos do contexto se repitam, podem ser vividos consoante a configuração de cada indivíduo. Assim, “O que importa para a compreensão do comportamento é o ambiente como ele é percebido” (Bronfenbrenner, 1996:6).

Isto evidencia, que a dimensão de complexidade da realidade, requer um saber que exige do assistente social novas formas de actuação “Mais do que nunca, estamos diante de uma nova forma de conceber o saber, não um saber como posse, não um saber apenas como aquele campo de conhecimento sobre o qual se tem domínio, mas um saber como algo que se exerce” (Martinelli, 1998:136).

Quanto mais analisamos os problemas da actualidade, mais entendemos a sua inter-relação, interdependência e constatamos que não podemos entendê-los isoladamente. Não se constrói a prática apenas com o assistente social, mas em articulação com os indivíduos (objecto de intervenção), é através deles que se consolida a prática do Serviço Social, materializada pela colaboração e participação dos sujeitos de atenção nas dimensões ética, política, social, económica, cultural e na promoção da sua cidadania e *empowerment*.

CAPITULO II - DESENVOLVIMENTO LOCAL, SOCIAL & SUSTENTABILIDADE

O Desenvolvimento é concebido como um processo de qualquer mudança gradual, induzido por etapas até se chegar a uma *situação ideal (moderna)* por oposição à *situação inicial (tradicional)*.

Em sistemas complexos, como as sociedades humanas, o desenvolvimento só ocorre quando se conseguem instalar padrões de interacção internos (entre os elementos do conjunto) e externos (com o meio circundante) que melhor consigam assegurar as condições de existência do todo, quer dizer, da sociedade como tal. (Rocha, 2008:267).

Uma sociedade na qual uma pequena minoria de indivíduos melhora as suas condições de vida, mas que não consegue melhorar as condições de vida da restante população, não é uma sociedade que se desenvolve, ainda que possa ser uma sociedade que cresce economicamente.

A promoção do desenvolvimento local significa a implementação de acções nos territórios que permitam ao cidadão a sua participação activa, um controlo social efectivo sobre a gestão pública pelo meio de uma sociedade civil fortalecida e o *empowerment* dos grupos sociais, antes marginalizados, nas instancias superiores de tomada de decisão. Considerando-se o desenvolvimento local importante para o combate à pobreza, inclusão e integração social e consolidação da democracia.

O conceito engloba cinco dimensões: inclusão e integração social; renovação, dinamização e diversificação da economia local; inovação da gestão pública; protecção ambiental e o uso racional de recursos naturais e mobilização social;

Quando se diz que todo desenvolvimento é desenvolvimento social (Rocha, 2008), significa o desenvolvimento de todas as pessoas, das que estão vivas e das que viverão amanhã. Por outras palavras: desenvolvimento humano, social e sustentável.

Uma nova concepção de desenvolvimento – humano, social e sustentável – baseada num padrão de relação entre Estado e sociedade e uma nova compreensão das relações entre desenvolvimento e política (Franco, s/d:2).

Não se pode alterar esse ciclo reprodutor da desigualdade e da pobreza, a não ser intervindo sistemicamente no conjunto, em todas as dimensões, mediante a introdução de mudanças no comportamento dos agentes do sistema que interagem em termos de competição e colaboração.

É pela mudança das relações que se reproduzem na sociedade, pelas quais os papéis sociais são distribuídos de uma determinada forma que poderemos fazer isso (...) intervir nesses padrões de organização e nos modos de regulação por meio dos quais os papéis sociais são distribuídos e os comportamentos dos agentes são reproduzidos (Rocha, 2008:268).

O desenvolvimento é uma questão política, no sentido em que a política é um modo de regular o choque de opiniões e interesses que determinam a configuração de um sistema social como sistema de agentes que interagem em termos de competição e colaboração.

Se esse modo não for alterado, não há mudança de comportamento colectivo, não há mudança de papéis e não há mudança na composição, na quantidade ou na qualidade do que chamamos de capital humano e de capital social – este último, sobretudo, um conceito essencialmente político. Ora, se não houver alteração do capital humano e do capital social, não pode haver desenvolvimento, considerando que todo desenvolvimento é desenvolvimento social (Franco, s/d:1).

Quando se transformam os indivíduos de uma comunidade, bairro ou local, em beneficiários passivos e permanentes de programas assistenciais estatais, que lhes chegam verticalmente, além de não favorecer o desenvolvimento do capital humano, corre-se o risco da destruição do capital social. Ao verticalizar as relações e desestimular as conexões horizontais, ao desmobilizar a criatividade e a inovação (capital humano) para enfrentar colectivamente os problemas, ao substituir a colaboração pela competição por recursos exógenos e ao impedir que essa colaboração se amplie e se reproduza socialmente (capital social), o sistema político está a exterminar os factores necessários para que aquela comunidade se possa desenvolver.

Diversos autores (Marx, 1818-1883; Furtado, 1961; Gellner, ([1993] 2000) Schumpeter, ([1911] 1961), defendem que o factor económico é fundamental em qualquer processo de desenvolvimento.

Para tanto, é abordada a relação entre o conceito de crescimento económico e o conceito de desenvolvimento, assim como a relação entre desenvolvimento, meio ambiente, industrialização e qualidade de vida. O debate acerca do conceito de desenvolvimento é bastante rico no meio académico, principalmente quanto à distinção entre desenvolvimento e crescimento económico, pois muitos autores atribuem apenas os incrementos constantes no nível de renda como condição para se chegar ao desenvolvimento, sem, no entanto, se preocupar como tais incrementos são distribuídos (Scatolin, 1989:24).

Deve-se acrescentar que “apesar das divergências existentes entre as concepções de desenvolvimento, elas não são excludentes. Na verdade, em alguns pontos, completam-se” (Scatolin, 1989:24).

O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento económico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes sectores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar económico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia) (Vasconcellos e Garcia, 1998:205).

No entanto, não é possível promover o desenvolvimento sem estimular a multiplicação das actividades produtivas, sem democratizar o acesso à propriedade produtiva ou seja, sem socializar a riqueza (Santos, 2002). Na ausência destes factores, pode-se, sim, ter crescimento económico, mas este será, provavelmente, um crescimento sem desenvolvimento. Do ponto de vista do desenvolvimento, o mais importante a considerar aqui é o aumento das possibilidades de apropriação, por parte de uma variedade maior de sujeitos, e não o aumento absoluto do valor do que é produzido, ou seja, é necessário democratizar a economia, possibilitando que mais e mais pessoas empreendam, montem os seus próprios negócios, aumentando o capital empresarial local, que actualmente se denomina de empreendedorismo.

Democratizar a riqueza “é democratizar o acesso à (e o sucesso da) propriedade produtiva” (Santos, 2002). Quanto mais indivíduos, que queiram empreender em actividades lucrativas o possam fazer e quanto mais indivíduos conseguirem prosperar, mais democratizada estará a riqueza (Rocha, 2008)

Mas o sucesso dos empreendimentos depende do capital humano e do capital social dos empreendedores, do ambiente interno e externo nos quais tais empreendimentos se realizam, ou seja, dizendo a mesma coisa de modo menos preciso, empreendedores com *défices* de conhecimentos e imersos em ambientes com *défices* de *empowerment* são candidatos ao insucesso (Rocha, 2008).

A dimensão económica é imprescindível em qualquer processo de desenvolvimento, mas essa dimensão não é capaz, por si só, de promover o desenvolvimento. Para que a comunidade se possa desenvolver é preciso devolver às pessoas a capacidade de sonhar, de acreditar, de confiar, de se auto-motivarem e fortalecer a sua capacidade de integração na comunidade, quer dizer, de partilhar os seus sonhos

e de cooperar na procura de objectivos comuns, exercendo o seu protagonismo para alcançar os seus próprios recursos, na solução de problemas locais, conectando-se horizontalmente em rede, democratizando decisões e procedimentos e inaugurando novos processos participativos de carácter público. Se assim não for, as pessoas não geram, não ampliam e não reproduzem, promovendo, como diz Paul Valéry (1931:103), “a arte de impedir as pessoas de participarem de assuntos que, propriamente, lhes dizem respeito”. E há uma maneira de fazer isso: incentivando uma prática, que favoreça o *empowerment* individual e colectivo, a cooperação, as redes e a democracia.

Além dos problemas de pobreza, de má distribuição de rendimento, das imperfeições dos mercados, há o problema do meio ambiente, que está a agravar-se com o passar do tempo. Tempo que ultrapassa a racionalidade tradicional utilizada na economia, tempo em anos, uma vez que na ecologia o tempo se amplia para séculos e milénios (Sachs, 2002), como tal, os processo de degradação da natureza ao serem agravados, agravam, simultaneamente os problemas sociais e nessa medida, associado ao desenvolvimento social está subjacente o grande desafio da humanidade, o desenvolvimento sustentável (Oliveira, 2010).

Ely (1986:79-81) destaca a importância “da correcta alocação de recursos, escassos, para maximizar o bem-estar social da população”. Para ele essa afirmação é o ponto de partida entre a relação económica, social e ambiental. Na visão de Ely (1986), o meio ambiente é o recurso potencial do qual a humanidade depende. Contudo, o autor alerta que esse recurso se está a tornar cada vez mais escasso, devido ao rápido crescimento populacional, da riqueza gerada e acumulada pelo crescimento económico e pela inovação tecnológica crescente nas sociedades industrializadas.

Assim, o que importa realçar é que o grau de degradação ambiental é afectado pelo estilo de desenvolvimento em cada país com incidência nos impactos ambientais originados pelo sistema económico vigente.

Becker *et al.* (2002:78-80) chamam a atenção para o facto de que “a sustentabilidade é fundada na racionalização dos recursos, sejam eles naturais, culturais ou humanos”. Para estes autores, ainda que com a combinação de diferentes dimensões da vida humana do desenvolvimento, sendo elas, económica, sociológica, política, cultural, tecnológica ou ambiental, é da visão do homem que resultará o tipo de sustentabilidade. Nesse sentido, segundo os autores, onde há visão do “homem económico, haverá um resultado de sustentabilidade; onde há predominância do homem político haverá outro tipo

de sustentabilidade”. Desta forma “cada região combina o social, o político e o económico de acordo com as suas necessidades e possibilidades” (Becker *et al.*, 2002:78-80).

Segundo Leonard (1992), a pobreza corrente e a destruição ambiental bloqueiam o progresso económico e social. Para o mesmo autor, a pobreza que persiste na periferia urbana e no interior de numerosos países de rendimento médio, a pobreza mais grave e a fome nos países de rendimento mais baixo impõe e limita seriamente o crescimento económico geral. Diz ainda que, agrupados, os problemas da pobreza, das cicatrizes deixadas pela destruição de recursos florestais, do solo e da água em todo o mundo demonstram o desperdício extremo da produtividade económica e a redução do potencial produtivo desses recursos no futuro.

Em oposição a essa visão, Grossmann e Krueger (1995 *in* Veiga, 2005), defendem que o crescimento económico não causa o inevitável dano ao *habitat* natural. Segundo estes autores, isso só ocorre em países muito pobres, porém, o seu meio ambiente será beneficiado pelo crescimento económico, assim que esses países atingirem em torno de oito mil dólares de rendimento *per capita*. Para Veiga (2005) a análise de Grossmann e Krueger é aceite pela comunidade dos economistas convencionais que são optimistas tecnológicos. Segundo o autor, todos eles acreditam que as inovações tecnológicas superarão qualquer impasse que coloca em xeque a continuidade do crescimento económico.

Já Castro (2006) relata que a insustentabilidade do desenvolvimento é determinada tanto pelo uso de tecnologias poluidoras e intensivas em energia, nos países ricos, como pela expansão demográfica e pela expansão da pobreza, nos países pobres. O autor descreve que, para reverter este quadro, são necessárias estratégias que estimulem a criação de tecnologias não poluidoras e pouco exigentes em energia.

A revisão dos principais elementos teóricos presentes no debate sobre desenvolvimento sustentável deixa transparecer a complexidade envolvida na sua aplicação plena e os conflitos inerentes às inter-relações entre as dimensões produtiva, social e ambiental.

Na actualidade a organização social revela uma manifesta impotência para fazer face às necessidades básicas de todos os cidadãos, o que origina a existência de profundas desigualdades ao nível das oportunidades de todos usufruírem de um padrão de vida digno. A denominada sustentabilidade do modelo de desenvolvimento actualmente adoptado contrapõe-se à produção insuficiente de bens e serviços para responder a tais necessidades

e a uma desequilibrada repartição dos recursos necessários à obtenção desses bens e serviços.

Partindo do significado inerente ao conceito de desenvolvimento sustentável que “é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”³⁰, é possível identificar duas ideias chave: a de “necessidades”, em particular a máxima prioridade que deve ser conferida às necessidades essenciais dos mais pobres à escala mundial; e a das limitações que a organização social aliada à tecnologia provoca ao meio ambiente, impedindo de satisfazer as necessidades presentes, mas essencialmente as futuras. Ideias que sugerem desde logo a conjugação de esforços de toda a sociedade, sem exclusão de qualquer dos seus segmentos. Porém, a promoção da harmonia entre indivíduos proposta pelo modelo actual, está longe de ter sido alcançada, sendo possível identificar nele causas de natureza estrutural para uma multiplicidade de problemas sociais.

As manifestações quer seja ao nível internacional, nacional, regional ou local, a resposta organizada às situações de privação, que afectam um número muito alargado de indivíduos, surge através das denominadas políticas sociais, que têm como principal finalidade prevenir, atenuar ou resolver esses problemas sociais e que se traduzem em situações de exclusão social e pobreza. Respostas que se pretende que assumam um carácter de continuidade por parte do poder político e supletivamente da sociedade civil, uma vez que a pobreza e a exclusão social, como problemas sociais de reconhecida complexidade e heterogeneidade, apresentam uma especificidade que se prende com o facto de não serem resolúveis com base nos recursos de que dispõem os seus protagonistas.

Ao longo dos últimos anos tem-se vindo a acentuar a vulnerabilidade da sociedade, pela globalização marcadamente económica, que está a provocar um aumento do emprego precário, degradação dos padrões tradicionais de vida familiar, exclusão dos menos capazes de se adaptarem e relativa oposição à mudança. A proliferação de grupos sociais de certa forma marginalizados ocorrerá face à existência de sentimentos de identidade profundamente marcados pela cultura, etnia, religião, etc. e que serão cultivados pela angústia e descontentamento. Circunstâncias que permitem compreender a necessidade de uma “*globalização mais humanizada*” sugerida por Stiglitz (2002), ao mesmo tempo que propõe algumas reformas para tornar a globalização mais justa e mais capaz de aumentar

³⁰ Segundo a declaração da Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Meio Ambiente e desenvolvimento do Rio de Janeiro, em 1992.

os níveis de vida, sobretudo a dos pobres. Reformas essas que implicam não apenas alterações nas estruturas institucionais, mas também de alterações nas crenças limitadoras impostas pelo sistema político e económico.

É nesta lógica de ideias que desde há alguns anos tem vindo a emergir a necessidade de promoção do desenvolvimento por forma a superar a visão de natureza economicista, e consequente planificação de “cima para baixo”, que o caracterizou. Isto é, os progressos económicos devem ser acompanhados das melhorias sociais e culturais porque o desenvolvimento não pode ser encarado como um simples crescimento. Trata-se pois de um fenómeno multidimensional que se exprime no bem-estar e qualidade de vida das populações perante o *slogan* “*A Europa deve ser a Europa dos cidadãos*”³¹ um dos desafios actuais da União Europeia consiste na criação de um sistema de protecção social que permita a melhoria da qualidade de vida e contrarie a exclusão social. O que pressupõe a actuação conjunta dos vários Estados Membros, assim como dos diversos parceiros sociais, no respeito constante ao princípio da subsidiariedade.

Obedecendo aos imperativos do Mercado Único, a política social europeia pretende corrigir os desequilíbrios económicos e sociais existentes ao garantir direitos mínimos e condições de protecção com vista ao atenuar das grandes disparidades entre Estados Membros. Os objectivos prioritários recaem na melhoria das condições de vida/trabalho, na formação de emprego, no desenvolvimento de recursos humanos com vista a alcançar um elevado nível de emprego, no diálogo social entre parceiros, na promoção de uma protecção social adequada e por consequência resolver o problema da exclusão social.

Deste modo, a política social europeia, ao pretender criar uma sociedade mais justa e dinâmica, estimula a parceria entre Política Social, Política Económica e Política de Emprego e apela à conjugação dos contributos da União Europeia, dos governos nacionais, parceiros sociais e de quaisquer outros intervenientes. Cooperação entre entidades que se revela de premente importância, pois só desta forma é possível atenuar/solucionar problemas relativos a uma convergência económica difícil, funcionamento deficitário do mercado interno e marginalização de grupos sociais mais vulneráveis. Apela à formação de redes de parcerias entre diversos grupos, em substituição do uso exclusivo da via

³¹ Todos os cidadãos europeus devem conhecer os seus direitos e poder exercê-los plenamente no seu dia-a-dia. O relatório sobre a cidadania da União contribui para esse objetivo. Os direitos dos cidadãos da UE estão consagrados na segunda parte do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia e no capítulo V da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. (<http://europa.eu/citizens-2013/pt/about/your-eu-rights>)

legislativa na resolução dos problemas sociais, e à promoção de uma sociedade activa, em vez de manter uma sociedade passiva, ao responsabilizar os cidadãos dos seus direitos mas também dos seus deveres.

A temática ambiente é, hoje em dia, pela sua transversalidade, indissociável dos domínios sociais, políticos e económicos. A existência de um enquadramento político e de um quadro legislativo, quer a nível nacional como internacional, é cada vez mais premente por forma a regular os comportamentos de todos os agentes económicos, em particular em relação às questões ambientais, de modo a que se promova um desenvolvimento sustentável.

Sachs (2000) define Desenvolvimento Sustentável como um modelo económico, político, social, cultural e ambiental equilibrado, que satisfaça as necessidades das gerações atuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades. Esta concepção começou a pôr em causa o estilo de desenvolvimento adoptado, quando se constata que este é ecologicamente predatório na utilização dos recursos naturais, socialmente perverso com as situações de pobreza e extrema desigualdade social, politicamente injusto com concentração e abuso de poder, culturalmente alienado em relação aos seus próprios valores e eticamente censurável no respeito aos direitos humanos e aos das demais espécies.

De acordo com Sachs (2000) o conceito de sustentabilidade comporta sete aspectos ou dimensões principais, a saber: Sustentabilidade Social – através da melhoria da qualidade de vida da população, equidade na distribuição de rendimentos e de diminuição das diferenças sociais, com participação a participação activa dos sujeitos; Sustentabilidade Económica, pública e privada, com a regularização do fluxo dos investimentos, compatibilidade entre padrões de produção e consumo, equilíbrio de balanço de pagamentos, acesso à ciência e tecnologia; Sustentabilidade Ecológica – cuidado no uso dos recursos naturais para minimizar danos nos sistemas vitais, reduzir os resíduos tóxicos e a poluição, reciclar materiais e energia, conservação, tecnologias limpas e de maior eficiência e regras para protecção ambiental; Sustentabilidade Cultural – significa respeito pelas diferenças, valores entre os povos e estímulo a processos de mudança que acolham as especificidades locais; Sustentabilidade Espacial/territorial - equilíbrio entre o rural e o urbano, equilíbrio de migrações, desconcentração das metrópoles, adopção de práticas agrícolas não agressivas à saúde e ao ambiente (utilização de químicos), limpeza e cuidado das florestas e industrialização descentralizada; Sustentabilidade Política - democracia

representativa para sistemas descentralizados e participativos, construção de espaços públicos comunitários, maior autonomia dos governos locais e descentralização da gestão de recursos; Sustentabilidade Ambiental - conservação geográfica, equilíbrio de ecossistemas, erradicação da pobreza e da exclusão, respeito aos direitos humanos e integração social. Engloba todas as dimensões anteriores através de processos complexos.

Um dos marcos para o debate do desenvolvimento sustentável mundial foi, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que se realizou no Rio de Janeiro em Junho de 1992 (a Rio 92). De uma série de documentos aprovados destacamos a Agenda 21, assim como um plano de acção mundial para orientar a transformação desenvolvimentista, com quarenta capítulos e cento e quinze áreas de acção prioritária. A Agenda 21³² tem como um dos principais fundamentos da sustentabilidade a consolidação da democracia e da cidadania, estimulando a participação dos indivíduos no processo de desenvolvimento, com ideais de ética, justiça, participação, democracia e satisfação de necessidades. Este processo iniciado no Rio 92 acentua a necessidade de consolidação de alianças com os diversos grupos sociais responsáveis pelas transformações necessárias, antes de se reduzir a questão ambiental a argumentos técnicos³³.

Assim, realçamos dois conceitos: sustentabilidade ambiental e ecológica, pensando que a manutenção do meio ambiente do planeta, é manter a qualidade de vida e manter o meio ambiente em harmonia com as pessoas, que perdure para as gerações futuras. O próprio conceito de sustentabilidade é para longo prazo, trata-se de encontrar uma forma de desenvolvimento, não querendo ser redundante, pelo que já se disse anteriormente, mas

³² Texto adaptado da Agenda 21 <http://www.ecologiaintegral.org.br/Agenda21.pdf>

³³ Destacamos alguns dos focos discriminados na Agenda 21: cooperação internacional seguido; combate à pobreza; mudança dos padrões de consumo; habitação adequada; integração entre meio ambiente e desenvolvimento na tomada de decisões; proteção da atmosfera; abordagem integrada do planeamento e da gestão dos recursos terrestres; combate ao desflorestamento; manejo de ecossistemas frágeis: a luta contra a desertificação e a seca; promoção do desenvolvimento rural e agrícola sustentável; conservação da diversidade biológica; manejo ambientalmente saudável dos resíduos sólidos e questões relacionadas com os esgotos; fortalecimento do papel das organizações não-governamentais: parceiros para um desenvolvimento sustentável; iniciativas das autoridades locais em apoio à Agenda 21; a comunidade científica e tecnológica; fortalecimento do papel dos agricultores; transferência de tecnologia ambientalmente saudável, cooperação e fortalecimento institucional; a ciência para o desenvolvimento sustentável; promoção do ensino, da consciencialização e da formação.

reforçando intencionalmente, que atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das próximas gerações de suprir as próprias necessidades.

O desafio é preservar o seu padrão de vida e manter o desenvolvimento tecnológico sem esgotar os recursos naturais do planeta e a sustentabilidade social, que é o conceito que descreve o conjunto de medidas estabelecidas para promover o equilíbrio e o bem-estar da sociedade, através de variadas iniciativas que têm como o objectivo ajudar indivíduos e membros da sociedade que enfrentam condições de vulnerabilidade.

1. Comunidades Vulneráveis e perspectiva ecológica para a intervenção do Serviço Social

Diversos autores, relacionam a sustentabilidade ambiental e social com a pobreza e os níveis de consumo da população. Motta (2002), descreve que níveis de rendimento mais altos podem dar margem a padrões de consumo ambientalmente mais limpos, induzindo uma trajectória tecnológica com menor intensidade de degradação do consumo. Também segundo o autor, quando a taxa de declínio desta intensidade excede a taxa de crescimento do rendimento, a degradação total decresce.

Motta (2002) aponta custos associados à poluição urbana: os pobres como têm menos meios para arcar com gastos defensivos contra a poluição, tendem, então, a sofrer mais com os seus efeitos. Bucknall *et al.* (2006), argumentam, por um lado, que a conservação das áreas naturais, a biodiversidade, a protecção do património global comum, podem não trazer benefícios para a redução da pobreza no curto prazo, mas tornam possíveis benefícios laterais em relação à pobreza num longo prazo. Por outro lado, os autores destacam que várias intervenções ambientais que têm o objectivo de reduzir os efeitos sobre a pobreza, também acarretam benefícios para o meio ambiente. “Água mais limpa, ar mais puro e melhor saneamento não só reduzirão a carga de doenças sobre os pobres como também produzirão um ambiente mais limpo de modo geral.” (Bucknall et al. 2006:3).

Não há soluções uniformes e aplicáveis para o combate da pobreza, pois ela é um problema complexo e multidimensional, com origem nas áreas nacional e internacional (Barbieri 2003). Segundo este autor, uma estratégia voltada para os problemas de desenvolvimento, da erradicação da pobreza e do meio ambiente, deverá considerar os recursos, a produção e as pessoas, as questões demográficas, a saúde, a educação, os

direitos da mulher, os jovens, os imigrantes e as comunidades locais de acordo com o processo democrático de participação.

Bucknall et al., (2006) analisam as relações de causalidade entre meio ambiente e saúde, bem como as contribuições ambientais para a saúde como, por exemplo, o ar poluído causa problemas de respiração, alergias, entre outros. Os autores ainda discutem a relação entre meio ambiente e a oportunidade económica, como, por exemplo, a erosão do solo causa danos económicos, mas não às pessoas. Motta (2002), no seu estudo, correlaciona a incidência de mortalidade infantil com serviços de saneamento básico, e assim descobriu que o aumento de 1% no investimento em saneamento reduziria 2,5% a mortalidade infantil. O autor também relacionou a variável de poluição do ar com os custos a saúde e também verificou alta correlação entre ambas.

Leonard (1992:16) argumenta que “para muitos economistas a relação existente entre pobreza e meio ambiente é parecida com a que existe entre inflação e desemprego, da forma postulada pela curva de *Phillips*”. Segundo o mesmo autor, essa relação impede que os países em desenvolvimento enfrentem os dois problemas ao mesmo tempo. Assim, é urgente a necessidade de conciliar as estratégias de combate à pobreza e de uma melhor protecção ambiental. Para Leonard (1992), a integração entre pobreza e a destruição ambiental ocasiona uma espiral ascendente de deterioração ecológica que ameaça a segurança física, o bem-estar económico e a saúde de muitas pessoas mais pobres do mundo.

Historicamente, foi no fim da década de cinquenta, na Europa, que o problema da pobreza começou a chamar a atenção dos cientistas sociais, dando origem a novas linhas de percepção quanto ao conceito, ao padrão de referência e às causas da pobreza. No entanto, não podemos esquecer que o significado social de pobreza varia, por vezes, de forma acentuada, de sociedade para sociedade (Almeida, 1992). Assim, a Pobreza é “uma situação de privação resultante da falta de recursos” (Bruto da Costa, 1998:27), que “se traduz em situações sociais de carência e exclusão” (Almeida, 1992:3).

Esta privação tem por natureza “diversos domínios das necessidades básicas ao nível da alimentação, vestuário, condições habitacionais, transportes, comunicações, condições de trabalho, possibilidades de escolha, saúde e cuidados de saúde, educação, formação profissional, cultura, participação na vida social e política, etc. (Bruto da Costa, 1998:27).

No caso destas carências, verifica-se que umas influenciam outras, o que, de um modo geral, se pode caracterizar por privação múltipla. No que concerne ao indivíduo

pobre, com o passar do tempo, o seu contexto de vida vai-se alterando, o que implica necessariamente uma significativa alteração da sua personalidade.

Mudam-se os hábitos, surgem novos comportamentos, alteram-se os valores, transforma-se a cultura, potencializam-se novas formas de sobrevivência, passa-se da revolta inicial face à situação para dar lugar ao conformismo, atenua-se a capacidade de iniciativa, esbate-se o nível de aspirações, diminui a autoconfiança, altera-se a rede de relações, deixa-se de ter uma identidade social e, conseqüentemente, a identidade pessoal (Rocha, 2008).

No que se refere à medição da pobreza, é difícil ter uma medição directa, contudo, a percepção é que certas categorias da população são particularmente vulneráveis, e que entre os pobres se encontram, um número significativo, de desempregados de longa duração, de jovens à procura do primeiro emprego, famílias monoparentais, minorias étnicas, e sobretudo deficientes e idosos, com recursos insuficientes para lhes assegurarem um nível de vida acima dos limiares da pobreza. Relativamente aos limiares da pobreza, é necessário distinguir alguns conceitos, nomeadamente a pobreza absoluta, a pobreza relativa e a pobreza subjectiva, de forma a clarificar a avaliação da pobreza.

O conceito de Pobreza Absoluta “inicialmente utilizado por Booth e Rowntree, “(...) parte da noção de necessidades elementares, a começar pelas de subsistência física, independentemente do nível geral de desenvolvimento da sociedade ou dos padrões de distribuição do rendimento e da riqueza” (Bruto da Costa, 1985:21). Este conceito é normativo, pois presume a possibilidade prática de definir o limiar da pobreza por critérios com base científica. Já o de Pobreza Relativa considera “a pobreza como um fenómeno essencialmente relativo, ou seja, como uma realidade que só pode ser definida convenientemente por comparação com a situação da sociedade em geral” (Bruto da Costa, 1985:21). Quanto ao conceito de Pobreza Subjectiva, este tem subjacente o modo como cada indivíduo avalia o grau de satisfação das respectivas necessidades e pode resultar das carências ao nível das necessidades básicas, da comparação com outras pessoas, ou até mesmo com períodos anteriores de vida ou com aspirações suscitadas pelos meios de comunicação. Num sentido mais concreto, este conceito pressupõe uma visão do “nível de pobreza“ em que cada indivíduo se considera estar (Bruto da Costa, 1985:23).

A pobreza identifica-se à primeira vista como desigualdade, mas esta só se converte em pobreza quando gera a exclusão de alguns cidadãos dos padrões de vida, costumes e actividades correntes na sociedade, na medida em que, no domínio económico,

o pobre não tem acesso aos sistemas geradores de rendimento e ao mercado de trabalho; a falta de recursos impede, naturalmente, ou limita fortemente, o acesso ao mercado de bens e serviços; o acesso ao sistema de crédito está-lhe totalmente vedado, restando-lhe, quando muito, a hipótese de recorrer a pequenos empréstimos de familiares ou amigos, ou de comprar a crédito bens essenciais, nomeadamente alimentos.

No que respeita ao domínio institucional, o acesso de uma família pobre aos serviços de saúde ou ao sistema educativo e de formação profissional, habitação social, à justiça ou aos serviços públicos em geral, está vedado (não por direito, mas muitas vezes por falta de conhecimento ou de recursos para se deslocar por exemplo) ou será extremamente insatisfatório. Consequentemente, também a participação cívica e política é bastante fraca ou até mesmo nula.

Quanto ao domínio das relações sociais, o pobre, pelo facto de ser pobre, está à partida limitado na participação destas, na medida em que, sobretudo nos centros urbanos, o pobre face à sua situação está excluído dos meios sociais correntes da sociedade. De acordo com Capucha (1998:12), “a pobreza é um fenómeno social, e em torno deste, surgem diferentes abordagens teóricas, nomeadamente a socioeconómica e culturalista”.

A própria pobreza, em geral, conduz, a um nível mais concreto, à ruptura com os familiares, e pode eventualmente levar a comportamentos autodestrutivos.

Alfredo Bruto da Costa diz que:

Os principais factores explicativos da pobreza (...) devem-se procurar na sociedade: no modo como a sociedade se encontra organizada e funciona, no estilo de vida e na cultura dominante, na estrutura de poder (político, económico, social e cultural) – tudo factores que se traduzem em mecanismos sociais que geram e perspectivam a pobreza e (...) a eliminação desses mecanismos não se faz sem mudanças sociais (Bruto da Costa, (1985) 2008:42).

A nova pobreza dos países mais desenvolvidos da Europa comunitária é, evidentemente, muito diferente da pobreza endémica e maciça do terceiro mundo (Almeida, 1992:3).

Em relação a Portugal devemos ter em conta que este é um país de desenvolvimento intermédio e se ainda não atingiu o nível de justiça e coesão de outros países, em parte se deve ao facto de só muito tardiamente estas questões terem sido reconhecidas como problemas do Estado. A pobreza e a exclusão social não são problemas de hoje, mas sim indicadores cruéis de uma coesão social não conseguida e o desafio que se nos coloca é de uma responsabilidade colectiva, como aliás refere a União Europeia.

Para Gonçalves “O combate à pobreza e a preservação do meio ambiente, configuram os dois dos principais problemas da humanidade”. O autor considera interessante perceber que, até há pouco tempo, a ideia que predominou foi a de que “para combater a pobreza o meio ambiente teria de ser sacrificado, ou, para que este fosse preservado, as populações dos países, principalmente daqueles considerados pobres, deveriam arcar com um maior índice de pobreza”. (Gonçalves, 1989:15).

Essa ideia pugnava o antagonismo entre ambos os problemas e foi, no nosso entender, falsamente disseminada por longo tempo. A pobreza não é só insuficiência de rendimento, mas insuficiência de desenvolvimento. Tal como desenvolvimento não é sinónimo de crescimento económico, nem é o resultado directo da oferta de serviços estatais, a pobreza e de uma maneira mais ampla a exclusão social, não pode ser adequadamente enfrentada apenas com políticas de distribuição de rendimento ou com as chamadas políticas sociais.

Sen (2000) considera que a pobreza é falta de capacidade “de desenvolver potencialidades e de aproveitar oportunidades”. As complexas situações de privação múltipla e o grau de continuidade têm impactos inter-geracionais nos grupos ou categorias socialmente desfavorecidas e provocam uma desvalorização interiorizada de inferioridade que conduz a comportamentos autodestrutivos.

Assim, compreende-se que, em Portugal, os problemas de pobreza sejam em grande parte, problemas de desenvolvimento. Com a incorporação da noção de cidadania, a definição dos padrões de vida aceitáveis torna-se uma questão política, bem como o modo como esse direito se traduz na prática.

De acordo com Costa (2012:9-32) “... as situações de pobreza e exclusão social nas sociedades contemporâneas” está “... estreitamente relacionada com as desigualdades sociais, se bem que com especificidades”, nomeadamente “...poderiam caber directamente sob as categorias de desigualdades vitais (aspectos de sobrevivência, saúde e deficiência) e de desigualdades existenciais (aspectos de exclusão relacional, cultural e institucional)”. O autor refere também que a diversidade e complexidade das desigualdades sociais podem assumir formas diferentes. i.e. níveis de rendimento, classes, raça e etnia, género, pobreza e exclusão social, políticas sociais, e acção colectiva. É um processo em constante mudança, que se traduz no seu desaparecimento, na sua transformação pelo nível de intensidade, significado e impacto e pelo aparecimento de outras (Costa, 2012).

A questão das desigualdades sociais está ligada a determinantes como condições de vida das pessoas, estas situações convergem com os fenómenos de vulnerabilidade social, ruptura e crise identitária, provocando o enfraquecimento das redes sociais e consequentemente um marcado sentimento de solidão e vazio existencial, tendencialmente estas pessoas vivenciam influências ambientais, no local onde vivem, que reforçam essa vulnerabilidade, nomeadamente bairros com falta de infra-estruturas, casas degradadas, insegurança, famílias de risco, problemas de saúde, violência, desemprego, falta de acesso aos transportes, tudo isto provoca diferenças entre estas pessoas e a sociedade envolvente e traduz-se na sua marginalização. Por inerência a comunidade onde vivem (bairro) passa a ser vulnerável.

O conceito de vulnerabilidade social, na sua definição económica de acordo com Oliveira (1995) é “insuficiente e incompleta”, porque não especifica quais as circunstâncias que conduzem os diferentes grupos sociais a situarem-se no conjunto de indivíduos ou de grupos vulneráveis. Na sua opinião “os grupos sociais vulneráveis poderiam ser definidos como aqueles conjuntos ou subconjuntos da população situados na linha de pobreza” (Oliveira, 1995:9), por outro lado, considera que muitas vezes, determinados grupos, ainda que acima da linha da pobreza, por motivos vários (mulheres, deficientes, crianças, trabalhadores rurais, minorias étnicas, doentes mentais) também são vulneráveis. Entende a resposta ou diminuição da vulnerabilidade através das questões económicas contudo defende que “os grupos sociais vulneráveis se tornaram vulneráveis, pela acção de outros agentes sociais” (Oliveira, 1995:9). Como tal, o autor alerta para a importância da identificação de “processos de discriminação social” e também para o facto de que as políticas públicas e sociais, ainda que possam atenuar essas vulnerabilidades, não se esgotam, sendo muito mais pelo campo dos direitos a sua acção, ou seja, a vulnerabilidade dos grupos sociais só pode ser eliminada desde que se “transite de uma noção de carências sociais para o terreno de direitos sociais” (Oliveira, 1995:18).

O conceito de vulnerabilidade social está, também, muitas vezes associado ao de risco, apesar das diferentes perspectivas das várias áreas de conhecimento (ciências naturais e exactas, ciências da saúde e ciências sociais e humanas) na sua abordagem, pois o risco é pensado como processo e não como uma variável (França et al., 2002; Yunes & Szymanski, 2001). Embora não seja nossa pretensão fazer um estudo exaustivo da evolução dos conceitos referidos, assinalamos que a confusão que originam se reflecte no facto de que alguns autores se concentraram mais num ou noutra e que por vezes até

são apresentados como sinónimos no discurso político, daí a necessidade de algum esclarecimento conceitual.

Por outro lado, não são raras as vezes em que os programas de reabilitação estão voltados para uma intervenção nas comunidades com ênfase no risco social, sem referência à vulnerabilidade social (Janckura, 2012). E, portanto, estas definições devem ser entendidas nas diferentes áreas científicas no estudo dos seus objectos e como um processo associado a diferentes contextos histórico-sociais.

O alerta para esta diferença ocorre em 2001, de acordo com Yunes e Szymanski (2001), que afirmam que os conceitos de vulnerabilidade e risco são aplicados erradamente, porque os dois são distintos. O uso do conceito de risco surge com os epidemiologistas, associado a determinados grupos e populações e o conceito de vulnerabilidade tem a ver com a susceptibilidade ou predisposição a respostas e consequências negativas que os indivíduos tem. Apesar disso, existe uma relação entre os dois conceitos “a vulnerabilidade opera apenas quando o risco está presente; sem risco, a vulnerabilidade não tem efeito” (Yunes e Szymanski, 2001:28)³⁴.

O baixo rendimento é um dos factores de risco para o desenvolvimento psicológico e social e nessa medida as famílias pobres estão em situação de risco. Além do baixo rendimento e nível social, existem outros factores associados, que Carneiro e Veiga (2004) definem como vulnerabilidade, nomeadamente a exposição a riscos e a fraca capacidade material, simbólica e comportamental de famílias e dos indivíduos para lutar e responder aos desafios com que se confrontam. Por um lado, os riscos estão associados com as próprias situações do ciclo de vida dos indivíduos e, por outro, com as condições das famílias, da comunidade e do meio ambiente onde os indivíduos se desenvolvem.

Pelo exposto, Carneiro e Veiga (2004) concluem também que vulnerabilidade e risco nos remetem às noções de carência e de exclusão, isto porque na ausência de recursos materiais outras fragilidades como: baixa escolaridade, condições de precarização de saúde e nutrição, habitação em locais com ambientes degradados e condições sanitárias inadequadas e taxas altas de desemprego. Famílias e indivíduos sujeitos a este tipo de

³⁴ Yunes e Szymanski (200: 28-29) referem, que o conceito de vulnerabilidade surge em 1930 pelo grupo de pesquisa de L. B. Murphy, que definiu o termo como “susceptibilidade à deterioração de funcionamento diante de estresse”. Murphy e os seus colaboradores centralizaram a sua pesquisa nas diferenças individuais que originam vulnerabilidade nas crianças. Através desta perspectiva pode reconhecer-se as interações complexas que surgem entre a vulnerabilidade e a força individual, o ambiente e a presença ou não de um suporte social.

condições de vida são vulneráveis, sem oportunidade de desenvolverem as suas competências, autonomia, autodesenvolvimento e capacidade de acção, i.e. não dispõem de ferramentas para enfrentar os riscos a que são e estão sujeitos, o que de acordo com Sen (2000) é denominado por “privação de capacidades”, para adoptar qualquer estratégia que lhes permita promover acções em prol da sua melhoria de vida, através do acesso a bens e serviços que lhes possibilitem melhores oportunidades para enfrentar as adversidades, bem como o acesso a serviços públicos (educação, saúde, habitação, nutrição, segurança pública, justiça, cultura e lazer).

Quanto à relação entre vulnerabilidade e risco, Reppold et al. (2002:10) afirmam que, frente a situações adversas, o “comportamento dos sujeitos perante esses eventos depende da sua vulnerabilidade”, ou seja, há uma predisposição ou mesmo uma resposta pouco adequada à situação.

Percepcionando a multiplicidade de factores interdependentes que se encontram na análise destes conceitos, uma estratégia de intervenção requer acções simultâneas em várias frentes, através de um planeamento que permita que as mesmas sejam executadas de forma integrada e complementar. E para gerar desenvolvimento pessoal e social, é necessário que o individuo se torne um agente e membro do seu grupo, participativo e consciente e nesta medida o principio da autodeterminação estaria directamente ligado à vulnerabilidade.

Associado ao conceito de desenvolvimento está também o de planeamento, só através do planeamento é que poderemos pensar e traçar estratégias para o desenvolvimento, para implementar e actuar, para se avaliar o que foi feito e saber se está a resultar. É nesse sentido que é concebido o desenvolvimento comunitário.

“Globalmente, los países con una mejor distribución de la renta, mayores libertades civiles, más derechos políticos y altos niveles de alfabetización tienden a tener mejor calidad medioambiental. El desarrollo sostenible supone mejor calidad de vida para todos, ahora y en el futuro, de manera justa y equitativa, mientras se vive dentro de los límites de carga de los ecosistemas”³⁵

Contudo, importa pensar o desenvolvimento como um processo gradual, que evite mudanças bruscas, para que não se perturbe o equilíbrio precário das comunidades, mas não podemos descurar o compromisso de uma maior equidade e justiça social, que são

³⁵ http://www.redmur21.com/UPLOAD/DOCUMENTO/compromiso_09.pdf

indissociáveis do desenvolvimento sustentável e é por isso que a nossa premissa reforça a necessidade de intervir para a construção de comunidades integradoras e solidárias.

O quadro teórico dos fenómenos que regem o funcionamento das sociedades, retirado de várias teorias sociológicas (Bourdieu, 1979; Elias, 1983; Giddens, 1999; Berger e Luckmann, 2004), é determinante para compreender que os modos de vida, as sociabilidades dos indivíduos e as suas condições de existência, são influenciados e marcados pelos sistemas de cada sociedade, pelas lógicas de produção e reprodução de desigualdades, pelas oportunidades a que tem acesso, pelo ambiente onde vivem. Essa compreensão das correlações entre a vida de cada indivíduo e as suas condições de existência (incluindo as dimensões objectivas e subjectivas), substanciam a impossibilidade de produzir mudanças no indivíduo sem se alterar as suas condições de vida, incluindo as relações sociais em seu redor e sem se alterar as respostas institucionais e/ou as políticas sociais. Da mesma forma, também se deve afastar a ideia de que basta promover alterações no contexto do indivíduo para que ocorram de imediato as mudanças internas necessárias à transformação de atitudes e comportamentos que potenciem o aumento de capacidade de conduzir a sua vida.

Sólo mediante la acción colectiva en una comunidad nos capacitamos para actuar comunitariamente, y, recíprocamente, sólo personas que son capaces de conocer y poner en práctica las habilidades necesarias para comunicarse, compartir valores, llegar a acuerdos, perseguir objetivos comunes, programas actividades y diagnosticar problemas que exigen una acción comunitaria pueden convertirse en ciudadanos activos que favorezcan una evolución social positiva. (Fernández e López, 2008:15).

Neste sentido, podemos perceber que os projectos de desenvolvimento comunitário necessitam de uma intervenção que promova uma abertura à participação de todos os cidadãos, consciencializando-os acerca da sua realidade, sobretudo na forma como podem aceder a todos os bens e serviços aos quais tem direito.

En esta dimensión social de la realidad humana descansa el fundamento teórico y la vitalidad práctica del Trabajo Social Comunitario. Desde una perspectiva basada en la noción de ciudadanía democrática, determinados desafíos, como la exclusión social, la pobreza, la desigualdad, la integración de los flujos inmigratorios o la degradación de un barrio en una gran ciudad, no pueden resolverse aplicándoles una óptica exclusivamente individualista. Exigen el concurso de la acción colectiva, de la respuesta organizada de los ciudadanos con un propósito determinado”. (Fernández y López, 2008:13-14).

Na verdade, isto reflecte os valores fundamentais da profissão de assistente social. As ferramentas utilizadas pelos assistentes sociais na sua prática servem para devolver e desenvolver a consciência do que é o sentido de comunidade, identificação e liderança, criando alianças estratégicas, educação para adultos, promovendo a colaboração e a construção de uma capacitação comunitária. A abordagem a este trabalho sustem-se na crença de que os indivíduos agindo em conjunto têm um grande potencial para melhorar as suas circunstâncias de vida, pois são eles que detêm o conhecimento da situação e do que precisa de acontecer para mudar e transformar as coisas para melhor.

En la vida comunitaria se refuerzan los sentimientos de comunidad al identificar los principales desafíos para crearla y sostenerla (relativos al poder, comunicación y negociación dentro de la comunidad, y a la consecución de objetivos mediante la acción conjunta). Por ello, la acción comunitaria no sólo está volcada en la consecución de un objetivo externo, sino que busca también capacitar a la persona para interactuar, crear lazos y vínculos comunitarios en otros ámbitos de su vida social. No todo tipo de acción colectiva es acción comunitaria, pero sin embargo la acción comunitaria sí es un tipo de acción colectiva” (Fernández y López, 2008:17-18).

Tal como relativamente ao conceito de vulnerabilidade, encontram-se diversos significados para a palavra comunidade, de acordo com o contexto em que se insere. Assim, é frequente ouvirmos ou lermos o termo aplicado para designar agregados rurais (aldeias, freguesias) ou urbanos (quarteirões, bairros), mas também a grupos profissionais (comunidade médica, comunidade científica), a organizações (comunidade escolar), ou a sistemas mais complexos como países (comunidade nacional), regiões (comunidade europeia) ou mesmo o mundo visto como um todo (comunidade internacional ou mundial). Uma característica une todas estas designações: é a presença de uma dada semelhança que confere uma identidade ao sistema designado por comunidade, que determina uma fronteira entre os elementos que lhe pertencem dos que lhe são alheios.

Desde cedo o conceito de comunidade foi discutido com detalhe pelas Ciências Sociais, no contexto da observação do fenómeno da urbanização. É ao sociólogo alemão Ferdinand Tönnies (1855-1936) que tem sido atribuída a primeira teorização do conceito por contraposição ao de sociedade. Segundo este autor, a comunidade é uma forma de vida antiga que se desenvolveu a partir da agregação de famílias num mesmo espaço, caracterizando-se por uma coesão social baseada em laços de sangue, de amizade, de costume e de fé. Com o crescimento do processo de urbanização decorrente da industrialização, o modelo de organização social transforma-se em sociedade. Esta

mutação produz-se sob o signo de uma abstracção que se verifica no facto de cada um viver para si, num estado de concorrência ao mesmo tempo social e económica.

Posteriormente muitos foram os cientistas sociais que procuraram descrever o fenómeno comunitário e analisaram o processo da transição da comunidade para a sociedade, desde o liberalismo individualista e utilitarista de Mill (1970) ao evolucionismo de Spencer (1820-1903) e Barata (1982) passando pelos funcionalistas como Durkheim (1999), que de modo semelhante, apresenta a distinção entre *solidariedade mecânica* das sociedades tradicionais e *solidariedade orgânica*, específica das sociedades modernas; outros clássicos como Max Weber (1973), Robert A. Nisbet (1953), Martin Buber (1987), Talcott Parsons (1969), além de contribuições mais recentes como as de Zygmunt Bauman (2003), Gianni Vattimo (2007), Roberto Esposito (2007), Davide Tarizzo (2007), Manuel Castells (1999), Marcos Palácios (2001), Raquel Recuero (2003), além de Cicilia Peruzzo (2002) e Raquel Paiva (2003). Das suas contribuições emergem um conjunto de ideias associadas ao conceito que se deve reter: Alto grau de intimidade pessoal; relações sociais afectivamente alicerçadas; compromisso moral; coesão social; continuidade no tempo.

É neste mesmo sentido que Ezequiel Ander-Egg (1980) define comunidade, na sua obra clássica sobre desenvolvimento comunitário:

La comunidad es una agrupación organizada de personas que se perciben como unidad social, cuyos elementos participan de algun rasgo, interés, elemento, objetivo o función común, con conciencia de pertenencia, situados en una determinada área geográfica en la cual la pluralidad de personas interacciona más intensamente entre si qui en otro contexto (Ander-Egg, 1980:45).

A esta definição estão subjacentes duas ideias: a de um agregado social com interesses essenciais comuns, com uma elevada consistência social, que se expressa numa consciência de pertença; e a de uma proximidade geográfica que permite uma estrutura forte dos seus interesses. Actualmente a conjuntura política e social e o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC's) têm contribuído para fazer ressurgir a reflexão sobre o conceito de comunidade.

Em relação às espacialidades acerca da palavra “bairro”, a primeira questão que se levanta é sobre a sua origem, assim, a definição de bairro recai sempre para uma divisão territorial da cidade, como se pode perceber a seguir:

O bairro pode ser entendido como um espaço físico e afectivo no qual ocorrem as relações sociais quotidianas do sujeito. Esta concepção está relacionada com critérios de

delimitação da área pela administração pública e pode ir até ao menor fragmento de unidade administrativa, porém estes limites podem não coincidir as questões afectivas da vivência do bairro pela população, “compreender os limites do bairro é tarefa primária, confrontando e sobrepondo o oficial (delimitado pelo Município) e o vivido (percebidos pelos moradores)” (Raimundo et al., 2006:6). Partindo deste princípio, o autor propõe que a subjectividade, na análise de concepção de um bairro seja uma categoria central.

Já para Lynch (1982:37) os limites geográficos funcionam como “referências secundárias” ampliando os factores que influenciam a imagem da cidade e dos seus bairros, i.e. significado social de uma determinada área, a sua história, o seu nome e a sua função

Halbwachs (2006:161) explica que as imagens espaciais desempenham um importante papel na memória colectiva e traz possibilidades que a história não pode oferecer, porque não leva em consideração as relações interpessoais e o espaço comum.

Sobre a relação entre comunidade e bairro, Costa acresce que:

Nos debates teóricos e nas investigações empíricas em sociologia o conceito de comunidade tem vindo a ser utilizado basicamente em dois sentidos: em sentido socio-espacial, reportando-se a unidades sociais locais – como uma aldeia ou um bairro, por exemplo; em sentido sociocultural, um tecido social específico, uma estrutura e uma dinâmica própria, através de cuja mediação necessária as forças da vida social englobante são obrigadas a filtra-se modificando-se (Costa, 2008:86).

No sentido socio espacial (Costa, 2008) os bairros constituem um sector estratégico de intervenção, pela importância das ligações que se processam através de um conjunto diversificado de dinâmicas estruturais, redes de relacionamento e práticas sociais:

Pode referir-se à imagem social do bairro, tal como ela tende a incrustar-se nas representações sociais correntes no exterior (...). Por outro lado, pode reportar-se, também, aos sentimentos afectivos e às representações cognitivas que, no decurso do relacionamento social quotidiano, a população local vai desenvolvendo relativamente ao bairro em que reside (Costa, 1999:117)

Esclarecendo que:

sociedade de bairro não significa isolamento social, ausência de ligações profundas e permanentes aos contextos sociais que a envolvem, de âmbitos mais restritos e mais alargados; ligações essas que se processam através de um conjunto diversificado de dinâmicas estruturais, redes de relacionamentos e práticas sociais (Costa, 2008:84)

Concluimos assim, que os bairros estão incorporados em sistemas urbanos mais abrangentes como as cidades ou as regiões e são uma unidade singular do urbanismo caracterizada pelas suas dimensões reduzidas que, normalmente apresentam características com especificidades ligadas à sua origem e história.

Recentemente surge uma abordagem que visa tornar o urbanismo mais sustentável que é o conceito de eco-bairros. Os eco-bairros são projectos à escala média urbana que visam a implementação e o respeito de todos os princípios ambientais, sociais e económicos respectivos ao desenvolvimento sustentável permitindo assim alcançar a sustentabilidade (Boutaud, 2009). O conceito de eco-bairro,

nasce da vontade de aliar um urbanismo sustentável a um estilo de vida ecológico, a operacionalização deste conceito depende de vários domínios de acção integrada, a energia, a água, a mobilidade e os transportes, os resíduos, as técnicas e os materiais de construção. (Verdaguer, 2000:59).

Adoptado do conceito de Ecovilas³⁶, cujos os objectivos eram possíveis e aparentemente mais simples de implementar ao nível rural, em pequenas comunidades, mas ao nível urbano colocavam-se questões, nomeadamente, sobre a produção local de alimentos nas grandes cidades (ex. soluções horta urbanas), utiliza lação de energias renováveis nos apartamentos (ex.: painéis solares) e mais complexo, seria a criação de um sentimento de comunidade num ambiente onde vivem dezenas e centenas de milhares de pessoas. É para responder a esta última questão que se ajusta o conceito ecovila para eco-bairro, para ajudar os bairros, que são porções menores da cidade, a transformar o seu espaço na procura da sustentabilidade. Ser sustentável é, neste sentido, sinónimo de viver bem, em harmonia consigo próprio, o seu vizinho e o seu lugar. Implica a procura de inserção urbanística e social³⁷ através da requalificação do território, mediante edificações

³⁶ Ecovilas são comunidades sustentáveis que procuram respeitar o lugar em que vivem e criar condições de suprir as necessidades individuais e da sociedade, sem destruir mais do que o Planeta pode oferecer, em termos ambientais e tem como principais critérios a produção local de alimentos, construções ecológicas, sistemas de energias renováveis, economia solidária, processos participativos de tomada de decisões, diversidade cultural e espiritual, visão sistêmica para cuidar da saúde, comunicação adequada e educação transdisciplinar.

³⁷ Actualmente já se pensa em Ecovila Cósmica - O conceito de Ecovila Cósmica, Svensson (2002) afirma que as ecovilas estão “fundamentadas no profundo entendimento de que todas as coisas e criaturas estão conectadas, e que os pensamentos e as ações têm impactos no ambiente”, é a percepção de que um planeta sustentável é urgente, e as experiências de bairros sustentáveis, mesmo a menor porção de uma cidade, poderá transformar-se numa cidade sustentável, num

eco-sustentáveis, articuladas a um espaço público qualificado, garantindo acessibilidade física e comunicacional para todos, “pressupondo uma ampliação dos direitos e deveres da cidadania incluindo a responsabilidade ecológica e a necessária participação dos cidadãos na concepção e gestão desses bairros” (Viana-Cárdenas, 2009:588).

Entende-se por “eco-bairro” as áreas urbanas que com base nos princípios do desenvolvimento sustentável adoptem de forma integrada e articulada equipamentos, redes de infra-estruturas, técnicas, metodologias e boas práticas que permitem rentabilizar a gestão e utilização dos diversos recursos necessários ao quotidiano e vivência da população, nomeadamente energia, água, resíduos, transportes, mobilidade e espaço público, melhorando desta forma o desempenho ambiental do bairro no seu todo (espaço exterior e interior), promovendo a sustentabilidade ambiental, social, económica e cultural da área de intervenção, com impactes positivos para a qualidade de vida e quotidiano da população.³⁸

Verifica-se no Norte da Europa um crescente desenvolvimento de eco-bairros, todos estes bairros são considerados pioneiros e referências na promoção da “sustentabilidade” das cidades europeias, dos quais falaremos no capítulo IV.

2. A perspectiva ecológica do Serviço Social em Comunidades Vulneráveis

A perspectiva ecológica, também conhecida como modelo ecológico social, é um modelo metodológico usado nas ciências sociais para observar e entender a dinâmica das relações entre indivíduos, incluindo múltiplos níveis de perspectiva do ambiente social.

É usada principalmente como uma perspectiva de pesquisa qualitativa que foi “emprestada” pelas ciências naturais, onde os factores ambientais exercem influência e são estudados em conjunto com o objecto principal do estudo. Deriva dos estudos científicos das ciências biológicas e da ecologia e argumenta que dentro dos ecossistemas, todos os organismos são interligados.

As ciências sociais, têm estudado a sociedade em dois níveis: o macro (institucional) e o micro (individual) e na década de cinquenta, os cientistas sociais começaram a aplicar conceitos das ciências naturais, olhando a sociedade pela perspectiva de que os indivíduos interagem uns com os outros em múltiplos níveis, dentro de um

Estado sustentável, num país, um continente e por fim o Planeta Terra, um dia, possa vir a ser chamado de Ecovila Cósmica.

³⁸ Orientação Técnica n.º3 /2009 Política de Cidades, Parcerias para a Regeneração Urbana “Programas integrados de criação de Ecobairros” http://www.porlisboa.qren.pt/np4/file/23/ot3_pru.pdf

grande ambiente social e defendendo como argumentos éticos que todas as espécies tem o direito de existir, são interdependentes, a espécie humana precisa de viver com os mesmos limites em que outras espécies vivem, os indivíduos precisam de ser responsabilizadas pelas suas acções (no sentido do respeito pelo outro e pela natureza), têm responsabilidade para com as futuras gerações e os recursos não podem ser desperdiçados.

Esta perspectiva é uma teoria de sistemas das ciências sociais que proporciona um olhar “holístico” dos fenómenos que ocorrem em vários níveis da sociedade e dentro de sistemas diferentes e que considera a influência dos factores ambientais em diferentes níveis (família, escola, comunidade, nação....) que moldam o comportamento individual. O conceito chave é interligação, ou seja cada sistema funciona interligado com as funções de outro sistema, como tal, o impacto e consequências de cada acção deve ser levado em conta. As duas maiores potencialidade desta perspectiva residem no facto de proporcionar uma melhor compreensão da pesquisa através da investigação do problema com múltiplas perspectivas e permitir que os investigadores e profissionais analisem vários níveis do indivíduo (nível micro - biológico, de relações e cultural), dentro das organizações sociais e influências estruturais maiores (meso, macro e exógeno).

Os vectores relacionados com esta perspectiva e a sustentabilidade são quatro: **ambiental**, no acesso e no uso dos recursos naturais e na preservação da biodiversidade; **social**, na redução da pobreza e das desigualdades sociais e na promoção da justiça e da equidade; **cultural**, na conservação do sistema de valores, práticas e símbolos de identidade que, apesar da sua evolução e da sua reactualização permanentes, determinam a integração local e nacional através dos tempos; **político**, ao aprofundar a democracia, garantir o acesso e a participação de todos nas decisões de ordem pública.

Destaca-se a importância desta perspectiva, na medida em que é transversal a diversos campos, no entendimento causa-efeito; fornece elementos sobre a razão dos indivíduos tomarem ou não certas atitudes na sociedade e informações para a tomada de decisão a vários níveis (ex.: políticas que tem como intenção mudar um problema social, como a violência doméstica, pobreza ou degradação ambiental).

A questão ecológica contribui para renovar a discussão em várias áreas (urbanismo, escolhas tecnológicas, posições científicas,...) que foram deixadas de lado depois dos anos setenta. O modelo ocidental de desenvolvimento não é passível de ser generalizado em todo o planeta e os seus impasses mostram que é necessário romper com a concepção

produtivista de progresso, o que anima a crítica dos critérios de crescimento utilizados no cálculo do Produto Interno Bruto (PIB), por exemplo.

Nos últimos séculos o modelo de desenvolvimento económico forjado pela lógica do crescimento ilimitado esteve apoiado na intensa exploração de recursos naturais, o que tem gerado desequilíbrios ambientais e sociais, e um processo contínuo e acelerado de desperdício, degradação e miséria. (Aligleri, 2011; Seiffert, 2011; Pires e Craveiro, 2011 *in* Magalhães, 2013:3).

A crítica estrutural do capitalismo enriquece-se e as propostas de transição alteram-se quando combinamos danos ecológicos e necessidades humanas. Inúmeras ideias aceites até agora estão postas em causa, suscitando que se “repense as relações entre noções de progresso, crescimento, desenvolvimento, bem-estar, mercado, e mais do que simples “retoques”, trata-se de uma revolução conceptual, inclusive para as correntes que se dizem socialistas” (Pires e Craveiro, 2011 *in* Magalhães, 2013). Os autores referem que podem ser feitas analogias ao alcance da questão ecológica e à questão feminista, na medida em que ambas correspondem a uma crítica dos comportamentos individuais e colectivos assim como à transformação de modelos culturais e de valores que no decurso de lutas contribuem para um projecto societal alternativo. Estas mudanças conceptuais estão apenas no seu início, perspectivam uma transformação cultural, de valores e percepções, de modelos e condutas, de alteração à herança de um crescimento económico que nos conduziu à actual sociedade de consumo.

A reactualização do encontro entre as questões social e ecológica pode ser explicada pelo agravamento conjunto de ambas as crises e a sua relação muito próxima, e também pela evolução das consciências. Contudo, a união destas duas questões não é fácil, os seus desenvolvimentos paralelos e ao mesmo tempo separados suscitaram mecanismos de pensamento, tradições de acção e rotinas organizacionais e políticas que se constituem hoje como obstáculos ao seu encontro. A falta de reflexões críticas nesta matéria e a conotação com as correntes de ecologia política, provocaram incompreensões e tornaram permeáveis estas áreas à ideologia dominante.

No entanto, não se pode esquecer que a ecologia política enriquece a reflexão sobre democracia e, especialmente, as relações entre solidariedades e responsabilidades, entre presente e futuro, entre diversos níveis de espaços territoriais (local, regional, nacional, internacional). Ela revaloriza a política na definição de escolhas produtivas e força-nos a

renovar a concepção de planeamento que, por estas razões, de agora em diante, começa a incorporar uma série de preocupações e objectivos ambientais.

A questão ecológica exige considerar os danos ambientais a longo prazo, os ritmos naturais têm tempos muito diferentes dos impostos pelo mercado, necessariamente curtos. Inúmeras necessidades sociais (alimentação, habitação, educação, saúde) exigem, para serem correctamente tratadas, de um tempo mais longo, o que aliás é uma das principais razões para que sejam serviços públicos. Os danos ecológicos e as necessidades humanas exigem que as políticas alternativas integrem, conjuntamente, as dimensões de tempo que a solidariedade entre gerações destaca. Como tal, a ecologia, além da defesa das necessidades sociais, dá uma nova legitimidade à noção de planeamento e sustentabilidade.

É possível, portanto, responder em simultâneo às necessidades sociais e exigências ambientais. A crise ecológica confronta-nos com problemas novos e dá uma nova dimensão aos problemas antigos. A percepção da existência de “limites” do planeta, da degradação e dos riscos ecológicos, das consequências humanas destas degradações conduz-nos forçadamente a repensar, desde já, as relações entre sociedade-natureza e a considerar danos ignorados por muito tempo.

3. O local: Acção Social e campos de intervenção do Serviço Social

O planeta está cada vez mais urbanizado e em oposição assiste-se à desestruturação das cidades, com efeito, o poder local assume um papel de extrema importância na partilha de uma visão comum do território, instituições, problema e prioridades de actuação ao dinamizar projectos de desenvolvimento local para as comunidades. Nesse sentido, está implícito que a acção social inclui um projecto de sociedade, no qual, através da sua materialização as comunidades se podem transformar e capacitar para a construção de um futuro sustentável.

Os campos de intervenção do Serviço Social na acção social incidem no combate e prevenção das várias expressões da exclusão social, na intervenção em diversos sectores da política pública, ao nível da promoção social das comunidades locais e do seu desenvolvimento.

“Na operacionalização da acção social territorialidade conjugam-se normas, regulamentos, modelos de intervenção, projectos e profissionais de áreas de formação distintas, onde se incluem os assistentes sociais. Uma vasta diversidade de “modelos de intervenção, enquanto

suporte teórico à interpretação e representação da realidade social e dos problemas dos indivíduos, são aplicados pelos profissionais dessas distintas áreas, permitindo-lhes estabelecer a relação entre o abstracto e o concreto, entre a teoria e a prática” (Viscarret, 2009:64 *in* Cardoso, 2012:84), encontrando-se nesses modelos a base da metodologia de trabalho dos assistentes sociais”.

A operacionalização da acção social de âmbito territorial não está desligada dos modelos de bem-estar adoptados pelos Estados, do debate acerca do significado da acção comunitária e, ainda, da análise e compreensão dos problemas na sua inter-relação com o nível global e o nível nacional, e com as dimensões económica, cultural e política inerente a esses dois níveis. Por isso, a questão da territorialização da intervenção social constitui um processo complexo no seu desenvolvimento, quer do ponto de vista conceptual, quer ponto de vista dos modelos e do significado social da acção local.

A União Europeia (UE)³⁹ tem tipos de “modelo social” com características diferentes, modelos que alegam não perder de vista os seus valores de referência, a eficácia e equidade, ao mesmo tempo que se procuram adaptar a um mundo alterado pela globalização.

As diferenças entre os sistemas nacionais de bem-estar e as próprias noções de “modelo social” ou “Europa social” segundo André Sapir⁴⁰, são questionáveis. Numa revisão sobre a tradicional classificação de Esping Anderson(1990, 1993), Sapir (2005) distingue na antiga União Europeia (UE) de 15 membros, quatro modelos: o nórdico (Escandinávia e Holanda), o anglo-saxónico (Irlanda e Reino Unido), o continental (Alemanha, Áustria, França, Bélgica, Luxemburgo) e o mediterrâneo (Grécia, Itália, Espanha e Portugal).

Destaca que os novos países membros, livres do jugo comunista, “têm certas características comuns”, mas “é muito provável que adoptem rapidamente algum dos modelos europeus”, um processo que “já está em curso” (Sapir, 2005:376).

³⁹ O texto referente aos serviços de acção social europeus é adaptado dos sites oficiais dos respectivos países, http://www.europarl.europa.eu/workingpapers/soci/w13/summary_pt.htm e traduzidos pela própria (ver bibliografia).

⁴⁰ Professor da Universidade Livre de Bruxelas e membro do BRUEGEL, o laboratório de ideias económicas situado na capital europeia, num documento sobre a globalização e a Europa, em <http://noticias.uol.com.br/ultnot/afp/2005/10/24/ult34u138826.jhtm>

Neste estudo, Sapir procurou avaliar os quatro modelos europeus de acordo com critérios de eficácia e equidade.

Os nórdicos têm uma posição invejável, com um modelo social que proporciona ao mesmo tempo eficácia e equidade, ao mesmo tempo em que os mediterrâneos vivem em um que não proporciona nem uma coisa nem outra”...“Já os anglo-saxões têm um modelo social eficaz, mas que não é equitativo, enquanto os continentais têm muito mais equidade, mas menos eficácia (Sapir, 2005:377).

Contudo, para além das diferenças, o importante é a capacidade de cada país conseguir manter seu modelo diante dos desafios actuais.

Os modelos que não são eficazes simplesmente não são sustentáveis frente às crescentes tensões sobre as finanças públicas provocadas pela globalização, as mudanças tecnológicas e o envelhecimento da população Sapir (2005:381).

Neste sentido, é preciso destacar o endividamento público e a taxa de desemprego muito mais elevados, além do menor crescimento, dos mediterrâneos e continentais em comparação com os nórdicos e os anglo-saxões. A conclusão do autor é a de que os modelos continental e mediterrâneo devem ser reformados no sentido de obter uma eficácia maior, reduzindo os obstáculos ao trabalho e ao crescimento e evidenciando os riscos e as oportunidades da globalização, ao mesmo tempo que critica os que defendem a existência de um modelo social indiferenciado nos países do mercado único (Sapir, 2005).

Assim, para Sapir (2005), existem quatro modelos sociais europeus, que ele hierarquiza da seguinte forma: **modelo nórdico** (Suécia, Holanda, Dinamarca, Noruega) que garante os níveis mais elevados de protecção social, forte correcção fiscal dos rendimentos do trabalho e sindicatos poderosos que asseguram baixa desigualdade; **modelo anglo-saxónico** (Reino Unido, Irlanda) com transferências sociais amplas, mas de último recurso, concentradas na população em idade activa, e incentivos à obtenção de emprego. Sindicatos fracos, disparidades na distribuição da riqueza e uma incidência *relativamente alta* de baixos ordenados; **modelo continental** (Alemanha, França, ...), segurança social extensa, focada nas pensões. Sindicatos fortes, mas em declínio; **modelo mediterrânico** (Itália, Espanha, Portugal), que concentra as despesas sociais nas pensões, a legislação desencoraja os despedimentos, elevada taxa de reformas antecipadas, embora tenha vindo a diminuir em virtude das políticas de prolongamento da vida activa e das penalizações consequentes no cálculo de atribuição das reformas antecipadas.

Quanto à eficiência de cada um, caracteriza o modelo nórdico, com desemprego baixo e risco de pobreza baixo, satisfatório em ambos os critérios; o modelo anglo-saxónico, com taxas de desemprego baixas e risco alto de pobreza, não garante a equidade, mas é considerado eficiente; o modelo continental, com elevado desemprego e baixo risco de pobreza, garante equidade mas, não é eficiente e o modelo mediterrânico, caracteriza-se por taxas elevadas de desemprego e alto risco de pobreza, não garantindo eficiência nem equidade.

O modelo nórdico refere-se aos modelos económicos e sociais dos países nórdicos (Dinamarca, Islândia, Noruega, Suécia e Finlândia). Esta adaptação da economia de mercado mista é caracterizada por Estados de bem-estar universalistas (em relação a outros países desenvolvidos), que são destinadas especificamente a aumentar a autonomia individual, garantindo a prestação universal dos direitos humanos básicos e estabilizar a economia. Distinguem-se de outros Estados de bem-estar, com objectivos semelhantes, pela sua ênfase em maximizar a participação da força de trabalho, a promoção da igualdade de género, níveis de benefícios igualitários, benefícios extensivos, grande amplitude de redistribuição e uso liberal da política fiscal expansionista.

Porém, o modelo nórdico não é um modelo único com componentes específicos ou regras, cada um dos países nórdicos tem os seus próprios modelos económicos e sociais, às vezes com grandes diferenças entre eles.

Para exemplo escolhemos a Suécia⁴¹ e Noruega⁴².

O expoente máximo do modelo de Estado de bem estar nórdico tem sido a Suécia, o seu Serviço Social municipal remonta de 1862-63, embora o Serviço Social exista há apenas sessenta anos.

Na Suécia os municípios são responsáveis por prestar apoio e assistência às pessoas em situação de vulnerabilidade, através dos serviços sociais. Isto pode abranger crianças e jovens, pessoas com problemas de abuso de substâncias, idosos e pessoas com deficiência. Qualquer suporte ou assistência é baseada nas necessidades do indivíduo. Há serviços de acção social em todos os municípios, e eles são responsáveis pelos idosos, atendimento individual, saúde da família e medidas de apoio para pessoas com deficiência. Os

⁴¹ <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19266401>

⁴² Norwegian Board of Health Supervision (2006), Norwegian Health and Social Services, <http://www.helsetilsynet.no>

indivíduos que residem num município podem recorrer aos serviços sociais (acção social e assistência) em assuntos como saúde e assistência social, informação, aconselhamento, ajuda financeira ou outra assistência que não esteja disponível por outros meios. Os serviços fornecem apoio através de meios tais como: gabinetes de apoio social de emergência, gabinetes de serviços sociais, linhas telefónicas de suporte e apoio em situações de crise, centros de acolhimento de refugiados ou outros centros. Qualidade e respeito pelo indivíduo é o que caracteriza o trabalho dos serviços sociais.

A legislação dos serviços sociais determina as condições de assistência que estes podem oferecer para aqueles que residem no município, sob a mesma lei. A assistência fornecida pelo serviços deve ser de boa qualidade, as tarefas devem ser realizadas por pessoas com formação adequada e experiência. Os serviços prestados devem ser baseados no respeito pelo indivíduo, na autodeterminação e privacidade e a assistência prestada deve ser concebida e implementada em conjunto com a pessoa.

Os esforços do Governo na área de serviços sociais consistem, principalmente na legislação e incentivo com base em subsídios e também o desenvolvimento de esforços realizados pela Associação Sueca de Autoridades Locais e Regiões (*Sveriges Kommuner och Landsting, SKL*) em acordos com o Governo.

Em relação aos idosos os serviços sociais de cada município têm como principal responsabilidade a prestação de cuidados aos idosos. Nos termos da Lei os Municípios têm o direito de planear os serviços de saúde e assistência social que são adaptados às condições locais. Isto significa que o suporte oferecido para idosos podem variar. Ainda de acordo com a Lei está estabelecido que os idosos devem ser capazes de viver e levar uma vida independente em condições de segurança e ter uma existência activa e significativa na companhia de outros. Os municípios são obrigados a estabelecer formas especiais de cuidados domiciliários para serviço e atendimento de idosos que necessitam de apoio especial. Tem também pessoal especializado no tipo de ajuda necessária ao cuidado com os idosos. A título de exemplo, serviços comuns como ir às compras, limpeza e tratamento de roupa, cuidados de higiene pessoal, refeições e situações de emergência. As pessoas também podem solicitar a transferência para lares. O conselho municipal ou o município pode aprovar serviços especiais de transporte e ajudas técnicas. Os idosos também podem solicitar ao município ter suas casas adaptadas para serem capazes de continuar a viver lá.

Em relação aos cuidados com os indivíduos e famílias os serviços de acção social abrangem: cuidados sociais com crianças e jovens; cuidados com indivíduos dependentes

de abuso de substâncias; assistência social; alguns assuntos legais relacionados com o direito de família; apoio e assistência a vítimas de abuso e crime; sem abrigo e exclusão do mercado de habitação;

A norma nacional estabelece o nível de ajudas (prestações) dentro da assistência social e a base da avaliação dessas ajudas é estabelecida pelo Governo todos os anos. Os valores para os vários itens incluídos no padrão nacional são baseados no Índice de preços do Consumidor, através de levantamentos realizados pela Agência Sueca Consumidor (Konsumentverket, KO).

Em relação às questões da deficiência, a política de deficiência é trans-sectorial, o que significa que as medidas e a responsabilidade para alcançar os objectivos da política de deficiência se encontram dentro de uma área relevante na sociedade, i.e., a política do mercado de trabalho ou a política de educação. A intenção é de efectivamente promover e manter o respeito pelos direitos humanos. O Ministério da Saúde e Assuntos Sociais coordena a política nacional de deficiência. As questões da deficiência deve ser uma parte natural da sociedade e não tratadas como questões separadas.

Na Noruega, os serviços sociais municipais têm uma história relativamente curta, desde 1949. Por muitos anos, as questões sociais foram deixadas aos cuidados da *Norske Kvinnens Nasjonalrad*, uma organização de mulheres voluntárias. O *ethos* do voluntarismo foi ganhando *statu* nos cuidados sociais e o sector do voluntariado foi alvo de subcontratação.

Os municípios são responsáveis pelos serviços sociais e de acção social, que normalmente fazem parte da NAV-office (Norwegian Labour and Welfare Administration). Se alguém não se conseguir bastar a si próprio, têm direito a apoio financeiro e/ou ajudas dos serviços sociais. O município é também responsável pelos serviços de bem-estar dos idosos.

O sistema de prestação de cuidados de saúde na Noruega é baseado num modelo descentralizado. O Estado é responsável pela concepção e formulação de políticas e da capacidade geral e qualidade de cuidados de saúde através de orçamento e legislação. Cabe também ao Estado a responsabilidade pelos serviços hospitalares através da propriedade estatal das autoridades de saúde regionais. Dentro das autoridades de saúde regionais, os hospitais psiquiátricos, e algumas farmácias hospitalares, são organizados como fundos de saúde. De acordo com os limites da legislação e dos recursos económicos disponíveis, as autoridades regionais de saúde e os municípios são formalmente livres de planear e

executar os serviços públicos de saúde e serviços sociais. No entanto, na prática, a sua liberdade de agir independentemente é limitada pelos recursos disponíveis.

Os municípios têm a responsabilidade dos cuidados de saúde primários, incluindo o tratamento preventivo e curativo, tais como: promoção da saúde e prevenção de doenças e lesões, incluindo a organização e execução de serviços de saúde escolar, centros de saúde, cuidados infantis de saúde, parteiras e médicos. Os centros de saúde oferecem check-ups, apoio à gravidez e vacinas de acordo com os programas de imunização recomendados; diagnóstico, tratamento e reabilitação. Isto inclui a responsabilidade do tratamento médico em geral (incluindo serviços de emergência) fisioterapia e enfermagem; cuidados de enfermagem dentro e fora das instituições. Os municípios são responsáveis pelos lares de idosos, serviços de enfermagem em casa e outros serviços, como o serviço de apoio domiciliário. Os serviços de saúde dentro e fora das instituições são, em graus variados, organizados em conjunto, dentro do mesmo departamento.

Houve recentemente um Programa Nacional de Saúde Mental. O programa foi originalmente concebido para o período de 1999 a 2006, e foi prorrogado até 2008. Este programa visava melhorar a acessibilidade, a qualidade e organização dos serviços de saúde mental a todos os níveis. A ideia central do Programa de Saúde Mental era promover a desinstitucionalização, com ênfase considerável na comunidade, baseada em psiquiatria, onde o tratamento era administrado perto da comunidade local do paciente e dos serviços de saúde primários. Estas clínicas comunitárias tinham uma prática psiquiátrica e consistiam numa rede de serviços, com tratamento multidisciplinar e trabalho em equipa, além de programas de apoio a ocupação, alojamento e social.

As autoridades municipais são também responsáveis por fornecer serviços públicos odontológicos para crianças e adolescentes (menores de 21 anos de idade); deficientes mentais adultos; idosos, pessoas com deficiência e pessoas com doenças crónicas que vivem em instituições ou que recebem cuidados de enfermagem em casa. Os serviços odontológicos para o resto da população são fornecidos principalmente por particulares e pagos pelos pacientes.

Os serviços de saúde ocupacional são organizados de maneiras diferentes, algumas grandes empresas têm o seu próprio serviço privado, organizados de forma independente. Outro tipo de organização destes serviços são várias empresas que têm um acordo conjunto com uma empresa de serviços de saúde ocupacional, que vende os serviços de saúde

ocupacional para o grupo. As farmácias são, principalmente, de propriedade privada, mas estão sujeitas a controle público.

Os serviços sociais e de acção social estão também organizados de acordo com um modelo descentralizado. O Estado é responsável pela concepção e formulação de políticas, formação e especialização de pessoal e legislação. Os municípios são responsáveis pela prestação de serviços e recebem financiamento, principalmente para serviços, através de doações e do Estado. Em algumas áreas é dada prioridade especial a determinados públicos alvo. Um exemplo é o do serviço para idosos, ou ainda as medidas que permitem as pessoas com deficiência mental, de viver nas suas próprias casas com serviços adaptados, e participar de actividades de trabalho e lazer.

No âmbito do enquadramento da Lei⁴³, das suas regulamentações e orientações, e demais legislação aplicável, os municípios são livres para desenvolver e planear os seus serviços e medidas. Alguns exemplos de serviços sociais prestados são: ajuda para as pessoas que necessitam por causa da deficiência, da idade ou de outros factores; assistência a pessoas e famílias com necessidades de cuidado abrangentes; apoio para pessoas que precisam de ajuda com actividades de lazer e com o contacto com os outros; alojamento (habitação); salário para as pessoas que cuidam de crianças ou parentes que têm necessidades de cuidado abrangentes; base de apoio financeiro para pessoas sem rendimento e são responsáveis pela prevenção de problemas sociais..

No caso dos serviços de tratamento para alcoólicos e toxicodependentes estes fazem parte dos serviços de saúde. Contudo, os serviços sociais nos municípios têm a responsabilidade de dar aconselhamento e assistência a alcoólicos toxicodependentes, para garantir que eles recebem tratamento, e para o seu acompanhamento antes e durante o tratamento. Os serviços para o bem-estar das crianças na Noruega não são considerados como parte dos serviços sociais, mas em muitos municípios (especialmente em pequenos municípios) estes serviços são muitas vezes organizadas como parte dos serviços sociais, e são fornecidos pelo mesmo pessoal.

Há também exemplos de cooperação intermunicipal, e alguns municípios compram serviços a organizações privadas. Em particular a organizações humanitárias e religiosas e organizações de prestação de serviços para idosos, pessoas com deficiência, dependentes de álcool e de drogas. Além disso, durante os últimos anos, muitas organizações comerciais começaram a oferecer serviços como assistência para idosos e pessoas com

⁴³ <https://www.helsetilsynet.no/no/Norwegian-Board-of-Health-Supervision/Introduction/>

deficiência, e de cuidados em tempo integral ou creche para as crianças e pessoas com necessidades especiais.

A Noruega possui uma legislação abrangente relativamente ao bem-estar da criança, saúde e serviços sociais, nomeadamente através de uma supervisão dos serviços, que assegura o cumprimento de todas as leis e regulamentos e que estipula os requisitos dos serviços a serem prestados à população; os requisitos referentes à qualidade desses serviços; regula as actividades dos profissionais de saúde por meio de autorizações estatais; atribui direitos aos usuários dos serviços, incluindo uma Lei especial para proteger os Direitos dos Indivíduos. Esta supervisão é igualmente aplicável em todos os serviços estatutários, independentemente de estes serem providenciados por autoridades locais, empresas privadas, hospitais propriedade do estado ou profissionais de saúde que gerem os seus próprios centros de atendimento sanitário.

No que respeita à política de gestão do quotidiano, as autoridades supervisoras são entidades independentes e em grande medida, estipulam as prioridades a estabelecer de modo a determinar os temas ou áreas a serem supervisionadas. Para determinar prioridades baseiam-se essencialmente em informações relacionadas com riscos e vulnerabilidades. Assim, o seu contributo assenta em assegurar que os serviços de saúde e sociais satisfazem as atuais necessidades da população no que concerne os serviços de bem-estar da criança, saúde e sociais; que os serviços são geridos seguindo normas aceitáveis de ética profissional; evitar deficiências na provisão de serviços e assegurar a eficaz e eficiente utilização de recursos.

A vigilância por sectores é uma supervisão que, numa perspectiva universal, consiste em recompilar, sistematizar e interpretar informações sobre os serviços de saúde e serviços sociais. Esta informação proporciona a base necessária para avaliar se determinadas necessidades estão ou não a ser satisfeitas (se a população está a receber o atendimento que necessita) e deste modo determinar a qualidade dos serviços (os serviços são proporcionados em conformidade com a qualidade estipulada por lei).

Os relatórios sobre os diversos sectores são distribuídos pelos serviços de saúde e pelo público em geral. Os serviços são supervisionados através de auditorias do sistema (autoridades locais, centros de atenção à criança e jovens, centros de enfermagem, hospitais, etc.) internacionalmente reconhecidas. As auditorias são realizadas através da revisão de documentos, entrevistas e inspecções e controlos aleatórios. O relatório de uma

inspecção descreve os pontos que não cumprem com o estipulado por lei ou pelos regulamentos: as denominadas inconformidades.

A autoridade supervisora procede ao seguimento minucioso de todas as inconformidades detectadas, até que a situação esteja normalizada e cumpra com os requisitos da lei ou regulamentos. Isto implica um seguimento da equipe de gestão do provedor de serviços e, sempre que necessário, do gestor (dono ou responsável) (autoridade local, conselho de administração, etc.) do estabelecimento.

Anualmente são levadas a cabo aproximadamente setecentas a novecentas auditorias organizacionais dos serviços de saúde e serviços sociais. Os relatórios de inspecção são publicados anualmente e lidos no *www.helsetilsynet.no* por mais de um milhão de pessoas. Metade das inspecções são levadas a cabo todos os anos como parte de duas ou quatro campanhas de inspecção realizadas a nível nacional em determinados campos de saúde estipulados e seleccionados pela Comissão. Estas inspecções nacionais são posteriormente resumidas em relatórios especiais.

A Lei estipula que as autoridades locais têm a obrigação de proporcionar à população os serviços necessários, tais como: informação, aconselhamento e orientação que possam assistir ou evitar problemas sociais; assistência prática, formação para pessoas que devido a determinadas doenças, incapacidades, idade ou outros motivos necessitam de um atendimento especializado; proporcionar medidas de repouso e ajuda monetária às pessoas e famílias que têm a seu encargo pacientes em situações de saúde difíceis; contactos de apoio para pacientes e familiares; vagas em estabelecimentos, centros de acolhimento e acomodação para pessoas com problemas especiais.

As nações da Europa Continental, como a França e a Alemanha apresentam uma forma de capitalismo conhecido como Continental ou Renânico. O debate entre economistas sobre qual sistema é melhor, gira em torno de questões como pobreza, emprego, serviços sociais e desigualdade. Os dados (sucintamente) apontam que economias liberais apresentam prosperidade generalizada, enquanto que economias do Modelo Continental tem menores índices de desigualdade e pobreza, embora não seja um modelo eficaz. Para exemplo deste modelo escolhemos um país, a França⁴⁴, pois embora tenhamos também considerado a Alemanha, não foi possível traduzir a informação.

⁴⁴ <http://www.parisvoice.com/practical-paris/135-french-social-security-system-explained>

O modelo francês é baseado em dois princípios: segurança e assistência. Os serviços sociais públicos são fornecidos através de uma complexa estrutura de prestação do estado com um grande número de serviços descentralizados para as autoridades locais, autoridades departamentais e instituições sociais e sócio-médicas. O sector público continua a ser um importante fornecedor de serviços relacionados com os rendimentos sociais. As políticas de assistência e segurança social levaram a problemas com um sistema dual, onde as responsabilidades são divididas entre o governo, autoridades regionais e locais. Um crescente número de serviços foram delegados pelo governo para o sector privado e associações sem fins lucrativos. O governo francês é responsável pela aprovação e regulamentação dessas organizações.

A França tem uma segurança social muito abrangente (*sécurité sociale*), sistema de cobertura de saúde, acidentes de trabalho, abonos de família, seguro-desemprego e velhice (pensões), invalidez e pensão por morte, gasta mais em “bem-estar” do que quase qualquer outro país da UE: mais de trinta por cento do seu Produto Interno Bruto (PIB). No entanto, com a excepção do subsídio de doença, as prestações da segurança social não são tributadas, na verdade são deduzidas do rendimento tributável. Igualmente, o que não surpreende, as pessoas tem sido bastante resistentes a qualquer mudança que possa reduzir estes benefícios, enquanto os empregadores estão a pressionar para ter as suas contribuições reduzidas.

A acção social compreende três tipos de público alvo: famílias e crianças, que engloba todas as famílias, independentemente do seu nível de rendimento. Esta acção é controlada por subsídios do estado e a CNAF (*Caisse Nationale d'Assurance*) que financia parcialmente a educação dos filhos. Contempla, também, crianças em situação de isolamento social ou com famílias em situação de precariedade, que é da responsabilidade dos departamentos de ajuda social infância; ajuda social a pessoas idosas, que é organizada em três tipos de prestações, o subsídio de solidariedade para idosos, ASPA (*Allocation de Solidarité aux Personnes Agées*) financiado pelo CNAV (*Caisse Nationale d'Assurance Vieillesse*), subsídio complementar de autonomia, financiado pelos departamentos de ajuda social. A sua obtenção depende de dois critérios: o nível de dependência e o rendimento da pessoa ou da família. A assistência social para alojamento em lares de idosos, é condicionada pelo nível de rendimento e substitui a obrigação da pensão de alimentos dos filhos e netos dos idosos. É também financiado pelos departamentos de ajuda social; indivíduos afectados pela exclusão social e desempregados de longa duração, esta ajuda social (antigo RMI, hoje RSA, equivalente ao nosso Rendimento Mínimo

Garantido (RMG), actual Rendimento Social de Inserção (RSI) e inclui todos os benefícios pagos a pessoas que vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza.

Destina-se a satisfazer as necessidades básicas das pessoas. Os jovens com menos de 25 anos não estão incluídos nos benefícios legais do RSA, dependem em grande parte de solidariedade familiar ou de medidas de integração impulsionadas por instituições locais e bolsas de estudo.

Existem três tipos de benefícios: benefícios sociais estritos, transferências reais atribuídas pessoalmente a famílias ou indivíduos sem contrapartidas equivalentes ou em simultâneo; prestação de serviços sociais, o acesso aos serviços em relação ao risco de protecção social fornecido a um custo reduzido ou gratuitamente pelo governo ou instituição sem fins lucrativos e benefícios fiscais, redução de imposto de acordo com a idade, encargos com crianças dependentes ou uma situação social particular.

Os municípios da França começaram a tirar vantagem através de uma nova forma de empresa pública que vem substituir serviços privatizados. A legislação aprovada em 2010, com todos os partidos de apoio, permite que dois ou mais municípios possam criar uma “empresa pública local” (*société publique local - SPL*), detida em 100% pelo poder público, para realizar serviços públicos locais, sem a necessidade de abrir concurso para propostas de empresas privadas. No que respeita à acção social, a responsabilidade é do governo e dos seus municípios.

O modelo Mediterrânico corresponde a países que desenvolveram um Estado de bem-estar posteriormente (anos setenta e oitenta). É um modelo social com menores gastos e é fortemente baseado em pensões e custos de assistência social muito baixos. Há nesses países uma maior segmentação dos direitos e estatutos de pessoas que recebem benefícios, o que se reflecte num acesso muito condicional nas prestações.

A principal característica do mercado de trabalho é uma protecção do emprego forte (não confundir com a protecção dos trabalhadores ou das prestações de desemprego) e da utilização de reforma antecipada, como forma de melhorar o emprego. Os sindicatos têm uma importante presença assegurada pela extensão dos acordos alcançados na negociação colectiva, para além da sua presença real. Mais uma vez, isto resulta em menor dispersão em salários do que no modelo anterior. Escolhemos como exemplo Itália⁴⁵ e Espanha⁴⁶:

⁴⁵ <http://www.eurofound.europa.eu/areas/socialprotection/casestudies/italy.htm>

⁴⁶ https://www5.uva.es/guia_docente/uploads/2011/477/46121/1/Documento4.pdf

O modelo social italiano coloca uma ênfase forte nas estruturas familiares. Os serviços são bastante fragmentados e há significativas desigualdades regionais na distribuição dos mesmos, especialmente entre o norte e o sul do país.

Na década de noventa foram introduzidas grandes reformas na Itália, a fim de reduzir os *défices* orçamentais e melhorar as finanças públicas. As reduções na despesa pública e aumento da receita pública levaram a um excedente no final de 1990. A Itália gasta uma alta proporção da sua despesa pública com a segurança social, enquanto que as despesas com serviços como saúde, educação e políticas activas de trabalho têm uma proporção muito menor no Produto Interno Bruto (PIB).

As regiões têm poderes legislativos sobre a saúde e bem-estar, enquanto que as autoridades locais são responsáveis por entregar ou financiar serviços públicos sociais. Poderes e responsabilidades descentralizadas que permitem uma grande autonomia local no planeamento de serviços e na angariação de poderes locais fiscais. Recentemente os serviços de emprego foram transferidos para as regiões.

As despesas de acção social prestadas pelos municípios, individualmente ou associadas representam uma importante componente do sistema de bem-estar adoptado ao nível local. Na verdade, tal como estabelecido no quadro do Regulamento n.328/2000 da segurança social, os municípios são responsáveis pela gestão de serviços e benefícios sociais, e as autoridades regionais são responsáveis pelo seu planeamento. As despesas destinam-se à contribuição pública para o desenvolvimento social e de benefícios sociais fornecidas a nível local pelos municípios e através de parcerias entre municípios vizinhos.

As famílias com crianças estão em primeiro lugar entre os beneficiários dos serviços de acção social, o que representa 40,3% da despesa global, seguidos pelos idosos e deficientes, ambos com cerca de 21% das despesas. Políticas de combate à pobreza e exclusão social absorvem 7,7% por cento dos gastos sociais nos municípios, enquanto 6,3% foi usado, na sua generalidade, para actividades diversas. Os valores restantes foram usados para imigrantes e etnias nómades, dependentes de drogas e álcool.

Os benefícios sociais são destinados a transferências correntes para as famílias, feitas em dinheiro ou em espécie, dos fundos de segurança social, com o fim de cobrir as despesas devido a riscos específicos, circunstâncias ou necessidades. Quanto aos sectores de intervenção, com vista a dar acesso aos serviços de segurança social do beneficiário deve ser estabelecida uma relação com as instituições, e os serviços oferecidos incluem o apoio ao rendimento a curto prazo no caso de doença ou acidente, assistência social, que

não exige quaisquer contribuições feitas anteriormente, geralmente é destinado a apoiar os níveis de rendimento insuficiente.

Por último, os cuidados de saúde abrangem todas as intervenções relacionadas com o estado de saúde, com excepção do apoio de rendimento a curto prazo, no caso de doença ou acidente.

A despesa social é financiada por contribuições para a segurança social e transferências do orçamento do Estado. Estes consistem em pagamentos dos beneficiários, ou dos seus empregadores, feitas directamente ou indirectamente com os fundos de segurança social, a fim de adquirir e/ou manter o direito aos serviços de segurança social.

Em Espanha os princípios subjacentes aos serviços sociais, actualmente, são: atenção e universalidade, para todos; igualdade, sem discriminação; solidariedade e distribuição equitativa dos recursos; prevenção, eliminação das causas de marginalização; responsabilidade pública e recursos públicos; descentralização, levando as instituições mais próximas ao cidadão; padronização e integração, respeitando os canais normais do meio; participação e intervenção dos cidadão no controle (fiscalização) dos serviços sociais; planificação e coordenação, equilíbrio entre os recursos e necessidades; globalidade, consideração plena do indivíduo e dos grupos, no seu todo e não apenas em aspectos parciais.

Os serviços sociais estão organizados em: comunitários e especializados. Os comunitários constituem a estrutura básica do sistema público de acção social e serviços sociais (primeiro nível de atenção, estar mais próximo do beneficiário), sendo o seu objectivo alcançar uma vida melhor através de cuidados integrados e polivalentes. Estes serviços têm sido desenvolvidos num espaço de trabalho social, entendido como uma demarcação para a prestação eficaz dos mesmos.

Uma perspectiva do Serviço Social em Espanha é a estruturação dos serviços em circunscrições territoriais de modo a que haja cobertura total do território. Eles estão localizados nos Centros de Serviços Sociais dos *Ayuntamentos*, que fornecem os seguintes serviços: informação, avaliação, orientação e assessoria; cooperação social, impulso às associações, promoção da vida comunitária; apoio domiciliário; reintegração e inclusão social (procura de alternativas ao internamento ou encaminhar para os serviços sociais especializados).

Os serviços sociais especializados, são os serviços que se destinam a determinados públicos alvo, que pelas suas condições ou circunstância de vida necessitam de uma atenção específica (nível secundário, mais especializado tecnicamente), e dirigem-se aos sectores da infância, família e juventude; idosos; mulheres; pessoas com deficiências físicas ou sensoriais; toxicodependentes e alcoólicos; minorias étnicas, especialmente ciganos; grupos com comportamentos desviantes (delinquência, reclusos e ex-reclusos); grupos marginalizados (pobreza e exclusão) e outros grupos (emigrantes, refugiados, asilados, imigrantes).

Para o desenvolvimento destes serviços tem como valências: Centros de Dia; Centros de Acolhimento; Residências; Creches; Centros Ocupacionais; Comunidades Terapêuticas; Albergues e cantinas.

O financiamento dos serviços sociais vem dos orçamentos públicos (orçamento do Estado, segurança social, regiões autónomas e autarquias locais). Não obstante, está prevista e espera-se a colaboração do sector privado, bem como a participação e envolvimento dos beneficiários.

As leis dos serviços sociais, que regem a distribuição de competências e poderes aos governos regionais, conferem-lhes funções de planeamento, coordenação, monitorização e controle, a gestão local, implementação e desenvolvimento de serviços e, portanto, funções muito importantes dos conselhos provinciais e de serviços (municípios), como locais mais próximos dos cidadãos. Mas não isoladamente, há articulação com as corporações locais ou da região e o estado, formando uma estrutura, ou um sistema de bem-estar geral e público, em áreas como: educação e saúde, evidenciado pela aprovação do Plano concertado para o Desenvolvimento dos Serviços Sociais Básicos.

O quadro jurídico de base completa-se, com as leis gerais que regem sectores especializados, assim como a aprovação de planos integrais de actuação administrativa, como: Plano Nacional contra a droga; Plano para a igualdade de oportunidades da mulher; Plano Nacional de desenvolvimento para os ciganos; Plano gerontológico-geriátrico; Plano para a juventude, etc.

O eixo de configuração do sistema público dos serviços sociais e de acção social, manifesta-se tanto pelo quadro normativo, já mencionado, como pelos benefícios e prestações específicas que estabelece e nos próprios equipamentos. Mas também, de forma correspondente, pela existência de um quadro administrativo que administra e organiza o funcionamento do sistema.

O modelo anglo saxónico ou capitalismo anglo-saxão é praticado em países de língua inglesa, como Inglaterra, República da Irlanda, (Estados Unidos da América e outros sem serem europeus). É um modelo capitalista macroeconómico, no qual os níveis de regulação e taxas são baixos e o governo oferece menos serviços. Este modelo, do ponto de vista da economia é mais liberal e mais direccionado ao livre mercado do que outras economias capitalistas. O Reino Unido⁴⁷ possui uma política fiscal mais rigorosa que os Estado Unidos (EUA), enquanto que os gastos com bem-estar social são bem maiores, proporcionalmente, no Reino Unido do que nos EUA, porém menores em relação a outras nações europeias, como a França e a Alemanha. Mas, o que acontece é que, por mais diferentes que sejam, essas economias apresentam sinais de convergência

Este modelo está caracterizado por uma previsão e medidas preventivas menores que nos outros modelos e por uma assistência social de tipo *último recurso* mais forte (os benefícios dependem em parte das poupanças). Os subsídios são, na sua maioria, dirigidos à população activa e aos jovens (por exemplo, cada família recebe uma alocação por filho, que se transforma num “rendimento mínimo” aos 16 anos para quem continue a estudar), e em menor medida para as pensões. O acesso aos subsídios está condicionado na maior parte das vezes às questões da empregabilidade (condicionam-se os subsídios às pessoas que tenham trabalhado anteriormente e que estão à procura de trabalho).

Em relação ao mercado de trabalho, os gastos com as políticas activas de promoção de emprego, educação e qualificação dos trabalhadores são relativamente importantes. No entanto os gastos com as medidas de acção social (segurança social), são menores que nos outros modelos e os sindicatos tem pouco poder de participação nas decisões governamentais e patronais. Esta é uma das razões por que se diz que estes países tem uma maior dispersão de rendimento e um número maior de emprego com baixos salários. No entanto, este modelo é considerado um dos mais eficientes, apenas superado pelo modelo nórdico (Sapir, 2005).

A assistência social (acção social) no Reino Unido é definida como prestação de trabalho social, cuidados pessoais, protecção social ou serviços de apoio a crianças ou adultos carentes ou em risco, ou adultos com necessidades decorrentes de doença, invalidez, velhice ou pobreza e das suas famílias e carreiras. Esta disposição pode ter um ou mais dos seguintes objectivos: proteger as pessoas que usam serviços de saúde, para preservar ou promover a saúde física ou mental, promover a inclusão social e a autonomia,

⁴⁷ <http://www.kent.gov.uk/social-care-and-health>

para melhorar as oportunidades e modos de vida, para fortalecer as famílias e para proteger os direitos humanos e direitos em relação às necessidades sociais das pessoas. Há muitos tipos diferentes de assistência social disponível. Estes incluem os cuidados ao domicílio, o apoio da comunidade e actividades, informações e assessoria, *advocacy* e suporte no emprego. O termo assistência social é frequentemente usado como sinónimo de bem-estar social, e como uma alternativa para o trabalho social. Muitas vezes o termo implica redes informais de apoio e assistência, bem como, os serviços prestados pelos serviços sociais e outros profissionais.

Os trabalhadores sociais do Reino Unido estão actualmente registados no Conselho Geral de Assistência Social (*General Social Care Council*), que define códigos de conduta e prática. A partir de 2012, o GSCC deixará de existir e será renomeado como *Health Professions Council*. Os serviços de assistência social são regulados pela Comissão de Qualidade da Assistência (*Care Quality Commission*).

Existem também outras organizações de assistência social como o Instituto de Assistência Social para a Excelência (*Social Care Institute for Excellence*), uma instituição de caridade independente que identifica e transfere conhecimento sobre as boas práticas e competências para o cuidado, a agência nacional de política e estratégia que lidera e está relacionada ao desenvolvimento da força de trabalho e os trabalhadores sociais. A Academia Nacional de Competências de Assistência Social, (*National Skills Academy for Social Care*), surge em 2009, e fornece apoio à aprendizagem e prática de formação para trabalhadores e assistentes sociais e dos empregadores, com a missão específica do seu desenvolvimento na área da liderança.

Há muitas outras organizações voluntárias e independentes que apoiam a prestação de assistência social, tanto na força de trabalho dos assistentes sociais, como os indivíduos que utilizam os serviços, onde se incluem também organizações lideradas pelos usuários. A força de trabalho da assistência social envolve amplamente aqueles que trabalham em serviços públicos que são prestados, directamente ou delegados, pelos conselhos locais.

No Reino Unido, a força de trabalho ligada à assistência social compreende mais de um milhão e meio de pessoas. Estima-se que dois terços da força de trabalho estão a trabalhar para cerca de vinte cinco mil empregadores, nos sectores privado e voluntário. Em terceiro lugar no sector legal (justiça e autarquias), distribuídos por cento e cinquenta conselhos locais. A variedade (extensão) de configurações de trabalho de assistência (acção social) inclui a comunidade, hospitais, centros de saúde, educação e centros de

aconselhamento e acolhimento. Os assistentes sociais e cuidadores sociais trabalham frequentemente em parceria com os de outras profissões, incluindo a saúde, habitação, educação, aconselhamento e serviços de advocacia e da justiça.

A assistência social abrange muitas áreas de trabalho, cada uma com seus próprios serviços especializados. Estes podem ser classificados como se segue: adultos, que inclui o apoio a pessoas idosas, pessoas com problemas de saúde mental, de aprendizagem ou deficiências físicas, pessoas com problemas de álcool e abuso de substâncias, sem-abrigo, vítimas de violência doméstica e famílias e cuidadores; crianças, jovens e famílias, que inclui promoção da adopção, e os serviços de protecção à criança, trabalhando com jovens infractores, jovens que estão desempregados ou sem-abrigo e aqueles que têm de deficiências de aprendizagem ou deficiências físicas, bem como de apoio às famílias e emprego; apoio aos trabalhadores sociais, que inclui a provisão de recursos, formação e suporte para aqueles que trabalham na assistência social.

Os serviços municipais ou serviços da cidade referem-se a serviços básicos que os moradores de uma cidade esperam que o governo da cidade ofereça em troca dos impostos que os cidadãos pagam. Os serviços municipais básicos incluem saneamento (esgoto e lixo), água, infra-estruturas nas ruas, escolas, inspecção de alimentos, bombeiros, polícia, ambulâncias, e outros relacionados com problemas de saúde e de transporte. Os governos municipais actuam frequentemente através de parcerias ou contrato com outros serviços públicos, como televisão electricidade, gás e cabo.

Estes serviços estão disponíveis para qualquer indivíduo residente e operam individualmente, depende da localização geográfica, história, estatutos e tradição. Os serviços prestados podem variar de região para região (condado) ou mesmo dentro do mesmo condado. Os serviços podem ser executados directamente por um departamento do município ou serem subcontratados a terceiros.

Portugal⁴⁸ tem um Sistema Público de Segurança Social⁴⁹ cujo desenvolvimento foi mais tardio do que nos outros países. Só o 25 de Abril de 1974 permitiu a consagração do princípio de solidariedade entre gerações e a consagração na Constituição do direito de

⁴⁸ <http://www4.seg-social.pt/evolucao-do-sistema-de-seguranca-social>

⁴⁹ A Segurança Social Portuguesa está sob a tutela do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social Português. É um organismo criado pelo Estado com o intuito de dar condições de provisionamento e condições de vida a todos os cidadãos portugueses.

todos à segurança social, uma conquista recente para protecção face aos riscos sociais, às adversidades de contextos políticos e económicos.

A Constituição da República (CR) fixou os princípios e os objectivos fundamentais da Segurança Social no artigo 63º, que diz o seguinte: todos têm direito à segurança social; cabe ao Estado organizar, coordenar e subsidiar um Sistema de Segurança Social unificado e descentralizado, com a participação das associações sindicais, de outras organizações representativas dos trabalhadores e de associações representativas dos demais beneficiários; o Sistema de Segurança Social protegerá os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho (CR, 1997).

O sistema de acção social está definido através da Lei nº 4/2007 de 16 de Janeiro, que aprova as bases gerais do sistema de Segurança Social actualmente em vigor e abrange três sistemas: protecção social de cidadania; previdencial e complementar, que englobam: garantia de protecção no âmbito do subsistema previdencial aos trabalhadores que exercem a sua actividade no domicílio sem carácter de subordinação, nas eventualidades de maternidade, doenças profissionais, invalidez, velhice e morte, na sequência da regulamentação do Código do Trabalho (Decreto-Lei nº 98/2005, de 16 de Junho); o rendimento social de inserção (Lei nº 13/2003, de 21 de maio); subsidio de desemprego (Decreto-Lei nº 168/2003, de 29 de Julho); subsidio social de desemprego (Decreto-Lei nº 150/2009, de 30 de Junho, após o término do subsidio de desemprego, pelo período de um ano; protecção social na eventualidade doença (Decreto-Lei nº 28/2004, de 4 de Fevereiro e Decreto-Lei nº 146/2005, de 26 de agosto); rede social⁵⁰ que surge no contexto de uma

⁵⁰ “A Rede Social é um programa que incentiva os organismos do sector público (serviços desconcentrados e autarquias locais), instituições solidárias e outras entidades que trabalham na área da acção social a conjugarem os seus esforços para prevenir, atenuar ou erradicar situações de pobreza e exclusão e promover o desenvolvimento social local através de um trabalho em parceria. A Rede Social não é uma prestação ou apoio social. Contudo, o trabalho da Rede Social deve permitir uma maior adequação e melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos de um modo geral e, particularmente, àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade. O que se propõe é que, em cada comunidade, as autarquias e as entidades públicas e privadas tenham uma visão partilhada dos problemas sociais que existem nessa área; definam em conjunto objetivos, prioridades, estratégias e ações; utilizem de forma mais racional os recursos disponíveis. A Rede Social tem plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social a nível das freguesias (Comissões Sociais de Freguesia e/ou Interfreguesia - CSF/CSIF) e dos concelhos (Conselhos Locais de Acção Social - CLAS). A um nível regional

nova geração de políticas sociais activas, cuja gestão e acompanhamento do Programa é da competência do Instituto de Segurança Social, baseia-se na responsabilização e na mobilização do conjunto da sociedade e de cada indivíduo com vista à erradicação da pobreza e da exclusão social (Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/1997, de 18 de Novembro; Declaração de Rectificação n.º 10-O/1998; Despacho Normativo N.º 8/2002, de 12 de Fevereiro e Decreto-Lei N.º 115/2006, de 14 de Junho).

No Estados membros, os Planos Nacionais de Acção para a Inclusão (PNAI), em vigor desde 2001, desenvolvera um conjunto de medidas com o contributo do sistema de Segurança Social no combate à pobreza e a todas as formas de exclusão. Neste âmbito e a título de exemplo, referem-se: Programa para a Inclusão e Desenvolvimento que se concretiza através da concessão de apoios a projectos que respondam a problemas de natureza multidimensional, de um território ou de um grupo, em áreas de intervenção diversificadas e com um período alargado de execução (Portaria n.º 730/2004, de 24 de Junho e Despacho n.º 25/2005, de 3 de Janeiro). Contratos locais de desenvolvimento social, territorialmente implementados de forma progressiva, com um modelo de gestão que prevê o financiamento induzido de projectos seleccionados centralmente, privilegiando territórios com públicos alvo mais vulneráveis e acções de intervenção obrigatória que respondam às necessidades diagnosticadas (Portaria n.º 396/2007, de 2 de Abril).

Actualmente, seja por fragilidades do sistema de Segurança Social, a nível da sua organização e funcionamento, seja pela incapacidade de garantir uma cobertura universal e suficiente por razões financeiras, seja, ainda, pelo número cada vez maior de desempregados de longa duração ou, até, daqueles que nunca fizeram parte do mercado de trabalho, a componente assistencial daquele sistema tornou-se essencial no interior do sistema global de protecção, estando-lhe reservado o papel de garantia dos direitos de cidadania. (Cardoso, 2012:29).

A acção social municipal, apesar de não estar enquadrada por atribuições específicas que lhe sejam delegadas pela administração central, estrutura-se em torno da promoção do desenvolvimento social local, tendo como aliadas organizações da sociedade civil em parceria e/ou rede com organizações não lucrativas, mobilizadas no sentido de promover o acesso a equipamentos, respostas e recurso sociais. Visa a qualidade e crescente adequação de respostas às necessidades do/as munícipes, apoio aos indivíduos e

mais abrangente, estão a ser implementadas plataformas territoriais supraconcelhias nas 28 regiões NUT III^º. <http://www4.seg-social.pt/a-rede-social>

suas famílias que se encontrem em situação de vulnerabilidade e defende a coesão social, como pilar para a sustentabilidade e o equilíbrio local, desenvolvimento e capacitação de organizações e indivíduos.

A maioria dos programas e medidas que têm vindo a ser definidos pelo Estado para promoção da coesão nacional constituem as formas actuais de enfrentamento das velhas e novas expressões da questão social e representam um novo enquadramento das funções assistenciais, agora designadas como Acção Social: programas e medidas específicas para enfrentar a pobreza, exclusão social e desigualdades sociais, a garantia de um rendimento mínimo, a promoção de espaços de convivialidade e de criação de laços sociais, a protecção sociojurídica de grupos especialmente vulneráveis como as crianças, as pessoas idosas e deficientes e, ainda, medidas de promoção de condições de empregabilidade e de reinserção social, estas direccionadas, sobretudo, para ex-reclusos, toxicodependentes e sem abrigo. No seu conjunto, constituem-se como medidas que requerem um tratamento normativo ao nível do seu enquadramento no quadro geral de protecção social e uma intervenção próxima aos sujeitos, realizada tão próxima quanto possível ao seu meio habitual de vida e aos contextos em que se processam as suas relações (Cardoso, 2012:203)

Cada município gere de acordo com o seu planeamento o âmbito das suas competências e atribuições para a prossecução dos seus objectivos, que vão de encontro às necessidades de dar respostas sociais aos seus munícipes conforme o seu diagnóstico social. No caso da Câmara Municipal de Lisboa⁵¹ (conselho a que pertence o Bairro da Boavista em Benfica), os apoios e iniciativas que desenvolve e assegura são: o atendimento psicossocial e apoio socioeconómico específico, em situações socialmente gravosas, em articulação com entidades públicas e privadas, das quais se destacam a Santa Casa da Misericórdia e as Juntas de Freguesia do Município de Lisboa.

A administração local é constituída pelas autarquias locais (municípios e freguesias), pelas entidades intermunicipais (áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais), pelas associações com fins específicos e pelas empresas locais. No últimos anos, de acordo com a lei vigente, os municípios actuam com diferentes modelos de organização e de financiamento para cumprir com as suas atribuições e competências.

Existem como alternativas os serviços municipalizados e as empresas municipais, as associações de municípios e as empresas intermunicipais conforme os sucessivos regimes aplicáveis. Estas opções incluem também o recurso a modelos de financiamento e

⁵¹ O texto sobre a C.M.L tem por base a informação obtida no site <http://www.sscml.pt/internet/index.php?id=area-social>

de gestão privados, sob a forma de parcerias público-privadas de natureza contratual e institucional ou com características heterogéneas.

A nível municipal, as parcerias público-privadas têm sido prosseguidas sob uma variedade de formas e estruturas contratuais, acompanhando a tendência das administrações locais europeias que, progressivamente, passaram a procurar captar o financiamento privado para as iniciativas de investimento e de modernização da prestação de serviços locais. No âmbito do acompanhamento regular da situação financeira das autarquias locais, decorre o primeiro Levantamento de Operações PPP⁵², cobrindo a identificação e caracterização de contratos e sociedades que, pelas suas características, configurem parcerias público-privadas.

Estas operações apresentam as seguintes características: associação duradoura de cooperação entre o ente público e o operador privado, envolvimento do operador privado em várias fases do desenvolvimento do empreendimento ou serviço, recurso ao financiamento privado e transferência de risco para o parceiro privado num quadro de partilha de riscos. O apoio ao desenvolvimento regional e local, no quadro da cooperação técnica e financeira entre o Governo e as várias entidades legalmente previstas, vem sendo impulsionado através da celebração de contratos-programa.

Os contratos-programa visam a realização de investimentos em áreas estruturantes do desenvolvimento local e regional, definidas legalmente e são celebrados entre a entidade proponente, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) respectiva e o organismo da Administração Central competente, tendo em conta a área de investimento objecto de financiamento. O principal diploma legal que regulamenta a celebração de contratos-programa entre o Estado e os municípios e suas associações de direito público é o Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro. O referido diploma sofreu duas alterações através do Decreto-Lei n.º 157/90, de 17 de maio, e do Decreto-Lei n.º 319/2001, de 10 de Dezembro, que alargaram as áreas de elegibilidade e as entidades que podem celebrar contratos-programa com a Administração Central, respectivamente. As candidaturas deverão ser apresentadas junto da CCDR respectiva, que fornecerá o formulário adequado e apoiará a entidade promotora em toda a sua tramitação. As várias áreas objecto de financiamento encontram-se devidamente regulamentadas nos diplomas atrás referidos. Actualmente as áreas de investimento consideradas prioritárias para efeitos

⁵² Relatório primeira fase do Programa Local de habitação de Lisboa de Abril de 2009 - CML
<http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1241813732P7eEM3zw5Vy23DV7.pdf>

de financiamento são: desenvolvimento económico, incluindo infra-estruturas de apoio ao investimento produtivo; revitalização socioeconómica dos centros urbanos e requalificação dos espaços públicos; serviços de abastecimento de água e saneamento; valorização e remodelação de infra-estruturas relacionadas com a educação; desenvolvimento das acessibilidades.

O Programa CAPACITAR é uma iniciativa de capacitação da Administração Local para o Desenvolvimento Económico Local, que se irá desenvolver pelo período do Portugal 2020, tendo em consideração a mudança de paradigma e reorientação das políticas públicas locais. Tem como meta cumprir os objectivos de qualificação e capacitação de autarcas, dirigentes, trabalhadores e outros agentes locais, para o desenvolvimento e a competitividade económica local. A intervenção feita é numa perspectiva global e multidisciplinar e centra-se na informação, acompanhamento e encaminhamento, através de um conjunto de respostas globais e integradas com vista a ir de encontro às necessidades sociais apresentadas.

Em relação ao Bairro Quinta da Mina o município responsável é a Câmara Municipal do Barreiro⁵³. O Despacho nº 16691/2013, Diário da República, 2ª série — Nº 248 — 23 de Dezembro de 2013, adequação da Estrutura Orgânica da Câmara Municipal do Barreiro (CMB) e dos Serviços Municipalizados de Transportes Colectivos do Barreiro (SMTCB) de acordo com a Lei nº 49/2012, de 29 de agosto.

A Câmara Municipal do Barreiro (CMB) tem como competências o planeamento, a gestão e a realização de investimentos nos seguintes sectores, entre outros: Ordenamento do Território e Urbanismo; Promoção e Desenvolvimento; Cooperação Externa; Acção Social; Habitação; Transportes e Comunicações; Equipamento rural e urbano; Energia; Ambiente e Saneamento Básico; Saúde; Educação; Desporto; Defesa do Consumidor; Protecção Civil; Cultural e património.

No âmbito das suas competências as áreas de Intervenção Social da CMB são: planear, conceber e executar projectos e/ou programas suscitando parcerias, incentivando a participação, a cooperação e a concertação com diversas entidades do concelho.

Recentemente foi assinado o Acordo de Execução e Protocolo de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal do Barreiro e as Freguesias do Concelho, em 7 de Maio de 2014, de acordo com a entrada em vigor da Lei 75/2013, de Setembro de 2013,

⁵³ O texto sobre a Câmara Municipal do Barreiro é adaptado do site municipal <http://www.cm-barreiro.pt/pages/460> e <http://www.cm-barreiro.pt/pages/535>

que dota as autarquias de novas formas de autonomia ao nível das suas competências, assim foi necessária a revisão do processo dos protocolos até então em vigor ajustando-os e agora denominados de delegação de competências Acordo de Execução e Protocolo de Delegação de Competências onde se interligam competências delegadas e competências próprias das juntas de freguesia. O processo de descentralização visa a melhoria do trabalho em parceria, já desenvolvido ao longo dos anos, em prol da qualidade de vida das populações e a defesa de um serviço público de qualidade são eixos fundamentais da actuação das autarquias perante a nova Lei.

Resultado das transformações sociais que ocorrem na sociedade, é exigida uma intervenção cada vez maior do Poder Local e, em particular, das Câmaras Municipais, em favor das populações locais e no processo de desenvolvimento local. Trata-se de uma descentralização do Poder Central para o Poder Local, através da transferência de atribuições e competências, como é o caso da Acção Social. Contudo, apesar de estar prevista na Lei esta transferência, a mesma é ambígua e pouco esclarecedora das reais competências das autarquias no domínio social. Para além disso, o Poder Central, ao transferir competências para o Poder Local deverá acompanhá-las de recursos financeiros para a sua prossecução. Caso contrário, a aplicação das mesmas fica alicerçada aos interesses políticos locais e à sua disponibilidade financeira, o que pode causar desigualdades sociais entre territórios (Ribeiro, 2011).

Apesar da descentralização continuar no debate político, pela actual reforma do Poder Local, este tem estado cada vez mais próximo dos seus cidadãos, na identificação das suas necessidades e na criação de políticas sociais locais, dirigidas a grupos da comunidade (Ribeiro, 2011). Deste modo, promove-se o desenvolvimento local em torno das iniciativas igualmente locais. Sendo que o Serviço Social intervém junto da comunidade, com o objectivo de se promover uma melhoria na qualidade de vida dos indivíduos e a sua actuação deve estar implícita também nos processos de planeamento e concepção das próprias medidas de política social.

A acção social tem um conjunto definido de metas e objectivos, nomeadamente a redistribuição no que diz respeito aos recursos, com vista à justiça social para todos, a formação e desenvolvimento adequado do ambiente sociocultural em prol de uma vida plena, a prevenção das necessidades, a solução de problemas, a introdução de novos mecanismos ou programas e melhoria na saúde, educação e bem-estar.

mas (...) parece conter um elemento frequentemente subestimado ou ausente na consideração contemporânea da acção social: o elemento estigmatizante da assistência social. De facto, quer-nos parecer que, com a referência à acção social, o que se opera é uma deslocação da acção assistencial (Cardoso, 2012:35)

Nesse sentido, a acção social torna-se um processo conflituoso que pode promover ou evitar mudanças no sistema social através do processo de sensibilização das pessoas para as realidades sociopolíticas e económicas que condicionam as suas vidas e mobilizando-as a organizarem-se para trazer a mudança desejada, ou para impedir mudanças que lhes cause prejuízo, através do uso de estratégias que os próprios considerem viáveis.

A participação das pessoas é usada para actividades construtivas na comunidade e é nesse sentido que a proximidade com os indivíduos constitui uma das dimensões que caracterizam os processos de intervenção do assistente social. A criação das condições base de toda a intervenção local está nesta proximidade e traduz-se no conhecimento das especificidades locais, baseada numa concepção que tem subjacente que “a experiência quotidiana dos problemas urbanos por quem os vive constitui uma fonte de conhecimento insubstituível (...) que a capacidade de concretizar acções de transformação está dependente da capacidade articular diferentes formas de conhecimento” (Henriques, 2002: 16).

A eliminação de obstáculos, como ausência de políticas concertadas para o social, falta de actualização e de conhecimento científico, dificuldade em dar visibilidade às questões sociais e falta de instrumentos de avaliação de qualidade dos programas e respostas impede muitas vezes, que se alcance o objectivo maior da acção social, que é tão somente a promoção e efectivação da qualidade de vida e bem estar dos indivíduos e comunidades.

4. Uma Visão Multifocal em Serviço Social na intervenção local

A construção de comunidades integradoras é tanto um processo como um resultado esperado do *empowerment*. Lee, (2001); Thompson, (2007); Adams (2008) defendem a centralidade da dimensão deste processo, uma vez que esta é a área onde trabalhamos com vista à mudança, que pode significar o controlo do projecto de vida. Para Pinto “a mudança é também vista como adaptação pelos profissionais que seguem o paradigma

ecosistémico do relacionamento individuo-meio envolvente, baseado nas trocas recíprocas e contínuas” (Pinto, 1998:248).

Neste sentido, importa aliar a esta nova forma de intervenção social, o processo de *empowerment* como processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades, em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício da sua cidadania (Lee, 2001).

O objectivo é a autonomização das populações desfavorecidas e a sua participação a um nível de igualdade, estabelecendo um conceito de parceria com os vários sistemas – sociais, formais e informais, assente em relacionamentos sinérgicos, em que cada indivíduo é encarado como alguém com direitos e deveres, potencialidades e carências; e por outro lado, atingir uma distribuição mais equitativa dos recursos. Este processo dá ênfase e centra-se na perspectiva da expansão das capacidades, potencialidades e recursos da pessoa, da população envolvente e da comunidade (Lee, 2001).

Uma atitude de envolvimento e capacitação para que o outro sinta que participa nas estratégias que envolvem o seu projecto de vida, e o “poder” e motivação que essa capacitação lhe proporciona (Lee, 2001).

The empowerment approach is a paradigm for international social work practice as its framework specifies the ingredients needed to practice with poor and oppressed groups beyond national boundaries and throughout the world. (...) Additional to a range of social work skill, consciousness-raising, empowering group process, and the process of praxis – action-reflection-action – are the core process of the empowerment approach and of conscientization and social development practice. (Lee, 2001:403).

A visão multifocal de Lee (2001) apresenta como base epistemológica para os seus fundamentos teóricos, teorias e conceitos centrados na pessoa, tais como conceitos e situações de opressão centrados numa visão multifocal, no que concerne aos aspectos históricos de opressão; problemas e relações entre etnicidade e sistema de classes (*ethclass*); perspectivas ecológicas globais e críticas; abordagens culturais e multiculturais; feministas e sobre o conhecimento das potencialidades individuais de adaptação dos indivíduos, no que se refere ao seu processo de individuação, socialização e de aprendizagem cognitivo-comportamental, tendo em vista a resolução de problemas sociais na área da habitação, família, grupos e comunidades, colaborando para uma perspectiva sistémica macrossocial, visando a concretização de processos de mudança estrutural, que possibilitem a capacitação pessoal, interpessoal e política dos sujeitos (Lee, 2001).

Os sete *focus* desta abordagem são (Lee, 2001:49):

1. Visão histórica da opressão, incluindo a história político social associada a grupos oprimidos [desde os tempos da escravatura, opressão de massas da era industrial, lutas dos trabalhadores (Marx, 1818-1883), choques civilizacionais, escravatura técnico científica que impede os indivíduos de participar e ter poder de decisão e escolha no próprio sentido da sua vida, etc.]. – Paradigma estruturalista de inspiração Marxista.

2. Uma visão ecológica: que engloba o conhecimento das potencialidades individuais de adaptação, incluindo um paradigma de combate ao stress, as formas de conceptualizar como as pessoas lidam com os seus processos de individuação e identidade [conceito de *coping* que tem sido descrito como o conjunto das estratégias utilizadas pelas pessoas para se adaptarem a circunstâncias adversas ou *stressantes*, face ao estigma de que são alvo, a aprendizagem social e cognitivo-comportamental e o conhecimento do poder e dos estruturalmente instalados na sociedade e nas acções socioeconómicas (uma espécie de "reutilização ecológica do indivíduo" das suas capacidades, competências e potencialidades adaptativas)] - Paradigma ecológico-sistémico, ligado às teorias cognitivo comportamentais.

3. Uma perspectiva ‘ethclass’, que foca o nosso conhecimento sobre as realidades do racismo e classismo e a sua interacção, incluindo os elementos da estrutura de classes e os efeitos da pobreza sobre o ser humano, bem como os mecanismos de adaptação que os sujeitos têm desenvolvido para lidar com a vitimização, a marginalização e a opressão étnica - Milton M. Gordon⁵⁴, visão multidimensional da dimensão social - ligado às teorias organizacionais e estruturalistas e teorias de classe social.

⁵⁴ O modelo da assimilação é hoje associado ao legado de Milton Gordon, que resolveu o problema de coesão em torno da definição do conceito. O seu trabalho *Assimilation in American Life* (1964) forneceu uma dissecção sistemática do conceito, o que permitiu uma formulação multidimensional, com sete momentos ou estágios no processo assimilativo: “Gordon (1964) fornece uma tipologizada assimilação que captura a complexidade do processo, desde uma assimilação cultural, estrutural, marital, identificacional, atitudinal, comportamental a uma assimilação cívica” (Zhou, 1997:977). De entre estes estágios, dois momentos se destacam, a aculturação e a assimilação estrutural. A aculturação, i.e, a adopção por parte do grupo minoritário de «padrões culturais» da sociedade de acolhimento, é um passo necessário e prioritário no ajustamento dos imigrantes à sociedade receptora permitindo o aproximar aos padrões da classe média, a «*core culture*».

4. Uma **perspectiva cultural e multicultural**: que atende às normas e nuances e às expectativas da origem étnica do sujeito. Nesta perspectiva, por exemplo, é um erro ver todos os brancos como americanos, sem ter em conta a herança de outros países de origem, ou todos os negros como afro-americanos. Do mesmo modo, deve atender-se à necessidade de ajudar grupos étnicos estigmatizados a reter e comemorar a sua herança cultural e, em última análise, essa valorização da diversidade cultural pode ser considerada como uma perspectiva multicultural.

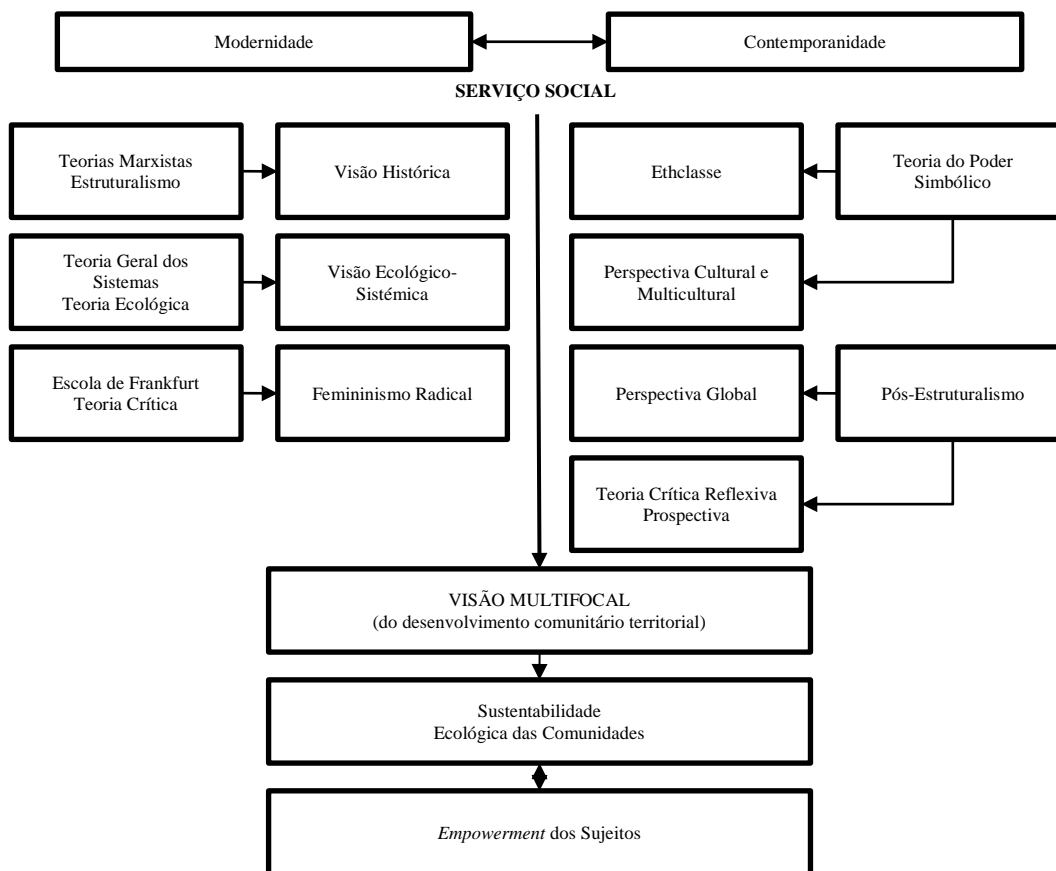
5. Uma **perspectiva feminista**: que destaca a opressão específica das mulheres, mas também conceptualiza os fenómenos numa perspectiva diversa, procurando a unidade de conceitos como o ‘pessoal é político’, numa noção ilimitada do poder - Teoria Radical Marxista e Teoria Crítica, perspectiva anti-discriminatória e anti-opressiva.

6. Uma **perspectiva global**: que se concentra no trabalhador sobre a interdependência global e reconhece a injustiça social e económica como um problema mundial. O conceito de exclusão social é essencial no desenvolvimento de uma perspectiva global, um conceito inicialmente francês e europeu, que foi testado numa série de países não europeus, do sul, e que ganhou dimensão global e o universal, no que concerne à explicação da marginalização dos grupos a quem é negado acesso ao emprego ou a quem se restringiram as condições laborais, o acesso ao crédito, à cultura, ao consumo, à educação, à mobilidade, à habitação e aos programas de protecção social. A exclusão social também descreve as desvantagem sentidas devido à diferença étnica, à orientação sexual, à idade ou deficiência e à discriminação contra as pessoas consideradas desviantes, incluindo os imigrantes ou membros de minorias étnicas ou raciais. Considera que a exclusão também pode ocorrer devido à falta de participação no processo político, implicando impotência e injustiça e que é um fenómeno global que emana da pobreza e que inclui uma variedade de situações caracterizadas pela impotência e estigmatização social - Teorias da Cidadania, Perspectiva conjuntural e económica e Teoria Reflexiva.

7. Uma **perspectiva crítica**: que advoga a necessidade de uma crítica a todas as formas de opressão e o desenvolvimento de estratégias, que apontam para a mudança individual e social - Teoria Crítica e Teoria Reflexiva.

A figura II.3 ilustra a articulação da perspectiva multifocal com as teorias sociais em que se suporta:

Figura II.3- Visão Multifocal vs Teorias Sociais



Fonte: Adaptado de Lee, 2001, tradução e elaboração da autora

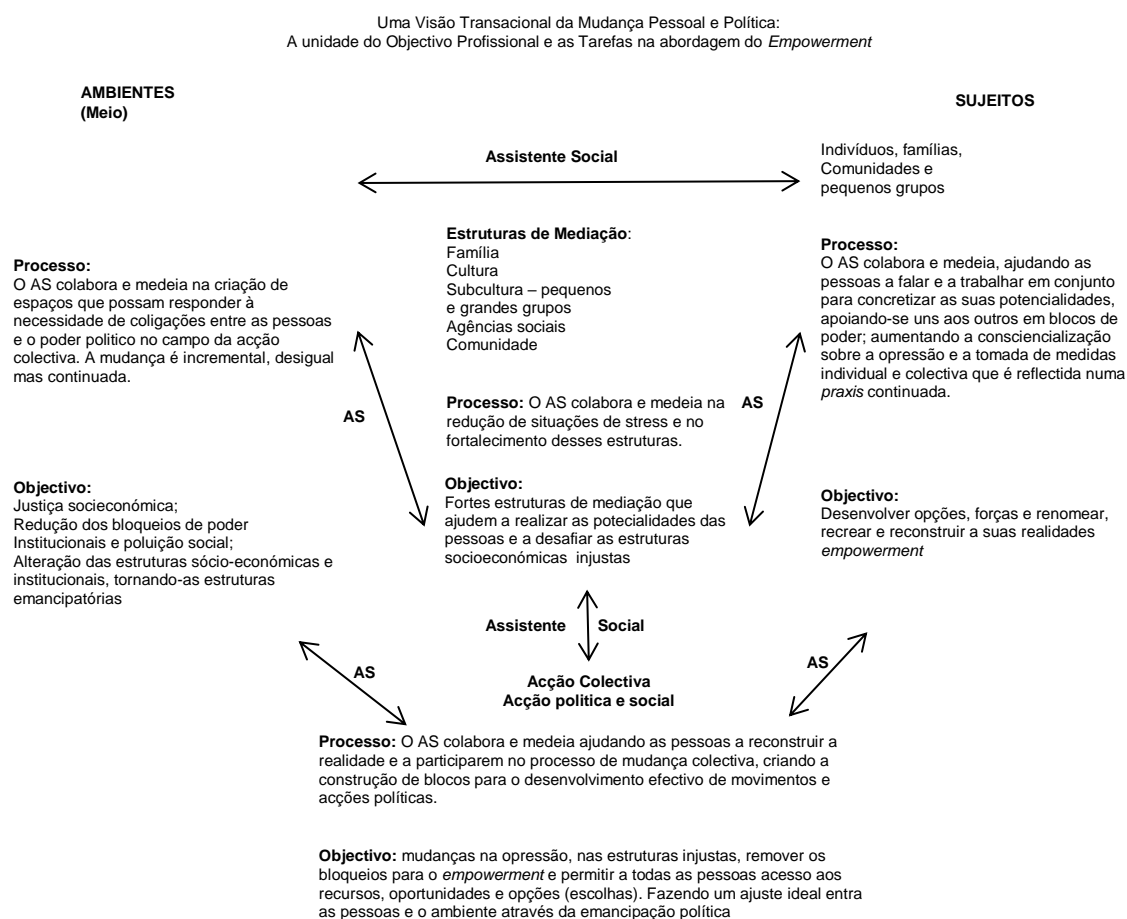
O conceito de visão multifocal de acordo com Lee (2001) deixa a possibilidade de adicionar outros focos de como teoria e prática evoluem. Se podermos imaginar um par de óculos com lentes múltiplas (não bifocais ou trifocais, mas as lentes multifocais), conseguimos perceber o que é a visão do mundo e da prática que ilumina esta abordagem.

Since there is a good deal of overlap in these perspectives, it will not take long to get used to these new lenses. The broad-based ecological view is an overarching concept explaining person/environment transactions. The different emphases provided by adding the other six lenses help us to see closely and at several distances and sharpen the views we need to practice this approach. We may also need to add other foci as theory and practice evolves. Ultimately, these are political lenses.(Lee, 2001:77)

Esta perspectiva, segundo a autora, permite fazer conexões entre políticas inadequadas e programas sociais, vulnerabilidades pessoais e a necessidade de um bom

começo na obtenção de recursos vitais internos e externos. O objectivo é ajudar o assistente social a desenvolver o seu conhecimento para apoiar as pessoas a capacitar-se a nível pessoal, interpessoal e político. Centra-se especificamente sobre a prática com grupos oprimidos, com base numa compreensão das questões históricas e de política social do passado e contemporâneas. Utilizando a abordagem de *empowerment*⁵⁵ como uma estrutura unificadora, desenvolve uma capacitação que é integrativa, holística, e pertinente às necessidades de populações estigmatizadas e vulneráveis. Nesse sentido, Lee (2001) elabora um esquema de visão transaccional de mudança pessoal e política da pessoa, onde o assistente social está presente em todas as dimensões, como se pode ver na figura II.4.

Figura II.4- Visão Transaccional



Fonte: Lee , 2001:47 - traduzido pela própria

⁵⁵ Na Declaração de Copenhaga sobre o Desenvolvimento Social e no Programa de Acção, o *empowerment* foi considerado como requisito essencial de acção na luta contra a pobreza, “o reconhecer que aumentar o poder das pessoas, particularmente das mulheres, para reforçarem as suas próprias capacidades é um objetivo central do desenvolvimento e o seu principal recurso. Aumentar o poder (empowerment) implica a plena participação das pessoas na sociedade”.

Esta abordagem adopta uma perspectiva ecológica na prática do *empowerment* que nos permite perceber a ligação e interdependência de todos os sistemas, vivos e não vivos. De acordo com a perspectiva ecológica o trabalho do assistente social é visto como “maintaining a dual simultaneous concern for people and environments” e “releasing the potentialities of people and environments” (Germain 1979, in Lee, 2001:27).

Além da perspectiva teórica multifocal, a abordagem *empowerment* é baseada em valores, princípios e competências que são integradas num quadro conceptual global, que inclui a ajuda nos processos de consciencialização e o diálogo como metodologia a utilizar entre os indivíduos, pequenos grupos e comunidade em geral,

O termo *empowerment* também se encontra actualmente quase omnipresente nos mais variados domínios de reflexão e de acção. O empowerment aparece-nos como valor, princípio político e técnico / metodológico e como instrumento das políticas sociais, na gestão, nas ciências da educação, na psicologia, na economia e no desenvolvimento socioeconómico, na intervenção na área da saúde e reabilitação, para só salientar as áreas mais importantes. Encontramos o *empowerment* como princípio das políticas sociais, nacionais, da União Europeia e nas Declarações de princípios e de acção internacionais (Friedmann, 1996; Walters, Lygo-Baker, Strkljevic, 2001).

A abordagem centrada no conceito de *empowerment* remonta (pelo menos de uma forma mais consciente e programática) a finais da década de 1970, nos EUA. A partir do final da década de 1980, assistimos à sua implementação e aceitação como paradigma, cada vez mais dominante, no serviço social e noutras profissões de ajuda (Adams, 1996; Perkins, Zimmerman, 1995 in Pinto, 1998).

O surgimento do *empowerment*, de acordo com Ninacs, deve-se ao “facto de se ter constatado que algumas colectividades e pessoas não conseguiam ter poder sobre os recursos necessários ao seu bem-estar”, isto é, não conseguiam por elas próprias “atingir as condições mínimas de sobrevivência individual.” (Ninacs 1995:70). Esta falta de poder, também impedia a participação dos sujeitos nas decisões públicas, dado que as organizações não lhes reconheciam legitimidade para tal e os próprios sujeitos acabavam por assumir posturas de passividade, aceitando o que lhes era dado sem qualquer tipo de contestação. Assim, o paradigma do *empowerment* fundamenta-se na convicção de que os sujeitos, tanto individualmente, como em grupo, podem adquirir capacidades que lhes permitam efectuar as transformações necessárias para assegurar o acesso aos recursos essenciais ao seu desenvolvimento e bem-estar, bem como o seu controlo.

De acordo com Adams (2003) o *empowerment* é um termo que só há poucos anos recebeu uma menção na norma britânica dos textos de trabalho social (veja-se Coulshed, 1991). Mas desde a década 90 que alcançou proeminência e tem havido uma série de publicações que indicam a disposição dos investigadores, decisores políticos e profissionais para aplicar o conceito de *empowerment* a diferentes aspectos do social e humano (refira-se a título de exemplo, Braye e Preston-Shoot, 1995; Holdsworth, 1991; Shor, 1992; Sleeter, 1991; Stewart, 1994; Wolfendale, 1992; Clarke e Stewart, 1992; Parsloe, 1996, *in* Adams, (2003). *Empowerment* é um termo por vezes usado para se referir “à capacitação e pode estar ligado ao feminismo” (Dominelli, 1997:47).

Adams (2008:4) afirma que o *empowerment* tem, efectivamente, um significado “multifacetado (...) com diferentes significados para as diferentes pessoas” i.e. encontram-se significados distintos entre os académicos e os profissionais que o põem em prática, ou ainda entre as várias áreas de intervenção, nomeadamente economia, psicologia, serviço social.

Nesse sentido, podemos afirmar que o conceito não é estático, ou seja, vai evoluindo e reformulando-se de acordo com as experiências dos indivíduos que o colocam em prática (Thompson, 2007; Adams, 2008). De acordo com Lee (2001), podemos identificar várias ligações do *empowerment* a abordagens que vão desde o construtivismo crítico (Carpenter, 1996, *in* Lee, 2001), abordagem interaccionista (Shwartz, 1994; Shulman, 1996; Parsons, 1999, *in* Lee, 2001), abordagem estrutural (Middleman e Goldbeg 1974, 1979, *in* Lee, 2001) e abordagem integrativa (Hernandez e Jorgenses, 1994, *in* Lee, 2001).

No que respeita à ligação do conceito com a prática do Serviço Social, realça-se, mais uma vez, a falta de consenso entre os vários autores que o abordam, uma vez que lhe são atribuídas várias categorias: desde “ferramenta” (Gutiérrez et al., 2003: xix) a “técnica” (Lee, 2001:31). Para Parsons (2003) o *empowerment* é a chave do Serviço Social, e há ainda outros autores que defendem o conceito como um método da prática do Serviço Social (Turner 1996) ou como um modelo (Fetterman, 1996). Contudo, para Faleiros (2002) este conceito pode ser uma estratégia de valor para o Serviço Social, já para Van Voorhis et al. (2006) e para Cree et al., (2008) este é um valor essencial do Serviço Social. Também há quem defenda que este conceito representa a “pedra angular” do serviço social (Lee, 2001 e Adams, 2008).

Apesar da diversidade de definições, no que respeita à importância que o conceito tem na prática do Serviço Social parece existir consenso e defende-se a ideia de que este representa uma alteração de paradigma na prática do Serviço Social, onde se considera necessário a aquisição de conhecimentos e competências para o desenvolvimento do processo de *empowerment* (Frans, 1993, Lee, 2001, Gutiérrez et al., 2003; Van Voorhis e Hostetter, 2006; Thompson, 2007; Adams, 2008). Para Faleiros (2002), no paradigma da correlação de forças, o *empowerment* é o objecto profissional do Serviço Social, enquanto para Gutiérrez, Parsons e Cox (2003) ele proporciona uma forma de repensar a prática do Serviço Social.

Lee (2001); Thompson(2007); Adams (2008) defendem a centralidade da dimensão no processo de *empowerment*, uma vez que esta é a área onde se trabalha com vista à mudança, o que significa o controlo do projecto de vida que o individuo assume. De acordo com Lee (2001: 51), o *empowerment* “pode ser desenvolvido em três dimensões: pessoal, que compreende o desenvolvimento de uma boa auto-estima; interpessoal e político”. Gutierrez (2003, *in* Adams, 2008) reforça esta ideia, afirmando que o *empowerment* se pode desenvolver ao nível macrossocial, centrando-se no objectivo político e na mudança estrutural; ao nível meso-local e ao nível micro, quando se centra no indivíduo ou em mudanças pessoais. Adams (2008), também considera que o *empowerment* pode ser aplicado a indivíduos, grupos, organizações, comunidades e sistemas políticos. De acordo com estes autores, o *empowerment* é uma abordagem integrativa, holística e adequada às necessidades da população, que muitas vezes se encontram numa posição estigmatizada e vulnerável.

Para Lee (2001:59), o assistente social dispõe de “dois níveis de competências: as competências internas que compreendem a percepção e a cognição e as competências interaccionais, as competências para lidar directamente com os clientes”, o *empowerment* tem implícito uma parte objectiva e uma parte subjectiva, sendo esta última referente à percepção que temos de nós mesmos, ou seja, à auto-estima. A auto-estima positiva, a autoconfiança, a auto-eficácia e a satisfação individual são elementos determinantes no processo de *empowerment* e no sentimento de controlo das suas vidas.

Segundo Paulo Freire (1970:28), a consciência crítica é a chave para a transformação social e deve ser desenvolvida ao longo do processo de *empowerment*, uma vez que na sua ausência qualquer processo deste tipo poderá fracassar. O Serviço Social orientado para o *empowerment* pressupõe que as pessoas historicamente disempowered

“lutem pela sua humanidade perdida”. Os antecedentes do *empowerment* são uma combinação de ajuda mútua, auto-ajuda e mais recentemente movimentos sociais (libertação) e activismo social, reforçado pelo feminismo, crítica às desigualdades, sexualidade, idade, deficiência, religião e outras.

O conceito de *empowerment* tem tido repercussões significativas na prática profissional do assistente social, revelando-se importante, a forma como o operacionalizam e o seu impacto. No século XXI, o *empowerment* pode ser considerado como um meio de transcender limitações sociais e políticas, tanto dos sujeitos (usuários) como dos trabalhadores. Uma espécie de “aerosol social” (Adam, 2003). Com efeito, a prática de *empowerment* tem como propósito tornar a intervenção dos assistentes sociais numa prática transformadora. Isto significa que o conceito de *empowerment* deve ser constantemente redefinido e reconstruído não só pelos profissionais mas também através das acções e palavras dos indivíduos que querem maior controlo sobre os serviços que recebem.

A considerar, três pontos importantes sobre *empowerment*:

- Existe o risco de que o *empowerment* seja interpretado como uma má prática e de uma forma simbólica em vez de fazer a diferença para prática como um todo.

- Phyllida Parsloe (1996, *in* Adams, 2003) reconhece que o *empowerment* não pode ser sempre o objectivo principal da acção do trabalho social. Às vezes as crianças, idosos, pessoas doentes e deficientes mentais realmente precisam de protecção.

- O assistente social vai tentar agir de maneira a proporcionar a protecção necessária e capacitar os indivíduos, ou, no caso de uma criança, os pais, para terem controlo das suas próprias vidas o máximo possível. Mas o primeiro imperativo pode ser o de minimizar o risco (Parsloe, 1996 *in* Adams, 2003).

O *empowerment* pode significar:

a participação do individuo nos serviços e o movimento de auto-ajuda em geral, em que grupos agem por sua conta e risco em cooperação com, ou de forma independente, para garantir os seus direitos e também o meio pelo qual indivíduos, grupos e/ou comunidades se tornam capazes de assumir o controlo de suas circunstâncias e alcançar seus próprios objectivos, sendo capazes de trabalhar para se ajudar a si mesmos e a outros, para maximizar a qualidade de suas vidas (Thomas e Pierson, 1995, *in* Adams, 2003:134-135).

Para Adams (2003), *empowerment* significa literalmente “tornar-se poderoso”, mas em termos do trabalho social tem vindo a significar muito mais do que isso. Abrange tanto teoria como método.

Uma teoria que se preocupa com a forma como as pessoas podem obter o controlo colectivo sobre suas vidas, de modo a alcançar os seus interesses como um grupo, e um método pelo qual os assistentes sociais procuram melhorar o poder de pessoas que carecem dela (Thomas e Pierson, 1995 *in* Adams, 2003:134).

Inevitavelmente *empowerment* é um conceito político, embora a sua extensão dependa da abordagem e das circunstâncias em que o trabalho de capacitar os indivíduos envolvidos tenha lugar.

Adams (2003) considera como conceitos relacionados com o *empowerment*: democratização; normalização e valorização do papel social; reflexividade e criticidade; consciencialização; participação e liderança (do indivíduo); Serviço Social Radical (raiz Marxista); prática anti-opressiva; pós-modernismo e Serviço Social da nova Era.

Schön (1991 *in* Adams, 2003) diz-nos que a natureza inerentemente problemática do *empowerment* é parte do um padrão de insegurança e instabilidade no Serviço Social.

O Serviço Social não possui um “*wellresearched*”, a base são evidências de acordo com a prática, e há uma “falha” no desenvolvimento sistemático do conhecimento científico.

Em 1979, John Friedmann lançou, conjuntamente com Weaver, as suas ideias de base sobre o desenvolvimento participativo ou *empowerment*, traduzidas numa organização funcional do poder exercido de baixo para cima. Considera o *empowerment* uma estratégia alternativa à forma tradicional de promover o desenvolvimento. Interpreta esta noção pondo ênfase na melhoria das condições de vida da maioria excluída. Segundo o autor, o *empowerment* trata de humanizar o sistema e, o seu objectivo a longo prazo é transformar a sociedade incluindo as estruturas do poder. A noção, tradução literal do termo inglês *empowerment*, emprega-se para expressar o exercício real do poder inscrito na cidadania. Do ponto de vista etimológico o conceito permite capacitar, autorizar, ou dar poder sobre algo, alguém ou para fazer algo, já conceptualmente refere-se ao processo ou mecanismo através da qual pessoas, organizações e comunidades adquirem controlo ou domínio sobre os assuntos ou temas de interesse que lhes são próprios

Trata-se de um conceito cada vez mais utilizado que relaciona as questões de poder político e participação em geral, mas que surgiu de experiências realmente concretas

circunscritas ao próximo, ao quotidiano, às necessidades sociais que requerem satisfação social (Bulhões, 2009). Aparece como uma necessidade de abertura de linhas de acção, desde a reclamação de poder e voz para poder desenvolver planos, programas ou projectos específicos na perspectiva de promover a plena integração das comunidades locais até a participação social prática.

Friedmann (1996 *in* Bulhões, 2009) relaciona o *empowerment* com o acesso e controlo de três tipos de poderes, que acabam por ser uma síntese das ideias agora apresentadas pelos autores: o social, entendido como o acesso à base de riqueza produtiva, a informação, o conhecimento, e as técnicas, a participação em organizações sociais e os recursos financeiros; o político, o acesso dos indivíduos ao processo de tomada de decisões, sobre tudo aquilo que afecta o seu próprio futuro.

Não é apenas o poder de votar mas também o poder da voz e da acção colectiva (participação em associações políticas, como partidos, movimentos sociais, grupos de interesse, sindicatos de trabalhadores ou agricultores); o psicológico entendido no sentido de potencialidade e capacidade individual, muitas vezes, é o resultado de uma acção vitoriosa nos domínios social e político, podendo resultar de um trabalho intersubjectivo.

Percebe-se assim que o *empowerment* tem fundamentalmente duas dimensões: uma individual e outra colectiva. Uma consequência imediata da base racionalista para abordagens do *empowerment* é a questão de não se alcançar grandes mudanças imediatas nas condições de vida dos sujeitos e portanto não se poder mostrar resultados imediatos (em termos políticos e/ou institucionais), apresentado-se como uma limitação à intervenção, visto que não se pode argumentar quantitativamente a curto prazo e não havendo margem temporal para uma avaliação qualitativa a médio e longo prazo, conduzindo a que os próprios sujeitos se sintam decepcionados e desiludidos.

O *empowerment* também tem alguns riscos, nomeadamente: o paradoxo do *empowerment* (capacitação) dos indivíduos sem fazer a própria (nós); o *empowerment* de uma pessoa que pode ser o *disempowerment* de outra; o perigo de diluição, do *empowerment* para o *enablement*; perigo de se dirigir a demasiados grupos alvo sem falar a nenhum adequadamente; a relação ambígua entre auto-ajuda e *empowerment*; a cooptação do *empowerment* pela direita radical (*wright-wing*) no seu discurso.

Esta breve análise mostra como este conceito é complexo no campo de capacitação em Serviço (trabalho) Social e até certo ponto, problemático, nos conceitos e áreas da sua prática e a na sua grande diversidade. Não menos importante, verifica-se a existência de

uma divergência entre influências contemporâneas, anti-opressivas e de *empowerment* e as tradições de auto-ajuda e mútua ajuda. Além disso, uma compreensão crítica do *empowerment* precisa ser tida em conta num contexto internacional mais vasto do desenvolvimento dos países, bem como na evolução na Europa Ocidental e nos Estados Unidos da América. (Adams, 2003).

Em Portugal, esta abordagem não é exclusiva dos assistentes sociais, sendo utilizada por diversos técnicos de intervenção social, em várias áreas de acção. Parte do pressuposto que os grupos marginalizados e discriminados na sociedade sofrem de uma falta de poder que os impede de lutar pelos seus direitos e usufruir de benefícios económicos e sociais, assim como de participar nas decisões políticas que interferem nas suas vidas. Para alterar esta situação é necessário que esses grupos aumentem as suas competências e o seu poder (Bulhões, 2009).

O movimento de *empowerment* é consequência de uma evolução nas concepções de autonomia e responsabilidade dos indivíduos, e de uma maior consciência dos mecanismos de discriminação e exclusão que se geram na sociedade.

O caminho histórico que alimentou este conceito visa a libertação dos indivíduos relativamente a estruturas, conjunturas e práticas culturais e sociais que se revelam injustas, opressivas e discriminadoras, através de um processo de reflexão sobre a realidade da vida humana (Pinto, 2001 *in* Bulhões, 2009: 247).

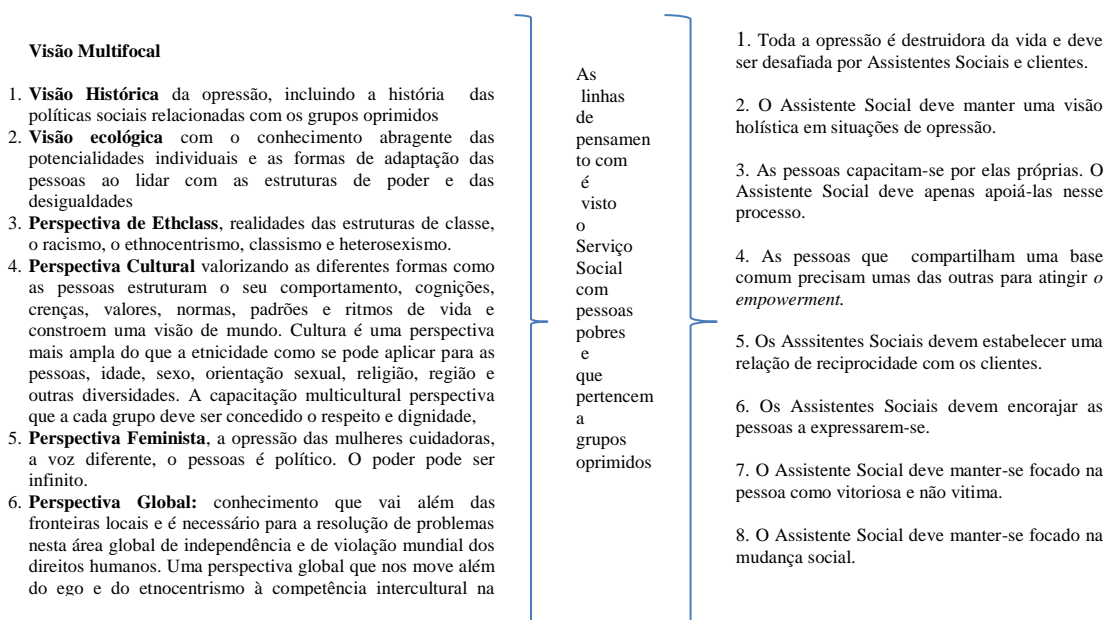
O *empowerment* tem sido aplicado em várias áreas, tais como: minorias étnicas e migrantes, mulheres, desempregadas, sem-abrigo, doentes mentais, vítimas de violência ou abuso sexual, promoção de direitos e cidadania, desenvolvimento sustentável, e intervenção comunitária. Pretende favorecer a efectiva participação dos cidadãos na vida social, económica, política e cultural, e uma distribuição mais equitativa dos recursos e todo o processo exige tempo e oportunidade para exercitar capacidades e direitos, e fazer uma aprendizagem de novas atitudes.

Ainda de acordo com Lee (2001:55) no âmbito de uma abordagem do *empowerment* o Serviço Social tem como propósito profissional (finalidade), uma dupla e simultânea preocupação com os indivíduos e com os seus contextos de vida, intervir com indivíduos oprimidos e afectados pela pobreza e pela exclusão social, colaborando para a concretização dos seus esforços de capacitação pessoal, no que concerne à aquisição de competências e melhoria das suas potencialidades de adaptação, tendo em vista a mudança social, nos contextos sociais e opressivos em que se encontram.

Esta abordagem tem como valor base, a preferência por intervir com sujeitos vítimas de pobreza, oprimidos e estigmatizados no sistema social, por forma a reforçar a sua capacidade adaptativa, promovendo a mudança conjuntural e estrutural nos contextos sociais, por meio da acção individual e colectiva, tendo por base os conceitos holísticos e transaccionais orientados para o conhecimento dos grupos oprimidos, as políticas e programas sociais, com vista à construção de sociedades justas, onde a igualdade de oportunidades e de acesso aos recursos sociais seja possível.

Lee (2001:62) representa esquematicamente quais são os princípios da prática do *empowerment* da seguinte forma:

Figura II.5 - Princípios da Prática do Empowerment



Fonte: Lee, 2001:62, traduzido pela própria

O método baseia-se em valores, propósitos e princípios de capacitação que sustentam a abordagem do *empowerment*, podendo ser utilizado na intervenção individual e na relação profissional face-a-face, em grupos ou comunidades de um ponto de vista relacional, que envolve colaboração, reciprocidade, partilha de poder e o uso de grupos de capacitação para identificar e intervir junto de blocos de poder directo e indirecto, tendo em vista, o aumento das capacidades e do poder pessoal, interpessoal e político numa actividade colectiva que reflecta de forma consciente e crítica, sobre as condições de opressão e sobre as soluções encontradas através de uma partilha do poder social.

CAPITULO III – METODOLOGIA

Um trabalho de pesquisa, desenvolve-se através de um processo em que o investigador observa e procura, nos mesmo lugares, mas com um modo diferente de olhar, pensar e reflectir determinada realidade, partindo de uma experiência e apropriação do conhecimento que se pretende sejam simultaneamente pessoais e isentos de juízos de valor.

A definição do objecto de estudo e as opções metodológicas são um processo muito importante, uma etapa que nos faz pensar nos vários ângulos do problema e nas possibilidades de abordagem teórico-metodológicas para o que se deseja estudar. Inicialmente é essencial que façamos uma pesquisa bibliográfica e seleccionemos toda a informação obtida através de referências bibliográficas para poder decidir e delimitar o objecto de pesquisa (Brandão, 2000).

Após a formulação da pergunta inicial, procedeu-se à leitura de vários autores e à realização de entrevistas exploratórias (a especialistas na área), observação não participante nos bairros a estudar e análise de documentação, com vista a identificar os temas e ideias relacionados com a pergunta inicial e articular com as leituras já realizadas. Anotaram-se os factos observados na observação não participante, de forma a reflectir sobre o seu conteúdo.

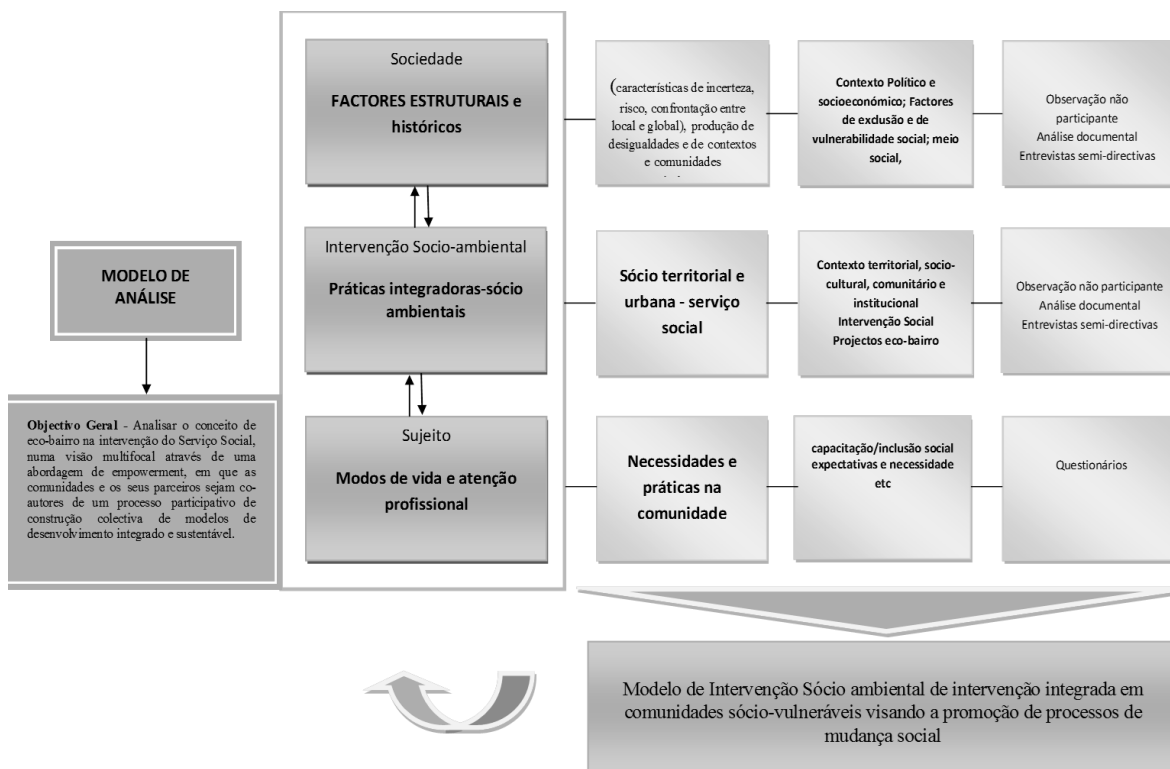
Partiu-se então para a construção da problemática, no sentido de definir bem o objecto, reflectir sobre as diferentes abordagens do problema, escolher a perspectiva sobre a qual se iria analisar o problema (Que enfoques? Que relações), identificar as investigações anteriores que abordaram a problemática e que problemas conceptuais e metodológicos encontraram.

Seguidamente seleccionaram-se os conceitos e ideias-chave para explicitar a problemática e escolher quais as leituras complementares e onde encontrá-las, para no final desta etapa, reconstruir a problemática de pesquisa.

Após a formulação dos objectivos, proposições e dimensões do enquadramento teórico, determinaram-se os eixos de pesquisa que deram origem aos capítulos deste trabalho. Procedeu-se à construção do modelo de análise (de acordo com o esquema da figura III.1) para mostrar as relações que se estabeleceram entre os conceitos e definir as dimensões e indicadores dos conceitos e clarificar a relação entre as proposições e os objectivos e as variáveis implicadas, para se determinar e seleccionar o campo de observação. O que observar, quem, quantos indivíduos ou grupos, como apresentar os

dados de forma a evidenciar as suas principais características, que variáveis trabalhar e que tipos de técnicas usar para as trabalhar.

Figura III.1-Modelo de Análise



Fonte: Elaboração própria

À medida que íamos desenvolvendo e aprofundando o trabalho de pesquisa, foram surgindo diversas questões, umas que ocorrem de imediato e outras que vão decorrendo ao longo deste processo. Tudo isto nos levou a um trabalho de reflexão constante e simultaneamente à inevitabilidade de ir encerrando etapas, apesar das dificuldades que surgiram e que tivemos que enfrentar, dos erros que fomos cometendo e das escolhas que fomos fazendo.

Reconhecendo que a investigação científica se realiza através de um processo sistemático de pesquisa que conduz à procura de conhecimento mediante a aplicação de métodos e técnicas, procuramos neste capítulo descrever as opções metodológicas que orientaram a pesquisa empírica sobre o objecto de estudo.

1. Descrição do campo empírico

Inicialmente pensamos em fazer um estudo de caso e a escolha incidiu num só bairro, o Bairro da Boavista que em 31 de Agosto de 2009, no âmbito dos Programas Integrados de Criação de Eco Bairros e no quadro da Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana do QREN – Programa Operacional de Lisboa, a Câmara Municipal de Lisboa apresentou uma candidatura do Programa de Acção Eco Bairro Boavista Ambiente +, com uma área de intervenção de vinte hectares, que incluía o Bairro Novo e o Bairro de Alvenaria (com cerca de sete hectares). A candidatura foi aprovada em 11 de Junho de 2010 numa primeira versão e reprogramada para o actual Plano de Acção em Julho de 2012 pela CCDR-LVT – Entidade gestora do POR Lisboa (Programa Operacional Regional).

Através de uma parceria local o Município de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa e a Gebalis – Gestão de Bairros Municipais de Lisboa celebraram um protocolo de candidatura à acção “Política das cidades – parcerias para a regeneração urbana” e o programa de acção a implementar no Bairro da Boavista passou a designar-se como “EcoBairro Boavista – Ambiente+ - Um modelo Integrado de Inovação Sustentável”.

Posteriormente, surge a oportunidade de juntar a este trabalho o Bairro Quinta da Mina no Barreiro. A escolha deste bairro veio a materializar-se na continuidade de um protocolo existente entre a Câmara Municipal do Barreiro (CMB) e o Centro de Investigação em Território, Arquitectura e Design (CITAD) / Universidade Lusíada de Lisboa (ULL), onde participamos representando o CLISSIS (Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social) através da elaboração de estudos e pesquisas a desenvolver nas unidades de investigação destes Centros. Deste modo, no âmbito do Projecto de Investigação ESTEJO, quer em termos de abordagem da problemática do território e da cidade, em conjunto com pareceres relativamente à intervenção social, a CMB por iniciativa da sua Vice-presidente, entendeu estabelecer um protocolo específico com o CITAD/CLISSIS com o propósito de se proceder à monitorização do projecto de desenvolvimento da Candidatura vencedora “Parcerias para a Regeneração Urbana da Quinta da Mina, cidade para todos”.

Para o efeito, foi elaborada uma metodologia de investigação que, para além de responder à monitorização mencionada, considerasse o conjunto de acções previstas na candidatura apresentada como Caso de Estudo (que não excluía uma posição crítica relativamente ao desenvolvimento do projecto) constituindo-se para isso uma equipa de

investigadores que, além dos elementos da equipa do CITAD e do CLISSIS da Universidade Lusíada, integrasse os quadros técnicos da autarquia mais directamente nele envolvidos.

Ficou também estabelecida a necessidade de apresentação de relatórios periódicos sobre o processo de regeneração urbana em curso que propiciassem a realização de seminários neste âmbito disciplinar, onde esta temática viesse a ser discutida teoricamente, de modo a trazer contributos para o estado da arte, neste domínio.

Em relação aos dois bairros fez-se um amplo trabalho de pesquisa a fim de se conhecer a sua história e dinâmicas, o trabalho foi organizado em várias etapas, desde o diagnóstico à concepção e implementação de programas e a sua avaliação (não se encontrou registo de avaliação da intervenção, nem dos projectos). Para compor a pesquisa histórico-bibliográfica, recorremos a livros, nos arquivos e bibliotecas dos municípios, além de fontes virtuais confiáveis. Na medida em que grande parte da história desses bairros não se encontrava em fontes publicadas, as conversas com os moradores vieram contribuir também, posteriormente, para esse levantamento histórico. A população teve um importante papel neste trabalho, pois as fontes oficiais de registo da história dos bairros são bastante escassas. Foram feitas, ainda, diversas pesquisas de campo, essenciais para o entendimento dos processos urbanos em andamento em cada bairro e das formas de apropriação do espaço pelas pessoas.

Embora existam alguns trabalhos sobre esta temática (sobretudo nos domínios da sociologia, arquitectura e urbanismo), subsistem questões passíveis de outros desenvolvimentos. Para o seu estudo e compreensão, é fundamental abordar o bairro como um espaço físico, na sua componente histórica e urbanística, mas também como espaço que configura práticas sociais, na medida em que é utilizado, vivenciado e representado pelos residentes e utilizadores.

Posteriormente considerou-se importante seleccionar e visitar um ecobairro na Europa, a escolha de dois bairros na Suécia deve-se ao facto de para além de ser um país pioneiro nesta matéria (Gomes, 2009, Ribeiro da Silva, 2013), ter havido a oportunidade de em Julho de 2012, durante a participação no Congresso Mundial de Serviço Social, fazermos a primeira visita e observação ao eco-bairro Hammarby Sjostad, após a visita realizada e de algumas entrevistas exploratórias (entrevistas abertas sem guião prévio) com os residentes, percebemos a importância de voltar e ter uma reunião com o responsável

pelo projecto, técnicos da Câmara Municipal de Estocolmo e escolha de um segundo bairro.

Em Janeiro de 2013 regressamos a Estocolmo e para além de uma segunda visita ao bairro Hammarby Sjostad, escolhemos Järva, o segundo bairro com um projecto denominado “Sustainable Järva”.

2. Método científico

A escolha da metodologia a utilizar em investigação social constitui um aspecto fundamental na prática de investigação e da construção do conhecimento. Contudo, nem todos os métodos se aplicam, nem de igual modo, à realidade que se quer conhecer, nem a sua escolha é indiferente à representação da sociedade, face ao carácter dinâmico e complexo da realidade estudada e à necessidade de considerar pontos de vista e perspectivas múltiplas.

Assim, optou-se em termos metodológicos por um paradigma interpretativo e por um estudo de natureza explicativa⁵⁶, de pesquisa no terreno⁵⁷ (Costa, 1986), utilizando métodos mistos.

O paradigma interpretativista, considera as inter-relações existentes entre factos e valores, as dimensões históricas, sociais e culturais dos diversos contextos e a pluralidade e variabilidade da visão de mundo num contexto abrangente, numa perspectiva intersubjectiva, esta opção fundamenta-se no pressuposto que a “verdade” se constrói a partir de aproximações sucessivas ao objecto de investigação, a partir de argumentos dialógicos e de que a compreensão da vida social requer uma análise qualitativa do mundo dos sujeitos, nomeadamente do significado que estes atribuem à sua situação e à realidade social em que vivem e que se consolida na utilização de métodos mistos (Mixed Methods Research) mediante a integração sistemática de métodos qualitativos e quantitativos num único estudo, com o objectivo de obter uma visão mais abrangente e uma compreensão mais profunda do fenómeno em estudo, para além de levar em consideração perspectivas

⁵⁶ Embora tenhamos consciência que o paradigma interpretativo seja mais direccionado para estudos de natureza descritiva (não contemplado a natureza explicativa).

⁵⁷ De acordo com Firmino da Costa a pesquisa de terreno presuppõe a presença do investigador no local e o contacto directo cos indivíduos, ou seja o investigador “observa os locais, os objectos e os símbolos, observa as pessoas, as actividades, os comportamentos, as interacções verbais, as maneiras de fazer, de estar e de dizer, observa as situações, os ritmos, os acontecimentos” (Costa, 1986:132).

múltiplas, sendo considerado actualmente o terceiro maior paradigma de investigação, numa abordagem ao conhecimento (teórica e prática). (Schwandt, 2000, *in* Johnson, 2007)

Dos objectivos relacionados com a aplicação de métodos mistos dois merecem destaque na nossa investigação: a triangulação (que procura fazer a convergência e verificação dos dados recolhidos através de diferentes tipos de técnicas) e a complementaridade (que procura elaborar e explicar os resultados obtidos através do cruzamento de dados obtidos a partir das várias técnicas) (Schwandt, 2000, *in* Johnson, 2007).

Assim, para Greene (2006, *in* Johnson, 2007) a palavra “métodos” em “investigação por métodos mistos” (ou *Mixed Methods Research*) deve ser encarada de forma abrangente. Pode incluir estratégias de recolha de dados (questionários, entrevistas, observações), métodos de de investigação (experiências, etnografia) e questões filosóficas adjacentes (ontologia, epistemologia). Utilizar o termo “investigação mista” ou “investigação integrativa” tem a vantagem de não se reduzir a sua aplicação apenas aos métodos, mas também aos tipos de dados recolhidos. (Schwandt, 2000, *in* Johnson, 2007).

Esta investigação perspectiva-se enquanto explicativa na medida em que permite identificar, através da observação da realidade, os factores que determinam ou que contribuem para a ocorrência de determinado fenómeno, fornecendo-lhe um quadro de referência, devidamente reflectido e problematizado e sustentado pela evidência empírica, dando-lhe simultâneamente um carácter indutivo. Muitas vezes este tipo de pesquisa procede uma pesquisa descritiva, que de acordo com Visauta, (2009) compreende a descrição, o registo, a análise e a interpretação da natureza actual, da composição dos processos e dos fenómenos, o que permite atender aos objectivos de estudo propostos.

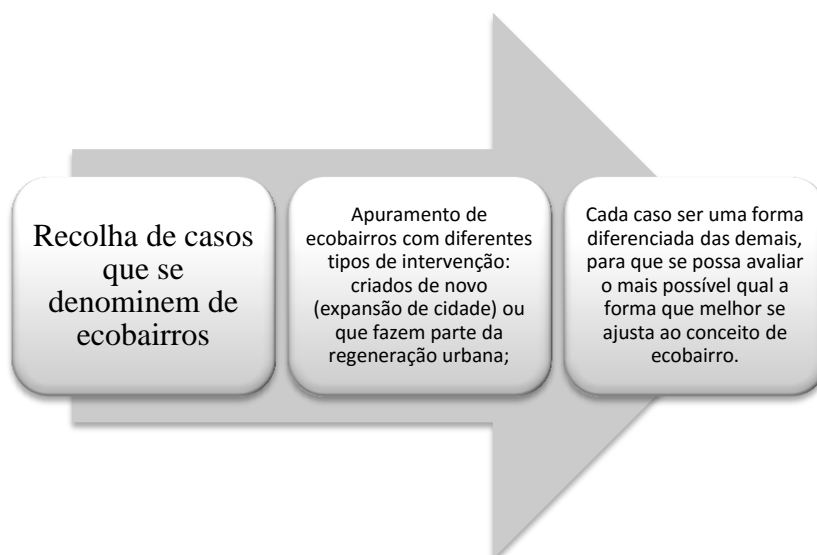
3. Universo e Amostra

Quando se pensa na recolha de informações e dados constatamos ser muito difícil conseguir fazer um levantamento do todo, por isso após a escolha do universo a estudar devemos seleccionar apenas uma parte. É nesse momento que nos deparamos com a escolha da amostra, de forma a que ela seja o mais representativa possível (Marconi e Lakatos, 2002).

Nesta investigação, o universo observável é constituído por projectos de intervenção sócio-ambiental em bairros ou outras comunidades socialmente vulneráveis, com a presença de assistentes sociais, em equipas multidisciplinares.

A selecção dos casos de estudo para este trabalho decorre dos seguintes critérios:

Figura III.2- Critérios de selecção dos casos de estudo



Fonte: Elaboração própria

A unidade de observação (amostra) foi determinada de forma intencional, tendo sido seleccionados os projectos-piloto ‘eco-bairro’ situado no bairro da Boavista, em Lisboa e o “eco-bairro” Quinta da Mina/Cidade Sol, situado no Barreiro, em Portugal e os projectos em curso Hammarby Stosjad e “Sustainable Järva” em Estocolmo na Suécia.

No que respeita ao questionário aplicado aos residentes dos bairros, este foi aplicado a uma amostra intencional, embora orientada de forma a contemplar a maior variedade possível em termos de grupos etários e uma distribuição equilibrada pelos dois sexos, à população residente nos bairros estudados, de forma a caracterizar as condições de vida dos moradores e encontrar o perfil sociodemográfico, socioeconómico e cultural da população, embora nem sempre tenha sido possível. Os inquiridos são maioritariamente mulheres, apenas se assegurou que todos tinham idades superiores a dezoito anos. Optamos pela amostragem não probabilística, na qual as amostras são recolhidas num processo que não dá a todos os indivíduos da população as mesmas chances de serem seleccionados. Também porque não era nosso objectivo fazer uma validação estatística de dados, mas tão

somente perceber qual a percepção dos residentes face ao processo de regeneração urbana em curso.

Fizemos um total de nove (9) entrevistas, a sua escolha foi intencional, cuja selecção é baseada no conhecimento sobre a população e o propósito do estudo (Babbie, 2001). Neste caso, tendo estes sido seleccionados em função da avaliação que o investigador faz do nível de conhecimento que os seus potenciais interlocutores detêm sobre o tema a ser estudado e se escolhe os elementos que considera serem os mais representativos da população, de modo a obter a visão de cada um sobre o tema (o processo de regeneração em curso).

Assim, entrevistamos no bairro da Quinta da Mina o Presidente da Junta de Freguesia e a assistente social da CMB, no bairro da Boavista entrevistamos a Presidente da Junta, a vogal da área social da Junta de Freguesia e a assistente social, a assistente social da CML, da área de habitação social e como o bairro é gerido pela Gebalis, também entrevistamos o Presidente da Gebalis e o Arquitecto responsável pelo projecto. Foi também possível no bairro da Boavista entrevistar a Presidente da Associação de Moradores da Boavista. Inicialmente pensamos entrevistar os dois presidentes de Câmara, mas não foi possível porque coincidiu com o período eleitoral, o que dificultou a conciliação de agendas e a possibilidade de concretização das entrevistas. De certa forma podemos considerar esta como uma limitação a este estudo, que seria mais completo com o contributo desses decisores políticos, porque nos dariam a percepção que tem acerca das prioridades de agenda nesta área, como pensam resolver estas questões a médio e longo prazo e como vêem o contributo do Serviço Social. No caso da Junta de Freguesia a que pertence a Quinta da Mina, porque não tem assistente social dado que é uma Junta de dimensões pequenas, também não foi possível fazer mais entrevistas. Este é o motivo pelo qual existe uma discrepância entre o número de entrevistados de cada bairro.

Nos bairros Hammarby e Jarva fizemos dez (10) entrevistas abertas em cada bairro, aqui não houve nenhuma amostra representativa assumindo-se o carácter exploratório e casuístico deste procedimento, em que íamos falando com os residentes conforme iam passado e tivemos uma reunião de cerca de três horas com o responsável do projecto Hammarby e com a assistente social que substituiu o responsável pela área de habitação na Câmara de Estocolmo e que nos apresentou o projecto “Sustainable Jarva” (ver ponto 2 do capítulo IV).

4. Técnicas de recolha e tratamento e análise dos dados

Após a selecção dos casos de estudo, foi elaborado um inquérito por questionário aplicado aos residentes em cada um dos bairros, o que resultou num total de cento e quarenta (140) questionários, realizados entre Julho de 2013 e Novembro de 2013. Além dos questionários, também foram feitas duas visitas de observação não participa aos bairros. Toda a observação foi registada, assim como os diálogos que foram surgindo com os inquiridos, de forma a perceber o ponto de vista subjectivo dos sujeitos.

O primeiro bairro a ser alvo da aplicação do questionário foi o da Quinta da Mina, tendo-se procedido à realização prévia de um pré-teste ao questionário para aferição e rectificação de algumas questões em Abril de 2013. O trabalho de campo foi elaborado com a colaboração da assistente social do Bairro Quinta da Mina e com a colaboração da Presidente da Associação de Moradores do Bairro da Boavista.

Como técnicas de recolha de dados foram utilizadas os inquérito por questionário, as entrevistas semi-directivas e a observação não participante e a análise documental, tendo em vista uma análise descritiva e interpretativa elaborou-se um inquérito por questionário, aplicado a uma amostra aleatória da população residente nos bairros estudados, com idades a partir dos dezoito anos, com uma margem de erro de 10%⁵⁸, de forma a caracterizar as condições de vida dos moradores e encontrar o perfil sociodemográfico, socioeconómico e cultural da população, auscultando as suas necessidades e expectativas relativamente à intervenção socio ambiental prevista para os bairros.

De forma a obter dados comparáveis e suficientemente expressivos, foi desenhado um questionário conjugando questões abertas e fechadas, nas questões fechadas utilizamos questões dicotómicas (sim/não) de escolha múltipla e de classificação com uma escala de Likert de cinco (5) níveis e outra de quatro (4) níveis.

As questões foram estruturadas de acordo com os objectivos desta investigação e incidiram, sobretudo, na percepção dos inquiridos sobre o bairro, as suas características e limites, ficando distribuídas por três partes, “caracterização socio demográfica”, “percepção dos moradores sobre o projecto eco-bairro e questões ambientais” e “desenvolvimento comunitário vs acção social”. Este questionário tem um total de trinta e duas perguntas, das quais onze são de “caracterização socio demográfica”, catorze de

⁵⁸ A utilização da margem de erro de 10% permitiu-nos uma maior segurança de que os resultados apurados traduzem a percepção geral dos inquiridos.

“percepção dos moradores sobre o projecto eco-bairro e questões ambientais” e sete de “desenvolvimento comunitário vs. acção social” (ver anexo 4).

A construção do questionário integrou um conjunto de questões fixas fechadas, devido às seguintes vantagens: grau de padronização, facilidade de aplicação, análise rápida e relativamente pouco dispendiosa, além de aumentar a segurança de que as respostas são dadas num quadro de referência significativo para o objectivo da pesquisa e de uma forma utilizável na análise. Integrou ainda algumas questões abertas com o propósito de auscultar as necessidades e expectativas dos residentes relativamente à intervenção socioambiental prevista para os bairros.

Algumas das principais vantagens de um questionário é que nem sempre é necessária a presença do investigador para que o inquirido responda às questões. (Lakatos, 1996). Neste caso não foi assim, muitos dos inquiridos não sabiam ler nem escrever e como tal os questionários foram realizados presencialmente, em espaços públicos diversificados, mais ou menos centrais face ao bairro.

Do ponto de vista da sua representatividade, os inquéritos por questionário foram aplicados a uma amostra representativa dos dois bairros mencionados, para um nível de confiança de 90%, conforme quadro abaixo:

Quadro III.3– Construção da amostra

	Nº fogos	Nº inquiridos
Bairro da Boavista	510 ⁵⁹	89
Bairro Quinta da Mina	119 ⁶⁰	51

Fonte: Elaboração própria

Do ponto de vista de uma análise compreensiva, que pretendeu perceber o ponto de vista subjectivo dos sujeitos observados, realizou-se uma observação não participante nos dois projectos seleccionados, os projectos-piloto ‘eco-bairro’ situado no bairro da Boavista, em Lisboa e o “eco-bairro” Quinta da Mina/Cidade Sol, situado no Barreiro. Fizemos

⁵⁹ Para efeitos de calculo amostral tomou-se em consideração apenas o número de fogos sob intervenção e que integram os 510 edificios de alvenaria.

⁶⁰ Para efeitos de cálculo amostral tomou-se como referencia apenas o número de fogos ocupados, ou seja um total de 115 fogos.

ainda, entrevistas semi-directivas a assistentes sociais e outros interventores e especialistas em intervenção comunitária, ligados directa ou indirectamente às questões do realojamento e regeneração urbana em bairros sociais, nos projectos estudados e outros, nomeadamente decisores políticos.

De um modo geral, pesquisas qualitativas requerem a realização de entrevistas, quando definimos os critérios segundo os quais serão seleccionados os sujeitos que vão constituir a amostra, sabemos que essa escolha é de extrema importância, porque interfere na qualidade das informações a partir das quais vamos fazer a nossa análise e chegar à compreensão do problema. Os sujeitos a serem entrevistados, bem como o grau de representatividade que tem são um problema a enfrentar (Duarte, 2000).

A escolha da técnica da entrevista semi-directiva relevou-se no presente estudo a mais adequada, possibilitando este tipo de entrevista direccionar o guião para as categorias e dimensões de análise permitindo simultaneamente liberdade relativa aos discursos dos entrevistados. Este tipo de entrevista possibilitou direccionar o guião para as categorias e dimensões de análise previamente definidas, permitindo, contudo, liberdade relativa aos discursos dos entrevistados.

Numa entrevista semi-directiva o entrevistador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas num guião, aqui optámos por dois guiões (anexos 5 e 6), um para aplicar às assistentes sociais e outro para os restantes entrevistados. Todavia, face ao objectivo da comparação dos resultados e do confronto entre os discursos/ visões/ percepções dos diferentes entrevistados, procurámos manter alguma transversalidade nas questões colocadas, acautelando que as mesmas categorias de análise pudessem ser aplicadas aos diferentes interlocutores.

As técnicas de entrevista semi-directiva apresentam também como vantagem a sua elasticidade quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos (Bardin, 2009). Além disso, a interacção entre o entrevistador e o entrevistado favorece respostas espontâneas e uma maior liberdade aos entrevistados podendo fazer surgir questões inesperadas para o entrevistador, que muitas vezes são de grande utilidade na sua pesquisa (Gil, 1999).

Quanto a desvantagens da entrevista semi-directiva, estas dizem respeito muito mais a limitações do próprio entrevistador, como por exemplo: a escassez de recursos financeiros e próprio dispêndio de tempo. Por parte do entrevistado há a insegurança em relação ao seu anonimato e por causa disso muitas vezes o entrevistado retém informações

importantes, contudo, estas questões são melhor apreendidas pela entrevista semi-estruturada (Bardin, 2009).

O número de sujeitos a entrevistar foi difícil de definir *à priori*, os bairros pertenciam a Câmaras diferentes, as dimensões e organização também não coincidia, no entanto, consideramos que a qualidade das informações obtidas não ficou comprometida, assim como a sua profundidade. No bairro da Quinta da Mina houve acesso a informação complementar por estarmos ligados ao projecto de parceria entre a CMB e o CITAD/CLISSIS e através da informação cedida pelo Arquitecto do GABIP responsável pelo Bairro da Boavista conseguimos obter informação similar, permitindo que o material de análise fosse consistente e possibilitasse a identificação de padrões e práticas, para as categorias de análise de conteúdo.

As situações nas quais se verificam os contactos entre investigador e os entrevistados também são parte integrante do material de análise. Registou-se o modo como foram estabelecidos os contactos, a forma como fomos recebidos, o tempo e grau de disponibilidade para responder, o local onde se efectivaram as entrevistas (escritório, espaço público), a postura adoptada, gestos, sinais de comunicação não verbal, tom de voz, que nos pode fornecer elementos significativos para a interpretação e compreensão aquando da análise dos dados.

Nas entrevistas realizadas em locais de trabalho, tivemos muitas vezes que lidar com situações de interrupções externa (um telefonema “importante”, alguém que entrava para dar um recado,), este tipo de situações origina a perda do “fio da meada” e o entrevistado muitas vezes vê-se obrigado a retomar o discurso, já sem o mesmo nível de concentração ou até mesmo, a deixar o assunto e falar sobre outro.

Para os dois eco-bairros internacionais, Hammarby Sjöstad e Jarva (Estocolmo – Suécia) foram feitas entrevistas exploratórias abertas. A técnica de entrevistas abertas é a mais adequada a finalidades exploratórias, o entrevistador introduz o tema e é dada liberdade ao entrevistado de falar de forma aberta e espontânea. A entrevista aberta é utilizada quando se pretende obter o maior número possível de informações sobre determinado tema, segundo o ponto de vista do entrevistado, e ainda para obter mais e melhores detalhes sobre o assunto em questão (Minayo e Sanches, 1993).

As questões são respondidas num contexto semelhante ao de uma conversa informal e a postura do entrevistador é de ouvinte, dirigindo, sempre que achar oportuno, a discussão para o assunto que lhe interessa, fazendo perguntas adicionais para esclarecer

questões que não ficaram claras ou para ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o entrevistado tenha “fugido” ao tema ou manifeste dificuldades ou para evitar que a entrevista termine antes de obter a informação pretendida.

Para além destas técnicas de recolha de dados recorreu-se ainda a outras como sejam a pesquisa bibliográfica e a análise documental, a fim de conhecer os projectos a nível da sua concepção, planeamento e avaliação, as políticas sociais de habitação e meio ambiente e a sua relação com as acções desenvolvidas no âmbito de programas relacionados com as políticas de coesão europeia, e que foram devidamente analisados e incorporados nas reflexões feitas ao longo deste trabalho. Procurou-se fazer uma análise e sistematização das principais políticas europeias sobre esta matéria, e a partir daí reflectir sobre a transposição e investimento que se tem feito a nível nacional.

Neste sentido, fez-se uma pesquisa documental da legislação europeia sobre as questões ambientais, incidindo, com particular destaque nas directivas sobre as questões da sustentabilidade ambiental através de três *sites* oficiais: o Portal da União Europeia, o *site* do Parlamento Europeu e o *Euro-Lex*, responsável pela divulgação das decisões legais produzidas pela União Europeia e a outros documentos de carácter público, nomeadamente a edição diária do *Official Journal of the European Union* e uma pesquisa a nível nacional na Agência Portuguesa do Ambiente e outros *sites* de legislação nacional, referenciados na bibliografia.

O conjunto de técnicas atrás referidas, como a observação *in loco*, análise documental e entrevistas exploratórias, foram também aplicadas, como complemento, em dois eco-bairros internacionais, Hammarby Sjöstad e Jarva (Estocolmo – Suécia), visando conhecer as boas práticas já existentes em termos de intervenção socio-ambiental no contexto europeu.

Para o inquérito por questionário utilizou-se a análise estatística descritiva, e para o tratamento de dados o software SPSS. v.22.0 e statistica v. 12.6. Como técnica de tratamento dos dados da entrevista utilizamos a análise de conteúdo categorial. A validação dos dados foi feita por triangulação metodológica (Flick, 2005), pelo uso de diversas técnicas de recolha e análise de dados.

Os dados foram posteriormente inseridos e tratados em software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), e desenvolvida uma análise descritiva e de correspondência múltipla. Os dados relativos às respostas abertas foram categorizados e posteriormente analisados individualmente.

Para os campos 13 e 16 dos questionários realizamos uma análise multivariada, trata-se de um conjunto de métodos que permite a análise simultânea de medidas múltiplas para cada indivíduo ou objecto em análise, ou seja, qualquer método que permita a análise simultânea de duas ou mais variáveis pode ser considerado como multivariado.

Vários autores (Black, Anderson, Tathan, 2005; Carvalho, 2008) apontam algumas razões para justificarem a sua opção por análises multivariadas, nomeadamente porque: a utilização de testes estatísticos separados para cada variável provoca um erro tipo I demasiado elevado (ou seja, a probabilidade de rejeitar a hipótese nula, quando ela é falsa, toma valores que ultrapassam o aceitável); as análises ignoram muita informação importante contida nos dados (nomeadamente, as correlações entre as variáveis intervenientes na análise); algumas diferenças entre os grupos, quando analisados separadamente, poderão não ser significativas e, quando analisados em conjunto, poderão revelar-se significativas.

Nas entrevistas utilizámos a análise de conteúdo de tipo categorial. A análise categorial baseia-se na descodificação de um texto em diversos elementos (unidades de registo) que são classificados e formam agrupamentos. Segundo Clemente-Díaz (1992), a análise categórica permite analisar os conteúdos e extrair informações, sendo um processo realizado cientificamente, mediante procedimentos confiáveis, válidos e derivados de um conjunto de noções teóricas determinadas à priori.

Após a organização e classificação do material recolhido, nomeadamente tratamento dos questionários, transcrição de entrevistas, começou o complexo processo de interpretar e explicar o que inicialmente foram as proposições do trabalho e das questões que motivaram a investigação.

O material de que se dispõe, as leituras e o cruzamento de informações aparentemente desconexas, interpretando respostas, notas e textos, são um processo exaustivo mas que nos ajuda a classificar, com um certo grau de objectividade, toda a informação recolhida. Os detalhes como fragmentos de discursos, linguagem não verbal, imagens, fotografias, registos de observações, constituem elementos em torno dos quais se constroem reflexões, são levantadas dúvidas ou reafirmadas as convicções que nos levaram a esta investigação.

O exercício constante entre a neutralidade que se pretende de um investigador e o envolvimento e foco no problema, é outro dos grandes desafios com que nos fomos deparando ao longo do processo, aqui, como em todas as etapas de um trabalho de

investigação, é preciso ter um olhar e uma sensibilidade munidos com conceitos e constructos do referencial teórico que nos guiam, constantemente, nos momentos gerados pela multiplicidade de julgamentos, pensamentos e reflexões a que estamos sujeitos, não podendo esquecer que no final se trata de dar a conhecer as explicações e os resultados de um trabalho cujo grau de abrangência e generalização depende da ligação que se pode construir entre o micro universo investigado e universos sociais mais extensos.

5. Limitações do Estudo

A metodologia escolhida para a pesquisa de uma forma geral apresenta dificuldades e limitações quanto à recolha e ao tratamento dos dados, neste trabalho também o sentimos, no entanto as mesmas dificuldades e limitações podem-se tornar potencialidades para futuras investigações.

Face à abrangência da pesquisa, temos consciência de que o tema cruza com muitas outras áreas e que nem todas estas puderam, face ao tempo disponível (e aos objectivos estabelecidos), ser exploradas, assumindo esta como uma limitação.

Os questionários respondidos, por sua vez, podem fornecer respostas falsas, que, por razões conscientes (medo, por exemplo) ou inconscientes (tais como falta de compreensão da pergunta) não traduzam as opiniões dos inquiridos e que podem, por este motivos, enviesar os resultados.

Nas entrevistas há, ainda, a dificuldade de se obterem respostas de acordo com os objectivos traçados para uma dada pergunta. Esse problema ocorreu no decurso da investigação, em que o entrevistado não está interessado em responder e procurava mudar o rumo da entrevista, ou perdia-se na resposta, sendo necessário reconduzi-lo para a questão.

A coincidência com o período de eleições autárquicas de 2014 também dificultou a marcação de entrevistas e a obtenção de marcação com os dois presidentes de Câmara.

A mudança de Presidente na Gebalis, foi outra limitação, já tinha sido feita a entrevista com o Presidente e durante o período deste trabalho mudou o executivo.

CAPITULO IV- ECO-BAIRROS/ECOVILAS

Na Carta de Leipzig sobre Cidades Europeias Sustentáveis de Maio de 2007, os vinte sete Estados-Membros definiram, pela primeira vez, o modelo ideal de cidade para a Europa do século XXI e acordaram estratégias comuns para uma política integrada de desenvolvimento urbano, que combina todas as políticas relevantes da UE e envolve os actores a todos os níveis – local, regional, nacional e comunitário.

A Carta de Leipzig define as bases da nova política urbana europeia, focada em auxiliar as cidades a resolver os problemas de exclusão social, envelhecimento, mobilidade e alterações climáticas. Determina, que deverão ser tomadas em consideração simultaneamente e em pé de igualdade todas as vertentes do desenvolvimento sustentável, nomeadamente a prosperidade económica, o equilíbrio social e um ambiente saudável.

Nessa perspectiva recomenda quatro áreas fundamentais de actuação: economias locais viáveis; comunidades justas, pacíficas e seguras; cidades eco-eficientes; comunidades e cidades resilientes. Sem esquecer que importa considerar tanto a questão da energia e dos materiais (*inputs*), quanto a dos resíduos e do crescimento das estruturas como carros e edifícios (*outputs*). Só assim se conseguirá tornar a Europa um espaço mais atractivo para viver e trabalhar, uma vez que, se por um lado as cidades geram 75 a 85% do Produto Interno Bruto da Europa, por outro consomem quase três quartos da energia (Carta de Leipzig, 2007). Cada sociedade e geração desenvolve a sua própria forma de *habitat* e configura o seu modelo para que possa responder às condições económicas, sociais e urbanas da sua época (Gomes, 2009).

A sociedade contemporânea tem necessidade de prosseguir para um modelo de desenvolvimento compatível com o meio ambiente, como é preconizado pelo “desenvolvimento sustentável”. É neste campo que os bairros se constituem como um sector estratégico de intervenção, ou seja, deslocando-se na escala “da ideia global de sustentabilidade e na procura de aplicações concretas no âmbito do urbano surge o conceito de eco-bairro” (Verdaguer, 2000:59; Martinez, 2005:7). Baseado numa visão ecológica do mundo, o interesse pela sustentabilidade surgiu à medida que indivíduos e organizações procuravam reflectir e responder aos problemas criados pelos modelos de desenvolvimento praticados, desde o início do século XX, pelas ideologias e forças institucionais do capitalismo. No entanto, as críticas ao conceito de “desenvolvimento

sustentável”, foram-se multiplicando pelo uso acrítico do termo e pela banalização da expressão bem como pela sua ambiguidade. (Wheeler, 2004:18; Naredo, 1996:7,10).

Mas o planeamento sustentável torna-se diferente do anterior modelo pelas suas características mais específicas que incluem: uma ligação aos processos de decisão a longo prazo e com uma visão holística, integrando várias disciplinas, interesses e aproximações analíticas; um questionamento dos modelos tradicionais de crescimento e uma aceitação de que existem limites para o crescimento; uma nova visão da importância do lugar; e um envolvimento pró-activo na recuperação das sociedades e dos ecossistemas. “Esta posição ajudou a reorientar os debates sobre planeamento de formas construtivas, de modo a responder aos desafios actuais de desenvolvimento” (Wheeler, 2004:19).

A perspectiva *ecocêntrica* que fundamentou a preocupação ecológica dos anos setenta e que se foi transformando lentamente numa filosofia de actuação propunha o ambiente global primeiro e a reflexão e revisão das prioridades humanas e do seu papel como um pequeno elemento do sistema global. Esta diferença de paradigma na relação entre humanos e sistemas ecológicos fundamentou os debates de sustentabilidade no final do século XX (Gomes, 2009) e alerta para a responsabilidade ética que a humanidade tem na salvaguarda dos “ecossistemas naturais visto que estes têm um valor intrínseco para além do uso que os humanos lhes podem dar” (Wheeler, 2004:20).

A ideia de sustentabilidade é cheia de contradições, difusa e multidimensional (Gomes, 2009) embora, conceba o bem-estar humano como fundamental, indo ao encontro com a definição do Relatório Brundtland que diz: “A humanidade tem a capacidade de atingir o desenvolvimento sustentável, ou seja, de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987). Esta é uma exortação moral à nossa responsabilidade, porém, não há indicações para a prática” (Gomes, 2009:64).

A operacionalidade da sustentabilidade ecológica encontra-se no reconhecimento da necessidade de criar e/ou construir comunidades sustentáveis e ajustá-las com os sistemas naturais. Isto remete-nos para a compreensão dos princípios de organização dos ecossistemas, para a necessidade de uma alfabetização ecológica de modo a desenvolver uma vida sustentável e construir comunidades também sustentáveis. Há uma aceitação generalizada acerca da necessidade de se criar mais comunidades sustentáveis construindo bairros auto-suficientes, sendo os eco-bairros aqueles que conseguem atingir este

propósito, ou seja, o “desenvolvimento sustentável” (Sirkis, 2005:19,22; Barton, 1998:159 in Gomes, 2009).

Para Gomes (2009:65) “definir eco-bairro ou bairro ecológico é o mesmo que responder na prática à sustentabilidade ecológica”. Embora o autor considere que “não podemos utilizar indiferentemente o termo eco-bairro ou bairro sustentável, dado que a designação de bairro sustentável poderá tornar-se excessiva ou abusiva”, isto porque por si só a componente ambiental e/ou ecológica não responde ao “desenvolvimento sustentável”, ficando assim por verificar as questões económica e social. O denominado tripé da sustentabilidade (*triple bottom line – people, planet, profit*)⁶¹ deve interagir de forma holística e estas três dimensões são interdependentes, podendo ser aplicado tanto a nível micro como macro.

No caso francês, bairro durável ou “*Quartier Durable*” é a expressão empregue, que derivou de uma má tradução do Inglês “*Sustainable*” (em francês: *sustain, supporter, soutenir, préserver*). Esta má tradução teve, na verdade, influência sobre as políticas; assim, o termo “durável” dá uma falsa impressão de continuidade e, especialmente, elimina o valor e o conceito da expressão anglo-saxónica e apaga o conceito de processo em favor do resultado. A expressão “desenvolvimento durável” dá a noção e levanta a hipótese de que o desenvolvimento perdurará, ficando prisioneiro da possibilidade de um crescimento indefinido. Deste ponto de vista, para o conceito de desenvolvimento, parece ser mais operante (Bousquet, 2007:14).

De facto, existem diferentes termos que são usados hoje em dia para discutir o esforço da redução do impacto ambiental e de uma melhor qualidade de vida na terra. Desenvolvimento sustentável, comunidades sustentáveis e cidades sustentáveis são alguns desses termos. Beatley (2000) define “Green Urbanism”, ou seja, Urbanismo Verde, como termo para captar o corpo central da dimensão ambiental e incorporar a ecologia nos assentamentos e a responsabilidade ecológica como forma de vida. O Urbanismo Verde descrito inclui os seguintes elementos: cidades que lutam para viver dentro dos seus limites ecológicos, para reduzir a sua pegada ecológica, e reconhecer as suas ligações e impactos nas outras cidades, comunidades e, em larga escala, no planeta; cidades que são verdes por serem projectadas para funcionar em formas análogas à natureza e conseguir um metabolismo circular; cidades que lutam a nível local e regional por uma auto-suficiência para sustentar a sua população internamente; cidades mais sustentáveis que facilitem

⁶¹ Este conceito foi criado nos anos noventa por John Elkington, co-fundador da organização não governamental internacional SustainAbility

estilos de vida saudáveis; cidades que enfatizam uma elevada qualidade de vida e qualidade ambiental no bairro e na comunidade.

Beatley (2000) refere-se a bairros europeus como exemplo de um urbanismo verde, sendo alguns deles estudados na sua tese como eco-bairros na sua tese, sugerindo que o eco-bairro também se poderia denominar de bairro verde, numa estreita relação com o que é o “*Green Urbanism*” (Beatley, 2000:9). Por seu turno, Barton faz uma categorização dos eco-bairros, pois considera que este é um termo genérico que reconhece os imperativos ecológicos e as preocupações de atingir uma sustentabilidade ambiental com adequação social e viabilidade económica. De modo a apontar os contrastes de abordagem, de localização e escala, faz a distinção entre os projectos rurais, urbanos e programas municipais categorizando-os segundo contrastes de escala e objectivos de implementação (Barton 1998:172).

O movimento dos eco-bairros (ecovilas) tem despertado a atenção pelas respostas que se têm efectuado no sentido de se criarem assentamentos humanos adaptados ao bem-estar comunitário e ao meio ambiente. Várias pesquisas e experiências foram realizadas tendo como base o seu carácter inovador, sustentável e viável (Santos, Jr., 2006). Do ponto de vista técnico são construções perfeitamente realizáveis e de baixo custo, oferecendo formas de inovação para diversas estruturas sociais. Eco-bairros⁶² (ecovilas), “são comunidades de pessoas que se esforçam por levar uma vida em harmonia consigo

⁶² Na procura de uma resposta a um desenvolvimento sustentável à escala local, durante os anos 90 do século XX surge o ecobairro/ecovila/eco-cidade, como resposta na prática às preocupações ambientais. Os países do norte da Europa são pioneiros na concepção, planeamento e implementação de um urbanismo sustentável. A partir de casos europeus, dos elementos retirados da história do urbanismo e da ecologia urbana, formulam-se princípios orientadores para o bom desenho urbano, que, após confronto com as formas urbanas, são reflectidos num modelo operativo. Surgindo da vontade de aliar um urbanismo sustentável a um estilo de vida ecológico, a operacionalização do conceito depende da acção integrada em vários domínios, desde a energia à água, passando pela mobilidade e os transportes, os resíduos, e as técnicas e materiais de construção. Em Portugal, as respostas políticas aos desafios do conceito “eco” são visíveis, nomeadamente, no Programa de Cidades Polis XXI, que estimula o desenvolvimento de projectos relacionados com acções inovadoras de desenvolvimento urbano para solucionar problemas ambientais. O Programa Operacional Regional de Lisboa (POR Lisboa), para 2007-2013, no âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), contempla projectos experimentais que conjuguem a mobilidade e o ambiente, designados de ecobairros. (<http://www.ambienteonline.pt/detalhes.php?id=7510>).

mesmas, com os outros seres e com a Terra” (Svensson, 2002:10). O seu objectivo é associar um estilo de vida de baixo impacto com um ambiente sociocultural sustentável (Svensson, 2002). Enquanto nova estrutura societária, o eco-bairro (ecovilas) vai além da actual dicotomia entre assentamentos rurais e urbanos: representa um modelo abrangente e aplicável para o planeamento e reorganização dos assentamentos humanos (human settlements) no século XXI.

Assim, é fundamental pensarmos a lógica da sustentabilidade, presente nos eco-bairros (ecovilas), “para além da modernidade técnica, subordinando-a a uma modernidade ética” (Bartholo, 2001:19 *in* Santos, Jr., 2006:12).

O desafio de uma sustentabilidade ética pressupõe duas premissas fundamentais. A primeira é marcada pela compreensão de que vivemos em um mundo dissociado em muitos aspectos (político-económica-socialmente) e que, o cerne da questão é a tarefa de se fornecer um enquadramento ético para as relações de poder assimétricas e, no limite, unilaterais e não-recíprocas. A segunda diz da ética como “regulação do poder de agir”, que tem na responsabilidade o seu princípio fundante, a partir de um compromisso explícito com a preservação do ser, ou seja, uma obrigação para com a “perenização da vida (Bartholo, 2001:19 *in* Santos, Jr., 2006:12; Jonas, 2004:19,20 *in* Santos Jr., 2006:12).

Nos dois pressupostos acima, está a ideia de que um projecto político de sustentabilidade deve respeitar a diversidade e a diferença entre os indivíduos, primar pela construção de estruturas sociais autónomas capazes de se manter com dignidade, com base no resultado dos seus trabalhos e conhecimentos, bem como manter um respeito fundamental pela vida no Planeta. Nesse sentido, é necessário um pensamento crítico e reflexivo em torno da discussão dos eco-bairros enquanto projectos sustentáveis, vinculados a um carácter ético-político.

Na Europa existem já diversas pequenas cidades com desenvolvimento sustentável consolidado, entre bairros, pequenas cidades e megacidades encontram-se por todo o mundo diversos exemplos a seguir.

No Norte da Europa um crescente desenvolvimento de eco-bairros, tais como: BedZED, em Beddington (Reino Unido); Bo01, Hammarby Sjöstad, em Estocolmo (Suécia); Vesterbro, em Copenhaga (Dinamarca); Vauban, em Freiburg (Alemanha); Vikki, em Helsínquia (Finlândia); Leidsche Rijn, em Utrecht (Holanda); Fornebu, em Oslo (Noruega), e Pankow, em Berlim (Alemanha) (Gomes,2009:69).

Todos estes bairros são considerados pioneiros e uma referência no contexto da promoção da sustentabilidade das cidades europeias, permitindo tanto a ideia de um desenvolvimento de novos bairros como a de reabilitação, mas sempre de um caminho ou abordagem com o ambiente.

Com vista a aprofundar o conhecimento sobre esta temática, analisamos a situação da habitação social na Europa⁶³, através de pesquisa documental e sites⁶⁴, em particular, Áustria, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Itália e Suécia no que respeita a prioridades relacionadas com o combate à exclusão, a integração de imigrantes, a diversidade social, as necessidades especiais, a regeneração urbana e a participação da população.

Em Portugal, estas reflexões, documentos e estratégias, constituíram a fonte de inspiração da *Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável*, constante na Resolução de Conselho de Ministros n.º 19/2007, de 20 de Agosto, que contemplava o período 2005/15 e consistia num conjunto coordenado de políticas interventivas que, partindo da situação actual de Portugal, com as suas fragilidades e potencialidades, permitiriam num horizonte de doze anos assegurar um crescimento económico célere e vigoroso, uma maior coesão social, e um elevado e crescente nível de protecção e valorização do ambiente (ENDS 2005-2015).

Contudo, os projectos ligados ao QREN estiveram parados e os seus financiamentos congelados pelo que se tornou difícil perceber como se iria dar continuidade aos Projectos Piloto dos Eco-bairros em estudo, embora (em conversa informal e aquando da participação em reuniões dos Conselhos Participativos) se tenha percebido que a intenção das Câmaras de Lisboa (Gebalis) e da Câmara do Barreiro era dar continuidade aos projectos, independentemente dos financiamentos, o que posteriormente se veio a verificar. Entretanto a situação alterou-se, mais uma vez, visto que os financiamentos, embora com montantes abaixo do previsto, foram novamente libertados.

A Organização das Nações Unidas reconhece actualmente como modelo de sustentabilidade, a existente de várias comunidades de baixo impacto ambiental no mundo, em pequenos centros comunitários, que foram pensados e construídos no sentido de se optimizarem o aproveitamento das águas das chuvas, a energia solar e, onde existe

⁶³ Os exemplos aqui citados correspondem aos bairros dos quais se encontrou informação mais abrangente

⁶⁴ Os sites consultados são referenciados à medida que forem apresentados os casos de cada país.

produção alimentar local e biológica, as construções são feitas com materiais naturais e os resíduos tratados e reciclados.

Fundamental é o apoio aos bairros mais carenciados, através da erradicação das áreas que ameaçam a atractividade, a competitividade, a coesão social e a segurança nas cidades (<http://www.camarasverdes.pt/tema-especial/442-cidades-sustentaveis-as-cidades-do-futuro.html>).

Em Portugal, as cidades de Lisboa e Porto estão integradas no grupo de sete cidades (Boston, Lima, Lisboa, Porto, Cidade do México, São Francisco e Singapura) que serão alvo de estudo por investigadores do Massachusetts Institute of Technology (MIT) e de Portugal⁶⁵ no âmbito da quantificação e promoção do nível de sustentabilidade relativa dos centros urbanos. Esta investigação teve por objectivo fomentar a discussão sobre formas de apoio à decisão dos responsáveis políticos em matéria de concepção, teste e implementação de políticas ambientais e de regeneração urbana, a par da difusão de novos conhecimentos pela população, visando captar o seu empenho e melhor compreensão desta matéria. Seguem-se alguns dos exemplos:⁶⁶

Freiburg, no sudoeste da Alemanha, é considerada como cidade 100% sustentável, contando com meios de transporte de baixo impacto ambiental, residências sustentáveis, educação ecológica desde o ensino básico e uma urbanização que possibilita toda esta integração. Pratica uma política energética assente em três pilares: conservação de energia, uso de tecnologias em ciclo combinado e uso de energias renováveis. A cidade criou um programa de incentivo à energia solar e impôs que as casas novas devem ter um design de alta eficiência, o que significa usar apenas dois terços do que é permitido por lei.

O bairro Vauban é um bairro sem carros, onde os residentes se movimentam maioritariamente a pé, de bicicleta e, para deslocações mais distantes em autocarros eléctricos. Tem as casas construídas com técnicas orientadas para o baixo consumo de energia, nomeadamente o isolamento térmico nas janelas, sistema de ventilação e o aquecimento dos apartamentos centralizado no prédio com placas solares, a reciclagem de dejectos é transformada em energia por um reactor de biogás, para além de um sistema próprio de tratamento de água.

⁶⁵ (<http://www.camarasverdes.pt/tema-especial/442-cidades-sustentaveis-as-cidades-dofuturo.html>)

⁶⁶ Adaptado de <http://www.camarasverdes.pt/tema-especial/442-cidades-sustentaveis-as-cidades-do-futuro.html>

Helsínquia possui uma das maiores percentagens de água potável do planeta e a população é considerada a melhor educada do mundo. Cerca de metade da população utiliza o autocarro como transporte, sendo 15% destes movidos a gás natural (Ethisphere 2008), para além de inúmeras ciclovias por toda a cidade.

Reiquejavique, a maior cidade da Islândia, é líder em energia renovável. Tem o maior sistema de aquecimento geotérmico do mundo, que, de acordo com a Clinton Climate Initiative, salvou a cidade de biliões de dólares em custos de aquecimento desde que o sistema foi implementado em 1940. Para além disso, é líder em sistemas de cuidados em saúde e em qualidade de vida da população.

Roterdão, uma das cidades portuárias mais importantes do mundo, a par de Xangai, tem desenvolvido uma iniciativa para controlar os níveis de CO2 provenientes dessa distinção. Em 2025, o seu plano de sustentabilidade prevê reduzir as emissões desse gás em 50% dos níveis de 1990. Foi pioneira em pisos de dança sustentáveis, com molas debaixo dos mesmos que geram electricidade.

A cidade brasileira de **Curitiba** tem sido planeada para o desenvolvimento sustentável desde a década de sessenta, sendo actualmente um modelo de soluções de urbanismo, educação e equilíbrio com o meio ambiente. Com o foco na inclusão e na geração de oportunidades focadas nas necessidades reais da população, investiu em infra-estruturas como o “Linhão de Emprego”, com dezenas de quilómetros de barracões empresariais que inserem o pequeno empresário no mercado formal, levando programas sociais a toda a população, de forma não paternalista, e promovendo o afluxo de trabalhadores rurais carenciados.

Em parceria com a comunidade, pavimentaram-se ruas, implantaram-se escolas, creches, postos de saúde e outros equipamentos públicos que suportam a sua rede social de atendimento. Paralelamente, possui um sistema de autocarros concebido para cobrir toda a cidade e que é utilizado pela grande maioria da população. Toda a cidade está organizada de modo a servir as pessoas nos seus mais variados aspectos, conforto, cultura, desporto e lazer. Tudo isto com o mínimo de poluição visual, organizacional e funcional e de gases que provoquem e aumentem o efeito de estufa.

Quanto aos lixos foram adoptadas soluções que levaram a que na cidade e seus arredores deixasse de haver pobres e pedintes, estes passaram a recolher o lixo e entregam nas unidades de recolha para reciclagem em troca de dinheiro e comida.

O processo para cidade sustentável de acordo com o relatório “Cidades Europeias Sustentáveis”⁶⁷ assenta na criatividade e na mudança. Põe em causa a acção tradicional das autoridades e procura novas competências e relações organizativas e institucionais.

Habitação social na União Europeia (UE)

Relativamente à situação existente na UE sobre a habitação social, pretendemos fazer referência a alguns países: Suécia, Finlândia, Dinamarca, Áustria, Holanda, França, Itália e Espanha, a escolha destes países teve como critério os dados referentes aos países com população em risco de pobreza. Assim, tentamos analisar países que se encontrassem nas melhores posições Suécia, Finlândia e Dinamarca, nas posições medianas, Holanda, Áustria e França e nas piores posições, além de Portugal, Espanha e Itália.

Ao longo do último século, têm surgido as seguintes tendências em muitas políticas de habitação europeias: elaboração de regulamentos que estabeleçam normas mínimas em matéria de habitação; imposição de limites aos alugueres no sector privado (em declínio no noroeste da Europa a partir de 1960); o fornecimento, em aluguer, de habitação de carácter social, em especial no período de 1950-80 (excepto nos países do Mediterrâneo e na Bélgica); e subsequentes mudanças de posição na ênfase relativamente à qualidade da habitação e aos subsídios individuais, na medida em que a escassez se ia reduzindo e os recursos iam diminuindo. (...) No entanto, estes elementos comuns dão uma ideia incorrecta da diversidade em relação aos níveis e formas de intervenção. As políticas de habitação dos Estados-membros podem ser incluídas em quatro grupos: Os Países Baixos, a Suécia e o Reino Unido caracterizam-se por uma notável intervenção estatal. Estes países têm os maiores sectores de alojamento de carácter social da União Europeia e os respectivos governos gastam mais de 3% do PIB nas suas políticas em matéria de habitação; Na Áustria, Dinamarca, França e Alemanha as alterações do mercado têm sido menores, tendo-se mantido vastos sectores de alojamento privado para aluguer. A despesa pública para a política relativa à habitação está geralmente compreendida entre 1 e 2% do PIB; A Irlanda, a Itália, a Bélgica, a Finlândia e o Luxemburgo formam um grupo díspar, mas todos eles têm um grande número de sectores de alojamento ocupados pelos respectivos proprietários e um sector de alojamentos de aluguer de carácter social relativamente reduzido. A despesa pública com a habitação está em geral limitada a cerca de 1% do PIB; Portugal, Espanha e a Grécia têm um sector particularmente vasto de alojamento ocupado pelos respectivos proprietários, ao passo que o número de alojamentos de aluguer de carácter social é mínimo e (até há pouco tempo) o sector de alojamento de aluguer de modesta qualidade de carácter

⁶⁷ <http://www.cienciaviva.pt/rede/urban/materiais/cidadeseuropaiassustentaveis.pdf>

privado está em declínio. A despesa pública com a política relativa à habitação é inferior a 1% do PIB. Esta breve análise permite-nos tirar duas conclusões no que se refere ao fornecimento de alojamentos destinados a famílias de baixos rendimentos nos Estados-membros da UE: as vias utilizadas para se atingir uma boa situação em matéria de habitação diferem radicalmente; e os níveis e as formas de apoio variam enormemente.⁶⁸

Finlândia

A habitação social na Finlândia⁶⁹ é principalmente promovida e gerida pelas Autarquias, embora cada vez mais, também, por organizações sem fins lucrativos e, em menor número, por associações e cooperativas de habitação. Companhias de seguros e empresas industriais estão, também, envolvidas na oferta da habitação social, embora a maioria delas tenha vendido as suas habitações às organizações sem fins lucrativos.

O aluguer da habitação social é a principal actividade na Finlândia, o aluguer é financiado com empréstimos à habitação, através do Fundo Nacional de Habitação (ARA), representando cerca de 18% do total do parque habitacional, o aluguer privado representa cerca de 16%, enquanto que a habitação própria representa cerca de 63% do total do parque habitacional.

Actualmente, existem duas grandes tendências que afectam o mercado da habitação na Finlândia: as baixas taxas de juros e o elevado nível das actividades económicas, originaram o aumento dos preços da habitação, desde 1996, e as baixas taxas de juros oferecidas pelos bancos, tornaram pouco atraente a concessão de empréstimos públicos para o sector da habitação social. Com efeito, a venda de habitação de aluguer é um fenómeno existente na Suécia, embora marginal e apenas possível em alguns casos.

Comparativamente com os empréstimos bancários, na prática, não existe quase nenhum subsídio em matéria de auxílios estatais aos empréstimos concedidos pelo Fundo de Habitação (ARAVA), o que implica restrições quanto ao uso de fogos habitacionais.

⁶⁸ Política de Habitação nos Estados-Membros da EU - Este documento é um resumo de um relatório (no W-14) com o mesmo título - Neste relatório são analisadas três questões: Em que medida as políticas de habitação contribuem para o bem-estar dos europeus mais pobres? Estão as recentes inovações a melhorar tal política e a respectiva prática? Qual tem sido a influência da União Europeia nos resultados obtidos em matéria de habitação? http://www.europarl.europa.eu/workingpapers/soci/w14/summary_pt.htm

⁶⁹https://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/ihru/pt/ihru/docs/hru/Políticas_Finlandia.pdf

Com o aumento do custo da construção, os preços da habitação social para alugar tornara-se demasiado altos, o que gerou actualmente a quebra do financiamento de construção de habitação pelo Fundo de Habitação.

Em 2007, após a eleição de um novo governo, algumas alterações foram previstas: fornecimento de subsídios às organizações sem fins lucrativos, com o objectivo de lhes permitir construir novas habitações e geri-las com rendas mais baixas; e possibilidade de diminuir as restrições às habitações financiadas através de empréstimos concedidos pelo Fundo de Habitação, com vista permitir às organizações sem fins lucrativos, a venda de alguns dos seus fogos e possibilitar a receita obtida em investimentos de novas construções.

As organizações de habitação pretendem desenvolver uma estratégia comercial para novas construções, tentando manter os custos num nível mais baixo do que o habitual. Para cumprir os seus objectivos, as organizações acreditam na completa reestruturação do sistema de habitação, envolvendo diversos aspectos: planeamento urbano, política municipal de território, novos modelos de construção e um adequado sistema de ajudas, considerando mais sensato pedir um empréstimo para a compra de habitação do que alugar, uma vez que a prestação da hipoteca se revelou menos dispendiosa do que o pagamento de um aluguer.

Suécia

A política de habitação sueca⁷⁰, desenvolvida durante o período pós-guerra, tinha como principal objectivo assegurar o acesso a uma habitação digna, sem ser necessário realizar um teste/inquérito, a todos os indivíduos, incluindo os de menores recursos financeiros. O acesso a uma habitação decente na Suécia tornou-se um direito social consagrado de todos os indivíduos. No que respeita à promoção e gestão pública da habitação, a entidade municipal coordenadora designa-se SARO. Em quase todos os Municípios da Suécia, as empresas públicas de habitação funcionam como sociedades anónimas e promovem e gerem cerca de oitocentas e sessenta mil habitações em todo o país, o que representa 21% do total do parque habitacional.

A atribuição das habitações públicas não se baseia apenas nos rendimentos dos indivíduos de menores recursos, há uma preocupação da SARO em acomodar todo o tipo

⁷⁰https://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/ihru/pt/ihru/docs/hru/Politicadas_Suecia.pdf

de inquilinos, evitando a segregação social. A nível da promoção e gestão cooperativa, existem duas organizações nacionais, a IISB e a Riksbyggen, juntas representam cerca de 18% do total do parque habitacional.

A principal tendência do mercado habitacional na Suécia, durante os últimos dez anos, baseia-se na migração de pessoas das zonas rurais para as zonas urbanas, o que desenvolveu dois grandes problemas: o elevado número de fogos vagos nas áreas rurais, devido à significativa migração dos indivíduos para as grandes cidades e/ou zonas economicamente atraentes e a enorme pressão sobre a habitação nas grandes cidades .

Devido à escassez de fogos habitacionais, os preços da habitação subiram substancialmente tornando-as inacessíveis a indivíduos de baixos rendimentos, esta situação torna-se uma barreira para os indivíduos de menores recursos, também no que respeita à sua integração no mercado de trabalho, pois a falta de uma morada, resulta num menor acesso ao emprego.

As organizações cooperativas concentram a sua produção de habitação em novas áreas que demonstrem uma maior procura, enquanto que o sector público produz mais habitação do que antes em função da procura dos indivíduos de menores recursos, devido aos preços das habitações nas zonas rurais estarem a cair, ao passo que os preços na maioria das grandes cidades estão a aumentar.

Desde a década de cinquenta, inúmeros subsídios estatais foram atribuídos a todos os tipos de habitação realizados na Suécia, tendo os Municípios criado as suas próprias empresas de habitação, com o objectivo de evitar a segregação social, a palavra e o conceito habitação social foram rejeitados. Em 1991, uma importante reforma fiscal foi introduzida no país, tendo sido os subsídios estatais extinguidos e as rendas aumentadas em 30 a 35% num período curto de tempo, a maioria dos indivíduos concordou com esta reforma, embora ela não tenha contribuído em nada para o melhoramento da situação habitacional dos indivíduos com menores rendimentos, nas zonas rurais.

Após as eleições de 2006, e com o novo partido assumindo o Governo do Estado Sueco deixou-se de lado as políticas de habitação e quase todo o poder decisivo em matéria de habitação é ao nível municipal. Como consequência desta decisão política, o processo de privatizações das acções municipais iniciou-se, permitindo aos Municípios decidirem se querem vender as suas empresas de habitação como um todo, ou em partes, aos sectores cooperativos e privados. Consequentemente, os investidores privados podem comprar as

habitações municipais a preços acessíveis e vende-las a preços elevados, aumentando assim, a especulação no sector da habitação.

Dinamarca

Na Dinamarca⁷¹, a habitação social pode ser definida como habitação sem fins lucrativos para alugar, sendo acessível a todos, independentemente da renda. Por seu lado, as rendas são fixadas de acordo com os custos, principalmente com preço abaixo do mercado e as habitações são atribuídas através de listas de espera. Além disso, as Autarquias dispõem de 1/4 de fogos vagos para fins sociais, actualmente, as autoridades locais apenas proporcionam habitação para idosos.

Os promotores da habitação social são associações de habitação sem fins lucrativos ou cooperativas de habitação que constroem novas habitações, renovam as antigas e trabalham em projectos de renovação urbana, as organizações de habitação sem fins lucrativos só podem realizar actividades no âmbito do sector habitacional, podendo apenas construir com a aprovação do município.

Um das principais características do modelo dinamarquês é o princípio da “democracia de inquilinos”, a participação dos inquilinos é regulamentada pela lei democrática sobre inquilinos desde 1984, cada bairro tem uma assembleia geral que inclui inquilinos que se reúne, pelo menos, uma vez por ano. A assembleia elege uma secção do conselho que se torna responsável pela gestão do bairro, orçamentos, manutenção, gestão das áreas comuns, etc. sendo o Conselho de Administração composto, na sua totalidade por inquilinos, ou apenas por uma maioria de inquilinos, incluindo no restante, representantes do município.

Ao longo dos últimos quinze anos foram construídas, aproximadamente, vinte mil habitações por ano, prevendo-se a duração desta tendência nos próximos anos, cerca de 15% destas construções foram habitações sem fins lucrativos. No que respeita às alterações na estrutura do mercado de habitação, a percentagem de novas habitações construídas por associações de habitação diminuiu nos últimos anos, em contrapartida, as cooperativas de habitação privadas aumentaram cerca de 45%, ao longo das duas últimas décadas. Em 2006, a habitação social representava cerca de 22% do total do parque habitacional, o aluguer de habitação pelo sector privado representava cerca de 26% e a habitação própria 53% do total do parque habitacional.

⁷¹ http://www.europarl.europa.eu/workingpapers/soci/w14/summary_pt.htm

O principal objectivo da política habitacional dinamarquesa é garantir uma habitação em boas condições e acessível a todos os indivíduos, através de uma vasta oferta de habitação. Em 2004, a alteração da lei SOBIC habitação de fins não lucrativos introduziu um processo temporário, onde foi permitido aos residentes de habitações sociais comprarem a sua própria habitação, embora tivessem que ter a aprovação dos inquilinos e cumprir um requisito que determinava que apenas os indivíduos que moravam há mais de cinco anos nas habitações as podiam comprar.

Igualmente, por esta altura, todas as questões sobre habitação, habitação social e renovação urbana foram transferidas para o Ministério dos Assuntos Sociais, que identificou uma série de objectivos a serem cumpridos: alojamento para estudantes e jovens em cidades com grandes instituições de ensino, construção de novas habitações privadas e habitações sociais, acessíveis a indivíduos de menores rendimentos, habitações para famílias jovens e reformados, renovação urbana na habitação social, melhoria da acessibilidade para pessoas com deficiência, aumento da miscibilidade social⁷² nas zonas com habitações sociais para evitar a formação de guetos, a construção de novas habitações para arrendamento e a regulamentação da construção manteve-se na Agência Nacional para a Empresa e Construção.

Em 2005, realizou-se um acordo entre o Governo e outros dois partidos políticos no Parlamento, definindo a forma de o Governo cumprir a maior parte dos objectivos acima mencionados e, em particular, a forma de lidar com a estrutura organizativa e financeira do sector da habitação social e as medidas a tomar contra o impacto dos guetos.

No âmbito das políticas destinadas a aumentar a miscibilidade social e a combater a segregação social, a venda de habitação social é possível em habitações vazias e com a aprovação da organização de habitação, dos inquilinos, do município e do Ministério dos

⁷² Miscibilidade social (social mixity) é um conceito associado à mistura de diferentes estratos sociais, estabelecidos segundo critérios como as características sócio-económicas, as etnias, as capacidades funcionais, a classe etária, o tipo de família ou os estilos de vida, num dado espaço territorial, como o país, a região, a cidade ou o bairro. (Johnston, 2002 *in* Carvalho, 2015:55).” Já se pensa na “construção de um índice de miscibilidade social (IMS), concebido para aferir o grau de homogeneidade/ heterogeneidade territorial nos padrões de diversidade social da população residente, constituirá, neste contexto, uma ferramenta analítica essencial. Fundamental para caracterizar a situação actual do ponto de vista da diferenciação social do território, o indicador proposto pretende igualmente constituir um contributo para a problemática da avaliação do impacto das políticas públicas territorializadas.”(Carvalho, 2015:53).

Assuntos Sociais, tornando se assim, num mecanismo planeado que permite uma equilibrada escolha e distribuição da miscibilidade social de habitação.

Áustria

Na Áustria⁷³, apesar de não existir uma definição de habitação social, existem diferentes formas de habitação no mercado: a habitação municipal, através do aluguer de habitação fornecida pelos Municípios, ou a habitação sem fins lucrativos, ou habitação de lucro limitado, através do aluguer com, ou sem compra da habitação fornecida pelos investidores que também têm acesso a subsídios públicos. As habitações de lucro limitado incluem associações cooperativas de habitação e sociedades de diferentes capitais de accionistas, tais como as autoridades locais, as empresas, partidos ou sindicatos.

As rendas são calculadas em função dos custos de construção combinados com a renda definida pela limitação dos regimes de subsídio. Os subsídios para a habitação estão disponíveis para a construção de diferentes tipos de habitações, aluguer ou compra, estes subsídios não são apenas concedidos aos investidores sociais/proprietários, mas também, a empresas privadas, ou a privados individuais, no caso de edifícios de habitação individuais/pessoais.

Recentemente, o sector privado de aluguer de habitações começou a aumentar, no entanto, a tendência, relativamente à existência de habitação própria, demonstra um padrão ligeiramente diferente, a percentagem de habitações próprias não aumentou durante a década de noventa, tendo, pelo contrário, aumentado o número de habitações alugadas. Por outro lado, o subsídio destinado à nova construção, permitiu a substituição da compra de habitação, pelo aluguer da mesma com opção de compra passados dez anos.

Após a introdução de arrendamentos a curto prazo e a extinção do controlo do aluguer de novos arrendamentos nas habitações particulares, mais antigas, as rendas aumentaram, o que originou um aumento da procura de rendas a preço moderado. Deste modo, a estrutura de procura no sector habitacional alterou-se, a opção da habitação privada acessível aos indivíduos de menores rendimentos, ao contrário do que existia, desapareceu.

Depois de um período de declínio de construção de novas habitações, desde o ano 2000, verificou-se uma mudança ascendente na construção habitacional, impulsionada pelo

⁷³ http://www.portaldahabitacao.pt/openems/export/sites/ihru/pt/ihru/docs/hru/Políticas_Austria.pdf

aumento da procura, sobretudo devido à imigração. A introdução de um regime de aluguer de habitação com a opção de compra da mesma foi um acontecimento importante. Este sistema foi introduzido para assegurar que, nos casos de grandes contribuições financeiras dos inquilinos, estes estavam habilitados por lei, a comprar a sua habitação. Os promotores manifestaram alguma preocupação com esta opção, pois partindo da sua experiência, acreditavam que uma solução deste tipo aumentaria as dificuldades na gestão do edifício, a manutenção e a beneficiação energética, dado que os sistemas de aluguer provaram ser de mais fácil de implementação.

Holanda

Nos Países Baixos⁷⁴, existem perto de quinhentas associações e fundações de habitação, fornecendo perto de dois milhões e quatrocentas mil habitações, sendo responsáveis por 35% do total do parque habitacional, a maior proporção de habitações sociais na Europa.

No que respeita ao financiamento para o sector da habitação social, este é independente do Governo Central, desde o acordo realizado em 1993, designado de Bruterling, entre o Estado e as organizações e federações nacionais de habitação social. O acordo baseou-se numa enorme operação financeira, em que tanto os subsídios estatais bem como os empréstimos estatais, foram totalmente extinguidos. O investimento é, actualmente, financiado por empréstimos contraídos com associações de habitação no mercado de capitais, sem a intervenção do Governo Central, isto só é possível, graças a uma estrutura financeira de segurança, que permite às associações de habitação contraírem empréstimos com taxas de juros mais baixas, cerca de 1 %, do que outros organismos.

Esta rede de segurança, compreende dois órgãos, o Fundo de Garantia Central e o Fundo de Habitação Social, permitindo que as empresas, economicamente mais eficientes, possam ajudar na reestruturação das que estão com problemas e dificuldades financeiras garantindo, por isso, a sustentabilidade de uma entidade independente e bem consolidada do sector da habitação social.

Após alguns anos de produção relativamente baixa, a produção de habitação na Holanda aumentou significativamente, durante o ano de 2005 e princípios de 2006, havendo indicações de que este aumento de produção teve o seu primeiro efeito sobre a escassez de habitação, no sentido em que, em média, houve menos candidatos à habitação livre durante o ano de 2005 do que nos anos anteriores.

⁷⁴ <http://www.brasileirosnaholanda.com/guia/habit.htm>

Actualmente, pode-se afirmar que a grande carência habitacional na Holanda prende-se com a falta de qualidade, os indivíduos procuram na habitação a resolução das suas necessidades específicas e numa tentativa de resolução deste problema, os promotores de habitação têm tentado diversificar a sua oferta, através do fornecimento de actividades em matéria de emprego, educação e cuidados.

Durante a década de noventa, os subsídios para a construção de habitação foram abolidos, tendo, os promotores de habitação social de adoptar estratégias, a nível financeiro e de gestão, uma vez que não podiam recorrer de qualquer financiamento público e/ou independente. Apesar disso, esta situação não travou a construção de habitação social, em grande escala, pelas organizações de habitação para indivíduos de menores recursos, o que significa, muitas vezes, a venda e/ou aluguer das habitações a um preço inferior aos custos do edificado.

A execução/gestão do sistema de subsídios de aluguer de habitação foi recentemente integrada no sistema fiscal holandês, o sistema de subsídios de aluguer é refinado, no sentido que tem em conta a composição do agregado familiar, os inquilinos, a renda e o valor do aluguer da habitação e revelou-se cada vez mais caro nos últimos anos, conseqüentemente, encontra-se em curso um debate político sobre o alcance e o conteúdo da habitação social na Holanda.

França

Em França⁷⁵, o conceito da habitação social está ligado à habitação de baixa renda, a chamada Logements à Loyers Modérés (HLM), é um sector específico do mercado da habitação, regido por disposições legislativas e regulamentares e, distinto pelo direito comum a uma habitação, regulamentado pelo Código da Construção e da Habitação. A habitação social é promovida por organizações, que são agentes específicos criados pelo Estado ou registados como organizações de habitação de baixa renda também pelo Estado.

Estas organizações abrangem empresas públicas de habitação, sociedades anónimas de habitação de baixa renda (SAHLM), sociedades anónimas de cooperação para a produção e sociedades anónimas de cooperação de interesse colectivo para a habitação de baixa renda, e sociedades anónimas de crédito para imóveis (SACI), beneficiando de ajudas estatais e estando sujeitas a controlo administrativo. Outros pequenos promotores no sector da habitação social em França são as empresas locais de economia mista (SEM)

⁷⁵ <http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-6913.html>

sociedades anónimas, cujos accionistas são os órgãos territoriais que têm uma menor participação de parceiros financeiros privados ou públicos.

A França tem uma das maiores reservas de habitação na EU, quinhentas e treze habitações por cada mil habitantes, mas isto é, em parte, devido a um número relativamente elevado de residências secundárias, o que origina, actualmente, uma grave crise na habitação social, no que respeita, a várias regiões do país, em especial os centros urbanos. A habitação social representa cerca de 19% das habitações utilizadas como residência principal.

A taxa global, de novas habitações sociais, tem diminuído substancialmente desde meados da década de noventa, de cerca de sessenta mil habitações por ano para cerca de trinta e seis mil habitações em 2002, apesar disso, em 2006 voltou novamente a aumentar, para cerca de cinquenta e sete mil habitações.

Em 2004, para responder à carência habitacional em curso, o Governo francês adoptou um plano para a coesão social, no sentido de desenvolver a oferta de habitações de aluguer acessível no sector público e privado, bem como o acesso à compra de habitação social. Em 2007, e devido à proximidade de eleições, foi apresentada uma lei ao Conselho de Ministros francês, que permitia o acesso a uma habitação decente por parte dos indivíduos de menores recursos, através dum recurso legal, o projecto lei, obriga o Estado a pagar uma indemnização em dinheiro, no caso das entidades públicas deixarem de fornecer alojamento adequado aos indivíduos sem abrigo, aos indivíduos ameaçados de despejo, aos indivíduos que vivem numa habitação temporária ou inadequada e às famílias com crianças que vivam em habitações impróprias. Esta crise deve-se a um número insuficiente de construção de habitação social, em toda a década de oitenta e noventa, e entre 1989 e 1995, o aumento de habitação própria abrandou devido a uma decisão do Governo de reduzir os subsídios.

Itália

A principal característica do sector habitacional em Itália⁷⁶, encontra-se na descentralização da responsabilidade pela execução de habitação para as regiões do país, antes de 1998, as regiões estavam limitadas, pois o seu orçamento dependia das transferências do Estado, a reforma de 1998 representou uma mudança radical sendo todas

⁷⁶ https://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/ihru/pt/ihru/docs/hru/Politicass_Italia.pdf

as competências transferidas para as regiões que, actualmente, determinam as suas próprias linhas de acção, metas e finanças e definem as modalidades de intervenção e de apoio.

Assim, existem três tipos de promoção habitacional: o sector público, os Municípios são competentes a nível local, o sector cooperativo, as cooperativas actuam de acordo com um sistema de aprovação a nível local e o sector privado, este sector não funciona através de um sistema de aprovação, mas tem acesso a assistência financeira através de convites para concursos públicos.

Em Itália existe uma dramática escassez de habitação social, embora, nos últimos anos do século passado, se tenha verificado um forte aumento no número de promotores habitacionais, ao mesmo tempo, verificou-se uma diminuição do stock de habitações cooperativas e privadas, representando cerca de 4% a 5% do total do parque habitacional, e que equivale a menos de um milhão de habitações. A escassez de habitação acessível para alugar prejudica, essencialmente, dois tipos de indivíduos: aqueles que não possuem uma habitação, nem num futuro próximo têm rendimentos para o acesso à habitação a preços de mercado, e aqueles que possuem uma habitação, mas que num futuro próximo irão enfrentar dificuldades devido aos elevados custos de manutenção e/ou aos elevados custos da hipoteca.

Neste contexto, os promotores do sector cooperativo estão a passar, estrategicamente, para habitações de arrendamento, tentando assim responder melhor à crescente procura de habitação a preços acessíveis para arrendamento. Existem cerca de sessenta mil famílias que vivem em situações de coabitação e cerca de trinta e sete mil e quatrocentas famílias que vivem em habitações sobrelotadas, ou seja, existem muitos indivíduos que vivem em habitações com condições inadequadas.

Após a segunda metade dos anos oitenta, as políticas públicas relativas ao direito à habitação, foram caracterizadas por um recuo do Estado italiano, enquanto que, em 1984, o financiamento público tinha subsidiado cerca de trinta e quatro mil habitações, em 2004 a construção de habitação em todo o país não ultrapassou muito mais que mil e novecentas habitações. Devido aos cortes nas transferências do orçamento estatal, as regiões têm reduzido as suas políticas de apoio à habitação social, a tendência actual, no que respeita ao sector público, é financiar a habitação social através da venda da habitação existente a preços relativamente baixos. Os fundos disponíveis são utilizados, principalmente, para a recuperação das habitações existentes e para programas de renovação urbana, resultando assim, numa diminuição acentuada do parque habitacional público.

Como resposta, os promotores públicos de habitação estão, cada vez mais, a diversificar as suas actividades, quer directamente, quer através da criação de empresas que concorrem no mercado como promotores de serviços de eficiência energética, de serviços de planeamento para os Municípios e outros organismos públicos, como gestores do stock municipal e privado, construtores de habitação para alugar a preços regulamentados ligeiramente abaixo das rendas de mercado.

Devido à forte procura de habitação social, o Governo e os Municípios de Itália produziram uma nova estratégia, no final de 2007, para a oferta de habitação de arrendamento, tanto a nível público como cooperativo, cuja prioridade é aumentar o parque habitacional do arrendamento social, quer através de novos fundos públicos, quer através da alavanca fiscal.

Espanha

O mercado imobiliário em Espanha⁷⁷ encontra-se fortemente orientado para a compra de casa, através de subsídios do regime de Protecção Oficial de Habitação (VPO) recentemente, Protecção Pública de Habitação, que ajudam cerca de cem mil fogos habitacionais por ano, estando sujeitos a um regime especial: forte controlo, limitação no preço e obrigação das habitações sociais em manter esse estatuto durante trinta anos ou mais. A maioria das regiões espanholas estão, actualmente, a implementar sistemas de propriedade partilhada para os jovens, com a opção de compra após sete a dez anos.

As Autarquias, as empresas públicas, as sociedades mistas público privadas, as cooperativas, os privados, as organizações sem fins lucrativos, bem como as empresas comerciais que estão habilitadas a construir habitação social, desde que cumpram os critérios estabelecidos por lei. Estima-se que a percentagem de habitação social seja de cerca de 12% do total do parque habitacional.

A Espanha atravessou um período de intenso crescimento da produção habitacional, no entanto, em 2006, a venda de fogos caiu mais de 7%, o que indicou o início de um abrandamento do desenvolvimento de habitação privada, enquanto que se espera que a habitação social crescesse. Devido ao aumento dos preços dos fogos habitacionais, o aumento médio dos preços de 1998 para 2006 foi de cerca de 183,2%, a procura de habitação social acessível aumentou não havendo, no entanto, habitação disponível para tal, tornando-se, um dos graves problemas do país. As despesas com a habitação social

⁷⁷https://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/ihru/pt/ihru/docs/hru/Politiclas_Espanha.pdf

variam entre 19% a 35% de acordo com os rendimentos dos indivíduos com menores recursos.

O Plano de Habitação espanhol para 2005-2008 traduziu-se num aumento significativo da produção, proporcionando melhores condições de habitação, o Governo pretendia aumentar substancialmente a construção das habitações financiadas pela Protecção Oficial de Habitação, e como parte do seu esforço para tornar a habitação mais acessível e disponível a indivíduos de menores recursos, estabelece um vasto leque de ajudas, incluindo medidas destinadas a facilitar a nova construção, reabilitação do stock existente e ocupação dos fogos vagos através de aluguer. As comunidades autónomas de Espanha começam a integrar planos nacionais de habitação com subsídios provenientes do orçamento regional, a política fiscal que costumava ser discriminatória e favorecia os indivíduos com rendimentos mais elevados, foi modificada ao longo do tempo. Além disso, a legislação sobre o planeamento urbano, estabelece que em cada novo desenvolvimento urbano, um mínimo de 30% dos terrenos devem ser utilizados para habitação social.

As políticas de habitação na Europa face ao processo de globalização e das transformações societárias, traduzem-se numa variedade de programas, com diversos tipos de financiamento e que procuram dar resposta à especificidade dos seus públicos. Contudo percebe-se que a tendência é cada vez mais o retorno à subordinação das lógicas do mercado e dos seus mecanismo aquilo que deveria ser a intervenção do Estado. Por outro lado o mercado gera desigualdade o que significa que o Estado e neste caso os Estados membros estão longe de atingir, também, nesta matéria a tão ambicionada Coesão Social.

1. Serviço Social, ecologia e territórios de intervenção

A construção da territorialidade, é vista “(...) como unidade e diversidade, é uma questão central da história humana e de cada país, e constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento actual” (Santos, 2000:20). As fronteiras são fruto de processos históricos, baseados tanto na conquista e na coerção, quanto na força da vontade colectiva.

O território pode ter na construção da identidade do individuo uma dimensão funcional, através de processos de dominação, posse ou produção e uma dimensão simbólica, também de dominação ou posse, mas através de processos de apropriação ou de

identidades diversas. É neste contexto que o conceito de segurança ontológica que Giddens (1997:71) descreve como “uma forma, mas uma forma muito importante de sentimentos de segurança” quando nos ligamos a um espaço e nos sentimos seguros nele, como por exemplo a visão simbólica do território como um lar, um abrigo ou a ligação ao meio (local de nascimento, ou onde estudamos).

Haesbert considerado-o produto de uma relação de forças desigual, porque envolve na sua apropriação simbólica o domínio do espaço e o controlo político-económico que mutuamente se reforçam, “o território assume-se como um espaço de relações de poder, de ligações afectivas e de identidade entre os indivíduos, o seu grupo social, a sociedade e o meio contraditoriamente articulados” (2005:11).

o território é relacional não apenas no sentido de incorporar um conjunto de relações sociais, mas também no sentido (...) de envolver uma relação complexa entre os processos sociais e espaço natural, seja ele visto como a primeira ou a segunda natureza (...) (Haesbert, 2002:26).

O Homem como ser social, cria vínculos com o espaço, acabando por se identificar com um ou mais territórios, ou seja, os indivíduos seja pelo local da sua habitação, pelos locais onde trabalham, pelos lugares por onde passam no seu quotidiano vão criando laços com o território (Henriques, 2002). Entender as características físicas e sociais dos territórios (lugares) é fundamental para as políticas de planeamento urbano sustentável, na medida em que permite pensar em estratégias que possam contribuir para o crescimento e para a transformação de territórios vulneráveis.

A complexidade das políticas, sejam elas, de planeamento urbano sustentável, sociais, de habitação, realojamento e reabilitação urbana, transmitem um sentimento de constante paradoxo; mobilizam e despendem elevados recursos públicos e privados, mas a sua concretização pode ter um carácter inclusivo ou exclusivo; impactos no bem estar ou mal estar colectivo, no futuro das gerações, no conflito ou a coesão social dos territórios, estimulam o desenvolvimento económico e o equilíbrio ecológico ou acentuam os problemas, intensificam os laços e solidariedades locais ou as rupturas sociais e a articulação ou não com os diferentes sistemas sociais (educação, o emprego, a saúde, os transportes, a cultura e a família) (Titton, 2011).

A base territorial é uma referência no trabalho comunitário (...). A visibilidade que os problemas sociais têm no nível local confere à acção municipal um papel cada vez mais exigente no seu enfrentamento e na sua prevenção, ao mesmo tempo que constitui um

desafio ao nível da definição de estratégias de acção territorializada, concertadas com os demais agentes locais, com o próprio Estado e com os parceiros das Comunidades Intermunicipais a que pertencem (Cardoso, 2012:203)

O surgimento do termo territorialidade nas políticas de acção social permitiu uma aproximação com as comunidades e com a sua população. Através dessa aproximação os assistentes sociais têm a possibilidade de pensar sua intervenção a partir de um dado território (Ribeiro, 2011). É no espaço sócio-territorial que se destacam diferentes dimensões e que se situa a rede social de desenvolvimento local, percebida pelos assistentes sociais como uma componente de extrema importância para o seu exercício profissional, pois servem de suporte e propicia uma sustentação ao exercício profissional.

Contudo, apesar de o assistente social conhecer o território, intervir mais próximo dos indivíduos e poder propor acções de adequadas aos interesses da população, acaba por sentir limitações na sua prática profissional ao não ser capaz, por si só, de resolver problemas sociais de ordem estrutural, influenciados pela conjuntura nacional e internacional.

se no reconhecimento das limitações fundamentais da acção social no quadro municipal: a do carácter restrito desta acção social no *quadro global da acção dos municípios*, dado que a complexidade e gravidade dos problemas locais – expressões da “questão social” na territorialidade delimitada do município - exigem orientações macroeconómicas e políticas sociais de âmbito nacional, condição essencial para que as entidades locais possam, a partir daí, exercer as suas responsabilidades na qualidade de vida e bem estar dos seus munícipes (Cardoso, 2012:4)

Pensando o território como campo privilegiado para a aplicação do conceito de sustentabilidade, este é traduzido pelo denominado urbanismo sustentável que assenta as suas bases em torno da interpretação do paradigma ecológico. O urbanismo sustentável baseia-se na noção de equilíbrio dinâmico ou homeostático, permitindo a auto-regulação dos sistemas mediante a autocorreção e a retroalimentação, definindo-se factores de equilíbrio entre natureza e cidade, tradição e progresso, global e local, indivíduo e sociedade (Gomes, 2009).

Partindo desta ideia Verdaguer (2000 *in* Gomes, 2009) formula critérios gerais para o planeamento sustentável tais como:

conservação dos recursos energéticos e matérias tendo como matriz de actuação fechar o ciclo de todos os fluxos, como solução para os problemas ambientais; reequilíbrio entre a natureza e a cidade, como preservação de partes de território para manter os ciclos naturais e

introduzir os processos naturais no tecido urbano, este critério é importante para pôr um limite à expansão urbana e dar prioridade à regeneração urbana ecológica; redistribuição dos recursos e serviços do território e dentro da cidade, mediante processos de auto-suficiência, de criação de redes de serviços e informação, para reduzir a pegada ecológica; desenvolvimento local dentro do marco global da sustentabilidade, sendo necessário consolidar e valorizar os pequenos e médios núcleos urbanos e assim cumprir objectivos de forma conjunta; de habitabilidade dos espaços (interiores e exteriores), para fomentar o bem-estar e a qualidade de vida dentro de uma concepção ampla e orgânica que considera o funcionamento da cidade no seu conjunto; equidade social, como factor chave para a sustentabilidade do sistema urbano (Verdaguer, 2000 *in* Gomes, 2009:65).

Estes critérios têm como objectivo a intervenção urbana sustentável, isto é, a “integração do meio natural, rural e urbano; poupança de recursos energéticos e matérias; qualidade de vida em termos de saúde, bem-estar social e conforto” (Verdaguer, 2000:72). Num discurso que reclama a ecologia urbana no âmbito metropolitano, a ideia que converge de forma mais clara a diversidade de critérios é a de eco-bairro.

2. Análise Internacional –Hammarby Sjostad – Jarva

A Suécia⁷⁸ é uma democracia de direito constitucional afirmando que todo o poder está com o povo. É uma monarquia com H.M.⁷⁹, mas o seu rei Carl XVI Gustaf apenas realiza tarefas representativas. A nível nacional, o modelo político é parlamentar. A Suécia é um membro da União Europeia (UE) e tem 9,4 milhões de habitantes. As eleições gerais são realizadas a cada quatro anos, cerca de sete milhões de pessoas no país têm direito a voto e influência no partido político que irá representá-los no *Riksdag* (Parlamento nacional), conselhos municipais e municípios. Os trezentos quarenta e nove membros do *Riksdag* tomam as decisões e o Governo implementa essas decisões. O Governo pode também apresentar propostas de novas leis ou alterações às leis através de votação parlamentar. Na última eleição, em Setembro de 2010, Fredrik Reinfeldt tornou-se o primeiro primeiro-ministro conservador para ganhar a reeleição. A taxa de participação eleitoral é normalmente alta, por comparações internacionais, embora tenha caído para cerca de oitenta por cento nas últimas décadas.

Entre o governo nacional e municipal, há um nível regional de governo, composto por dezoito municípios e dois distritos. A administração nacional em cada um destes

⁷⁸ Informação recolhida na reunião com a Câmara de Estocolmo a 23 janeiro de 2013

⁷⁹ Heritage Monarchy

municípios é representada por um governador e um conselho do condado: condado administrativo. Os governadores do condado são nomeados pelo Governo para um mandato de seis anos e moram na cidade de residência do concelho.

Cada município tem um eleito do Conselho do Condado para o exercício de funções e tarefas de carácter fundamentalmente local. Os conselhos municipais são responsáveis por assuntos de interesse comum, que são muito extensos e muito caros para os municípios gerirem. Trata-se sobretudo de cuidados de saúde, que é da responsabilidade dos conselhos municipais “mas também assistência odontológica, transporte público, apoio às empresas e indústria e do crescimento e desenvolvimento regional” (Lotta Viden, assistente social). Os conselhos municipais têm o direito de impor um imposto de renda para cobrir as suas despesas. Há dois milhões de habitantes no condado de Estocolmo, que é dividido em vinte seis municípios.

A Suécia tem duzentos e noventa municípios que geograficamente abrangem todo o país. Cada município tem um conselho eleito pelo povo, que recolhe o imposto de rendimento e opera nos serviços públicos, como escolas, cuidados com idosos, habitação e actividades culturais e de lazer. É um país com uma longa tradição de autonomia local.

Os imigrantes que tenham residido durante um período mínimo de três anos na Suécia têm o direito de votar e concorrer a um cargo nas eleições locais.

O município de Estocolmo, tem cerca de oitocentos e cinquenta mil habitantes, é o maior município na Suécia. A Câmara Municipal é o órgão decisório supremo da cidade de Estocolmo, que oferece aos habitantes de Estocolmo uma infinidade de diferentes serviços municipais. A maioria das actividades municipais em Estocolmo são realizados de forma administrativa ou jurídica e a tomada de decisão é descentralizada.

“Para que a cidade se desenvolver em sintonia com seus moradores, um modelo de trabalho descentralizado é necessária”. “As decisões sobre, por exemplo, estacionamento ou guarda de crianças, podem, portanto, ser feitas mais perto da residência, no conselho distrital. Os moradores podem, em muitos casos, dar a sua opinião através dos gabinetes de atendimento no seu conselho distrital, ou online”. (Lotta Viden)

Estocolmo é dividido em catorze concelhos de distrito com a mesma responsabilidade e autoridade como outras comissões da cidade. A diferença é que os conselhos distritais trabalham dentro das suas respectivas áreas geográficas e tem a responsabilidade global para as suas actividades.

A Câmara de Estocolmo ainda tem a responsabilidade global para as questões relativas a todo o município, por exemplo, imposto municipal e orçamento comum. A maior parte dos recursos da cidade, cerca de três quartos, é repassado para os conselhos distritais. Quanto cada conselho distrital recebe depende de necessidades específicas, tais como o número de habitantes, idade e condições de vida.

A distribuição de lugares entre os partidos políticos num conselho de distrito corresponde à proporção de lugares que ocupam no Conselho da Cidade. Os partidos políticos propõem os membros que os representam. O Conselho da Cidade, em seguida, aprova a sua nomeação. Os membros do conselho de distrito são políticos no seu tempo livre, voluntariamente e período de mandato é de quatro anos.

2.1. Hammarby Sjöstad

Hammarby Sjöstad é um bairro que fica no subúrbio da cidade de Estocolmo, era uma área portuária com edifícios de escritórios e de actividades portuárias onde se foram instalando indústrias de pequena e média escala, mais tarde de grande escala. Na península de Sickla Udde foram-se desenvolvendo actividades de economia paralela ilegais. Esta área tornou-se muito poluída por substâncias tóxicas, que contaminaram o solo e a água. No entanto, a poluição não foi vista como um grande obstáculo, foi considerada como um motivos para tratar eficazmente o solo contaminado e remover as substâncias tóxicas (Boden *in* Vestbro, 2005).

“Foi para este velho porto industrial que se propôs para a sua transformação um bairro moderno, ecologicamente sustentável e constitui-se a lógica de extensão da cidade de Estocolmo”. (Hellström, 2004:5).

Erik Freudenthal, *communicator at the environmental information center GlashusEtt at Hammarby Sjöstad*, (com quem reunimos em 22 de Janeiro 2013) explicou-nos o ponto de partida para o projecto “The aim was to halve the total environmental impact compared to that of other houses built in the 1990s, make the area twice as good,” disse.

A área ficou destruída quando se iniciaram as obras rodoviárias de Hammarby, e o solo oceânico foi preenchido com solo escavado, pedras e lixo como parte da área portuária planeada. Porém, estes planos não vingaram e as terras foram disponibilizadas para construir galpões de uso industrial, mas começou a crescer, desordenadamente e sem

cuidados com o meio ambiente, nenhuma empresa conseguiu estabelecer-se naquela área e acaba por se tornar numa espécie de “favela industrial”.

Durante um período que durou até 1998, Hammarby Sjöstad foi sofrendo ameaças de demolição que lhe davam uma natureza provisória, até que em 1999 foi finalizado o Plano da Cidade de Estocolmo que “tinha como lema “construir a cidade para dentro”, isto é, planejar a cidade olhando para terrenos já explorados em vez de promover a expansão urbana e a invasão de espaços verdes” (Anderson, *in* Poldemans, 2006:10).

A meta como estratégia, do Plano da Cidade de Estocolmo 99, seria um desenvolvimento sustentável “congruente com os compromissos da comunidade internacional definida na Agenda Habitat, cujos objectivos são garantir e melhorar assentamentos humanos sustentáveis e fixar metas ambientais a longo prazo” (Pemer, *in* Poldemans, 2006:12).

Aspectos como ruídos, poluição, tráfego e resíduos foram analisados detalhadamente, por causa dos numerosos danos no solo, e para garantir que os futuros habitantes e trabalhadores de Hammarby não sofressem as consequências, a “City of Stockholm Environment & Health Administration” estará a monitorizar toda a descontaminação do solo durante a construção do bairro, que se prevê finalizar em 2016, para evitar danos à saúde pública e ao meio ambiente.

No final do projecto, Hammarby Sjöstad terá onze mil apartamentos para cerca de vinte e oito mil pessoas e vai dar trabalho local para cerca de dez mil pessoas. No início de 2013 já estavam construídos oito mil e quinhentos apartamentos, em edifícios com o máximo de cinco andares e que dão tanto para a rua e para o parque. É um trabalho de planeamento inédito, resultante da cooperação entre arquitectos, engenheiros e urbanistas. Os transportes colectivos são o principal meio utilizado, tem um barco cada vinte e cinco minutos que faz a viagem de ligação entre o bairro e a ilha de Södermalm. Cerca de 79% das pessoas vão trabalhar a pé, de bicicleta ou utilizando os transportes públicos o que permitiu reduzir a utilização do carro em 40%. Esta percentagem não seria alcançado se a rede de transportes, especialmente o “Tram” (eléctrico) fosse construída mais tarde, o projecto foi planeado nesse sentido para evitar que as pessoas adquirissem o hábito de utilizar carro.

A construção de alta densidade foi fortemente influenciada pelas ideias sobre a «cidade compacta» como uma estratégia para reduzir a necessidade de transporte automóvel, como também o bom acesso aos serviços que decorre da concentração. Um nível elevado de

variados serviços locais foi considerado ecologicamente importante, uma vez que este factor pode contribuir para a redução do uso do carro (Vestbro, 2005:7 *in* Gomes, 2009).

Hammarby Sjöstad é um projecto habitacional⁸⁰ que se enquadra nos objectivos do Plano da Cidade de Estocolmo 99 fazendo uma articulação entre os objectivos ambientais e o crescimento da cidade e transformando a área do lago Hammarby num exemplo da sustentabilidade urbana (Dastur, 2005 *in* Gomes). Este processo iniciou-se com um *masterplan*, preparado e conduzido pelo arquitecto Jan Inghe-Hagström e pela divisão de planeamento urbano da câmara de Estocolmo.

O plano foi segmentado em doze partes (sub-bairros), e para cada parte foram feitas propostas

por outros arquitectos seleccionados com vista a promover uma diversidade arquitectónica, as propostas teriam que estar todas de acordo com o *masterplan* que serviu de base para: o desenvolvimento da estrutura viária e espaços públicos, a câmara e as parcerias (www.hammarbysjostad.se). Todas as entidades públicas ou privadas envolvidas no processo tinham como principal tarefa implementar o maior número possível de objectivos ambientais (Örjan Svane 2008:2).

O centro do bairro é uma avenida com 37,50m de largura, que funciona como um corredor para os transporte públicos com pontos chave de ligação e nós e na qual se foram desenvolvendo diversas actividades, comércio e serviços para serem utilizados pela comunidade. Os edifícios e blocos habitacionais diferem no tipo, vão desde blocos estreitos e compridos, em forma de “U”, a grandes quadrados ou rectângulos, alternados por amplos espaços verdes. O bairro dispõe de uma igreja, escolas públicas e privadas, uma creche e pré-escolar, consultórios médicos, uma biblioteca, um centro desportivo, e o edifício GlasshusEtt, que funciona como um centro de informação e ensino da comunidade para promover estilos de vida sustentáveis (www.hammarbysjostad.se).

Um importante factor que determinou a imagem do Hammarby Sjöstad foi o desejo de “qualidade urbana”. Esta procura deve ser enquadrada no contexto do debate sobre o verde versus a cidade compacta (Vestbro, 2005:4 *in* Gomes, 2009).

Os princípios orientadores para Hammarby Sjöstad tiveram como base o programa ambiental aprovado politicamente pela câmara de Estocolmo, com o objectivo de assegurar as questões ambientais no planeamento e na construção do bairro. Este programa promove “a mobilidade sustentável; a redução do consumo energético; a protecção da natureza e o

⁸⁰ Ver anexo 7

respeito pela biodiversidade; a separação e reciclagem de resíduos; e melhorar a qualidade do ambiente urbano” (Hellström, 2004:5; Derenne, 2005:108).

Na construção dos edifícios utilizaram-se as melhores técnicas disponíveis, com o intuito que o impacto ambiental seja metade do que habitualmente nos edifícios tradicionais.

E com este objectivo de fundo estabelecem, que todos os materiais de construção terão uma avaliação ambiental, pois deverão ser sustentáveis e eco-certificados quando possível. O foco é sobre materiais duráveis, reciclados ou recicláveis como vidro, madeira, aço e pedra. Não são permitidos materiais como: madeira quimicamente tratada ou de florestas tropicais com espécies em vias de extinção, cobre para canalizações de água potável; cascalho virgem e areia. Para assegurar a conformidade são realizadas eco-inspecções regulares. Propor soluções para a redução do consumo doméstico da água para 100 litros/pessoa/dia. Para reduzir a perda de calor e baixar o consumo de energia, foram feitas especificações para, o bom isolamento térmico (espessura 250 mm), tais como janelas com vidros triplos são a norma. Os painéis solares e fotovoltaicos são instalados, sobre os telhados sendo alguns destes ajardinados, para o aquecimento de água e produção de energia (www.hammarbysjostad.se; Newman, 1996:224).

Os esforços feitos para tornar o espaço ecologicamente sustentável, provavelmente vão facilitar no futuro, em novos projectos imobiliários, a introdução de tecnologias e utilização de energias renováveis em edifícios residenciais (Brogren e Green, 2003).

A meta global do ambiente para Hammarby Sjöstad é alcançar cinquenta por cento menos de emissões de CO₂ do que por comparação a outros bairros de Estocolmo (Vestbro, 2004:7 *in* Gomes, 2009).

Foram estabelecidas no programa especificações ambientais e desenvolveu-se em Hammarby Sjöstad um modelo de eco-ciclo ambiental como solução para a água, resíduos, energia,

que tem como conceito o ciclo fechado do metabolismo urbano, ou seja, uma visão integrada da energia não como extracção linear dos recursos, mas como sistema metabólico com fluxos e ciclos (...) tem feito excelentes progressos nesta área, incluindo para isso, três empresas, das águas de Estocolmo Vatten, da energia Birka Energi e de resíduos de Estocolmo que aderiram em conjunto ao projecto para produzirem este modelo” (Beatley, 2003:419; Newman *in* Beatley, 2007: 42).

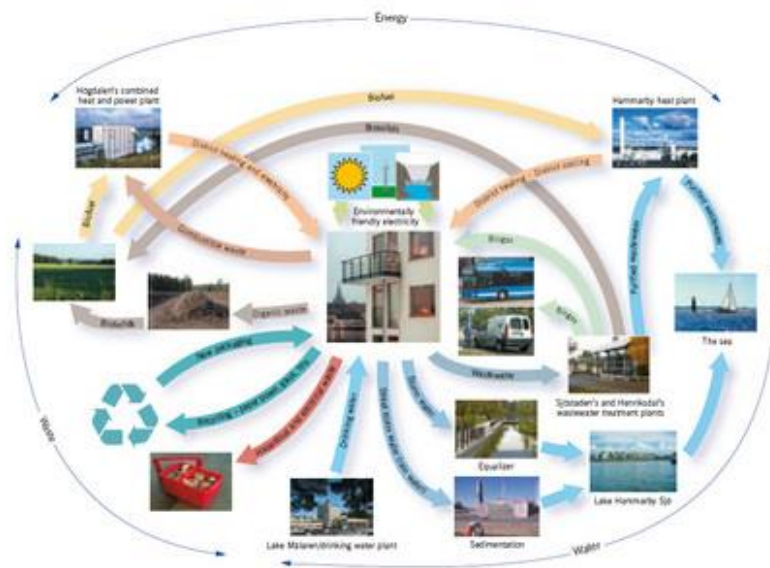
Hammarby Sjöstad é um bairro onde tudo se aproveita, os residentes usam metade da energia de um bairro tradicional, gastam cem litros de água por dia (menos 30% que em

Portugal), produzem menos lixo, habitam casas construídas com materiais ecológicos, e preferem andar a pé ou de bicicleta. Os moradores recebem um "kit" com as explicações sobre como proceder à separação de lixos, são incentivados a usar os transportes públicos e a deixar o carro à porta de casa e a ter práticas de protecção do ambiente no seu dia-a-dia. O seu quotidiano é gerido pelo conceito de “symbiocity”⁸¹ (simbiocidade). Um plano integrado de gestão de energia, de lixo e da água. O bairro depende de energias alternativas (eólica, solar e eléctrica), o lixo doméstico é separado, parte irá assegurar o fornecimento de electricidade e os sistemas de aquecimento e arrefecimento urbanos e o que resta é reciclado e utilizado como fertilizante agrícola. A água da chuva é armazenada e vai por condutas até à central de tratamento (com os desperdícios sanitários), onde se aproveita para produzir biogás para os veículos em circulação.

A simbiocidade (symbiocity) é o conceito que domina a vida na cidade sustentável. O termo surgiu na Suécia em 2008 e refere-se a uma abordagem ao desenvolvimento urbano sustentável no qual a cidade e os seus habitantes devem (re)aproveitar ao máximo os recursos disponíveis e reduzir o desperdícios. Este conceito começou a expandir e a ser adoptado na China, Índia, Canadá e África do Sul. Esta abordagem envolve diferentes stakeholders na qualidade da tomada de decisões, participantes, associados, contribuintes, etc. A abordagem da simbiocidade pretende promover a cooperação e a partilha em detrimento da competição com outros e que privilegia os objectivos e interesses comuns. Para além disso é uma abordagem que enfatiza a abordagem multidisciplinar, com o intuito de se fazer uma análise com as várias perspectivas para que se possa identificar sinergias entre os diferentes aspectos num enquadramento de planeamento integrado. Requer para isso um processo baseado na transparência e abertura, que possibilite a gestão de barreiras institucionais ou de conflitos de interesses.

⁸¹ http://sklinternational.se/wordpress/wp-content/uploads/2012/09/SCA_full-version_light-120822.pdf

Modelo Simbiocity Hammarby Sjostad



Fonte: <https://www.planning.org/tuesdaysatapa/2014/chicago/oct.htm>

Os objectivos do programa seguiram as normas vigentes nos anos noventa: descontaminação e utilização dos solos já construídos; materiais de construção sustentáveis; ênfase no transporte colectivo; limitação do ruído a 45 dB (por meio do sistema construtivo) e optimização dos serviços energéticos, de água e de resíduos, hoje de acordo com Erik Freudenthal seria possível fazer melhor,.

O conceito de simbiocidade é muito simples e tem a ver com a ideia de transformar os bairros em comunidades (eco-bairros) onde as pessoas possam viver, conviver, trabalhar e prosperar sem necessidade de se descolarem para outra zona da cidade ou para fora dela, diminuindo assim a pegada ecológica inerente a essa mesma deslocação. (Erik Freudenthal)

Não se trata de fechar as pessoas em *guetos*, apenas fazer com que a mobilidade seja uma opção e não uma necessidade. As cidades sustentáveis serão feitas de conjuntos de bairros de identidade vincada e centros autónomos com uma multiplicidade de equipamentos, desportivos, culturais, infra-estruturas de lazer e serviços públicos, de modo a que as pessoas não sintam a necessidade de outros meios de locomoção que as suas próprias pernas ou, quando muito, recorram à bicicleta.

Pretende-se que brevemente seja replicado noutros bairros de Estocolmo, tão degradados quanto o antigo Hammarby. O custo está de acordo com os objectivos e a cidade está disposta a investir milhões de euros neste tipo de projectos, e a ser exemplo de sustentabilidade para cidades de todo o mundo.

Na reunião tida em 22 de Janeiro de 2013 com Erik Freudenthal (EF), foram-nos apresentadas imagens do território de Hammarby Sjöstad antes da intervenção há quinze, dezasseis anos atrás.

“Era tudo área industrial ilegal”, disse-nos Erik Freudenthal.

Hoje os moradores tem uma visão diferente sobre o que pode ser o papel da sustentabilidade ambiental sua vida quotidiana, embora se perceba que o compromisso ambiental tenha diminuído recentemente.

No início, muitas pessoas venderam os seus carros, para andar de bicicleta, a pé e assim por diante, agora desapareceu um pouco (EF).

De acordo um grande número de pessoas mudou-se para aquela área ao longo do último par de anos, assinala que um grupo de recém-chegados é particularmente notável:

Há uma grande quantidade de famílias com crianças na área”, diz ele. “Dez por cento dos residentes são crianças entre zero e cinco anos, e há dez pré-escolas e duas escolas de ensino básico no bairro (EF).

Freudenthal acredita que a coisa mais excepcional sobre Hammarby Sjöstad é o processo de planeamento integrado.

Todas as partes envolvidas no projecto se sentou a concentrar-se sobre o meio ambiente, mesmo antes de desenhar a primeira linha. É um conceito holístico (EF).

Falou também das dificuldades que existem para quem viaja em Estocolmo, devido aos acessos.

“Hoje 70% do trânsito tem que passar na Central Station” (EF).

Quando lhe perguntamos se a população que lá habita é a mesma população que habitava neste local, explicou que ninguém vivia ali, porque era apenas uma área industrial, até poderia viver alguém mas era ilegalmente.

Existem três canais neste bairro, dizia enquanto mostrava imagens de alguns equipamentos do bairro.

Um canal que recolhe a água das chuvas e do degelo da neve. A água é muito limpa, e as crianças até podem lá tomar banho! Pode-se pescar em Estocolmo e comer-se o peixe que se apanha (EF).

Explicou também que um grupo de investigadores procuraram saber como será a população das cidades. E alguns resultados desse estudo são que em 2007 metade da

população mundial vive na área urbana e se olharmos para o progresso em 2030 será 60% da população. Em 2050, 70% da população viverá na área das cidades e haverá 2 biliões de pessoas idosas no mundo.

O que é que isto quer dizer: vamos ter que cuidar de mais lixo nas cidades; o uso do terreno nas cidades, mas também à volta das cidades vai mudar pelo constante fluxo de pessoas. Olhando para o lixo como lixo temos que o colocar em algum local. E claro, também o trânsito. (EF)

O conceito que foi implementado em Hammarby Sjostad foi um plano integrado: um conceito sueco designado de Simbiocidade, que foi já utilizado em outras partes do mundo (...) usualmente para fazer novas áreas em cidades parte-se da base; depois de estar resolvida parte-se para um novo nível, cuidar do lixo, da água das chuvas, do tráfego (...) como um processo linear (EF).

Este processo é entendido como um processo que vai ocorrendo de forma paralela, sendo todas as questões decididas em cima da mesa entre os investidores privados e a população, antes de avançar para o projecto ouvem todos os intervenientes de todas as áreas (lixos, tráfego, etc.) para criar um programa geral que depois vai ser implementado. Este é o ponto de vista do governo sueco.

Esta área foi programada pelo município mas idealizada pelos investidores privados também. Embora maioritariamente feita pelo município.

O município de Estocolmo começou a olhar para esta área no final dos anos 80 e em meados dos anos 90, (este território iria ser a cidade olímpica, mas ganhou Atenas) o programa previa uma grande estrutura ecológica, o que na época os levou a pensar que iriam ganhar a candidatura aos jogos olímpicos, mas tal não aconteceu e ficou o programa. O principal objectivo era baixar 50% o impacto ambiental, comparativamente com casas construídas no centro de Estocolmo no início dos anos 90 (EF).

O plano integrado contemplou indicadores como: uso da terra, poluição do solo, energia, água e esgotos, lixo, material de construção, transporte, ruído, áreas verdes.

Procurou-se que este bairro não seja uma área dormitório e que as pessoas vivam e trabalhem aqui, o município fez as estradas e colocaram todas as infra-estruturas, mas depois podem vender os terrenos, ou arrendar aos investidores e também, como o investidor faz as ligações das redes de águas e esgotos, electricidade, tem que pagar uma taxa ao governo.

Alguns edifícios desta área, como de outras, foram adquiridos pelo município. Mas existe uma entidade, uma empresa pública que administra (como o exemplo da Gebalis da CML). A maioria dos terrenos era do município de Estocolmo. Os investidores têm licença para construir ali e 60 a 70% dos apartamentos são propriedade própria. O projecto total (edifícios, vias, linha do comboio, infra-estruturas) custou quatro biliões e meio de euros. O investimento do município foi de dois biliões de euros e o resto do investimento foi feito por investidores privados. É intenção do município que este valor no futuro seja zero, que não custe nada para o município.

A cidade de Estocolmo não tem o chamado “bairro ou habitação social” (por exemplo uma pessoa que fique desempregada e não poder pagar a renda, poder pedir ajuda ao município e até determinado montante tem a ajuda para o pagamento da renda ou muda para uma casa de montante mais baixo e arrendam a casa. Mais tarde podem retornar à sua casa, quando a situação se alterar).

Para conseguir arrendar um apartamento no centro de Estocolmo terá que se esperar cerca de quinze a vinte anos. Para arrendar uma casa com dois quartos custa em média entre novecentos a três mil euros, incluindo a electricidade e a água (EF).

Na Suécia existem três níveis de organização na comparticipação de impostos: O primeiro, the Municipally (o Município), o segundo the County Government “the several municipallities” (Governo Municipal) e o terceiro the Swidish Government (Governo Sueco); só pagam impostos para o Governo Sueco quem ganha mais de três mil e oitocentos euros brutos.

Assim, as pessoas vêem o que é feito com o dinheiro que contribuem para o município. O Governo Municipal tem duas grandes e principais responsabilidades: os hospitais (saúde) e os transportes públicos. O Municipio é responsável pela educação, acção social, ruas, áreas verdes...(EF)

Houve uma cooperação entre o Departamento de Planeamento da Cidade, os arquitectos e investidores, existiram trinta e dois diferentes investidores neste bairro. Todas as partes desta área tiveram directrizes para o seu desenho: coordenação arquitectónica, esquemas de cor, qualidade dos materiais, parques e ruas, iluminação, arte urbana, etc.

Os edifícios têm a cor combinada com o edifício que lhe está mais próximo e todos os edifícios têm varanda (quem construir um edifício sem uma varanda não o consegue vender).

Existem locais de trabalho mas são só apenas cerca de 10% das pessoas que lá habitam é que trabalham no bairro. A maioria tem que se deslocar.

É muito importante planear as áreas de trabalho (mostra-nos imagens do tráfego local e dos meios de transporte e como chegar ao bairro) a Carpool faz-se pagar de uma taxa mensal e depois paga-se cada hora que se usa e cada quilómetro que se conduz, é mais barato ter este sistema do que um carro alugado. Existe uma percentagem de 0,7% de carros para uso privado (compras, fins de semana (...)) para trabalhar utilizam transportes públicos. O ferry faz um triângulo a cada dez minutos. Este meio de transporte é usado por três mil pessoas diariamente. É gratuito (suportado pelo município). Existe uma meta neste programa ambiental de que 80% de todos os viajantes usem a bicicleta ou se desloquem por transportes públicos ou a pé. Há sete anos atrás esta meta era de 79% o uso de carro para ir trabalhar reduziu cerca de 40% (EF)

Quando se vai morar num edifício existem todos os electrodomésticos e todos têm que ser no mínimo de classe A, as descargas de autoclismo baixas e o uso de materiais de construção amigos do ambiente e reciclados. Por isto existe um custo extra na construção deste bairro, de cerca de 2% a 4% mais do que em qualquer outro da cidade.

Tudo está interligado (pelo modelo de simbiocidade). Energia, aquecimento urbano. Todos os edifícios (inclui toda a cidade de Estocolmo) estão conectados com o sistema de colecta do lixo.

Olhamos para o lixo como um recurso. Se virmos todo o lixo produzido, apenas 1% de todo esse lixo vai para a terra. Todo o resto é reutilizado para criar energia. Sistema de sucção de lixo sólido nos edifícios (EF)

Existe uma sala de reciclagem onde se separa todo o lixo. Depois é sugado por condutas. Desde os anos sessenta que reciclam os jornais e hoje, cerca de 98% dos jornais são feitos com papel reciclado na Suécia. É uma longa tradição para os suecos.

Este aproveitamento do lixo permite fazer o aquecimento do distrito, o aquecimento da água nas torneiras e gerar electricidade. Outro recurso é o calor gerado pelo processo de purificar a água (dos banhos, por exemplo). Deste calor gera-se calor para o distrito também. Existe também, mas não muito, aproveitamento de energia solar. Painéis solares a fazer as guardas das varandas, na cobertura para aquecer 50% da água dos edifícios.

Há uma estrutura onde se produz o biogás, que se utiliza nas cozinhas. O lixo da limpeza das águas que é aproveitado e usado como combustível nos autocarros que

circulam no centro de Estocolmo. As áreas verdes são quase todas artificiais (construídas, não existiam).

Existe este gabinete para ajudar a informar as pessoas. Vêm aqui pessoas de todas as partes do mundo. Os resultados rondam os 30 a 40%. The Stockhol Royal Sea Port que estamos a pensar, será ainda melhor.

A chave do sucesso é ser um plano integrado, com o conceito de simbiocidade. Tudo foi pensado antes e de forma encadeada (EF).

E termina a sua apresentação com a frase “*The earth provides enough to satisfy every man’s need. But not every mans greed.*” Mahatma Gandhi.

Durante a visita efectuada ao bairro Hammarby Sjostad⁸² em 13 de Julho de 2013, entre as 9h e as 12h30 da manhã, falamos com alguns moradores. Foram feitas dez entrevistas exploratórias (conversas informais), de carácter aleatório, com o objectivo de perceber qual a percepção e o grau de satisfação dos residentes, as entrevistas não foram muito longas, cerca de cinco a sete minutos.

Destacamos que todos os inquiridos sabiam falar inglês, acolheram-nos com um sorriso, mesmo quando percebíamos que iam a caminho do seu trabalho, ou a caminho da creche ou escola para deixar os filhos, pararam para falar, dispostos a participar, sem levantar qualquer tipo de problema. As respostas quanto à satisfação de residirem em Hammarby Sjostad foram unânimes e muito positivas.

“Adoro viver neste bairro”... “é o sitio para os meus filhos crescerem”.

“Actualmente incutimos nas nossas vidas a preocupação ambiental, acredito que isso irá minimizar a extinção de algumas espécies, e irá melhorar a qualidade de vida às gerações vindouras”.

Veem muitas vantagens de viver em Hammarby Sjöstad.

É arejado e verde, o tráfego é mantido longe, o que é bom para crianças, e há boas ligações ao centro da cidade.

E está muito bem conservado. Temos também baloiços e um *sandbox* mesmo em baixo do nosso apartamento.

A única coisa que me faria sair deste bairro era uma vivenda, se conseguisse comprar uma vivenda, caso contrário não podia estar melhor.

⁸² Ver anexo 7

É tradição pensar no ambiente, os suecos estão habituados, mas este bairro ultrapassa qualquer expectativa, fique muito satisfeita por ter feito esta opção, é sossegado, tem tudo e ainda vai ser melhor.

Outro morador local afirma que não percebe muito do conceito de ecologia em tudo, além da triagem de resíduos. Por outro lado, acredita que:

Você começa realmente a ser ambientalmente amigável por viver aqui.

A mudança de hábitos gera nas pessoas um sentimento de pertença, sentem-se melhores pessoas:

A nível pessoal, basta dizer-lhe que até há uns anos chegava a altura do Natal e íamos procurar, uma árvore, um pinheiro para se cortar e para levar para casa e fazer a árvore de natal. Desde que vivo aqui optámos por uma árvore artificial, mas não perdemos o espírito natalício por isso, ao contrário, achamos que crescemos e evoluímos como cidadãos

A nível profissional, na empresa onde trabalho, também separamos os resíduos. Temos um sitio para colocar os copos de plástico que usamos para beber água e café, temos um recipiente, tipo caixote onde colocamos os *toners* e tinteiros das impressoras. São muitas vezes os colegas, técnicos de ambiente e engenheiros, que nos transmitem o valor destes comportamentos e deixam panfletos sobre como proteger o ambiente, atitudes que devemos ter e passar aos outros e, também consciencializarmo-nos para a protecção do ambiente e para promovermos a qualidade da nossa vida e dos nossos filhos, do futuro. Esta práticas fazem-me sentir que estou a contribuir para a diminuir a emissão de gases poluentes o consumo energético ...

Cerca de metade dos inquirido eram casais muito jovens, com filhos pequenos e os outros tinham filhos a entrar na adolescência, apenas um inquirido já estava reformado. Dos inquiridos com filhos conseguimos perceber a preocupação em passar determinados valores como exemplo na sua educação.

A estratégia de contenção que arranjei é estabelecer um *plafond* de gastos e assumir o compromisso de cumpri-lo. Transmito o conceito de poupança às minhas filhas e ao meu marido, todos têm aderido com entusiasmo, penso no futuro das minhas filhas e sinto que é importante que tenham a noção de responsabilidade e valorizem as coisas, há muito consumismo.

Penso nos gastos de consumo energético e na sua eficiência, todos lá em casa agem de forma a não haver desperdício, temos que pensar nos outros, no futuro e no futuro dos nossos filhos; no meu trabalho actuo no sentido da prevenção de resíduos sólidos, por exemplo

separar os tinteiros das impressoras e *toners* das fotocopiadoras; acredito e reconheço a validade das actuações governamentais sobre o ambiente.

Na minha casa implementamos uma cultura anti-desperdícios, por exemplo, a minha filha, a mais nova que tem 7 anos, usa folhas de papel A4 para desenhar, eu e as minha filhas mais velhas ensinamos que pode aproveitar o papel, dos dois lados. Ou também usar as revistas para fazer colagens dos trabalhos da escola.

A ideia com que ficamos ao falar com estas pessoas é de um sentimento de comprometimento com a sua comunidade, com o futuro do planeta, uma genuína motivação para dar o seu contributo, participar e trabalhar na mudança de comportamentos, com vista à sustentabilidade do seu bairro e do seu país.

2.2. JARVA

Em 1962 o Governo vende a área de Jarva ao Município de Estocolmo para construir habitação. A construção deste bairro, entre 1965 e 1975, fazia parte de uma política de grandes ambições do estado que tinha como horizonte a construção de 1 milhão de apartamentos “One million homes program” à volta de Estocolmo, tendo sido construídos em Jarva cerca de doil mil e queinhentos apartamentos (dos quais 42% pertence ao município de Estocolmo) e trinta mil postos de trabalho.

Hoje é um dos maiores ICT (*Information and Communications Technology*) *clusters* da Europa, onde estão localizadas empresas e companhias importantes como a Ericsson, a Microsoft e a IBM.

O programa “Jarva 2030” é resultado de uma visão para este território implementada através de um projecto de longo prazo para promover o desenvolvimento económico e social nos distritos limítrofes a que se associa a reserva natural de Järva. Este programa surge de uma discussão intensa que envolveu todos os investidores locais: políticos, administração governamental e municipal, empresários, clubes e associações, bem como um sem número de residentes em Järva.

No entanto, constitui hoje uma grande preocupação para a administração local e regional, o facto do bairro, independentemente da qualidade ambiental que tem sido conseguida, e da qualidade do próprio edificado construído, não conseguir manter a população que ali reside e que é constituída por cento e vinte nacionalidades diferentes.

Cerca de 25% da população é renovada a cada ano, sendo na maioria imigrantes que não assimilam a cultura sueca. Vivem neste bairro cerca de setenta mil pessoas de todas as partes do mundo.⁸³

Este bairro iniciou-se num período em que a metodologia urbana não se regia pelos mesmos princípios que foram hoje indutores da construção do bairro de Hammarby Sjöstad. Actualmente é intenção do município construir até 2030 uma grande área metropolitana de Estocolmo, e Järva faz parte desse plano. O município entende que o desenho do edificado e do espaço urbano elaborado pelos arquitectos que iniciaram o projecto daquele território foi feito com “grandes ambições”, uma vez que o mesmo foi realizado com muita pressa para responder a um deficit habitacional da época (1965/75).

No entanto, algumas das pessoas que vivem em Järva desde o início, gostam de lá viver. Tem bons acessos ao nível de transportes para o centro de Estocolmo, e consegue-se uma grande proximidade com a natureza e com as empresas de alta tecnologia aí instaladas.

Tem havido um consenso político ao nível dos indicadores urbanos principais a ter em conta, trabalhando os técnicos fundamentalmente em quatro deles: Como conseguir uma boa habitação e um ambiente urbano mais variado; Como alcançar a segurança todos os dias; Como melhorar o ensino da educação e linguagem; Como atrair mais empresas para criar mais empregos.

As preocupações energéticas não foram esquecidas em Järva: existe o projecto Sustainable Järva, onde o governo suporta um investimento de cinquenta milhões de euros que se iniciou em 2010 e terminará em 2014. Pretende-se criar um bairro com o maior aproveitamento da energia solar da Europa, com cerca de dez mil metros quadrados de células solares por habitação.

Neste sentido, existe um projecto piloto que utiliza trezentos apartamentos onde irão tentar implementar novos métodos de renovação energética, tais como a colocação de células solares nos telhados das casas, o aproveitamento das águas negras, reciclagem de resíduos.

Também na perspectiva de promover um bairro mais atraente e sustentável foi feito um documento com o programa “cem coisas que podemos fazer juntos para fazer um Järva

⁸³ Entendem que podiam ter feito mais, que não terão feito muito bem o seu trabalho como técnicos, uma vez que não sabem até quantas pessoas podem viver no mesmo apartamento.

melhor”. Todas estas questões passam, não só pela melhoria da arquitectura, como por diferentes programas de cooperação cultural. Esta iniciativa é responsável por um aumento de 80% da popularidade e da autoconfiança dos moradores, entre 2008 e 2011.

Na reunião que realizamos com Lotta Viden, (LV), assistente social, responsável pelo gabinete de coordenação do projecto, dia 24 de Janeiro de 2013, de às 9h da manhã, recordamos a sua apresentação de *power point* que começa com a seguinte frase:

Todo o poder emana do povo. Este é o fundamento da democracia parlamentar da Suécia. Todo mundo tem os mesmos direitos e uma oportunidade de ter uma palavra a dizer, e todos são livres para examinar como os políticos e agências públicas exercem seu poder.
(All power comes from the people. This is the foundation of Sweden’s parliamentary democracy. Everyone has the same rights and a chance to have their say, and everyone is free to scrutinize how politicians and public agencies exercise their power) (LV).

Ao que se segue uma breve explicação de como funciona o estado Sueco⁸⁴ e como tudo se processa.

O governo Sueco está estruturado com base na descentralização, a nível regional e local, os municípios e os conselhos de condado são estruturas politicamente e financeiramente autónomas, com áreas de responsabilidade claramente definidas.

“Os municípios lidam com o planeamento da cidade e escolas, por exemplo, enquanto que os conselhos de condado são responsáveis pelas infraestruturas e os cuidados de saúde”(LV)

O desenvolvimento sustentável é o objective chave do governo Sueco, tanto a nível nacional como para além fronteiras. A razão sustenta-se no argumento de que os membros de uma geração devem preservar e assegurar os recursos para as gerações vindouras.

No últimos anos, os suecos, tanto indivíduos, como políticos e empresários, tem vindo a ganhar consciência da sua responsabilidade para com as questões ambientais. Existe, por exemplo, um crescimento notório no interesse prestado à alimentação orgânica (biológica). Comparativamente com o resto da Europa, em que a percentagem de crescimento anual do mercado de alimentos orgânicos cresceu uma média de 4% a 5%, um estudo recente da *European Commission* divulgou que no caso da Suécia a percentagem era de 40%. Não fica por aí, o interesse pela roupas orgânicas, também começou a crescer significativamente, levando marcas conhecida no mercado a criar colecções que respondam à procura dos consumidores suecos.

⁸⁴ Descrita no início do ponto 2.

A Suécia também está na linha da frente no que respeita à reciclagem e à gestão de resíduos.

Em 2005, foram introduzidos requisitos mais rigorosos para produtores de embalagens e papel, que visam fazer com que os produtores assumam a responsabilidade pelos seus produtos. A Suécia agora proíbe a venda de bebidas em garrafas de plástico ou latas de metal que não fazem parte de um sistema de reciclagem aprovado.(LV)

O bairro de Jarva está situado a dez quilómetros de Estocolmo, porque município de Estocolmo ao nível do espaço urbano não querem a proliferação de grafitis nas paredes, (embora não se tenha percebido aquando da visita ao bairro o motivo dessa preocupação, já que estava tudo muito limpo e bem tratado).

Este projecto é baseado, essencialmente, num conceito de regeneração urbana, através de um trabalho que é feito juntamente com as pessoas que ali habitam, no sentido de se encontrar em conjunto novas maneiras de ultrapassar as questões negativas existentes.

Esta atitude traduz-se nesta frase que expressa a perspectiva do projecto: “Não estamos a fazer grandes projectos no exterior; estamos a fazer a diferença no interior.” Todavia, estamos perante um projecto que os técnicos entendem claramente que não acaba nas datas previstas no programa, mas que se vai modificando e melhorando, introduzindo mais segurança, melhor educação, mais trabalho, mais qualidade de espaço público,(...)(LV)

Em 1965 existiam ambições altas em Estocolmo e o parlamento sueco aprovou um programa de bem-estar do qual Jarva era uma grande parte. Entre 1964 e 1975 foram construídos um milhão de apartamentos em Estocolmo vinte e cinco mil dos quais em Jarva. Com setenta mil, ou mais, residentes hoje, e trinta mil postos de trabalho.

Nos anos setenta houve a crise do petróleo, trouxe desemprego e refugiados sul-americanos que foram morar para lá. Por isso os problemas com a integração começaram no início dos anos setenta.

No início dos anos setenta existiram várias iniciativas do estado e da cidade, ainda não fomos 100% bem-sucedidos, mas esperamos vir a ser um dia. Esperamos construir em 2030 uma cidade global em Estocolmo e Jarva faz, obviamente, parte deste plano. (LV)

Existem mais de cento e vinte nacionalidades diferentes em Jarva, entre os residentes. A maioria dos moradores são imigrantes que não assimilaram a cultura sueca. Os projectos vão-se sucedendo para esta área. E pretende-se que eles tenham o seu próprio

dinheiro, a sua autonomia. Comparativamente com as estatísticas de Estocolmo, Jarva tem 52% de empregos remunerados e Estocolmo 75%; relativamente à assistência financeira:

Jarva 17% e Estocolmo 5%; no que respeita a qualificações para o ensino secundário após nove anos de ensino obrigatório: Jarva 76% Estocolmo 89%.

Já vão na terceira geração. Continuam desempregados, porque como os pais também não trabalham, não têm um bom exemplo e é isso que pretendemos mudar (LV)

A título de exemplo no projecto designado de “Jarva Clean”, cerca de cento e vinte associações diferentes vão limpando os blocos de habitação, recebendo como contrapartidas contributos importantes para as suas associações (a associação de futebol, pode assim comprar ténis para as criança). Recebem também educação ambiental e cívica.

Educar as pessoas a separar o lixo, por exemplo, é também um dos maiores projectos que temos hoje. Estes projectos pretendem que Jarva seja uma área atractiva para todas as pessoas, onde todos queiram viver e ir (LV)

No que diz respeito à segurança existe um contacto muito próximo com a polícia e com o concelho distrital, e claro com os residentes e existe uma associação em Jarva que todas as sextas feiras ou sábados, ou feriados se reúne se houver uma participação do concelho distrital (por telefone ou mensagem de texto); Se houver um problema na área quatrocentas associações recebem uma mensagem de texto, a dizer que precisam de mais pessoas nas ruas (ou do que precisam). Por exemplo, se houver um grupo que se preveja que vá fazer algo de mal, esta organização civil sai às ruas para prevenir a acção destes gangs. É uma prevenção em que a ideia é criar responsabilidade nos residentes para eles protegerem as suas próprias ruas. (Lotta Viden)

Neste contexto, e como indicadores a melhorar, é considerado da maior importância a criação de mais empregos, sobretudo para pessoas com menos qualificações. Uma das medidas que o município tem vindo a tomar é a promoção de estágios de verão para desenvolver a motivação dos jovens, e atribuir-lhes capacidades e competências profissionais.

No mesmo sentido existem programas com empresas locais e em escolas, onde algumas destas empresas vão buscar trabalhadores. Estas parcerias são muito importantes para os jovens poderem entrar no mundo do trabalho e tomarem conhecimento desta realidade.

Além disso, desde 2009 que o município tem vindo a estabelecer grandes diálogos onde todos os moradores são convidados a participar na exposição do que de bom e mau

existe no bairro e do que se pode fazer para o melhorar no futuro. Cerca de quinze mil residentes já o fizeram. Esta é uma prioridade do município pois consideram que para construir grandes planos estes têm que ser feitos com a população. Não se pode fazer nada sem ouvir a população.

O objectivo é dar continuidade às metas e aprendizagem que se conseguiu com o “*One Million Homes Programm*” e que são: o sucesso para a mudança requer objectivos políticos ambiciosos e todos os *stakeholders* envolvidos; o envolvimento dos cidadãos é importante; os desafios socioeconómicos não devem ser negligenciados; envolver os jovens.

Os arquitectos de Jarva não tiveram grandes ambições na construção deste bairro.

Não sabem quantas pessoas vivem nos apartamentos, percebemos que são mais do que as que deviam, gastam muita água por ser muitas pessoas num mesmo apartamento.(LV)

Existe uma grande rotatividade no bairro. Cerca de 25% das pessoas muda a cada ano. Reconhecem a sua culpa por não terem feito bem o seu trabalho como técnicos. Podiam ter feito mais desde o início.

Como não controlamos algumas situações, nomeadamente pessoas que desconhecemos que habitam com as famílias há problemas, por exemplo não falam sueco, trazem traumas de países com guerra e fome, têm muitas dificuldades em arranjar trabalhos.(LV)

Porquê um novo projecto? – perguntamos.

Porque em 2007 uma das nossas companhias (públicas) comprou cerca de cinco mil apartamentos da área com a ambição de fazer algo, que implicava a demolição dos seus edifícios. As pessoas iam ficar sem as suas casas e manifestaram-se junto à City Hall. Algumas pessoas habitam ali desde o início e gostam, de viver em Jarva. (LV).

Assim, surge a necessidade de criar um consenso político, no Programa Jarva, com quatro processos, que envolveu vários participantes com uma forte componente de diálogo, políticos, empresas, associações e autoridades, mas principalmente residentes do Jarva.

E esta é a chave! A representação dos residentes. Diferentes tipos de diálogos com os residentes através das associações a que eles pertencem. Temos bons resultados, pessoas interessadas. Todo o programa foi adaptado pelo município em 2009.

Conseguiu-se um consenso político e trabalhamos com o foco em quatro áreas: boas casas, com um ambiente melhor, segurança durante o dia e a noite, sentir-se seguro no bairro, melhor educação e capacidades linguísticas é muito importante, e claro, mais empregos.

Não queremos ter grafitis, pretendemos ter ruas limpas”. Isto é obtido através de destes projectos com um trabalho árduo. Daí o projecto Jarva Clean (LV)

São vários projectos implementados na perspectiva de melhorar a qualidade de vida deste bairro e pretendem que Jarva seja uma área atractiva para todas as pessoas, onde todos queiram viver e ir.

Segurança todos os dias.” É muito importante trabalhar em conjunto: proprietários, Policia, residentes e município na prevenção do crime. (LV)

O município tem quatro objectivos e procura trabalhar no sentido de os implementar da melhor maneira e de forma focada. No que diz respeito a segurança existe um contacto muito bom com a polícia e com o concelho distrital e com os residentes.

Consideram que têm que ter mais empregos, sobretudo trabalhos que pessoas com menos qualificações possam fazer. Uma das medidas que o município tem é promover estágios de verão para desenvolver motivação nos jovens, e atribuir algumas competências, como já mencionado anteriormente.

Existem programas de mentores em escolas, em que algumas companhias vão buscar trabalhadores. Estas parcerias são muito importantes para os jovens poderem entrar no mundo do trabalho (companhias como a IBM, por exemplo, participam nestas iniciativas). As companhias ganham maior visibilidade.

As metas a atingir são mais escolas, projectos-piloto no bem-estar do sistema; conexões entre as comunidades locais e empresas globais; arquitectura pioneira, modelo de eficiência energia e um diálogo exclusivo com os cidadãos!

Desde 2009 temos grandes diálogos onde convidamos todos a vir e a dizer-nos o que é bom e mau e o que podemos fazer melhor. Cerca de quinze mil pessoas já o fizeram!

Não podemos fazer nada sem ouvir a população! – é a lei

Para construir grandes planos têm que “se construir” com a população (LV)

Um projecto num projecto: Sustainable Jarva é suportado pelo governo, iniciou-se em 2010 e até 2014 mais de trezentos e cinquenta apartamentos vão ter implementados novas maneiras de renovar energias. Células solares nos telhados das casas.

Um novo edifício, Vitoria Tower Hotel em Sista. Estamos também a tentar fazer uma nova silhueta nas ruas (imagens-anexos) investimento de uma das companhias de trezentos mil euros, para fazer a nova rua, com restaurantes, com estacionamento para os carros e passeios para percorrer. Vai ser realizado até ao fim deste ano (2013). (LV)

No que respeita ao ambiente há uma organização que limpa as fachadas dos prédios e educa os residentes de como fazer esta manutenção no futuro.

Relativamente à comunidade cigana têm problemas no que respeita à educação dos filhos.

Muitas vezes somos obrigados a dizer que não podemos continuar a apoiar se não cumprirem o acordo estabelecido, mas eles sabem que tem direitos porque são cidadãos suecos (LV)

Pensa que há uma aproveitamento por parte dos imigrantes em relação ao sistema social sueco? – perguntamos “De maneira nenhuma, nós somos responsáveis pela sua educação para a cidadania, para viverem numa democracia, esse é o nosso papel (LV).

Os residentes deste bairro no programa de avaliação ficaram com a sua popularidade ou autoconfiança em 80% entre 2008 e 2011 porque mudaram a maneira como trabalharam naquele lugar, com o programa de renovação, mas na maioria porque se começou a falar com as pessoas nas suas casas. Fizeram o seu “trabalho de casa” e começaram a ter uma nova atitude, começaram a fazer as coisas de forma diferente e começaram a ter o respeito dos restantes moradores.

O espírito Jarva (The Jarva spirit), é uma *network*, hoje em dia são quatrocentos e cinquenta membros a “fazer bem para Jarva” instituições públicas, associações, empresas.

Ajudam Jarva a ser um local seguro. Uma lista com cem coisas que poderemos fazer juntos para fazer um Jarva melhor. É um projecto que não acaba mas que vai modificando e sendo melhorado, na segurança, na promoção e melhoria da educação, mais empregos. Vamos avançando, um passo, cada dia (LV).

O trabalho é baseado essencialmente na renovação da área, trabalhar em conjunto com as pessoas que ali habitam e procurar novas maneiras para resolver as questões.

E termina a sua apresentação com uma frase de Churchill “This is not the end. It is not even the beginning of the end. But it is, perhaps, the end of the beginning” (Isto não é o fim. Não é sequer o princípio do fim. Mas é, talvez, o fim do princípio.)

No dia 25 de Janeiro de 2013 fez-se uma visita ao bairro⁸⁵ e à semelhança do bairro de Hammarby falou-se com dez residentes. Percebeu-se que este bairro tinha características diferentes do outro, o que inicialmente provocou algum receio, mas essa percepção tornou-se infundada, ao constatar que era um bairro muito acolhedor, limpo, embora diferente de Hammarby, até porque este é bem mais recente.

⁸⁵ Ver anexo 7

No entanto Jarva tem imensas infra-estruturas, uma dinâmica que reflecte a facto de ser um bairro maioritariamente habitado por imigrantes, a estação de metro com pinturas alusivas às diferentes etnias e comunidades que estão no bairro, muitos espaços verdes, um centro comunitário para jovens com actividades diárias, as crianças com coletes fluorescentes de cores conforme a escola e ano a que pertencem e as pessoas na sua azáfama, umas indo para o local de trabalho, outras para formação, compras de supermercado, ou simplesmente andando pelo bairro a passear os seus cães.

Todavia, constitui hoje uma grande preocupação para a administração local e regional, o facto do bairro - independentemente da qualidade ambiental que tem sido conseguida, e da qualidade do próprio edificado construído - não conseguir manter a população que ali reside. Cerca de 25% da população é renovada a cada ano, sendo na maioria imigrantes que não assimilam a cultura sueca. Este bairro iniciou-se num período em que a metodologia urbana não se regia pelos mesmos princípios que foram hoje indutores da construção do bairro de Hammarby Sjöstad.

É intenção do município construir até 2030 uma grande área metropolitana de Estocolmo, e Järva faz parte desse plano. O município entende que o desenho do edificado e do espaço urbano elaborado pelos arquitectos que iniciaram o projecto daquele território foi feito com “grandes ambições”, uma vez que o mesmo foi realizado com muita pressa para responder a um deficit habitacional da época (1965/75).

No entanto, algumas das pessoas que vivem em Järva desde o início, gostam de lá viver. Tem bons acessos ao nível de transportes para o centro de Estocolmo, e consegue-se uma grande proximidade com a natureza e com as empresas de alta tecnologia aí instaladas.

Os residentes de Jarva com quem falamos eram de várias partes do mundo, Senegal, Sri-Lanka, Finlândia, Polónia, Irão, Iraque e Turquia, a maioria já estava há mais de quinze anos na Suécia, apenas duas pessoas estavam há menos de seis meses e ainda estavam a aprender a língua para depois poderem começar a trabalhar, uma era enfermeira e já tinha colocação num hospital. Não foi tão fácil a abordagem a estas pessoas porque se percebia que tinham medo de chegar atrasados ao trabalho, alguns ainda tinham que deixar os filhos na creche, mas ainda assim disponibilizaram o seu tempo para falar connosco.

Apenas uma das entrevistadas (da Finlândia) não gostava de viver no bairro e considerava que à noite não sentia que houvesse segurança, principalmente nos últimos

dois anos, referiu que havia grupos de jovens muito barulhentos, alcoolizados e que causavam distúrbios constantemente.

Em relação às questões ambientais e de consumo energético, notava-se que o trabalho de sensibilização produziu resultados na atitude dos residentes.

Procuro agir sempre de acordo com os folhetos informativos sobre o ambiente, mesmo quando compro por exemplo um produto de limpeza é sempre amigo do ambiente e compro só o essencial.

Aderimos às lâmpadas de baixo consumo, na sala e no meu quarto e agora vamos também colocar no resto da casa. Há muitos anos que temos um quadro eléctrico com baixa potência é uma forma de não adquirir electrodomésticos que muitas vezes nem utilizamos (risos). Quando tenho a máquina de lavar roupa e a televisão ligadas, tenho de desligar um deles se quiser o microondas a funcionar, isto faz com que tenha um gasto de luz mais baixo.

Também a temperatura do frigorífico é reduzida, não havendo tanto consumo de energia. Também tenho fita isolante nas portas e janelas para conservar o calor em casa, e procuro ligar o aquecedor só nos dias mais frios e desligo as luzes nas divisões onde não está ninguém.

O pavimento é revestido por tacos, por isso nos meses de Inverno, ponho na sala tapetes grandes, fica mais aconchegada é que nos juntamo-nos todos aí, a luz da sala ligada é a única que fica ligada até irmos dormir, para poupar.

A minha família são quatro pessoas, gastamos mensalmente cerca de 11 metros cúbicos de água (quando cheguei não pagávamos água nem luz, mas isso não quer dizer que não devemos ter essa preocupação) e com a electricidade fiz um acordo há muitos anos (cerca de 10), de pagamento mensal fixo, que depois ao fim do ano se faz acerto. Há mais de quatro anos que pago o mesmo.

A preocupação com a saúde e utilização de produtos que não danifiquem o ambiente reflectiu-se no discurso de uma das entrevistadas.

Há uns dias vi na internet, sobre o uso dos incensos, são aqueles pauzinhos que deitam um cheiro muito bom, sabe? Pois não se devem usar, muitos não são feitos de ervas mas de misturas que não sabemos o que são podem provocar alergias e outros problemas, respiratórios por exemplo, queimo, ervas que tenho na minha varanda, ou uma casca de limão e faz o mesmo efeito.

Percebemos que a atitude face ao consumo, a forma como fazem a reciclagem dos seus bens, ilustra uma mudança no modo de estar destas pessoas, não o fazem porque não

podem comprar, mas porque consideram não haver necessidade de acumular e querem participar na promoção de uma sociedade mais sustentável.

Aproveito a roupa, muitas pessoas dão-me roupa e para as minhas filhas, e eu sei costurar e ajusto, ou mudo, até mesmo a roupa mais antiga, o meu marido tem jeito para aproveitar peças de televisão, de máquinas de lavar roupa e loiça e de carros e utiliza para arranjar o se vai estragando lá em casa.

É preciso entender que a questão ambiental impõe às sociedades uma forma nova de pensar e agir, individual e colectivamente de novos caminhos e modelos de produção de bens para suprir necessidades humanas e relações sociais que não perpetuem tantas desigualdades e exclusão social, e ao mesmo tempo, que garantam a sustentabilidade ecológica. (Guimarães e Camargo, s/d, s/p).

A efectiva preocupação com o futuro do planeta, com bens e recursos que consideram finitos estava patente no discurso dos entrevistados.

Todos os dias na televisão dizem nas notícias, nos telejornais nos documentários, que o aquecimento global, a poluição é uma questão preocupante, temos que pensar sobre isso e sobre o fim dos recursos naturais.

Parece que está provado que o dióxido de carbono é que é o responsável por tudo isso Já se vê, as estações, as estações do ano já não são as mesmas, misturam-se e as plantas, as frutas, que nascem fora do tempo, tudo isto é uma calamidade.

Na minha opinião, devemos amar e proteger o nosso planeta, seja como for. Só temos este para viver, nós, e a futuras gerações. É um planeta cheio de beleza! Muitas vezes sei não faço tudo o que devia, mas estou a mudar, no que diz à reciclagem do lixo, por exemplo e muitas outras coisas.

Falar com estas pessoas, e referimo-nos aos dois bairros, leva-nos à reflexão de que as cidades ou bairros sustentáveis, requerem efectivamente a participação da população, uma intervenção a longo prazo, um processo de transição, cujos resultados assentam na inovação e na mudança de comportamentos.

Serviços de Sociais na Suécia

Os municípios são responsáveis por prestar apoio e assistência às pessoas em situação de vulnerabilidade, através dos serviços sociais. Abrange as crianças e os jovens, as pessoas com problemas de abuso de substâncias, (toxicodependentes e alcoólicos), pessoas idosas

e pessoas com deficiência. Qualquer apoio ou assistência é baseado nas necessidades do indivíduo.

Tudo passa pelo município, Estocolmo tem setenta e cinco mil funcionários a trabalhar para os cidadãos (LV)

Há serviços sociais em todos os municípios, e são todos responsáveis pelo cuidado ao idoso, atendimento individual e familiar, e medidas de apoio para pessoas com deficiência.

Aqueles que residem num município podem ligar para os serviços sociais de assistência e pedir apoio para questões como a saúde e assistência social, informação, aconselhamento, ajuda financeira ou outro tipo de assistência que possa não estar disponível por outros meios.

O apoio é dado através de gabinetes de serviços sociais, gabinetes de serviços sociais de emergência, suporte on-call e gabinetes de intervenção em crise, centros de acolhimento para refugiados ou outros centros (lares, centros de dia, acolhimento de crianças e jovens em risco, mães solteiras, violência doméstica.

As pessoas são informadas dos seus direitos e existe um acompanhamento até se perceber que a situação está ultrapassada, mesmo que pessoa não compareça a assistente social procura entender o que se passou.

Valorizamos muito as pessoas, é importante que todos participem e para participarem tem que estar bem, tem que sentir que fazem parte, que exercer a sua cidadania (LV)

O modelo sueco fomenta a adopção de estratégias integradas promovendo a participação dos indivíduos e centrado no exercício responsável da sua cidadania. A intervenção tem o seu foco nas pessoas através de um plano explícito onde as mesmas sejam parte da solução. Existe um compromisso com uma abordagem de planeamento a longo prazo que promova soluções eficazes, contribuindo assim para o processo de transformação e mudança da sociedade actual para uma sociedade sustentável.

3. Análise Nacional - Eco-bairros em Portugal - Boavista e Quinta da Mina/Cidade Sol)

Em Portugal, não existem projectos desta dimensão. Francisco Ferreira, da Quercus⁸⁶, refere “é necessária uma governação a longo prazo, com políticas locais e nacionais” que estimulem a aplicação de planos integrados de sustentabilidade. Os custos de instalação de uma cidade deste tipo no nosso país dependem de uma série de factores, a dimensão da área, o grau de degradação e o tipo de edifícios, as infra-estruturas de distribuição de água, as questões energéticas. É preciso ter em conta que o retorno do investimento deve ser encarado a longo prazo, “no mínimo uma década”.

Mesmo não havendo projectos semelhantes ao modelo sueco, alguns municípios começam a investir nesse sentido. O Bairro da Boavista, freguesia de Benfica, no concelho de Lisboa e o Bairro Quinta da Mina, freguesia de Santo António, no concelho do Barreiro, são exemplo do esforço feito a nível nacional.

Apresentamos uma breve síntese histórica de cada bairro, da sua situação actual e dos motivos que levaram cada município a investir nestes projectos, é também neste ponto que apresentamos os resultados dos inquérito aplicados aos residentes e das entrevistas que realizamos às equipas ligadas a cada um dos projectos e damos a conhecer a sua análise e discussão.

3.1. Bairro da Boavista

Pelas suas características e historial o Bairro da Boavista constitui um dos bairros escolhidos para este estudo. A informação que se segue foi gentilmente cedida pela Câmara Municipal de Lisboa (serviço de arquivo) e pelo Presidente da Gebalis e a consulta feita a um site⁸⁷.

A Gebalis é uma empresa pública que actualmente gere este bairro (entre outros) e que através de um protocolo local com a Câmara Municipal de Lisboa e submeteu-o à candidatura do Programa de Acção “Programas Integrados de criação de Eco-bairros”, ao Programa Operacional Regional de Lisboa (PORK). A liderança da Parceria Local cabe ao Município de Lisboa, a quem compete a iniciativa de estruturar a parceria de acordo com o

⁸⁶ Entrevista dada ao Jornal Expresso em 17.05.2008

⁸⁷ Texto elaborado com base no site http://bairrodaboavista-lisboa.blogspot.pt/p/historia-do-bairro_14.html e Programa de Candidatura do PRO Lisboa.

Regulamento Especifico – Políticas de Cidades – Parceria para a Regeneração Urbana. A duração deste projecto é de três anos.

Figura IV.1 - Terreno do Bairro em 1938



Fonte:http://bairrodaboavista-lisboa.blogspot.pt/p/historia-do-bairro_14.html

O Bairro da Boavista (BB) localiza-se na freguesia de Benfica a nordeste da cidade de Lisboa, entre o Parque Florestal de Monsanto, o Estádio Pina Manique e a CRIL (Circular Regional Interior de Lisboa), no extremo poente da cidade, junto ao parque florestal, entre a estrada da circunvalação (ex-estrada militar) e o complexo desportivo de Pina Manique.

O Bairro da Boavista pertence à Freguesia de Benfica e está situado a 2.2 km de distância da sede da Junta e a 8.8 km dos Espaços do Conselho (Câmara Municipal de Lisboa). Foi construído pela CML na década de quarenta, para o realojamento das famílias provenientes de barracas dos arredores e na sequência de projectos de renovação urbana, como o viaduto Duarte Pacheco. Foi objecto de sucessivas fases de realojamento, estimando-se que actualmente a sua população é de cerca de cinco mil habitantes, com um total de mil quinhentas e cinquenta e nove fracções, das quais quinhentas e dez na denominada zona de alvenaria. Em 1940 devido à não existência de transportes públicos a população tinha que se deslocar a pé para o trabalho.

Em algumas zonas à volta do bairro ainda é possível ver placas que se referem ao Bairro da Boavista como “Bela Vista” ou “Boa Vista”. Actualmente, estes campos deram origem a zonas industriais, a novos parques habitacionais e a novas acessibilidades que alteraram significativamente a paisagem e os modos de vida.

A origem do Bairro da Boavista remonta a 1938, época em que Portugal era pouco industrializado e uma das economias mais baixas da Europa. Pela lei nº 28912 de 1938 foi criado o Programa de Casas Desmontáveis, um modelo que permitia fazer face às necessidades de realojamento da época. O Bairro destinava-se a populações com carências sociais, que habitavam clandestinamente noutras zonas da cidade e que devido às obras públicas do viaduto Duarte Pacheco e “Ponte Salazar”⁸⁸ tinham que ser realojadas.

No Bairro da Boavista foram construídas quatrocentas e oitenta e oito casinhas, muito lindas, batidas pelo sol. Notícia Jornal A Voz. (1-12-1940)

Começou a ser ocupado no dia 8 de Dezembro de 1940, por antigos moradores das diferentes zonas do parque florestal de Monsanto, que viviam em barracas que a Câmara Municipal de Lisboa mandou demolir. As primeiras famílias escolhidas para viver no bairro foram as que se encontravam mais vulnerabilizadas pela sua situação económica. De Dezembro e Janeiro (1940/41), todos os domingos vinham para o bairro grupos de quarenta a sessenta famílias, às quais se entregava logo a chaves das suas casas.

Em Outubro de 1941 o Bairro da Boavista foi notícia em vários jornais, devido ao seu valor histórico o que levou várias pessoas “ilustres” a visita-lo, nomeadamente o presidente da Câmara, Vereadores e o Conde Bonfim. E sua inauguração oficial por comunicação da CML à comissão administrativa foi marcada para 25 de Outubro desse ano. Simultaneamente todos os serviços de assistência à população (Posto Médico, Igreja, Posto do Fiscal, Mocidade Portuguesa, entre outros) foram inaugurados nesse dia com a presença do Chefe de Estado Marechal Óscar Carmona.

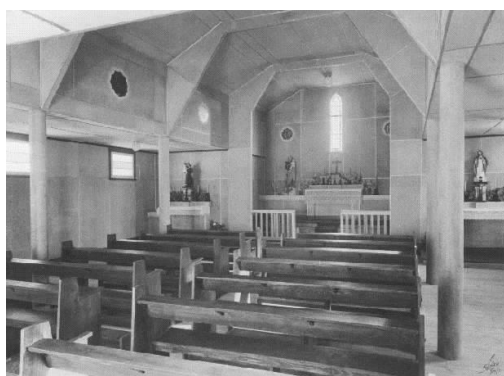
(...) Na sua maioria casais jovens e crianças foram os primeiros habitantes do Bairro da Boavista que na noite da inauguração oficial do mesmo mereceram uma sessão de cinema, oferta do regime político (...) Jornal Novidades, 26-10-1941.

A capela em dia de inauguração do bairro foi escoltada pela Legião da Mocidade Portuguesa. (...) *Mal se apeou, o Chefe de Estado foi o entusiasticamente aclamado pela população do bairro que se aglomerou junto da capela para aclamar (...)* - Jornal Novidades, 26-10-1941.

A Capela foi inaugurada pelo Cardeal Patriarca D. Manuel Gonçalves Cerejeira, assim como os equipamentos de saúde, assistência, instituições centrais do bairro, estes serviços desenvolviam uma função assistencial, constituindo um importante modelo de valores (da época) à população.

⁸⁸ Actual Ponte 25 de Abril

Figura IV.2 - Capela do Bairro da Boavista



Fonte: http://bairrodaboavista-lisboa.blogspot.pt/p/historia-do-bairro_14.html

Desde essa época até à actualidade os moradores têm na memória o Conde Bonfim, a sua simpatia e generosidade. Conforme contam os residentes reformados nas conversas que tivemos aquando das visitas feitas ao bairro.

... O terreno pertencia ao Conde de Bonfim e destinava-se a construir casas para alojar as populações de outros bairros... AP 72 anos.

... O bairro surgiu porque foi uma Condessa que deu as casas ao pobres e diziam que após cinco anos a viver na casa, a casa passava a ser das pessoas, facto que nunca chegou a acontecer... AP de 71 anos.

(...) cada casa tinha à entrada sete metros de terreno e alguns moradores fizeram hortas e outros jardins (...) AP de 75 anos

Construídas em “lusalite”, segundo o modelo de “casas desmontáveis”, casas em banda, pequenas, com um terreno tipo quintal, para possibilitar o isolamento e simultaneamente a convivência ao ar livre, a frente de uma dava para as traseiras de outras. Características transmitidas pelo modelo defendido pelo Estado Novo.

As casas do bairro tinham três tipologias, cada uma definida por uma cor. Na tipologia T1 foram construídas quarenta e quatro casas, a casa era constituída por um quarto, uma pequena sala, a área total da casa era 15m². As casas com a tipologia T2 tinham cerca de 20 m² e eram de cor verde, com dois quartos e uma sala. As casas de tipologia T3 mediam 24m², e foram construídas cento e oitenta, para serem atribuídas a casais com filhos de sexos diferentes. As áreas eram tão reduzidas que as divisões não permitiam a colocação de portas interiores.

Os mais idosos recordam a sua localização como sendo o bairro azul, bairro verde e bairro vermelho que por sua vez se subdividia em duas zonas, bairro vermelho de cima (junto ao actual Estádio Pina Manique) e o bairro vermelho de baixo (junto ao actual Parque de Campismo), este último com casas de tipologias T4 com a área de 28 m², que eram atribuídas aos casais com maiores números de filhos.

As casas foram atribuídas às famílias de acordo com o seu agregado familiar, já mobiladas, pelo município. O município também deu aos moradores a água e a luz, ou seja, o consumo era gratuito, mas tinham apenas um número de horas para utilizar, e não podiam exceder o consumo estipulado.

Todos os equipamentos sociais de apoio (Capela, Centro de Assistência Social, Posto Médico) foram construídos, num plano superior às habitações. Nos dois pólos laterais opostos foram construídos dois largos, onde ficavam as instalações das instituições de controlo social, nomeadamente a Legião Portuguesa, a Mocidade Portuguesa e o Posto do Fiscal, (actualmente a Associação de moradores do bairro) assim como as duas Escolas de Ensino Primário, a masculina n.º 125 (actualmente o Clube Desportivo Lisboa e Águias) e a feminina n.º 126 (actualmente o Clube Social e Desportivo) .

Em 1941 a gestão do Bairro da Boavista foi passada para uma Comissão Administrativa local, que era autónoma nas suas decisões. Esta Comissão elaborou um regulamento interno cujas normas deviam ser obrigatoriamente cumpridas pela população, determinando o modo de viver, pensar, sentir, agir, e da sua cultura, bem ao estilo do Estado Novo. Era também esta Comissão que exercia o controlo social, determinava os regulamentos, normas de conduta e habitabilidade, fez a fiscalização, a vigilância, a punição, e reparações nas habitações e instituições. Dispunha de um Posto Fiscal sediado no Largo Rainha D. Leonor. Os eixos estruturantes do tráfego eram a Rua Rainha D. Maria I, estrutura central do núcleo habitacional e considerada a avenida principal (actualmente chama-se a rua do comercio), terminando em frente à Capela.

Acima do plano das habitações, também em pólos opostos, existiam dois espaços geradores de convivência e conflitualidade: o mercado e os tanques de lavagem de roupa, onde se fazia fila para conseguir espaço para sua utilização. O mercado sofreu um incêndio em 1950 (actualmente o mercado já não existe). Os tanques de lavagem colectiva eram geridos e utilizados pelas mulheres. Estas deslocavam-se para o lavadouro e tinham que ficar junto dele até a roupa secar. Os filhos que não frequentavam a escola acompanhavam-nas, brincando pelas zonas contíguas.

A assistência médica era feita por um único clínico que tinha uma média de trinta e três consultas por dia e quatro visitas domiciliárias, as consultas eram bissemanais e nos outros dias faziam-se os tratamentos de enfermagem indicados pelo médico. Os doentes que recorriam ao posto clínico e os tratamentos de enfermagem (injecções e pensos) aumentaram de tal modo que foi necessário limitar o número de admissões a cada consulta.

Figura IV.3 - Registos do relatório de actividades sociais do bairro ao ano 1942 e 1943, assinalados pela assistente social.

Outros tratamentos	203
Socorros de urgências	37
Visitas	32
Leite distribuído no Posto	30 kg
outras farinhas	58kg

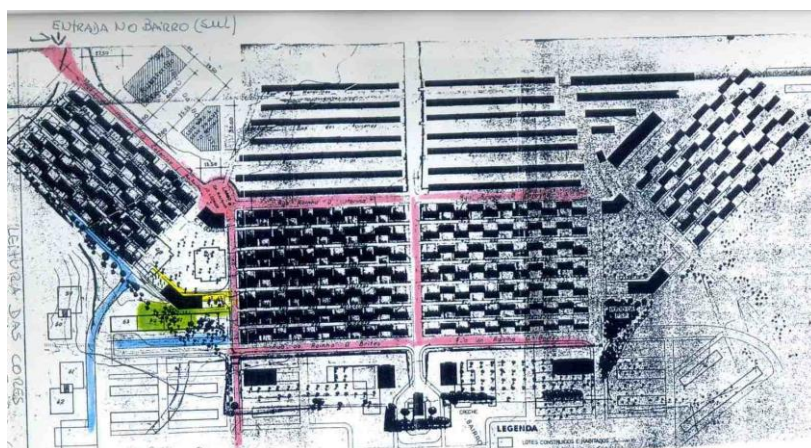
Fonte: http://bairrodaboavista-lisboa.blogspot.pt/p/historia-do-bairro_14.html

Em 1942 deu-se início às consultas de Pré-Natal, nesse mesmo ano viviam oitocentas famílias no bairro. Esta pequena maternidade foi, uma das obras de assistência mais marcantes realizadas no bairro, pois tanto sob o ponto de vista higiénico como moral, trouxe algumas vantagens às famílias pobres. A Comissão Administrativa em 1943 foi alertada para a necessidade de uma creche no bairro. No mesmo ano, surge a creche que teve a sua primeira morada na Casa de Trabalho (que dependia do Centro Social e Paroquial). Eram acolhidas na Casa de Trabalho crianças cujas mães frequentavam actividades de formação ou eram apoiadas pelo Centro Social com vista à inserção laboral. Era concedida prioridade de admissão em casos de “incúria da mãe” ou por indicação médica.

De acordo com as filosofias da época foram feitas no bairro duas escolas primárias, a Masculina n.º. 125 e a Feminina n.º. 126. Questionada em 1998, a população não guardava memórias da sua frequência, isto porque devido às dificuldades económicas, ao analfabetismo e ao desemprego, a frequência da escola não era reconhecida como prioritária.

Para complemento da acção doutrinária da escola, era obrigatória a frequência das actividades da Mocidade Portuguesa. Depois das aulas os rapazes do bairro participavam nos trabalhos de florestação da Serra de Monsanto. Um relatório mensal da Comissão Administrativa descreve detalhadamente a problemática que os rapazes do bairro apresentavam na sua generalidade: abandono escolar, mendicidade, ociosidade e actos de roubo e furto.

Figura IV.4 - Segunda fase de implementação – 1945 a 1960 (Planta do Bairro)



Fonte: http://bairrodaboavista-lisboa.blogspot.pt/p/historia-do-bairro_14.html

O insucesso dos bairros de alojamento provisório feitos com materiais precários conduziu à alteração do modelo de construção de bairros para alojamento de famílias pobres. O Decreto-lei nº. 34486 de 1945 propunha a sua integração nos planos de urbanização já existentes com a construção das casas definitivas mantendo-se na primeira fase unifamiliares. Validou-se assim a segunda fase de implantação do Bairro da Boavista (1945), que inicialmente era destinado ao realojamento temporário dos habitantes do Parque de Monsanto. As casas construídas na primeira fase de implantação davam sinais de deterioração. O bairro, que deveria ter um carácter provisório, foi ampliado com mais duzentas e vinte casas.

De igual modo, nesta zona foram destinados terrenos, que podiam ser alugados pelos moradores, para hortas e quintais com criação de animais; alguns dispunham de poços que os locatários mandavam abrir. No mesmo ano, no prolongamento destes terrenos, junto ao actual Estádio Pina Manique, surgiu, por iniciativa do capelão da Igreja de S. José e da D. Maria Santos, assistente social no bairro de 1942 a 1946, um campo de

futebol. Foi criado também o Clube Desportivo Lisboa e Águias, que foi inscrito na Federação Portuguesa de Futebol no dia 03-01-1945.

As casas destinavam-se prioritariamente à transferência de famílias que viam aumentado o seu núcleo familiar com o nascimento de mais filhos. No entanto, só poderiam merecê-lo se não tivessem registo de castigos pelo fiscal do bairro. As rendas eram de oitenta, noventa e cem escudos respectivamente para as diferentes tipologias.

Um relatório datado de 1958 descrevia o estado de deterioração destas habitações, mencionando que estas habitações permaneceram até 1996 sem arranjos, agravando-se o seu estado de deterioração. Assim, à medida que se tornava possível o realojamento, estas casas foram demolidas dando lugar à construção de novas habitações.

Em 1958, a SCML planeou “remodelar o sector da assistência alimentar substituindo a então “sopa dos pobres” por refeitórios, com redução dos centros de produção e aumento dos postos de distribuição de sopa e pão”. Terá sido provavelmente a partir desta alteração que surgiu no bairro um posto de distribuição de sopa e pão, no local dos actuais pombais, conhecida por “Sopa do Barroso” (AP, 70 anos)

Terceira fase de implementação – 1961 a 1970

Neste período foram construídas tinta e oito casas de alvenaria, com um piso, com telhado de fibrocimento (T2 – dezoito casas e T3 - vinte casas), implantadas em banda continua com pequenos logradouros para as traseiras, abandonando-se a filosofia de transitoriedade subjacente às primeiras duas fases de implementação do bairro. Embora nesta nova fase a construção seja de melhores os materiais no interior, mantém o aspecto exterior; as áreas reduzidas; a precariedade de condições de impermeabilidade e insonorização e ausência de portas interiores.

Na década de sessenta a população do bairro aumentou cerca de 50 %, devido a famílias que vieram de diversos locais da cidade de Lisboa. Foi considerado imperativo, para continuar a renovação da cidade, “limpar”, em especial, a zona de Alcântara onde se preparava a construção da primeira Ponte sobre o Tejo.

As populações transferidas para o bairro, não tendo comum a origem da história, vieram determinar profundas alterações no núcleo original. Inicialmente geram-se processos de rejeição que iam ou não sendo revolidos se as populações recém-chegadas se fossem “aculturando”. É a partir desta altura que surge o conceito de “filho do bairro” que ainda permanece sempre que é necessário justificar um direito.

Apesar do bairro se encontrar na 3ª fase de implantação, manteve as condições de isolamento da fase inicial, o que determinou, em parte, as dificuldades de inserção social. Só em 1969 se quebra este isolamento, com o início da passagem de transportes públicos dentro do bairro (autocarro n.º 11 da Carris).

A degradação das habitações iniciais e a sobrelotação da sua ocupação revelou a fragilidade do sistema de poder e começam a surgir sinais de mudança no bairro (ex. foi destruído o lavadouro e o estendal público, passando a população a usar o direito de lavagem de roupa nas suas residências). O comércio local foi-se desenvolvendo exteriormente ao mercado, com a instalação de leitaria, mercearia e a surgiu no bairro uma feira semanal.

A Câmara Municipal de Lisboa construiu um Salão de Festas que a população designava por “Os Unidos”, onde se realizavam festas de casamentos, baptizados e se fazia o acolhimento dos soldados vindos da guerra. Na altura do Carnaval e pelos Santos Populares as ruas eram animadas com desfiles e com o concurso da melhor rua enfeitada.

Quarta fase de implementação – 1971 a 1975

Em 1971 foram construídos mais quinhentos fogos em terrenos do parque florestal estendendo-se até à circular interna de Monsanto, situados acima da zona de implantação dos Serviços de Apoio Social. Estes fogos eram moradias unifamiliares de rés-do-chão e primeiro andar (T1 a T4) em alvenaria, com estrutura de betão e cobertura de fibrocimento, igualmente em banda contínua, mantendo os pequenos logradouros. As rendas técnicas praticadas eram de 285\$00 (T1), 484\$00 (T2), 605\$00 (T3), 725\$00 (T4), e passou a ser designado por “Bairro Novo da Boavista” com as ruas numeradas (ex. Rua 1, Rua 2 e assim sucessivamente).

A nova fase destinava-se a permitir desdobramentos às famílias, já na terceira geração, que viviam em sobrelotação. Em 1972 foi definido pela CML que o realojamento de famílias residentes em bairros degradados tinham que ser nessa mesma área, condicionando assim a entrada de novos habitantes; o critério era realojar primeiro os moradores do bairro visto que as suas habitações estavam em grande estado de degradação.

Em 1974, após o 25 de Abril o bairro é alvo de uma ocupação desorganizada destas moradias. A sua ocupação contou com o apoio dos militares (segundo memórias

populares), outra parte destes fogos foram ocupados por familiares dos moradores, e outros que, vivendo fora do bairro, se aproveitaram para nele se instalarem.

A quebra de normas veio determinar a instabilidade, a insegurança e a perda de identidade. Sem as instituições de controlo social a população alterou profundamente as condições urbanísticas que já se encontravam em adiantada fase de degradação pelas: construção de anexos nos logradouros e estreitamento das vias públicas; ausência de obras de beneficiação e conservação que se foram arrastando por longa data; ausência de conservação dos jardins e espaços públicos; aumento do número de pessoas em cada habitação, com a esperança de adquirirem novos fogos com o desdobramento.

Encontrando-se devolutas as instalações da Legião Portuguesa, da Mocidade Portuguesa e o Posto Fiscal foram igualmente ocupadas. O clube “Os Unidos” deixou de estar no barracão de festas e ocupou o Centro da Mocidade Portuguesa, no largo Rainha D. Leonor, convertendo-se no “Clube Social e Desportivo do Bairro da Boavista” em 17 Junho de 1974.

Os Processos de Realojamento de 1976 a 2000

A fase dos processo de realojamento iniciou-se em 1976, com a demolição de noventa barracas no bairro vermelho de cima (quarteirão norte) e de noventa barracas no bairro vermelho de baixo (quarteirão Sul). Foram construídos oitenta fogos de unidades habitacionais de imóveis de 3 andares, também em banda.

As duas escolas existentes apresentavam-se degradadas e inadequadas e como tal iniciou-se a construção de um bloco escolar para viabilização da transferência de funções (actualmente escola Básica nº. 125 está situada na Rua 4), e foi-se conquistando terrenos à Serra chegando à circular interna de Monsanto.

Devido à emergência de se realojar as pessoas para poder demolir e de seguida construir no local, os oitenta fogos de 1978 foram construídos em terrenos do parque florestal e receberam letras A, B, C e D para sua designação; estes fogos acolheram famílias que habitavam o “bairro vermelho de baixo”. De seguida construiu-se um bloco de quatro prédios, com lojas, onde funcionavam o Centro de Acolhimento Infantil, a SCML, os Serviços de Saúde e os Serviços da Paróquia de São José.

Entre 1980/1984 foram construídos e atribuídos ao bairro treze lotes de cinco pisos sem elevador, com um total de duzentos e trinta fogos de diversas tipologias (T1 a T3). A

sua construção decorreu do âmbito do realojamento local, abrangendo famílias que residiam numa parte da zona do “bairro velho”.

Na década de 1980 a segunda rua foi aberta à Circular Interna de Monsanto, o que possibilitou o escoamento de trânsito pelas diversas vias de acesso a Lisboa. Foi construído o posto da Polícia Segurança Pública. O bairro apenas pode ter uma farmácia no ano 1991, que foi instalada num pequeno contentor, justificando uma situação provisória.

Em 1987, foi assinado o “Programa de Intervenção de Médio Prazo – PIMP”, visando a CML a construção de habitação destinada à erradicação de barracas. O projecto de realojamento local da zona designada por “bairro velho da Boavista” foi retomado no âmbito deste projecto, prevendo a construção de setecentos e cinquenta e nove fogos, que foi efectuada por fases, em diversas empreitadas, implicando a desafecção prévia das parcelas dos terrenos necessários à construção. Assim, no âmbito do PIMP, entre 1988-1996: foram demolidos quinhentos e cinquenta e sete fogos “velhos” (erradicação total) e abrangidas pelo projecto as famílias residentes; foram construídos trinta lotes, designados por números, com um total de quinhentos e quarenta e um fogos, com diversas tipologias (T1 a T4). Destes lotes, dezoito são de cinco pisos, seis dos quais com elevador. Os restantes doze lotes substituíram o núcleo central do velho casario, dando origem a dois quarteirões quadrangulares pontualizados por imóveis de sete andares em banda, criando no seu interior um espaço lúdico. O exterior apresentava espaços (no R/c) destinados a todo o comércio e serviços já existentes no bairro (PSP, Delegação da Junta, Farmácia, mercearia, Leitaria, Mercado).

No ano 1990 o candidato a Primeiro-Ministro pelo PS, Dr. António Guterres visita o Bairro da Boavista para inaugurar a delegação da Junta de Freguesia de Benfica, a funcionar, na época, num pré-fabricado.

As alterações desde 1997

No dia 1 de Maio de 1997, a CML com o objectivo de fazer face às necessidades da gestão da habitação de bairros municipais criou Gebalis – Empresa de Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa, Empresa Pública, que conforme afirmou o vereador Vasco Franco: (...) Trata-se de uma empresa municipal, com um funcionamento muito descentralizado e ágil, que permite elevados níveis de eficácia na gestão dos novos bairros construídos no âmbito dos programas de erradicação de barracas”.

A sua missão como empresa era a gestão, manutenção e modernização dos bairros municipais promovendo a integração social dos seus moradores e tendo como principais objectivos: melhorias da imagem dos bairros; conservação dos edifícios e dos espaços exteriores; desenvolvimento social; promoção da qualidade de vida e pleno exercício da cidadania;

O parque edificado no Bairro da Boavista é em 1998 de quinhentas e vinte moradias unifamiliares e de mil e trinta e nove fogos em edifícios.

As receitas desta empresa pública resulta, quase exclusivamente, de uma percentagem das rendas atribuídas a cada fogo.

As rendas que praticamos em todos os bairros são sempre inferiores à renda técnica; consequentemente são sempre baixas e calculadas em função do rendimento familiar, estando indexadas a este... os moradores dos bairros municipais não deverão esquecer o privilégio que têm por viverem em habitações com boa qualidade e bem localizadas em Lisboa. Por isso deverão tratar os seus bairros e integrarem-se na sua vivência, lutando pela sua conservação e valorização. (Presidente da Gebalis LNM)

Ao longos dos anos a Gebalis foi fechando as casas de alvenaria, sempre que os antigos moradores têm oportunidade de ir para uma casa melhor e mais espaçosa. No entanto, existem muitos casos de pedidos de famílias que vivem nas alvenarias há mais de três anos à espera de uma casa. E o prazo é de cento e vinte dias, ou seja, sessenta dias para avaliar se têm ou não direito a uma casa maior e os outros sessenta dias para tratar das questões burocráticas e estipular o valor da renda. Nas casas das alvenarias as famílias pagavam entre um a cinquenta euros, mas quando passaram para as novas casas o valor aumentou cerca de 150% ou às vezes mais. As rendas eram avaliadas mediante o rendimento global do agregado familiar, cerca de 25% do rendimento global, contudo, se a família tiver pessoas doentes, ou vários filhos a estudar ou outra situação que a Gebalis considere a percentagem é menor.

Em 1999 a 43ª Esquadra PSP no Bairro da Boavista foi inaugurada pelo ministro da Administração Interna, Jorge Coelho, acompanhado pelo presidente da Câmara Municipal de Lisboa, João Soares e pelo Comandante Geral da PSP.

No local onde esteve instalado o jardim-de-infância na década quarenta, foi iniciada nos finais 1997 uma construção deveria ser destinada aos equipamentos de infância, porém, a placa de identificação da obra referia uma construção para as instalações de centro de dia, Associação de reformados, ATL – Putos Traquinas e uma creche. Este

equipamento teve vários atrasos e só após mais de três anos, já em 2001 é que começa a funcionar, embora com condicionantes, devido ao facto do ramal da electricidade ser das obras e não aguentar a carga, situação que só se resolveu durante o ano de 2006.

O edifício tem elevador mas nunca funcionou, dado que nem a CML nem a JFB quiseram a responsabilidade de ficar encarregues pela manutenção do elevador. Actualmente continua parado, sem qualquer utilização.

Estes espaços estão a ser utilizados pelas seguintes entidades: Centro Dia da SCML com apoio aos idosos; Centro de Saúde da SCML com apoio as famílias da SCML; Serviços de Apoio à Família e a Comunidade da SCML (famílias em risco); Associação Templos Livres “Putos Traquinas” (Tempos – Livres); Delegação da Junta de Freguesia de Benfica; Projecto Ser Maior - Programa Escolhas (crianças e jovens).

O Gabinete de Inserção Profissional (GIP), também está ali sediado, este espaço é gerido pela JFB e funciona no 1º andar. Têm como objectivo apoiar jovens e adultos desempregados no desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, em articulação com o Centro de Emprego de Pedralvas em Benfica e em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

O GIP desenvolve as seguintes actividades: informação profissional para jovens e adultos desempregados; apoio à procura activa de emprego; acompanhamento personalizado dos desempregados em fase de inserção ou reinserção profissional; encaminhamento para ofertas de qualificação; divulgação e encaminhamento para medidas de apoio ao emprego, qualificação e empreendedorismo; divulgação de programas comunitários que promovam a mobilidade no emprego e na formação profissional no espaço europeu; motivação e apoio à participação em ocupações temporárias ou actividades em regime de voluntariado, que facilitem a inserção no mercado de trabalho; outras actividades consideradas necessárias aos desempregados inscritos nos Centros de Emprego; captação de ofertas de entidades empregadoras; controlo de apresentação periódica dos beneficiários das prestações de desemprego; divulgação de ofertas de emprego e actividades de colocação.

A Escola básica nº 125 do Bairro da Boavista está situada na parte superior do bairro e tem, actualmente trezentas e cinquenta crianças a frequentar o pré-escolar e o ensino básico.

O Centro de Acolhimento Infantil está a funcionar há mais de duas décadas nas caves dos lotes 52 e 53 e tem, até à data cem crianças desde os seis meses de idade até aos cinco anos.

A Associação Cativar & Mudar tomou a iniciativa de avançar com a candidatura do projecto Ser Maior, um dos trezentos e vinte projectos aprovados do Programa Escolhas, com vista a dar continuidade ao trabalho desenvolvido desde a 1ª Geração do Programa Escolhas (2001) no Bairro da Boavista. Um dos objectivos deste projecto era a promoção da inserção escolar, profissional e social de crianças e jovens, diminuindo o insucesso, absentismo e abandono escolar, e aumentando a qualificação escolar e profissional.

Actualmente existe a necessidade de: um posto de correios, porque muitos idosos tem de ir a Benfica levantar as suas reformas; a criação de um Centro de Saúde no Bairro da Boavista, a mais próxima fica a 3 km de distância e para chegar até lá tem de ser de autocarro; duas creches, o bairro tem uma mais não consegue dar resposta aos pedidos dos moradores.

A Gebalis, tem ao seu encargo no Bairro da Boavista (+/-) mil e quinhentos fogos, de acordo com o presidente da Gebalis, Dr. Luís Marques (à data) a estatística média é 3.5 moradores por cada casa, isto significa que no bairro da Boavista se estima que vivam cinco mil duzentas e cinquenta pessoas. Existem vários serviços sociais, como por exemplo o Centro de Dia, Associações Desportivas, Associações de Lazer, Espaços Jovens, uma Creche entre outros. Actualmente existe a unidade de saúde da SCML mas não atende toda a população, a maioria tem de ser atendida em Benfica. A médio prazo será criado o Centro de Saúde nos terrenos junto da igreja do bairro para dar respostas à falta de cuidados médicos.

A Câmara Municipal de Lisboa quis implementar no bairro um eco bairro e trabalhou durante dois anos no projecto Eco-Bairro para o Bairro da Boavista. Em 31 de Agosto de 2009, no âmbito dos Programas Integrados de Criação de Eco Bairros e no quadro da Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana do QREN – Programa Operacional de Lisboa, a CML apresentou uma candidatura do Programa de Acção Eco Bairro Boavista Ambiente +, com uma área de intervenção de 20 hectares, que inclui o Bairro Novo e o Bairro de Alvenaria (com 7,1 hectares). A candidatura foi aprovada em 11 de Junho de 2010, numa primeira versão e reprogramada para o actual Plano de Acção em Julho de 2012 pela CCDR-LVT – Entidade gestora do POR Lisboa (Programa Operacional Regional).

Através de uma parceria local o Município de Lisboa, a Câmara Municipal de Lisboa e a Gebalis – Gestão de Bairros Municipais de Lisboa, celebraram um protocolo de candidatura à acção “Política das cidades – parcerias para a regeneração urbana” o programa de acção tem lugar no Bairro da Boavista com a designação “Eco-bairro Boavista – Ambiente+ - Um modelo Integrado de Inovação Sustentável”.

Este programa de acção visa a qualificação integrada do Bairro, com base numa estratégia de sustentabilidade ambiental e eco-eficiência que conduzam à criação de um Eco-bairro, o que supõe uma reconversão urbanística e ambiental, através da criação e remodelação das infra-estruturas existentes e da adopção de novas técnicas de eco-eficiência mas, também, medidas de dinamização económica, social e cultural do Bairro, visando o reforço da coesão e da integração social. Os diferentes domínios de actuação levaram a definir seis eixos: a qualificação urbana e ambiental, a dinamização económica, a dinamização social, a dinamização cultural, a dinamização do Programa de Acção e a gestão e monitorização. Todas estas medidas deverão ser acompanhadas por campanhas e instrumentos de sensibilização, que envolvam a população local e conduzam à adopção de comportamentos ambientalmente sustentáveis.

A concretização do programa de acção pretende tornar o Bairro da Boavista no primeiro Projecto-Piloto na área da sustentabilidade ambiental, na Cidade de Lisboa, com a aplicação das mais recentes e inovadoras técnicas de eco-eficiência, o que permitirá considerá-lo um exemplo a seguir, contrariando o estigma e isolamento social desta população e comunidade, sendo coerente com uma estratégia socialmente empenhada de coesão social.

Os habitantes do Bairro da Boavista, freguesia de Benfica, participaram no “1º Workshop Boavista Ambiente+”, que se realizou no dia 3 de marco de 2013, no Polidesportivo Municipal da Boavista e onde se pretendia esclarecer todas as questões relativas às obras de melhoria do edificado e de infra-estruturas do Bairro e no qual estivemos presentes.

A vereadora da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa, Helena Roseta (2013), o novo presidente da GEBALIS (Gestão de Bairros Municipais de Lisboa), Sérgio Cintra, a presidente da Junta de Freguesia de Benfica, Inês Drummond, a presidente da Associação de Moradores do Bairro da Boavista (ARMABB), Gilda Caldeira e o coordenador do Gabinete do Bairro de Intervenção Prioritária (GABIP-Boavista), Rui Franco, prestaram esclarecimentos à população sobre o assunto em questão.

Pela verificação da sobreposição de défices económico, social, ambiental e urbanístico e após consulta pública, foi classificado como Bairro de Intervenção Prioritária de Lisboa, integrante da carta dos BIP-ZIP (Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa), aprovada em 2011 pela Assembleia Municipal como parte integrante do Plano Director Municipal de Lisboa. O início do projecto de intervenção urbana sustentável neste bairro deu-se com a realização de um inquérito público à população, no qual foram identificados vários problemas, desde logo, destacando-se a questão da rede de transportes públicos, a insegurança verificada no bairro, as más condições de higiene e salubridade pública e os poucos espaços verdes existentes.

O Plano de Acção Eco Bairro da Boavista Ambiente +, foi aprovado e contratualizado entre a autarquia e a CCDR-LVT (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional - Lisboa e Vale do Tejo), e inclui a reabilitação dos edifícios de habitação, uma solução arquitectónica e urbanística para a “zona de alvenaria”; prevê ainda a construção de uma série de novos equipamentos, nomeadamente: a construção de um Ecocentro (instalação de um sistema de recolha selectiva por parte da CML), de um edifício comunitário multiusos (gerido pela JFB), de espaços públicos e espaços verdes, de uma infra-estrutura de apoio ao mercado, de hortas comunitárias, de sistemas e instalações de energias renováveis (sistema solar térmico para aquecimento de águas da piscina e do pavilhão desportivo, cobertura fotovoltaica para a produção de energia eléctrica para o Ecocentro e torres eólicas para produção de energia eléctrica para a piscina e pavilhão desportivo municipal); disponibilização de um sistema de acesso *wireless* à internet para todas as famílias residentes (com login por família), um plano de mobilidade interno no bairro – “pedi bus” (com acompanhamento directo de técnicos municipais a crianças para acesso de casa aos principais equipamentos do bairro: escola, piscina, esquadra), projectos de sensibilização e monitorização energética e ambiental (distribuição de flyers porta a porta, concursos de bairro de poupança e redução de consumos domésticos, criação de site próprio, realização de workshops), e ainda, realização de actividades desportivas e recreativas no bairro (torneios desportivos, ateliers artísticos, programas de férias); uma infra-estrutura de apoio ao mercado-feira e uma pista de BMX.

O empenhamento da autarquia na gestão deste processo é de realçar, mas neste caso, consideramos que foi essencial a participação dos moradores e da sua representante, a Presidente da Associação de moradores.

O Bairro da Boavista sofre sistematicamente de uma grave degradação do edificado e do espaço público envolvente, assim como de problemas sociais relacionados com uma população pobre, com baixa escolaridade e falta de capacidade de inserção no mercado de trabalho, o que se reflecte em taxas agravadas de desemprego e em falta de qualificação profissional, a que acrescem fenómenos de toxicod dependência, prostituição, delinquência e outras problemáticas de ordem social. Esta situação promove o carácter periférico e estigmatizado do Bairro, promovendo consecutivamente a exclusão social da população e a falta de competitividade daquele território.

3.2. Quinta da Mina /Cidade Sol no Barreiro

Contrariamente ao Bairro da Boavista o conjunto urbano da Cidade Sol só teve início nos finais da década de setenta e foi concretizado na década de oitenta o que faz com que a sua história seja bem mais recente. Na sua base está o alvará de 13 de Outubro de 1976, com uma alteração e expansão introduzida pelo alvará nº2/95, consistindo, essencialmente, em edifícios destinados à habitação. O bairro da Quinta da Mina (BQM) é um aglomerado habitacional cujas características urbanas correspondem ao alvará nº1/90. Foi promovido por uma cooperativa de habitação, tendo os edifícios sido adquiridos, posteriormente, pela autarquia do Barreiro no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER), com o objectivo de realojar as famílias recenseadas neste programa.

O processo foi iniciado em 1997 e embora a Quinta da Mina corresponda apenas a uma parcela de 16% dos 80% da área total, no entendimento da população em geral, a Quinta da Mina resume-se aos treze edifícios adquiridos no âmbito do PER, i.e. cento e dezanove fogos situados em treze dos lotes criados pelo alvará de loteamento da Quinta da Mina e outros quinze fogos espalhados pela urbanização adjacente, Cidade Sol.

A urbanização é composta por duas zonas habitacionais com características distintas: a Quinta da Mina e a Cidade Sol, conseqüentemente o núcleo urbano da Cidade Sol tem vindo a sofrer uma degradação espacial devido à proximidade com a área crítica do bairro habitacional da Quinta da Mina, que se acentuam pelo tipo de população de origem nómada que reside na Quinta da Mina e devido ao baixo investimento nas intervenções efectuadas até à data, justificando-se, assim, a necessidade de uma “intervenção especial” no bairro da Quinta da Mina, que o valorize, bem como a todo o território envolvente.

“do ponto de vista urbanístico e arquitectónico é uma zona desqualificada, deprimida e com carências de equipamentos de apoio à população, caracterizada pelas deficientes condições de vida das populações residentes e pela concentração de problemas sociais ” (PAPPRU, 2009:7)⁸⁹

Os edifícios que caracterizam a Quinta da Mina apresentam um grau de degradação maior em relação aos demais edifícios do conjunto urbano:

É assinalável e preocupante o avançado estado de degradação e destruição dos 13 lotes pertencentes à Quinta da Mina, resultado de um complexo processo de realojamento, com consequências e dificuldades sentidas ao nível da integração e inclusão das famílias alojadas, e que deve a uma multiplicidade de factores endógenos e exógenos à comunidade realojada. Simultaneamente as deficiências registadas na generalidade das habitações agravadas ao longo dos anos, em consequência da deficiente construção, materiais e acabamentos agravaram esta situação.(...) São factores estruturantes, a degradação e o desajuste das topologias arquitectónicas e urbanísticas, aos modos de vida desta população realojada, na Quinta da Mina, e em particular os conflitos decorrentes da sua integração neste espaço, podendo-se considerar que este foi o principal factor local, que levou ao declínio desta área urbana ... (PAPPRU, 2009:15).

Não são apenas os edifícios da Quinta da Mina que apresentam um estado de degradação física, também os equipamentos existentes nesta área, como o Pavilhão Municipal Luís de Carvalho, o edifício municipal da Rua 10 e a Creche e Jardim de Infância “Os Reguilas - Cidade Sol”, devido à falta de manutenção e de obras de conservação.

No bairro da Quinta da Mina foram realojados grande parte dos núcleos de famílias que habitavam nas barracas dispersas por todo o concelho do Barreiro. De um total de 75% das famílias realojadas na freguesia de Santo António da Charneca, 62% foram realojadas na Quinta da Mina, 12% na Cidade Sol e 1% em outro local da freguesia.

A aplicação de uma política de habitação social, “meramente economicista” (PAPPRU, 2009:33), que “... entendia as carências habitacionais como um mero problema de construção, em que a sua solução se resumia à atribuição de habitações às famílias” (PAPPRU, 2009:33) e conduziu a um realojamento de famílias oriundas das várias

⁸⁹ As citações referenciadas como PAPPRU foram retiradas do documento Programa de Acção Parcerias para a Regeneração Urbana “Quinta da Mina - Cidade para Todos”, elaborado pela Câmara Municipal do Barreiro em Maio de 2009.

freguesias do concelho, residentes em barracas e construções abarracadas, registando-se um número significativo de famílias de etnia cigana (38%) e ainda de famílias denominadas “tendeiros” (26%), as quais pela especificidade dos hábitos quotidianos imprimem ao bairro uma dinâmica muito particular de vivência de rua, com consequências na proliferação de actividades desorganizadas, ocupações indevidas dos espaços públicos e comuns, quer através da sua má utilização, como de construção de barracas de função diversa, inclusivamente de habitação o que “... originou uma enorme transformação no tecido social da freguesia e, especificamente do território envolvente ao bairro ...” (PAPPRU, 2009:25).

Deste modo, verificou-se que: as dificuldades de integração e inclusão das famílias realojadas no Bairro da Quinta da Mina, são consequência de uma multiplicidade de factores, endógenos e exógenos, à comunidade realojada. Como por exemplo os hábitos culturais próprios; o alojamento em propriedade horizontal; a territorialização forçada (ausência de escolhas); a ausência de práticas associativas; um *deficit* de estruturas sociais de apoio.

Estes factores traduzem-se em sentimentos e práticas negativas que foram assumindo visibilidade, não só no Bairro, ao nível do edificado que se encontra em avançado estado de degradação, tanto no exterior como no interior dos próprios fogos, mas também, em toda a zona envolvente, estendendo-se à urbanização da Cidade Sol, causando:

a proliferação e acumulação de lixos e monos; ocupação indevida dos espaços verdes e de lazer; construção de abarracados com função diversa: telheiros, “oficinas”, etc.; construção de barracas e alojamentos precários, com função de habitação, e como consequência do crescimento natural das famílias, sem capacidade face ao mercado habitacional.(PAPPRU, 2009:38)

A falta de sentimentos de pertença trouxe “(...) formas distintas de comportamento social, com reflexos na relação que estabelecem com e no espaço público, que colidem com os costumes e hábitos dos mais antigos, apoderando-se do espaço de uma forma abusiva em relação aos demais, (...) surgindo os sentimentos de insegurança e intolerância dos residentes das áreas envolventes à Quinta da Mina.” (PAPPRU,2009:11)

Apesar de haver “uma grande percentagem de indivíduos em idade activa, estes apresentam níveis de instrução bastante baixos, ou mesmo nulos, sem qualificação para o mercado de trabalho, pelo que são totalmente dependentes das prestações sociais em vigor, especialmente do Rendimento Social de Inserção (RSI), cerca de 70% da população

residente é beneficiária, com tendência a aumentar, constituindo este valor cerca de 50% da totalidade de processos de RSI desta freguesia” (PAPPRU, 2009:27,28).

O que revela “... uma pobreza estrutural das famílias e da dificuldade de romper com os fenómenos de exclusão, gerando em alguns casos formas de subsistência alternativa e economia subterrânea “(PAPPRU, 2009:28). O bairro da Quinta da Mina afirma-se como “... o centro crítico da área de intervenção ...” (PAPPRU, 2009:24), como tal,

só um processo integrado de regeneração urbana, com a participação das populações abrangidas, de várias instituições sociais, com intervenção e conhecimento desta área, irão permitir a recuperação de um território com sustentabilidade para o futuro (PAPPRU, 2009:32).

Assim, perante este enquadramento, a CMB decide, “... intervir activamente no bairro da Quinta da Mina”, iniciando em 2006, um trabalho de “análise criteriosa da situação” (...) e porque “não há integração/inclusão possível, sem que estejam garantidas as condições mínimas de habitabilidade, a recuperação das habitações em particular e do edificado em geral, constitui um objectivo fundamental para a intervenção” PAPPRU, 2009:39).

Partindo de um trabalho de levantamento e análise, a Autarquia elaborou um plano de intervenção, reabilitação e requalificação do Bairro da Quinta da Mina, que consistia numa intervenção faseada e planificada, com base em quatro eixos de trabalho: 1. participação/envolvimento da comunidade; 2. higiene e saúde pública; 3. Reabilitação e requalificação urbana; 4. Integração e inclusão social. A participação e envolvimento da comunidade foi promovida através de contactos informais, tais como reuniões individuais e reuniões plenárias com a população, permitindo envolver a comunidade no processo de intervenção desenvolvido pela autarquia, desde da sua concepção à sua presente realização.

Devido à degradação existente nas habitações, que se repercute em toda a área envolvente ao Bairro, a autarquia, conjuntamente com Centro de Saúde, desenvolveu várias acções programadas com o “... objectivo de defender a higiene e a saúde pública, designadamente, limpezas, demolições, recolhas de lixos, desratizações e desbaratizações e acções veterinárias” (PAPPRU, 2009:40).

A degradação dos edifícios em geral, e dos fogos em particular, são considerados os problemas mais graves e urgentes do Bairro. Contudo, a autarquia não têm os meios financeiros necessários para os reabilitar de forma integral, tendo assim necessidade de se

candidatar a programas de apoio com este fim. Porém, “... a resolução de algumas situações é inadiável, estando em causa a segurança dos residentes e a saúde pública, nessa medida a Autarquia tem vindo a intervir na resolução de algumas situações urgentes (...) por forma a minimizar danos” (PAPPRU, 2009:41). A nível de inclusão social dos cidadãos da Quinta da Mina/Cidade Sol, a Câmara Municipal do Barreiro, o Instituto de Segurança Social (ISS) e o CATICA assinaram um Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS).

O plano de intervenção, por si só, é um princípio, no entanto insuficiente pois, no sentido em que as

políticas urbanas contemporâneas e os modos de intervenção na cidade e património cultural, têm vindo a adquirir novas formas integradas de actuação privilegiando as intervenções não sectoriais que articulem as vertentes social, económica e ambiental e que assentam na compreensão do dinamismo dos processos urbanos e da interdependência das várias disciplinas do desenvolvimento urbano sustentável (PAPPRU, 2009:42).

Somente “... um processo integrado de regeneração urbana, com a participação das populações abrangidas, de várias instituições sociais, com intervenção e conhecimento desta área, irão permitir a recuperação de um território com sustentabilidade para o futuro” (PAPPRU, 2009:32).

O Parque Urbano, desde a sua inauguração, transformou-se num espaço negligenciado devido à sua ocupação indevida e a um abandono gradual, levando à degradação do espaço público da Quinta da Mina e sendo uma extensão do que se passa no edificado, consequência da falta do sentimento de pertença ao lugar, por parte da população realojada, que se traduz na “... insalubridade das ruas e no abandono e vandalismo dos espaços verdes” (PAPPRU, 2009:13). Este espaço era visto como um ponto fulcral para a aproximação da população de acolhimento e realojada, mas o seu mau estado de conservação revelou que “... os percursos e as áreas anteriormente relvadas, demonstram, carências e obsolescência ao nível do mobiliário e equipamento, bancos, iluminação pública, etc. e mais fundamentalmente, um desajuste das características formais e funcionais deste espaço, com os seus promitentes utilizadores na actualidade...” (PAPPRU, 2009:13-14), tornando-se assim uma fonte de insegurança para a população em geral.

Ao abrigo do Regulamento Municipal sobre o Regime Jurídico, Regras de Acesso, Atribuição e Gestão das Habitações Sociais do Município do Barreiro, aprovado a 8 de Setembro de 2010, os fogos encontram-se sujeitos às normas de arrendamento social e

regime de renda apoiada (Decreto-lei nº166/93 de 7 de maio), até à publicação de novos regimes. Neste contexto a CMB teve como iniciativa a elaboração de um plano de intervenção estratégico, estruturando em três objectivos/eixos fundamentais: as pessoas, o edificado e o espaço exterior envolvente.

Ao nível do Programa da Rede Social do Barreiro, o Conselho Local de Acção Social (CLASB) diagnosticou quais as necessidades e delineou estratégias no Plano de Desenvolvimento Social, nomeadamente na área das acessibilidades. Neste âmbito, é importante o trabalho que o Grupo de Trabalho para área da Deficiência e Saúde Mental desenvolve e onde está representada a Autarquia, a APD, a RUMO, a CERCIMB, a NÓS, a Associação Cultural de Surdos do Barreiro, a PERSONA, a APPDA.

Também pioneiro a nível nacional, o Barreiro viu aprovada a sua candidatura em 2010, no âmbito do programa de intervenção em bairros crítico, para a Quinta da Mina e que diz respeito à qualificação do território, onde estão em destaque a eficiência energética e a geração de energia alternativa e os sistemas de água. Constam dos planos da autarquia a área de iluminação pública apoiada por equipamentos de eficiência energética, água e saneamento, tendo o projecto como objectivo renovar as infra-estruturas existentes.

Com vista a analisar as condições actuais dos Bairros da Quinta da Mina e da Boavista, realizámos um estudo empírico centrado nas percepções dos próprios moradores, em particular no que respeita à ligação entre a sua vivência quotidiana e os problemas ambientais. No ponto 3.3 descreve-se, analisa-se e interpreta-se os resultados obtidos através do inquérito individual.

3.3. Análise e discussão dos resultados dos questionários aplicados aos residentes dos Bairros (Bairro Quinta da Mina e Bairro da Boavista)

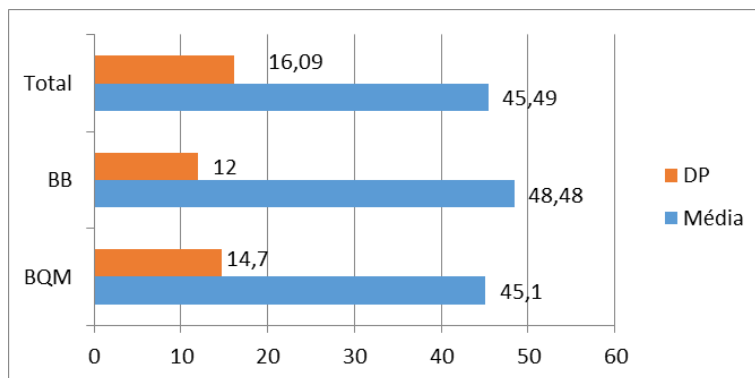
I - Caracterização Socio demográfica dos inquiridos⁹⁰

Foram aplicados cento e quarenta (140) questionários nos dois bairros dos quais consideramos válidos cento e trinta e um (131) questionários, sendo cinquenta (50) relativos ao bairro da Quinta da Mina (BQM) e oitenta e um (81) ao Bairro da Boavista (BB). Dos inquiridos 62% são mulheres. A média das idades é de 45 anos, no entanto a dispersão das idades é bastante elevada, o que traduz uma grande variação etária e que

⁹⁰ Os quadros referentes aos dados comparativos dos dois bairros, complementares aos gráficos apresentados, pode ser consultados no Anexo 8.

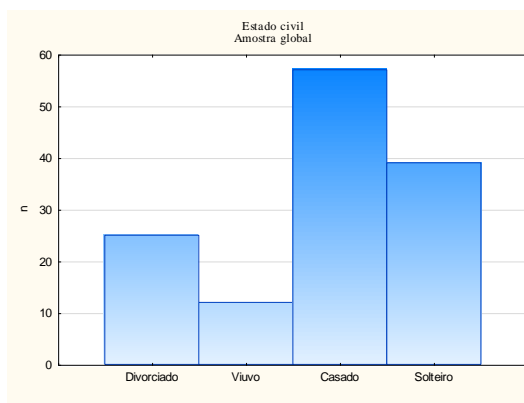
oscila entre uma população muito jovem e uma população mais velha (acima dos 60 anos). Este facto, poderá, todavia, resultar em parte do facto dos inquéritos terem sido realizados durante o dia, período em que boa parte dos adultos se encontram fora do bairro (a trabalhar ou em outras actividades) e é mais provável encontrar estudantes ou pessoas que já estão reformadas.

Figura IV.5- Caracterização sociodemográfica - Idade



Relativamente ao estado civil a maioria dos inquiridos dos dois bairros eram casados, seguindo-se os solteiros e cerca de um quarto dos inquiridos são divorciados ou viúvos.

Figura IV.6- Estado civil - Total

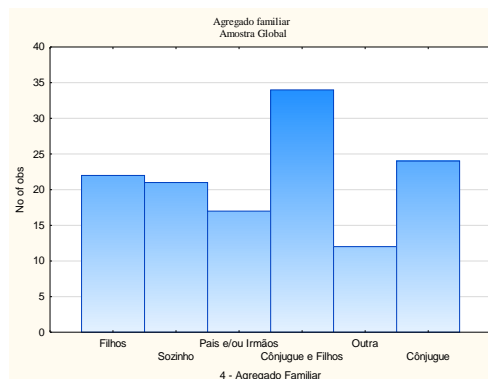


A composição dos agregados familiares é maioritariamente composta por casais com filhos, cerca de 26% dos inquiridos, cerca de 18% são casais que vivem sozinhos, cerca de 17% vivem só com os filhos (famílias monoparentais) e igualmente cerca de 16% sozinhos.

No entanto, existem diferenças significativas nos dois bairros, por exemplo em relação a casais com filhos a percentagem do BQM é de 40% e no BB é de cerca de 17%,

assim como para os inquiridos que vivem sozinhos existe uma diferença de cerca de 13% entre os dois bairros e para casais sozinhos sem filhos a diferença é de aproximadamente 17%.

Figura IV. 7 - Composição do agregado familiar – Total



A média de casais sem filhos é muito alta (43%) , mas isto só se verifica porque no BB temos aproximadamente 67% de inquiridos sem filhos e isto verificou-se porque os inquiridos que responderam aos questionários ainda eram muito novos e não tinham ainda filhos.

Quadro IV.4 - Número de filhos

	Total (N=131)		BQM (N=50)		BB (N=81)	
	n	%	n	%	n	%
1 Filho	21	16.03	8	16.00	13	16.05
2 Filhos	20	15.27	12	24.00	8	9.88
3 Filhos	18	13.74	14	28.00	4	4.94
4 Filhos	4	3.05	3	6.00	1	1.23
5 Filhos	4	3.05	3	6.00	1	1.23
Sem filhos	54	43.22			54	66.67

Globalmente a média de inquiridos sem habilitações é de cerca de 18% e a maior percentagem situa-se no 2ª ciclo (27%), contudo existe uma disparidade entre os dois bairros, o BQM tem 34% de inquiridos sem habilitações e o BB perto de 9% , os dois bairros têm a maior percentagem na variável 2º ciclo. Apenas o BB tem inquiridos com o ensino secundário e com formação superior (licenciatura) e que representam cerca de 9% do total do bairro.

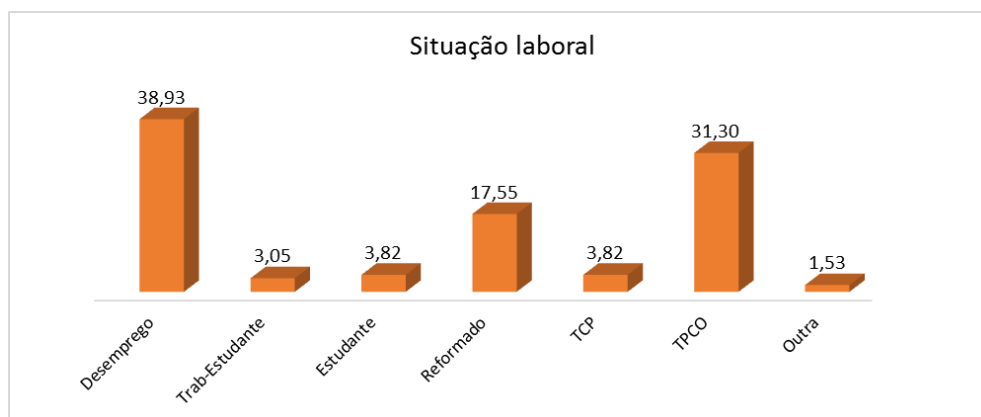
Quadro IV.5- Habilitações literárias

	Total (N=131)		BQM (N=50)		BB (N=81)	
	n	%	n	%	n	%
Sem habilitações	24	18.32	17	34,00	7	8.64
1º Ciclo	32	24.43	14	28,00	18	22.22
2º Ciclo	36	27.48	13	26,00	23	28.40
3º Ciclo	23	17.56	2	4,00	21	25.93
CP	9	6.87	4	8,00	5	6.17
Secundário	1	0.76			1	1.23
Licenciatura	6	4.58			6	7.41

No que toca à situação laboral dos inquiridos (quadro 4.6), quase 40% dos inquiridos em média encontram-se desempregados, mas no BQM a situação é bastante grave, 72% estão em situação de desemprego.

Especificando diferenças entre os bairros, assinala-se igualmente que quase metade dos inquiridos do BB (45.68%) trabalham por conta de outrem, o que acontece com apenas 8% no BQM.

Figura IV.8 - Situação laboral – Total



Tempo de residência no bairro

A média de tempo de residência nos bairros é de 24.91 anos (DP=15.04), no mínimo há 2 anos e no máximo há 67 anos. No BQM, a média de tempo de residência no bairro é 13.74 anos (DP= 3.96), no mínimo há 4 anos e no máximo há 16 anos. No BB a média de tempo

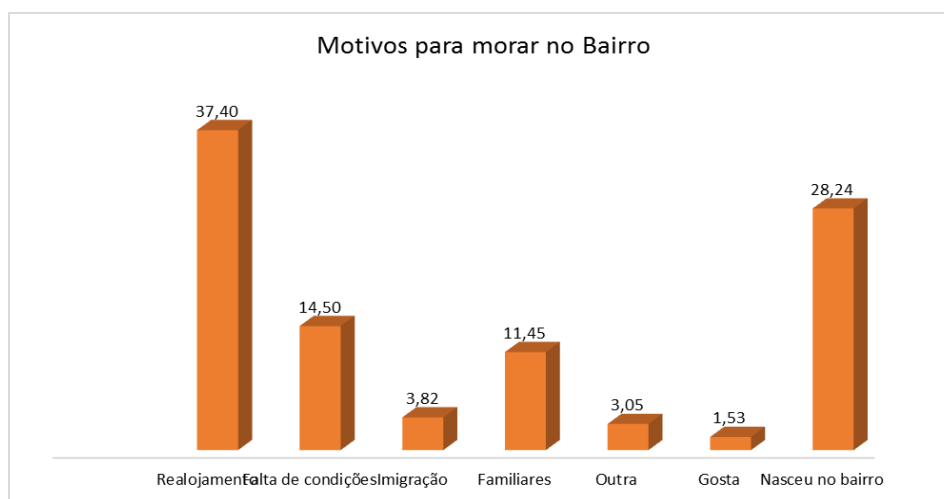
de residência no bairro é de 31.81 anos (DP=15.22), no mínimo há 2 anos e no máximo há 67 anos.

Quadro IV.6- Tempo de residência

	Média	DP
BQM	13.74	3.96
BB	31.81	15.22
Total	24.91	15.04

Aproximadamente metade dos elementos que integram a amostra total (51.9%) mudou-se para o respectivo bairro em sequência de processos de realojamento ou por iniciativa própria, em busca de melhores condições habitacionais. Os 28.2% que nasceram no bairro são maioritariamente do BB. Mas é no BQM que a maioria dos inquiridos (68%) muda para o bairro por causa de realojamento.

Figura IV.9 - Motivos para morar no bairro – Total



O contacto directo com os residentes indicou que se tratou de um processo que deixou marcas, nomeadamente pela forma como tudo se passou, tendo existido situações em que os edifícios não estavam em condições de habitabilidade, nomeadamente as canalizações dos esgotos (puxavam o autoclismo e os dejectos caíam na casa do vizinho do andar de baixo). “Atiraram-nos para aqui” diziam. “Deixei de ter um sitio onde vendia”. “Aquele prédio, vê, todo torto, fizeram ...vieram cá uns senhores e disseram que estava tudo bem, mas já viu é ... temos medo ...” e via-se um prédio todo inclinado, que de acordo com informações que obtivemos foi objecto de uma vistoria por parte do LNEC,

porque os moradores reclamavam. Foi considerado em condições de segurança e habitabilidade, mas as pessoas não pareciam convencidas. Por outro lado, a modificação das condições residenciais, característica dos processos de realojamento, resulta na melhoria das condições habitacionais dos indivíduos, mas interrompe a vinculação deles àquele ambiente sócio-físico (Gans, 1962 *in* Almeida e Castro, 2002).

Este fenómeno, aliado à tipologia de construção por excelência, “edifícios em altura”, sem espaços semipúblicos de convívio, conduz muitas vezes ao isolamento social e falta de controlo, tornando-o um local potencialmente perigoso, vulnerável a incivildades (Dirk, Pinto & Azevedo, 2004). Com o processo de realojamento, a quebra das anteriores redes de vizinhança (Cardoso & Perista, 1994), aliada ao facto da inexistência de locais de convívio que promovam a interacção entre vizinhos, na maioria destes bairros, a satisfação residencial dos seus moradores poderá não ser elevada se o processo de realojamento for recente, por não existir ainda um forte sentido de comunidade (Almeida e Castro, 2002), o que afecta igualmente a segurança percebida por eles (Amérigo, 2002).

Relativamente ao envolvimento em actividades na comunidade, em média os sujeitos participam em uma actividade, numa amplitude de zero a cinco, e na sua maioria relevam não participar em nenhuma (38.5%, n=20). No quadro seguinte, apresenta-se a expressão dos diferentes tipos de actividades referidas pelos inquiridos.

Quadro IV.7- Formas de participação desenvolvidas no bairro (respostas múltiplas).

	Total (N=131)		BQM (N=50)		BB (N=81)	
	n	%	n	%	n	%
Associação de moradores	47	35.88	4	8.00	43	53.09
Conselho participativo	19	14.50	8	16.00	11	13.58
Trabalho comunitário	31	23.66	5	10.00	26	32.09
Promoção de eventos	24	18.32	5	10.00	19	23.46
Manutenção de espaços comuns	31	23.66	6	12.00	25	30.86
Limpeza	43	32.82	20	40.00	23	28.40
Educação ambiental	21	16.03	0	0.00	21	25.93
Outros	15	11.45	2	4.00	13	16.05

Conhecimento do projecto eco-bairro

Com excepção de três inquiridos todos os elementos da amostra declaram conhecer o projecto eco-bairro. No BQM, dois inquiridos declararam *não* conhecer o projecto eco-bairros e no BB um inquirido declarou *não* conhecer o projecto eco-bairros. Apesar de percebermos que o facto de saberem que o projecto se ia realizar, não significa que conhecessem, nem soubessem o que era, apenas sabiam que se ia fazer ali qualquer coisa.

Quadro IV.8 - Conhecimento do projecto eco-bairro

	Total (N=131)		BQM (N=50)		BB (N=81)	
	n	%	n	%	n	%
Sim	128	97.71	48	96.00	80	98.77
Não	3	2.29	2	4.00	1	1.23

Os moradores do BQM não acreditavam que nada do que iriam fazer os iria beneficiar, os do BB tinham mais informação, conseguindo entender a importância que o projecto iria ter para o bairro.

Concordância com o projecto eco-bairro

Os inquiridos responderam a esta questão utilizando uma escala de Likert de 5 pontos (1- Discordo totalmente; 5- Concordo totalmente). As respostas indicam uma adesão maioritária à ideia do projecto, sendo que 83.2% manifestam concordância. Neste resultado temos que realçar que esta manifestação por parte da população tem subjacente um sentimento de esperança de melhoria das suas vidas. Mais uma vez, criam-se expectativas de que no final alguma coisa pode ser feita e que a situação pode ser resolvida.

Quadro IV.9 - Concordância com o projecto eco-bairro

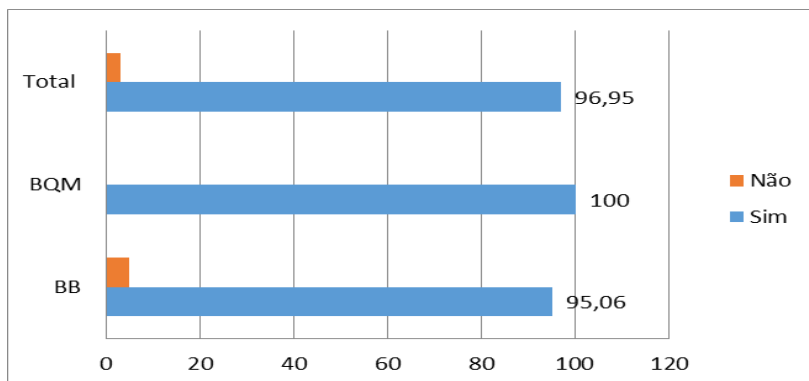
	BQM (n=50)		BB (n=81)		Total (n=131)	
	n	%	n	%	n	%
Discordo totalmente	0	0.0	0	0.0	0	0.0
Discordo	2	4.00	2	2.47	4	3.05
Não concordo nem discordo	7	14.0	11	13.58	18	13.74
Concordo	32	64.00	46	56.79	78	59.54
Concordo totalmente	9	18.00	22	27.16	31	23.67

II - Percepção dos moradores do bairro sobre o projecto eco-bairro e questões ambientais

A existência de problemas ambientais é admitida por quase 97% dos inquiridos, no BQM esse reconhecimento é de 100%. Para essa quase unanimidade contribui o facto de que os exteriores dos edifícios se encontravam claramente degradados, assim como a sua

envolvente. Em algumas ocasiões, quando falávamos com os inquiridos, percebíamos que havia baratas a passear pelas paredes dos edifícios e algumas até caíam aos nossos pés.

Figura IV.10 – Existência de problemas ambientais



A grande maioria dos inquiridos aponta a variável “lixo” como sendo o maior problema (98,47%) e esta situação verificou-se nos dois bairros. As “ruas mal pavimentadas” e os espaços verdes também foram considerados pelos dois bairros como um problema.

No que respeita à segurança, o BQM apresenta resultados significativamente superiores (60%) aos do BB (29, 63%), contudo, a percepção dos inquiridos sobre segurança em locais específicos, como a área onde residem, não corresponde muitas vezes aos dados objectivos da segurança desse espaço porque resulta de uma avaliação subjectiva, de cada um (Rosa et. al, 2009). Características físicas como a luz nas ruas, e sociais, grupos marginais, heterogeneidade cultural e do ambiente podem contribuir para a representação de locais seguros e inseguros (Sautkina, 2007) e no caso o BQM os inquiridos referiam-se à segurança das casas, da falta de luz na rua do policiamento, enquanto que no BB referiam situações de ordem social, resultado de processos de realojamento.

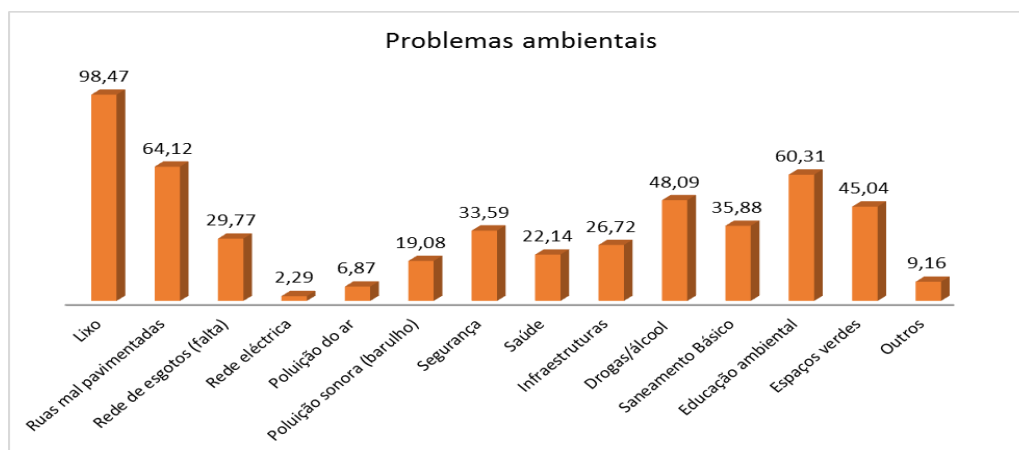
No entanto, concluir que para a percepção de segurança contribuem fortemente indícios físicos, enquanto a segurança (insegurança) tem mais a ver com aspectos sociais do local não constitui um erro, mas a constatação do que tem sido demonstrado na literatura (Sautkina, 2007; Carro et. al, 2010; Roosa et. al 2009; Wills-Herrera et. al, 2011).

Quadro IV.10 - Problemas ambientais percebidos (respostas múltiplas)

Problemas	BQM		BB		Total	
	n	%	n	%	n	%
Lixo	50	100,00	79	97,53	129	98,47
Ruas mal pavimentadas	32	64,00	52	64,20	84	64,12
Rede de esgotos (falta)	32	64,00	7	8,64	39	29,77
Rede eléctrica	48	96,00	1	1,23	3	2,29
Poluição do ar	47	94,00	6	7,41	9	6,87
Poluição sonora (barulho)	35	70,00	10	12,35	25	19,08
Segurança	30	60,00	24	29,63	44	33,59
Saúde	29	22,14	7	8,64	29	22,14
Infra-estruturas	22	44,00	10	12,35	35	26,72
Drogas/álcool	16	32,00	47	58,02	63	48,09
Saneamento Básico	11	22,00	36	44,4	47	35,88
Educação ambiental	23	46,00	56	69,14	79	60,31
Espaços verdes	35	70,00	44	54,32	59	45,04
Outros	10	20,00	2	2,47	12	9,16

Existem notórias diferenças nos dois bairros em relação às variáveis “Rede eléctrica”, “Poluição do ar” e “Poluição sonora”, 96%, 94% e 70% respectivamente para o BQM, enquanto que para o BB os valores são bem mais baixos. Tal facto deve-se também ao tipo de população, ao estado das casas e espaços comuns e das queixas sobre “etnia cigana” em relação ao barulho.

Figura IV.11 - Problemas ambientais percebidos (respostas múltiplas)



Já no que se refere a problemas com “Drogas/álcool” é no BB que os valores são mais elevados, 58%, enquanto que no BQM são apenas 32%, esta situação sentiu-se no momento em que se falava deste tema (Drogas e Álcool) a resposta era logo “Ah não, não, aqui não há nada disso” e olhavam uns para os outros. Torna-se interessante perceber como

tentavam defender a imagem do bairro da situação das quais era muitas vezes acusados. E diziam “isso é para o outro bairro, ...o outro” e apontavam, “aqui não”.

Dimensões da percepção dos problemas ambientais

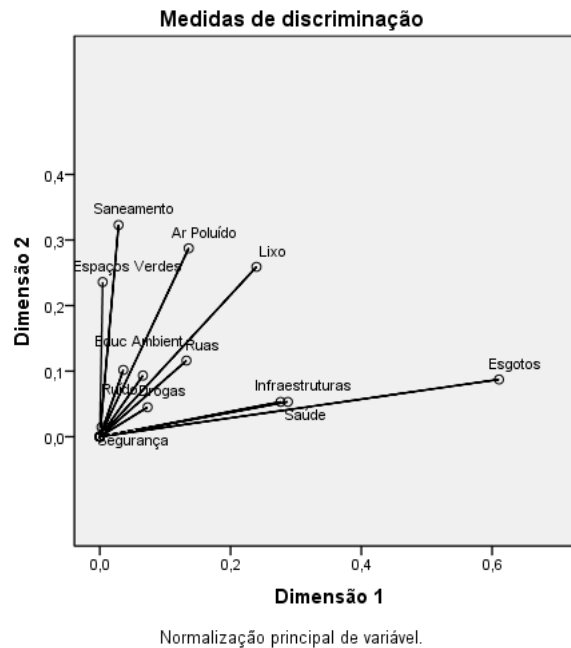
Com vista a detectar tendências e possível multidimensionalidade na percepção dos problemas ambientais dos bairros, realizámos uma Análise de Correspondências Múltiplas (ACM). Numa primeira fase, procedemos à identificação das variáveis a analisar, retendo as que apresentam valor aceitável de variância. Assim, na ACM que incidiu na amostra total, foi excluída a variável “Outros” e a relativa a problemas na rede eléctrica. Apesar de se constatar que as duas dimensões extraídas apresentam índices de consistência (Alfa de Cronbach) tendencialmente médias/baixas ($\alpha=.51$ – dimensão 1; $\alpha=.43$ – dimensão 2), atendendo às das medidas de discriminação (quadro IV.14) e à leitura gráfica das mesmas é possível verificar que as variáveis que mais discriminam a dimensão 2 são os problemas de saneamento, poluição do ar e dos espaços verdes e, para a dimensão 1, os problemas de esgotos, infra-estruturas e saúde.

Quadro IV.11 - Medidas de discriminação - Total

	Dimensão		Média
	1	2	
Lixo	.240	.259	.249
Ruas	.133	.116	.124
Esgotos	.611	.087	.349
Ar Poluído	.136	.287	.212
Ruído	.066	.093	.080
Segurança	.003	.015	.009
Saúde	.276	.053	.165
Infra-estruturas	.288	.053	.170
Drogas	.073	.045	.059
Saneamento	.029	.323	.176
Educ Ambient	.036	.102	.069
Espaços Verdes	.004	.236	.120
Total activo	1.893	1.670	1.782

A dimensão 1 parece caracterizar aspectos mais típicos das preocupações ambientais, enquanto a dimensão 2 parece abranger problemas mais básicos da qualidade de vida.

Figura IV.12 - Amostra Total: medidas de discriminação

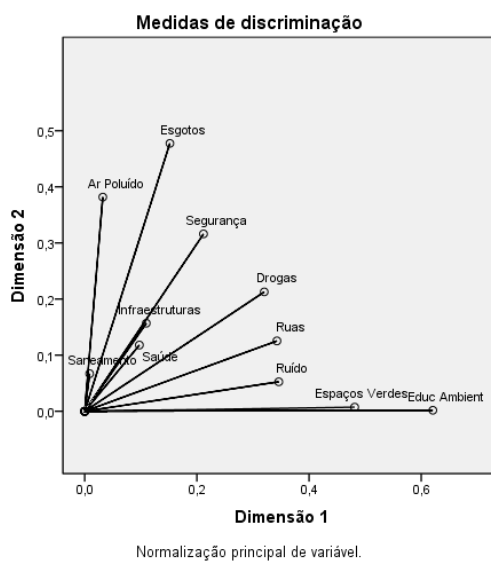


O mesmo procedimento foi seguido para cada uma das subamostras relativas a cada um dos bairros focados. Para além das variáveis retiradas da análise global, foi decidido excluir da análise a variável que recolhe as referências a problemas de lixo, que apresenta baixa variância em ambas as subamostras. No bairro da Quinta da Mina as medidas de discriminação indicam que as preocupações ambientais que remetem para a dimensão 1 ($\alpha = .69$) são mais claras do que na amostra total, abrangendo aspectos como a falta de educação ambiental, problemas de espaços verdes e a poluição sonora como o saneamento, drogas, sendo a dimensão 2 ($\alpha = .52$) configurada por problemas de vida material básica: esgotos, infra-estruturas.

Quadro IV.12 - Medidas de discriminação - BQM

	Dimensão		Média
	1	2	
Ruas	.343	.125	.234
Esgotos	.152	.478	.315
Ar Poluído	.032	.382	.207
Ruído	.346	.052	.199
Segurança	.212	.316	.264
Saúde	.097	.118	.108
Infra-estruturas	.110	.157	.133
Drogas	.320	.213	.266
Saneamento	.009	.067	.038
Educ Ambient	.621	.002	.311
Espaços Verdes	.481	.007	.244
Total activo	2.723	1.917	2.320
% de variância	24.753	17.425	21.089

Figura IV.13 – BQM medidas de discriminação

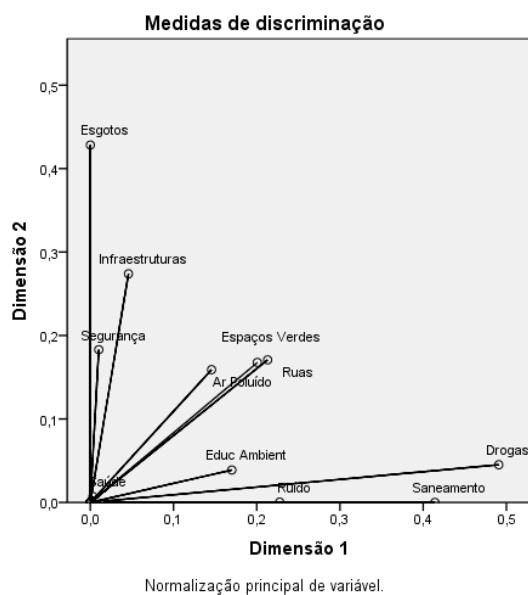


Na percepção dos intuídos do BB no que concerne aos problemas do meio ambiente, organizada segundo duas dimensões, a dimensão 1 ($\alpha=.52$) remete para preocupações ambientais, mas é discriminada por variáveis, que comparativamente com a do BQM, são mais imediatamente apreensíveis, como o ruído ou a prevalência das drogas.

Quadro IV.13 - Medidas de discriminação - BB

	Dimensão		Média
	1	2	
Ruas	.213	.171	.192
Esgotos	.000	.428	.214
Ar Poluído	.146	.159	.152
Ruído	.227	.000	.114
Segurança	.010	.183	.097
Saúde	.003	.007	.005
Infra-estruturas	.046	.274	.160
Drogas	.491	.045	.268
Saneamento	.414	.000	.207
Educ Ambient	.170	.039	.104
Espaços Verdes	.201	.168	.184
Total activo	1.921	1.474	1.698

Figura IV.14 – BB medidas de discriminação



A dimensão 2 ($\alpha=.55$) refere indicadores idênticos de vida material como os esgotos e demais infra-estruturas.

Gravidade dos problemas do meio ambiente

A maioria dos inquiridos (93.7 %) considera os problemas ambientais da bairro graves ou muito graves (M= 4.25; DP=.54).

Quadro IV.14 – Grau de gravidade dos problemas do meio ambiente

	Média	DP
Total	4.25	0.54
BB	4.11	0.47
BQM	4.47	0.58

Existe uma diferença significativa, $F(1,128) = 14,66$, $p = 0,0002$), no grau de gravidade percebido pelos inquiridos dos dois bairros, sendo que os moradores do BQM os avaliam como mais graves ($M = 4,47$; $DP = 0,47$), com 93,2% dos inquiridos a considerarem que são graves ou muito graves, do que os inquiridos do BB ($M = 4,11$; $DP = 0,47$), com 82% a considerarem que são graves ou muito graves.

Questões ambientais

Globalmente, 96,9% dos inquiridos dizem que pensam nas questões ambientais (94% no caso do BQM e 98,8% no BB), e reforçavam “pois, já viu, olhe aquele lixo ali, isto é uma vergonha, a Câmara não faz nada, no outro dia o meu filho espetou um ferro no pé, está a ver ali, aquilo é um perigo”.

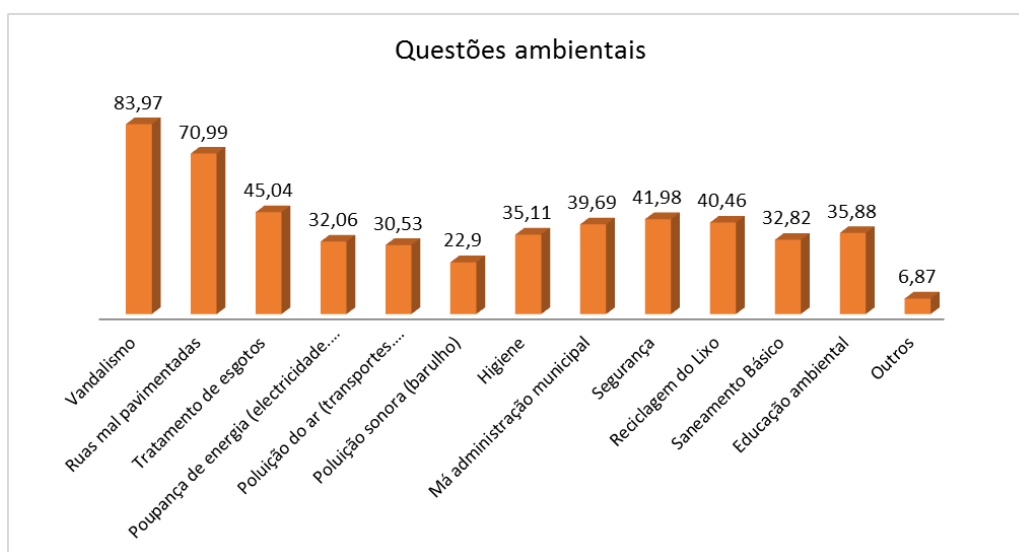
Neste campo verificamos que a maior preocupação se refere à degradação do edificado, dos espaços envolventes, lixo, não sendo ainda muito elevada a preocupação por parte dos inquiridos para as questões da reciclagem do lixo, poupança de energia e hábitos que promovam a sustentabilidade ambiental do bairro e do planeta.

Quadro IV.15 - Questões ambientais (respostas múltiplas)

	Total (N=131)		BQM (N=50)		BB (N=81)	
	n	%	n	%	n	%
Vandalismo	110	83,97	33	66,00	77	95,06
Ruas mal pavimentadas	93	70,99	33	66,00	60	74,07
Tratamento de esgotos	59	45,04	30	60,00	29	35,80
Poupança de energia (electricidade. água. gás. etc.)	42	32,06	9	18,00	33	40,74
Poluição do ar (transportes. bicicleta ou andar a pé)	40	30,53	3	6,00	37	45,68
Poluição sonora (barulho)	30	22,90	13	26,00	17	20,99
Higiene	46	35,11	30	60,00	16	19,75
Má administração municipal	52	39,69	23	46,00	29	35,80
Segurança	55	41,98	19	38,00	36	44,44
Reciclagem do Lixo	53	40,46	18	36,00	35	43,21
Saneamento Básico	43	32,82	11	22,00	32	39,51
Educação ambiental	47	35,88	16	32,00	31	38,27
Outros	9	6,87	9	18,00	77	95,06

O vandalismo foi a razão mais referida (83.97%), mas principalmente no BB (95.1%), em que os inquiridos consideram uma falta de respeito a forma como “certos grupos” actuam. Segue-se o item “Rua mal pavimentadas” (71% no BQM e 74% no BB). Na verdade, quase todos os problemas apresentados foram reconhecidos como presentes no bairro, embora, de facto, haja alguns (os já referidos) que são reconhecidos como mais relevantes.

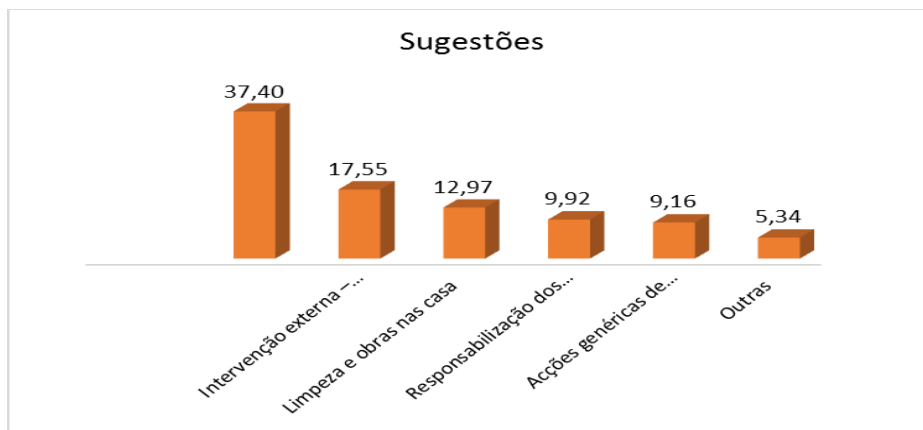
Figura IV.15 – Questões ambientais – Total



Preocupação com as questões ambientais

Da amostra total 87.78% dos inquiridos consideram a falta de preocupação com o ambiente uma questão grave ou muito grave (M= 4.05; DP=.64), sendo que 94% dos inquiridos do BQM (M= 4.05; DP=.64) e - 84 % dos inquiridos do BB (M= 4.01; DP=.73) partilham dessa opinião. A maioria dos inquiridos (96.2%) considera que os comportamentos negligentes devem ser preocupação de todos, não se verificando qualquer diferença entre os bairros relativamente a este ponto. Quando questionados sobre o que deveria ser feito, a maior parte refere a necessidade de uma intervenção externa (55%), sobretudo na área da educação, informação e formação ambiental.

Figura IV.16 - Sugestões sobre problemas ambientais – Total

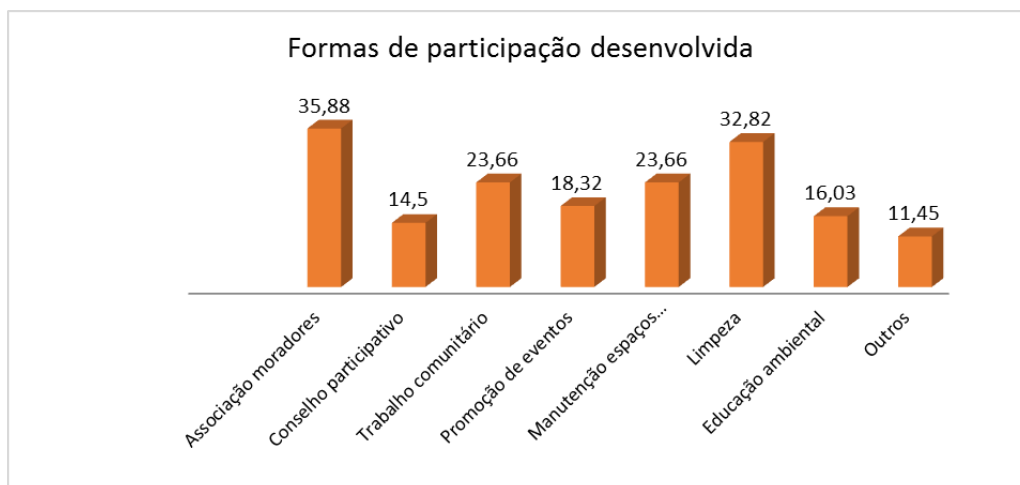


No total, 13 inquiridos (9.9%) não apresentaram sugestões sobre o que deve ser feito relativamente aos comportamentos negligentes. O mesmo aconteceu com 8 inquiridos (16%) da subamostra do BQM e 5 inquiridos (6.17%) do BB.

Formas de participação desenvolvidas no bairro

Relativamente às formas de participação, constata-se uma diferença significativa entre os dois bairros, sendo que os moradores do BB tem tido uma percentagem bastante superior aos moradores do BQM. Podemos entender esta diferença de várias maneiras: ou porque os moradores do BB estão há mais tempo no bairro e, portanto, o sentimento de pertença incentiva um maior envolvimento, e/ou porque o nível de instrução os conduz a uma maior consciência cívica.

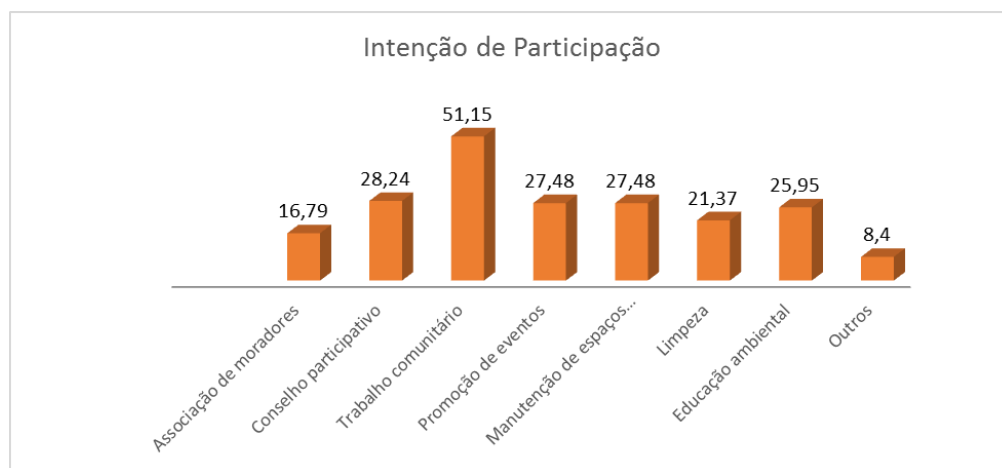
Figura IV.17 - Formas de participação – Total



Intenção de participação

Com a excepção de uma recusa, parte significativa dos inquiridos da amostra total (78.63%) manifestou intenção de participar em uma ou várias actividades comunitárias, o mesmo acontecendo com 38 inquiridos (76%) do BQM e com 65 inquiridos (80.25%) do BB.

Figura IV.18 - Intenção de participação – Total

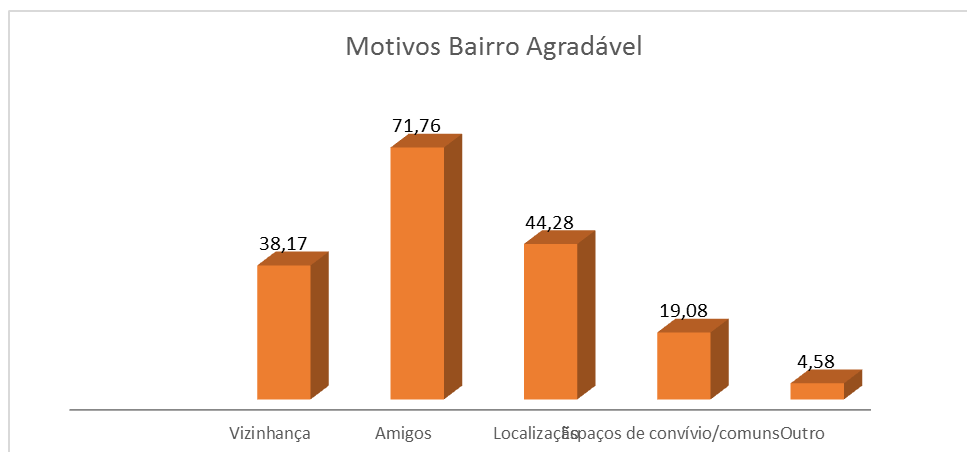


Registam-se nos dois bairros, mais uma vez, diferenças na intenção e forma de participação que podemos interpretar com o mesmo nível de percepção da questão relativa a participação anterior no bairro (questão 20 do questionário ver Anexo 4).

Motivos para considerar o Bairro um lugar agradável

É unânime nos dois bairros a opinião de que os motivos mais destacáveis, tomados em conjunto, para se considerar o bairro agradável são os amigos e a vizinhança, sendo a localização igualmente muito importante.

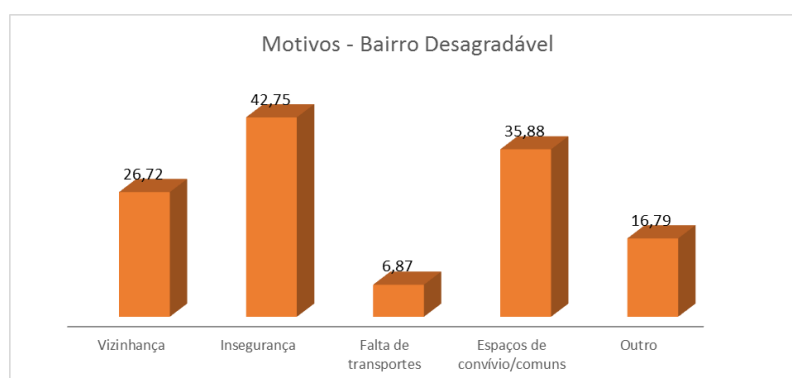
Figura IV.19 - Motivos para considerar o bairro agradável – Total



Motivos para considerar o Bairro um lugar desagradável

A insegurança é apontada como a principal causa pelos inquiridos, tomados globalmente, para considerarem desagradável viver no bairro (42.75%). A falta de espaços de convívio (comuns) é ainda mencionada como uma razão importante (com 36% do total de inquiridos). É interessante constatar que, a este respeito, as causas apontadas pelos moradores dos dois bairros apresentam algumas diferenças. Enquanto no BQM, as causas remetem sobretudo para a ausência de espaços de convívio e a vizinhaça, já no BB são as questões da insegurança e da ausência de espaços de convívio (aspecto comum com o BQM).

Figura IV.20 - Motivos para considerar o bairro desagradável – Total



Ocupação de Tempos Livres

A televisão (aproximadamente 85%) e o convívio com os vizinhos e amigos (41%) são os meios preferidos na ocupação dos tempos livres. Contudo, as diferenças entre os dois bairros mais uma vez se constata, nomeadamente a televisão e principalmente o

convívio com os amigos mais acentuado no caso do BQM do que no BB (76% contra 20%). Esta diferença parece-nos reflectir um pouco a cultura do BQM em que encontrávamos as pessoas à porta dos prédios a conversar uma com as outras.

Quadro IV.16- Formas de ocupação de Tempos Livres (respostas múltiplas)

	Total (N=131)		BQM (N=50)		BB (N=81)	
	n	%	n	%	n	%
TV	111	84.73	37	74,00	74	91.36
Rádio	15	11.45	2	4,00	13	16.05
Ler	7	5.34	2	4,00	5	6.17
Desporto	19	14.50	6	12,00	13	16.05
Conviver com os amigos e vizinhos	54	41.22	38	76,00	16	19.75
Festas e eventos	20	15.27	7	14,00	13	16.05
Outros	7	5.34	4	8,00	3	3.70

Atendimento de um Assistente Social

No que se refere ao atendimento por um assistente social, 61,83% dos participantes da amostra total declaram nunca ter sido atendidos por um / uma assistente social. Todavia, comparando os dois bairros, constatamos que o BQM tem uma percentagem bastante superior em relação ao BB no que se refere ao número de inquiridos atendidos por um assistente social: 66% (34) do BQM contra apenas 21% (17) do BB.

Quadro IV.17- Atendido por assistente social

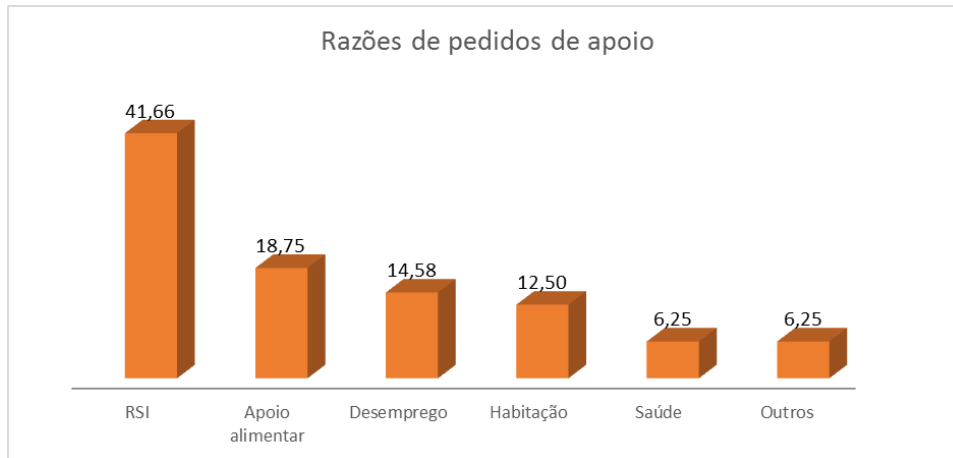
	Total (N=131)		BQM (N=50)		BB (N=81)	
	n	%	n	%	n	%
Sim	50	38.17	33	66.00	17	20.99
Não	81	61.83	17	34.00	64	79.01

Razões que levaram ao pedido apoio

De entre os residentes que foram atendidos por um(a) assistente social, as principais as razões dos pedidos apresentadas têm que ver com o RSI, apoio alimentar, desemprego, habitação ou estão ainda relacionados com a saúde.

No BQM os inquiridos pediram apoio maioritariamente para obter o rendimento social de inserção (RSI), mas no BB o apoio alimentar é o motivo principal.

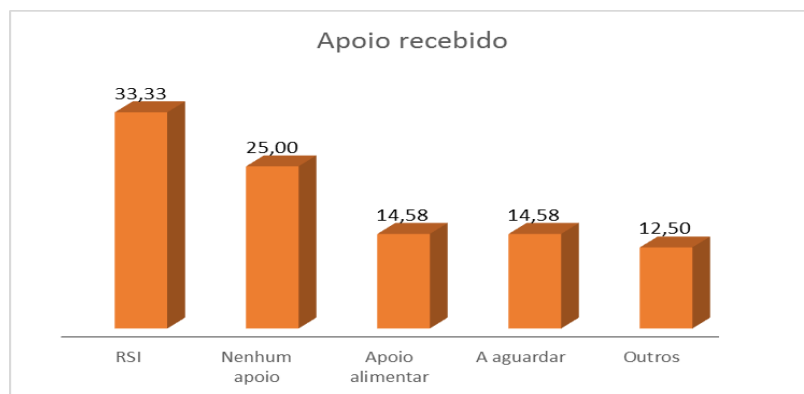
Figura IV.21 - Razões de pedidos de apoio à (ao) Assistente Social – Total



Tipo de apoio recebido

Quando observamos a resposta a esta questão, percebemos que mais de metade dos inquiridos consideram que não obtiveram apoio e/ou aguardam resposta. No caso do BQM, os outros tipos de apoio referem-se ao RVCC, habitação, formação e alfabetização. Já no BB, estes referem-se a problemas de higiene, emprego e saúde.

Figura IV.22 – Tipo de apoio recebido– Total



Influência da Acção Social no bairro:

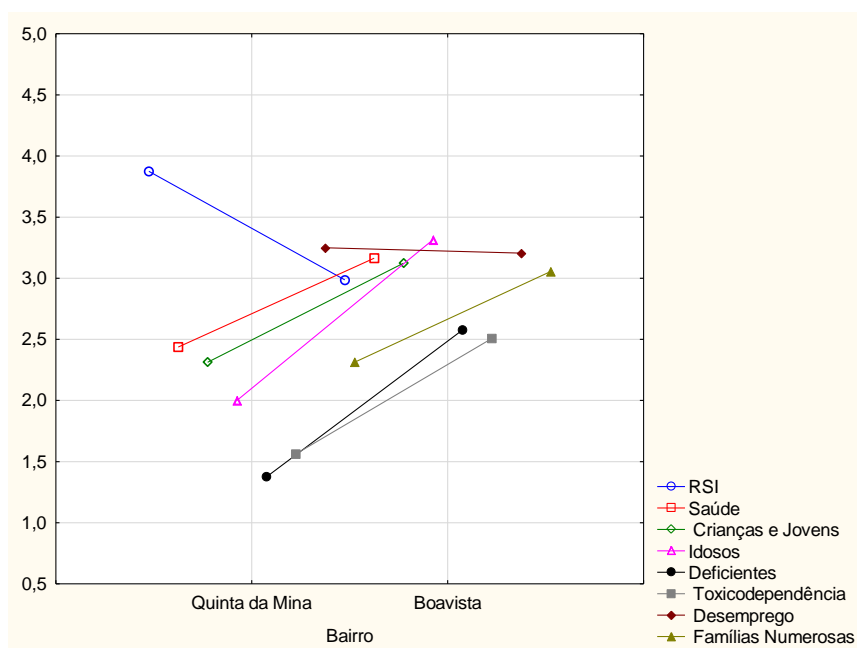
A percepção dos inquiridos acerca da influência da Acção Social no bairro foi avaliada utilizando uma escala de Likert de 4 pontos (1- Nenhuma influência; 4 - Muita influência). Como é perceptível no Quadro IV.29, houve ausência de resposta em todos os tópicos. Os inquiridos (agregados na amostra total) consideram que a acção social no bairro é mais influente nos assuntos que respeitam ao RSI e ao desemprego.

Quadro IV.18- Influência da Acção Social

	Total			BQM			BB		
	N	Média	DP	N	Média	DP	N	Média	DP
RSI	120	3.29	0.92	43	3.81	0.39	77	3.00	1.01
Desemprego	121	3.20	1.03	44	3.27	1.06	77	3.17	1.02
Idosos	111	2.98	1.07	35	2.23	1.17	76	3.33	0.84
Saúde	116	2.90	0.98	38	2.55	1.08	78	3.08	0.89
Crianças e Jovens	110	2.86	1.04	34	2.24	1.07	76	3.14	0.90
Famílias Numerosas	109	2.86	1.12	33	2.39	1.03	76	3.07	1.11
Toxicodependência	102	2.33	0.87	25	1.88	1.01	77	2.48	0.77
Deficientes	104	2.27	0.91	27	1.56	0.85	77	2.53	0.80

A comparação da avaliação dos inquiridos de cada um dos bairros revela diferenças importantes, como ilustrado na Figura IV.23, Assim, analisando as diferenças de médias na avaliação de cada tópico, a acção social associada ao RSI é claramente percebida como mais influente pelos participantes do BQM por comparação com a opinião dos oriundos do Bairro da Boavista ($F(1, 118)=25,52, p=.000$). Os inquiridos do BB julgam a acção social como mais influente na saúde ($F(1, 114)=7,63, p=.006$), na intervenção junto de crianças e jovens ($F(1, 108)=21,08, p=.000$), no apoio a idosos ($F(1, 109)=31,96, p=.000$) e a deficientes ($F(1, 102)=28,68, p=.000$), na toxicodependência ($F(1, 100)=9,74, p=.002$) e junto das famílias numerosas ($F(1, 107)=8,78, p=.003$). Não existe diferença significativa no que respeita à percepção de influência da acção social no desemprego ($F(1, 119)=.282, p=.59, n.s.$).

Figura IV.23 - Avaliação da influência da Acção Social: comparação dos dois bairros



Participação em actividades organizadas pelo técnico (assistente social)

Cerca de 93% do total dos inquiridos (N=131) não participou em qualquer actividade organizadas por assistentes sociais. Comparando por bairros, 78% dos inquiridos (n=39) do BQM não participou em qualquer actividade organizada pelos profissionais de Serviço Social e nenhum dos inquiridos do BB participou em qualquer actividade organizada por assistentes sociais.

Como se pode verificar no Quadro IV.30, a participação em actividades propostas pelos assistentes sociais é muito escassa e anda a par com as poucas actividades desenvolvidas.

Quadro IV.19- Actividades desenvolvidas

	Total (N=131)		BQM (N=50)		BB (N=81)	
	n	%	n	%	n	%
Arranjos florais	5	3.82	5	10.00	0	0
Acção de formação	1	0.76	1	2.00	0	0
Trabalhos manuais	4	3.05	4	8.00	0	0
Outra	1	0.76	1	2.00	0	0

Expectativas em relação ao projecto de regeneração do bairro

Quando indagados sobre as suas expectativas quanto ao projecto de regeneração do bairro, cerca de 6% dos inquiridos (8, sendo 1 do BQM e 7 do BB) não indicaram nenhuma expectativa em relação ao projecto de regeneração do bairro. Mais de metade dos inquiridos manifestou-se genericamente de forma optimista. Tendo sido obtida a informação através de uma questão aberta, foi analisado o conteúdo e criadas categorias capazes de conter o sentido das respostas, conforme explicitado no Quadro IV.31.

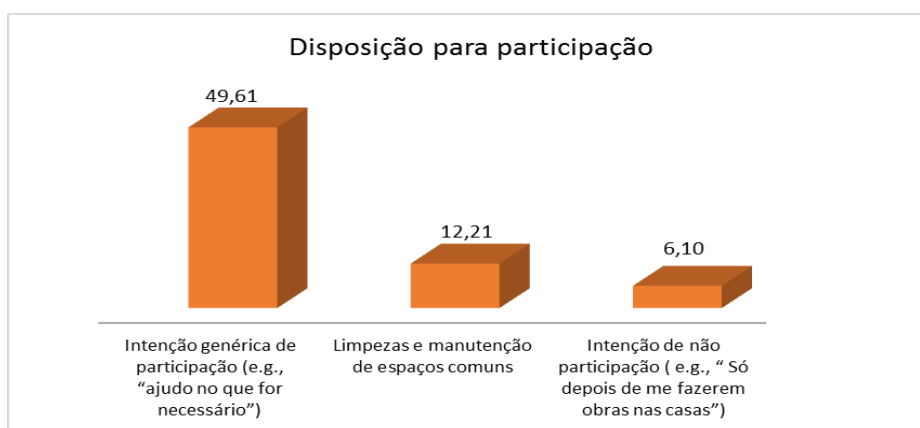
Quadro IV.20- Expectativas acerca do projecto regeneração do bairro (respostas múltiplas)

Categorias	Total (N=131)		BQM (N=50)		BB (N=81)	
	n	%	n	%	n	%
Expectativas positivas genéricas	44	33.58	5	10.0	39	48.14
Expectativas negativas ou s/opinião	8	6.10	1	2.00	7	8.64
Melhorias materiais (obras) nas habitações	33	25.19	19	38.00	14	17.28
Melhoria genérica do bairro	25	19.08	13	26.00	12	14.82
Melhoria específica do bairro (Estética)	9	3.81	5	10.00	4	4.93
Condições (saúde, mercado, espaços comuns, limpeza)	8	6.10	6	12.00	2	2.46

Que estaria disposto a fazer para participar?

No total 42 inquiridos (36.06%) não souberam ou não quiseram responder a esta questão. Praticamente metade da amostra (49.61%) revelou intenção genérica de participar, mas foi incapaz de mencionar formas concretas. No BQM 15 inquiridos (30%) não souberam ou não quiseram responder a esta questão. No BB 27 inquiridos (33.33%) não souberam ou não quiseram responder a esta questão. Mais de metade da subamostra (65%) revelou intenção genérica de participar, mas também não mencionou forma concretas.

Figura IV.24 - Disposição para participar na regeneração do bairro – Total



Da análise dos resultados dos questionários (alguns já apresentados em seminários, e obtidos através do trabalho de observação não participante, análise documental e conversas com os inquiridos) podemos constatar que, actualmente, a metodologia colaborativa é um método necessário. No entanto, surgem algumas questões: como conseguir que as pessoas participem? Como conseguir ganhar a sua confiança? Como simplificar a informação de forma a que seja compreendida por todos? Que qualidade tem a informação obtida e a sua validade? Que tipo de modelo de intervenção?

Considera-se que a participação dos moradores nestas acções de melhoramento da qualidade do bairro, como as candidaturas para a Regeneração Urbana, permite que se criem laços mais fortes entre os moradores e o espaço que habitam, além da melhoria da saúde física, (questões associadas à salubridade do edificado, presença de animais, humidade por condensação e má ventilação, espaço exterior com lixos e pavimentos e paredes com fendas entre outros), mental (criando um espaço mais positivo, onde se viva com qualidade) e social da comunidade. Nesse sentido, as autarquias devem trabalhar com as comunidades com vista ao bem-estar dos moradores e para melhoria da sua relação e identificação com o bairro.

Embora o aumento dos alojamentos de habitação social (bairros sociais), proporcionem a melhoria das condições físicas de vida da população residente, este processo nem sempre foi pacífico, fazendo frequentemente com que os bairros ou áreas de realojamento sejam alvo de discriminação e provocando nos moradores um sentimento de desidentificação social.

A multiplicidade e segmentação das respostas sociais dependendo de diferentes tutelas e com especificidades nos enquadramentos institucionais requerem esforços de convergência e cooperação intersectorial. A complexidade dos indivíduos nas suas múltiplas dimensões bio-sócio-culturais e a eficácia das intervenções depende em grande parte dessa percepção holística e da qualidade da relação entre os assistentes sociais e os indivíduos em situação de necessidade.

Estas são questões que apontam para um constrangimento e limitação da acção de muitos indivíduos, cuja relação de dependência afasta a possibilidade de integração social, isto é, faz com que se perpetue a sua sobrevivência com base no que o Estado lhes atribui, sem que tivesse existido uma intervenção continuada e tornam-se também dependentes dos técnicos que os acompanham, não para delinear o seu projecto de vida, mas para que o seu problema imediato seja resolvido.

A carência habitacional conjuga uma quantidade de problemas acumulados ao longo de décadas, por isso não pode ser considerada como um problema isolado. A par da habitação e do realojamento destes indivíduos e famílias existem problemas de acesso ao mercado de trabalho, cuidados de saúde, educação e de uma falhada inserção que não conduz à sua integração social.

E no sentido em que se verifica uma ruptura com as formas de apropriação do espaço, com as redes de sociabilidade e com os modos de vida, o fenómeno de realojamento constitui “um processo de “urbanização à força” (Guerra, 1996:173).

Mais que um problema de falta de habitações, estas carências são acima de tudo um vazio ao nível das políticas de habitação que não tem permitido a correcção de desequilíbrios relativamente ao acesso à habitação por parte dos indivíduos e famílias com menores recursos ou em situação de grave carência, os chamados “grupos sociais específicos” (Guerra, 1996).

Como se reconhece no relatório elaborado no âmbito do Plano Estratégico de Habitação 2008-2013, “as carências habitacionais apresentam-se em Portugal com várias matizes, sendo difícil fazer a sua estimativa face à sua diversidade e à inexistência de

elementos de informação de base”. Neste sentido, verifica-se uma falha ao nível da quantificação das necessidades habitacionais, em termos absolutos ou em função das suas diferentes vertentes que vão da “simples insatisfação simbólica face à habitação, até às necessidades que advêm da ausência de abrigo”.

Os factores de inclusão obrigam a um trabalho para a integração e para a correcção de desigualdades, num esforço colectivo para incrementar a qualidade de vida e a participação na sociedade civil destes indivíduos como cidadãos de plenos direitos.

É necessário no tratamento destes problemas de integração (...) e no encontro de soluções, que haja o envolvimento de todas as entidades que têm responsabilidade para implementar e articular medidas de acção, de forma a assegurar que todos os elementos das comunidades desfavorecidas possam receber (aceder a) uma boa qualidade de vida material e cultural por forma a suprimir a existência de um conjunto de opiniões generalizadas que influenciam negativamente essa integração local. (Rocha, 2013 *in* CITAD/CMB)

As dificuldades de inclusão e integração das famílias realojadas traduzem-se em sentimentos e práticas negativas e simultaneamente as deficiências registadas na generalidade das habitações, agravadas ao longo dos anos em consequência da construção deficiente, de materiais e acabamentos de má qualidade, agravaram esta situação.

A degradação urbanística, os modos de vida da população realojada e, em particular os conflitos decorrentes da sua integração nestes espaços são factores estruturantes, podendo-se considerar o principal factor local, que levou ao declínio destes bairros.

A nível económico, esta é uma população com baixo rendimento ou nenhum rendimento, a este facto acresce a fraca capacidade de investimento por parte das autarquias, apesar de algum edificado ser de propriedade pública e de alguns esforços nesse sentido, que não podemos deixar de realçar. O dinamismo económico e cultural é muito fraco e as obras de reabilitação têm sido prometidas, mas sem significado do ponto de vista dos resultados.

A nível social, percebemos que a população é uma população envelhecida, os residentes têm problemas sociais a vários níveis, com baixos recursos, incapazes de suportar as rendas sociais, baixos níveis de escolaridade, desemprego de longa duração, incapacidade de por si só investirem no seu projecto de vida.

Independentemente dos esforços que possam ter sido feitos no sentido de melhorar a vidas destes indivíduos, o tipo de intervenção levada a cabo não teve resultados eficazes, principalmente no caso dos inquiridos do BQM, que se sentem abandonados,

marginalizados, enganados, revoltados. É possível entender que todas estas condições criam constrangimentos aos indivíduos e famílias na medida em que os processos de mudança geram processos de ansiedade, traduzindo-se em problemas complexos e difíceis com necessidade de respostas fundamentadas e adequadas, necessidade de flexibilidade e criatividade e fornecimento de informações, conhecimentos e capacidades para influenciar a política e a prática.

Vivemos um momento de interdependência local mas também global (incerteza, austeridade, crise social: diminuição da solidariedade, aumento da desigualdade económica, políticas económicas consideradas isoladamente dos seus resultados sociais) por isso a intervenção num território depende da visão integrada dos processos de intervenção urbana, nomeadamente entre a dimensão urbanística, económica e sociocultural. O objectivo de tornar o bairro mais atractivo, seja a nível económico, como habitacional, social ou cultural, deverá ter em conta a importância das dinâmicas sociais, das redes urbanas de proximidade, das actividades económicas existentes, ou ainda das múltiplas formas de manifestações sociais e culturais de identidade da sua população (Freitas et al., 2012).

De acordo com Freitas et al. (2012), isto faz-se sentir a quatro níveis distintos e fundamentais:

- **Espaço Urbano** - Uma comunidade dividida pelo espaço urbano onde se sente um vazio de centralidades ou a incapacidade de se fazer numa centralidade urbana; onde o espaço público não é promotor de sociabilidades, um espaço que cria cisões em vez de ligações e é marcado pela degradação do parque habitacional.

- **Coesão e Inserção Social** - Dividido pelas culturas e comunidades de origem dos seus habitantes, por culturas e estruturas familiares distintas e pela emergência de novas culturas juvenis urbanas. O bairro da Quinta da Mina e da Boavista são social e culturalmente plurais e fragmentados (sem grandes linhas de comunicação na diversidade).

Governabilidade – A sustentabilidade requer uma *governança* que suporte os interesses das outras jurisdições, a preocupação com as questões éticas, ecológicas e económicas, o bem-estar dos indivíduos, no presente e no futuro, a equidade, a interacção e cooperação global ao nível político e não compartimentada quanto à intervenção que se faz no terreno e limitada por horizontes de intervenção de curto-prazo e negociação de grupos de interesse.

Trajectórias (de Vida) Escolares e Profissionais - Uma comunidade quebrada pelos complexos processos de inserção no mundo de trabalho, ou melhor, pela turbulência das trajectórias escolares e profissionais – anteriores à sua inclusão.

No Ano europeu para a cidadania foram estabelecidos os objectivos da intervenção comunitária para a cidadania:

colocar os cidadãos da UE no centro do debate público no que diz respeito ao futuro da Europa, aproximando-os das instituições europeias; dar a conhecer aos cidadãos os direitos de que dispõem no quadro da legislação europeia e quais as ferramentas e mecanismos que têm para influenciar o processo de decisão política; promover o exercício da cidadania activa e democrática, dando corpo às perspectivas abertas pela introdução nos tratados da Iniciativa de Cidadania Europeia; transmitir a ideia de cidadania enquanto um projecto para toda a vida, presente quer nas eleições e na governação local/ regional, nacional e europeia, quer num constante diálogo civil; sensibilizar os cidadãos para o facto do projecto de integração europeia ter gerado um espaço de Paz e amizade, direitos e oportunidades, mobilidade e interdependências, progresso e prosperidade, educação e cultura (Eurocid, 2013⁹¹).

Nesse sentido, vários autores (Freitas et al., 2012, McDonough, 2001, Guerra, 2006, Silva et al., 2004, Brennan, 2009, Rocha, 2008) defendem que a intervenção passa pelo acompanhamento social da população (residente e/ou realojada), nomeadamente: o acompanhamento socio-familiar dos moradores, de forma a responder às suas necessidades; gestão social e patrimonial de toda a habitação social; a promoção de parcerias com outras instituições e serviços que intervêm na comunidade, no sentido racionalizar e operacionalizar a intervenção social nas comunidades; a promoção de acções de sensibilização em vários domínios através do acompanhamento das famílias; organização de espaços colectivos, de forma a promover a interacção social; a dinamização e auto-organização da população realojada em associações ou grupos, no sentido de potenciar as capacidades de intervenção e gestão dos moradores envolvendo-os numa participação activa do seu próprio desenvolvimento.

Para isso é importante um gabinete de acção social que tenha como objectivo assegurar infra-estruturas e serviços que promovam o bem-estar social da população, procurando responder às suas necessidades de uma forma diversificada e articulada com outras instituições tendo como principais áreas de intervenção: apoio social a vários níveis; apoio na melhoria das condições habitacionais de agregados familiares carenciados

⁹¹ (http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=7605#Objetivos)

(Regulamento Municipal para a Melhoria das Condições de Habitação de Agregados Familiares Carenciados); apoio psicológico a crianças e jovens de agregados familiares carenciados; participação com a CPCJ; loja social, cujo objectivo é suprir as necessidades imediatas de famílias carenciadas (roupas, acessórios domésticos, móveis, etc.); prevenção das toxicodependências, em articulação com o Instituto da Droga e Toxicoddependência (IDT), através da organização de sessões de esclarecimento, palestras, vídeos, distribuição de brindes e lanches organização e participação em outros eventos. etc.

A conjugação dos desafios, das pressões, e das desvantagens se não forem devida e atempadamente prevenidas, podem transformar as trajectórias de vida das famílias e indivíduos, condenando-os à pobreza e às diversas formas de exclusão. Ao não usufruírem de apoios adequados confrontam-se com o risco de ficarem bloqueados e sem condições de garantir a sua subsistência e bem estar, assim como de toda família, consequência, também, de baixa escolaridade e desemprego.

Para acautelar os impactos negativos nas famílias que estão nestas situações é necessário proporcionar-lhes uma aprendizagem de antecipação de problemas desta natureza, encontrar em conjunto uma forma de os contornar e de se adaptarem às mudanças que vão ocorrer ao longo das suas vidas.

Numa sociedade democrática mas desigual, o único recurso dos pobres é actuar em grupos organizados. A comunidade territorial oferece a melhor oportunidade de uso deste recurso para o *empowerment* da população excluída (McDonough, 2001:356).

Quando se fala em Serviço Social geralmente pensa-se mais em ajudas financeiras do que no planeamento de acções de intervenção que dêem às famílias a aquisição de capacidades de gestão das suas vidas e do seu *empowerment*. Nesse sentido, é importante pensar em formas de Serviço Social mais diversificadas e compensadoras e que, ao mesmo tempo, confirmem novas competências às famílias e indivíduos. É também sobre esta forma de entendimento do Serviço Social que se desenvolveu o tema deste trabalho.

3.4. Sistematização de práticas do Serviço Social em eco-bairros

A acção constitui, sem dúvida, um dos pólos de identificação do conhecimento do Serviço Social. Colocarmo-nos no campo de acção implica o exercício e a aquisição de competências teóricas, cognitivas, analíticas e de comunicação, assim como de responsabilidade social indispensável à análise e intervenção sobre os problemas e à construção do conhecimento a partir da prática.

Uma consciência social global requer sobretudo que se assumam um dos valores mais expressivos dos tempos contemporâneos, a aceitação da pluralidade e portanto das diferenças, das especificidades e das singularidades. Cada indivíduo é diferente, é único, respeitá-lo e acolhê-lo não é uma concessão, mas sim um direito e esse direito é social, é político, é de cidadania.

Entende-se que as experiências inovadoras que aspiram à realidade e actuam nela como acção inovadora no âmbito do planeamento e da própria formulação das políticas sociais, irão depender do compromisso, da liberdade, da persistência e da criatividade profissional. “Por trás dos movimentos de cada momento do processo social, está presente a transcendência que fala através da consciência, um saber novo, constituído por uma análise cada vez mais crítica” (Almeida, 1978:132).

Josefina McDonough argumenta “...pela prioridade do serviço social comunitário para a missão profissional na sociedade contemporânea.”, e baseia a sua proposta em três vertentes interligadas: “valores que guiam a profissão (...), características da sociedade contemporânea e consequências (...) e a estrutura e método de intervenção comunitária”. Mais “(...) o trabalho comunitário oferece uma oportunidade para os assistentes sociais contribuírem para uma sociedade mais justa.” (McDonough, 2001:354). Tendo como objectivo que o assistente social, fortaleça as capacidades adaptativas dos indivíduos e influencie o meio, através do seu papel junto dos mesmos, na sua capacitação, ensino, facilitação; mediação, advocacia e organização (em contacto com redes já existentes ou na criação de novas redes).

As circunstâncias actuais conduzem-nos à necessidade de uma intervenção orientada pela integração económica, social e ambiental, com mecanismos de medição e avaliação de resultados que permitam contribuir de forma positiva para a melhoria do ambiente no seu todo.

Um eco-bairro pretende reduzir os impactes ambientais e socioeconómicos, associados às áreas urbanas, melhorando a qualidade de vida e o quotidiano das populações⁹²

E nessa medida o assistente social pode ser facilitador entre os diferentes intervenientes no terreno; valorizá-los e aos seus contributos, assumindo-os como protagonistas dos processos; ter empatia e criar espaços de comunicação com uma linguagem comum que gere cumplicidade; criar dinâmicas e acções que gerem autonomia

⁹² Regulamento Específico da Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana - Orientação Técnica n.º 3 - Programas integrados de criação de Ecobairros – POR Lisboa.

e responsabilidade, autoconhecimento, consciencialização dos problemas e impulsionem para a acção comum.

Não podemos deixar de reforçar que é preciso ir mais além na procura de uma visão que seja ao mesmo tempo global e territorializada e que permita simultaneamente apreender toda a sua complexidade, de forma a evitar acções que se limitem a actuar sobre os efeitos, sem actuar nas suas causas.

(...) este início de milénio exige que repensemos a legitimidade das práticas sociais, a forma como aparecem socialmente, os modos como se articulam (...) a especificidade de uma dada prática não pode ser pensada como exclusividade, mas sim como forma peculiar de aproximação ao objecto, como construção singular de mediações (...) o construtor da prática não é apenas o profissional que a realiza, mas o conjunto dos sujeitos que, articuladamente com o assistente social, dão vida e concretude à prática. Pois então, esses sujeitos que colaboram, promovem e, em certo momento, inspiram e dão vida e consolidam as práticas, materializam a dimensão ética, política e cultural dessa mesma prática (Martinelli, 1999:12).

Os modos de intervenção não devem ser compreendidos somente na dimensão instrumental técnico-operativa mas, mas também num referencial teórico-científico, na apreensão dos factos, fenómenos, processos e práticas quotidianas. Este conhecimento é necessário e pertinente uma vez que a profissão se origina a partir das necessidades e possibilidades oferecidas pelo desenvolvimento desigual da sociedade capitalista.

Framing the problems that social workers deal with as social-ecological issues may cause us to adjust the current objectives and working methods of social work. As an initial approach, we propose that social work can contribute to sustainable development by building social capital by focusing on empowerment in cooperation with other social actors (Peeters, 2011:10).

Este exercício só pode ser feito tendo presente a noção de rede social, numa intervenção que envolve os especialistas e profissionais da acção social, os responsáveis políticos e económicos presentes na comunidade, os interlocutores e representantes cívicos das populações e os indivíduos e famílias. Esta noção de rede, tem implícita a noção de parceria que é essencial para o sucesso de qualquer intervenção, sobretudo em termos do futuro das dinâmicas de actuação face aos contextos sociais.

Como refere Andrade: é através de um trabalho de campo, junto de organizações e populações, lento e continuado, que altera as representações, fomenta a participação directa, consciente, crítica, organizada e solidária dos habitantes na tomada de decisões. Eleva a capacidade crítica nos modos de pensar e de agir. É um trabalho de informação, de

desenvolvimento de capacidades nos domínios cognitivo, organizativo e relacional, que possibilita às populações o exercício do direito de opção, decisão e participação em domínios da política de habitação que lhes dizem respeito (1993:43).

A intervenção num eco-bairro reforça a lógica do “pensar globalmente e agir localmente”. O assistente social tem ao seu alcance a possibilidade de propor ideias e acções que levem em conta as variáveis ambientais, e isso pode-se repercutir na execução de projectos, na mudança dos padrões de consumo, além do envolvimento político com a causa.

(...) na mudança da relação homem/natureza, o profissional de Serviço Social deve-se situar como agente activo de sensibilização da população, contribuindo para o processo de aprendizagem social (Pérez, 2005:45)

A prática do assistente social num eco-bairro consiste no resultado de um planeamento integrado de sensibilização ambiental e compromisso com o projecto ético-político da profissão, a par com a reflexão constante ao nível macro e micro e num meio onde a população possa participar das decisões que lhe cabem num constante exercício de cidadania. Isto traduz-se num compromisso pautado na objectivação da prática da ética, pois sem realização prática, o compromisso com os valores torna-se vazio (Rocha, 2009). Mais do que qualquer crise económica ou financeira do sistema capitalista e consumista do século actual, é a crise de valores e o “apatismo” que se verifica e se intensifica a nível global e que deve ser entendida como produto histórico das condições determinadas pela sociedade, isto é, tornando-se objectiva através da prática da acção ética e da reflexão, segundo as necessidades sociais determinadas historicamente.

We thus have a representation of a process of social change from a functional point of view, which means: how we can make change happen. But social processes are never ethically or politically neutral and so, they must be accompanied and even led by political-ethical reflection and discussion about the desirable direction of action. This emphasizes the importance of the accord between the ethical agenda of sustainable development and the mission of social work (Peeters, 2010b, *in* Peeters, 2011:11).

Um projecto eco-bairro, de acordo com Charlot-Valdieu e Outrequin (2009), caracteriza-se pela prática de uma abordagem que visa dar resposta a três dimensões: questões globais do planeta, questões locais no sentido de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos e famílias, e que contribua para a sustentabilidade.

This perspective allows the practitioner to effectively treat problems and needs of various systemic levels including the individual, family, the small group, and the larger community.

In essence, the practitioner can easily shift from a clinical role to a policy and planning role within the board framework of the ecological approach (Pardeck, 2015:134).

Podemos considerar duas dimensões fulcrais da prática do assistente social num eco-bairro, nomeadamente a dimensão que procura promover um trabalho a longo prazo, com o intuito de promover mudança na estrutura social, e a dimensão que coloca a ênfase na necessidade de resposta às necessidades imediatas dos sujeitos. Ambas são importantes, porque só por intermédio da conjugação destas duas dimensões se poderá pensar numa prática com potencialidades de sustentabilidade e não esquecendo que de uma dimensão para a outra muitas variáveis e outras dimensões têm que ser tidas em conta na intervenção.

Sendo o Serviço Social uma área comprometida com a promoção da dignidade humana, da garantia dos direitos humanos universais e da construção de uma sociedade mais justa e equitativa, está implícita a responsabilidade do assistente social para com os problemas actuais, sejam eles de exclusão social ou de natureza ambiental e isso significa uma exigência cada vez maior no seu exercício profissional, incentivando os indivíduos na construção de uma sociedade que seja “(...) aquela que em todos os aspectos da vida cívica e pessoal sejam compatíveis com o desenvolvimento sustentável” (UNESCO, 2005:49).

Nesse sentido, baseando-se em acções participativas e em práticas que valorizem e sustentem “processos ecológicos de apoio à vida” (UNESCO, 2005:30) e que se pautem “por valores que possibilitem a mudança pessoal e social” (Tuvilla Rayo, 2004:104-105), importa levar a cabo a ideia de que o desenvolvimento sustentável resulta de um compromisso colectivo entre os indivíduos, as instituições, o poder local e os governos.

CAPÍTULO V – PRÁTICAS DE SERVIÇO SOCIAL EM COMUNIDADES VULNERÁVEIS

O conceito de vulnerabilidade social, já referido no capítulo II, é comumente associado a acontecimentos ligados a desastres naturais e tecnológicos, situações de risco, e à capacidade de resiliência e resistência dos indivíduos e das comunidades, ou seja refere-se à incapacidade de pessoas, organizações e sociedades suportarem os impactos adversos decorrentes das múltiplas pressões a que estão expostas. O risco é explicitamente definido como uma função de perturbação, *stress* (Blaikie et al., 1994) e desta forma as pressões dinâmicas envolventes traduzem-se em processos de insegurança específicas em que a vulnerabilidade se expressa no tempo e no espaço, como as induzidas pelo ambiente físico, a economia local ou relações sociais (Blaikie, et al., 1994).

Estes impactos devem-se em parte a características inerentes às interacções sociais, instituições e sistemas de valores culturais e são vários os autores (Maskrey, 1989; Oliver-Smith, 2004; Dwyer et al., 2004; Wisner et al., 2004) que defendem a integração dos factores biofísicos e socioculturais na análise da vulnerabilidade social, o que implica uma perspectiva mais abrangente, em que a vulnerabilidade é vista como um conceito de ecologia política e integra uma multidimensionalidade de factores: económicos, demográficos e políticos, classe social e etnia.

Embora a reflexão sobre este conceito gere algum consenso, há no entanto alguns factores relevantes que são defendidos por outros autores (Perrow, 2007; 2006; Birkmann, 2006; Langridge et al., 2006), que se referem à propensão da população para perigos ou perda dos recursos económicos e a estreita dependência de condicionantes físicas, sociais, políticas, económicas, culturais e institucionais dos territórios afectados

Quanto aos factores estruturais e à sua integração explícita nos planos de ordenamento do território, Prescott-Allen (2001), Eakin e Luers (2006) defendem uma visão ecológica e política, seguida por Phillips et al. (2009), Birkmann (2006), Langridge et al. (2006) que acrescentam a interacção existente entre o ser humano e o ambiente, sendo no seu entendimento um factor chave para a promoção de uma cultura de resiliência e conseqüente redução do risco. Apesar destas diferenças, existe unanimidade quanto ao facto de a vulnerabilidade social não ser só decorrente de exposição a perigos, mas também conseqüência de condições de desigualdade social relacionadas com múltiplos factores

como a pobreza, a idade, o género ou a classe social (Bankoff, 2004; Bolin, 2006; Cutter, 2006; Dwyer, 2004; Fekete, 2009; Langridge et al., 2006).

Podemos por isso dizer que as suas componentes variam conforme as características das comunidades, resultando da dimensão do seu desenvolvimento económico, da possibilidade de acesso a recursos, dos modos de vida e dos meios de subsistência dos indivíduos e famílias e como tal, as populações encontram-se em condição de vulnerabilidade não só pela sua exposição aos perigos, mas também por consequência da marginalização, exclusão e estigma⁹³ em que vivem (Cutter, 2003).

Devido ao carácter multifacetado, a vulnerabilidade social está intrinsecamente ligada à questão dos direitos humanos, na medida em que se refere a indivíduos ou grupos fragilizados no exercício da sua cidadania, nomeadamente na garantia de promoção e protecção dos seus direitos, encontrando-se destituídos da sua capacidade para ter acesso aos equipamentos e a oportunidades sociais e económicas que o mercado, a sociedade e o Estado possam oferecer. Nesse sentido, relembramos que a preocupação do assistente social enquanto profissional, visa sobretudo a defesa da dignidade humana, dos direitos humanos e justiça social e é também o assistente social que deve ter o papel de mediador e ser a ponte entre o indivíduo e as instituições, sendo que este postulado já há muito vem sendo defendido por vários autores (Andrade, 2001; Almeida, 2002; Payne, 2002).

O apoio aos indivíduos e famílias para que tenham as suas necessidades básicas asseguradas, de forma a que possam e façam de facto parte da sociedade onde vivem, são medidas de integração. O objectivo de satisfazer as necessidades humanas e o progresso social da população imprime, por isso, à política social um carácter universal. A realização de direitos sociais é um objectivo tanto mais relevante quanto mais as sociedades que reconhecerem tais direitos, assim como a sua relação com aspectos básicos da cidadania e da sociedade democrática e, quanto mais o “Estado de Direito” seja também um “Estado de Direitos” (Rocha, 2008).

Quer na perspectiva das necessidades humanas, quer na dos problemas sociais ou dos direitos sociais, tem de se identificar as diversas dimensões das situações e as relações

⁹³ Estigma, é a condição de não se possuir os atributos considerados importantes por determinado grupo social. Os indivíduos estigmatizados tornam-se rapidamente cientes da forma que os outros os veem. Assim, aquele que é estigmatizado pode sofrer um processo complexo de normatização, o qual se dá pela forma que o indivíduo estigmatizado se adapta a sociedade, a fim de reduzir sua diferença das normas culturais (Becker e Arnold, 1986).

entre elas, como por exemplo os problemas de saúde, de habitação, de alimentação, de educação que estando interligados, reforçam-se e potenciam-se mutuamente.

A multidimensionalidade das situações também confere à política social um carácter interdisciplinar e intersectorial, competindo-lhe identificar os domínios científicos e os sectores dos problemas para a formulação das soluções eficazes. A noção de dignidade humana, que varia consoante as épocas e os locais, é uma ideia força que actualmente possuímos e admitimos na civilização ocidental e é a base dos textos fundamentais sobre Direitos Humanos.

Diz-se, nomeadamente no preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948: “Os direitos humanos são a expressão directa da dignidade da pessoa humana, a obrigação dos Estados de assegurarem o respeito que decorre do próprio reconhecimento dessa dignidade” (Lenoir e Mathieu, 1998:100).

Mais: A valorização do papel/acção dos indivíduos é de extrema importância, porque sabendo que há uma conexão, entre as representações negativas que existem de certos indivíduos e grupos sociais e, a interiorização pelos mesmos, de que não possuem habilidades e/ou capacidades para ultrapassarem as problemáticas que vivenciam, só por intermédio dessa valorização e, em consequência, do *empowerment*, é que se pode trabalhar esta questão. (Payne, 1991: 205).

Por isso, é necessário reforçar as potencialidades de acção que os mesmos possuem, porque os indivíduos têm potencialidades para modificar os seus contextos de vida, mas, para isso, é necessário que apreendam e compreendam esses contextos e, consequentemente desenvolvam um conceito político próprio que os leve a agir, dado que, os “cidadãos virtuais”, apesar da passividade que deixam transparecer, quando por qualquer razão se sentem “proibidos” de actuar, ao descobrir que os consideram incapazes de usar suas faculdades, sofrem e, então, mais facilmente poderão agir com comportamentos de risco (Freire, *in* Silva, 2003:36).

Assim, por um lado, deve-se estar ciente da posição que os indivíduos ocupam no contexto da estrutura económica e social e, por outro, ao trabalhar individualmente com os mesmos, os assistentes sociais deverão, para além da resposta às necessidades materiais, tentar melhorar a sua auto-estima e/ou a autodeterminação (aspecto fundamental do *empowerment*) por intermédio de uma análise crítica que valorize as suas potencialidades de acção (Bailey e Brake *in* Payne, 1991:205).

Esta análise só é possível se se criar uma imagem do indivíduo, como sendo um indivíduo que é, por um lado, subjectivo na medida em que representa um ponto de vista individual e, por outro, um ser social, dado que a pessoa é criada e afectada pelo seu meio envolvente (Payne, *in* Silva, 2003:37).

Neste sentido, a acção do Serviço Social em comunidades vulneráveis é necessária a fim de garantir a complementaridade de saberes com a acção de profissionais de outras áreas do conhecimento, i.e. a intervenção do Serviço Social no contexto de uma acção interdisciplinar deve ser destacada e pode ser uma âncora para que, a partir das estratégias metodológicas da sua abordagem, a participação dos indivíduos e famílias possa ser, de facto, olhada como um elemento fundamental para que os processos de regeneração urbana sejam legitimados e sustentáveis.

1. Modelos de Intervenção Comunitária em Serviço Social

O Serviço Social emerge quando a “questão social” se intensifica e desenvolve-se com o surgimento do Estado de Bem Estar Social, isto é, um estado preocupado com as questões sociais, que reconhece a necessidade de ter um papel preponderante na sociedade, surgindo assim a necessidade de assegurar as necessidades básicas dos indivíduos.

A partir dos anos quarenta e cinquenta o Serviço Social passa a contar com três grandes ramos: Serviço Social de Casos; Serviço Social de Grupos; Serviço Social de Comunidades. Nesse momento, o Serviço Social começa a ter um papel crucial no que respeita à intervenção comunitária e sobre as alterações que se operaram no conceito de comunidade. A sua implicação no processo de “des-traditionalização” do Serviço Social de Comunidades está ligada ao conjunto de transformações ocorridas no âmbito da transição do paradigma da sociedade industrial para a sociedade do risco, em que o Serviço Social dirigiu um olhar reflexivo em torno do processo de construção, desconstrução e reconstrução do paradigma institucional. (Mouro, 2009).

Começa-se pela emergência da intervenção comunitária, nos finais do século XIX, até à sua consolidação como método próprio em 1962, e a sua recriação na sociedade contemporânea. Face às características dos problemas com que no seu quotidiano profissional os assistentes sociais se confrontavam, e, “tendo em conta a influência do positivismo ao nível do exercício da intervenção social, o primeiro método sistematizado, foi o *casework* que “investe na construção de uma teoria de prática individualizada de intervenção (...) (Mouro, 2001:37, 38).

A intervenção comunitária afirmou-se como uma alternativa que se destacava por utilizar diferentes metodologias e por ser exercida de forma aberta e não exclusivamente profissional. No entanto, em Portugal, a intervenção comunitária acaba por ser subalternizada face à reconfiguração das responsabilidades políticas do Estado na gestão das desigualdades e na construção cultural e política do conceito de cidadania (Estado Providência).

O Serviço Social de Comunidades, como método,

(...) constitui-se num processo de relacionamento do assistente social com indivíduos e grupos e de vários indivíduos ou grupos entre si. O assistente social estimula, sugere, orienta os interessados, sem obrigá-los, e os aceita como são sem julgá-los. (...). Os indivíduos não procuram solucionar seus próprios problemas, mas os que afectam a comunidade; trabalham em benefício de um determinado projecto, plano ou serviço aceito por eles como o mais adequado à comunidade (Vieira, 1988:276).

Já Ander-Egg (1995:116), refere que este método é um “processo pelo qual uma comunidade identifica problemas sociais, necessidades e objectivos, classifica-os, procurando encontrar recursos internos e externos para enfrentá-los e intervém”, ou seja, “desenvolve na comunidade atitudes cooperadoras, colaboradoras e formas de actuar”, ultrapassando-se a mera associação às formas governamentais e conferindo maior autonomia e autodeterminação às comunidades. Percebe-se aqui um eixo fundamental do Serviço Social de comunidades: a democratização do poder, com ênfase na dimensão colectiva.

Sem perder o sentido da individualização dos problemas sociais, o Serviço Social de Comunidades, alicerçado na promoção social, despertou nos profissionais a contínua reflexão sobre as mudanças da componente teórico-metodológica da profissão, criando “novos estilos de actuação profissional, os quais, mais organizados, correspondiam a um conjunto de novas necessidades decorrentes de uma reformulação ideológica dos mecanismos de regulação social” (Mouro, 2001:43-44).

O trabalho comunitário é concebido como um método específico de Serviço Social, denominado como Serviço Social de Comunidades e conheceu vários modelos e nomenclaturas: Organização de Comunidades; Desenvolvimento Comunitário; Intervenção Comunitária (McDonough, 2001; Mouro, 2001; Vieira, 1988; Adder-Egg, 1995). Actualmente é cada vez menos considerado como um método e mais como um conjunto de princípios orientadores de intervenção (modelo). Também deixou de se limitar

à área do Serviço Social e é partilhado por profissionais de várias áreas disciplinares que actuam em equipas multidisciplinares no terreno.

O modelo de trabalho comunitário no Serviço Social “teve origem na América do Norte em processos de intervenção comunitária empreendidos nas colónias de muitas das potências coloniais europeias dos séculos XIX e XX” (Payne, 2002:276). É a partir dos anos oitenta (no contexto dos países em vias de desenvolvimento), que o modelo de trabalho de comunidades foi considerado o mais adequado pela maioria dos países.

Através do esquema que Payne (2002) desenvolve, pode-se perceber como se conceptualizou o processo dos diversos modelos de trabalho de comunidades:

Quadro V.1 – Modelos de trabalho comunitário

Taylor e Roberts (1985)	Pople (1995)	Explicação
Desenvolvimento da Comunidade	Desenvolvimento da Comunidade	Ajudar os grupos a reunirem e a participarem na conquista de aptidões e de confiança para promover serviços e infra-estruturas na sua localidade.
Acção política	Acção Comunitária	Acção directa frequentemente usada a um nível local para mudar políticas, práticas governamentais e oficiais, ou atitudes de grupos poderosos. Na Europa é, frequentemente baseado em classes.
Desenvolvimento e Coordenação de Programas. Ligação Comunitária	Assistência Comunitária Organização Comunitária	Cultivar redes de trabalho social e de serviços voluntários para alcançar um trabalho melhor e uma melhor coordenação e participação nos serviços de assistência
Planeamento	Planeamento social/comunitário	Relacionado com a participação num melhor planeamento dos serviços, na análise de problemas sociais e dos objectivos das políticas e na avaliação de serviços e políticas.
	Educação Comunitária	Relacionada com a participação em e com o desenvolvimento de oportunidades de envolvimento na educação para grupos carenciados.

Fonte: Payne (2002:101-102)

O trabalho comunitário consiste num processo que passa pela associação conjunta de indivíduos no sentido da realização de interesses comuns; pelo desenvolvimento de capacidades, confiança e recursos; pelo fortalecimento de relações dentro da comunidade, assegurando que os indivíduos sejam reconhecidos como parceiros na produção, nos serviços e na vida democrática, em vez de serem objectos das decisões e políticas exteriores à comunidade.

Fernández e Lopez (2008) entendem o trabalho comunitário como sendo:

(...) una disciplina del Trabajo Social que parte de los valores de la ciudadanía democrática, se basa en una metodología científica, se aplica a través de un proceso de diagnóstico, planificación, organización, desarrollo y evaluación y conlleva un proceso de enriquecimiento (empowerment) personal y comunitario (Fernández e López, 2008:17).

Para Restrepo (2003) apesar dos modelos radicais terem permitido estabelecer uma ruptura importante com as tradições positivistas presentes na profissão, fornecendo elementos de valor para a sua consolidação teórica com o suporte de outras Ciências Sociais, as necessidades e as situações sociais actuais impõem ao Serviço Social contemporâneo a obrigação de questionar o seu alcance e a sua pertinência.

Questionar a ênfase colocada no colectivo e no comunitário como articuladora da acção social gerando desconhecimento e a destituição de outros aspectos constitutivos da realidade, questionar a sua perspectiva materialista e economicista que restringe a concepção humanista e integral da acção social, e sua perspectiva global que permite explicar a causa estrutural dos problemas sociais mas é escassa para elaborar enunciados coerentes que orientem e regulem a acção de forma crítica e reflexiva e ainda questionar o facto de conceber a realidade como a histórica, produto da evolução natural, na força construtora dos sujeitos sociais e desconhecendo o quotidiano e a multiculturalidade como constituintes da mesma (Restrepo, 2003:77)

Outros autores (Nunes, 1996; Vieira, 1988, McDonough, 2001, Mouro, 2009, Robertis, 2011) acrescentam ainda que o trabalho comunitário passa por realizar a integração teórica e metodológica, recusam a sua fragmentação e defendem a associação coerente das teorias de diferentes disciplinas (ciências sociais) e métodos de trabalho social, investigação e acção política, para que se possa identificar, analisar, responder a problemas sociais nos seus contextos histórico-sócio-político-económico e priorizar a dimensão colectiva nas suas análises estratégicas.

De acordo com Nunes (1996) o trabalho comunitário é actividade crítica, partindo dos desejos e problemas imediatos das pessoas, estimulando a acção e procura de mudança,

tendo em conta as possibilidades políticas e históricas e facilitando a compreensão dos factores estruturais dos conflitos sociais (1996:280).

Dirige-se à colectividade/comunidade, aos locais onde se encontram os indivíduos com os seus problemas, numa abordagem da totalidade das relações e interdependências sociais conforme a experiência e perspectiva dos próprios, fazendo com se tornem no processo, simultaneamente sujeitos de acção política e de aprendizagem.

A organização do trabalho comunitário parte de uma: base territorial (suporte a moradores, renovação urbana, etc.); base categorial (suporte a grupos de mulheres, desempregados, emigrantes, etc.) e tem como objectivos: resposta e solução de problemas (individuais e colectivos) concretos; reforço do funcionamento democrático e da participação e poder dos cidadãos; capacitação de grupos da população pela sua formação e organização de relações entre diferentes grupos sociais (aumento da capacidade de agir); melhoria da qualidade e da redistribuição de bens e serviços; procura de justiça para minorias e grupos oprimidos; mudança de instituições e políticas sociais (McDonough, 2001:355).

Na intervenção em comunidade parte-se sempre das experiências e prioridades dos indivíduos, são as prioridades por eles definidas que orientam a acção, ou seja, o processo de mudança realiza-se sob o controlo dos próprios e pelo desenvolvimento de práticas participativas. Essas características operacionalizam-se e concentram-se na dimensão colectiva através da acção colectiva num processo educativo de transferência de saberes e competências para a comunidade, pela consciencialização social e política acerca da sua situação de vida, pela procura de mudanças sustentáveis e duradouras e pela utilização de pluralidade de métodos e técnicas provenientes de diversas disciplinas e apoio em valores éticos.

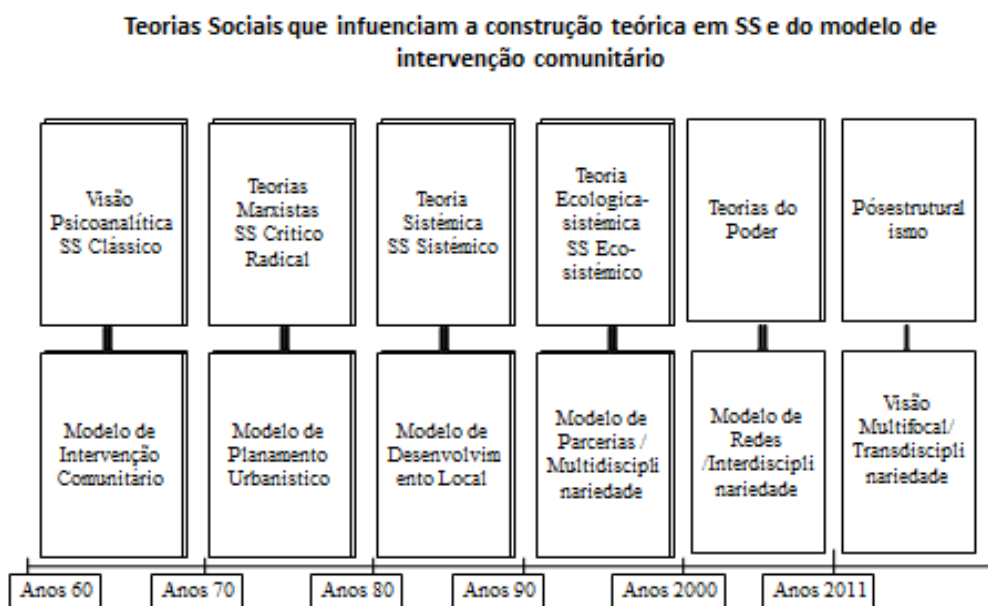
Numa sociedade democrática mas desigual, o único recurso dos pobres é actuar em grupos organizados. A comunidade territorial oferece a melhor oportunidade de uso deste recurso para o *empowerment* da população excluída (McDonough, 2001:356).

É por isso um trabalho de natureza sociopolítica que implica a participação da população nos processos de decisão, na definição de necessidades e respostas a essas necessidades e envolve uma crítica das estruturas de poder e condições existentes. A intervenção do Serviço Social encontra-se intimamente ligada às questões e às mudanças sociopolíticas e como tal, todo o processo de intervenção comunitária ganhou formas de se relacionar com a realidade política e social das populações.

Na figura V.2 fazemos uma síntese da evolução da construção dos modelos de

intervenção comunitário em Serviço Social.⁹⁴

Figura V.1 - Teorias Sociais vs. Modelos de Intervenção Comunitária



O debate sobre a intervenção comunitária tem sido profundo ao longo dos anos, não só devido às suas finalidades sociopolíticas e ao seu âmbito, como também, ao quadro conceptual que lhe está associado, em que a questão dos conceitos de desenvolvimento e de acção comunitária é das mais importantes. O interesse pelo método de intervenção com comunidades comprova-se pelo elevado número de produção de conhecimento na área do Serviço Social, com destaque, entre outros, para Blanc (1986), Lilo e Roselló (2001), Rothman (2001), McDonough (2001), Robertis (1994 e 2008), Ander-Egg (2005), Mondolfo (2005), Viscarret (2007), Lochen (2010).

Esta situação resulta de um percurso, por vezes contraditório, pelo qual passaram as ciências sociais em geral e o Serviço Social em particular. Embora a explicação dos problemas não tenha sofrido grandes alterações, continuando-se a basear na perspectiva da disfunção e da falta de integração (perspectiva funcionalista da sociedade). Como nos diz Costa (2002) a simultaneidade entre o “velho” e o “novo” é o desafio e talvez a base para a eficácia dos processos de reabilitação urbana.

⁹⁴ Elaboração da autora

A ideia central é a de que o contexto no qual habitam os indivíduos (com as suas instituições sociais e sendo, de alguma forma produto de factores sociais) exerce sobre eles um impacto tão grande que influencia o seu comportamento e atitudes.

(...) O contributo ao progresso pelo qual os grupos de cidadãos, em particular os grupos mais desfavorecidos, de uma forma colectiva, procuram resolver problemas concretos. Atribui-se grande importância neste processo aos objectivos de consciencialização, emancipação e democratização (...) (Nunes et al., 1996:55)

A análise das comunidades tornou-se essencial, mais do que a referência individual e respectivas famílias, ou seja, parte-se do pressuposto que nas grandes cidades, “as subculturas e os grupos minoritários se refugiam em determinados lugares, dando origem à localização geográfica (ex. bairros de delinquentes), quando a realidade passa por (...) dar às pessoas mais poder sobre as mudanças que acontecem no seu contexto de vida, sobre as políticas que as afectam e os serviços que utilizam. (Taylor *in* Nunes et al., 1996:56).

O Serviço Social comunitário envolve a compreensão da dinâmica de poder e relações sociais que regem as ligações entre: as várias estruturas e diversas comunidades e o trabalho para alcançar a justiça social e a mudança estrutural. A sua operacionalização é feita através de um processo fortalecimento do poder dos cidadãos nas suas comunidades locais para participarem na determinação das condições em que vivem.

A identidade de “comunidade” varia e muda de acordo com o contexto do assunto específico ou problema social e o assistente social na sua prática, pretende resolver os problemas sistémicos que criam problemas sociais, nomeadamente, colaborar para a alteração de políticas que perpetuam a pobreza, ou cooperar em movimentos sociais organizados que possam contribuir para a mudança.

A principal abordagem a este trabalho é a crença de que as pessoas ao agir em conjunto têm uma grande capacidade para melhorar a sua autonomia, pois são elas que têm o conhecimento da situação em que vivem e do que precisam para melhorar a sua situação. Além de que isso reflecte os valores fundamentais da profissão em geral.

Algumas das ferramentas utilizadas pelo assistente social no desenvolvimento comunitário visam desenvolver a consciencialização comunitária, identificação e desenvolvimento de liderança e autonomia, a criação de alianças estratégicas, a formação de adultos, a colaboração e a construção de capacitação comunitária. Para além disso o assistente social pode estar envolvido e interferir no desenvolvimento de programas e projectos e dar o seu contributo para a investigação.

Assume-se que a função do Serviço Social ambiental é (também) integrar e coordenar acções de consciencialização da população para um desenvolvimento sustentável (Gómez, Aguado e Pérez, 2007). Para conseguir uma melhor compreensão das condições sociais, económicas e políticas, os assistentes sociais que desenvolvem a sua prática ao nível da comunidade devem fazer uma análise das questões de ordem pública e, muitas vezes envolver-se com os outros profissionais na análise política, esta reflexão ajuda no desenvolvimento de estratégias para alcançar alguma forma de mudança sustentável.

Outros dois conceitos que muitas vezes se encontram associados aos de desenvolvimento comunitário são os de organização comunitária e Serviço Social de comunidades. O termo organização exprime a ideia de uma articulação de meios ou recursos e é neste sentido que por exemplo, uma empresa é uma organização, uma vez que é um sistema em que se encontram articulados de uma forma coerente meios materiais (instalações, equipamentos, energia, verbas) e humanos (quadros dirigentes, técnicos, administrativos, operários e auxiliares) com vista a atingir os seus objectivos empresariais.

O mesmo se passa em relação aos agregados sociais que se querem transformar em comunidades. Imagine-se, por exemplo, um bairro nos arredores de uma grande cidade, as suas características de dormitório fazem com que o anonimato dos seus residentes seja uma característica marcante e o controle social informal seja baixo, constituindo terreno fértil para a ocorrência de inúmeros problemas sociais (elevadas taxas de absentismo escolar, de pequena delinquência juvenil, de falta de apoio a idosos e deficientes). Neste contexto entende-se por organização comunitária o processo de articulação de meios (materiais e humanos) susceptíveis de criar condições a um determinado conjunto social para que se transforme numa comunidade. (Carmo, 2007)

Para que a organização de comunidades se processe com eficácia e eficiência é necessário um conjunto de decisões estratégicas, nomeadamente: identificar recursos; estabelecer prioridades e articular recursos.

O Serviço Social de comunidades é uma estratégia macrosocial do Serviço Social, com os objectivos de ajudar uma dada população e segundo Payne (2002): tomar consciência das suas necessidades e recursos; assumir uma posição crítica sobre a sua realidade; organizar de forma dinâmica os seus recursos para dar resposta às suas necessidades.

Para a intervenção com os indivíduos isto implica três passos que correspondem a outras tantas etapas de autonomização crescente: tomar consciência de uma dada situação-problema, validá-la criticamente, comparando-a a situações alternativas desejáveis e agir para modificar. Neste processo, o assistente social deve assumir-se como recurso do sistema-indivíduos e não como substituto dele, ajudando-o a responder a situações de carência, dinamizando processos que criem condições para o desenvolvimento de sistemas de liderança eficazes e participados, para a coesão da comunidade e para a integração desta no ambiente que a rodeia (Payne, 2002).

Segundo Josefina McDonough (2001:350) “Há um consenso, (...) que os valores base do Serviço Social assentam na autodeterminação e na justiça social (...) respeitem a liberdade dos utentes, (...) que as suas actividades contribuam para uma maior justiça social.”

Trabalhar as generalizações permite abrir um leque de oportunidades para os indivíduos decidirem e é importante para os assistentes sociais aperceberem-se do que está implícito. Os indivíduos dependem dos sistemas do seu meio imediato (naturais, formais e sociais), porém, acontece que muitos dos indivíduos com dificuldades podem não saber utilizar os sistemas que existem, ou podem não existir sistemas suficientes para dar resposta aos seus problemas, nessa medida importa apoiar-los nas tarefas significativas da sua vida; aliviar o stress; trabalhar com vista a autocapacitarem-se e a resolverem os problemas que lhes surgem.

2. A prática do assistente social em Comunidades Vulneráveis

O assistente social perante a complexidade com que se confronta entre exclusão social e crescimento, têm como desafio da sua *práxis* profissional, construir práticas criativas e novas formas de intervenção capazes de superar as dificuldades encontradas pelos indivíduos e presentes no quotidiano da sua acção, cabendo-lhe interpretar como se expressam as contradições postas na realidade. Actualmente, os problemas não podem ser entendidos isoladamente, mas sim olhando-os de forma interconectada e interdependente.

A própria natureza dos valores e princípios do Serviço Social, como os direitos humanos e a justiça social sugerem que a adesão dos assistentes sociais para tais valores e princípios na sua prática exigem um “*political engagement*” (Pawar, 2014:5). É difícil imaginar a consagração dos direitos humanos e da justiça social nas comunidades locais, sem que isso se manifeste.

Como afirma Boff (1996:32) “propor-se ser inclusivo contra todas as exclusões, conjuntivo contra todas as disjunções, holístico contra todos os reducionismos, complexo contra todas as simplificações”.

Muitos dos indivíduos em comunidades ao nível local vivem sem satisfazer as suas necessidades básicas e com condições deploráveis, que sugerem que os seus direitos humanos lhes foram negados e que eles são submetidos a injustiças sociais. Os direitos humanos e justiça social não são questões apolíticas e nesse sentido a tentativa de alcançar a mudança social, a igualdade e a justiça social, conduz a que os assistentes sociais façam o uso consciente dos valores dos direitos humanos e que actuem na perspectiva de garantir esses mesmos direitos, nomeadamente nas carências habitacionais, ineficácia de políticas sociais e equipamentos/serviços públicos, exposição a áreas de risco e condições ambientais inadequadas e ausência de participação social na gestão das comunidades/bairros.

Nesse sentido, o assistente social através das dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa do seu fazer profissional tem como desafio contribuir para uma política de desenvolvimento urbano e de habitação que conduza à sustentabilidade ecológica das comunidades e simultaneamente contribua para a emancipação dos indivíduos através da sua autodeterminação, autonomia e qualificação para a defesa dos seus direitos de cidadania.

Na mesma linha de pensamento Uvin (2004) afirma que:

“...human rights values/principles focus on social structures, loci of power, rule of law, empowerment, and structural change in favor of the poorest and most deprived. Thus, to be true to their values and principles, social workers need to engage politically with local communities (Uvin, 2004 *in* Pawar, 2014:6).

A sustentabilidade de uma comunidade pressupõe actividades de desenvolvimento comunitário com base nas necessidades dos indivíduos e que devem ser planeadas, desenvolvidas e continuadas pelos próprios sem depender de suporte externo, ou com apoio mínimo externo e como tal, o assistente social na sua prática deve concentrar-se em utilizar as capacidades existentes e estender as capacidades dos indivíduos, grupos, líderes, organizações e instituições em relação ao desenvolvimento de mecanismos participativos de auto-governança e gestão, sem dependência externa desnecessária e interferências.

Os indivíduos pobres e marginalizados, que foram reprimidos e enfraquecidos por um longo período não estão em posição de ver além de sua situação actual, encontrando-se

em estados de apatia, indiferença, desamparo e impotência, transformar essa situação com vista à sua mudança é uma tarefa essencial para os assistentes sociais.

Toward this end, they need to engage meaningfully with Community-Based Organizations/People's Organizations (CBOs/POs), local NGOs and other associations, and local institutions (councils), which are the main pillars of self-governance and management in communities. By networking among these groups, flexible structures and processes need to be developed for self-governance and management of a range of community development activities in the areas of health, education, employment, housing, culture, natural resource management, and economic production (Pawar, 2014:8)

A prática de desenvolvimento comunitário sustentável deve centrar-se numa primeira fase, essencialmente, em permitir que os grupos oprimidos percebam que a causa da sua situação está nas estruturas socioeconómicas e políticas e que eles podem mudar essa situação, através da redefinição das suas condições e assumindo a responsabilidade de mudar essa situação, para garantir o desenvolvimento sustentável da comunidade, tanto em termos de sustentabilidade ecológica como da comunidade em si mesma.

Com o intuito de conhecer o processo de implementação e a intervenção social realizada nos projectos eco-bairro (Bairro da Boavista e Bairro Quinta da Mina) realizaram-se, como já referido no Capítulo III entrevistas semi-directivas a assistentes sociais e interventores dos projectos, nomeadamente decisores políticos. Após a sua categorização e análise procedeu-se à interpretação e reflexão sobre os resultados obtidos e que constam neste ponto. Os resultados foram sistematizados e analisados de acordo com o conteúdo categorial previamente estabelecido⁹⁵ e que seguidamente apresentamos:

Categoria 1 - Implementação do projecto eco-bairro

Enquadramento do projecto

O realojamento em habitação social obedece a diversos critérios e é assente na avaliação de algumas áreas, esta avaliação técnica tem implícito o conhecimento da situação socioeconómica das famílias a realojar. Inicialmente as famílias interessadas terão de efectuar a respectiva inscrição, ficam em lista de espera e são seleccionadas consoante o seu grau de necessidade e os fogos disponíveis. Contudo, a carência de alojamentos constituíram sempre problemas graves que afectaram as populações e suas famílias.

⁹⁵ Ver anexo 9

Como já foi dito anteriormente, os municípios viram-se na necessidade de investir nestes territórios através de candidaturas de financiamento à União Europeia, conjugando nessas candidaturas a necessidade de reabilitação dos bairros com as questões ambientais.

Para os entrevistados a habitação nunca deixou de ser um problema, um problema de nível social, económico e político ideológico. Ao longo de vários anos, diversas soluções foram levadas a cabo, embora a maior parte das vezes sem resultados satisfatórios. A situação tornou-se cada vez mais complexa, com os sucessivos processos de realojamento, reabilitação, posteriormente com a emigração, como tal começaram a surgir situações de sobrelotação de alojamentos, questões de higiene, degradação do edificado, desconforto face a situações de vandalismo e outras.

Os entrevistados consideram que a habitação é sem dúvida uma necessidade básica e nesse sentido tem uma dimensão de identidade e acarreta uma função social, (uma vez que, a habitação é vivida e habitada, sendo nesta dupla dimensão que se constrói a sua identidade e a sua própria função social). Assim, podemos afirmar que a habitação é um elemento fundamental na construção da personalidade individual, de integração social e de socialização, para além de ser um espaço que tem que ver com o ambiente onde as pessoas se inserem.

(...) dizer-lhe que pronto este projecto de inicio terá as suas coisas boas certamente mas ainda não é um projecto concluído porque fazemos alguma coisa só pela rama e depois não irmos ao fundo das questões certamente deixamos o trabalho a meio e sendo assim ninguém ganha com estas situações porque nós sabemos por intermédio da junta de freguesia e camara municipal em relação a esta zona portanto carenciada é que foi já feito três candidaturas para o Prohabita a fim de resolvermos o problema de raiz, certamente que não foram aprovadas certamente nós agora temos um investimento pelo QREN da candidatura “cidade para todos” ou seja ficamos aqui com uma parte toda ela bonita e depois a outra parte toda ela degradada (Ent.1)

eu penso que esta intervenção é uma intervenção positiva em primeiro lugar, isto porque estamos a falar de um bairro onde a população não é oriunda desta freguesia, muito menos deste local específico, e portanto, ao ser realojada no bairro trouxe muitas dificuldades de inserção, levantam-se sempre as questões da pertença e como tal da preservação do próprio espaço e toda esta intervenção que está a ser feita neste momento pode de facto contribuir para isso, portanto podem sentir que há um investimento no local para lhes melhorar a vida, para lhes dar alguma qualidade ao seu espaço e isso funcionar aqui como um mecanismo de vir a cuidar de uma melhor forma do espaço, sentir-se que esse sentimento de pertença seja seja favorável, de uma forma geral (Ent.2).

Portanto nós sabemos que Lisboa não há muito tempo ainda, isto enfim até 2001 ainda era uma cidade que possuía digamos na sua área todo uma série de bairros de barracas de sem quaisquer condições do ponto de vista da higiene do ponto de vista enfim de urbanismo enfim rigorosamente bairros selvagens construídos digamos à margem da lei e à margem também enfim de alguns princípios de salubridade e enfim nós sabemos isso, portanto houve a câmara municipal teve ao longo dos anos enfim alguns programas que visavam a erradicação a erradicação das barracas ... (Ent.3)

O PER e o PIMP o que significa que estamos num fim de contas já há dez doze anos (...) de dez doze anos de enfim de resolução se é que houve uma resolução desta questão do realojamento enfim de das famílias mais fracos recursos enfim com algumas problemáticas de natureza social perfeitamente identificadas. Logicamente nós podemos ver e digamos esta questão do ponto de vista como é que hei-de dizer, meramente da instalação da reinstalação das pessoas do seu realojamento e ponto final e portanto e nessa perspectiva poderíamos pensar que bom se a habitação é um direito da família se esse é o elemento mais importante no fim de contas enfim para que uma família possa no fim de contas viver na cidade que à partida a atribuição de uma habitação por si só não é?! Levaria a que tudo o resto viesse por acréscimo. (Ent. 3)

O que se vê neste momento é que nos bairros municipais as famílias estão relativamente bem instaladas enfim poderá haver um outro problema do ponto de vista de construção enfim tudo isso mas que elas estão relativamente bem instaladas, mas apesar disso enfim há questões de vivência de apropriação do espaço público enfim de uma cultura instalada que leva a que efectivamente as pessoas tenham e apontem muitas razões de queixa no sentido em que entendem no fim de contas enfim, o seu dia-a-dia não é aquele que gostariam que fosse e por outro lado também muitas reclamações, muitas como é que hei-de dizer muitas avaliações entre aspas dos próprios serviços que sabem que as coisas efectivamente não estão a correr como como deve ser, bom (Ent. 3).

há 4 anos os municípios tiveram a oportunidade de uma linha de financiamento para intervenções aquilo que se chama eco bairro, o conceito é muito discutível e diverso contudo participei na altura, acompanhei e tomei posição na altura eu participei, aliás fui um dos fundadores de um processo que justifica a eleição deste bairro que foi nós trabalharmos sobre indicadores sociais, económicos, urbanísticos e ambientais e criámos aquilo que nós chamamos num tratamento geo-referenciado e fizemos uma mancha uma da zona de lisboa a que nós chamamos fractura socio territorial e que no fundo traduz a sobreposição de carências destas quatro tipo de carências (Ent.4).

Construídos com indicadores de todo o tipo desde da concentração de dependência de prestações sociais à idade dos edifícios à cobertura de transportes públicos enfim é um

trabalho muito complexo mas que a camara de lisboa fez entre 2007 e 2009 aquilo que nós chamamos o programa local de habitação que foi uma metodologia muito participada construímos a definição da política de habitação de lisboa e habitação entendida de uma forma muito ampla com todos os vértices da sustentabilidade não estamos a falar das casas, estamos a falar do *habitat*. Não tem qualquer continuidade urbana e a população está efectivamente isolada e a sua esmagadora maioria está lá há 3 gerações, ... (Ent 4).

Devo dizer que vejo como uma grande expectativa o projecto de eco bairro do bairro da Boavista acho que já era chegado o momento de haver alguém nomeadamente o poder local que se lembrasse que o bairro da Boavista não existe só nas eleições mas já existe há 72 anos e então acho que é muito importante esse projecto até o conheço bem fiz parte do júri exactamente para esse desse projecto e penso que ainda não há uma data certa mas acho que entre Janeiro Fevereiro começará a arrancar aqui no bairro é um projecto em que eu acredito não tem a divulgação que eu acho que devia ter a nível dos moradores no bairro mas também é verdade que as pessoas hoje em dia derivado aos problemas da vida também não se ralam muito em saber essas coisas e quando já tão fartos de promessas só quando vêm as coisas no terreno é que acreditam e eu acredito, acredito que de facto a partir do ano que vem este bairro vai mudar que é para depois mudarem a maneira de ser de alguns moradores acho que a câmara neste caso tem que começar a dar o exemplo fico à espera e acredito no projecto. Este projecto enquadra-se neste plano nomeadamente na participação que tem, que tem aqui a sua associação com as actividades e com as valências que vão ser construídas aqui no bairro, portanto, sente que tem havido por parte do poder central uma forma de articular a participação com outros parceiros. O poder central, não, o poder local, o poder central nem sei se eles sabem que o bairro da Boavista existe, não é? Sim sim, vou-lhe dizer se calhar isto vai parecer mal como estamos em campanha eleitoral mas eu a verdade tenho que a dizer (Ent.5).

Bom, a cidade de lisboa nos anos 70/80, finais dos anos 60/70 80 recebeu um grande êxodo das populações do interior para as cidades e lisboa não foi sem dúvida excepção e infelizmente o município não estava preparado para acolher todas estas pessoas que que para cá vieram, e o que acabou por acontecer acabámos por ter aquelas aqueles bairros de lata onde as pessoas viviam ser as menores condições e portanto o município teve que se ir organizando ao longo destes anos para poder responder a estas pessoas que que vieram que vieram para a cidade e que enfim vieram em busca de novas oportunidades que vieram também dinamizar o tecido económico da própria da própria cidade com a oferta de emprego que existia e portanto teve que se dar uma resposta a tudo isto, até para se qualificar a cidade se qualificar as condições de vida que estas pessoas que estas pessoas tinham, portanto, a câmara começou no âmbito de vários programas que foram existindo, começou a aumentar a sua oferta de habitação, de habitação social. Ora neste caso o eco bairro vai um pouco mais

além o eco bairro não é apenas o disponibilizar por parte do município de habitação, tem umas preocupações na área da sustentabilidade que são essenciais para enfim para começarmos a preparar o futuro nós não podemos pensar só nesta geração temos que pensar nas gerações vindouras e digamos na herança que lhes vamos lhes vamos deixar e portanto o eco bairro acrescenta mas acrescenta em vários sentidos, não só no ponto de vista da sustentabilidade ambiental com as vertentes sobretudo na área energética na área das urbanas mas também tem uma componente muito forte e essa sim nunca foi muito tida em consideração portanto esta também é uma inovação, na área social no envolvimento das populações na co-responsabilização da gestão do bairro na co-responsabilização para se atingirem metas de sustentabilidade e portanto é um projecto mais integrado que vai que vai ao encontro de puxarmos também as pessoas para a para as envolvermos na preservação do bairro e no envolvimento em todas estas em todas estas problemáticas portanto geralmente nos bairros sociais criaram-se alguns erros no passado de se criarem pequenos guetos onde todas as pessoas que ali estão enfim, não serem misturadas com as outras pessoas o que foram erros grandes que se cometeram e aqui o que procuramos é de facto dar condições condignas às pessoas, habitação que tenha outro tipo de preocupações se não apenas rapidamente realojar ou alojar determinadas pessoas mas que se dê algo de melhor qualidade na construção (...) Ent.7

O plano de desenvolvimento municipal neste caso da câmara municipal de lisboa tem diversas dimensões e uma das dimensões tem mesmo a ver com o processo e com a importância da reabilitação urbana de dos bairros de habitação social, portanto e é entendimento deste plano que as questões da ecologia deverão estar muito presentes numa cidade que está sobrepovoada, pronto. Neste sentido penso ser uma das prioridades nos processos de reabilitação urbana dos bairros que já que já têm décadas que é o caso do bairro concreto do bairro da Boavista, não é? um bairro que já tem um longo percurso histórico com poder conciliar este processo de regeneração o processo de requalificação das casas numa perspectiva ecológica, portanto eu penso que o projecto do eco bairro se enquadra precisamente nestes objectivos do plano de desenvolvimento municipal relativamente às políticas da habitação e que é transversal apesar de não haver este replicado noutros bairros da cidade mas vê-se que em alguns dos projectos e de algumas políticas a que estão neste momento a ser implementadas noutros bairros que já há muito estas questões há muito essas preocupações nos outros bairros também de se poder ir replicando este este modelo (Ent.8).

Dificuldades na implementação dos projectos

A maior dificuldade apontada pelos entrevistados é sem dúvida a questão financeira e a gestão de tempo. Falta de recursos, um desfasamento entre a vontade do que o municípios, as câmaras e as freguesias têm em relação ao modelo que querem implementar nos bairros, de querer corresponder à expectativas da população e depois a resposta política do governo central.

O município (no caso do Barreiro) tenta fazê-lo a todo custo, às vezes até com dificuldades financeiras, porque senão acabarem as obras a tempo não recebem o financiamento. Os dois bairros passaram pela situação de corte no financiamento do QREN (congelamento) e isso fez com que os projectos estivessem parados um ano e portanto teriam só mais um ano para os concluírem, o que condicionou várias acções previstas no planeamento inicial.

Este tipo de constrangimentos, de acordo com os entrevistados tem consequências gravíssimas para a população, pelas expectativas que se foram criando e porque muitas vezes é muito complexo explicar às pessoas o que se passou, acabando por gerar mal entendidos e conflitos de difícil resolução. Tudo isto provoca tensão, desconfiança e revolta.

Também consideram que a inserção das famílias tem sido difícil, principalmente porque não existe um planeamento com a devida preparação, o que leva a que as decisões sejam tomadas sem tempo para preparar a população.

Outra das grandes dificuldades foi o facto de não ter havido acompanhamento nos processos de integração da população, não houve participação nos processos de realojamento e isso traz consequências. Hoje com os CLDS a situação poderia ser diferente, mas como vão terminar, a situação volta a ser como anteriormente.

A falta de articulação entre os vários serviços e departamentos das estruturas orgânicas ou com os parceiros é também apontada como dificuldade, nomeadamente a incapacidade de se conciliarem na implementação das acções a realizar.

Para o plano municipal sem dúvida a localização deste bairro na altura poderia não ter sido bem estudado bem portanto (...) porque isto era um bairro digo um bairro que era dos melhores bairros que o Barreiro tinha portanto e ouvindo as pessoas não foi provavelmente o melhor sitio para colocar o PER mas uma vez que cá está, claro hoje a câmara no seu plano municipal, existe está cá e tem tentado por tudo de louvar o executivo da câmara, este executivo da câmara as candidaturas que tem feito porque a candidatura cidade para todos

engloba não só a camara como outras instituições da nossa freguesia e pronto sem duvida também aqui...(Ent.1)

As dificuldades são exactamente é um pouco na linha daquilo que eu acabei de dizer, responder à primeira pergunta. Porque os problemas de inserção é muitos e esta, a intervenção surge agora também ela sem uma preparação prévia para isso, ou seja as pessoas vão sendo informadas pontualmente em cima do acontecimento o que é que vai ser feito, depois há outras questões que se ligam são só pelo espaço exterior que é o que está a ser intervencionado com o próprio interior das suas habitações e deveria haver mais cuidado em explicar às pessoas a relação entre uma coisa e outra entre a necessidade do arranjo do espaço exterior para que o seu espaço privado seja também ele posteriormente melhorado e são estas, são algumas lacunas ainda que existem que podem trazer condicionalismos para o sucesso deste projecto actual (Ent.2)

Exactamente, estamos dependentes das verbas não é?! São obras de grande envergadura. Que vêm do QREN, estamos dependentes. Não temos financiamento, portanto e depois tudo depende do que é que ficar por fazer, se a câmara terá ou não capacidade. (Ent.1)

E que já havia pouco tempo, portanto neste momento já não temos penso eu que já não temos qualquer capacidade de vir a prolongar prazos, portanto estamos a cerca de um mês do tempo, da necessidade de terminar esta obra. Eu penso que a obra pode ficar inacabada, espero que não mas penso que pode ficar inacabada. Poderá correr-se esse risco (Ent.1)

Tem consequências gravíssimas, há questões que não podem parar , nós estamos a falar por exemplo de uma de uma reestruturação total da rede de águas e esgotos e é evidente que isso não pode ficar a meio não é?! essa questão, mas tudo isso depende depois se não vier, se não tivermos verbas.

São curtos, esta é a grande obra que eu acompanho em termos de obra física num bairro mas mesmo os projectos sociais portanto acaba este projecto embora seja de requalificação urbana acaba por ser exactamente aquilo que têm vindo a ser os projectos sociais no bairro ao longo destes anos que é com timing muito curto nós neste momento temos aqui também o CLDS a funcionar mas acaba em marco portanto e tudo isto pode estar quê em seis meses tudo o que está a ser neste momento, todo o esforço que está a ser feito nas várias frentes de intervenção podemos em seis meses dar a volta outra vez e esse é um grande risco (Ent 2)

Se hoje conseguimos identificar como uma das principais causas das dificuldades de integração social, o fato do processo de realojamento não ter sido participado, a implementação deste tipo de bairro pode também encerrar alguns problemas, porque não responde ao que a população residente do bairro considera como prioritário (as obras nas habitações). A população do Bairro não consegue aceitar que existam verbas para os arranjos

exteriores e não sejam satisfeitas algumas necessidades básicas ao nível do edificado. Quando identifico a necessidade de obras no edificado, não se colocam as questões de degradação voluntária imputável aos arrendatários, mas apenas as questões já identificadas como debilidades de construção, nomeadamente ao nível da rede de águas e esgotos (a Autarquia já apresentou candidaturas ao IHRU para apoio financeiro que possibilitasse esta intervenção (Ent.2).

Sendo certo que não existe possibilidade de intervir também no edificado, o trabalho de envolvimento da população nos trabalhos previstos para o exterior deveriam ser reforçados – a questão da pertença mais uma vez se coloca – não podemos correr novamente o risco da população da Quinta da Mina, não entender, ou não lhes ser devidamente transmitido a ideia de que o que vai ser feito é para eles, temos que apostar na ideia de que não houve opção entre arranjar o interior dos prédios e o exterior, tem a ver com o fato de uma as candidaturas serem aceites e outras não, mas sabendo isto, deve ser reforçado o trabalho de que o que é possível ser feito é para usufruto da população, devem participar nas soluções para preservarem. Receio que o sentimento de não pertença e de imposição se repita... (Ent 2).

Bom o actual executivo camarário e mais propriamente a actual presidente da junta conhecem bem o bairro da Boavista, conhecem bem os problemas do bairro da Boavista e os problemas dos moradores têm tentado têm feito um esforço enorme na solução de alguns problemas nomeadamente a habitação casas que estavam a cair e na qual a junta e a câmara e a Gebalis também temos que dizer, têm estado a fazer não direi um excelente trabalho, mas um trabalho aceitável, sim! (Ent 5).

O aspecto negativo é a degradação à qual o bairro chegou porque se eu nasci aqui, tenho 57 anos lembro-me perfeitamente como era o meu bairro, não havia um papel no chão havia só um fiscal a tomar conta das pessoas aonde aqui mesmo dentro era aqui o gabinete do fiscal era aqui que os moradores vinham pagar a renda era aqui que a partir das 9, 10 horas já não me recordo bem, fechavam a luz portanto felizmente depois do 25 de Abril muita coisa mudou umas por bem e outras de facto a degradação foi o pior que aconteceu neste bairro, também tem havido e já houve mais de facto já houve muita insegurança hoje ainda há alguma é verdade mas não se compara aquela que houve aqui há 10, 15 anos atrás sim aí também mudou muito (Ent.5).

Sim completamente o desemprego também sempre afectou a malta jovem aqui do bairro porque se calhar o abandono escolar o abandono escolar tem sido um dos graves problemas aqui do bairro hoje felizmente já temos aqui arquitectos, advogados e professores de advocacia temos já temos aqui filhos do bairro com cursos superior não quer dizer que as pessoas dos bairros sociais tenham que ser todos analfabetos não! Assim quando eles têm a oportunidade e quando eles também demonstram aquilo que sabem ser e futebolistas é claro

não nos podemos esquecer do Nelinho que foi internacional, Maniche... Portanto não é só não é só marginais como houve alguém que já nos apelidou, mas gente ilustre aqui deste bairro (Ent 5).

Da minha experiência e infelizmente não gostava de estar a dizer isto, começa geralmente nas várias, nos vários departamentos de uma estrutura orgânica que trabalhando uns na área do ambiente, outros na área da habitação, outros na área da educação, porque no território temos tudo isto não é? Temos o espaço público, temos os equipamentos educativos desportivos, etc. portanto todos, a primeira dificuldade é quando nós tentamos criar uma estrutura em que de facto primeiro do que tudo naquele território vamos intervir na habitação mas também vamos intervir no espaço público, mas também vamos intervir no melhoramento de do equipamento que pode ser cultural, recreativo, etc. a primeira dificuldade é os vários departamentos da câmara não serem entidades estanques, é a primeira dificuldade, ultrapassada essa dificuldade eu acho que a nível de determinados bairros estas estruturas que foram sendo criadas e que nalguns bairros, portanto que se designam dos Gabip's gabinetes de apoio à intervenção nestes bairros prioritários, há digamos uma primeira dimensão em que os vários serviços intervenientes se eu vou requalificar um bairro, se eu estou a fazer uma requalificação urbanística eu não posso ter só a habitação, não é? Eu tenho que ter estas vertentes de que já falei, tenho que ter o planeamento urbanístico porque há situações em que essa requalificação implica mesmo a demolição de casas de alvenaria construção de casas novas, a construção de equipamentos, para a terceira idade, para a infância etc. portanto é necessário que de facto haja esta tal intervenção articulada, não faz sentido de facto se assim não for, esta é a primeira digamos a estrutura básica que nós temos que ter, ultrapassada esta dificuldade e os parceiros estando em consonância com as suas áreas que não que chocar têm que se complementar, porque são no fundo estamos ali com técnicos de áreas diferentes, contribuições diferentes e é um enriquecimento em muitos casos é mesmo um enriquecimento e ultrapassada esta esta fase nós vamos para um outro tipo de estrutura em que para além dos parceiros dos departamentos da estrutura organizacional seja câmara seja Gebalis, nós vamos ter e nestes bairros da cidade de lisboa nós trabalhamos em parceria, a câmara com a Gebalis, nós passamos para um outro nível em que vamos aumentar de facto não só o enriquecimento de outros contributos, como também vamos possibilitar alargar o leque dos nossos intervenientes e aí nós chamamos os parceiros que são as juntas de freguesia, as associações recreativas, isto vai depender depois de facto de daquilo que nós no território em que estamos a intervir qual é que é o projecto específico e como eu já referi também estão presentes em reuniões geralmente quinzenais, representantes das associações de moradores, os próprios moradores quando é necessário e aliás há geralmente quando se intervém uma reunião geral sempre com o vereador ou a vereadora que estiver a desempenhar funções para a apresentação do que se vai fazer, ou seja, isto para mim é um

tipo de intervenção articulada porque estão lá todos os serviços, pluridisciplinar porque estão lá as várias áreas, mas é a consideração do sujeito, já não é só um sujeito de atenção, mas o sujeito de intervenção com o qual vamos trabalhar, não é possível nós implementarmos um projecto, um projecto com sucesso se eles não forem parte de (Ent. 6).

Assim, os aspectos, ainda assim tem havido aspectos negativos para mim pelo menos no processo de implementação deste eco bairro e eles têm que ser falados e têm mesmo que ser falados, prendem-se sobretudo com o timing, infelizmente nas políticas públicas e financiamentos comunitários, nós temos verificado que há processos de atraso muito grande e muito mau quando e falo agora em nome da junta de freguesia de Benfica que é a instituição que estou a representar quando nós dinamizamos uma série de actividades, quando nós criamos expectativas na população, quando as pessoas começam a sonhar e a muito suor e custo se consegue trabalhar esta perspectiva de que vamos melhorar vocês vão ter outras condições, vamos fazer deste bairro um bairro de referência, vamos mostrar às comunidades que é possível bairros degradados tornarem-se em bairros que são referências ecológicas para a cidade onde os habitantes conseguem ter uma a questão da sustentabilidade muito melhor resolvida e todas estas expectativas serem (...) e depois ficarmos à mercê dos pagamentos comunitários e da utilização que é feita desse dinheiro. Exactamente, isso faz com que as expectativas da população tivessem caído por terra e agora nós a todo o custo estejamos a tentar reabilitar a imagem ainda por cima sem ahhhh... no fundo, denegrir a imagem dos nossos financiadores (Ent. 8).

Não é, porque é muito complicado estarmos a explicar às pessoas que foi o qren que falhou connosco ou que nós falhamos com o QREN, portanto, às vezes, eles nem sabem o que é o QREN e este aspeto é de facto um aspeto que eu considero que não funcionou tão bem (Ent.8).

Impacto da crise actual na implementação dos projectos

Os entrevistados consideram que a crise económica que estamos a viver pode produzir consequências a dois níveis: por um lado a incapacidade de realização das acções previstas, devido à diminuição de verbas disponíveis para o efeito, o que pode conduzir à não realização de acções importantes para a comunidade (de realçar que à data das entrevistas a situação dos financiamentos ainda não estava consistente); por outro lado, o crescendo de dificuldades com que as famílias se têm deparado, a incapacidade destas em fazer frente à necessidades mais básicas e ao cumprimento das suas obrigações, pode conduzir a um maior descontentamento e incompreensão na execução de determinadas obras.

Acresce, ainda, o facto de voltar a provocar o descrédito face aos compromissos assumidos com a população, todas as alterações são motivo para questionamento e existem situações de extrema gravidade, as pessoas estão a passar por graves dificuldade que põem em causa a sua subsistência, sem qualquer protecção social.

eu sei que têm vindo porque eu sei que há responsáveis que têm vindo e têm acompanhado, mas era altura também de vermos se gastámos, se o poder central, o estado gastou tanto dinheiro e agora deixarmos este projecto assim certamente pronto teve, teve algumas coisas boas mas agora tínhamos que dar continuidade porque senão todo esse dinheiro não (Ent.1).

pronto para dar resposta, dar resposta ou encaminhar neste sentido, dizer ainda que hoje o que nós estamos a assistir e isto é o flagelo nacional que é o desemprego de famílias inteiras se nós até há 30 anos isto estava a evolução foi positiva de há 30 anos para cá mas nesta altura estamos a ter um recuo muito grande, porque nesta altura aí digo de 3 anos para cá nós na junta de freguesia é todos os dias que recebemos 5 e 6 famílias não pagam renda da casa, não têm luz, não têm dinheiro para pagar a água, não têm dinheiro para comer, os filhos, pronto, isto é uma situação dramática e dizer que hoje às juntas de freguesia e à camara municipal passasse-lhe imensas competências mas o dinheiro não vem e a gente estávamos eu falo à junta de freguesia, nós na junta de freguesia encaminhamos pessoas para o catita, pessoas com dificuldade financeira, económica e social tudo de uma desumanidade que é uma coisa fora de série Procatita, para a santa casa da misericórdia temos aqui neste bairro por intermédio da paróquia da igreja um conjunto de moradores que nomeadamente o responsável é o Sr. Álvaro em que recolhe alimentos de vários restaurantes e várias instituições e que distribui `às quartas, sábados e domingos é pouco mas é alguma coisa mas isto podia sem dúvida que o estado não vai dar dinheiro para colmatar a fome de toda a gente e estas instituições pronto de solidariedade social elas têm que existir mas aqui devia a junta de freguesia, as juntas a nível nacional terem um mecanismo financeiro que permitisse àquelas pessoas quando estão mesmo sem nada esse que nós conseguíssemos também dar algum apoio damos apoios mínimos temos uma verba irrisória para essa finalidade e bom, nós sabemos que não estamos a dar novidade para ninguém que toda a parte social não é a camara não é as juntas de freguesia porque há o poder central o ministério da solidariedade social (Ent.1).

Sim definitivamente é difícil e não só para estas pessoas, para qualquer um de nós perceber como é que as pessoas estão a passar dificuldades porque a grande maioria das pessoas deste bairro são beneficiárias de RSI portanto os RSI's já eram valores muito baixos e têm vindo a ser diminuídos, como é que as pessoas têm dificuldade em dar de comida aos filhos e depois se gastam milhões nos arranjos exteriores, portanto no embelezamento dos passeios, nos pavimentos, embora algumas sejam de facto precisas e eles percebiam que são obras

necessárias, como é o caso da de uma nova rede de águas por exemplo, mas há pequenas questões que podem ser vistas como questões estéticas onde é gasto muito dinheiro que depois as pessoas naquilo que é a sua vida pessoal, consequência do agravamento da crise têm dificuldades, portanto tentar conciliar estas duas coisas e fazer ver às pessoas que muitas vezes nos orçamentos uma coisa não tem nada a ver com a outra e é difícil, se para nós também é difícil perceber como é que se gasta milhões numas coisas quando há necessidade para outras, portanto esse penso eu que seja a maior dificuldade e a maior consequência da crise da actual crise. (Ent.2).

Este modelo, a questão é sempre que os projectos têm sempre um prazo, essa, desde que sejam projectos físicos como é o caso das obras sem si, quer seja os projectos sociais as coisas acabam sempre por aparecer um tempo, assim, um pouco desfasadas umas das outras esse é que é o grande problema, nós neste momento temos o problema aqui das obras que andamos a correr contra o tempo não sabemos se a obra é concluída se conseguimos assegurar o cumprimento da obra porque tem a ver com as verbas que são disponibilizadas pelo QREN portanto o município neste momento tem em mãos o problema de poder ficar com alguma obra inacabada se terá ou não capacidade para a concluir e os reflexos que isto tem na população, não é?! porque não fazer nada é grave mas começar e não acabar pode ser muito grave. Porque as expectativas das pessoas podem ser defraudadas e isto depois vai também para o plano da inserção social se nós não conseguirmos que este projecto termine (Ent.2)

Eu acho que sem dúvida que sim, tem influências, por um lado ao nível da estruturas financiadoras que de facto há um, há um deixarem de financiar e isso cria de facto constrangimentos no desenvolvimento do projecto, mas os próprios destinatários desse projecto que já de si, pelas experiências históricas de desenvolvimento comunitário não continuado descrevem muito do que acontece e por isso é que eu dizia anteriormente, as pessoas face a esta situação económica de facto que se vem vivido, há um isolamento e um fechamento das pessoas a solidariedades não são para o exterior, as pessoas fecham-se não é, e de facto em bairros em que durante anos e anos se prometeu mudar aquela imagem arquitectónica ou criar experiências de desenvolvimento sustentável, ambiental, etc. para melhoria da vida daqueles, daquele grupo, as pessoas acabam por descreditar, não é, daí que cada vez mais é importantíssimo o reforço e fazê-los parte do processo (Ent.4).

Exactamente, porque é óbvio posso dar um exemplo, os constrangimentos não são só de ordem económica, quando nós temos mudanças numa determinada estrutura, numa determinada organização, em que a pessoa que dirige aquela estrutura, e eu estou a falar de um parceiro com o qual trabalhamos, que é a santa casa da misericórdia de lisboa quando nós estamos num determinado e houve um realojamento que libertou uma área, as pessoas

implicaram-se, saíram da sua casa de alvenaria para outra melhor ou até para uma habitação portanto já do bairro da parte do bairro consolidado, portanto é altura, deixaram a sua casa quase de vivencia, de vizinhança muito intensas já provocamos ali uma mudança que eles foram aceitando precisamente pelas reuniões continuadas que houve e por perceberem que o espaço que iam libertar ia permitir um aparecimento de uma creche, de um centro de dia de umas residências assistidas, e entretanto há uma mudança a nível de quem dirige os destinos da gestão daqueles equipamentos e aqueles equipamentos que vinham para grande agrado da população, complementar os que já haviam no bairro de repente diz-se-lhes não, os outros ficam desactivados, isto é assim e a justificação que dão são os cortes que também têm e portanto a nível de financiamentos isso implica racionalização de recursos depois humanos, etc. (Ent.6).

Impacto na qualidade de vida da população residente

Podemos considerar que é unânime para os entrevistados que estes projectos tem um impacto positivo na qualidade de vida das pessoas. São pequenos detalhes, mas que fazem parte dos direitos de todos e que demonstram a auto-motivação de quem está e vive os problemas do dia a dia destas populações. O Centro de Saúde, o Centro Social de Santo António e a unidade de Saúde familiar são referenciados como “uma mais valia” para a qualidade de vida da população, inclusive na possibilidade de criação de postos de trabalho e portanto trazendo emprego para a zona. Outro factor importante é que a implementação destas valência no bairro vai fazer com que haja mais pessoas a frequentar o bairro, o que para além de ser bom para o comércio local, cria uma nova dinâmica, visto que até agora esta população se encontrava isolada e estigmatizada.

Também foi consentâneo para os entrevistados que os espaços de lazer e de convívio promovem a participação das pessoas e o seu bem estar. A rede de transportes do bairro, nomeadamente o estado de conservação das estradas, as paragens de autocarro e a questão das acessibilidades para deficientes, vão promover uma franca melhoria na qualidade de vida dos residentes.

Os entrevistados referiram que a possibilidade de hortas urbanas, passeios, excursões, bailes, são importantes para todos, principalmente em relação a actividades que se pode fazer com os mais velhos.

Especificamente no caso do bairro da Boavista, há a esperança de voltar a existir uma feira, dado que a conhecida “Feira da Boavista”, que já não existe, segundo a Presidente da Associação de Moradores trazia muita gente ao bairro e contribuía para a economia local do bairro.

A câmara municipal e a junta de freguesia na realização da unidade de saúde familiar é claro que sabemos que é feito pelo poder central certamente, mas tivemos também nós toda a participação, todo o nosso empenho em que a carência das nesta freguesia de idosos e levantarem-se às seis da manhã cinco da manhã para terem um consulta em Sto. André era uma mais valia e tudo isto (...) Estou a falar neste centro de saúde (Ent.1).

Portanto a parte positiva, claro como que já referi toda a candidatura a cidade para todos vamos vai colocar-nos esta zona um bocadinho, um bocadinho um bocado mais aconchegadora portanto mais acolhedora e certamente vai também aqui ao encontro de não deixarmos degradar mais ainda este tecido e o centro social, o centro social de Sto. António que eu não referi ainda e a unidade de saúde familiar, a candidatura cidade para todos, tudo este, todos estes três grandes projectos vêm ao encontro de podermos ter aqui uma melhoria muito grande em relação à qualidade de vida nesta zona (Ent.1)

Já estive a ver o modelo, pronto este modelo, portanto este modelo para a parte económica vai nos trazer aqui duas valências muito importantes, uma delas o centro social de Sto. António para acolhimento dos nossos idosos e o acolhimento e o centro de dia, que neste momento está a ser frequentado oitocentos mil idosos e com as iniciativas que eles têm agora de fim-de-semana, bailes, outras. (Ent.1).

Pronto, neste momento daquilo que eu falo, daquilo que eu oiço e vou a casa das pessoas de etnia cigana, tendeiras, africana e é esta a mensagem que eles me passam e que eu estou aqui para relatar, porque neste momento estão em condições de se isto fosse esta candidatura Prohabita, então sim punha-mos aqui novamente este bairro ,voltava novamente, certamente a melhorar não é só na melhoria de relacionamento e na melhoria da qualidade de vida e até na melhoria do emprego (Ent.1).

Outras actividades como excursões, pronto isto aqui vem logo trazer um acolhimento muito grande e um descansar para os filho que têm o, isto tem frequentado por gente idosa, esta gente idosa vai para o centro e os filhos vão trabalhar e estão descansados porque eles estão no centro. E estão, se houver alguma coisa, são sócios, temos os contactos dos filhos, pronto, há logo aqui há uma grande mais valia para esta área. Na parte que diz agora à unidade de saúde familiar vêm oito medicos acompanhados dos seus utentes pelas contas que nos têm dado a conhecer vêm cerca de dezoito mil utentes, o que quer dizer que estes dezoito mil utentes vindo para esta localidade, o comércio e não só, o comércio e depois do comercio certamente havendo muita gente, neste momento há comércio com uma duas pessoas em vias de encerrar será uma mais valia porque em vez de encerrar vai ser mais forte será necessário mais pessoas também aqui para o emprego, pronto (Ent.1).

Sim, não é não é o problema maior que nós no barreiro temos a empresa de transportes públicas portanto há muitos municípios que não têm, o barreiro tem felizmente portanto e há

uma grande circulação de todas as carreiras que vão daqui para todos os pontos do concelho, penso que isso pode vir a ser até reforçado com a questão do centros e saúde portanto o centro de saúde mais uma vez é de facto aquele polo dinamizador do território porque com tanta afluência penso que essa rede vai ter que ser reforçada também esta candidatura está a prever novas vias para a cidade sol, porque a cidade sol neste momento é um local onde nós entramos, ou seja só se vem à cidade sol que precisa de vir à cidade sol, não é um local de passagem, portanto e não tem saída (Ent.1).

E a quinta da mina está inserida na cidade sol. Está dentro da cidade sol, portanto não tem saída vão ser construídas para já aqui algumas vias mesmo internas que permitem uma maior circulação, portanto as pessoas não queriam a estrada a passar por ali por causa das crianças. Ali por detrás do bairro, não é, pronto, mas vai ser necessário até porque é necessário construir mais estacionamento, reordenar o existente porque há muita zona, a cidade sol tem muito estacionamento, muito muito estacionamento (Ent.1).

Eu tenho alguma dificuldade em especificar um ou outro grupo, eu acho que todos os grupos têm muitas vantagens, alguns a longo prazo, por exemplo as crianças e os jovens porque podem vir a disfrutar da sua vida futura e portanto de um melhoria de qualidade de vida, porque estamos a falar aqui de uma reabilitação. (Ent.2).

E de outro tipo de educação, estamos a falar aqui de uma reabilitação que tende a dotar o terreno e os territórios de espaços de lazer, de convívio portanto a apostar-se na questão da cidadania, da participação das pessoas e do bem estar delas como também outros, por exemplo a questão da deficiência, a questão das acessibilidades está a ser assegurada a questão da toxicodependência portanto, alguns pequenos problemas no bairro que estão a tentar ser resolvidos portanto tem alguma dificuldade em identificar um grupo alvo penso que todos os munícipes e não só têm, todos os munícipes residentes e não só uma vez que este projecto tem aqui também, não faz parte da candidatura mas está a ser construído o centro de saúde e o centro de saúde vai trazer muita gente a este território, estima-se que possam vir possa vir a ter cerca de dezoito mil utentes portanto estamos a falar assim de uma grande afluência a este território, portanto isto em termos de circulação rodoviária, pedonal de movimentação do comercio, portanto vai enriquecer o bairro, todo o bairro que dá uma dinâmica de facto diferente o que ajuda as pessoas que já cá estão a sentirem-se também elas inseridas porque as coisas vão ter nova dinâmica (Ent. 2).

do ponto de vista da economia social , serem criadas hortas urbanas, vai ser criada uma feira um mercado levante e que portanto na prática vem criar uma dinamização da economia local uma economia social é certo, mas que vem procurar dar emprego gerar emprego criar alguma riqueza (Ent.7).

Com um modelo a replicar, estamos a falar com uma, estamos a falar de um local para ter uma ideia que tinha uma feira, tinha uma feira, a feira do bairro da Boavista era uma feira conhecidíssima, era uma feira conhecida que tinha milhares de pessoas que vinham ali e esse mercado acabou o mercado da Boavista acabou e portanto se conseguirmos trazer de novo este temos muita gente a vender vendedores ambulantes sem licenças de venda nem nada portanto vão poder também de alguma forma ter mais alguma segurança para a sua para a sua vida (Ent. 7).

Impacto na sustentabilidade dos bairros

Esta reabilitação foi considerada muito importante para as gerações futuras e uma melhoria para os residentes, ou seja, para a organização social e comunitária do bairro a questão ambiental, nomeadamente a recolha e tratamento de lixo, saneamento básico, redes de águas e esgotos, rede eléctrica, rede de transportes, vias de circulação, jardins, espaços comuns, valências, relações de vizinhança, segurança, com a intervenção nas questões de criminalidade e violência doméstica, bullying, drogas, é reconhecida como relevante para sua sustentabilidade ecológica.

Os entrevistados são da opinião que este modelo de eco-bairro, no que respeita à sustentabilidade de um bairro, nomeadamente as questões de energia, como forma de economia social para os residentes e como qualificação do tecido social, em termos de alternativa vai ser um projecto inovador.

A previsão de melhorias para as zonas de utilização comuns, vias de acesso, circulação e mobilidade, para o bairro da Quinta da Mina é de facto visto com agrado, contudo, de acordo com os entrevistados a divisão entre o bairro e a Cidade Sol pode continuar a existir.

De acordo com os entrevistados, o carácter evolutivo destes projectos, i.e. a continuidade é que é que é o segredo do seu sucesso. Acreditam que o modelo de eco-bairro fará sentido quando os indivíduos e famílias forem alvo de uma intervenção baseada numa abordagem de *empowerment*, caso contrário afirmam que está posta em causa a expectativa de um desenvolvimento comunitário sustentável, acrescentando que os sentimentos de exclusão social a que a população está sujeita pela comunidade envolvente “colide com o conceito de sustentabilidade”.

Outra das questões apontadas pelos entrevistados é a necessidade de uma intervenção mais integrativa, com a participação dos moradores, com vista a tornar os sistemas de

sustentáveis no futuro. O nível de instrução e qualificação também é referenciado como factor potenciador de mudança e melhoria na qualidade de vida.

Assim, a implementação deste tipo de projecto não pode reduzir-se apenas à melhoria do parque habitacional e infra-estruturas, da eficiência do desempenho energético ambiental dos edifícios tem que existir um investimento no capital humano.

Pronto sem duvida na parte dos esgotos e rede de águas, tínhamos aqui um problema gravíssimo que era na rede de águas todas as 3 e 4 rupturas as pessoas estavam privadas de tomar os seus banhos e os electrodomésticos quando há rupturas há areias e que andam na canalização e logicamente era um transtorno, portanto todos os meses tínhamos este problema. Esta candidatura vem também no sentido de resolver este problema das águas, ao mesmo tempo havia alguns problemas na parte da rede do esgoto aproveitando fazem a parte da rede esgoto e uma rede de águas toda ela nova, portanto também aqui parte eléctrica a parte de comunicações aproveita-se e tudo será nesta parte eléctrica serão substituídos ou no projecto está para ser substituído alguns candeeiros antigos que degastavam muito mais a iluminação não é?! Passarão a outro tipo mais moderno em que aqui podemos economizar na parte eléctrica. Na parte ambiental, claro se nós tivermos um bairro com outras com outro aspecto com outras condições não tão sujo e que a gente aqui tenha a possibilidade de como está previsto com esta alteração toda (...) a partir daqui também na área no ambiental vamos ganhar com isso (Ent.1).

em termos de diferentes estruturas o bairro, o bairro está bem dotado, quer dizer não há grandes problemas de redes de águas, luzes, existem questão, as pessoas queixaram-se muito dos esgotos, tem a ver com a construção (Ent.1).

Portanto não que a zona não seja dotada de todas as infra-estruturas e agora com esta , com estas obras vai ser reformulada toda a rede de águas e esgotos, a questão tem a ver internamente com os próprios edifícios que quando foram construídos tiveram alguns problemas que com a utilização alguma dela de facto negligente por parte das pessoas que vieram que não estavam habituadas porque temos aqui muitas famílias que que nunca tiveram um casa de banho em 40/50 anos não é de idade, vêm para aqui com 50 anos e de repente é tudo uma nova realidade e essa essa falta de preparação foi terminando para a má utilização dos equipamentos e isso deu problema, eles queixam-se muito dos esgotos que de facto é o problema grave dos edifícios daí que nós fizemos o pedido de candidatura ao pro habita portanto através o eru e essa candidatura não foi não é de todo, muitas vezes somos acusados e o município é acusado de pedir mais dinheiro para arranjar casas de quem estraga, as pessoas é que estragaram, eles é que partiram, de facto é verdade, mas também existem questões que são da responsabilidade que nos sabemos que foram mal construídas portanto e é a nossa candidatura era exactamente para assegurar aquilo que é que é a

responsabilidade do senhorio neste caso, neste caso é a câmara municipal, tinha a ver com redes de águas, esgotos, coberturas e pisos técnicos, pisos técnicos são as fundações portanto para onde vai todo o escoamento de esgotos do edifício portanto não pretendemos com esta candidatura arranjar vidros que eles partem por as campainhas que estragaram, arranjar portas, não temos verba, era bom que tivéssemos verba para isso, era bom que conseguíssemos por o bairro todo bonito mas de facto aquilo que é essencial e que é da responsabilidade da câmara embora com alguma negligência mas neste momento os problemas já tornam difícil percebemos onde é que começa a responsabilidade da câmara e começa a responsabilidade dos residentes, portanto esta esta questão é... em termos de acessibilidades o bairro (Ent.1).

Sim, não é não é o problema maior que nós no barreiro temos a empresa de transportes públicas portanto há muitos municípios que não têm, o barreiro tem felizmente portanto e há uma grande circulação de todas as carreiras que vão daqui para todos os pontos do concelho, penso que isso pode vir a ser até reforçado com a questão do centros e saúde portanto o centro de saúde mais uma vez é de facto aquele polo dinamizador do território porque com tanta afluência penso que essa rede vai ter que ser reforçada também esta candidatura está a prever novas vias para a cidade sol, porque a cidade sol neste momento é um local onde nós entramos, ou seja só se vem à cidade sol que precisa de vir à cidade sol, não é um local de passagem, portanto e não tem saída . Está dentro da cidade sol, portanto não tem saída vão ser construídas para já aqui algumas vias mesmo internas que permitem uma maior circulação, portanto as pessoas não queriam a estrada a passar por ali por causa das crianças.(Ent. 1).

A ideia seria as pessoas andarem mais a pé de transportes a ideia é alguns espaços dotá-los de locais de estadia ai sim faz falta, a cidade sol é uma área grande é uma área com muito com muito espaço livre mas depois não é local de estadia, nós damos uma volta a pé e não há um sítio para as pessoas estarem a conversar, portanto retirar algum estacionamento de algumas áreas só residenciais e dotá-lo de espaço de estadia e concentrar o estacionamento onde ele vai ser realmente necessário que é nesta zona mais central e junto aqui ao centro de saúde, daí que vai ser abertas algumas vias para a circulação ser mais eficaz. (Ent. 1).

A longo prazo considero que os maiores beneficiários na aplicabilidade do modelo, serão as crianças e os jovens - os conceitos de ecologia urbana e sustentabilidade associados ao modelo, e os seus impactes na qualidade de vida das populações produziram efeitos qualitativos nas gerações futuras, no sentido que concorrem directamente para a integração social (Ent.2).

Ou seja pensando nas gerações futuras, e portanto as políticas de habitação mais recentes pelo menos aquelas que vamos tendo, aquelas que são as directrizes mais recentes são directrizes que tem um pouco esta visão (Ent.2).

Quando falamos de bairro, e das mais-valias que as acções previstas podem oferecer às populações respectivas, no caso em concreto, considero que se verificam duas realidades diferentes: o Bairro residencial da Cidade Sol e o Bairro Social da Quinta da Mina. Ao nível por ex. da acção de requalificação urbana do núcleo da Quinta da Mina e zonas estruturantes da Cidade Sol, esta intervenção prevê de facto melhorias para as zonas de utilização comuns, vias de acesso, circulação e mobilidade, etc., em todo o território abrangido, no entanto a distância entre os dois núcleos residenciais continua a manter-se (Ent. 2).

Penso que os sentimentos de exclusão social e não aceitação da comunidade envolvente de determinados grupos sociais, colide com o conceito de sustentabilidade. O modelo de eco bairro fará sentido quando pela sua aplicação promova a auto estima das populações e o sentimento da importância das suas actividades e contributos para a comunidade em geral. Este será um patamar de desenvolvimento comunitário que não foi ainda atingido no território da Cidade Sol/Quinta da Mina.(Ent.2).

Nomeadamente o Polis temos que fazer aqui é uma política mais integrativa certamente que sim no sentido de trazer as pessoas à participação não é? tem preocupações ambientais, com certeza que sim é importante que essas problemáticas sejam integradas mas digamos que é digamos... que é a ecologia vista aqui num sentido lato num sentido de tornar os sistemas de alguma forma sustentáveis no futuro, portanto essa tem sido e pelo menos apesar da falta de meios e enfim que existe e quando falo em falta de meios não são só falta de meios digamos monetários, financeiros, não é?! Por vezes também é a falta de meios de recursos humanos muitas das vezes percebam esta lógica que tem que ser instalada.(Ent.3).

Eu diria muito, de qualquer forma há aqui duas questões fundamentais, nós estamos a trabalhar com as pessoas todas, com os cinco mil residentes e da intervenção sobre o edificado estamos a construir alguns, que estariam em falta estamos a reabilitar e a adaptar para responder a estas exigências ou a estas metas ecológicas e energéticas depois estamos a duas intervenções muito grandes, muito distintas. Uma intervenção sobre os edifícios de habitação mais recentes no bairro que é de reabilitação com melhoria da eficiência do desempenho energético ambiental dos edifícios mas com melhoria do conforto sensível das famílias que habitam aquelas casas estamos a falar de dois paradigmas de construção completamente diferentes, ou seja estamos a falar de habitação PER mas no fundo são fogos construídos em altura cujo objectivo há época foi retirar as estruturas de habitações ou barracas ou equivalentes e neste bairro várias eram famílias que já moravam ali em casas pré-fabricadas muito más dos anos 40/50 que nós construímos o mais barato o mais depressa

possível e as casas têm muitos problemas de manutenção, muitos problemas de conforto, problemas de consumo (Ent. 4).

Mas condição resultante do PER, portanto estamos a intervir, estamos a reabilitar estes edifícios, conceito original de eco vilas de eco bairros, aqui estamos a fazer num contexto urbano esse, essa é uma grande diferença sobre um consolidado em rigor essa é a causa da europa quer dizer não há, quer do ponto de vista social quer do ponto de vista urbanístico onde é relevante fazer estas intervenções é em meios urbanos densos e as respostas até que ponto se que se trabalharmos nas ultimas cinco décadas um no norte da europa etc. são muito interessantes mas para vilas de pequena escala não são as metodologias, nem as metodologias, nem as tecnologias (...) e intransponíveis para meios urbanos e ainda muito menos para um contexto (...) do clima e da cultura do sul e do sudoeste da aliás a par deste trabalho que estamos aqui a fazer montámos em 2009 uma parceria com Toulouse e Barcelona câmaras universidades e camaras universidades e associações empresariais da área da construção com este tipo de preocupações em que desenvolvemos uma série de trabalho que é aplicável e em que este é um exemplo de topo para eles do ponto de vista da gestão social onde nós somos o mais forte mas onde criámos, criámos um mestrado sobre habitação social sustentável a três entre as universidades o sistema de certificação, tecnologias adaptado ao sudoeste europeu e portanto este trabalho não é só ou seja a transportação dali é essa e agora a ponte que eu estou a tentar abrir ou que estamos é entre isto e entre a regulamentação europeia e as experiências do da américa do sul do ponto de vista social e uma escala diferente são ainda mais, estamos agora a abrir rede com uma série de organizações desse género que estão agora a trabalhar na américa do sul e portanto e temos a aprender com o norte da europa (Ent.4).

Como lhe disse há pouco o que falta no meu bairro é menos promessas e mais obras eu acredito no moradores do meu bairro quando eles começarem a ver de facto que há interesse naquilo nos projectos que existem que de facto há interesse eles são propriamente para os moradores do bairro porque eu acredito que esta que estes miúdos mais novos já têm outra mentalidade e já tiram outros cursos que na minha época não tirámos eu acredito que eles próprios eles têm espirito bairrista e vão, e vê-se já porque eu já tenho aqui 4 miúdos ao pé de nós tão aqui como voluntários na associação, para nós associação é uma mais valia têm mais instrução que nós, têm outra experiência que nós não temos e acho que isso é muito importante e eu acredito neles acho que eles vão levar o nome do meu bairro e vão lutar pelo meu bairro. (Ent.5).

Sim. Porque a gente não consegue ver resultados de um dia para o outro. Chegou a altura de mantermos as promessas, chegou a altura de começar a cumprir chegou a altura de chamar à responsabilidade os moradores quando a partir dai eu acredito que seja mais fácil (Ent.5).

A nível de emprego eu não sei se vem trazer algum algo mais, mas a nível de condições de vida pelo menos eu estou de facto acreditando nisso que as energias renováveis que em principio estarão prestes a arrancar aqui no bairro e no eco bairro a economia que essas ditas casas vão dar aos meus vizinhos acho que isso é uma excelente ideia (Ent.5).

Bom eu creio que essa parte energética dos painéis que vão ser colocados serão absorvidos grandemente pela piscina é um equipamento do bairro, obviamente que se não tiver sustentabilidade financeira fecha e é um equipamento de proximidade é um pavilhão desportivo e é um equipamento de proximidade com excelentes condições mas que nos tempos que correm pode rapidamente virar um elefante branco ou um sorvedouro de dinheiro e se não havendo capacidade depois de ir portanto à sua manutenção rapidamente fecha, se degrada portanto isto vem dar-nos uma garantia de que aquele equipamento terá sustentabilidade para se poder manter e se poderem fazer os investimento que ao longo dos anos se têm que fazer, por exemplo para ter uma ideia só em água, em água, não em gás e electricidade aquele equipamento deverá gastar à volta de cem mil euros por ano, se por via da electricidade e por via dos gás conseguirmos reduzir a factura energética, sobretudo eu creio que eventualmente conseguiremos ter autonomia energética, sobretudo nos meses de verão e primavera e verão o inverno será mais será mais difícil porque também não gera tanta energia como isso mas significará que durante parte do ano teremos uma factura muito reduzida portanto isto é, a sustentabilidade daquele equipamento que é um equipamento de proximidade que as pessoas gostam, os miúdos da escola é lá que vão à piscina é lá que aprendem a nadar é lá que se faz o *kick boxing*, é lá que se joga à bola e se joga basquetebol, portanto desse desse ponto de vista, eu acho que é um excelente investimento e que trará retorno, não é? (Ent.7).

acha que esta alternativa, ou seja o modelo de eco bairro pode oferecer para a sustentabilidade de um bairro aspectos positivos nomeadamente as questões de energias, forma de economia social para os residentes porque a sustentabilidade não tem só a ver com as questões energéticas tem a ver até com uma forma de estar não é, uma maneira de viver eu costumo dizer que as que a questão da sustentabilidade acaba por fechar um bocado o bairro, porque seria ideal que as pessoas trabalhassem próximo, que trabalhassem até dentro do bairro que que que tentassem qualificar-se e reproduzir algumas coisas que que se podem fazer dentro de um bairro nomeadamente pessoas que não estejam a trabalhar tomar conta dos filhos dos outros etc. e portanto criar-se ali uma pequena comunidade que muitas vezes tem o factor negativo de poder depois fechar um bocadinho as pessoas, as pessoas já por si gostam muito do seu bairro e depois acabam, mas por outro lado acaba por ser uma forma de penso também que será uma forma de reproduzir um modelo que depois em termos depois de qualificação do tecido social seria uma boa prática, mas isto é a minha opinião (Ent.7).

Com certeza, eu comparo o bairro a uma família, uma família que vive numa casa em condições fica com outra imagem com outra perspectiva de vida completamente diferente porque o ambiente, nós sabemos que o ambiente físico em que nós estamos e o ambiente até ecológico em que nós estamos interfere em grande medida nos nossos aspectos psicológicos também no nosso desenvolvimento, o que é que eu quero dizer com isto. (Ent. 8).

Um bairro que está degradado, que é conhecido como a lixeira da cidade quando de repente vê que é lá que existe o eco centro da cidade em que as ruas vão ser limpas de outra forma por força desse ecocêntrico por força desse, da presença desse eco centro onde olhando para as janelas verificamos que estão colocadas janelas que de facto isolam o frio e portanto diminuem as doenças e o estado em que as pessoas vivem e o mau estar, não é, e eu só estou aqui a dar dois ou três exemplos é muito facilmente perceptível que a melhoria do bem estar ecológico do bairro vai melhorar, o bem estar psicológico e social dos seus residentes, portanto eu penso que com o eco bairro será possível eles próprios replicarem o modelo daquilo que estão a ver ... acontecer no seu bairro, poder acontecer na sua própria vida, não é? (Ent. 8).

Isso é fundamental , isto porquê, porque uma das tendências dos bairros de habitação social e em particular aqui em lisboa é que são bairros já de longa duração, o que é que acontece, nós temos modelos sócio culturais completamente reproduzidos, temos gerações que vivem dentro de gerações, eu recorde-me de uma adolescente que acompanhei num dos bairros que aos 16 anos fica aos 14 anos fica grávida e que por causa disso abandonou a escola e que com toda a alegria veio traduzir veio transmitir esta informação “estou grávida” e quando, quando é perguntado mas tu vais para a escola “não, não isso também não é relevante eu estou grávida estou feliz” passado um tempo quando volto a encontrar essa adolescente ela me diz que já estava a pensar na segunda na segunda gravidez. Porquê, porque foi assim que aconteceu com a avó, foi assim que aconteceu com a mãe e é assim que está a acontecer com ela e convivem 3 e 4 gerações dentro do bairro (Ent.8)-

Avaliação dos programas implementados

Embora consideradas de extrema importância, constatou-se que também os entrevistados tinham tido dificuldade em encontrar uma avaliação que permitisse ter dados do que foi feito anteriormente, principalmente a nível qualitativo.

Uma intervenção eficaz seja a que nível for passa por conceber e implementar procedimentos que se possam traduzir num balanço *continuum* das acções desenvolvidas, que se possam transformar num processo colectivo de aprendizagem e na constante procura de uma melhoria quantitativa e qualitativa das intervenções, com transparência e

rigor. Quer a nível local, quer a nível nacional há uma necessidade urgente de se criar sistemas de informação para avaliação e acompanhamento do processo de implementação destes projectos.

Ora dizer aqui também é que nós aqui nesta tanto na comunidade, neste bairro cidade sol já temos de há 4 anos para cá dois projectos CLDS. É também aqui de referir o papel destes dois projectos, o primeiro projecto CLDS é composto pela Rumo, pelo catita e pela persona e tinha como parceiros mas não eram só de dar apoio logístico, a camara municipal e a junta de freguesia. Este primeiro projecto, pronto foi, teve coisas muito boas positivas porque para enquadrarmos este jovens e mesmo até para chegar a algumas famílias na área domestica para resolver problemas de caracter social deu os seus passos, havia pouca experiência e não foi de todo, não foi de todo eficaz e daí que foi preciso prolongar este CLDS já fazer mais de dois anos, portanto primeiro foi dois agora mais dois em que este neste momento só está a trabalhar com a Rumo e que realmente tem tido aqui um papel importantíssimo a dar apoio social a dar apoio a crianças que com as famílias com as dificuldades financeiras, na escola e depois fazer ATL, pronto certamente vem também aqui colmatar um problema grave social, mas em marco de 2014 termina e cá está o que nós falámos atrás em que sem dúvida estes projectos têm que ser pensados nesta altura quem de direito devia ou deve vir ao local e procurar que tipo de trabalho está a ser desenvolvido (Ent.1)

Essa é uma desconfiança, uma desconfiança efectivamente muito grande é uma desconfiança muito grande e que na minha perspectiva quer dizer porque existe planos de realojamento também não também não me lembro para além dos números do número de famílias realojadas ou coisas deste tipo também não me lembro de ter visto alguma forma alguma vez alguma avaliação feita exactamente a avaliação de outra natureza do ponto de vista qualitativo em relação áquilo que efectivamente foi feito no processo de realojamento da Boavista, sinceramente é muitas vezes lidamos pura e simplesmente com o quê, tantas famílias necessitadas tantas famílias foram realojadas, agora digamos outro tipo de variáveis efectivamente que tenham a ver com as tipologias que foram atribuídas tinham ou não tinham a ver exactamente com a dimensão das famílias não é?! a família no fim de contas que foi realojada ela morava aqui já? Ou não morava e como é que é? Portanto há toda uma série de variáveis que acabaram por não ser avaliadas. (Ent.3).

Categoria 2 - Intervenção social no projecto eco-bairro

Tipo de Intervenção e Especificidades

Os entrevistados (AS) consideraram fundamental uma postura de questionamento e de distanciamento, sem os quais se incorre no risco de os profissionais se tornarem meros

executores administrativos e burocráticos, colocando a questão da “ajuda” no campo teleológico, ou seja, encontrar o sentido da génese da profissão.

Reconhecem a importância do Serviço Social na comunidade, no entanto, argumentam, que acreditam que as constantes modificações introduzidas nos serviços públicos acarretam uma desvalorização funcional e deixam-nos muitas vezes sem referencial.

Entende-se que os entrevistados têm consciência das suas limitações frente aos poucos recursos financeiros e materiais oferecidos, porém, com as mudanças que se processam no quotidiano, há necessidade de rever e redefinir suas intervenções. E não encontram diferenças que possam identificar no tipo de intervenção desenvolvida pelos diferentes serviços, em comparação com a intervenção de um assistente social noutro tipo de bairro (ex. saúde, educação, apoio domiciliário, centro de dia, creches).

Por outro lado, consideram que forma como tem sido feita a intervenção, promove uma cultura de pobreza, é um modelo assistencialista que não conduz à autonomia dos indivíduos, antes pelo contrário existe um “paternalismo” por parte dos interventores que acaba por se reflectir nas atitudes dos indivíduos face aos seus direitos.

Reforçam que o assistente social é um profissional que está na linha de frente dos problemas sociais, cara a cara com os indivíduos e como tal deveria ter uma presença constante nos bairros. A questão do tempo também é apontada como negativa, na medida em que este tipo de projecto deveria responder de acordo com as necessidades de todos, esse também é um ponto a melhorar.

é-me impossível responder a esta questão, uma vez que para além da requalificação dos espaços exteriores do Bairro da Quinta da Mina, penso não estarem previstas outras intervenções no sentido de podermos falar de um eco bairro, para já continua a ser a mesma coisa (Ent.2)

Estas áreas poderiam beneficiar com a educação ambiental dos residentes e educação cívica, penso que sim, definitivamente ... definitivamente penso que sim, e penso que poderá todo este projecto ser uma mais-valia quando eu dizia...(Ent.2)

Mas só pode ser com a participação das pessoas, ainda há pouco quando eu falava, o centro de saúde eu costumo dizer que é muito bom , é muito bom que as que venham outras pessoas de outras entidades como a saúde quem que tem responsabilidades evidentes juntos destas famílias para que o fenómeno se torne mais visível portanto toda a visibilidade que possa ser dada ao que se passa aqui tende a ser positiva mais não seja por pela descrença que já existe, que as coisas não vão funcionar mas acho que pode ser muito positivo (Ent.2)

E é assim sabe que depois isto é uma parte do projecto mas depois existe toda uma parte de manutenção que depende da população, como é que se define um tipo de intervenção ou tarefas que compete ao assistente social para promover a implementação e organização deste tipo de projecto (Ent.3)

Mas que que muitos deles a grande aspiração que têm é pura e simplesmente encontrar acolhimento fora do bairro não querem lá continuar, querem sair e portanto na minha perspectiva quer dizer há aqui a necessidade a necessidade de cultivar digamos o gosto pelo viver no bairro, não é?! Há que cultivar junto da população esta esta ideia de que não há que ter vergonha pelo facto de viver naquele bairro, se não há possibilidade de continuar como fazemos? (Ent.3)

Eu sinceramente entendo que ,digamos, a questão de construções, de fazer a construção dos edifícios, enfim, com todas as regras de economia, energética a questão de aproveitamento de eventualmente as coberturas para a produção de energia, eu acho ou entendo que isso é realmente muito importante mas eu volto a frisar enfim a perspectiva, a minha perspectiva digamos o verdadeiro sentido daquilo que é um eco bairro é uma sustentabilidade, tem que ir muito para além desta questão porque tem que ser algo de participativo e tanto quanto julgo, quanto sei que realmente essa participação está a ser reclamada, enfim da população tem que ser digamos um processo de grande envolvimento das pessoas tem que ser um processo que também que permita que aquilo que venha a ser construído que vai ser construído perdue de alguma forma no tempo porque sabemos que o bairro tem fortíssimos problemas de vandalismo, de falta de amor por tudo aquilo que é, que está no domínio do espaço público e portanto isso digamos são toda uma série de intervenções que têm que ser feitas (Ent.3)

Oh bem, eu gostava muito de ver aqui no meu bairro as assistentes sociais de facto integrarem-se ca na população houve aqui uma altura que eu não sei eu acho que nunca nem conhecia as assistentes sociais hoje se calhar conheço ai devido aos idosos devido a ter ido duas ou três vezes à santa casa e hoje vou-lhe dizer que na próxima quinta-feira vamos ter uma reunião de facto entre o seu presidente da Gebalis a Sra. dar susana santos da santa casa que tá a abrir a santa casa à população já para ver se os organismos, deixam de estar de costas voltadas e tarem todos a fazer a mesma coisa, onde se tiverem todos virados uns para os outros acho que as coisas andam melhor e espero que na quinta-feira se dê esse empurrão e que os organismos se voltem uns para os outros para de facto, para a solução dos graves problemas até de higiene de pessoas que vivem sozinhas e que estão abandonadas à sua mercê e vivem em condições desumanas a ver se conseguimos colmatar esses problemas (Ent. 5)

No meu ponto de vista, qualquer intervenção seja num bairro que tenha essa vertente que acabou de especificar quer num, outro em que o enfoque seja de outra natureza, eu não

concebo uma intervenção em que não haja uma articulação inter- serviços, em que não haja a participação da população nas suas formas de organização ou individualmente considerados portanto para mim, terá que ter sempre subjacente um modelo de desenvolvimento participativo, comunitário se quisermos chamar assim, assim porque só deste modo é que nós conseguimos um desenvolvimento local, e o desenvolvimento local não pode ser determinado apenas por aquilo que são as normas que o poder executivo de um determinado, de uma determinada autarquia determina, há as orientações políticas sem dúvida, mas depois cabe de facto aos serviços, neste caso habitação e às equipas que estão no terreno conseguirem conciliar os interesses que são políticos sem dúvida, mas que se coadunem com os objectivos das profissionais (Ent.6)

Eu penso que há um há um interventor nestes territórios que seja da área do serviço social é fundamental que passe de facto pelos princípios que defende, os valores que defende, as finalidades que a sua actuação permitem fazer no entanto é óbvio que de tendo mais conhecimento eu considero sempre que neste relacionamento seja na área do ambiente seja na área da saúde seja na área da habitação etc., etc. Nós quando estamos em parceria estamos num jogo recíproco de aprendizagem eu tenho mais know how em termos da minha formação técnica, da minha experiência profissional, temos depois os nossos, os nossos destinatários nem deveria, não são os nossos destinatários, os nossos parceiros de intervenção que estão no local e que sentem muitas vezes, têm uma, nós temos uma percepção do que achamos que será melhor para eles, mas eles têm a percepção do vivido e portanto eu acho que cabe a quem desenvolve a sua intervenção na nossa área ouvir, estar muito atento e ser capaz de mediar o seu conhecimento com a experiência também daqueles que estão que vivenciam as situações ou seja eu acho que isto tem, tínhamos que ser mediadores mas também temos que ser objectos de mediação eu acho que é muito recíproco seja em qualquer área acho que de facto na área do ambiente é uma área muito nova, muito nova em termos, em Portugal, não é, em termos daquilo que é que é o trabalho do serviço social mas por outro lado o ambiente é tudo e portanto o ambiente está, o desenvolvimento sustentável tem que ter forçosamente essa dimensão, acho que é uma questão de se, de se fazer realçar mais poder englobá-la naquilo que se pretende como o desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento integrado, articulado etc. (Ent 6).

Bom eu acho que os aspectos positivos está na requalificação do bairro sem dúvida temos aqui uma grande requalificação do edificado existente que ao longo do tempo por este motivo ou por aquele se vai acabando por degradar às vezes até porque a qualidade da construção também poderá não ter sido a melhor ou pelo menos não foi fiscalizado da melhor forma e portanto houve de facto uma requalificação do edificado do ponto de vista do conforto térmico e isto é fundamental depois houve um investimento e isto é pioneiro ao nível da um investimento na nas competências das próprias pessoas um investimento

associar a construção ao cariz social ao cariz do investimento nas competências pessoais dos moradores do bairro e eu acho que isso também é fundamental é a primeira vez que estamos à pouco, nós temos que acabar com esta visão assistencialista da habitação social não, e até porque depois estamos a perpetuar um ciclo vicioso em que a pessoa acaba (Ent.7).

Uma cultura de pobreza em que a pessoa tem direito à casa e portanto a família cresce e os meus filhos têm que ter direito a casa e os netos deles também porque sempre tivemos habitação social e portanto isto é um direito que nos assiste a habitação não pode ser encarada, a habitação social não pode ser encarada nesta perspectiva, deve e o ideal era que fosse encarada como como transitório para ajudar as famílias a poderem ter um ponto de partida para daí então poderem ser auto-suficientes e poderem ser eles próprios sustentáveis e poderem ter a sua própria habitação, obviamente que as pessoas também pagam de acordo com os seus rendimentos mas o que é facto é que há muitas vezes esta noção assistencialista de que parti a porta agora a Gebalis que venha por uma porta nova e esta degradação (Ent.7).

Paternalista não é? esta coisa de que eu estrago e alguém há-de vir arranjar não pode não pode ocorrer tem que haver uma responsabilidade ,estamos a entregar um bairro e um bem valioso a uma família e portanto essa família tem que ser responsável pela manutenção daquele espaço não só da sua habitação mas do seu prédio do seu bairro, tem que tem que perceber que este, que que isto deve funcionar desta forma, portanto há aqui um investimento pela primeira vez nessa percepção da preservação na melhoria das suas competências pessoais, na fiscalização do bairro criando aqui uns sentimentos de pertença e portanto e este esta construção e esta vêm já com estas premissas iniciais que são que são muito importantes. Lembro-me que antigamente quando se construía bairros sociais não havia uma única loja um único café, não havia espaço de convívio portanto eram apenas um dormitório de uma amalgama de pessoas com carências económicas. A parte negativa do eco bairro é estar a demorar muito tempo, está a demorar tempo demais tem uma vantagem acrescida às vezes às vezes o tempo não é não é necessariamente mau teve uma vantagem acrescida que é isto é um financiamento curto o financiamento não é muito mas o que nos obrigou a repensar nas estrutura inicial do eco-bairro e portanto o eco-bairro ia ser apenas iam ser apenas criado um edifício piloto e as infra-estruturas dos arruamentos mas isto e aí íamos ficar com as infra-estruturas criadas e sem e sem habitação portanto o que teve que ser reprogramado e reprogramou-se de forma a investir no edificado existente criar condições para então se fazer os projectos para os realojamentos mas de facto o único defeito deste projecto é ser parco em recursos e nós não conseguimos fazer o realojamento destas pessoas todas que são ainda quinhentas habitações que que não as conseguimos fazer num curto espaço de tempo, eu gostava de poder dizer que daqui a 4 anos todas as pessoas estariam realojadas e desconfio que não que isso não vai ocorrer, portanto é o único projecto deste financiamento porque tem recursos os recurso são poucos e infelizmente vamos ter famílias

que vão ficar à espera e ainda vão ficar à espera muito tempo e sem grandes condições (Ent.7).

Nunca tinha, nunca tinha pensado sobre isso, primeiro não sei se isto vai correr bem porque eu nunca tinha pensado sobre isso, agora eu sei que este bairro se calhar vou fugir um bocado ao tema e se calhar vou fugir um bocado à linha de entrevista, agora eu sei que a intervenção que tem havido neste bairro não é suficiente, pronto primeiro as entidades lutam por um pedacinho de intervenção pronto nós intervimos aqui, ainda continua se bem que ultimamente a cultura de parcerias tenha alterado um bocado e tenha facilitado um bocado o trabalho do assistente social mas eu que tenho eu infelizmente ou felizmente que tenho um carinho especial por aquele bairro e que tenho atravessado várias crises naquele bairro em termos de intervenção e várias colegas, eu tenho ficado elas as colegas têm alterado portanto têm mudado e o bairro tem e o bairro ressentido-se com esse tipo de mudança não sei porque a pessoa de referência que está sempre cá há vinte anos sou eu as outras pessoas vão passando vão passando, a intervenção vai passando a relação com as pessoas vai passando a intervenção das entidades no bairro vai passando não há não há uma estrutura não há um trabalho com principio meio e fim pronto é isso (Ent.9).

Nós trabalhamos para as pessoas e com as pessoas, o nosso público alvo são as pessoas e ver a pessoa nas suas várias, nas várias dimensões e trabalhar essas dimensões, e valorizar cada uma dessas dimensões para mim é o mais importante e quando alguns colegas ou entidades tomarem, tiverem a noção de que não são, não é um punhado de políticas sociais que que têm que descer à comunidade mas sim é a comunidade que tem que promover essas políticas sociais de acordo com os seus, as suas capacidades de acordo com as suas necessidades, eu acho que só assim é que resulta (Ent.9).

Papel das parcerias locais na intervenção social

Relativamente às parcerias locais, percebemos pelo discurso dos entrevistados que consideram fundamental a sua existência, apesar de alguns problemas como a falta de articulação entre os parceiros, sobreposição de tarefas, conflitos de processo e até de relação, divergências na forma como as verbas são utilizadas nas actividades. Há uma ênfase no trabalho que actualmente resulta dos CLDS, na sua colaboração e empenho, mas temem que a falta de continuidade ponha em causa o que já foi feito, embora haja esperança na sua consistência para o futuro.

Entendem que é um esforço fazer as parcerias, mas que por vezes as pessoas estão condicionadas pelo trabalho que têm, pelos prazos e pelas questões burocráticas e que isso acarreta consequências no envolvimento com a comunidade que é basicamente inexistente.

É também aqui de referir o papel destes dois projectos, o primeiro projecto CLDS é composto pela Rumo, pelo Catica e pela Persona e tinha como parceiros mas não eram só de dar apoio logístico, a câmara municipal e a junta de freguesia. (Ent.1)

É assim para além das parcerias institucionais desta candidatura que acaba por estar a fazer, trabalha um pouco um pouco estanque embora por exemplo o centro social de Sto. António é uma IPSS que está a construir, está já em fase de finalização, há obras no agrupamento escolas, as escolas para além destas parcerias de facto é a câmara municipal a junta de freguesia têm tido um grande empenho aqui no território e temos uma parceria extra candidatura com a RUMO que é a instituição que faz, que desempenha aqui o trabalho do ponto de vista social de desde as questões do empreendimento, do empreendedorismo, das questões do apoio alimentar a ligação com a segurança social ao nível do RSI tem desempenhado um papel fundamental de facto têm, não só para o bairro da quinta da mina para este bairro específico mas para toda a população envolvente tornando-se também aqui uma forma das pessoas interagirem e de fomentar aqui alguma inserção. (Ent.1)

Há uma articulação que pode, em marco este projecto acaba mais uma vez portanto, pronto é um período de tempo, já tivemos outros CLDS aqui já tivemos outras experiências com uns timings, com as verbas direccionadas para aquelas actividades em que tem que se fazer x actividades com x utentes, a qualidade no meu ponto de vista fica um pouco, não é ficar aquém, mas não é objectivo final, é os timings portanto, e mais uma vez essa articulação que tem sido bastante positiva, porque tivemos aqui alguns problemas noutros CLDS que conseguimos, conseguimos ir resolvendo não estão totalmente sanados mas conseguimos resolver aqui no território, e neste momento a parceria funciona há muito empenho e mesma a colaboração deste, desta instituição aqui na divulgação e na explicação às pessoas do que é que se está a acontecer no território mas acaba em marco, vamos ver se conseguimos, o grande desafio é conseguir deixar algumas raízes de alguma coisa para que haja continuidade. (Ent. 1)

A questão da continuidade é sempre o grande problema, esse é que é sempre o grande problema. Depois é tudo em cima do joelho, hoje fala-se, eu quando entrei para a câmara não havia parcerias, pois parcerias, é um esforço de facto fazer as parcerias mas as pessoas estão condicionadas pelo trabalho que têm, pelos prazos pelas questões burocráticas e depois o envolvimento com as comunidades não é quando é que existe, quando ele existe, portanto isso, não sei (Ent. 2)

A nível das questões éticas têm tido alguns dilemas, o assistente social tem como função actuar e adequar a sua intervenção aos princípios da profissão e verifica-se muitas vezes que em vez de estar a trabalhar no sentido de promover o valor pessoal do indivíduo, a justiça social, a importância das relações humanas, a integridade e as competências para a

autonomia dos indivíduos, a pressão a que os profissionais estão sujeitos resulta numa intervenção que não conduz a resultados efectivos.

Sim temos tido algum, tenho tido alguns dilemas porque há coisas, portanto há questões que nós percebemos perfeitamente, ou seja estarmos a trabalhar, estarmos a caminhar numa direcção que nós sabemos que não resulta é muito, é complicado, é visto muitas vezes, há dias em que as pessoas desmotivam, completamente, mas porque é que eu estou a caminhar que eu sei que não vai dar frutos, porque é que eu estou a deixar dois ou três problemas que eu sei que são fundamentais para as pessoas e tenho que seguir um caminho que não me vai resolver nada que vai ser um pouco para fazer algum *show off* (Ent. 2).

Os princípios éticos constituem uma ferramenta no sentido de ajudar os profissionais a tomarem decisões e a fazer escolhas orientadas (Dolgoff et al., 2005, *in* Brígido, 2011) e tudo isto deve ser alvo de discussão entre os pares: o que é adequado, não deve ser decidido por um só técnico. Quando se perde as referências partilhadas no seio de um grupo profissional, o colectivo de trabalho pode desintegrar-se (Demaegdt, 2012).

Eu acho que eu acho que é fundamental que os parceiros se estejam implicados e não têm que estar em harmonia, eu acho que é precisamente muitas vezes da diferença de opiniões que se criam as sinergias necessárias para percebermos, não podem ser só os técnicos não podem ser só os decisores políticos a dizer este é o caminho porque muitas vezes aquele que é o que nós achamos ser o caminho certo para aquelas pessoas, não é porque eles têm que sentir que se está a fazer algo e têm que perceber o que é que o que é que se está a fazer, e se, por isso eu continuo a dizer para mim a parceria, as parcerias e o trabalho em rede com o envolvimento de toda a comunidade é fundamental sem isso não há bons resultados por muitas por muitas resistências que haja há sempre moradores que que acabam por ser, às vezes começa-se por um grupo muito pequeno mas aquilo depois acaba por replicar não é, e pela experiência, é sobretudo pela experiência do que vai sendo feito que permite que eles... que haja o ganho de confiança não só entre os parceiros institucionais, mas entre os parceiros locais, que são fundamentais, do meu ponto de vista (Ent.6)

Outro dos dilemas éticos apontados pelos entrevistados prende-se a lógica de sobreposição de papéis e que resulta na formação de um ambiente altamente competitivo, onde a diferença de valores e crenças é acentuada pelos interesses de cada instituição e até mesmo interesses individuais. Esta situação remete para segundo plano o acordo estabelecido e o compromisso assumido por cada uma das partes, que põe em causa o verdadeiro sentido da intervenção, como modelo integrador que pretende valorizar o ser humano como um todo e ir ao encontro de uma acção de promoção do *empowerment* e de mobilização de todos.

Não sei se coordena o trabalho das outras pessoas porque há aqui entidades que se querem sobrepor umas às outras e a junta a junta acaba por ser como à bocado eu lhe tava a dizer a gestora (Ent.9)

É, eu apontava mais para a rivalidade entre as entidades a rivalidade entre quem quer fazer muito em quem tem que fazer quem tem que intervir e no fundo no fundo também é necessário (Ent 9)

Da sobreposição de papéis, sobreposição de metodologias de intervenção e no fundo no fundo é isso que eu ia dizer, também é necessário tratam as pessoas como números, portanto isso e eu não me identifico nada com esse tipo de intervenção muito sinceramente tenho dificuldade até em identificar-me com esse tipo de intervenção agora ao longo deste ao longo destes anos que eu conheço o bairro a junta tem tido um forte papel, até porque é muito bom quando neste período de tempo as pessoas se lembram da intervenção que a junta tem ao nível da infância, ao nível dos jovens, ao nível do acolhimento das famílias e isso sim, eu acho que e não estou a valorizar o papel do assistente social na junta, estou a valorizar o papel das pessoas que passaram por aqui, ou seja ao nível, ao nível da implementação de projectos, nem vou falar ao nível político, falo ao nível de implementação de programas e projectos actualmente eu acho que vai ser fácil implementar um programa destes até porque a junta é uma é uma parceira óptima é uma parceira com excelentes capacidades de moderação e de gestão de conflitos, especificamente a esta senhora que está agora como presidente que eu acho que também alterou um bocado o papel da junta, nomeadamente ao nível das hierarquias e quando digo hierarquias digo ao nível das figuras políticas porque as pessoas também se valem um bocado disso, não é, mas eu acho que sim que vai eu não sei qual é eu não sei qual é que vai ser o meu papel no futuro mais próximo ...neste tipo de programa, não sei muito sinceramente não sei agora que se calhar vai ser fácil, não vai ser difícil a implementação deste projecto, eu não sei se estou a responder àquilo que quer (Ent.9).

Constrangimentos à intervenção do assistente social

Os entrevistados destacam o facto de estarmos perante uma nova questão social resultante das novas mudanças societárias e da globalização. É clara a preocupação dos entrevistados neste ponto, no sentido da necessidade de reformular a intervenção comunitária, construindo uma cultura de actuação que vá mais ao encontro das necessidades reais dos indivíduos e de os assistentes sociais se assumirem como agentes de mudança, com uma postura mais participativa de diálogo nacional e internacional.

Os entrevistados (AS) consideram que dado o modelo actual de sociedade, as pressões a que o assistente social se encontra sujeito face à complexidade e diversidade dos fenómenos condiciona a sua actuação. Também consideram que não passa unicamente pelo profissional mas pelos cidadãos no seu conjunto.

No exercício da sua prática quotidiana, o assistente social, além de se deparar com dificuldades que são inerentes à sua natureza, ao seu objecto de intervenção e aos seus objectivos, ainda tem que enfrentar problemas sobre os quais não pode exercer nenhuma influência directa, visto que envolvem um conjunto bastante heterogéneo de relações de força e poder articulados pelas distintas esferas ou instâncias societárias. O maior problema enfrentado pelo profissional é falta de recursos para atender às exigências. Esta é uma situação comum na maioria das instituições prestadoras de serviços e repartidoras de benefícios a populações carentes.

Dos contributos obtidos podemos realçar que os assistentes sociais sentem que a sobrecarga de funções desempenhadas nas rotinas institucionais dificulta a sua reflexão teórica.

As juntas de freguesia deviam ter na área social técnicos que viessem para a rua e se apercebessem dos problemas porque os técnicos da segurança social estarem nos gabinetes e não estarem na rua, frequentarem e enfrentar as pessoas e ouvi-las e a chorar esse trabalho não é trabalho, é trabalho só de secretaria e encaminhar algumas coisas depois fica tudo pelo caminho “venha cá amanhã e daqui a 15 dias vamos dar uma resposta” depois não há resposta nenhuma e as pessoas cada vez ficam mais revoltadas e desiludidas com toda esta situação (Ent.1).

Para a Quinta da Mina que está inserido dentro da Cidade Sol as coisas começaram a ficar um bocadinho mais fracas, acabaram por desaparecer. Neste momento pretende-se reacender tudo isso, ou seja, e essa é a grande esperança, quando estes projectos acabarem pelo menos se consiga ter criado aqui uma base de moradores, uma associação, uma comissão de moradores, qualquer coisa (Ent.1).

As pessoas começam a estar de alguma forma cansadas porque houve aqui um grande espaço que as obras não começavam como falámos no início, houve aqui um período temporal em que as obras não começavam e a coisa pronto. Entretanto é um desafio que a vereadora responsável por esta obra já lançou nas reuniões que temos feito que as pessoas se comecem a organizar novamente para que quando nós deixarmos o território no sentido portanto desta estrutura que existe de apoio agora à obra possamos ter aqui interlocutores privilegiados que no fundo possam continuar o dinamismo de deste espaço este local físico onde nós estamos

já foi poderá vir a ser um espaço, a localização dessa comissão, mas pronto são questões que estão a ser construídas (Ent.2).

eu penso que a grande dificuldade pelo menos desde que iniciei a minha carreira é a falta de articulação entre as várias entidades e o próprio estado, portanto é aquilo que não faz sentido nenhum , porque nós queremos chamar as pessoas à participação (Ent 2).

E o central, nós queremos chamar o privado à parceria com as IPSS, mas a articulação entre a câmara municipal, a segurança social, as entidades do estado não funciona muitas vezes, o trabalho da assistente social, acaba por estar muito condicionado, há muitas informações que não passam é difícil a assistente social, e neste caso aqui concreto, nos protocolos do RSI, o protocolo que funciona aqui, trabalha só RSI, muitas vezes tenta-se fazer algumas acções já aqui do ponto de vista da inserção, cidadania, chamar os utentes, mas há muito, há muitos condicionalismos, a própria informação que passa muitas vezes sobre as famílias individuais, informações que são passa de uma forma informal porque os colegas conhecem-se (Ent.2)

Pois o sistema também responde mal não ,é porque é a tal coisa que depois por detrás daquelas que são as avaliações conforme eu disse à pouco que a própria assistente social faz é preciso depois que haja uma resposta politica por detrás não é, e muitas das vezes também se instala nos próprios políticos a ideia de que a casa está dada o problema está resolvido quando sabemos que uma família que não tenha condições enfim, uma família que não saiba gerir digamos a própria pessoas que não sabem gerir a sua própria existência como é que conseguem gerir uma casa não é?! E depois são casas que são atribuídas e que acabam por ser elementos perturbadores para toda a vizinhança não é?! Porque são fogos de insalubridade são fogos de má vizinhança são fogos não é?! A experiência que há é essa não é?! prédios absolutamente bem estruturados e que basta que efectivamente uma família seja realojada e que seja uma família com características diferentes para que vá depois digamos acabar por por se desestruturar não é?! Todo um prédio, não é?! Em que em que enfim as relações já estavam perfeitamente estabilizadas e que essa nova família as vem destabilizar (Ent.3).

(...) e pelo contrário as pessoas acolhem as entidades acolhem os técnicos e depois não vêm uma linha, uma linha contínua de intervenção. Começou, está aqui no meio o trabalho e no final produziu-se isto, não existe e eu acredito nas capacidades dos assistentes sociais de todos em todos, mas às vezes mas às vezes as linhas orientadoras que vêm das entidades não são as mesmas não têm a mesma visão que nós quando andamos na comunidade aquilo por parte da população existe um descontentamento total, existe um descrédito na nossa intervenção. É difícil agarrar, é difícil agarrar uma população que caiu que caiu numa filosofia de não vale a pena nós não acreditamos, está bem pronto participamos, é sempre a mesma coisa, o que é que elas vêm aqui fazer, o que é que, o é muito aquele, pronto é mais

uma não é, então vamos lá pronto, quer saber o que, pronto é mais uma mas no final não vamos ter nada porque no fundo cai tudo em saco roto agora não sei.(Ent 9).

Potencialidade para a intervenção do Serviço Social

Os entrevistados foram unânimes em considerar que estes desafios também constituem potencialidades, nomeadamente: inovação para novas formas de trabalho, mesmo que por conta própria, novas construções identitárias e responsabilização na ajuda aos decisores políticos no sentido da criação de novas formas de organização social, mais ajustadas às necessidades dos indivíduos grupo e comunidades.

Qualquer intervenção em bairro de habitação, que concorra para a melhoria da qualidade de vida das populações, é à partida positiva. No entanto considero que o sucesso de qualquer intervenção está intimamente ligado com a real e oportuna necessidade dessa mesma intervenção, falar de um eco bairro no sentido da promoção da sua sustentabilidade, quando existem problemas de base para resolver, não faz sentido e pode comprometer as intervenções (Ent.2).

Neste excerto, verifica-se o questionamento paradigmático do serviço social, que direcciona a reflexividade da sua intervenção para um eixo de capacitação, tendo em vista os reais interesses e necessidades da população, ou seja, estamos perante uma população envelhecida, em grande parte, reformada, mas também há jovens recém-licenciados, que têm a ambição de construir o seu projecto de vida fora do bairro por sentir que este lugar não lhes dá condições. Nessa medida os aspectos positivos estão directamente ligados aos negativos, i.e. as potencialidade da intervenção residem nas respostas que podem ser dadas às necessidades reais dos indivíduos, seja por tornar o bairro num lugar onde as condições de habitabilidade e segurança promovem a vontade de ficar, seja pela via da participação de todos, restabelecendo as conexões e laços de confiança que os indivíduos podem construir numa comunidade com vista ao benefício colectivo e à transformação social através da acção colectiva. O conceito de eco-bairro e os exemplo dados pelos países do norte da europa, de acordo com um dos entrevistados, são modelos de referencia.

A participação e o envolvimento da comunidade na resolução dos seus próprios problemas, os princípios da interdependência e do encontro com o indivíduo no contexto que o define e a valorização da multidimensionalidade e complexidade humanas constituem pontos de referência da intervenção comunitária (Ornelas, 2000 in Perdigão, 2003:494)

Uma população maioritariamente envelhecida quer dizer há realmente aqui, reformados, também jovens licenciados. Mas que que muitos deles a grande aspiração que têm é pura e simplesmente encontrar acolhimento fora do bairro não querem lá continuar, querem sair e

portanto na minha perspectiva quer dizer há aqui a necessidade a necessidade de cultivar digamos o gosto pelo viver no bairro, não é?! Há que cultivar junto da população esta ideia de que não há que ter vergonha pelo facto de viver naquele bairro (Ent.3).

O maior, o mais positivo e apesar de apesar de quase todos os projectos estarem contratualizados, estarem a começar a acontecer quer os de reabilitação ou construção física quer os de trabalho social e falaremos sobre ele em 2009 quando um vereador ou técnico municipal entrava no bairro da Boavista era visto como um inimigo ao fim destes 4 anos de trabalho nós tomamos pequeno almoço em casa somos convidados das pessoas e estamos lá e somos parte da solução que eles, este é o saldo é o maior saldo (Ent.4)

O conceito original de eco vilas de eco bairros, aqui estamos a fazer num contexto urbano esse ... essa é uma grande diferença sobre um consolidado em rigor essa é a causa da europa quer dizer não há, quer do ponto de vista social quer do ponto de vista urbanístico onde é relevante fazer estas intervenções é em meios urbanos densos e as respostas até que ponto se que se trabalharmos nas ultimas cinco décadas um no norte da europa etc. são muito interessantes mas para vilas de pequena escala não são as metodologias, nem as metodologias, nem as tecnologias (...) este é um exemplo de topo para eles do ponto de vista da gestão social onde nós somos o mais forte e portanto este trabalho não é só ou seja a transportação dali é essa e agora a ponte que eu estou a tentar abrir ou que estamos é entre isto e entre a regulamentação europeia e as experiências da américa do sul do ponto de vista social e uma escala diferente são ainda mais ?? estamos agora a abrir rede com uma série de organizações desse género que estão agora a trabalhar na américa do sul e portanto e temos a aprender com o norte da europa (Ent 4).

Os aspectos positivos que eu encontro é a possibilidade de nós melhorarmos e só posso falar responsável de acção social é nessa qualidade que falo o poder ser melhorado a condição de habitação das pessoas falando especificamente, em termos a de aspectos positivos. (...) eu penso que o facto de estar a reabilitar o bairro e o facto de haver uma programação em termos urbanísticos de reconstrução de algumas zonas parcial de algumas zonas e de construção total de outras quer-me parecer que é fundamental para melhorar as condições socioeconómicas de quem de quem habita porque aliados ao aspecto habitacional advém uma série de outros factores que contribuem para a própria visão que os moradores têm da sua vida e dos seus percursos de vida, portanto eu não consigo aqui dissociar os aspectos positivos dos negativos (Ent.8).

É um bairro, é um bairro que está, que tem , é como eu digo tem tudo para dar certo, agora depende da forma como se faz e como, o quando já passou e vai ser importante é para mim vai ser muito importante é a qualidade das equipas de trabalho no terreno já para não dizer o tipo de pessoas e já para não dizer o tipo de técnicos, pronto (Ent.9).

Categoria 3 - Importância do papel do assistente social na correcção das desigualdades

A maioria das medidas de política social, (principalmente no que respeita ao cumprimento dos seus objectivos) não consegue corrigir as desigualdades pelo que os entrevistados consideram importante a sua contribuição na sustentabilidade das comunidade.

(...) portanto aqui nesta área elas tinham uma enorme importância assim como também na no relacionamento com outras pessoas eram também eles aqui dizer assim: nós não podemos ser também arrogantes ou fechados para com a outra comunidade, nós estamos, nós é que viemos, vocês vieram para aqui e eles já cá estavam e agora também são vocês a ter que ceder, vocês já tinham um espírito aberto do poder falar com a outra população, população cá existente. E este bairros precisam de um acompanhamento diário e precisam de apoio não é de palavras precisamos é de actos, precisamos é de coisas concretas e deixemos as demagogias e (...) (Ent.1).

(...) a partir daqui este trabalho seria feito, porque estas etnias recebiam rendimento e o rendimento (RSI) seria sempre uma ponte de podermos, exactamente , podíamos fazer aqui esta ponte dizendo: “desculpe lá se não fizemos isto, porque é que você recebe este rendimento, porque é que recebe” Responsabilizar as pessoas também pelo aquilo que recebem (...) Pelos seus direitos, não é só pelos seus deveres mas também pelos seus direitos e aqui certamente as pessoas iriam compreender e diziam: “pera eu recebo mas também tenho que fazer isto, aquilo e aqueloutro “(...) E têm que retribuir, e a partir daí nada disso foi feito e então temos a degradação à vista (Ent.1)

Apesar da falta de reconhecimento sentido pelos assistentes sociais, do desconhecimento por parte de outros profissionais do objecto de trabalho e até mesmo, por colegas de trabalho, quando pensam o que os faz continuar, a resposta é, porque faz toda a diferença, porque cada indivíduo compartilha as suas experiências de vida, os seus problemas, os seus medos, angústias, e alegrias, procurando ser orientado ou encaminhado, mesmo que muitas vezes não seja possível ir ao encontro das suas expectativas, estar presente é muito importante.

O tipo de intervenção que gostariam de ver num assistente social que trabalhasse nas equipas era, que, independentemente de atribuir uma casa, fizessem uma intervenção com as famílias, mais próxima da população, com uma abordagem que promovesse eficazmente o seu *empowerment*. Não podemos deixar de realçar que acima de tudo o

Serviço Social deve garantir e proteger os direitos da população e, como tal afigura-se como essencial a participação dos indivíduos, o carácter de continuidade da intervenção e isso de acordo com os entrevistados “cabe ao assistente social”. Perceber que a equipa de arquitectura nestas questões tem uma postura de intervenção directa com a população e depois constatar que as assistentes sociais não estiveram presentes na intervenção com as populações levanta-nos duas questões: a expectativa quanto ao tipo de acção profissional frustra os assistentes sociais e acabam por criar conflitos relacionados com o seu papel na instituição, submetendo-os apenas a práticas assistencialistas, ou à predominância da acção institucional burocratizada tem sido um peso para o agir profissional, colocando a prática profissional de uma forma inapropriada e contraditória, acabando por perder a legitimidade do seu saber, o seu discurso questionado e a sua prática subalternizada.

Acho que estas pessoas ainda precisam de mim, quanto mais não seja para conversarmos, muitas vezes digo isso, as pessoas precisam de alguma atenção e embora (Ent.2)

Isso faz toda a diferença, embora muitas vezes já tive situações muito complicadas, situações em que a minha própria segurança pessoal esteve em risco mas acho que vale a pena acho que vale a pena ainda porque há momentos em que as pessoas só precisam de conversar e que nós lhes expliquemos que há coisas que não conseguimos lá chegar mas estamos cá para os ouvir, eles desabafam, desabafam e acho que é um pouco por aí, porque esta profissão acho que é mais uma missão e quando se fala com os colegas acho que é mais por aí, é, é eu costumo dizer que é um karma que se calhar é um karma, as coisas, mas é um pouco isto aquela sensação que à nossa volta quem é que pode vir para aqui, quem é que pode fazer este trabalho é evidente que ninguém é insubstituível não é, mas exactamente como os resultados têm que ser vistos a longo prazo é este longo prazo que já permite esta relação com as pessoas são estes 15 anos, portanto e não é um técnico novo que em 2 anos faz aqui alterações por muito profissional que seja por muito bom técnico que seja tem que haver aqui esta relação de cumplicidade e é esta cumplicidade que se gera entre as pessoas que vai continuando vamos caminhando. Embora eles saibam muitas vezes que o caminho não é este e eu saiba que o caminho não é este mas vamos construindo com os meios que temos, com os recursos que temos (Ent.2)

Independentemente de atribuir casas é haver realmente um plano de trabalho consequente não é?! Com as famílias não é? e que realmente houvesse a tal cultura de avaliação no sentido de saber se sendo objectivo, muitas das vezes são vamos lá a ver muitas das vezes não são propriamente objectivos materiais enfim são aquelas questões que nós falávamos à pouco do ponto de vista comportamental das pessoas portanto saber se efectivamente e em relação a um plano estabelecido se portanto colocar exactamente essa cultura de avaliação

como no primeiro plano mais próximo que avaliasse para além enfim , para além não sei se o termo é correto quer dizer avaliasse no fim de contas o sucesso do realojamento não é?!

(Ent.3)

pelo empowerment das pessoas pelo facto das pessoas se envolverem ou não por exemplo conforme eu disse à pouco epá na estima do espaço público na participação ou não da gestão na participação, eu lembro-me por exemplo na Boavista não mas noutros bairros que enfim com a participação das associações se fizeram acções de sei lá de economia familiar ensinar por exemplo as famílias como é que é possível numa situação em que os rendimentos estão em quebra a alimentar uma família de 5 ou 6 pessoas com enfim um número muito limitado de horas por semana, como é que do ponto de vista da higiene enfim os pais podem promover o bem estar dos seus filhos, enfim educação parental por exemplo, dinâmica que se instala também depende muito das necessidades dos próprios moradores portanto é a necessidade (...) mas é preciso realmente que se encontre não só, e aí é preciso que a assistente social terá certamente um digamos um papel fundamental no sentido de quê de dinamizar os agentes locais no sentido de que essa manifestada essa necessidade se manifeste não é de promover que tem que ser de continuidade não é?! Um dos principais problemas que o bairro da Boavista e entre outros bairros existia e existe tem a ver com o problema do vandalismo, não imagina as questões de vandalização de elevadores, de vandalização de bocas de rega vandalização de enfim das campainhas dos das coberturas dos prédios e digamos os milhões de euros digo bem os milhões de euros que a empresa para isto. Eu digo sinceramente e é algo que uma reflexão que se tem feito, não é?!(Ent.3)

tipo de tarefas tipo de intervenção de um assistente social neste tipo de projecto é evidente que a cabe um papel sem sobreposição ao papel dos outros mas acabamos por muitas vezes ver as outras pessoas a tentar fazer esse trabalho, 90% das famílias com moradores só para perceber e procurar soluções sobre seus problemas mais pessoais e mais íntimos que pode haver. E isso cabia às assistentes sociais quer da Gebalis quer da santa casa da misericórdia, mas nunca se vê lá nunca se vêem lá assistentes sociais (Ent.3)

Para o comum dos moradores somos todos doutores ponto final parágrafo nem sequer chegam a perceber nem sequer é claro para muitos qual é que é a instituição para que cada um responde há o lado institucional das pessoas que estão lá e que estão claramente a representar uma instituição ou os objectivos de uma instituição e há eles os moradores mas quer dizer não se mexe em nada que as questões que precisem de um assistente social dando não há uma transferência, não há um não há uma família nesta nestes bairros onde não haja, sei lá estou-me a lembrar da última transferência que fizemos que a senhora tinha voltado da prisão estava a tentar reaver a tentar voltar a reaver a confiança do dos filhos menores a que estava a ser ajudado por um ex-companheiro que tinha sido corrido à porrada de casa pela

mãe e pela irmã e estava em processo de procura de cura e com medicação para não voltar à toxicod dependência, a desestruturação dos agregados e das vidas e a falta de perspectiva e projectos de vida é a norma (Ent.3)

Para os entrevistados o papel do assistente social tem grande importância, é fundamental uma intervenção a médio, longo prazo, uma intervenção participada, que chegue à população e volte a ganhar a sua confiança respondendo às suas necessidades, mas para isso é importante que se conheça o problema pelo qual o indivíduo está a passar, e o facto de o assistente social estar fora do bairro impede que essa intervenção se faça de modo participativo e integrado.

qualquer decisão que seja feita por desenho sem perceber a vida das pessoas dá asneira. É fundamental. É fundamental isto só mas sabe quando se diz “as doutoras não tem que ir para o bairro (...) É uma questão da confiança não é só a questão da confiança é as pessoas já nos conhecem a todos portanto já sabem que eu posso, “posso lhe contar que a minha prima ocupou uma casa ilegal mas porque era para fugir ao marido que lhe batia , o que nós temos é que procurar uma solução que responda a isso e que cumpra a lei mas que pronto nada pode ser decidido sem conhecer a vida das pessoas e conhecer a vida das pessoas não se faz nem no gabinete nem se faz de um dia para o outro, não se aterra lá de paraquedas e de repente se percebe. Imagine durante 10 anos pode todo o trabalho de promoção de oportunidades de promoção do emprego estamos a falar de uma população de 5000 habitantes onde mais de metade das pessoas vive de prestações sociais, nas quais eu estou eu estou a incluir o desemprego (...) No bairro, nos comportamentos das pessoas mas também no bairro físico mas acima de tudo isto é um eu tenho chamado isto é um plano integrado de desenvolvimento local. É isto que isto é, porque não há sustentabilidade, ou seja esta sociedade, estes 5000 é profunda e absolutamente deficitária não é sustentável tanto do ponto de vista social, económico e portanto por os edifícios a gastar menos electricidade não resolve absolutamente coisa nenhuma , qualquer intervenção aqui só é produtiva, só atingimos alguma coisa se for se for integrada e se tiver a responder em paralelo à colmatação dos défices nos quatro pilares da sustentabilidade (Ent.3).

Do ponto de vista da formação dos residentes também há um plano mas de momento não existe verba para esse investimento, contudo está nos contemplado nos objectivos a atingir,

Do público alvo, tivemos pouca verba para isso mas dei-lhe aquele exemplo do trabalho que estamos a fazer com os que do aumento de condições que estamos a dar à escola local, só existe. Neste momento estamos a tentar organizar a câmara em função deste tipo de abordagem (Ent4).

Foi referido pelos decisores políticos que o trabalho de uma assistente social é importante na promoção da sustentabilidade do bairro, através do trabalho realizado com as pessoas, desde o nível cívico e ambiental até à articulação com parceiros e outras entidades na resolução de problemas. A presença do assistente social no terreno revela-se de crucial importância.

Sim eu acho, não cabe à assistente social fazer tudo. Mas cabe à assistente social dar a cara dar a cara e andar no terreno de facto a ver quais são os problemas reais das pessoas. Porque tenho aqui um senhor que eu não vou citar o não é! Teve que ser há pouco tempo posta aqui num lar bem próximo só vai lá dormir em vem comer à santa casa do estado de degradação em que a casa dele ficou se foi a assistente social a culpada? Foi a Gebalis a culpada? Foi a delegada de saúde a culpada? é assim alguém teve que ser e esse alguém de facto é o que falta aqui é darem a cara é darem a cara quando os problemas surgem e de facto os organismos volto a repetir tarem voltados uns para os outros porque é muito mais fácil a solução destes problemas (Ent 5).

Claro, eu tenho uma visão se calhar que veio de uma visão de terreno de estar próxima do terreno e de já ter acompanhado alguns processos de requalificação urbana de alguns bairros (Ent5).

A Prática Profissional do Assistente Social

A questão do papel assumido pelo assistente social na comunidade revela não só a postura de comprometimento assumida pelo profissional, quando desenvolve acções voltadas para a viabilização dos mecanismos institucionais de respostas, que sejam o mais próximo possível das expectativas do individuo, como também demonstra habilidades específicas para lidar com situações adversas. Outros aspectos importantes e significativos para a compreensão do significado social da profissão podem ser captados através das actividades desenvolvidas quotidianamente pelo profissional, ao nível organizacional e institucional. Isto possibilita a apreensão do significado que estas actividades expressam tanto para a comunidade no que respeita à garantia do seu funcionamento e legitimidade, como para os indivíduos, visto que elas significam a incorporação e atendimento a exigências específicas.

A perspectiva dos assistentes sociais, ainda que estejam à pouco tempo no cargo, é geralmente de resignação face à mudança dos “estado das coisas”, embora se perceba que há uma autocritica sobre a necessidade de se fortalecerem para depois trabalharem no fortalecimento dos indivíduos e no questionamento dos procedimentos das instituições onde exercem as suas funções.

Para pagar a renda quer dizer a atribuição da casa por si só não resolve nada quer dizer há necessidade de uma continuidade e de uma avaliação contínua que caberá certamente às assistentes sociais uma avaliação contínua no sentido de perceber enfim as dinâmicas que estão instaladas na família e como é que se pode dar a volta à questão (Ent.5).

lamentavelmente quando nós questionamos o papel de intervenção do assistente social ele vai ser questionado à posteriori provavelmente seria interessante nós questionarmos isto à priori, isto porquê, porque o assistente social é o técnico de terreno que melhor conhece a população, que melhor conhece os seus hábitos, os seus costumes, a forma como como como higieniza as suas casas, a forma como economiza ou não os seus suportes energéticos e portanto é e será uma das pessoas em termos técnicos que maior proximidade tem com os moradores e neste sentido deveria de ser da competência do assistente social o poder juntamente com os moradores ser participante nos planos que são elaborados para as requalificações dos bairros infelizmente não é isso que acontece portanto prioriza-se os aspectos materiais destes programas e que são absolutamente necessários sem esses aspectos, isso não é questionável, não haveria reconversão de bairro nem haveria um eco bairro portanto isso não é questionável mas os bairros sem as pessoas não existem e por mais que as políticas económicas e que gerem o nosso país as cidades não valorizem isso os bairros sem as pessoas não se fazem, são elas que constroem, são elas que danificam, neste sentido parece-me que o papel da assistente social já que não pode ser tomado à priori não é, pelo menos possa ser incluído nos processos depois da utilização dos espaços que foram que foram requalificados (Ent 8).

Relação de proximidade com os indivíduos

Ao nível da relação com os indivíduos alguns dos entrevistados consideram que se perdeu de vista o principal objectivo da profissão, a capacidade de empatia, acabando por criar uma relação de distância pelo facto de estarem muito virados para os processos administrativos, pela sobrecarga de trabalho a que estão sujeitos. Contudo, quase todos os entrevistados são unânimes que a questão da proximidade é necessária e que só através dela se pode produzir mudança. É através da relação com o outro que se constrói a prática e é também nessa relação que o assistente social encontra o sentido da sua actuação. Verifica-se aqui um novo olhar e percepção da intervenção que apela a estratégias de proximidade que implicam a importância de novas vias da *praxis* no trabalho comunitário, onde a inclusão de inovadoras estratégias de desenvolvimento sustentável parece fazer sentido.

São imensos processos. Temos colegas com muitos processos, com 200 e tal processos, é impossível, portanto é ir fazendo o trabalho administrativo para que ele não falhe não é para que as pessoas não deixem naquele dia de receber a prestação social, porque se a pessoa se dedica porque a família muitas vezes (...) dentro daquilo que eu disse à bocadinho da falta da tal cultura de avaliação exactamente porque todos nós sabemos e pelo menos quem anda nestas questões da habitação social sabe que é certo que a casa como eu disse à pouco é um problema fundamental para a resolução enfim de daquele que é o bem estar da família mas tendo em atenção as características de muitas famílias que não são boas nem más são as que são e o resultado também da cultura que se integram tudo isso não é?! Muitas das vezes a percepção que se tem é que quando se atribui uma casa a uma família é aí que começa verdadeiramente os seus problemas porque se a família não tiver efectivamente capacidade económica para pagar a água para pagar a luz para enfim (Ent.3).

Também, às vezes, por isso é que eu me sinto muito muito contente quando passo na rua e as pessoas me conhecem e nem sequer, muitas não se apercebem que eu sou assistente social, mas quando passo nas ruas do bairro e me chamam pelo nome eu fico contente porque de alguma forma dei alguma coisa de positivo àquela pessoa, seja duas horas de atenção, seja uma opinião sobre um assunto (Ent 9).

Competências necessárias para uma prática informada

Acerca das competências necessárias alguns dos entrevistados consideram que é importante ganhar novas competências, visão crítica e capacidade criativa, postura reflexiva, capacidade de dar contributos a nível multidisciplinar, desenvolvimento a nível de avaliação e monitorização, por forma a possibilitar uma intervenção mais marcante na concepção e no desenho das medidas de política social. O trabalho de equipa e em rede, a capacidade de mobilizar recursos, promovendo a participação do cidadão e dos parceiros em todos os domínios, faz também parte das competências necessárias para uma intervenção sustentada e eficaz. Outros entendem que pelo facto de os assistentes sociais, através sua formação, disporem de instrumentos que lhes permitem olhar a realidade como “especialistas da globalidade” podem ter uma posição marcante no contributo para a mudança e referem a humildade para ser capaz de olhar para os seus erros, como uma característica essencial.

Os entrevistados realçam a necessidade de um ajuste continuado das ferramentas, métodos e metodologias à realidade onde intervém, contudo algum entendem que essa renovação não pode ser só metodológica, mas simultaneamente conceptual e ainda que se deve apostar constantemente na investigação de forma a suportar a prática. A diversidade

das questões com que se deparam os profissionais exige um *continuum* na produção de conhecimento e na actualização constante da partilha de informação.

Os assistentes sociais travam intensos debates sobre a metodologia. Esta questão reveste-se de extrema relevância no que respeita à relação existente entre a disciplina e o desempenho profissional, deve-se investir na construção de uma fundamentação teórico-metodológica que possibilite uma aproximação e captação do real nas suas múltiplas determinações, com vista a subsidiar propostas e projectos sociais de amplo significado político. Condicionado por um passado que lhe confere um carácter de profissão interventiva, o Serviço Social deve ter uma postura vigilante para não se deixar levar pelo imediatismo na tomada de decisões.

Como estratégias os entrevistados consideram necessários encontrar respostas inovadoras à resolução dos problemas por via da cooperação, da diversificação do desempenho profissional, da formação contínua e das competências noutras áreas das ciências sociais.

Exactamente, muitas vezes por exemplo, na câmara verificamos que as pessoas, o problema das pessoas não é a habitação, a falta de habitação é o último problema de uma série de problemas que existem, da falta de emprego, da incapacidade financeira, dos problemas familiares, portanto são todos esses problemas que levam à falta de habitação, não é o problema em si, porque se a pessoa tem uma habitação, mas não tem dinheiro para a pagar, não tem dinheiro para pagar a água, a luz, o gás, não consegue, portanto continuamos a ter um problema na habitação social, daí que a habitação social deveria ser encarada como transitória, portanto devia de ser uma questão em que as pessoas em determinada fase da vida por dificuldade o estado dá um apoio mas esse salto depois não é dado porque tudo o resto fica para trás portanto não há, e penso que esse é o grande constrangimento. O trabalho deveria ser feito por uma administrativa e os técnicos terem outra intervenção (Ent.2).

não há uma, eu acho que não existe, não existe a possibilidade de nós dizermos que uma comunidade é mais ou menos participativa eu acho que a comunidade é aquilo que nós conseguirmos em conjunto com os habitantes, os moradores locais fazermos e aí a motivação é fundamental e não pode ser imposição tem que ser motivação tem que ser colaboração por isso eu acho que as organizações são um pouco aquilo também que elas querem ser e que nós devemos deixar que sejam (Ent.6).

Sim, por isso é que eu ainda me mantenho cá não é? Mas, mas sim somos agentes de mudança às vezes muito pouca mudança, mas somos, na vida das pessoas somos agentes de mudança e marcamos de alguma forma com, com a nossa, com a nossa postura, com a nossa

maneira de estar na vida, com a nossa até filosofia de vida ... com a forma como tratamos as pessoas e às vezes não ajudamos nada (Ent.9).

Representação dos outros actores sobre o Assistente Social

O primeiro grande desafio que se coloca hoje ao assistente social é de natureza estrutural, a crise do emprego, o clima de incerteza, as transformações sócio demográficas e económicas, as novas formas de governação num mundo globalizado e agudização dos problemas sociais. Outro desafio diz respeito à (des)valorização e afirmação da própria profissão, sobretudo e também ao nível dos decisores políticos e beneficiários dos serviços, a imagem assistencialista e tecnocrata que se continua a ter dos assistentes sociais.

nesta candidatura Prohabita, estas famílias de etnia cigana (tenderas) e africana e estrangeiras certamente não estavam preparados para receber umas instalações, ou seja, um unificado desta natureza tinham na altura três assistentes sociais que tiveram simplesmente dois três meses e depois foram deixadas ao abandono porque as assistentes sociais deixaram de ir ao bairro isto sendo um promessa do poder central que é para poder fazer aqui a ponte entre os habitantes, os moradores que estavam na cidade sol e os que vinham de novo pro PER para que se enquadrasse e houvesse aqui um, pronto uma maneira das pessoas começarem a conviver e era esta aproximação que as assistentes sociais, esse papel que vinham aqui trazer para esta gente , com espanto pronto não fizeram o projecto abandonaram e hoje temos uma zona degradada porque não foi acompanhada (Ent.1).

Elas foram embora porque o projecto em si alguém achou que só por 3 meses chegava, mas isso não corresponde e tudo aquilo que se ouvia na altura pelas pessoas que nos transmitiam era que as assistentes sociais forma-se embora porque eram mal tratadas, e então eu falei e conheci uma dessas assistentes sociais e nunca foram mal tratadas nem nunca ninguém lhes faltou ao respeito nem nunca ninguém lhes bateu nada disso corresponde à verdade. A verdade é que pronto colocam-se ali as pessoas está-se 3 meses para dar alguns lamirés e não passou disso onde devia de estar sem dúvida e eu aí reconheço que o trabalho dessas 3 assistentes sociais era no dia-a-dia, na implementação de bons costumes para que aquele bairro não fosse degradado era aprendizagem de limpeza da própria casa, aprendizagem de tratar dos filhos (Ent.1).

Ainda dentro deste nível coloca-se outro desafio que tem a ver com a questão do campo e definição das fronteiras do exercício profissional. Os entrevistados consideram que dado o modelo actual de sociedade, as pressões a que o assistente social se encontra sujeito face à complexidade e diversidade dos fenómenos condiciona a sua actuação.

Existe ainda, no entendimento de alguns dos entrevistados, alguma inconsistência na união da classe, muitas vezes não sabem precisar qual o seu papel em termos de actuação nas instituições e a própria imagem não é a mais favorável. Muitas vezes são olhados com medo (medo que lhes seja retirado algum subsídio).

os bairros sociais normalmente estão associados à intervenção de um assistente social este bairro por acaso desde a altura do estado novo teve sempre a intervenção de uma assistente social logo de principio na altura era a pessoa que distribuía o leite e enfim era um sistema diferente uma forma de intervir diferente de qualquer forma aquilo que eu pretendia era que me dissesse como define ou como é o tipo de intervenção ou tarefa que compete ao assistente social para promover ao nível da implementação organização e consolidação deste projecto o seu trabalho que teria que eventualmente fazer para criar mais sustentabilidade e empowerment nos indivíduos por quê? Porque o que me foi dado a perceber até agora pelas conversas que tive com os residentes e questionários que fiz etc.. não existe nada em termos de gestão doméstica e familiar educação cívica se não se conseguir se não se intervir com as pessoas a este nível continuar a reabilitar ou realojar ou lavar a cara ao bairro não vai chegar porque as pessoas depois vão reproduzir o mesmo tipo de comportamento não se vão otimizar não vão poder fazer as suas coisas gostaria de saber (Ent.1).

A ideia que eu tenho é que digamos a assistente social por parte enfim de muitos moradores do bairro, vamos lá a ver a assistente social no passado era considerada uma pessoa poderosa era a pessoa que decidia se o subsídio era ou não era dado, de interferir para que houvesse uma facilidade ou não houvesse essa facilidade do ponto de vista do acesso a determinado tipo de bens a determinado tipo de serviços não é?! Ah por outro lado também se percebe que em termos do da portanto da avaliação que é feita em termos da assistência portanto dos assistentes sociais também, isto agora é outra face da questão também é bom quer quem decide politicamente de alguma forma leve em linha de conta aquelas que são as avaliações que a própria assistente social faz não é?! E sabendo que neste bairro o grande problema era no fim de contas a atribuição de casas, há uma casa vagas, para quem é que ela vai? Não é?! Seria bom digamos que uma avaliação social consequente se traduzisse também por exemplo do realojamento consequente não é?! E a ideia que eu tenho de algumas conversas que tive com muitos moradores é que digamos nem sempre a necessidade foi o elemento fundamental para que uma casa tenha sido atribuída ou não a uma família e portanto digamos que outros valores de alguma forma se enxertavam na análise social que era feita e acontecia muitas das vezes em que uma família tinha direito até era realojada numa casa de uma tipologia superior não porque a necessidade fosse essa mas porque houve uma intervenção que não tinha rigorosamente nada a ver com a avaliação social que inicialmente tinha sido feita, isto no bairro da Boavista falando com a comissão de moradores com a dona Gilda

inclusivamente que a primeira vez que eu fui àquele bairro falei com a dona Gilda não é?! A dona Gilda lembro-me que o que me disse foi :epá não venham para cá com essas teorias porque aquilo que vocês dizem no fim de contas não se escreve, porque vêm para aí a falar no fim de contas na necessidade que existe de resolver aqui os problemas que nós temos de carácter social mas nós sabemos perfeitamente que quando se trata de dar uma casa a uma família não tem sido esse no fim de contas digamos não tem sido a necessidade da família o que tem levado a que a casa seja atribuída ou não (Ent. 3).

Houve uma política que consideramos agora errada que concentramos na Gebalis dois papeis que nos parecem incompatíveis que era este serviço social de proximidade, conhecer as famílias, dizer como é que se faz, ajudar e simultaneamente ser quem cobra a renda, isto é asneira na nossa opinião, não se pode ser policia bom e policia mau numa mesma, num mesmo número de contribuinte numa mesma porta mesma campanha mesmo número de telefone (ent.4).

Pouco, aqui o trabalho, o trabalho que a junta faz nessa matéria e com os técnicos de acção social que aqui temos e com as assistentes sociais é de alguma forma dar, com base no principio da subsidiariedade, trabalhar em conjunto com as várias instituições que estão a operar no bairro e aí estamos a falar desde a câmara municipal de lisboa da santa casa da misericórdia, a Gebalis, a polícia, as escolas, enfim procurar e as orientações que são dadas aqui é no âmbito daquilo a que chamamos a comissão social de freguesia criámos um eixo da comissão social de freguesia que tem a ver com os bairros de intervenção prioritária e portanto um dos bairros de intervenção prioritária é o bairro da Boavista em que o desafio que é feito a todos os parceiros da comissão social de freguesia é que vão desde a associação de moradores aos clubes, enfim todos os intervenientes naquele bairro é envolve-los em projectos comuns em que cada um pode dar o melhor de si não faz sentido por exemplo termos um morador no bairro da Boavista que está com dificuldades económicas que venha aqui à junta, tenha banco alimentar mas que vá pedir por exemplo à associação de moradores e à paróquia de são José e portanto estarmos todas estas instituições a apoiar a mesma família quando as necessidades são muito mais abrangentes, portanto com base neste princípio da circulação da informação da complementaridade, da subsidiariedade trabalharmos todos em conjunto para abrangermos o maior número de famílias (Ent.6).

Exactamente que me parece que parece realmente um papel que cabia perfeitamente em algumas das competências que os técnicos de serviço social têm, não basta só fazer diagnósticos sociais e depois não estar no terreno a acompanhar, no fundo as pessoas que procuram o técnico de serviço social vêm à procura de soluções mas estas soluções seriam esta necessidade de soluções seriam evitadas se houvesse algum trabalho mais preventivo e não é porque acaba só por ter um papel muito remediativo. Pois mas também não há muitas

oportunidades de poderem fazê-lo de outra forma não é, porque as pessoas ficam de tal forma que não conseguem (Ent 8).

Intervenção social integrada/ participativa

Os entrevistados destacam o facto de estarmos a enfrentar um momento resultante de novas mudanças societárias e da globalização. É claro para os entrevistados, a exigência de construir uma cultura de actuação que vá mais ao encontro das necessidades reais dos indivíduos e de os assistentes sociais se assumirem como agentes políticos de mudança, com uma postura mais participativa de diálogo nacional e internacional e não apenas como “peças para o cumprimento de agendas políticas”.

Estas questões têm implicações ao nível da profissão e requerem um novo posicionamento, a entrada de outros intervenientes nos processos de intervenção social podem colocar os assistentes sociais numa posição de subalternidade, caso não estejam presentes nos processos de intervenção partilhada. Embora não seja o caso do bairro da Quinta da Mina, no Bairro da Boavista a intervenção não contou com a presença de nenhum assistente social. Não porque não tenha sido contemplada a sua presença, mas porque hierarquicamente foi dito ao responsável pelo Gabip “as doutoras não são para sair do gabinete”.

Responsabilizar as pessoas também pelo aquilo que recebem Pelos seus direitos, não é só pelos seus deveres mas também pelos seus direitos e aqui certamente as pessoas iriam compreender e diziam: “pera eu recebo mas também tenho que fazer isto, aquilo e aqueloutro, para enquadrar esta gente, estas pessoas todas para serem enquadradas nós precisamos ser sérios e irmos ao fundo da questão mesmo. É quem precisa, precisa e quem não precisa temos que dizer não! Tu não precisas! E este é que precisa, mas para isto temos que conhecer e temos que ir para o terreno (Ent.1).

Planeamento a longo prazo, que o trabalho seja (...) para o sucesso, e mesmo sob o ponto de vista social de qualquer projecto que possa vir a surgir, portanto tem que a haver e tudo nisso pode estar em causa esta é que é sempre a grande dificuldade é que as coisas surgem um pouco desfasadas (...) Para cumprir agendas políticas, para cumprir prazos pronto e é tudo acaba por ser , as pessoas estão muito expectantes e estão neste momento com uma atitude positiva mas têm portanto uma, estão a ser, estão a colaborar, estão a participar neste projecto porque têm a expectativa que ele seja uma primeira fase de um processo contínuo que vem aí (Ent.2).

Com o vereador presente, em que cada família se for preciso demorar 6 horas até se encontrar a solução. Se encontra a solução, verdade é que nós estamos a fazer realojamentos

de centenas de famílias quer num sítio quer noutra sem uma reclamação, sem que nenhuma solução seja conflituosa, não é. Agora isto dá, ou seja dá dez vezes mais trabalho mas também dá dez vezes mais satisfação (...) todas as pessoas do bairro da Boavista já sabem que o primo ou que o tio ou que o avô teve um problema e que foi resolvido, de facto até pode não ter sido resolvido como eles sonhariam mas demos-lhes atenção, toda, mas todo o processo, toda a decisão foi compreendido e aceite pelas pessoas porque no fundo em limite imagine nós temos uma espécie de um jogo que fazemos com estas pessoas em que mostramos as casas que estão disponíveis as verbas que estão disponíveis e a decisão de que casa é que é arranjada primeiro, que família é que devia ir para onde, é decidida com as pessoas, estão aqui (Ent. 4).

Há aqui uma transparência total, as pessoas sabem que opções é que existem, que meios é que estão disponíveis e portanto se não é o ideal mas é o melhor possível, elas sabem que é o melhor possível, quer dizer todos os dados são partilhados e portanto não há nada a esconder isso é eu acho que é o mais importante na diferença da metodologia. Sem nunca ter pensado no assunto eu diria que a melhor é aquela que lhe disse é a confiança e a proximidade que se conquistou que trabalhou entre as pessoas e as instituições, a pior é a limitação dos financiamentos que existem para estas intervenções, ou seja, já tem limite e a ginástica que nós todos fazemos, câmara, juntas, organizações, moradores, etc. para aproximar o investimento que é financiado com limitações de financiamento (Ent.4).

Como estratégia, o responsável pelo Gabip considera que, o envolvimento dos moradores junto com a equipa, na procura de soluções que melhorem o quotidiano do bairro, é condição essencial para a consciencialização dos seus direitos de cidadãos e promove no futuro uma lógica de participação proactiva.

Vou-lhe dizer, vou-lhe apresentar um gráfico de evolução do seu consumo dos meses anteriores e comparação pelas famílias equivalentes aqui do bairro em que lhe vou dizer olhe você na electricidade está a gastar mais e pelo o que eu vejo do gráfico você deve ter agora aí uma porta mal fechada do frigorífico deixe-me ir lá consigo e vou-lhe ajudar a corrigir a trocar a borracha e ao mesmo também há esta dica do mês que é esta novo este mês vamos falar frigoríficos, para o mês que vem vamos falar sobre não sei que e depois dizer olhe das famílias do t3 onde moram 6 pessoas nesta categoria aqui do concurso você estava em sétimo lugar e aqui na electricidade de repente você passou para vigésimo porque esta aqui, pronto com algum espírito competitivo e durante um ano este monitor personalizado com formação portanto todos os meses este formador recolhe as contagens vem ter connosco nós introduzimos os dados no software calculamos, calculamos o gráfico não sei que e damos-lhe mais formação sobre o como analisar o gráfico daquelas famílias ele volta à família de mês a mês e portanto e ao fim de um ano todas estas famílias recebem um prémio de

participação e as que pouparam mais recebem, prémio de participação imagine estamos a falar de vouchers de compras no continente ou de coisas que elas precisam e depois há prémios para quem poupou mais electricidade, quem poupou mais gás, quem poupou mais não sei quê que aí é um frigorífico classe A+ um são tudo coisas associadas mas coisas que lhes fazem falta, esta é a forma. É como eu acho que se deve trabalhar num bairro, não é fazer um folheto que se deixa no correio (Ent 4).

Os projectos urbanísticos, quando acompanhados de estratégias de participação dos indivíduos, apresentam vantagens face aos demais, uma vez que fomentam o seu *empowerment*, promovendo um envolvimento da sua parte nos processos de tomada de decisão e conseqüentemente, um maior grau de aceitação e satisfação face às soluções levadas a cabo. Por outro lado, permitem um maior entendimento e sensibilidade acerca dos constrangimentos que possam surgir ao longo do processo e contribuem para uma atitude mais solidária, que favorece os laços comunitários e os sentimentos de pertença.

Contudo não podemos deixar de realçar que a maioria dos casos de insucesso neste tipo de intervenção estão relacionados,

com o contínuo incumprimento das expectativas do cidadão, a sobreposição e falta de integração dos diferentes processos participativos, bem como, com o facto de as decisões finais serem tomadas pelos políticos e técnicos sem recurso à opinião da população implicada (Pinto, 2013:26).

No entanto, é visível o esforço, por parte da equipa do Gabip e parceiros em pautar todo este processo numa base de comunicação constante, objectiva e transparente.

Se me perguntar e depois de todo este trabalho depois de todo este investimento pessoal e toda uma equipa do ponto de vista profissional se de repente visse todo este trabalho acabar por constrangimentos do ponto de vista financeiro ou político ou seja lá o que for, eu respondo-lhe a participação popular tem esta grande vantagem depois torna-se politicamente impossível de reverter, a partir do momento em que os 5000 habitantes lhes foi prometido, conhecem porque foram eles a decidir que projecto é, que ia ser construído da sua casa nova que agora venha outro executivo da câmara, do governo do não sei quê dizer agora afinal já não vamos construir coisa nenhuma, iam ter estes 5000 à perna. Aí não voltarão a ser ou seja, a administração voltará a colocar-se no papel de inimigo da população mas com uma população muito mais instruída e com expectativas e informação que antes não tinha.

E quanto mais transparente, ou seja quanto mais um mandato quanto mais uma geração de autarcas neste caso for transparente e puser tudo em cima da mesa, partilhar toda a

informação, todas as decisões com os moradores mais difícil vai ser à geração seguinte de reverter e voltar a colocar-se num papel de inimigo (Ent.4).

Isto é uma democracia, é um passo diferente na democracia passou a haver aqui uma, não tem só a ver com gestão de expectativa tem a ver também com o empoderamento na verdadeira acessão da palavra. As pessoas com informação com os meios, quem já geriu meios quem já sabe como é que gerir já não está não voltará a estar anónimo que como quem olha como um burro que olha para um palácio em que aquilo da gestão ou de decisões ou do QREN já não o enganam como é que há dinheiro ou como é que não há dinheiro como é fazem aquelas pessoas já sabem mais que muitos funcionários municipais como é que se vai buscar dinheiro para construir as coisas, que opções é que a câmara tem onde se gaste para não gastar ali é porque se vai gastar noutra sitio e eles já sabem qual é portanto voltar atrás será muito difícil (Ent.4).

sim quero quero-lhe dizer quero lhe dizer que que há 5 anos quando este grupo se juntou no meio da rua para fazer esta associação tivemos um grande empurrão da actual vereadora Helena Roseta, da actual presidente da junta Inês Drummond até da administradora da Gebalis a Dra. Helena Correia chamaram aqui nós íamos representar o em nome individual não éramos uma associação e ela força deram-nos uma força para continuarmos com este trabalho, aprendemos muito é um facto nunca tinha nunca tínhamos entrado numa coisa destas, aprendemos muito ainda estamos aqui para aprender até ao ano que vem que há eleições espero que nessa altura haja alguém que se interesse para levar avante esta associação e para fazer melhor do que aquilo que nós fizemos é isso (Ent 5).

Depois existe toda uma outra componente social e envolvimento da população neste projecto quer por via da criação de condições para a organização dos moradores portanto uma das fases que foi completada foi por exemplo a criação dos escuteiros a criação destes fiscais de bairro que envolvessem a população neste caso os mais jovens no sentido de criarem comportamento de responsabilização, de fiscalização, de manutenção do espaço público e eu acho que sentidos muito isto já no bairro da Boavista as pessoas por acaso ao contrário dos bairros de Lisboa as pessoas têm um grande sentimento de pertença não têm vergonha nenhuma antes pelo contrário têm muito orgulho em dizer que são do bairro da Boavista se lhes perguntarmos onde é que moram não dizem que moram em Benfica, dizem que moram no bairro da Boavista e portanto têm as suas próprias tradições, as suas próprias culturas, são muito bairristas e portanto este sentimento de pertença se for se for trabalhado ao nível social em termos de competências com a parte com a parte da manutenção e preservação do espaço público que é de todos e sobretudo que é dos moradores têm (Ent.6).

Intervenção Interdisciplinar na prática do Serviço Social

No que se refere à intervenção interdisciplinar os entrevistados pensam ser importante e actual, não só pela partilha de conhecimento, que possibilita uma análise mais consistente e legítima das problemáticas, mas também porque todos ganham.

A interdisciplinaridade aqui invocada sustenta a possibilidade de aliar questões sociais a questões ambientais, inseridas no campo da procura de um desenvolvimento social e humano sustentável.

Os bairros de habitação social, continuam a representar focos dos mais variados problemas sociais – constituindo uma resposta a famílias carenciadas, as questões do desemprego, falta de ocupação, baixa escolaridade, disfunções familiares, ausência de identidade e de práticas colectivas, são transversais a um nº significativo de famílias. As consequências materiais destes problemas são enormes... Isto seria aqui uma conversa sem fim (Ent 7).

O sentimento de exclusão, reforçado pelas representações negativas face ao Bairro, traduzem-se em manifestações negativas no espaço em problemas ambientais graves, ao nível da acumulação de lixo, monos, degradação e má utilização de espaços comuns (...n)os anos 90 quando houve o PER'S, os programas de realojamento, eu lembro-me do papel também muito esquecido dos técnicos de terreno ... a importância que o papel dos técnicos do terreno se pudessem ter ido, acompanhado, se pudessem ter acompanhado, peço desculpa, ...as pessoas que estavam a ser realojadas provavelmente ter-se ia evitado situações como as que temos agora não é, porque no fundo as pessoas foram colocadas em casas com condições diferentes sem saber fazer o uso do espaço que tinham e sem mudar hábitos que são essenciais, e neste sentido parece-me que o mesmo cuidado deverá ser tido relativamente a esta nova óptica, hoje em dia já não temos Pers, temos eco-bairros e será esta a tendência a nossa tendência, portanto seria muito importante nós conseguirmos com a má experiência do passado valorizarmos o papel do assistente social e até de outros técnicos, não apenas do assistente social, educadores sociais, equipas multidisciplinares em que realmente pudessem (...), porque o assistente social que é quem lida com as questões essencialmente económicas e sociais em termos de exclusão com a população que reside habitualmente nestes bairros poderia desempenhar um papel fundamental em termos da aprendizagem da utilização das sinergias não é (Ent. 8)

Eu penso que existem vários aspectos, eu penso que um dos aspectos se prende com o tempo, o tempo de execução, é impensável considerar-se que o teoricamente e praticamente viável reestruturar-se arquitectonicamente um bairro durante um período de 1, 2 ou 3 anos e que toda e todo um modelo cultural e psicológico de que os moradores se apropriam do bairro faça esse acompanhamento tão rápido quando ainda por cima acabámos de falar que o que existe é uma reprodução dos modelos que já vêm de gerações, portanto eu penso que estes projectos a serem pensados deverão de contemplar estruturas metodologias e até mesmo

financiamentos que pudessem ser extensíveis num maior período de tempo, não é só fazer obras, haverá um trabalho a ser feito ao longo do tempo para que as pessoas saibam utilizar aqueles equipamentos, respeitem a utilização desses equipamentos, portanto o tempo é uma das questões que eu acho que era fundamental, para quê, para que este processo fosse um processo mais eficaz. Outro aspecto que acho importante, acho que se deveria de diversificar os técnicos, o corpo técnico que executa o projecto (...) os moradores deveriam ter um papel muito mais activo no processo da decisão, daquilo que vai acontecer no bairro e não é a realização de um workshop que vai ditar isso porque esses workshops vêm para esclarecer aquilo que foi decidido relativamente aos seus bairros, isso levanta imensas preocupações aos moradores e ainda por cima resistências depois ao processo porque depois eles ficam resistentes àquilo que foi teoricamente pensado para ali e também já é incontornável, já foi definido e já foi financiado nesse sentido, portanto eu penso que os moradores deveriam de ter um papel muito mais activo (...) aliado a isto as autarquias locais deveriam de ter também mais alguma autonomia ou apoio para depois poderem dar continuidade (...) que deverá de haver um trabalho de proximidade muito maior e que os vários cuidadores locais, as instituições locais as IPSS, as associações de moradores, as associações culturais e recreativas, as juntas de freguesia deveriam de poder ter um papel muito mais activo na disseminação das práticas depois que deverão de acompanhar a implementação do eco bairro (Ent. 8).

Embora a incorporação da pesquisa científica na prática do assistente social não seja novidade, constatamos o seu pouco aproveitamento na prática. Em maior medida serve para auxiliar na elaboração de diagnósticos e no planeamento de actividades, ou execução das políticas, e não no aprofundamento das questões sociais.

A nível das práticas o assistente social desenvolve uma intervenção individual, uma intervenção colectiva e uma intervenção comunitária fundada nos princípios da interdisciplinaridade, da intervenção em rede e da promoção da cidadania social activa (...) a ética deve evitar que a conduta profissional se transforme apenas numa declaração de boas intenções, mas sim que a conduta profissional assuma a sua responsabilidade cívica e política, com o objectivo da construção de propostas colectivas alternativas aos problemas sociais actuais (...) o Serviço Social, tem de integrar: o domínio do Serviço Social; a dimensão interdisciplinar do objecto; o quadro individual e colectivo; o contexto Institucional, Politico e Comunitário e a abrangência do objecto de investigação: complexidade, grandeza e dimensão nacional e internacional. (Ferreira, 2011:204,205).

Os entrevistados consideram que os profissionais deveriam investir em processos de orientação, consciencialização, organização e mobilização das populações com as quais trabalham. Os dados mostram que os profissionais têm consciência do comprometimento

político do assistente social no tocante às mudanças, e entendem que a construção da cidadania é produto de uma mistura de relações, envolvendo Estado e sociedade civil, em que todos concordam que construir cidadania é defender a conquista e cumprimento dos direitos. Alguns dos entrevistados consideram que resolver problemas ou ajudar o indivíduo na procura de uma solução para seu problema é uma das formas mais frequentes de o assistente social tratar a cidadania. Outros consideram os procedimentos normativos utilizados por eles enquanto fundamento básico do seu desempenho profissional, bem como a observância a determinados princípios é uma forma de trabalhar a cidadania.

Dada a possibilidade dos assistentes sociais, que se encontram envolvidos directamente com diferentes contextos institucionais no exercício de sua prática profissional de se dirigirem-se àqueles que estão voltados para o processo de formação, o destaque das mensagens volta-se para a necessidade de reforçar a preparação metodológica para o desempenho da prática; e articular a formação para novas exigências profissionais, conciliando conhecimentos teóricos com a prática.

Os modos de intervenção não devem ser compreendidos apenas na dimensão instrumental técnico-operativa, mas sim, na procura do espírito científico e crítico, na apreensão dos factos, fenómenos, processos e práticas quotidianas. Este conhecimento é necessário e pertinente uma vez que a profissão se origina a partir de necessidades e possibilidades oferecidas pelo desenvolvimento desigual da sociedade capitalista.

Se é fundamental inovar para cumprir os novos pressupostos patentes, nas respostas obtidas conclui-se que a introdução de novas práticas profissionais faz todo o sentido, sendo a intervenção que alia ambiente e os modos tradicionais da *praxis* um exemplo de como o assistente social se pode requalificar, tendo em vista a construção de comunidades sustentáveis mais justas e equitativas. De facto projectos como os Eco-bairros permitem articular uma *praxis* ético-política do serviço social com novos paradigmas de capacitação e integração.

Dos contributos obtidos podemos realçar que os resultados do estudo revelam que os assistentes sociais fazem uso da dimensão teórico-metodológica de modo frágil e inconsistente, há heterogeneidade de concepções acerca da questão social, embora possuam dificuldade de compreendê-la a partir da sua génese comum (conflito capital/trabalho) e de sua dimensão contraditória (desigualdade/resistência).

Consideramos que têm um entendimento reducionista e economicista da questão social, já que esta é reduzida à pobreza, o que impossibilita a apreensão do objecto na sua

totalidade. É notório que os profissionais recorrem às técnicas de intervenção de modo fragmentado da teoria e que se apropriam do objecto institucional como se ele fosse o próprio objecto profissional.

A sobrecarga de funções desempenhadas nas rotinas institucionais dificulta a reflexão teórica dos assistentes sociais, pois não conseguem compreender que a sua prática está inserida num processo de trabalho que contém um objecto, meios e um produto.

Pensamos que há a necessidade de um maior rigor na adopção da teoria social crítica no processo de formação profissional, na promoção da capacitação continuada dos assistentes sociais e no incentivo à interlocução entre os profissionais de Serviço Social na sua totalidade, de forma a ultrapassar o isolamento entre aqueles que se dedicam à prática docente e à produção intelectual e os profissionais que trabalham directamente nas instituições e que prestam serviços a inúmeros indivíduos.

A participação dos profissionais, a organização colectiva da categoria e o reconhecimento das contradições teórico-práticas presentes no trabalho dos assistentes sociais são fundamentais para que sejam construídos espaços de diálogo e superação das fragilidades teóricas, favorecendo a sua consciencialização, a organização e a participação no processo de construção de uma sociedade menos desigual.

Existe o reconhecimento da importância do Serviço Social na instituição, no entanto, não sabem precisar qual o seu papel nela, argumentam que acreditam que as constantes modificações introduzidas nos serviços públicos acarretam uma desvalorização funcional e deixam alguns profissionais sem referencial.

A questão do papel assumido pelo assistente social na instituição revela não só a postura de comprometimento assumida pelo profissional, quando desenvolve acções voltadas para a viabilização dos mecanismos institucionais de respostas, que sejam o mais próximo possível das expectativas do indivíduo, como também demonstra habilidades específicas para lidar com situações adversas.

Entende-se que os assistentes sociais travam intensos debates internos sobre a metodologia a adoptar. Esta questão reveste-se de extrema relevância no que respeita à relação existente entre a disciplina e o desempenho profissional. Nessa medida, deve-se investir na construção de uma fundamentação teórico-metodológica que possibilite uma aproximação e captação da realidade nas suas múltiplas determinações, com vista a contribuir com propostas e projectos sociais capazes de dar respostas eficazes e concretas.

Dada a sua condição de profissão interventiva e também pelo seu passado, o assistente social deve adoptar uma postura de vigilância e romper com esquemas

fragmentados, apoiados unicamente no saber do senso comum, para não se deixar levar pelo imediatismo na sua actuação. O facto de a maioria dos entrevistados não ter respondido à importância da metodologia para o seu desempenho profissional é um dado preocupante e revelador de uma dose de inconsistência no nosso projecto político pedagógico, bem como da necessidade de um estudo mais aprofundado a respeito da questão metodológica.

Os dados obtidos reforçam a actualidade de um debate que a categoria já tem vindo a travar, com a aprovação do novo currículo, ou seja, a tentativa de superação da visão tradicional que significa a ruptura com uma lógica positivista a que os profissionais ainda se encontram apegados a um *modus operandi* conservador com adesão a práticas já consolidadas na instituição, i.e., fazer aquilo que já vem sendo feito na instituição.

Os profissionais têm consciência das suas limitações frente aos poucos recursos financeiros e materiais oferecidos pela instituição, porém, com as mudanças que se processam no quotidiano, há necessidade de rever e redefinir suas intervenções, ficando também evidenciada a criatividade do profissional em utilizar uma grande diversidade de instrumentos, muitos deles ignorados na etapa da formação.

Entendem que pelo carácter da nossa prática, temos acesso a dados e informações como poucos profissionais têm, no entanto, muitos acreditam que pesquisa é coisa para quem está na Universidade. Constatamos ainda que a utilização e contribuição dessa informação na construção de um saber específico da área ainda é incipiente, poucos são os profissionais, excepto os ligados à área académica que se dedicam à sua divulgação, é nesse sentido o Serviço Social tem vindo a desenvolver um esforço na implementação de um modelo teórico-metodológico de intervenção que acompanhe a dinâmica da sociedade e resulte em transformações sociais mais amplas.

Os dados revelam ainda que os assistentes sociais concentram os seus esforços em três tipos de acção: orientação e encaminhamento; execução de programas sociais; e, por fim, procedimentos de rotina. As normas da instituição chegam a sobrepor o direito dos indivíduos e existe uma predominância do carácter imediatista e assistencial da prática.

Percebe-se que existem duas práticas concomitantes, dependendo da situação com a qual se depara o profissional, no momento que tem de seguir as normas institucionais e procurando na medida do possível, a defesa dos direitos dos indivíduos. Aqueles que dizem ter uma prática crítica dividem-se entre os que crêem que ser crítico ou não só depende de cada um, do grau de politização; e os que acham que isto só depende do

contexto institucional, a profissão avançou muito nos últimos anos, melhorou muito o discurso, mas, ainda, continua sem autonomia e presa a uma herança conservadora.

Outro item que mereceu destaque foi a necessidade de se acreditar e respeitar a profissão, entendendo que o primeiro passo, no sentido da sua valorização, é dado pela formação. Estes dados vêm substanciar uma questão que há muito foi incorporada no debate académico, a articulação teórico-prática, imprescindível para uma profissão que sempre manteve uma estreita vinculação com a prática e que por isso mesmo tem enfrentado dificuldades na sua afirmação como produtora de saber.

Porém, ultimamente, têm vindo a reforçar o conhecimento sobre a realidade na qual se actua em detrimento das questões metodológicas e do instrumental interventivo. Isto tem provocado uma dupla insegurança, dado que desconhecemos a realidade do agir nas suas múltiplas dimensões e pela incapacidade de apresentar soluções objectivas e eficazes.

A relação compromisso-direcção social sustentada teórico-metodologicamente e ético-politicamente, é de fundamental importância porém deverá estar fundada em princípios e valores que denotem objectividade nas práticas dos Assistentes Sociais, ou seja segundo o Código de Ética Profissional do Assistente Social, a viabilização do compromisso com os indivíduos supõe que se construam modelos de intervenção que possibilitem a participação dos mesmos nas decisões e qualidade dos serviços sociais. (Rocha, 2009).

Os pressupostos do modelo de intervenção no Serviço Social nos organismos estatais, baseiam-se na teoria geral dos sistemas que “propõe que todos os organismos são sistemas, compostos por subsistemas, os quais são, por sua vez, parte de supersistemas” (Payne, 2002:195). Rege-se pelo princípio que as pessoas “dependem de sistemas no seu ambiente social imediato para conseguirem uma vida satisfatória”. (Payne, 2002:200)

A teoria dos sistemas lida com “totalidades”, em vez de tratar partes do comportamento humano ou social, como tal o papel do assistente social é ajudar as pessoas a utilizar e a melhorar as suas próprias capacidade de resolução dos problemas, construir novas ligações entre as pessoas e sistemas de recursos, ajudar ou modificar interacções entre pessoas e sistemas de recursos, melhorar a interacção entre as pessoas dentro dos sistemas de recursos.

Isso requer posicionamento e compromisso político com determinados valores e princípios, assentes em referências que expressam uma concepção de homem e de sociedade, que se traduzem em normas, procedimentos e/ou directrizes para a actuação profissional presentes no Código de Ética (Rocha, 2009).

O projecto ético-político do Serviço Social quanto aos seus compromissos, está vinculado a um projecto de transformação da sociedade e esta vinculação dá-se pela própria exigência imposta pela dimensão política da intervenção profissional⁹⁶.

tem no seu núcleo o reconhecimento da liberdade e como valor ético central a liberdade, concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projecto profissional vincula-se a um projecto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e género (Netto, 1999:104-105).

A actual década mostra-nos dois processos interrelacionados: a continuidade do processo de consolidação do projecto ético-político e as ameaças que sofre diante das políticas neoliberais, que se repercutem no seio da categoria sob a forma de um neoconservadorismo profissional⁹⁷.

O projecto ético-político não é uma abstracção, nem um ente que se instituiu entre os assistentes sociais. É uma construção colectiva, de natureza histórica, portanto sempre sujeito a transformações, segundo Netto (1996) os projectos societários apresentam uma imagem de sociedade, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios para concretizá-la.

Os projectos societários são colectivos e o seu traço peculiar reside no facto de se constituírem em projectos macroscópicos, em propostas para o conjunto da sociedade. Dentro dos projectos societários estão os projectos profissionais, que dizem respeito às profissões, os quais possuem configurações como: a auto-imagem de uma profissão, os valores que a legitimam socialmente e que delimitam e priorizam os seus objectivos e funções e outras. (Netto,1996:2,3).

A proposta de Andrade é incontestável, quando afirma a sua convicção de que:

(...) é o agir que abre a possibilidade do novo no espaço de inscrição das práticas do Serviço Social (...) O novo só pode acontecer se o agir fizer esse novo e não se qualquer especulação teórica, dentro ou fora dessa área de conhecimento, decidir essa abertura. Isto quer dizer que são os sujeitos do agir, os Assistentes Sociais e destinatários das suas acções, que fazem a “actualidade”, que accionam o processo de fazer passar um possível a efectivo.(...).Esta

⁹⁶ A dimensão política da prática profissional foi discutida em Renovação e Conservadorismo no Serviço Social por Iamamoto (2000).

⁹⁷ Os desafios ao projecto ético-político contemporâneo são problematizados em vários estudos, dentre eles destacamos o de Netto (1996 e 1999) e o de Iamamoto (2000).

passagem processa-se no espaço público do quotidiano, que é o domínio privilegiado de intervenção dos assistentes sociais, e no espaço organizacional/institucional, que é o domínio visível de inscrição e de legitimação das práticas de intervenção. Um espaço e outro são territórios de objectivação do Serviço Social. (Andrade, 2001:31)

A sociedade mundial contemporânea, cada vez mais globalizada, caracteriza-se como se constituindo e manifestando a partir de confrontos permanentes entre diferentes visões e aspirações, além de normas e códigos de conduta diversos. Esta situação denota uma nova reestruturação das relações humanas, atravessada por um processo irreversível de globalização económica, tecnocientífica e cultural. Como diz Payne⁹⁸: “Society: the complete set of cultural, personal and social relationships, that form the human social environment in which human beings live” (in Adams et al. 2009).

No século XXI enfrentam-se questões que reconhecidamente acentuam a importância da reflexão ética e política. A luta para se tolerar e coexistir com a diversidade e as diferenças, contrasta com a excessiva intolerância contra o estranho. O indivíduo é desvalorizado e esvaziado no seu sentido de ser para a liberdade e de possuidor de direitos. Esta situação caracteriza-se pelas demonstrações de temor exagerado contra o diferente, dificultando as relações com o outro, gerando conflitos permeados pela prática da violência e intolerância. Coexistir com a diferença tem sido um confronto, apesar do exposto no projecto de unificação, através da globalização.

O quadro agrava-se, quando o diferente se torna passível de ser ignorado e/ou despojado dos seus direitos básicos ou discriminado por não pensar, acreditar ou viver como o *eu*, isto é, ser um outro e não o mesmo, apresentando costumes e interpretações diferentes a respeito da realidade, com visões do mundo diversificadas.

O apoio aos indivíduos para que tenham as necessidades básicas asseguradas, de forma a que possam e façam de facto parte da sociedade onde vivem, são medidas de integração. O objectivo de satisfazer as necessidades humanas e o progresso social da população imprime à política social um carácter universal. Quer isto dizer que essa política não se circunscreve ao âmbito limitado dos grupos mais desfavorecidos da população e se preocupa com o bem-estar de toda a sociedade.

Torna-se, por isso, importante actualizar os profissionais, adaptando-os às novas realidades, transformar os modos de comunicação e de visibilidade do social e integrar os

⁹⁸ Retirado da comunicação apresentada em Novembro de 2008, “O Social, o Psicológico e o Humano no Trabalho Social no Congresso de Serviço Social.

contextos de parceria, aceitando o confronto com outras lógicas e accionando os níveis micro, meso e macro de intervenção e de definição de políticas sociais, através da conciliação entre as populações, as suas necessidades e as instituições, a gestão de programas e uma implementação capazes de accionarem os princípios da nova acção social, que promova o desenvolvimento local e sustentável e a mediação entre as políticas locais, as regionais e as nacionais.

3. Um modelo socio-ambiental de intervenção eco-social

As concepções sobre a natureza do trabalho social têm sofrido uma evolução importante, quer pelo modo como este se integra no contexto das sociedades europeias, quer pela forma como se relaciona com outros tipos de acção no âmbito do social.

O Serviço Social, desde as suas origens, é uma profissão que tem um compromisso com a construção de uma sociedade humana digna e justa. O social, que está presente na denominação da nossa profissão, é parte de nossa identidade (Rocha, 2009:149).

Lidar com as complexidades, subtilezas do poder institucional, reconhecer as diferenças dos indivíduos, valorizar as suas capacidades de saber e criatividade, e compreender quais as repercussões das acções emocionais e intelectuais na vida dos indivíduos e famílias é o modo de consolidar uma teoria da prática associando-se à competência teórica e analítica de abstracção dos problemas e proporcionar a sua inscrição num contexto social global.

Entende-se que as experiências inovadoras que visam transformar a realidade e actuam nela como uma acção inovadora ao nível do planeamento e da própria formulação das políticas sociais, irão depender do compromisso, da liberdade, da persistência e da criatividade profissional. “Por detrás dos movimentos de cada momento do processo social, está presente a transcendência que fala através da consciência, um saber novo, constituído por uma análise cada vez mais crítica” (Almeida, 1978:132).

A emancipação humana, não decorre naturalmente da simples existência da capacidade de criar, mas requer que os indivíduos e a sociedade lancem mão a essa capacidade de criação para pensar e construir o novo: resgatar valores ao serviço de novas práticas, que possam instituir outras formas de actuação nas relações sociais e instituições que entendam as pessoas como cidadãos, que possibilitem as mesmas oportunidades (económicas, sociais, culturais e políticas) a todos e facilitem o desenvolvimento da autonomia individual e colectiva (Nascimento, s/d).

O filósofo Gusdorf (1997) quando diz que: “O homem não é o que é, mas é o que não é”, não está a fazer um jogo de palavras. Ele quer dizer que o homem não se define por um modelo que o antecede, por uma essência que o caracteriza, nem é apenas o que as circunstâncias fizeram dele. Ele define-se pelo lançar-se no futuro, antecipando, por meio de um projecto, a sua acção consciente sobre o mundo. Essa condição de certa forma fragiliza o homem, mas ao mesmo tempo, o que parece ser a sua fragilidade é justamente a característica humana mais perfeita e mais nobre: “a capacidade do homem produzir a sua própria história”. Nada mais se apresenta como absolutamente certo e inquestionável.

Também é importante entender que o saber que deriva da prática profissional não se coloca imediatamente, de modo pronto e acabado, mas é um conhecimento que se constrói “desenvolve, traduz, codifica e descodifica um conjunto de questões que se colocam à prática profissional em determinado momento” (Baptista, 1986:4), e dele se extrai um saber. A inserção da perspectiva investigativa na acção impõe-se por isso, como exigência básica e angular da profissão e não mais como algo opcional.

As mudanças na profissão vêm quer da “questão social” em si mesma, quer da mudança das condições de exercício da acção pública e tem-se dificuldade em distinguir o que advém das transformações do contexto socioeconómico e o que advém da recomposição organizacional das políticas públicas. As questões da pobreza e da exclusão social são consideradas algo a ser combatido e exterminado, todavia têm um elemento que é pouco considerado: as desigualdades e as relações sócio-históricas que produzem e reproduzem essas desigualdades.

Apesar de não se ter sido criado ao Serviço Social um novo espaço de competência a nível da intervenção comunitária e de desenvolvimento local, quer pela reestruturação das competências existentes, quer pela entrada de novos profissionais no campo social (Rocha, 2008) e de estarem subordinados a uma hierarquia, mais ou menos pesada, os assistentes sociais têm autonomia profissional no desempenho técnico das suas funções, na escolha das técnicas, metodologias e estratégias de intervenção.

A estratégia e a tática não são o resultado de uma opção (...) Elas são o resultado de forças em presença, de recursos disponíveis e “mobilizáveis”, e de interesses e objectivos a atingir num dado momento (...) A prática profissional (...) se torna um saber estratégico (...) um saber tático, um saber que necessita situar-se num contexto político global e num contexto institucional particular, visualizando as relações de saber e poder da e com a população (Faleiros, 1994:14,15).

Nessa perspectiva, apostar na utilização de estratégias de intervenção alternativas, de advocacia social e de “empowerment” e sobretudo ter uma paciência impaciente (Freire, 1990) implica, acima de tudo, uma nova atitude crítica perante a realidade social, uma atitude mais aberta, flexível e sensível aos dados empíricos que a vida permanentemente produz.

A questão ecológica e o seu debate, hoje, coloca-se em termos diferentes do que foi no passado, em que as crises ecológicas causadas pelo desenvolvimento económico eram localizadas. A ecologia, na sua forma convencional, surge inicialmente desvinculada da questão social. O grande desafio desta área temática é, de facto, a multidimensionalidade e especificidade de situações-problema com que nos confrontamos na prática quotidiana.

Actualmente as premissas incidem na dinâmica global em curso que tem agravado e contribuído para acentuar as desigualdades e as condições da espécie humana no Planeta e têm vindo a ser qualitativamente diminuídas e fragilizadas, sendo o custo desta crise muito elevado. Essas desigualdades existem porque não se tem acesso a condições dignas de existência física, porque se vive isolado e confrontado com problemas físicos e psíquicos, porque não se reivindica o direito de cidadania e de participação cívica. As questões sociais e ecológicas têm uma ligação muito forte não podendo ser dissociadas no seu tratamento e na perspectiva de prevenir o futuro e, simultaneamente, de resolver os problemas do presente.

Os efeitos sociais da crise ecológica são percebidos transversalmente, fazem parte dos questionamentos contemporâneos e, como tal, torna-se relevante ter em consideração que a ecologia não deva ser reduzida a mais um conceito no discurso teórico, mas possa fomentar práticas de transformação social que reforcem os objectivos estabelecidos para uma efectiva sustentabilidade ambiental, a par com os princípios e valores defendidos pelo Serviço Social.

A consciência de limites ecológicos significa que a redistribuição da riqueza é um compromisso mais radical do que alguma vez assumido; além disso, obriga-nos a repensar as ideias sobre o bem-estar e emancipação, que estão associados à capacidade de participação dos indivíduos. Para uma nova ideia de bem-estar, precisaremos de salvaguardar a qualidade das nossas relações a todos os níveis, para além da satisfação das necessidades básicas (Besthorn 2002; Coates 2003).

Conceptualmente, o paradigma ecológico integra uma metateoria que permite uma intervenção abrangente, unindo vários campos teóricos de pesquisa, orientando

profissionais e investigadores para a importância da integração, a vários níveis, e as abordagens multidimensionais das relações pessoa-ambiente. Apesar das preocupações de que é excessivamente abstracta, difícil de operacionalizar e usar sistematicamente na prática, a estrutura ecológica (ou sistemas ecológicos) tem sido influente, informando uma série de práticas e aplicações de pesquisa e um crescente corpo de literatura de pesquisa interdisciplinar.

(...) the current ‘social-ecological crisis’ demands a major social transition to a sustainable society that touches all dimensions of our lives. So, social work cannot escape this process (Peeters, 2011:5).

A crise actual oferece uma oportunidade para a mudança com vista a alcançar uma sociedade justa e sustentável, desde que se consiga enfrentar em conjunto a complexidade e as oportunidades oferecidas pela acção social. Para o efeito, a proposta que a seguir se apresenta é um contributo, elaborado através de um trabalho de sistematização daquilo que foi, é e poderá vir a ser a prática do Serviço Social e que pensamos pode ajudar na construção de novas formas de intervenção, reflexão e debate.

Problemas complexos exigem uma acção complexa e uma abordagem sócio-ecológica (ou sócio-ambiental) coerente tem que ver cumpridas várias condições: uma **visão de mundo “relacional”** onde os indivíduos devem ser vistos como parte de uma rede de relacionamentos uns com os outros, não esquecer que essa rede está incorporada num ecossistema; **uma abordagem multinível e multifocal** dos sistemas (micro, meso, macro) e redes, em que a acção social está em todos os níveis dessas redes, conceptualizando-as como sistemas eco-sociais, no sentido de ajudar a ter uma visão o mais realista possível da acção e do seu impacto na mudança social. Isto implica que a acção social deve tocar simultaneamente todos os níveis e conexões entre eles, e que o Serviço Social tem que construir alianças com outros actores sociais; **a co-criação de uma mudança social** vista como um denominador geral para o processo de colaboração e participação de baixo para cima (bottom-up); **a construção de comunidades e redes, nas suas múltiplas dinâmicas e variáveis**, incidindo nos mecanismos de resiliência e *empowerment* para a mudança que exige do assistente social que trabalhe com indivíduos ou famílias a articulação de todos os processos; uma **reflexão ético-política** como um exercício contínuo através do qual se conduz o processo de mudança social na direcção desejada de uma sustentabilidade baseada na justiça social.

According to Närhi and Matthies (2001:36), the eco-social approach provides: a holistic and reflective perspective to social work methods. Ecosocial work is a theoretical methodological approach, and as such is not a new method. Rather its aim is to unite all methodological levels of social work. At the same time, the ecosocial approach to social work is a point of view that can be applied to any level of social work methods. This corresponds with the core of our action model for social-ecological work. So although Matthies' eco-social approach was developed within community work practice, it can be applied to other types of social work intervention. Interventions which aim to bring about structural or political change traditionally belong to the social work profile and remain crucial due to the key role of greater social justice at the heart of sustainable development (Peeters, 2010b, 2012c). Advocacy and politically oriented actions are needed – more than ever – in this process of major social change.

O modelo suporta-se teoricamente na perspectiva ecológica, na abordagem de *empowerment* através de uma visão multifocal (Lee, 2001), articulado com o conceito de eco-bairro e organiza-se em cinco níveis: o indivíduo (traços e comportamentos, história de vida); o relacional (relações, apoio social); ambiente (ambiente construído e imposto); as estruturais (leis, políticas, sistemas sociais e económicos) e superestruturais (justiça social, direitos humanos, igualdade de oportunidades).

A singularidade do saber ecológico consiste na transversalidade, quer dizer, no relacionar pelos lados (comunidade ecológica), para frente (futuro), para trás (passado) e para dentro (complexidade), (...) a ecologia é um saber das relações, interconexões, interdependências e intercâmbios de tudo com tudo em todos os pontos e em todos os momentos. Ela não é um saber de objectos de conhecimento mas de relações entre os objectos de conhecimento. Ela é um saber de saberes, entre si relacionados (Boff, 1996:109).

Em primeiro lugar, o enfoque nas necessidades leva-nos, desde logo, a pensar no que deve ser o centro de qualquer intervenção: o indivíduo (que neste modelo se passará a chamar **sujeito de atenção**), entendido em função das suas necessidades efectivas e não na lógica institucional dos recursos disponíveis.

Não é nossa intenção pôr em causa acções cujo fim último é a satisfação básica das necessidades de acordo com os recursos disponíveis, muitas vezes escassos ou até inexistentes, apenas pretendemos alertar para que se promova uma consciência clara, por parte de quem intervém directa ou indirectamente, que esse tipo de acções, apesar de indispensáveis, não se esgotam em si mesmas, porque embora possam resolver uma situação de privação imediata, não contribuem de forma eficaz para combater a pobreza.

A intervenção do Serviço Social deve ir e tem que ir além da dimensão assistencial e a sua presença em instituições e organizações que operam na área social constitui razão para que as mesmas assumam um papel determinante na solução dos problemas sociais e não na sua perpetuação.

Reconhecemos a dimensão assistencial como necessária para apoiar os indivíduos a ultrapassar problemas que exigem resposta imediata, mas posteriormente é decisivo que se trabalhe outras dimensões ao nível do indivíduo, das famílias, das comunidades e de influência junto do poder político.

Este trabalho de intervenção directa deve ser interligado nos seus diferentes patamares e assenta em quatro dimensões: **dimensão assistencial** (alimentação, medicamentos, subsídios, condições de habitabilidade) é neste momento que fazemos o primeiro contacto com o indivíduo e o importante é perceber qual é a sua necessidade imediata e dar resposta, só depois podemos analisar a sua situação e passar à dimensão da **promoção humana** e entender quais as circunstâncias que o conduziram aquela situação de necessidade, (saber se está desempregado, porquê, que habilitações tem, o que quer fazer); a **dimensão comunitária de desenvolvimento socio-local** é um factor exógeno, mas a origem dos seus problemas também pode advir do ambiente onde vive, (as diferenças entre o rural e o urbano são um exemplo, um indivíduo que passe por uma situação de pobreza num bairro de uma grande cidade enfrenta situação com contornos mais difíceis e mais complexos, enquanto que um indivíduo que viva no bairro numa zona rural interior pode ter uma economia de subsistência mas acaba por ter mais dificuldade de acesso a serviços de saúde e outros) e finalmente a dimensão **sociopolítica** (i.e. as causas podem não estar nem nas pessoas nem no local onde habitam, mas pode estar na estrutura social, é neste patamar que a intervenção sociopolítica se deve operacionalizar, chamando a atenção do poder político, através de estudos, relatórios, trabalho em rede, propostas de alterações legislativas (as leis de arrendamento, podem ser um exemplo, contemplam os idosos, mas não protegem os casais com filhos menores) esta dimensão tem como intuito “remexer nas estruturas”, é certamente a mais difícil pelos múltiplos factores que lhe estão subjacentes, todavia não podemos deixar de lutar por ela, porque se constatamos que os problemas estão em medidas de política social que precisam de alterações, o desafio é desenvolver estratégias que conduzam a essa alteração.

A visão Multifocal (Lee, 2001) já referida no capítulo II dá-nos a possibilidade de suportar a nossa prática em sete eixos teóricos, a visão histórica da opressão, incluindo a

história das políticas sociais relacionadas com os grupos oprimidos; a visão ecológica, com o conhecimento abrangente das potencialidades individuais e as formas de adaptação dos mesmos ao lidar com as estruturas de poder e das desigualdades; uma perspectiva de *ethclass*, que facilita o entendimento das inter-relações e as componentes que constituem as realidades das estruturas de classe social, grupo étnico, identidade nacional e regional e qual o impacto causado a cada indivíduo ou grupo afectado pelo racismo, etnocentrismo; a perspectiva cultural, que valoriza as diferentes formas como as pessoas estruturam o seu comportamento, cognições, crenças, valores, normas, padrões e ritmos de vida e constroem uma visão de mundo. Aqui o termo cultura tem uma perspectiva mais ampla do que a etnicidade e pode-se aplicar aos indivíduos, idade, sexo, orientação sexual, religião, região e outras diversidades.

A capacitação multicultural perspectiva o respeito e dignidade enquanto atributo de cada grupo; a perspectiva feminista, no que respeita à lenta e constante tomada de posição por parte das mulheres, com a evolução dos seus direitos, sem esquecer a opressão das mulheres cuidadoras, agentes de profundas transformações sociais, com a conquista de direitos básicos como o de votar, de ser votada, de estudar, de trabalhar, de educar os seus filhos e participar das decisões familiares, mas que ainda tem em muitos países uma condição inferior; a perspectiva global, que permite um conhecimento que vai além das fronteiras locais e é necessário para a resolução de problemas e da violação mundial dos direitos humanos, que nos move além do ego e do etnocentrismo à competência intercultural na emancipação e construção das comunidades integradoras; e a perspectiva crítica que possibilita a reflexão crítica e a consciência do todo acima descrito.

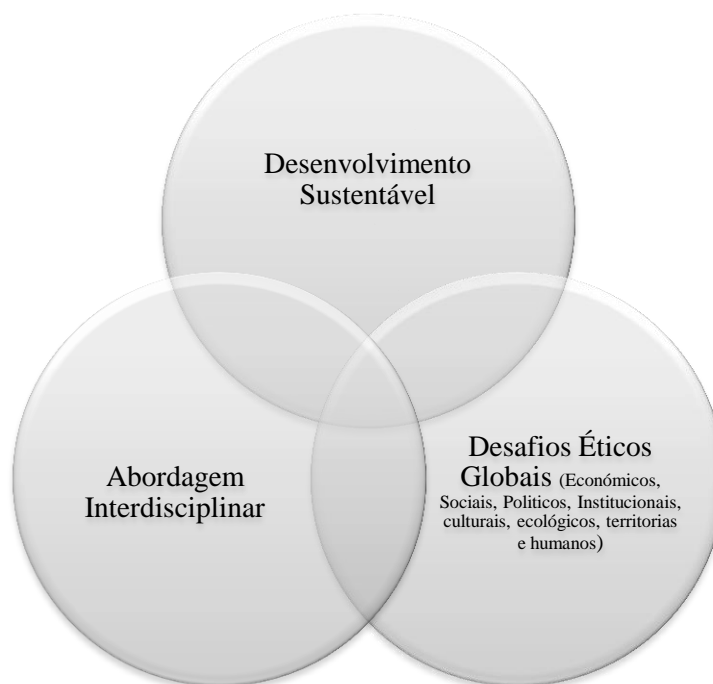
Para Lee (2001:62), a linha de pensamento de como é visto o Serviço Social com indivíduos que pertencem a grupos oprimidos e vulneráveis segue os seguintes pontos: toda a opressão é destruidora da vida e deve ser desafiada pelos assistentes sociais e indivíduos; o assistente social deve manter uma visão holística em situações de opressão; os indivíduos capacitam-se por si próprios, o assistente social deve apenas apoiá-los nesse processo; os indivíduos que compartilham uma base comum precisam uns dos outros para atingir *o empowerment*; os assistentes sociais devem estabelecer uma relação de reciprocidade com os indivíduos; os assistentes sociais devem encorajar os indivíduos a expressarem-se; o assistente social deve manter-se focado no indivíduo como vencedor e não como vítima; o assistente social deve manter-se focado na mudança social dos grupos mais desfavorecidos e em situação de maior vulnerabilidade à exclusão social, sejam eles crianças, jovens, idosos, toxicod dependentes, deficientes, doentes, minorias étnicas, ou

outros; o assistente social deve desenvolver a intervenção social em múltiplas vertentes, designadamente na educação, justiça, protecção a crianças e jovens, autarquias, segurança social, habitação, emprego e formação.

Olhar para o mundo é uma condição, compreendê-lo por meio desse olhar é uma busca eterna, instigante e fascinante [...] que pode levar-nos ao diferente e transformar o que estamos viciados a enxergar (Andrade, 2001:51).

A construção de um modelo que conduza à sustentabilidade ecológica das comunidades vulneráveis surge pela necessidade de caminharmos na direcção de uma sociedade equilibrada no que diz respeito aos factores ambientais, económicos e sociais, que aprofunde o resgate de valores e estimule a sociedade a pensar numa nova visão de mundo. Assim começamos por identificar três grande dimensões conceptuais para o seu enquadramento como podemos ver na figura V.1.

Figura V.2 – Dimensões Conceptuais



Fonte: Elaboração própria

Existem três tipos de sustentabilidade: social, económica e ambiental e como tal também o Serviço Social tem que pautar a sua intervenção sem o esquecer. O Serviço Social tem-se centrado sobre temas sociais, tocou de “leve” nas questões económicas mas, em grande parte, tem ignorado a questão ambiental, contraditoriamente os assistentes

sociais estão familiarizados com a sustentabilidade social, que reconhece que a saúde individual e bem-estar, nutrição, abrigo, educação e necessidades culturais devem ser atendidos (Brennan, 2009).

A sustentabilidade ambiental exige que o “capital natural permaneça intacto”, isto significa que os recursos naturais não devem ser utilizados em excesso mas de acordo com a sua taxa de renovação. Além disso, recursos não-renováveis devem ser guardados e utilizados minimamente. É face a estes três elementos da sustentabilidade, em proporção igual, que o campo de trabalho do serviço social tem sido, em grande parte, inactivo. Este modelo inclui os três elementos da sustentabilidade, mas também propõe uma nova forma de olhar para os sistemas de modo a incluir a sua interligação.

O *Council on Social Work Education* (CSWE)⁹⁹ em 2010, declarou a sustentabilidade como “*the social justice issue of the new century*”. Neste sentido, pensar a lógica da sustentabilidade, presente nos eco-bairros é para além da modernidade técnica, subordina-la a uma modernidade ética (Bartholo 2001:19). O desafio de uma possível sustentabilidade ética pressupõe duas premissas fundamentais. A primeira é a necessidade da compreensão de que vivemos num mundo dissociado em muitos aspectos (político-económico-social) e que, “o cerne da questão é a tarefa de se fornecer um enquadramento ético para as relações de poder assimétricas e, no limite, unilaterais e não-recíprocas” (Jonas, 1995:19). A segunda fala da ética como “regulação do poder de agir” na responsabilidade e o seu princípio parte de um compromisso explícito com a preservação do ser, ou seja, uma obrigação para com a “perenização da vida” (Jonas, 1995:20).

Estes premissas transmitem a ideia de que um projecto político de sustentabilidade deve respeitar a pluralidade e a diversidade entre os indivíduos, primar pela construção de estruturas sociais autónomas e capazes de se manter com dignidade e transparência através do seu trabalho e conhecimento e manter o respeito pela Vida no Planeta. A discussão em torno dos eco-bairros, enquanto projectos sustentáveis, está vinculada a um carácter político e ético, passando a ideia de que “uma vida comunitária de baixo impacto e saudável pressupõe um não acumular de riquezas e bens, onde o desenvolvimento não pode ser confundido com crescimento (Guimarães, 1997:55-56) e alerta para a possível “apropriação do discurso da sustentabilidade pelo poder da política económica actual” (Leff, 2000:263) que, de acordo com este autor, poderá “cair na tentação de transformar os eco-bairros no *boom* do design ecológico e da arquitectura ambiental” (Leff, 2000:264).

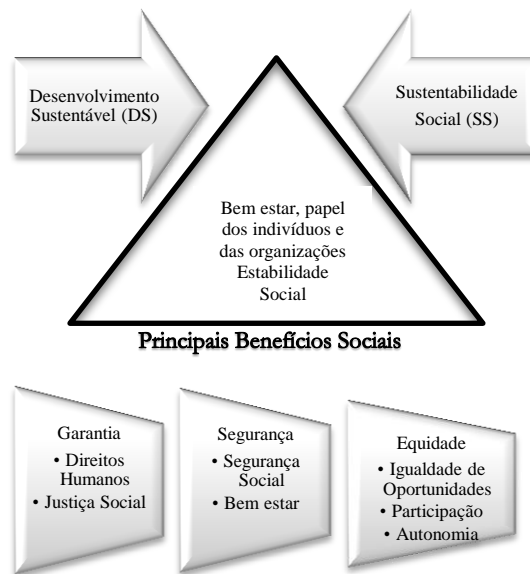
⁹⁹ 56th CSWE annual program meeting being “Promoting Sustainability in Social Work.”

Os eco-bairros devem-se desenvolver como espaços singulares criativos, que garantam uma nova racionalidade ambiental que possa incluir um diálogo entre diversos saberes e tecnologias (Leff, 2004). Como tal, a autonomia deve ser um valor cultivado para a manutenção de uma vida activa, política e de convivência baseada em sentidos identitários e meios de gestão próprios. Como para coexistir tem de haver relações, o verdadeiro desenvolvimento de um eco-bairro pressupõe um permanente diálogo entre todos os intervenientes, desde o mais imediato, com a sua comunidade até com o “mundo”. E não podemos também esquecer que sustentabilidade pressupõe enraizamento, tanto do ponto de vista territorial quanto do ponto de vista cultural, que Zaoual (2003) chama de “sítios simbólicos de pertença”. Ribeiro (2005), propõe que a sustentabilidade também esteja ligada a uma ecologia do Ser, exercida por meio de acções e visões holísticas e integrativas dos seres humanos e da Vida.

Lima (2003:109), inclui a desigualdade nessa questão, pois “(...) não há sustentabilidade possível sem a incorporação das desigualdades sociais e políticas e dos valores éticos de respeito à vida e às diferenças culturais”. E, complementamos a nossa análise e reflexão, com a afirmativa de Rattner (1999:240) sobre a sustentabilidade, visto “(...) que esta requer e implica na democracia política, equidade social, eficiência económica, diversidade cultural, protecção e conservação da natureza” com relações sociais baseadas no interconhecimento e uma identidade com o meio ambiente.

Assim, o desenvolvimento sustentável deve estar interligado à sustentabilidade social, com vista ao bem estar dos indivíduos, através do seu papel na sociedade, ao papel das organizações e à estabilidade social. Os indivíduos devem ter o direito de usufruir dos principais benefícios da acção social assente em três pilares; garantia da promoção dos direitos humanos e autodeterminação, segurança nos sistemas públicos (segurança social, justiça social e bem estar) e equidade, na igualdade de oportunidades, participação e autonomia.

Figura V.3 – Desenvolvimento Sustentável



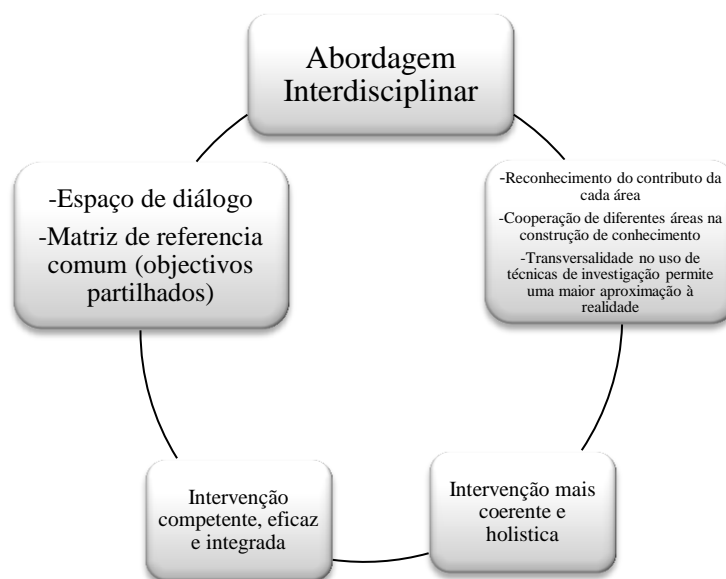
Fonte: Elaboração própria

A abordagem interdisciplinar é o espaço de diálogo por excelência, mas a prática multidisciplinar exige muito mais que a presença de profissionais de diferentes formações numa mesma equipa ou projecto, exige, sobretudo, o abandono de posturas profissionais sectárias e centralizadoras. Para efectivar a chamada interdisciplinaridade é fundamental entender que nenhuma profissão se encontra isolada de outras, além disso, ter a plena consciência de que para interagir é necessário que cada um saiba definir-se e ser competente no seu campo sem se sobrepor a outrem. Este, é de facto, um elemento fundamental para que haja troca entre os saberes que é o que define uma equipe multidisciplinar, favorecendo o alargamento e a flexibilização no âmbito do conhecimento.

A intervenção social, fruto de uma concepção e prática interdisciplinar, rompe o reducionismo activista da ciência, já que vê a produção do conhecimento como um espaço de complementação entre áreas, saberes empíricos e científicos. Qualquer área será sempre incompleta, pois o conhecimento e o saber multiplicam-se na medida em que se questionam, conflituam, contradizem, ou apenas: complementam-se.

(...) penso a interdisciplinaridade, inicialmente, como postura profissional que permite-se pôr a transitar o “espaço da diferença” com sentido de busca, de desenvolvimento da pluralidade de ângulos que um determinado objecto investigado é capaz de proporcionar, que uma determinada realidade é capaz de gerar, que diferentes formas de abordar o real podem trazer (Rodrigues, 1998:156).

Figura V.4 – Abordagem Interdisciplinar



Fonte: Elaboração própria

A partir de uma abordagem interdisciplinar é que podemos chegar ao desenvolvimento da comunicação entre as ciências com vista à unidade do conhecimento, denominado transdisciplinaridade. A transdisciplinaridade refere-se à dinâmica criada pela acção simultânea dos diversos níveis de realidade. Está *entre* as disciplinas, *através* de diferentes disciplinas e *além* de todas as disciplinas (Santos, 2005).

É alimentada pela pesquisa disciplinar e assenta em três pilares: múltiplos níveis de realidade, lógica do meio incluída e complexidade. A natureza não é linear, a linearidade é uma lente construída pela lógica clássica, mas a natureza tem uma lógica complexa. O objectivo é o entendimento do mundo actual, que não pode ser realizada numa estrutura de pesquisa disciplinar, por isso há a necessidade de alargar a forma como entendemos os fenómenos.

Figura V.5 - Pressupostos para a intervenção transdisciplinar



Fonte: Elaboração própria

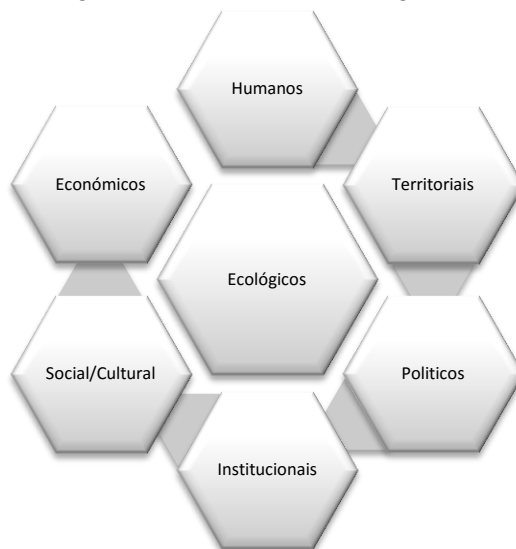
O conceito envolve “não só as interações ou reciprocidade entre projetos especializados de pesquisa, mas a colocação dessas relações dentro de um sistema total, sem quaisquer limites rígidos entre as disciplinas” (Piaget, *in* Chaves, 1988:5). É uma forma de auto-transformação que conduz ao auto-conhecimento, para a unidade do conhecimento e para a criação de uma nova maneira de viver em sociedade. Globalmente aberta, reconcilia ciências exatas, humanas, arte, literatura, poesia e experiência anterior (contexto histórico e social).

O interesse actual pela Ética ocorre pelo seu desafio global a partir de dois campos interconectados: a bioética e a ecologia. Com o apogeu da ideologia do progresso, segundo a qual podemos e devemos explorar a natureza e extrair dela a matéria-prima para o desenvolvimento técnico e industrial, só recentemente se despertou para os riscos e consequências dessa actuação.

Em nome de um aparente bem-estar de uma geração podemos estar legando às gerações futuras um mundo devastado. Assim, novas responsabilidades surgem à medida que adquirimos maior consciência de que o mundo em que habitamos é uma realidade viva com a qual devemos nos relacionar eticamente, tendo em vista nossa responsabilidade com o futuro da nossa e das demais espécies que habitam este planeta. (Marcondes, 2007:13)

A partir desta concepção ampla e reflexiva da ética, propomo-nos a pensar uma ética da sustentabilidade, ou seja, uma reflexão que nos ofereça alguma orientação sobre como agir diante da crise ambiental que se expande para além dos limites do Planeta. Uma ética que nos permita pensar e (re)criar valores e propósitos condizentes com a reversão dos demais efeitos do actual modelo de desenvolvimento (não) sustentável e que forneça as bases para uma mudança de perspectiva quanto à nossa responsabilidade, enquanto espécie humana, diante do que nos foi legado da modernidade.

Figura V.6 - Desafios éticos globais

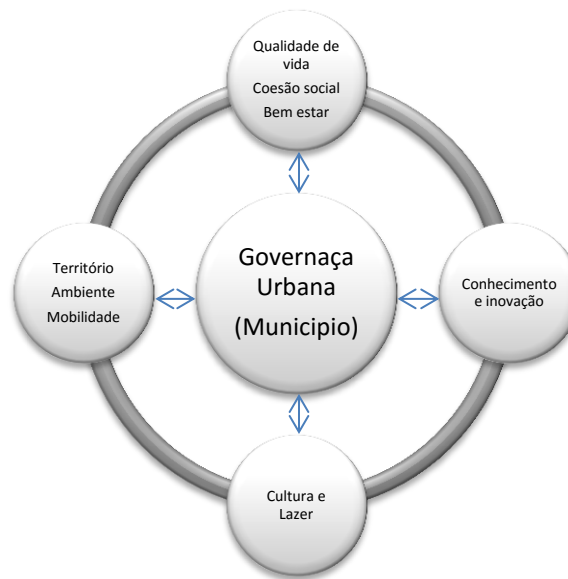


Fonte: Elaboração própria

Em relação ao níveis de actuação na intervenção social, apenas pretendemos dar a conhecer aquilo que foi a nossa observação e não extrapolar para outros contextos ou realidades. A governança urbana municipal, adaptado do modelo sueco assenta no pressuposto de que a população faz parte do ciclo ecológico e tem como objectivos abordagens ambientais para a gestão de resíduos, espaços verdes para aumentar a biodiversidade, práticas de construção que minimizem o desperdício, incorpora a alta eficiência e reutilização de água, aposta no desenho urbano e em locais atraentes para viver, trabalha e utilizar uma infra-estrutura bem desenvolvida, têm ligações de trânsito que conectam às cidades vizinhas e assenta em planos de longo prazo para a sustentabilidade e metas específicas, realizáveis como por exemplo que 80% da população use transportes públicos no seu quotidiano.

Os bairros devem ter escolas para os diferentes ciclos de estudo, um centro de dia para idosos, clínicas e postos de saúde, todo o tipo de comércio, evitando a necessidade dos residentes se deslocarem para outros bairros, na procura de serviços. Há espaços para a cultura, como bibliotecas, teatros, sala de espectáculo e exposições. Aposta-se numa consciencialização através da informação aos cidadãos, de todas as classes sociais, defendendo o seu *empowerment* como condição para alcançar mudanças positivas na sociedade e melhorar os bairros. Para além disso há uma aposta permanente em acções e programas educacionais de preservação, responsabilização e participação.

Figura V.7 - Níveis de Intervenção Social (adaptado do modelo Sueco)



Relativamente aos indicadores, a vida comunitária não pode ser compreendida através de indicadores isolados de saúde, educação, rendimento, apenas trabalhando-se com comunidades integradoras se atingirá algum resultado sustentável. Por isso, esta visão proporciona a possibilidade de um novo modelo de intervenção para o Serviço Social, já que actua em diversas áreas tais como saúde, educação, rendimento, relações de género, comunicação popular, organização comunitária, entre outros. Mais do que isso, o grande desafio é manter a qualidade e eficácia da intervenção em diversas áreas e de forma integrada.

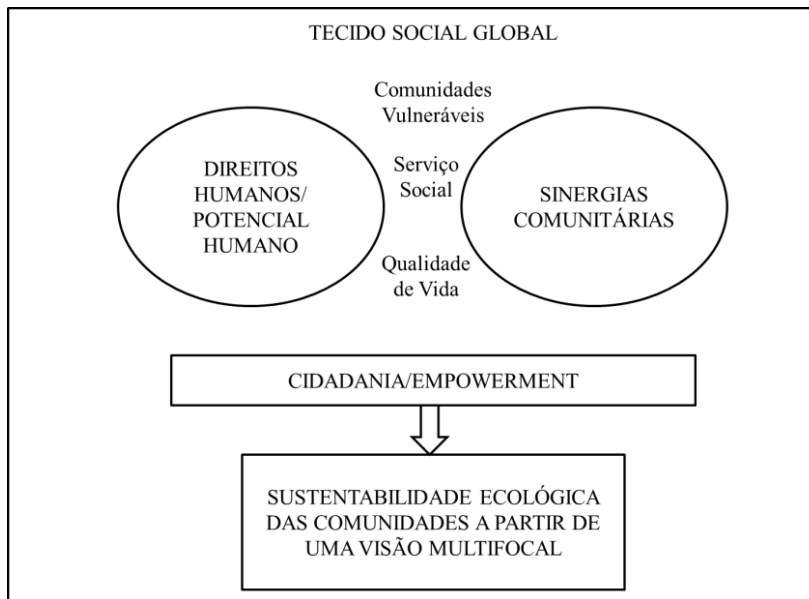
Trata-se de compreender o problema das diferenças em planos diversos: na dimensão social-estrutural, que diz respeito a diferenças entre disparidades económicas, racismo, anti-semitismo e sexismo; assim como no plano individual, sendo que ninguém se resume a estruturas, constituindo antes um indivíduo inconfundível e singular, sem, no entanto, poder subtrair-se às estruturas; finalmente no plano fundamental como princípio das formas de estruturação social (Giddens, 1997), que, contrariamente a uma lógica dedutiva universalista clássica, por assim dizer admite por si o particular e as diferenças (Lee, 2001).

A relação entre o uso dos meios e as necessidades que estes visam satisfazer pode provocar a diversidade e a transformação relativamente à requalificação do tecido social global, onde tudo se transforma, de forma constante e sistemática, por efeito de relações lógicas, essenciais, dimensionais e ambientais, das funções (natureza e relatividade

funcional) e das funções sistemáticas (que por natureza ocorrem simultânea, autónoma, interactiva e hereditariamente, na relatividade funcional).

A interdependência permanente entre os sistemas produz interacções constantes e quando a soma da eficácia da intervenção social, através do *empowerment*, produzir em todas as células sociais uma interacção harmónica, traduzir-se-á na qualidade de vida dos indivíduos, na sua cidadania e *empowerment* e na sustentabilidade ecológica.

Figura V.8 – Indicadores Base



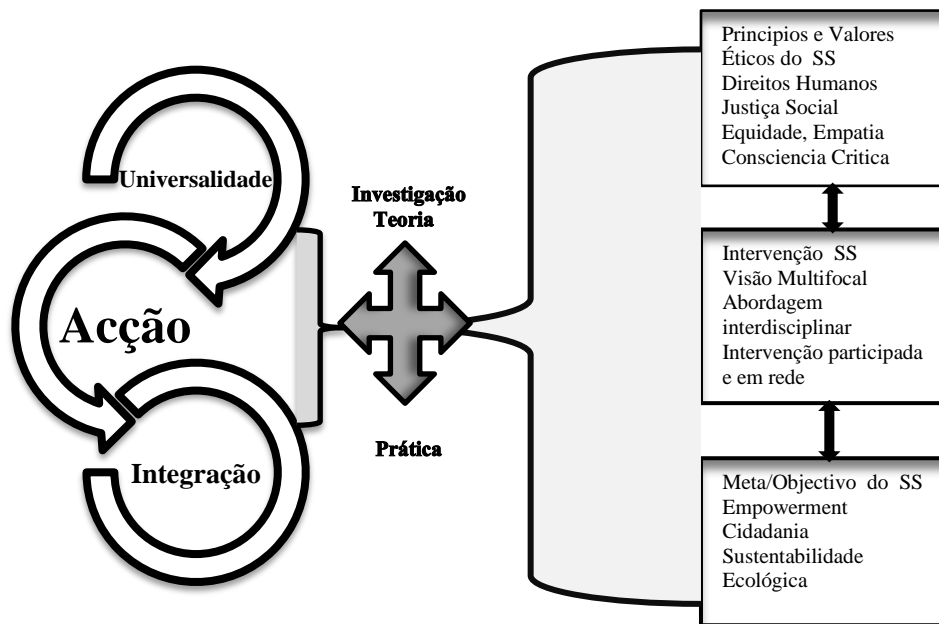
Fonte: Elaboração própria

O modelo eco-social tem como base a perspectiva ecológica, uma teoria de sistemas das ciências sociais que fornece um olhar "holístico" dos fenómenos que ocorrem a vários níveis da sociedade e dentro de diferentes sistemas. Considera que a influência de factores ambientais nos diferentes níveis (família, escola, comunidade, nação) moldam o comportamento individual e tem como conceito chave: a inter-relação, em que cada sistema opera interligado com as funções de um outro sistema e o faz sucessivamente.

Baseia-se em três conceitos: Universalidade, Acção e Integração, o conceito de Universalidade operacionaliza-se nas dimensões que guiam os princípios e valores éticos do Serviço Social (Direitos Humanos, Justiça Social, Equidade), empatia, consciência crítica e que na Acção devem ser aplicados com o sentido universal que o seu significado lhes confere. O conceito Acção operacionaliza-se na intervenção do assistente social na sua prática (visão multifocal, abordagem interdisciplinar, intervenção participada e em rede) de acordo com o diagnóstico de necessidades de cada comunidade, grupo, ou caso, tendo como objectivo a Integração do sujeito de atenção. A Integração é o objectivo, o foco da

Acção, a meta final, o resultado desejado, através do *empowerment* dos sujeitos de atenção que os conduz à sua cidadania e por conseguinte à sustentabilidade ecológica das comunidades socialmente vulneráveis. Todo este processo metodológico deveria ser feito através de uma reflexão e articulação constante entre a teoria e a prática.

Figura V.9 – Modelo Eco-Social para o Serviço Social



Fonte: Elaboração própria

O termo Eco-social abrange um leque de perspectivas ecológicas emergentes que defendem um maior enfoque na teoria e na prática do Serviço Social, apoiam e reforçam as relações individuo-ambiente mutuamente benéficas. Baseando-se em perspectivas como a ecologia social e ecologia profunda (Ungar 2002, Besthorn e Canda, 2002) e perspectivas ecológicas críticas (Besthorn 2002; Matthies, et al. 2001), este enquadramento teórico enfatiza a interdependência humana com todos os seres vivos e com os sistemas naturais; crítica as relações individuo-ambiente que envolvem a degradação, controle e exploração; e defendem um foco no Serviço Social baseado na justiça social e ambiental, gestão participada e sustentabilidade.

By joining together in one voice, one that goes beyond traditional political divisions, we can turn the most challenged neighborhoods into communities of hope. This is the work of empowered people supported by the beloved community (Lee, 2001:28).

4. Perspectivas do modelo eco-social aplicadas ao Serviço Social

As potencialidades deste modelo encontram-se na combinação de conceitos sistémicos e de estrutura ecológica, uma abordagem holística focada na interação entre as partes para formar o todo, uma teoria que serve de ponte entre profissionais de várias áreas disciplinares e de suporte para a prática no terreno.

As questões ambientais analisadas num contexto de desenvolvimento sustentável introduzem mudanças significativas no contexto académico e apontam para a necessidade de uma abordagem interdisciplinar e crítica do processo, possibilidade de uma relação/conexão infinita entre a prática profissional e o processo de investigação, reforçando a ideia de que a epistemologia do Serviço Social está “na relação teoria e prática” (Ferreira, 2011:74).

Esta procura de um novo sentido para as comunidades humanas encontra-se nos direitos humanos, na cidadania, no respeito pelas minorias, na conservação da vida e da natureza, na defesa da liberdade e da responsabilidade individual, o que justifica um repensar da estratégia de intervenção do assistente social e da sua formação.

Permite ao assistente social a promoção da transformação e mudança social (respeitando os ritmos das comunidades), a promoção do *empowerment* dos indivíduos, indo ao encontro das respostas aos desafios das comunidades socialmente vulneráveis dentro da complexidade de um mundo globalizado.

O Serviço Social é permanentemente confrontado com a pressão colocada pelos problemas que afectam diariamente os sujeitos de atenção, mas não devemos esquecer que a vida destes sujeitos é alvo de um processo de mudança incomparavelmente diferente de todos aqueles pelos quais a humanidade já passou ao longo da sua evolução histórica, pelo que se coloca a necessidade de renovação de objectos e problemáticas do Serviço Social. É precisamente neste campo que se configuram os seus desafios actuais, o que não implica que abandonemos os métodos e teorias sociais clássicas, nem que ignoremos toda a tradição histórica do Serviço Social e a sua matriz incontornável.

Assim, é necessária uma “atitude reflexiva sobre o uso da oposição velho/novo que é, sem dúvida, um dos obstáculos ao progresso da ciência, especialmente da ciência social”. (Bourdieu, 2004:20). “A realidade é silenciosa. É necessário questioná-la. Obter respostas”. (Almeida e Pinto, 1995:16).

Jacob defende que para que um objecto se torne acessível à análise não basta apercebê-lo, é necessário que “uma teoria esteja apta para o acolher e na troca entre a teoria e a experiência é sempre a primeira que inicia o diálogo, que determina a forma da pergunta, e portanto os limites da resposta” (1970:24). Isto significa que para a produção de conhecimento é indispensável um quadro teórico. É ele que nos “fornece o conjunto de teorias e concepções sobre o mundo. Se não se sabe não se pode perguntar, se não se pergunta não se pode saber nada de novo”. (Almeida et al., 1994:194).

Actualmente, vivemos num novo paradigma que prevalece em todas as esferas da vida pública e em que se verifica uma mudança subjectiva no modo como homem encara o seu futuro. Não mais com a segurança do antigamente, mas sim com o desencorajamento que a incerteza do desconhecido e o risco lhe provocam. Só que, hoje, em contexto de globalização, o risco é algo que está totalmente em aberto, já não se limita aos riscos tradicionais, mas também abrange todos os aspectos da vida humana.

É esta dimensão que lhe confere um carácter que é novo, uma vez que no passado o homem conviveu e superou o risco, encontrando a confiança que o permitiu superar esta dicotomia e simultânea complementaridade entre o risco e a confiança, que contribuiu para progresso da humanidade. Contudo, num mundo em constante transformação, as formas tradicionais de confiança (nos que estavam mais próximos) dissolveram-se. Actualmente as nossas vidas são influenciadas por pessoas desconhecidas e distantes e vamos perdendo “a segurança ontológica fundada na continuidade da nossa identidade pessoal e que radica na constância dos ambientes sociais e materiais envolventes”. (Giddens, 2004:64).

Beck afirma que lentamente, “a insegurança e a desconfiança vão corroendo a fé inabalável que o homem depositava no seu mundo”. E não nos referimos ao seu pequeno mundo, “falamos de sociedade de risco, isto significa falar em sociedade global de risco”. (Beck, 2000:19).

Se o axioma do mundo como o conhecíamos, da sociedade industrial, era a distribuição de bem-estar, o axioma de uma sociedade de risco é a distribuição de perigos e de riscos. Para além do mais, o primeiro encontrava-se fundado em torno de uma estrutura de classes e a sociedade de risco é individualista. (Beck, 1992:3).

No entanto, esta individualização tem agora um significado bastante diferente. A diferença reside na expectativa de que os indivíduos “(...) vivam com uma grande variedade de riscos diferentes, pessoais e globais e mutuamente contraditórios” (Beck, 2000:7). Consequentemente, são estes mesmos indivíduos que transportam agora o fardo

de definição dos significados colectivos ou individuais, suporte das democracias ocidentais, já que o paradigma até aqui dominante da sociedade industrial, perdeu a capacidade de o fazer e a complexidade das sociedades contemporâneas não permite antever o futuro, fazer escolhas e tomar decisões fundamentadas.

Confrontamo-nos com um mundo diferente “marcado pela incerteza endémica que domina a mais elementar existência de muitas pessoas” (Beck, 2000:12). As mudanças acontecem a uma velocidade vertiginosa, as previsões tornam-se redundantes perante tal imprevisibilidade e, como tal, é o próprio presente que nos desafia a todo o momento.

A responsabilidade que as ciências sociais (e o Serviço Social em particular) têm de reflectir sobre as singularidades e especificidades do momento actual é imperativa. Isto implica para o Serviço Social uma transformação desafiante no seu projecto, em que as “mudanças e as incertezas apresentam potenciais perigos mas, simultaneamente, oferecem novas oportunidades para uma prática mais dinâmica e inovadora” (Adams et al., 2005:293) para uma actuação eficaz que permita o desenvolvimento sustentável das sociedades e dos indivíduos e em que a construção do saber se constitui como uma condição indispensável.

Para Mouro “a necessidade de pensar o futuro sem que se tenha de esquecer o passado tornou-se no grande desafio que se põe ao Serviço Social na sociedade contemporânea” (Mouro, 2009: 7) e segundo Amaro o papel das teorias no Serviço Social é o de “orientar, procurar e construir conhecimentos conduzidos crítica e reflexivamente, não se esgota neste domínio dada a estrutura sincrética do Serviço Social (...) enquanto campo teórico e prático-profissional” (2008:65).

Para a autora, o Serviço Social, ao contrário de outras ciências é constantemente confrontado com a necessidade de encontrar soluções para os problemas sociais que estuda, requerendo, assim, um cariz de cientificidade da acção interventiva numa visão alternativa e aplicada da ciência social (Amaro, 2008).

Assim sendo, consideramos que o modelo proposto constitui uma contribuição para uma visão do Serviço Social, que lhe atribui uma aplicabilidade prática e que se prova de grande relevância frente à realidade contemporânea, apelando a uma mudança paradigmática e a uma abertura das ciências sociais, em cujo o papel do Serviço Social, deve cada vez mais ter um lugar.

Na medida em que o Ser Humano deve viver em harmonia com o meio ambiente, sendo este um processo vital para a transição ecológica, trata-se de uma relação simbiótica entre os indivíduos e o meio físico e social. Por outro lado, se a “globalização tem como objectivo unificar o campo económico através de um conjunto de medidas jurídico-políticas destinadas a derrubar todas as barreiras” (Bourdieu, 2006:312), uma das suas consequências é que as grandes multinacionais tendem a deslocalizar a sua produção para países ou regiões, de acordo com o que for mais rentável para os investidores internacionais.

E se o capital financeiro “não tem barreiras geográficas, também elas não existem ao nível das infra-estruturas operacionais devido ao desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, permitindo que uma empresa possa operar a partir de qualquer região do mundo sem acréscimo de custos fixos” (Bourdieu, 2006:313).

Consequentemente, de um modelo de produção nacional, passou-se para um modelo de produção global em que os mercados financeiros globais impõem as suas regras aos Estados. Este modelo de produção associado às crises económicas, vividas agora à escala global, fez aumentar o desemprego, em particular nas sociedades ocidentais vivendo em economia de mercado. Perante este cenário é todo um modelo de organização social de índole democrática, com garantia de direitos de cidadania, que se encontra ameaçado. O poder dos mercados globalizados condicionam as decisões dos governos e afectam directa ou indirectamente a vida de toda a humanidade. O que significa que toda a (des)estrutura social e política, dificilmente, consegue incutir confiança nas pessoas, porque ela própria está continuamente ameaçada e incapaz de enfrentar os desafios do presente.

CONCLUSÕES

O início do século XXI, é marcado por uma nova questão social caracterizada por novas desigualdades sociais e pelas fragilidades criadas pelo sistema de protecção social no campo da justiça social, nos conteúdos e formas assimétricas das relações sociais, nas suas múltiplas dimensões (das relações internas numa dada sociedade e das relações entre as sociedades).

Como determinantes fundamentais dessa “nova” questão social podemos apontar os modos de produção e reprodução social, os modelos dominantes de regulação das relações económicas, a formação socio-histórica da sociedade. Por força das profundas mudanças que estão a acontecer no mundo do trabalho, nos processos produtivos, na gestão do Estado, nas políticas sociais e pelo agudizar de conflitos oriundos de problemas étnicos, regionais e de relações internacionais, a questão social adquire dimensões globais. Todavia essas novas dimensões, entretanto, não diminuem a importância dos problemas internos de cada sociedade, pelo contrário agravam-nos.

Uma questão social não surge por si só (Nascimento, s/d). Um problema transforma-se efectivamente em questão social quando é percebido e assumido por um sector da sociedade que tenta por algum meio equacioná-lo, torná-lo público, transformá-lo em exigência política, o que implica tensões e conflitos. O surgimento e as mutações da questão social são, portanto, resultado de lutas, de construção de novos sujeitos políticos, de uma nova correlação de forças (Faleiros, 1999).

O grande problema ecológico dos nossos dias reside no facto de o ritmo de exploração, degradação e destruição dos recursos naturais se ter tornado, em muitos domínios, mais acelerado do que a própria capacidade da Natureza para os regenerar ou repor, não garantindo assim que as gerações futuras possam usufruir dos bens necessários à sua sobrevivência.

Face a este cenário, no início deste trabalho estabelecemos alguns objectivos (ver p. 2), com o intuito de dar resposta à nossa questão inicial: de que modo a intervenção do Serviço Social segundo uma perspectiva multifocal promove a sustentabilidade ecológica das comunidades socialmente vulneráveis?

Através de uma revisão exaustiva da literatura existente, sistematizamos as dimensões conceptuais sobre a sustentabilidade ecológica das comunidades integradoras para obter uma base teórica que permitisse entender melhor o nosso objecto de estudo e

poder organizar ideias, representações e símbolos acerca do tema em questão. Posteriormente, fizemos uma análise interpretativa das dimensões de sustentabilidade a partir de programas de intervenção comunitária em territórios socialmente vulneráveis através das nossas opções metodológicas e com a aplicação dos métodos e técnicas seleccionados em dois eco-bairros nacionais (Bairro da Boavista e Bairro Quinta da Mina e dois internacionais (Hammarby Stojard e Jarva – Estocolmo, Suécia).

Relativamente aos indicadores de Serviço Social e sustentabilidade ecológica em comunidades socialmente vulneráveis, apenas apuramos os indicadores base (figura V.8), e outros produto da reflexão crítica, nomeadamente, senso de pertença à comunidade, as actividades comunitárias, representação política da comunidade, viabilidade económica, oportunidades de trabalho, espaços de encontro e lazer, ficando em aberto o seu aprofundamento para investigações futuras, com vista a um levantamento mais detalhado, sendo nossa intenção medir o sucesso das políticas sociais, através da comparação com os indicadores estabelecidos nestes projectos, sendo este um dos pontos que ao longo deste trabalho foram surgindo e que fizeram sobressair a necessidade de se desenvolverem futuramente estudos nesta área.

Por último, apresentamos uma proposta de um modelo de intervenção sócio ambiental (eco-social) em Serviço Social aplicado à integração e capacitação (*empowerment*) de comunidades socialmente vulneráveis. Para a elaboração deste modelo analisamos o conceito de eco-bairro e a intervenção do Serviço Social, numa visão multifocal através de uma abordagem de empowerment, em que as comunidades e os seus parceiros sejam co-autores num processo participativo de construção colectiva de modelos de desenvolvimento integrado e sustentável, dando assim resposta ao nosso objectivo geral.

Acreditamos que este tema realça uma alternativa inovadora para o Serviço Social na intervenção comunitária e no seu contributo para sustentabilidade ecológica das comunidades, podendo considerar passíveis de operacionalização as proposições iniciais deste trabalho de que as práticas sócio-ambientais em Serviço Social:

- realizam acções de mobilização, através sensibilização e consciencialização dos indivíduos dos seus direitos e deveres de cidadania e de participação social, estando atentos a todas as dimensões sejam elas de natureza económica, ambiental, ética, política ou cultural; envolvendo todos os agentes (instituições, grupos locais, associações), que possam dar esses mesmos indivíduos possibilidades e meios de

iniciar esses processos de forma a combater uma relação de dependência e conduzi-los à sua integração;

- organizam e capacitam as populações, promovendo a sua integração comunitária, fomentando a sua autonomia de modo proactivo, devolvendo-lhes o sentimento de pertença ao grupo, a capacidade de desenvolver acções, partilha de responsabilidades e participação na tomada de decisões de acção colectiva, permitindo o alargamento de processos de aprendizagem, de socialização e de comunicação.

A realidade social manifesta e traduz:

- as necessidades e interesses dos sujeitos de atenção, porque está subjacente que através da proximidade, da escuta activa e da “experiência quotidiana dos problemas por quem os vive” se adquire o conhecimento sobre a realidade onde se pretende actuar. É importante realçar que muitas vezes os processos em causa implicam diversas facetas da vida, tais como a interacção social e familiar, o acesso a instituições e serviços, as possibilidades de qualificação profissional e escolarização, o emprego, a participação cívica e política, entre outros. Como tal, há necessidade de se criar espaços de autonomia e de desenvolver estratégias que reforcem a auto-estima das populações.

- A realidade traduz a relação com a dimensão operativa das respostas sociais desenvolvidas pelo Serviço Social nas comunidades, porque só através das dinâmicas sociais e das exigências postas pelos sujeitos, sejam elas de carácter micro, meso ou macro, o assistente social, pode definir tanto o objectivo como o carácter da acção que deve ser empreendida. Essa definição é realizada através do conhecimento das necessidades da população e das suas condições de vida, e também através da produção de conhecimento, como diz Ferreira (2011) “um dos pilares do saber em Serviço Social é a dicotomia entre teoria e prática, estabelecendo uma relação dialéctica entre o saber e o fazer ou entre conhecimento e prática.

Assim, o Serviço Social eco-social sistémico emerge como modelo inovador na intervenção comunitária porque permite uma intervenção abrangente, holística, de carácter universal, unindo vários campos teóricos de pesquisa, orientando profissionais e investigadores para a importância de uma intervenção integrada e participativa a vários níveis, para abordagens multidimensionais das relações indivíduo-ambiente, envolvendo

todos os actores e demonstrando a capacidade de transformação das sociedades humanas, que não são só capazes de compreender, mas capazes de “aprender a aprender”.

O Desenvolvimento local integrado e sustentável é um modo de promover o desenvolvimento social e humano, que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir as suas necessidades imediatas, descobrir e despertar as suas vocações locais e desenvolver as suas potencialidades específicas, no sentido de ser parte da solução, dando assim o seu contributo para a sustentabilidade ecológica das comunidades mais vulneráveis.

A aposta no desenvolvimento sustentável permite a equidade no acesso aos serviços essenciais (incluindo saúde, educação, transportes, habitação e lazer); equidade entre gerações, o que significa que as gerações futuras não serão prejudicadas pelas actividades da geração actual; equidade no seio das gerações, para que todos os sectores da comunidade acedam aos bens e serviços a que têm direito; um sistema de relações culturais em que os aspectos positivos de culturas díspares são valorizados e protegidos, e em que a integração cultural é apoiada e promovida quando assim é desejada por indivíduos e grupos; a participação generalizada dos cidadãos não só nos procedimentos eleitorais, mas também noutras áreas e particularmente a nível local.

A sustentabilidade eco-social é assim uma condição positiva criada em conjunto com indivíduos, instituições e políticas sócio-ambientais, a que se aliam, para além das características de sustentabilidade social descritas acima, um uso de recursos naturais que não seja maior do que a sua fonte natural; um sentido de responsabilidade da comunidade de base local para o uso e gestão dos seus recursos; um sistema de transmissão de consciência socio-ambiental de uma geração para as próximas, assim como o sentido de responsabilidade da comunidade para manutenção desse sistema.

Reconhecemos que as pessoas estão no centro do desenvolvimento sustentável e, neste sentido, nos esforçaremos para construirmos um mundo que seja justo, equitativo e inclusivo, e nos comprometemos em trabalharmos juntos para promover um crescimento económico sustentável e inclusivo, desenvolvimento social e protecção ambiental e que seja em benefício para todos (ONU Ban Ki-Moon, 2014).

Os princípios centrais do trabalho social da comunidade, através de uma visão multifocal, que Lee (2001) propõe, incluem: a prevenção de problemas sociais, o desenvolvimento de serviços de proximidade e apoio a iniciativas e reconhecimento da

importância das redes sociais dos cidadãos. As habilidades de promover o bem-estar dos indivíduos, famílias e grupos fazendo uso das potencialidades.

In this approach the worker is a fellow human being who struggles with issues of daily life, developing vision, raising consciousness, taking action, and engaging in praxis (action, reflection on the action, return to action, and reflection) in order to develop critical perspective and challenge the indirect (internalized) and external power blocks that keep us oppressed. It is addressed to members of the oppressor group and the oppressed, for both must be transformed to win a local and global beloved community characterized by the ethic of love, care, power, and justice for all (Lee, 2001:xii).

A tarefa central é influenciar as condições de vida dos cidadãos a nível local, para apoiar a sua participação em diferentes processos e reforçar a sua experiência de cidadania activa e é deste que modo a intervenção do Serviço Social segundo uma perspectiva multifocal promove a sustentabilidade ecológica das comunidades socialmente vulneráveis.

(...) we are challenged to talk the talk and walk the walk of transformation together. We can make concepts and ways to approach life and social work practice new as we define and name them for ourselves with greater clarity, in contemporary terms and meanings. (Lee, 2001:4)

Do princípio ao fim do processo os moradores da comunidade devem ter a possibilidade de falar, planear as suas próprias opções, e agir, conscientes de que fazem parte integrante de todo o trabalho da comunidade, de todas as acções levadas a cabo. É igualmente importante desenvolver e utilizar uma perspectiva crítica ao lidar com os problemas da comunidade, garantido a verdadeira capacitação dos indivíduos. De acordo com Lee (2001), é nesse momento que o assistente social pode assumir outras funções e estar certo de que a organização da comunidade pertence ao seu “povo” e a comunidade é sustentável.

The goals of empowerment coincide with the goals of sustainable human development in that a higher quality of life for all people means that people will attain increased power. To achieve this the unfinished tasks include overcoming extreme poverty, achieving food security, increasing effectiveness of economies and government, fostering regional cooperation, enhancing participation of all people—notably women, and reducing the dependency of the poorest people and countries by increasing their capacities for self-reliance (Lee, 2001: 400).

A perspectiva de construção de novas solidariedades a partir de sujeitos autónomos e competentes, que são capazes de discutir e revalidar as regras sociais e, com isso, revitalizar a própria sociedade. A construção da solidariedade pressupõe, desta forma, a formação do indivíduo que pensa, age e se comunica, procurando o diálogo e o entendimento, através do melhor argumento. Em última instância, trata-se de se (re)discutir o sentido da organização do Estado e o papel da sociedade civil neste contexto, de rever os fundamentos que orientam a acção política: a procura de interesses pessoais ou a procura do interesse colectivo. Não basta analisar a sociedade e fornecer diagnósticos sobre a conjuntura mundial, nacional ou local, se não recorremos a uma discussão sobre os fundamentos ontológicos do ser social: objectivação do trabalho, liberdade, consciência, universalidade, para reflectir sobre o significado da política, do Estado, da sociedade civil e do cidadão em particular.

Uma avaliação do Estado social pode levar-nos a perceber que este modelo de Estado não é suficiente para assegurar a felicidade dos cidadãos, porque não resolveu o problema da distribuição da riqueza, não realizou a universalização dos serviços prestados à sociedade tal como se propunha inicialmente.

Tudo isto requer uma reflexão profunda sobre o projecto de sociedade que melhor atende às necessidades do ser social e nisto os assistentes sociais têm muito a contribuir. O confronto das representações com a realidade, quando submetido a uma análise crítica e fundamentada, pode demonstrar que as exclusões que se transformaram num dos grandes desafios do final do século passado e para as quais devemos encontrar respostas neste século, devem ser pensadas de forma abrangente e ética.

Precisamos ter a coragem de reconhecer que estamos deveras acostumados à sociedade como um lugar perene, consolidado pelo acumular de conhecimento produzido historicamente e que nós temos o dever de mudar e transmitir às novas gerações.

A melhoria urbanística e ambiental tem, neste foco, o sentido da provisão da infraestrutura física e social e das transformações de ordem espacial necessárias à integração homem-meio ambiente de forma sustentável e respeitando o retorno natural, tem como postura ética prévia a preocupação com o contexto físico preexistente e com a relação que este mantém com seus habitantes, manifestada no uso que se dá aos espaços. Tem o sentido de imprimir conteúdo vivo e atractivo aos espaços colectivos, reforçando as oportunidades de convivência comunitária; tem, por fim, o sentido da continuidade, da

acção progressiva e planeada em etapas e, como resultado espera-se construir uma acção de resgate de cidadania e integração.

Assim, no caso do Serviço Social, como em qualquer outra área do conhecimento, o consenso construído na comunidade argumentativa apenas terá sentido se as suas proposições se inscreverem numa radical validade universal. O princípio ético é compreendido de tal maneira que exclui como inválidas as normas que não possam encontrar o assentimento qualificado de todos os concernidos possíveis. O princípio-ponte possibilitador do consenso deve assegurar que somente sejam aceites como válidas as normas que exprimem uma vontade universal; é preciso que elas se prestem, para usar a fórmula que Kant repete sempre, a uma “lei universal” (Habermas, 1989: 84).

Embora no meio de toda esta complexidade se invertam valores de uma suposta Liberdade que todos invocam para viver de modo contrário “às leis da vida, da Natureza, da Ordem Universal”, onde inclusive “se criaram novos conceitos da moral dentro da própria Imoralidade que se institucionaliza como “Direitos do Homem” que se degrada na sua própria forma de Sociedade” (Palmela, 2007).

Observando os factos e as dinâmicas da política internacional, podemos dizer que hoje há uma *coesão* a ser imposta pelos países centrais, as condições em que essa coesão se dá são extremamente perversas (produção de pobreza, crises político-económicas, conflitos, guerras), e que para Santos (2014) é um problema de ausência de visão estratégica agravado com uma política económica e de emprego reféns dos “imperativos irresponsáveis da austeridade”: o recuo do Estado social, o empobrecimento das classes médias, a frustração das expectativas de ascensão social e a desregulação do mercado de trabalho que, não conduzem a uma vida melhor e em valor económico acrescentado, mas em precariedade, desemprego e incerteza. Nessa medida, uma transformação hoje seria uma revolução cidadã, uma luta pacífica, parlamentar e extraparlamentar orientada pela aspiração de uma democracia, que combine a democracia representativa com a democracia participativa.

É o que está patente quando Lévinas (2010:77) afirma: “O pluralismo da sociedade só é possível a partir desse segredo (...) que consiste na responsabilidade por outrem (...). Eis as liberdades que não se limitam, nem se negam, mas se afirmam reciprocamente.

*To a social worker the Master said,
“I fear you are doing more harm than good.”
“Why?”
“Because you stress only one of the two imperatives of justice.”
“Namely?”
“The poor have a right to bread.”
“What’s the other one?”
“The poor have a right to beauty.”*
Awakenings: Conversations With the Masters
by Anthony De Mello

BIBLIOGRAFIA

- Adams, Robert (2008), *Empowerment, participation and Social Work*, New York, Palgrave Macmillan (3ª edição)
- Adams, Robert, (1996, 2003), *Social Work and empowerment*, Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Adams, Robert, Lena Dominelli e Malcolm Payne (2009), *Critical practice in Social Work*, New York, Palgrave Macmillan
- Adams, Robert, Lena Dominelli e Malcolm Payne (Eds.), (2005) *Social Work Futures: Crossing Boundaries, Transforming Practice*, Hampshire, Palgrave,.
- Addams, Jane (1910), *Twenty Years at Hull-House: With Autobiographical Notes*, New York, Macmillan.
- Addams, Jane, (1930), *Second Twenty Years at Hull House*. New York: Macmillan.
- Al Gore, (1993), *A Terra à procura de equilíbrio - Ecologia e espírito humano*, Lisboa, Editorial Presença.
- Aligleri, Lilian Mara, (2011), *A adoção de ferramentas de gestão para a sustentabilidade e a sua relação com os princípios ecológicos nas empresas*, Tese de Doutoramento em Administração, São Paulo, Universidade de São Paulo, p. 83.
- Almeida, Helena Neves de (2002) "Serviço Social - ética, deontologia e projectos profissionais", *Estudos e Documentos, Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social*, 3: 1 - 13.
- Almeida, João Ferreira de et al. (1992), *Exclusão social: Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora 171 p.
- Almeida, João Ferreira de et al. (1994), *Exclusão Social: factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, (2ª edição) 177 p.
- Almeida, João Ferreira, José Madureira Pinto, (1995), *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença, (5ª Edição).
- Amaral, Diogo Freitas de (1994), *Análise preliminar da Lei de Bases do Ambiente - Textos de Direito do Ambiente*, Lisboa, Centro de Estudos Judiciários.
- Amaro, Maria Inês, (2008), Os Campos paradigmáticos do Serviço Social: proposta para uma categorização das teorias em presença , *Locus Social- Journal of Social Work, Social Policy and Society*, 1, pp. 65 – 80.
- Amaro, Rogério Roque (2003), *A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal. Experiências do programa nacional de luta contra a pobreza*, Genebra, Bureau Internacional do Trabalho
- Ander-Egg, Ezequiel (2005). *Metodología y práctica del desarrollo de la comunidad*. 2ª. Edición, Buenos Aires, Editorial Lumen Hvmanitas.
- Ander-Egg, Ezequiel, (1980), *Metodologia y Practica del Desarrollo de la Comunidad*, Tarragona, Editorial Universitária Europeia, (10ª edição).
- Ander-Egg, Ezequiel, (1995), *Introdução ao trabalho social*, Rio de Janeiro, Vozes.
- Andrade, Henrique (2005), *O clima urbano – natureza, escalas de análise e aplicação*, Finisterra, XL, p.80
- Andrade, M. (2001). Campo de Intervenção do Serviço Social, Antonomias e Heteronomias do Agir. *Revista Intervenção Social*, 23(4), 160-161.

- ANMP, (2011), *Competências exercidas pelos municípios sem os correspondentes meios*, Disponível em <http://www.anmp.pt/files/cong/19/doc/TEMA3.pdf>
- Babbie, E. (2001), *The Practice of Social Research*, Belmont, Wadsworth Thomson (9ª edição)
- Baptista, M. (1986), “Novas perspectivas de participação na Acção Social do Serviço Social”, *Revista ISSSL*, 4.
- Baptista, M. (2000), *Planejamento social: intencionalidade e instrumentação*. (s/l), Veras Editora.
- Barata, Óscar Soares (1982), “A Sociologia de Herbert Spencer”, *Estudos políticos e sociais*, Rev.
- Barbieri, José Carlos (1997) (2003), *Desenvolvimento e Meio Ambiente: As estratégias de mudanças da Agenda 21*, Petrópolis, Vozes.
- Bardin, Laurence, (2009), *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal, Edições 70, Lda.
- Barreto, R. d. O., A. P. P. d. Paula, et al. (2010), *As limitações das políticas de habitação portuguesas: reflexões sobre a importância da intersectorialidade*.(S/l).
- Barroco, Maria Lúcia (2008). *Ética e Serviço Social. Fundamentos Ontológicos*. São Paulo. Cortez Editora
- Barroco, Maria Lúcia (2004). *Ética e Sociedade. Curso de capacitação Ética para agentes*.
- Bartholo, Roberto, (1998), *Uma Agenda para o Desenvolvimento Sustentável: Diretrizes Estratégicas para Rondônia*, Brasília, CDS..
- Bartholo, Roberto (2001), “A mais moderna das esfinges. Notas sobre ética e desenvolvimento”, em M. Bursztyrn (Org.), *A difícil sustentabilidade. Política energética e conflitos ambientais*, Rio de Janeiro, Garamond.
- Bartlett, Harriet M. (1970), *A Base do Serviço Social*, 2ªed, São Paulo, Liv
- Barton A. (1969) *Communities in disaster*. New York: Basic Books.
- Barton, Hugh (1998). *Eco-neighbourhoods: A review of projects*. *Local Environment*, Vol. 3, Nº 2, pp. 159-177, Routledge.
- Bauer, M. W.; Gaskell, G. (orgs.). (2000), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes.
- Bauman, Zygmunt (2003), *Comunidade: a busca por segurança no mundo actual*, Rio de Janeiro, Jorge Zajar
- Beatley, Timothy (2000), *Green Urbanism: Learning from European Cities*, Editorial Island Press
- Beatley, Timothy (2007), *Native to Nowhere: Sustaining Home and Community in a Global Age*, Island Press
- Beaud, M., C. Beaud, e M. L. Bouguerra (1993), *L'Etat de L'Environnement*, Paris, La Découverte
- Beaud, S.; Weber, F., (2007), *Guia para pesquisa de campo*. Petrópolis, R.J. Vozes,
- Beck, Ulrich (1992), *Risk Society, Towards a New Modernity*, London, Sage
- Beck, Ulrich, Giddens, Anthony e Lash, Scott (1995, 1997). *Modernidade reflexiva: trabalho e estética na ordem social moderna*. S. Paulo.Unesp.
- Becker, Dinizar Fermiano et al. (2002), *Desenvolvimento Sustentável: Necessidade ou Possibilidade?*, Santa Cruz do Sul, Edunisc
- Becker, G. & Arnold, R. (1986). Stigma as a social and culture construct. En AINLAY, S. C.; Becker, G.; Colman, L. M. A. (Ed), *The Dilemma of Difference* (39-76). New York: Plenum.
- Becker, H. , (1994) *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: HUCITEC.
- Beeby, A. (1993), *Applying Ecology*, London, Chapman & Hall 219p.
- Begon, M. M.; Townsend, C. R. Harper, J. (2006) , *Ecologia: de indivíduos a ecossistemas*. Oxford: Blackwell,.

- Begon, M., J. L. Harper e C. R. Townsend (1990, 2006), *Ecology - Individuals, Populations and Communities*, local, Blackwell Scientific Publications (2ª edição) p.789.
- Bellen, Hans Michael Van (2005), *Indicadores de sustentabilidade. Uma análise comparativa*, (s/l), FGV Editora.
- Benevolo, Leonardo (1997), *História da Cidade*, São Paulo. Editorial Perspectiva S.A. (3ª Edição).
- Berger, Peter L. , e Thomas Luckmann. (2004) *Modernidade, pluralismo e crise de sentido. A orientação do homem moderno*. S. Paulo: Editora Vozes.
- Bernado, J. (1995), *Ecologia das populações e comunidades*, Lisboa, Universidade Aberta, p. 75
- Besthorn, F. H. (2012). Deep Ecology's Contribution to Social Work: A Ten-Year Retrospective. *International Journal of Social Welfare*, 21(3), 248-259.
- Bettini, Virgínio (1998), *Elementos de Ecologia Urbana*, local, Trotta
- Bina, O. (2003), Re-conceptualising Strategic Environmental Assessment: theoretical overview and case study from Chile, PhD Thesis em que área?, University of Cambridge, Cambridge
- Birkmann, J. (Ed.), (2006), *Measuring Vulnerability to Natural Hazards— Towards Disaster-Resilient Societies*. Tokyo, New York, UNU Press.
- Blaikie P, Cannon T, Davis I, et al. (1994) At risk: natural hazards, people's vulnerability and disasters. London, UK: Routledge, *International Journal of Interdisciplinary and Multidisciplinary Studies (IJIMS)*, Vol 1, No.6, 71-82. 79
- Blanc, Bernardette et alii, (1986), *Actions Collectives et Travail Social: Contextes et Realisations*, Tome I, Paris: Editions ESF.
- Bobbio et al. (1986). *Dicionário de Política*. Brasília. Editora da Universidade de Brasília.
- Boff, Leonard, (1996), *Ecologia, mundialização, espiritualidade*, Atica, S.Paulo
- Boff, Leonard, (2000), "Ecologia social em face da pobreza e da exclusão", *Ética da vida*, (numero?)
- Boff, Leonard, (2002), *Do iceberg à arca de Noé*, Rio de Janeiro, Garamond
- Bohle, H.-G., (2001), Vulnerability and criticality: perspectives from social geography. IHDP Update 2/2001, *Newsletter of the International Human Dimensions Programme on Global Environmental Change*, pp. 1–7.
- Bolin R, Stanford L. (1998), *The Northridge earthquake: vulnerability and disaster*. London and New York: Routledge.
- Bookchin Murray, 1999. (Original: 1972): *La Ecología de la Libertad. La emergencia y la disolución de las jerarquías*. Madrid: Nossa y Jara Editores,
- Boudon, Raymond. 1973. *L'inegalité des chances. La mobilité sociale dans les sociétés industrielles*. Paris: Armand Colin.
- Bouquet, B. (2003). *Éthique et travail social. Une recherche du sens*, Paris, Dunod.
- Bourdieu, Pierre (2001), *O poder simbólico*. 7ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, .
- Bourdieu, Pierre (2006), *As estruturas sociais da economia*. Porto, PT: Campo das Letras.
- Bourdieu, Pierre. 1979. *La Distinction: Critique Sociale du Jugement* Paris: Les Éditions de Minuit
- Bourdin, Alain. 2001A questão local. Rio de Janeiro: DP&A.,
- Bousquet, Luc; Fauchex, Franck (2007). *Quartiers durables, vous avez dit quartiers durables*. Ed. PUCA – Ministère de l'écologie, du développement et de la ménagement durables. Disponível em http://www.ecoquartiers.developpementdurable.gouv.fr/IMG/pdf/synthesecontributive-B08BC4_cle276612.pdf

- Bousquet, Luc; Fauchex, Franck (2007). Quartiers durables, vous avez dit quartiers durables. Ed. PUCA – Ministère de l'écologie, du développement et de la ménagement durables, disponível em http://www.ecoquartiers.developpementdurable.gouv.fr/IMG/pdf/synthesecontributive-B08BC4_cle276612.pdf
- Boutaud, B. (2009). Quartier durable ou éco-quartier?. Cybergeog: European Journal of geography. <http://cybergeog.revues.org/22583> Acedido em: 25 Setembro 2013.
- Bracho, María del Carmen Alemán, (1993), “Una perspectiva de los servicios sociales en España”, *Alternativas. Cuadernos de Trabajo Social*, Nº 2, pp. 195-205.
- Braga, Maria Cecília Portugal; Casella, Milla Apolinário; Campos, Maria Laura Nogueira; Paiva, Sabrina Pereira, (2011), Qualidade de vida medida pelo WHOQOL-BREF: estudo com residentes em Juiz de Fora, MG. *Revista de APS: Atenção Primária à Saúde*, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, p. 93-100, jan./mar..
- Branco, L. (1992), Legislação e Organizações Internacionais - Conservação da Natureza, *O Verde-Revista de Ambiente e Património*, número especial, 2
- Brandão, Z., (2000), *Entre questionários e entrevistas* in Nogueira, M. A.; Romanelli, G.; Zago, N. (orgs.). *Família & escola*. Rio de Janeiro: Vozes, p. 171-83.
- Braun, R. (2005), *Novos paradigmas ambientais: desenvolvimento ao ponto sustentável*, Petrópolis, Vozes.
- Brenner, S. N.; Cochrane, P. (1991), The stakeholder theory of the firm: implications for business and society theory and research, in Mahon, J. F. (Ed.). *Proceeding of the international association for business and society*. Sundance, UT. International Association for Business and Society, p. 449-467.
- Brogren, Maria e Anna Green (2003), Hammarby Sjöstad – an interdisciplinary case study of the integration of photovoltaics in a new ecologically sustainable residential area in Stockholm. In: *Solar Energy Materials And Solar Cells*, (3-4), number 75, pp. 761-765. Linköpings Universitet: Linköping.
- Bronfenbrenner, U. (1996), *A Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos Naturais e Planejados*, Porto Alegre, Artes Médicas.
- Brown, P. (1994), Greenpeace, col. *Organizações que ajudam o mundo*, local, Edinter
- Bruto da Costa, A. et al., (2008), *Um olhar sobre a pobreza: vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*, Lisboa: Gradiva
- Bruto da Costa, Alfredo, et al. (1985), *A pobreza em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- Bruto da Costa, Alfredo, et al., (2012, 1ª edição 2008), *Um olhar sobre a pobreza*, Lisboa, Gradiva
- Bruto da Costa, A., (1998), *Exclusões sociais, Cadernos Democráticos 2*, Lisboa: Gradiva
- Buarque, Sérgio C. (1999), *Metodologia do planejamento de desenvolvimento local e municipal sustentável*, Brasília (online) Disponível em: <http://www.iica.org.br/docs/publicacoes/publicacoesiica/sergiobuarque.pdf> Acesso em 2012.07.15
- Buber, Martin (1987), *Sobre comunidade*, São Paulo, Perspectiva.
- Bucknall, J et al. (2009), *Capítulo sobre meio Ambiente*. (s/d). Disponível em: <http://www1.worldbank.org/prem/poverty/portuguese/strategies/srcbook/env0118.pdf>

- Bulhões, Marta de Oliveira Barreto, (2009) O serviço social autárquico numa perspectiva de empowerment [Em linha]. Lisboa: ISCTE, Dissertação de mestrado em Serviço Social, Disponível em [www:<http://hdl.handle.net/10071/2507>](http://hdl.handle.net/10071/2507).
- Buller, H. (1997), “La Countryside britannique: un espace symbolique” em M. Jollivet, Vers un Rural Postindustrial - Rural et Environnement dans huit pays européens, Paris
- Burham. Teresinha F., (1993), Educação ambiental e reconstrução do currículo escolar. In: *Caderno Cedes : educação ambiental*. Campinas, Papirus. v. 29. p. 22.
- Cabral, Manuel Villaverde, (1997) , Cidadania Política e Equidade Social em Portugal, Celta Editora, Oeiras.
- Caldas, E. de C. (1991), A Agricultura Portuguesa Através dos Tempos, Lisboa, INIA
- Câmara Municipal de Lisboa (1994), Formas de gestão e organização de bairros sociais, CET - ISCTE
- Câmara Municipal de Lisboa (2009), Relatório da Primeira Fase do Programa Local de habitação de Lisboa – Volume 1, CML (online) Disponível em: <http://habitacao.cml-lisboa.pt/documentos/1241813732P7eEM3zw5Vy23DV7.pdf>
- Capra, Fritjof (2002), As conexões ocultas, ciência para uma vida sustentável, São Paulo, Editora Cultrix
- Capra, Fritjof, (2000). A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Editora Cultrix. ISBN 8531605563.
- Capra, Fritjof e Newton Roberval Eichenberg (1996), A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos, São Paulo, Editora Cultrix
- Capucha, L., 2005: *Desafios da pobreza*, Oeiras: Celta
- Capucha, Luís (1998), “Pobreza, exclusão social e marginalidade”, in José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), Portugal, que modernidade, Oeiras, Celta Editora
- Cardoso, Maria Júlia Faria, (2012), Acção Social nos Municípios portugueses: potencialidades e limitações Lisboa: ISCTE-IUL,. Tese de doutoramento em Serviço Social. Disponível em [www:<http://hdl.handle.net/10071/6346>](http://hdl.handle.net/10071/6346).
- Carmo, Hermano, (2000), Intervenção Social com Grupos, Lisboa, Universidade Aberta.
- Carneiro, C. B. L., Veiga, L., (2004), *O conceito de inclusão, dimensões e indicadores*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Coordenação da Política Social. Pensar. Política Social, 2
- Carneiro, C. B. L.; Veiga, L. (2004), O conceito de inclusão, dimensões e indicadores. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Coordenação da Política Social, jun.. (Pensar BH – Política Social, 2.)
- Carneiro, H. B. (2005), Entre a Universidade e a Comunidade: os estágios académicos da Licenciatura em Serviço Social da Universidade Lusófona (Lisboa).
- Carrapeto, C. (1994), Ecologia- princípios e conceitos, Lisboa, Universidade Aberta 60 p.
- Carro, D., Valera, S. & Vidal, T. (2010), *Perceived insecurity in the urban space: personal, social and environmental variables*. *Quality & Quantity*, 44, 303-314.
- Carvalho, Armindo (2005), “Miscibilidade social e sustentabilidade urbana em Matosinhos”, Revista Portuguesa de Estudos Regionais, Nº10, pp.51-75 (online) Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/24721/1/RPER10_artigo4.pdf?ln=pt-pt
- Casanova, José Luís et al. (2004), Atitudes ambientais da população portuguesa, em João Ferreira de Almeida (Org.), *Os Portugueses e o Ambiente: II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras, Celta Editora

- Castel, R. (1998), *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*, Petrópolis, Editora Vozes
- Castel, R., (2005), *A insegurança social: o que é ser protegido?* Petrópolis, Vozes.
- Castells, Manuel (1999), *Trilogia - A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. São Paulo. Paz e Terra
- Castells, Manuel (2003), *Identidades territoriais: A Comunidade Local in O Poder da identidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- Castro, J. (2006, 1ªed.1975), *Geografia da Fome*, Porto, Brasília Editora.
- Castro, José, (2000), *Rede Social Que Futuro? Balanço do 1.º Encontro Nacional da Rede Social e análise prospectiva de impactos*, in *Pretextos* n.º 2, Dezembro 2000, MTS, IDS.
- Cavalcanti, Clóvis (org.). (1998), *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável*, São Paulo, Cortez.
- CEQ (1978), *Council on Environmental Quality Regulations for Implementing NEPA*, Council on Environmental Quality
- Charlot-Valdieu, C. & Outrequin, P. (2006). *Développement durable et renouvellement urbain*. Paris: L'Harmattan.
- Charlot-Valdieu, C. & Outrequin, P. (2009). *Écoquartier Mode d'Emploi*. Paris: Eyrolles.
- Chiara, Magdalena e María Mercedes Di Virgilio (2009), *Gestión de la política Social. Conceptos y Herramientas*, Buenos Aires, Prometeo
- Chula, Pedro Miguel Carvalho (2014), *Desenvolvimento Sustentável em Áreas Urbanas de Géneses Ilegal*, Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa
- CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS, aprovado em Brasília pelo Conselho Federal de Serviço Social no dia 13 de Março de 1993.
- Colaço, Jorge (2007), “Os municípios e as parcerias para o desenvolvimento local. O caso específico do município de Rio Maior” in Juan Mozzicafredo, João Salis Gomes e João S.
- Costa, António Firmino da (1986), *A pesquisa de terreno em sociologia*, em Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, pp. 129-148
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de bairro: dinâmicas sociais da identidade cultural*, Oeiras, Celta Editora
- Costa, António Firmino da (2002), *Identidades culturais urbanas em época de globalização*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 48, pp. 15-30.
- Costa, António Firmino da (2008), *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Lisboa, Celta Editora (2ªedição)
- Costa, António Firmino da (2008a), *Reabilitação urbana: identidade e conflito*, em José Madureira Pinto e Virgílio Borges Pereira (orgs.), *Desigualdades, Desregulação e Risco nas Sociedades Contemporâneas*, Porto, Edições Afrontamento
- Costa, Firmino António (2012), *Desigualdades Globais*, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 68, pp. 9-32, DOI: 10.7458/SPP201268691
- Cox, A. and Morris, A. (2004): *Information dynamics and discourse in a distributed professional community*, 37th Annual Hawaii International Conference on System Sciences, IEEE
- Cree V, Hounsell J, Christie H, McCune V, Tett L (2008) *From Further Education to Higher Education: Social Work Students' Experiences of Transition to an Ancient, Research-Led University*, *Social Work Education* vol. 28, no. 8, pp. 887 – 901.

- Cutter SL e Emrich CT. (2006), *Moral hazards, social catastrophe: the changing face of vulnerability along the hurricane coasts*. The Annals of the American Academy of Political and Social Science; 604: 102-112.
- Cutter SL, Boruff BJ, Shirley WL. (2003), Social vulnerability to environmental hazards. *Social Science Quarterly*; 84(2): 242-261.
- Dajoz, R. (1979), *Tratado de Ecologia*, Madrid, Mundi-Prensa
- Dalal-Clayton, B. e B. Sadler (2005), *Strategic Environmental Assessment – A sourcebook and Reference Guide to International Experience*, London, Earthscan
- Dash N, Peacock WG, Morrow B. (1997). And the poor get poorer: a neglected black community. In: Peacock WG, Morrow
- Dewane, Claudia J. (2011), “Environmentalism & Social Work: The Ultimate Social Justice Issue”, *Social Work Today*, Vol. 11 N° 5, p. 20
- Diegues. Antonio Carlos. (2001, 1ªed,1992) Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. In: São Paulo em Perspectiva. São Paulo : SEADE. v. 6. n. 1 e 2. jan./jun. p. 24.
- Direitos Humanos e Serviço Social, Manual para Escolas e Profissionais de Serviço Social, 1999, ISSS – Departamento Editorial, Dezembro pp. 22-35
- Dodson, S. I., T. F. H. Allen, S. R. Carpenter, A. R. Ives, R. L. Jeanne, J. F. Kitchell, N. E. Langston, and M.G. Turner. (1998), *Ecology*. Oxford University Press, New York
- Dominelli, L. (1997) *Anti-Racist Social Work - A Challenge for White Practitioners and Educators*, Basingstoke: Macmillan Press Ltd.
- Dominelli, L. (2012) *Green Social Work: From Environmental Crises to Environmental Justice*. Cambridge: Polity Press.
- Domingues, Álvaro (2002), “Novas Paisagens Urbanas”, *Jornal de Arquitectura*, 206, Maio – Junho de 2002
- Duchamp, M. (1989). Spécificités de la recherche en travail social. Duchamp, M. ; Bouquet, B.; Drouard, H. *La recherche en travail social*. Paris: Centurion. pp. 115-166.
- Dunlap, R. and Marshall, K. (2007), “Environmental Sociology” em Clifton D. Bryant and Dennis L. Peck (eds), *21st Century Sociology, A reference handbook*, Vol. 2, Thousands Oaks, CA, Sage, pp. 329-340.
- Dunlap, R.E. e Mertig, A.(eds.) (1992), *American Environmentalism: the US environmental movement 1970-1990*, Philadelphia, Taylor e Francis.
- Dwyer AZ, Nielsen C, Day S, et al. Quantifying social vulnerability: a methodology for identifying those at risk to natural hazards. *Geosciences Australia Record* 14; 2004.
- Eakin, Hallie; Luers, Amy (2006), “Assessing the Vulnerability of Social-Environmental Systems”, *Annual Review of Environment and Resources*, 31, 365-394.
- Elder, Charles D., and Coble, Roger W. 1984. Agenda building and the politics of aging. *Policy Studies Journal*, 13:115–129.
- Elias, Norbert. 1983. *Engagement et distanciation*. Paris: Fayard.
- Ely, Aloísio (1986), *Economia do meio ambiente: uma apreciação introdutória interdisciplinar da poluição, ecologia e qualidade ambiental*, Porto Alegre: FEE (3ªedição)
- Esposito, R. Niilismo e Comunidade, in Paiva, R. (Org.). *O retorno da comunidade: os novos caminhos do social*, Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 15-30.
- Eurobarómetro (2008), Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/index_en.htm

- Faleiros, Vicente de Paula (2002), *A Política do Estado Capitalista*. São Paulo. Cortez Editora.
- Faleiros, Vicente de Paula (1999), *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo. 2ª edição. Cortez Editora.
- Faleiros, Vicente (1994), *Metodologia e Ideologia do Trabalho Social*, S. Paulo, Cortez.
- Fazenda, Isabel (s.d), *Empowerment e Participação, Uma Estratégia de Mudança* in <http://www.cpihts.com/PDF/EMPOWERMENT.PDF>
- Fekete A. The scale dependence of social and ecological vulnerability in context to river floods in Germany, EGU General Assembly 2008, Geophysical Research Abstracts, (2009), Vol. 10, Vol. 10, EGU2008-A-03903, 2008, SRef-ID: 1607- 7962/gra/EGU2008-A-03903, Vienna.
- Fernández Garcia, Tomás y Antonio López Peláez, (2008), *Trabajo social comunitario: Afrontando juntos los desafíos del siglo XXI*, Madrid, Alianza Editorial.
- Ferreira A.F. (2005). *Gestão Estratégica de Cidades e Regiões*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- Ferreira, L. V., 1997: *Teoria e metodologia da medição da pobreza*, Lisboa: ISEG-UTL (Tese de Doutoramento)
- Ferreira, L. V., Rodrigues, C., 2002: *Distribuição do rendimento, pobreza e papel das políticas redistributivas*, Porto: CCRN
- Ferreira, Leila da Costa. (1995). *A Busca de Alternativas de Sustentabilidade no Poder Local*. In: Sorrentino M. & Trajber, R. *Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental*. São Paulo:Gaia
- Ferreira. M. L.Jorge. (2014). *Serviço Social: profissão e ciência*. Contributos para o debate científico nas ciências sociais. *Cuadernos de Trabajo Social* Vol. 27-2 (2014) 329-341 ISSN: 0214-0314 http://dx.doi.org/10.5209/rev_CUTS.2014.v27.n2.44782
- Ferreira, M. L. Jorge, (2011a), *Serviço Social e Modelos de Bem-estar para a Infância*. Lisboa: Quid Juris.
- Ferreira, M.L. Jorge (2011). *Contributos para o debate da Epistemologia em Serviço Social*. In *Trabajo Social Global. Revista de investigaciones en intervención social*, n.º 2 (pp. 67-78). Barcelona: Hipatia: Publicaciones Científicas
- FIAS (1976), *International Code of Ethics, local, International Federation of Social Workers (IFSW)*
- FIAS (1982), *Definition on the Social Work Profession, local, International Federation of Social Workers (IFSW)*
- Flick, U. (2005), “Triangulation in Qualitative Research”, em Flick, U., E. V. Kardorff, e I. Steinke (eds.), *A Companion to Qualitative Research*, Sage, pp. 178-183.
- Flores, F. M. (1937), *A Protecção da Natureza - Directrizes Actuais, Relatório Final de Curso de Engenheiro Silvicultor*, Instituto Superior de Agronomia, Policopiado
- Flores, Joaquim (1998), *Planos de salvaguarda e reabilitação de Centros Histórico em Portugal*, Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa
- Fook, J. (2006), *Radical Social Work*, London, Palgrave
- Fortin, Marie-Fabienne (2009), *Fundamentos e Etapas no Processo de Investigação*, Loures, Editora Lusociência p. 595
- Foucault, Michel (1997), *A Ordem do Discurso*. Lisboa. Relógio D' Água.

- França, M. A. G. et al., (2002), *Resinificando o conceito de risco nas pesquisas e práticas voltadas à infância contemporânea. O Social em Questão*, Rio de Janeiro, PUC-RJ. Departamento de Serviço Social, ano 6, n. 7, p. 22-44.
- Franco, A, A equação completa do desenvolvimento <http://br.monografias.com/trabalhos/pobreza-desenvolvimento-local-exclusao-social/pobreza-desenvolvimento-local-exclusao-social2.shtml>
- Freire, Paulo (1990), *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, São Paulo, Paz e Terra
- Freitag, Barbara (2006), *Teorias da cidade*, Editora Papirus
- Freitas, M. J., P. Machado e A. Pinho (2012), Estudo sobre Habitação, Reabilitação Urbana e Inovação Social no Quadro da Política de Coesão pós 2013, *Relatório Final*. Relatório 196/2012, NESO, Lisboa, LNEC
- Freitas, Maria João (2010), “Áreas Urbanas em Crise – das tensões e exigências de abordagens integradas e de co-produção coletiva de soluções”, *Sociedade e Trabalho*, 41, pp.167-182
- Freynt, Marie-France (1995), *Les médiations du travail social: contre l'exclusion, (re)construire les liens*, Lyon, Chronique Sociale
- Friedman, Jonh (1996), *Empowerment – Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*, Oeiras, Celta Editora.
- Furtado, C. (1968), *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga.
- Furtado, Celso (1961), *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura.
- García, Tomás Fernández e Carmen Bracho (2003) (Coords.), *Introducción al trabajo social*, Madrid, Alianza Editorial
- Gaulejac, V. de, Bonneti, M. e Fraisse, J. *L'ingénierie sociale. Alternatives sociales*. Siros Alternatives.
- Gauthier, Benôit (2003), *Investigação Social: da Problemática à Colheita de Dados*, Loures, Lusociência (3ª edição) p. 549
- Gauzin-Muller, Dominique; Favet, Nicolas (2002), *Sustainable Architecture and Urbanism: Concepts, Technologies, Examples*, Editorial Birkhäuser
- Gellner, Ernest ([1993]2000), “O Advento do Nacionalismo e sua Interpretação: Os Mitos da Nação e da Classe” em Gopal Balakrishnan e B. Anderson, (Orgs.) (2000) *Um Mapa da Questão Nacional, local, Contraponto*.
- Gentili, P. (1997), *Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública*. Coleção Estudos culturais em educação Petrópolis. Vozes.
- Germain, C.B., & Gitterman, A. (1980). *The life model of social work practice*. New York: Columbia University Press.
- Gerschenkron, A. (1962), *Economic Backwardness in Historical Perspective: A Book of Essays*, New York, Praeger
- Gervásio, José Miguel do Coito (2012), *Aplicação da Contratação em Parceria Público Privada às Operações Urbanísticas O Caso do Bairro do Aleixo – Porto*, Dissertação para obtenção do grau de mestre em Engenharia Civil, Lisboa, IST (online) Disponível em: <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395144392077/dissertacao.pdf>

- Giddens, A. (1997), A vida em uma sociedade pós-tradicional, in Beck, U.; Giddens, A.; Lasch, S. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista., p.73-133.
- Giddens, Anthony (1992). The Consequences of Modernity. Cambridge: Polity Press
- Giddens, Anthony, Turner, Jonathan (Eds.). 1999. Teoria social hoje. S. Paulo: Editora UNESP.
- Giddens, Anthony. (2004). Sociologia. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, 4ª edição.
- Gitterman, A., & Germain, C. B. (2008). *The life model of social work practice*. 3rd ed. (pp. 72) New York: Columbia University Press
- Gomes, Rogério P. A. M. Silva (2009), Eco-bairro, um conceito para o desenho urbano, Dissertação de Mestrado Planeamento do Território – Ordenamento da Cidade, Universidade de Aveiro, (online) Disponível em: <http://www.csustentavel.com/wp-content/uploads/2013/11/ecoBAIRRO.pdf>
- Gomez, J. et al. (2007), Serviço Social e Meio Ambiente, S. Paulo, Cortez
- Gonçalves, Carlos Walter Porto, (1989) *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo : Contexto..p. 15.
- Goody, Jack (1995), *Cocina, cuisine y clase*. Estudio de sociología comparada, Madrid, Gedisa
- Gordon, Milton M. (1964), *Assimilation in american Life: The Role of Race, Religion, and National Origins*, Oxford, University Press
- Gray, Mel & John Coates *Environmental ethics for social work: Social work's responsibility to the non-human world*. Available from: [https://www.researchgate.net/publication/263602588 Environmental ethics for social work Social work's responsibility to the non-human world](https://www.researchgate.net/publication/263602588_Environmental_ethics_for_social_work_Social_work's_responsibility_to_the_non-human_world)
- Gruzinski, Serge. 2001. "Mestiçagens, mundialização e história: algumas pistas de reflexão e pesquisa." *Cadernos do Noroeste*:305-322.
- Guadalupe, Sónia (2009), *Intervenção em Rede – Serviço Social. Sistémica e Redes de Suporte Social*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra. , p. 142
- Guerra, I. (2002), *Fundamentos e processos de uma sociologia da acção: o planeamento em Ciências Sociais*, Cascais, Principia.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso*. Cascais: Príncípa.
- Guerra, Isabel (2000). *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção – O Planeamento em Ciências Sociais*. Cascais: Príncípa.
- Guerra, Isabel (2006), *Fundamentos e Processos de uma Sociologia da Acção: o planeamento em Ciências Sociais*, São João do Estoril, Principia.
- Guerra, Isabel et al. (1999), *A Baixa Pombalina – diagnóstico, prospectiva estratégia de actores*, Oeiras, Celta Editora
- Guerra, Isabel, (1999), *A Nova Acção Social: Certezas e Perplexidades*, in *A Acção Social em Debate*, Direcção Geral da Acção Social, Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, Lisboa.
- Guilherme, R. (2012), (*Desenvolvimento de Comunidade e o Serviço Social: entre o conformismo e a crítica (Community development and Social Service: between compliance and criticism)* Disponível em:<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/2679/3131>. Acesso em janeiro 2015

- Guimarães. Roberto P. (1992). O novo padrão de desenvolvimento para o Brasil: inter-relação do desenvolvimento industrial e agrícola com o meio ambiente. in: Velloso, João Paulo dos Reis (org.) A ecologia e o novo padrão de desenvolvimento no Brasil. São Paulo : Nobel. p. 21.
- Guimarães, A. F. (s/d) A ecologia profunda disponível em: <http://www.unicamp.br/fea/ortega/temas530/aline.htm>
- Guimarães, Roberto Paulo. (1997), Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. In: Becker, Bertha K.; Miranda, Mariana. (Org.). A geografia política do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Haesbaert, R (2002),. Fim dos territórios ou novas territorialidades? In: Lopes, L. e Bastos, L. (org.) Identidades: recortes multi e interdisciplinares. Campinas: Mercado de Letras.
- Hahn, Ekhart (1994). La reestructuración urbana ecológica. Revista Ciudad y Territorio, Estudios Territoriales, Vol II, nº 100-101, pp369-388.
- Halbwachs, M. A., (2006) A memória coletiva, São Paulo: Centauro.
- Halbwachs, M. 2006. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 223 p.
- Hammarby Sjöstad - A Unique Environmental Project in Stockholm. Consultado a 18 de Julho de 2008 em http://www.hammarbysjostad.se/inenglish/pdf/HS_miljo_bok_eng_ny.pdf Hammarby Sjöstad - A New City District With Emphasis on Water and Ecology. em <http://www.hammarbysjostad.se/inenglish/pdf/HS%20komb%20eng%20dec%202008.pdf>
- Hammarby Sjöstad (2008) The Best Environmental Solutions in Stockholm. Disponível em http://www.hammarbysjostad.se/inenglish/pdf/Best_env_eng.pdf
- Harris, Marvin (1995), Bueno para comer, Madrid, Alianza
- Harvey, David. (1993). Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo. Ed. Loyola.
- Hawsworth, D. L. (ed.) (1995), Biodiversity. Measurement and estimation. Chapman & Hall. The royal society. 140p.
- Hellsstrom, Mats (2005). Urban Sustainable Development in Stockholm. Participação em “Swedish Style in Australia 2005”, 10-16 March 2004. Disponível em http://www.ab.lst.se/upload/dokument/tillvaxt_i_regionen/Australien_tal.pdf
- Henriques, J. M. (2002). “O papel do “social” nas políticas urbanas”. policopiado.
- Hernandez Aja, Agustín et al. (2009), “Ecobarrios para ciudades mejores”, Ciudad y territorio. Estudios territoriales, XLI, Tercera época(161-162)
- Hesel, D.R. e R.M. Hirsch, (1992), Statistical Methods in Water Resources, Studies in Environmental Science, 49, Amsterdam (3ª impressão), 1997. 529pp.
- Hewitt K. 1997. Regions of risk: a geographical introduction to disasters. Harrow and Essex: Longman;
- Hewitt K. *The idea of calamity in a technocratic age*. In: Hewitt K. (ed.) Interpretations of calamity from the viewpoint of human ecology. London: Allen & Unwin;
- Hilhorst D, Bankoff G. (2006). Introduction: mapping vulnerability. In: Bankoff G, Freks G, Hilhorst D. (eds.) Mapping vulnerability: disasters, development and people. London: Earthscan; p. 1-24.
- Hintze, Susana (1994), “Estado y políticas alimentarias en América Latina y Argentina”, em Estela Grassi et al., Políticas sociales y ajuste estructural (Un análisis del sistema educativo, de obras sociales y de las políticas alimentarias), Buenos Aires, Espacio Editorial

- Hogan, D. J.; Viola, E. (1987), *Dinâmica demográfica e poluição ambiental*. Campinas: Ed. Unicamp : Núcleo de Estudos de População,.
- Hoven, Rudy Van den. (2002), *O trabalho social comunitário, Serviço Social: Unidade na Diversidade – Encontro com a Identidade Profissional*, Actas do I Congresso Nacional de Serviço Social, APSS pp. 94-99.
- Hurtado, C. N. (1993), *Educar para transformar, transformar para educar*. Petrópolis. Vozes.
- Iamamoto, Marilda Vilela. (2000). *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo. 3 ed. Cortez Editora
- Iamamoto, Marilda Villela (2003), “Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social” Em Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*, Brasília-DF: CFESS, ABEPSS (Online) Disponível em: http://unifesp.br/campus/san7/images/servico-social/Texto_introdutorio_Marilda_Iamamoto.pdf
- IST, (2008), *Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Desenvolvimento e Investimento para 2009-2014 – Relatório Ambiental e Relatórios de Consulta Pública*, Lisboa, REN, SA.
- Jackson, Hildur e Karen Svenesson (2002) (Orgs.) *Ecovillage living: restoring the earth and her people*, Devon, Green Book and Gaia Trust
- Jackson, R. (2004), “The ecovillage movement” *Permaculture Magazine*, 40
- Jamison, A. (1996), “The shaping of the global environmental agenda: the role of non-governmental organizations” em S. Lash, B. Szerszynski, B. Wynne (eds.) *Risk, Environment and Modernity*, Londres, Sage, pp. 224-245
- Janczura, Rosane, (2012), *Risco ou vulnerabilidade social? Social vulnerability or risk? Textos & Contextos (Porto Alegre)*, v. 11, n. 2, p. 301 - 308, ago./dez.
- Janczura, Rosane (2012), *Risco ou vulnerabilidade social? Textos & Contextos (Porto Alegre)*, v. 11, n. 2, p. 301 - 308, ago./dez. |
- Jáuregui, Jorge Mario (s/d), *Eco-bairros. O porvir da habitação de interesse social (online)* Disponível em: http://www.jauregui.arq.br/sustentabilidade_eco-bairros.html
- Jensen, Ole Michael (2003). *Visualisation turns down energy demand*. Eceee Summerstudy Nice, peer-reviewed conference article, pp. 451-454.
- João Emílio Alves - Instituto Politécnico de Portalegre (IPP), Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação (C3I), Portalegre, Portugal; - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), Lisboa, Portugal http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/2121/1/Comunica%C3%A7%C3%A3o_II%20Encontros%20Portalegre_jo%C3%A3o%20em%C3%ADlio.pdf
- Johansson, Rolf e Örjan Svane (2002), “Environmental Management in Large Scale Building Projects – Learning from Hammarby Sjöstad”, *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 9
- Johansson, Rolf; Svane, Örjan (2002). *Environmental Management in Large Scale Building Projects – Learning from Hammarby Sjöstad*. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, Vol.9, pp. 206–214, Wiley InterScience.
- Jonas, Hans (2004), *El principio de responsabilidad – ensayo de una ética para la civilización tecnológica*, Espanha, Herder (2ª edição)
- Jones, C. et al. (2005), *Sea – An Overview in Strategic Environmental Assessment and Land Use Planning – an international evaluation*, London, Earthscan

- Kessler, Gabriel et al. (2010), Reconfiguraciones del mundo popular: El Conurbano Bonaerense en la postconvertibilidad, Buenos Aires, Prometeo
- Khan, Joel S. 2001. Modernity and exclusion. London: Sage Publications.
- Kisnerman, N (1986) *Serviço Social de grupo: Uma resposta ao nosso tempo*. Petropolis: Vozes
- Kiss, A. e D. Shelton (1990), Manual of European Environmental Law, Cambridge
- Konopka, G. (1968), Trabalho Social de Grupo, Rio de Janeiro, Zahar Editores
- Kowalczyk T., Yost S. R. e Van Voorhis T. (2011) *Assessment of the Δ SCF density functional theory approach for electronic excitations in organic dyes*. J. Chem. Phys., 134(5):054128.
- Kramer, L. (1990), Origins of Community Environment Policy: environment programmes - EEC Treaty and environmental protection, Londres
- Kramer, L. (1993), Environmental protection and article 30 EEC Treaty - Common Market Law Review, L'Harmattan
- Krebs C.J. (2001), Ecology: the experimental analysis of distribution and abundance. 6. ed. San Francisco : Benjamin Cummings.
- Krebs, C. J. (1985, 2001), Ecology - The experimental analysis of distribution and abundance, 3ed., Harper International Edition 782 p.
- Langridge, Ruth; Christian-Smith, Juliet; Lhose, Kathleen (2006), "Access and Resilience: Analyzing the Construction of Social Resilience to the Threat of Water Scarcity", Ecology and Society, 11(2), 18. Consultado a 15/01/2011, em <http://www.ecologyandsociety.org/vol11/iss2/art18/>.
- Leandro, Dias de Oliveira, Os "Limites do Crescimento" 40 anos Depois: Das "Profecias do Apocalipse Ambiental" ao "Futuro Comum Ecologicamente Sustentável"
- Lee, Judith A. B. (2001), The Empowerment Approach to Social Work Practice, New York, Columbia University Press
- Lenoir, Noelle et Mathieu, Bertrand, 1998 Les normes internationales de la bioéthique, PUF, Paris,
- Leonard, H. Jeffrey (1992) (Org.) Meio Ambiente e Pobreza: Estratégias de Desenvolvimento para uma agenda comum, Rio de Janeiro, Delta Line Composições e Edições Ltda.
- Lévi-Strauss, Claude (1964), Lo crudo y lo cocido Mitologías I, México, FCE.
- Liga para a Protecção da Natureza (2008), 60 Anos pela Conservação da Natureza em Portugal, Lisboa, Ed. LPN
- Lopéz, A. (2012), El trabajo social y sus instrumentos Elementos para una interpretación a piacere in Josefa Fombuena Valero (coord.) subvención del Ministerio de Educación, Cultura y Deporte., Colección Trabajo Social, Impresión: Lozano Impresores
- Lynch, K. 1982. *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70,
- Madeira, Cátia A.C.L. (2009), A Reabilitação Habitacional em Portugal: a Avaliação dos Programas RECRIA, REHABITA, RECRIPH e SOLARH, Dissertação de Mestrado em Regeneração Urbana e Ambiental, Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa
- Magalhães, Andreia Alves (2000), Reabilitação urbana em Lisboa: uma abordagem ao núcleo antigo da cidade, Lisboa, UTL
- Magalhães, Carolina do Socorro Ferreira (2013), A Inserção de Stakeholders nas Estratégias Empresariais de Gestão de Resíduos Sólidos no Brasil O estudo de caso da Empresa Belcar

- Caminhões Dissertação de Mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos.
- Magalhães, Manuela Raposo et al. (1992). Espaços Verdes Urbanos. Direcção Geral do Ordenamento do Território –DGOT.
- Magnet, Myron (2001), Paradigma Urbano: as cidades do novo milénio, Lisboa, Quetzal
- Marconi, Marina de Andrade e Lakatos, Eva. (2002), *Técnicas de Pesquisa*. 5.ed., São Paulo.
- Markham, A. (1994), A Brief History of Pollution, London, Earthscan
- Marques, B.P. e C. Madeira (2010), “Reabilitação Habitacional em Portugal: a avaliação dos programas RECRIA, REHABITA, RECRIPH e SOLARH”, in Actas do 16.º Congresso da APDR, Funchal
- Martinelli, Maria Lucia, (1999). Conversando sobre educação em valores humanos. São Paulo: Peirópolis,.
- Martinelli, Maria Lúcia. (1998). O Serviço Social na transição para o próximo milénio: desafios e perspectivas. In: Serviço Social & Sociedade, nº 57. São Paulo: Cortez,
- Martínez, Manuel Moix (1991), Introducción al Trabajo Social, Madrid, Trivium
- Martínez, Pilar (2005), “Nuevos entornos residenciales” em A. Fúster Rupilanchas (Ed.), Eco-Barrios En Europa – Nuevos entornos residenciales, Madrid, Editora EMVS
- Martins, Alcina (1999), Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português. Lisboa Fundação Cauloste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Martins, Alcina (1999a). Serviço social e investigação. Serviço social profissão & identidade, que trajectória? Lisboa/S. Paulo: Veras Editora.
- Matthies, A-L, Kattilakoski M. and Rantamäki, N. (2011) Citizens’ participation and community orientation – indicators of social sustainability of rural welfare services. Nordic Social Work Research, Vol. 1, No. 2, , 125–139
- Matthies, A-L. (1987) Ekologi och socialarbete. In: Nordisk Socialt Arbete 4. s. 26-31
- Matthies, A-L: (2013) The Otherness of social work under neoliberal governance. Nordic Social Work Research. Vol. 3, Nro 2, November 2013. pp. 149 – 158.
- Matthies, A-L: (2014) How participation, marginalisation and welfare services are connected. In: Participation, Marginalisation and Welfare Services. Concepts, Politics and Practices Across European. Edited by Aila-Leena Matthies and Lars Uggerhoej. Surrey: Ashgate. 3 – 18
- Matthies, K. Nähri & D. Ward (Eds.), (2001). The eco-social approach in social work (pp. 54–83). Jyväskylä, Finland, Sophi: University of Jyväskylä.
- McCallum, H. (2000), Population parameters estimation for ecological models, Oxford, Blackwell Science Lda
- McCormick, J. (1995), The Global Environmental Movement, local, Wiley & Sons (2ªedição)
- McDonough, Josefina, (2001), Comunidade e potencialidade de Intervenção, in Intervenção Social no 23/24, pp. 351-358, Lisboa – ISSL/Universidade Lusíada.
- Melo, J. e C. Pimenta (1993), Ecologia. colecção O que é, Lisboa, Difusão Cultural
- Mendes, Maria Clara (1990), O Planeamento Urbano na CE: evolução e tendências, Lisboa, Dom Quixote
- Menezes, Manuel (2002). Serviço social autárquico e cidadania: a experiência da região centro – Serviço Social, nº 2. Coimbra, Quarteto Editora.
- Mill, John Stuart (1970), Principles of political economy, London, Penguin Books

- Minayo, M. C. S. e Sanches, O. (1993) .Quantitative and Qualitative Methods: Opposition or Complementarity? *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/sep,
- Ministério do Ambiente e Recursos Naturais (1994), Plano Nacional da Política do Ambiente - Versão Preliminar para Discussão Pública, Lisboa
- Molyneux, Maxine (2010), Justicia de Género, Ciudadanía y Diferencia en América Latina, Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca Stud. hist., H.^a cont., 28, pp. 181-211
- Mondolfo, Philip (2005). *Conduire le développement social*, 2e edition. Paris: Dunod
- Moran, Emilio F. (1994). *Adaptabilidade humana. Uma introdução à antropologia ecológica*. EdUSP. ISBN 8531401488.
- Morán, Emilio F. (Ed.), 1990, *The ecosystem approach in anthropology*. The University of Michigan Press, xix
- Mouro, Helena (2009), *Modernização do Serviço Social: da Sociedade Industrial à Sociedade do Risco*, Coimbra, Almedina
- Mouro, Helena. (2001). *Serviço Social: Um Século de Existência*. Em Mouro, Helena., & Simões, Dulce. *100 Anos do Serviço Social*. (pp.27-58). Coimbra: Quarteto Editora.
- Mozzicafreddo, Juan (1997), *Estado-Providência e Cidadania em Portugal*, Oeiras, Celta Editora
- Mozzicafreddo, Juan et al. (1988), “Poder Autárquico e Desenvolvimento Local”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Nº 25/26
- Muldoon, A. (2006). *Environmental efforts: The next challenge for social work*. *Critical Social Work*, 7(2). Retrieved from : <http://www.criticalsocialwork.com/>
- Müller, R. (1993), *O nascimento de uma civilização global*, São Paulo, Aquariana.
- Naredo, J.M. (1996) “Sobre el origen, el uso y el contenido del término “sostenible””, *Documentación Social*, nº 102, pp. 129-148.
- Närhi, K. & Matthies, A-L (2015) *Conceptual and historical analysis of ecological social work*. Forthcoming in *Ecological Social Work: Towards sustainability*, ed. McKinnon, J & Alston, M. Hamshire: Palgrave (forthcoming).
- Närhi, K. (2004), *The eco-social approach in social work and the challenges to the expertise of social work*. Jyväskylä: University of Jyväskylä. Retrieved from <http://dissertations.jyu.fi/studeduc/9513918343.pdf>
- Närhi, K., & Matthies, A.L. (2001), *What is the ecological (self-)consciousness of social work? Perspectives on the relationship between social work and ecology*. In A.-L. Matthies, K. Närhi, & D. Ward (Eds.), *The eco-social approach in social work* (pp. 16–53). Jyväskylä, Finland: Sophi. 19
- Nascimento, Alexandre do. *A Nova Questão Social*. [Acesso em 15/02/2011]. Disponível em <http://www.alexandrenascimento.com>.
- Nave, Joaquim D. G. (2003), *Desenvolvimento Sustentável: o Nome e a Coisa*, Seminário sobre Recursos Naturais e Desenvolvimento Sustentável (Comunicação).
- Negreiros, Maria Augusta (1999), “Qualificação Académica e Profissionalização do Serviço Social – o caso português”, em *Vários, Serviço Social. Profissão & Identidade. Que Trajectória?*, Lisboa/S.Paulo, Veras Editora.
- Negreiros, Maria Augusta (1995), *As Representações Sociais da Profissão de Serviço Social*, Lisboa, ISSS
- Netto, José Paulo (1996). *Capitalismo monopolista e serviço social*. 2º edição, S. Paulo, Cortez Editora.

- Netto, José Paulo (2001). A construção do projecto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea. In *Ética, Deontologia & Projectos Profissionais*, Lisboa, CPIHTS
- Netto, José Paulo, 1999, A construção do projeto ético-político do serviço social, Disponível em www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-1.pdf a 5/03/2010.
- Neugarten, B. L. (1979). *Personality in Middle and Late Life: Empirical Studies*. New York: Atherton
- Neuzil, M. e Kovarik, W. (1996), *Mass Media & Environmental Conflict America's Green Crusades*, Thousand Oaks, London, New Delhi, Sage Publications
- Neves, Tiago (coord.); Cruz, Isabel; Silva, Maria do Rosário (2010), *Acção Local no Combate à Pobreza e Exclusão Social*, Porto, Legis Editora
- Newman, P.W.G. et al., 1996. Human settlements. In: *Australian State of the Environment Report*, Department of Environment, Sport and Territories, Canberra.
- Newman, Peter W. G. (1999). Sustainability and cities: extending the metabolism model. *Landscape and Urban Planning*, Vol. 44, pp. 219-226, Elsevier.
- Ninacs, W. (2003). *Empowerment et intervention, développement de la capacité de la solidarité*. Québec: Les Presses de l'Université Laval
- Ninacs, William, 1995, *Empowerment et service social: approches et enjeux*, *Service Social*, Vol.44, N°1, pp.69-93.
- Norton, C. L. (2009), *Ecopsychology and social work: Creating an interdisciplinary framework for redefining person-in-environment*. *Ecopsychology*, 1(3): 138–145
- Norwegian Board of Health Supervision (2006), *Norwegian Health and Social Services* (online), Disponível em: <http://www.helsetilsynet.no>
- Novak, Joseph D., 2000, *Aprender, criar e utilizar o conhecimento*, Lisboa: Plátano Edições Técnicas.
- Nowak, Jurgen. (2001). O Trabalho Social de Rede – A Aplicação das Redes Sociais no Trabalho Social, in Mouro, Helena e Simões, Dulce (cord.) *100 Anos de Serviço Social*, 151- 183. Coimbra: Quarteto Editora.
- Nunes, Antonieta (1996), *A nomenclatura diferenciada dos trabalhos em Comunidade, local, Pioneira* (s/l).
- Odum, E. P. (1971), *Fundamentos de Ecologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, (3ª edição) 595 p.
- Odum, Eugene P. *Ecologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988. REDCLIFT, Michael. *Wasted- Counting the Costs of Global Consumption*. London:Earthscan Publications, 1996.
- Odum, Eugene P., Gary W. Barrett e María Teresa Aguilar Ortega, (2006), *Fundamentos de Ecologia, local*, Cengage Learning Editores (5ª edição)
- Oliveira, Dias de, Leandro Os “Limites do Crescimento” 40 anos Depois (2012) *Revista Continentes (UFRRJ)*, ano 1, n. 1, <http://livrozilla.com/doc/808515/os-%E2%80%99Climites-do-crescimento%E2%80%9D-40-anos-depois--das>
- Oliveira, F. (1995), A questão do Estado: vulnerabilidade social e carência de direitos. In: *Subsídios à Conferência Nacional de Assistência Social*, 1. Brasília: CNAS, out. 1995. (Cadernos ABONG)
- Oliveira, N. L., 2010: *Discurso e prática de políticas públicas de incentivo a produção sustentável no Mato Grosso. O caso de Carlinda, Alta Floresta, Juína e Cotriguaçu*. Relatório de Iniciação Científica. Universidade de São Paulo, 59 p.

- Oliver-Smith A. (2002) Theorizing disasters: nature, culture, power. In: Hoffman SH, Oliver-Smith A. (eds.) *Culture and catastrophe: the anthropology of disaster*. Santa Fe, New Mexico: The School of American Research Press; p. 23-48.
- Oliver-Smith, Anthony (2004), 'Theorizing vulnerability in a globalized world: a political ecological perspective' em G. Bankoff, G. Frerks e D. Hilhorst, *Sterling Mapping vulnerability: disasters, development & people*, VA, Earthscan.
- Opielka, M. (1985). *Die ökosoziale Frage: Alternativen zum Sozialstaat [The eco-social question: Alternatives to the welfare state]*. Frankfurt, Germany: Fischer.
- Opielka, M., & Ostner, I. (1987). *Umbau des Sozialstaats [Reconstruction of the welfare state]*. Essen: Klartext.
- Örjan Svane" (2007), *Situations of opportunity – Hammarby Sjöstad and Stockholm City's process of environmental management*
- Ortale, Susana (2007), "La comida en los hogares. Estrategias e inseguridad alimentaria" em Amalia Eguía e Susana Ortale (Coords.) *Los significados de vivir en la pobreza*, Buenos Aires, Biblos
- Paiva, José Vasconcelos et al. (2006), *Guia técnico de reabilitação habitacional*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil e Instituto Nacional de Habitação, Pamplona: Editorial_Navarra.
- Paiva, R. (2003) *O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo*. 2ed. Rio de Janeiro: Mauad,.
- Palácios, M. (2001) *O medo do vazio: comunicação, socialidade e novas tribos*. In: RUBIM, A. A. (Org.). *Idade mídia*. Salvador: UFBA,
- Pandey, S. (1998). Women, environment, and sustainable development. *International Social Work*, 41(3), 339–355.
- Pardeck, John T. (2015) "An Ecological Approach for Social Work Practice," *The Journal of Sociology & Social Welfare*: Vol. 15: Iss. 2, Article 11. Disponível <http://scholarworks.wmich.edu/jssw/vol15/iss2/11>
- Pardeck, John T. (2015), "An Ecological Approach for Social Work Practice", *The Journal of Sociology & Social Welfare*, (online), 15, 2 Disponível em: <http://scholarworks.wmich.edu/jssw/vol15/iss2/11>
- Paredis, E., Goeminne, G., Vanhove, W., Maes, F., & Lambrecht, J. (2009). *The concept of ecological debt: its meaning and applicability in international policy*. Gent: Academia press.
- Parker D, Tapsell S, et al. 2009 Deliverable 2.1. Relations between different types of social and economic vulnerability. Final draft report submitted to EU project „Enhancing resilience of communities and territories facing natural and na-tech hazards“ (ENSURE);
- Parker, J e G Bradley (2007), *Social Work Practice: Assessment; Planning; Intervention and Review*, London, LearningMatters
- Parkin, S. (2010). *The positive deviant. Sustainability leadership in a perverse world*. London: Earthscan.
- Parlamento Europeu (s/d), *Politica de Habitação nos Estados-Membros da EU* http://www.europarl.europa.eu/workingpapers/soci/w14/summary_pt.htm consulta feita em 2012.12.05
- Parson, T. (1969), *Las estructuras principales de La comunidad: un punto de vista sociológico*. in Friedrich, C. J. (Org.). *La comunidad*. México: Roble, p. 155-178.

- Partidário, M. R. (2006), *Conceptos, evolución y perspectivas de la Evaluación Ambiental Estratégica*. Seminario de Expertos sobre La Evaluación Ambiental estratégica en Latinoamérica en la formulación y gestión de políticas. FODEPAL / CED, Santiago do Chile, 20 - 22 Novembro de 2006.
- Partidário, M. R. (2007), “Avaliação Ambiental de planos e programas exigida nos termos do decreto-lei nº 232/2007, de 15 de Junho” *Boletim APAI – Associação Portuguesa de Avaliação de Impactes*, 10 p. 6
- Partidário, M. R., Vicente, G., Soares, R.B. (2008), “Avaliação Ambiental Estratégica à escala municipal: o caso de Vila Franca de Xira” em *Actas da 3ª Conferência Nacional de Avaliação de Impactes*, Associação Portuguesa de Avaliação de Impactes Beja, 22 - 24 Outubro
- Partidário, M.R. (2006a), “The experience with SEA in Europe” em *Ciudad y Territorio – La evaluación ambiental estratégica en la planificación urbana y territorial*, Volume 38, Nº 3, pp.149 - 150.
- Partidário, M.R. (2007a), *Guia de boas práticas para Avaliação Ambiental Estratégica - orientações metodológicas*, 1ª ed. Lisboa. Agência Portuguesa do Ambiente. 59 pp. Disponível em: <http://www.apambiente.pt/>
- Partidário, M.R. (2007b), “Scales and associated data — What is enough for SEA needs?”, *Environmental Impact Assessment Review - Special Issue on Data and Scale Issues for SEA*, Volume 27, Nº 5, pp. 460–478
- Partidário, M.R. (2007c), *Guia de boas práticas para Avaliação Ambiental Estratégica - orientações metodológicas*. (online), Agência Portuguesa do Ambiente Disponível em <http://www.apambiente.pt/>
- Paugam, S. (2005), *A Desqualificação Social: Ensaio sobre a Nova Pobreza*, Porto, Porto Editora.
- Valéry, Paul (1871-1945), (1931). *Regards sur le monde actuel* Paris: Librairie Stock, Delamain et Boutelleau, 1931, 216 pages. [Une édition numérique réalisée par Pierre Palpant, bénévole, Paris.]
- Payne, M. (2009), *Social Care Practice in Context*, New York, Palgrave
- Payne, M. (2002), *Teoria do Trabalho Social Moderno*, Coimbra, Editora Quarteto
- Payne, M. (1994). *Personal supervision in social work*. In A. Connor & S. Black (Eds.), *Performance review and quality in social care* (pp. 43-58). London, UK: Jessica Kingsley
- Payne, M. (1991) *Modern Social Work Theory: A Critical Introduction*, Pensilvânia University: Macmillan.
- Peeters, J. (1997). *Duurzame ontwikkeling: contradicties en alternatieven* [Sustainable Development: Contradictions and alternatives]. *Oikos*, 1(3), 50–79.
- Peeters, J. (2009). *Duurzame ontwikkeling: een opgave voor het sociaal werk? Een normatieve kijk* [Sustainable development: a mission for social work? A normative approach]. *Tijdschrift voor Welzijnswerk*, 33(301), 25–36.
- Peeters, J. (2011a). *Social sustainable development and social work*. Keynote presentation at the 2nd ENSACT Conference: Social action in Europe: Sustainable social development and economic challenges. Brussels, 10–13 April. Retrieved from http://www.ensact.org/index/pages/id_page-38/lang-en/
- Peeters, J. (2011b). *Social sustainable development and social work*. In J. Agten & F. Gillet (Eds.), *Social Action in Europe: Sustainable social development and economic challenges*, Conference

- Book, Brussels 10-13 April, p. 14. Abstract retrieved from http://www.ensact.org/index/pages/id_page-38/lang-en/
- Peeters, J. (Ed.) (2010). Een veerkrachtige samenleving. Sociaal werk en duurzame ontwikkeling [A resilient society. Social work and sustainable development]. Berchem, Belgium: EPO.
- Pena-Veja, Alfredo (2003), O despertar ecológico Edgar Morin e a ecologia complexa, local, Editora Garamond
- Pereira, Lina (2012), Centros Sociais e Intervenção Comunitária: Um reatar de laços com o passado? Santana: um estudo de caso, Dissertação de mestrado em Serviço Social, Coimbra, Instituto Superior Miguel Torga
- Perrow, Charles (2007), The Next Catastrophe. Reducing our Vulnerabilities to Natural, Industrial, and Terrorist Disasters. Princeton: Princeton University Press
- Peruzzo, C. M. K. Comunidades em tempo de redes. In: Comunicação e movimentos populares: quais redes? São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2002. p. 275-298.
- Pillar, V. D. (2002), Ecossistemas, comunidades e populações: conceitos básicos, (online), UFRGS, Departamento de Ecologia Disponível em <http://ecoqua.ecologia.ufrgs.br/SistemasEcol.02Jan2002>
- Pincus, A., & Minahan, A. (1973). Social work practice: Model and method. Itasca, Ill.: Peacock.
- Pinto, Carla (1998), "Empowerment, uma Prática do Serviço Social", in Política Social, O. Barata (Coord.) Lisboa, ISCSP, pp. 247-264.
- Pinto, Carla, (2011), Representações e práticas do Empowerment nos trabalhadores sociais, Tese de Doutoramento, Lisboa, ISCSP (policopiado).
- Pinto, Maria T. E. C et al. (2001a), "Políticas de habitação, à procura de novas problemáticas", Cidades Comunidades e Territórios, 3, CET/ISCTE
- Pinto, Maria T. E. C et al. (2001b), "Os Bairros Sociais vistos por si mesmos: Actores, Imagens Públicas e Identidades", Cidades Comunidades e Territórios, 3, CET/ISCTE
- Plano Nacional de Acção Para a Inclusão (PNAI) 2008-2010.
- Polanyi, Karl (1944), The Great Transformation. Boston: Beacon Press, 1957. First edition, 1944.
- Poldermans, C.(2006), Sustainable Urban Developmen. The Case of Hammarby Sjöstad. Paper for Kulturgeografiska Institutionen Advance Course in Human Geography Fall
- PORLisboa 2007-2013 (online) Disponível em: http://www.qren.pt/np4/file/1590/2_PO_Lisboa_2007.pdf
- Portas, Nuno et al. (2003), Políticas Urbanas – Tendências, estratégias e oportunidades, Lisboa, FCG
- Raimundo, A. O.; Vianna, B. C.; Costa, E. Q.; Ferreira, T. S.; Ribeiro, M. A. C (2006), Transformações e retransformações no bairro Maracanã. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PET (ENAPET), 11., 2006, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFS,.
- Raymaekers, P. (2010). Participatief onderzoek in eco-sociaal perspectief: een nieuwe kans voor het social werk [Participative research in eco-social perspective: A new opportunity for social work]. In J. Peeters (Ed.). Een veerkrachtige samenleving. Sociaal werk en duurzame ontwikkeling [A resilient society. Social work and sustainable development] (pp. 151–161). Berchem, Belgium: EPO. 20
- Reppold, C. T., Pacheco, J., Bardagi, M., & Hutz, C. (2002). Prevenção de problemas de comportamento e desenvolvimento de competências psicossociais em crianças e adolescentes: uma análise das práticas educativas e dos estilos parentais. In: C. S., Hutz, (Org.), *Situações de*

- risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção* (pp. 7-51). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Restrepo, Olga L. Vélez (2003). “Reconfigurando el trabajo Social. Perspectivas y tendencias contemporáneas”. Argentina: Espacio Editorial. Citada em Rivero, Silvia y Vecinday, Laura (2005). *Modalidades de Intervención en Trabajo Social*. Material de un Curso de Educación Permanente Montevideo, Uruguay.
- Ribeiro, Liliana Bento de Sousa (2011), O serviço social nas autarquias e a sua importância para o desenvolvimento social local, Dissertação de Mestrado em Serviço Social, ISMT (online) Disponível em: <http://repositorio.ismt.pt/handle/123456789/191>
- Ribeiro, Mauricio Andrés (s/d) As ciências ecológicas disponível em: http://www.ecologizar.com.br/docs/01_as_ciencias_ecologicas.pdf
- Richmond, Mary (1917), *Diagnóstico Social*, Lisboa, Instituto de Higiene Dr. Ricardo Jorge
- Richmond, M. (1922/1971). *What is social case work*. New York: Arno Press.
- Ricklefs, R. E. e G.L. Miller (1999), *Ecology*, New York, W.H. Freeman and Company (4ª edição)
- Riley, M. W. (1978). Aging, social change and the power of ideas. *Daedalus*, 107, 39-52.
- Riley, M. W. (1985). The changing older woman: A cohort perspective. In M. R. Haug, A. B. Ford, & M. Sheafor (Eds.), *The physical and mental health of aged women*. New York: Springer, pp. 3-15.
- Robertis, Cristina de (2006), *Metodologia de Intervención en trabajo social*, Buenos Aires, Lumen
- Robertis, Cristina de. (2011). *Metodologia da Intervenção em Trabalho Social*. Porto: Porto Editora
- Rocha, Helena, (2008), Serviço Social e Desenvolvimento Local *in Intervenção Social* nº32/34, Lisboa, ISSSL, Universidade Lusíada, Comemorações dos 70 anos do ISSSL pp.256-278
- Rocha, Helena (2009), A Ética na Prática e a prática da Ética, Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Lisboa, ISSSL/ULL, policopiado
- Rockström, J., Steffen, W., Noone, K., Persson, Å., Chapin, F. S., III, Lambin, E ... Foley, J. (2009). Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity. *Ecology and Society*, 14(2): 32. Retrieved from <http://www.ecologyandsociety.org/vol14/iss2/art32/>
- Rodrigues, Carlos Farinha (2007), *Distribuição do rendimento, desigualdade e pobreza: Portugal nos anos 90*, Coimbra, Edições Almedina, SA
- Rodrigues, J., Domingos, T., & Conceição, P. (2005). Constraints on dematerialisation and allocation of natural capital along a sustainable growth path. *Ecological Economics*, 54, 382–396.
- Rodrigues, Walter (2005), “Planeamento e Governança Territorial” in *Cidades, Comunidades e Territórios*, nº 10, Junho, Lisboa, CET/ISCTE-IUL, Lisboa, pp:25-34
- Roosa, M. W., White, R. M. B., Zeiders, K. H. & Tein, J-Y. (2009) An examination of the role of perceptions in Neighborhood Research. *Journal of Community Psychology*, 27 (3), 327-341.
- Rosanvallon, P. (1995), *La Nouvelle Question Sociale*. Paris: Seuil.
- Rueda, Salvador (2005), “Un modelo urbano para el desarrollo de eco-barrios” em A. Fúster Rupilanchas (Ed.), *Eco-Barrios En Europa – Nuevos entornos residenciales*, Madrid, Editora EMVS
- Ruivo, Fernando (2002), *O Poder Local e Exclusão Social*, Coimbra, Quarteto.
- Ruwer, I. M.; Moreira, I. S. Mundo do trabalho, Serviço Social e desenvolvimento sustentável. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO: TRABALHO, EDUCAÇÃO E SOCIABILIDADE, 7., 2010, Marília. Anais... Marília: Ed. UNESP, 2010. Disponível em:

- <http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminariotrabalho-ret-2010/Leia_Maria_Erlich_Ruwer_Ines_da_Silva_Moreira_Mundo_do_Trabalho_Servico_Social_e_Desenvolvimento_Sustentavel.pdf>.
- Sachs, Ignacy (1993), *Estratégias de transição para o Século XXI: Desenvolvimento e meio ambiente*, Sao Paulo, Studio Nobel
- Sachs, Ignacy (2000) *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*, Rio de Janeiro, Garamond
- Sachs, Jeffrey (2005), *Investing in Development: A Practical Plan to Achieve the Millennium Development Goals*, New York, UN Millennium Project
- Sachs, Jeffrey (2014), *The Age of Sustainable Development*, Online e-book companion to the Jeffrey Sachs course *Age of Sustainable Development*, ISBN: 9780231539005
- Sachs, W. (1993). *Global ecology and the shadow of 'development'*. In W. Sachs (Ed.), *Global ecology. A new arena of political conflict* (pp. 3-21). London: Zed Books.
- Sachs, W. (1996). *Dynamics of development*. *Resurgence*, 179, 22–24.
- Sachs, W. (1999). *Planet dialectics. Explorations in environment and development*. London/New York: Zed Books.
- Sachs, W. (2003). *Environment and human rights*. Wuppertal Paper nr.137. Wuppertal Institute for Climate, Environment, Energy. Retrieved from http://www.wupperinst.org/globalisierung/pdf_global/human_rights.pdf
- Santansiero, Luis Hernán (2010), *Políticas sociales y necesidades: las intervenciones de programas sociales en la alimentación familiar de hogares pobres de la ciudad de la Plata, Argentina, 2006-2008*, Tesis de Maestría Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Buenos Aires
- Santos B. S., (2002), *Democratizar a Democracia – Os caminhos da democracia participativa* Editora Afrontamento
- Santos Jr., Severiano José dos, 2006 *Ecovilas e Comunidades Intencionais: Ética e Sustentabilidade no Viver Contemporâneo (CEFET/BA; CDS-UnB) III Encontro da ANPPAS 23 a 26 de Maio Brasília - DF*
- Santos, Boaventura de Sousa (2004), “*Puó il Diritto essere Emancipatorio? Una Riflessione Teorica*”, *Democrazia y Diritto*, 42(1)
- Santos, Boaventura de Sousa. (2002). *Introdução a uma ciência pós-moderna*, Edições Afrontamento, Porto.
- Santos, C. (2008), *Retratos de uma Profissão: A identidade Profissional de Serviço Social*, Coimbra, Editora Quarteto
- Santos, C. (2009), (col. Sequeira, J) *Instrumentos de diagnóstico e Intervenção em situação de Pobreza transgeracional*. Paper apresentado no colóquio internacional do ISSSP sob a temática “*A Transgeracionalidade da Pobreza em Portugal*”. Porto: ISSSP.
- Santos, Clara Cruz. (2008, Novembro),. *Identidades Profissionais em Serviço Social*. Comunicação Universidade Católica Portuguesa. Disponível em http://issuu.com/claracruzantos/docs/comunica_c3_87_c3_83o_universidade_cat_c3_93lica_p.
- Sapir, André (2005), *Globalisation and the Reform of European Social Models*. *bruegelpolicybrief JCMS 2006 Volume 44. Number 2. pp. 369–90*. (<http://www.ces.fas.harvard.edu/conferences/nordic/papers/Sapir.pdf>)
- Sautkina, E. (2007). *Environmental representations of safety from crime versus insecurity: A study in Lisbon*. *Revista de Psicologia Social*, 22, 289-298.

- Scatolin, Fábio Dória. (1989) Indicadores de desenvolvimento: um sistema para o Estado do Paraná. Porto Alegre,. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do rio Grande do Sul.
- Scheiner S. M., Willig M. R. 2008. A general theory of ecology. *Theor Ecol*, 1, 21-28
- Schmidt, Luísa (2007), País (In)Sustentável - Ambiente e Qualidade de Vida em Portugal, Lisboa, Esfera do Caos
- Schmidt, Luisa (2008), Ambiente e Política Ambiental: escalas e desajustes (“Environment and Environmental Policy”) em M. Villaverde et al. (Org.), Itinerários – a investigação no ICS, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais
- Schmidt, Luísa (2008), Políticas Ambientais em Portugal – processos e insucessos entre o “global” e o “nacional” , VI Congresso Português de Sociologia (online) Disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/256.pdf>
- Schmitz, C. e J. Henry (2006) (Coords) Trabajo Social con Grupos, Modelos de intervención, Madrid, Narcea
- Schnapper, D., 1998: *La relation à l'autre. Au cœur de la pensée sociologique*, Paris, Gallimard
- Schulz, Carol (2006). Urban Design for Sustainability: Learning from Helsinki. The Sir George Pepler International Award 2006, Disponível em <http://www.rtpi.org.uk/download/2967/Helsinki-20Oct-202007-20Final-1-.pdf>
- Semester 2005. Disponível em <http://www.hammarbysjostad.se/miljo/pdf/CasPoldermans.pdf>
- Sen, Amartya (2007, 1ªedição 1999), Desenvolvimento como liberdade, São Paulo, Companhia das letras
- Serafim, Maria do Rosário. (2004). O Reconhecimento da Condição Ética dos Cidadãos – Um imperativo Ético para o Serviço Social. Revista Intervenção Social nº29. Ética na Contemporaneidade. Cesdet/ISSSL. Lisboa.
- Serra, Nuno (2002), Estado, Território e Estratégias de Habitação, Quarteto Editora, Coimbra
- Serviço Social, Habitação e Autarquias: Movimento e Liames da Prática e da Teoria. Revista Intervenção Social,7, 35-36.
- Shaw, T. V. (2008). An ecological contribution to social welfare theory. *Social Development Issues*, 30(3), 13–26.
- Simionatto, Ivete. (1999). As expressões ideoculturais da crise contemporânea - CFESS/ABEPSS - CEAD/UnB. (Org.). Capacitação em Serviço Social e Política Social. Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Módulo I. Brasília. DF: CEAD.
- Simmonet, D. (1981), O Ecologismo, Lisboa, Moraes Editores
- Simms, A. (2009). *Ecological debt: The health of the planet and the wealth of nations* (2nd ed.). London/New York: Pluto Press.
- Simms, A., & Smith, J. (Eds.) (2008). *Do good lives have tot cost the earth?* London: Constable & Robinson.
- Soromenho Marques, Viriato (2007), Utopia and Ecology, Spaces of Utopia: An Electronic Journal, nr.4, Spring 2007, pp. 135-143 <<http://ler.letras.up.pt> > ISSN 1646-4729.
- Soromenho Marques, Viriato, (1998), O futuro frágil – os desafios da crise global de ambiente, Lisboa: Publicações Europa-América.
- Soromenho-Marques, V. (1998), O futuro frágil – os desafios da crise global de ambiente, Lisboa, Publicações Europa-América.

- Soromenho-Marques, V. (2007), “O ambiente” em Reis, A. (coord.), Retrato de Portugal – factos e acontecimentos, Lisboa, Instituto Camões, Círculo de Leitores, Temas & Debates
- Spratt, S. J., Ryan-Collins, E., Neitzert E., & Simms, A. (2009). The Great Transition. New Economics Foundation, London. Retrieved from http://www.neweconomics.org/sites/neweconomics.org/files/The_Great_Transition_1.pdf
- Staub-Bernasconi, S. (1989). Soziale Arbeit und Ökologie 100 Jahre vor der ökologischen Wende. Ein Vergleich der theoretischen Beiträge von Jane Addams (1860–1935) und Wolf Rainer Wendt (1982) [Social work and ecology hundred years before the ecological turn]. *Neue Praxis*, 4(19), 283–309.
- Stiglitz, J., Sen, A., and Fitoussi, J.-P. 2009. Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress. Available at: http://www.insee.fr/fr/publications-et-services/dossiers_web/stiglitz/doc-commission/RAPPORT_anglais.pdf
- Stoeglehner, G. e G. Wegerer (2006), “The SEA-Directive and the SEA-Protocol adopted to spatial planning—similarities and differences”, *Environmental Impact Assessment Review*, 26, 6
- Stoeglehner, G., and Wegerer, G. (2006). The SEA-directive and the SEAprincipal adopted to spatial planning—similarities and differences. *Environmental Impact Assessment Review*, 26(6): 586-599
- Stöhr, Walter B. e D. R. Fraser Taylor (1981), *Development from above or below?: The dialectics of regional planning in developing countries*, Chichester,
- Strong. Maurice. O Destino da Terra esta em nossas mãos. In: *Ecologia e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro : ano 2. n 15. maio 1992. p. 13.
- Surak, S.M., & Rogge, M.E. (2005). Toward democracy and sustainable development in the Visegrad Countries: An assessment of the role of environmental nongovernmental organizations. *Social Development Issues*, 27(1), 55–72.
- Svane, Örjan (2008). Situations of Opportunity – Hammarby Sjöstad and Stockholm City’s Process of Environmental Management. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, Vol. 15, pp. 76–88, Wiley InterScience.
- Svensson, K. (2002), “What is na ecovillage?” em, Hildur Jackson e Karen Svensson (Eds), *Ecovillage living: restoring the earth and her people*, Devon, Green Book and Gaia Trust
- Swenson, C. R. (1998). *Clinical social work’s contribution to a social justice perspective*. *Social Work*, 43, 527-537.
- Tait, R. V. (1988), *Elements of Marine Ecology*, London, Butterworths 456 p.
- Tarizzo, D. Filósofos em comunidade: Nancy, Espósito, Agamben., in Paiva, R. (Org.). *O retorno da comunidade: os novos caminhos do social*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 31-62.
- The Evolution of Regional Planning. Friedmann, Clyde Weaver, (1979). University of California Press, *Regional planning* University of Cal John California Press,
- The New York Times Magazine, de 5 de Setembro, pp. 60-63 Disponível em: <http://www.utilitarian.net/singer/by/19990905.htm>
- Therivel, R. (2005), *Strategic Environmental Assessment in Action*, Londres, Earthscan
- Thompson, N. (2005), *Understanding Social Work – Preparing for Practice*, London, Palgrave
- Thompson, Neil, 2010, *Theorizing social work practice*, Basingstoke, Palgrave Macmillan.
- Tonnies, F. (1973), *Comunidade e sociedade como entidades típicas ideais*. in Fernandes, F. (Org.). *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*, São Paulo, Editora Nacional e Editora da USP, p. 96-116.

- Trigueiro, André et al. (2005), Meio ambiente no século XXI. 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento, local, Edição de Autores Associados (4ª edição)
- Turner, Bryan S. (Ed.). 1996. Teoria Social. Lisboa: Difel
- Tuvilla Rayo, José. Cultura de paz : fundamentos y claves educativas. En Aprender a ser. Desclée de Brouwer, Bilbao, 2004.
- UN (2002), Committee on Economic, Social and Cultural Rights - Report on the twenty-fifth, twenty-sixth and twenty-seventh sessions, New York, Economic and Social Council
- UNCED - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), Agenda 21 (global), Ministério do Meio Ambiente – MMA (online) Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/se/agen21/ag21global/> consulta feita em 27-6-2011
- Unece (1991), Espoo Convention - Convention on Environmental Impact Assessment in a Transboundary Context, (online) Disponível em <http://www.unece.org/env/eia/>
- Unece (2003), Protocol on Strategic Environmental Assessment to the Convention on Environmental Impact Assessment in a Transboundary Context, (online) Disponível em <http://www.unece.org/env/eia/>
- Unesco, 2001. “Los países de América Latina y el Caribe adoptan la declaración de Cochabamba sobre educación”. In: Anais da Oficina de informação Pública para América Latina y Caribe. Disponível em <http://www.iesalc.org>.
- Unesco, 2005. Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014). Brasília: Unesco.
- United Nations Development Program (UNDP) (2010). Human development report 2010: The real wealth of nations: Pathways to human development (20th anniversary edition). Retrieved from <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2010/chapters/en/21>
- Vaccarisi, María (2005), “Asistencia Social y Políticas alimentarias. Tensión entre legitimación y control social” em Orieta Favaro (Coord.), Sujetos sociales y política. Historia reciente de la Nor patagonia argentina, Buenos Aires, La Colmena Editorial
- Van Voorhis, R., & Hostetter, C. (2006). The impact of MSW education on social worker empowerment and commitment to client empowerment through social justice advocacy. *Journal of Social Work Education*, 42(1), 105-121.
- Van Wormer, K., & Besthorn, F. H. (2010). Human behavior and the social environment. Macro level: groups, communities and organisations (2nd ed.). New York: Oxford University Press.
- Vários (1988), Nosso futuro comum. Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas
- Vasconcellos, Marco Antonio; Garcia, Manuel Enriquez. (1998), Fundamentos de economia. São Paulo: Saraiva,
- Veiga, José Eli da (2005), Desenvolvimento Sustentável: o desafio do Século XXI, Rio de Janeiro, Garamond
- Velho, Gilberto (1980) (Org.), O desafio da cidade. Rio de Janeiro, Campus
- Verdaguer, Carlos (2000), De la Sostenibilidad a los Ecobarrios. Documentación Social, Revista de estudios sociales y de sociología aplicada, Ciudades Habitables y Solidarias, nº 119, pp. 59-78, Ed. Cáritas Española. Madrid.
- Vermeersch, E. (1988). De ogen van de panda. Een milieufilosofisch essay [The eyes of the panda. An environmental philosophical essay]. Brugge, Belgium: Marc Van de Wiele.

- Vestbro, Dick Urban (2004). *Conflicting Perspectives in the Development of Hammarby Sjöstad*, Stockholm. Royal Institute of Technology (KTH): Stockholm. Disponível em <http://www.infra.kth.se/bba/HamSjostad.pdf>
- Vicente, G. (2007), *Comunicação ambiental a níveis estratégicos de decisão – Papel potencial da Avaliação Ambiental Estratégica*, Dissertação de Doutoramento em Engenharia do Ambiente, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia
- Viegas, José Manuel Leite e António Firmino da Costa (1998) (Orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora 363 p.
- Vieira, Balbina Ottoni. (1988), “Abordagem Comunitária: Serviço Social com Comunidades”, em Balbina Ottoni Vieira, *Serviço Social: Processos e Técnicas*, pp. 243-340 Rio de Janeiro, Agir Editora
- Vieira, E. (1998). *Poder político e resistência cultural*. Campinas/São Paulo: Autores Associados.
- Vieira, P. F. *Ecodesenvolvimento: do conceito à ação*. (2007), In: Sachs, I. *Rumo a ecossocioeconomia*. Rio de Janeiro: Cortez, p. 9-37.
- Visauta, B. (1989 2009). *Técnicas de investigación social*. Barcelona: PPU
- Viscarret, J. (2009), *Modelos y Métodos de intervención en Trabajo Social*, Argentina, Alianza Editora
- Walgrave, Lode, (2000), *Vulnerabilidade societal e acção social*, in *Da não integração*. Coimbra: Quarteto.
- Walker, B. & Salt, D. (2006). *Resilience Thinking. Sustaining ecosystems and people in a changing world*. Washington, DC: Island Press.
- Wals, A. (Ed.) (2007). *Social learning towards a sustainable world: Principles, perspectives, and praxis*. Wageningen, the Netherlands: Academic Publishers.
- Walters, Nicholas; Lygo-Baker, Simon; Strkljevic, Sanja, 2001, *Empowerment Indicators – combating social exclusion in Europe*, Bristol: The Policy Press.
- WCED (1987), *Our Common Future*. Oxford University Press, Oxford. Disponível em <http://www.worldinbalance.net/agreements/1987-brundtland.html>
- Weber, M. (1973), *Comunidade e sociedade como estruturas de socialização*. In: FERNANDES, F. (Org.). *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, p. 140-143
- Wendt, W. R. (1990), *Ökosozial Denken und Handeln. Grundlagen und Anwendungen in der Sozialarbeit [Eco-social thinking and acting. Foundations and applications in social work]*. Freiburg im Breisgau, Germany: Lambertus.
- Wheeler, Stephen Maxwell (2004). *Planning for sustainability: creating livable, equitable, and ecological communities*. Routledge. ISBN 0415322855, 9780415322850.
- WileyTownsend, Peter (1979), *Poverty in the United Kingdom*, Harmondsworth, Penguin Books Ltd, Disponível em: <http://www.unmillenniumproject.org/documents/MainReportComplete-lowres.pdf>
- Wills-Herrera, E., Orozco, L. E., Forero-Pineda, C., Pardo, O., & Andonova (2011) *The Relationship between perceptions of insecurity, social capital and subjective wellbeing: Empirical evidences from areas of rural conflict in Colombia*. *The Journal of Social Economics*, 40, 88-96.

- Wood C. Djeddour M. 1989. Environmental assessment of policies, plans and programmes. Interim report to the Commission of European Communities. EIA Centre, University of Manchester (final report submitted 1990, Contract No B6617-571-572-89).
- Woodward, D. (2013); *Breaking the Avaricious Circle of Global Inequality*, The World Wide Fund For Nature (WWF) (2010). *Living Planet Report 2010*. Gland, Switzerland: WWF.~
- Yunes, M. A. M.; Szymanski, H., 2001, Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. *in* Tavares, J. (Org.). *Resiliência e educação*. 2. Edição, São Paulo, Cortez.
- Yunes, M. A. M.; Szymansky, H. (2001) Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. *In*: Tavares, J. (Org.). *Resiliência e educação*. 2. ed. São Paulo: Cortez.
- Zaoual, Hassan (2003), *Globalização e diversidade cultural*, São Paulo, Cortez
- Zapf, M. K. (2010). *Social work and the environment: Understanding people and place*. *Critical Social Work*, 11(3), 30–46, Toronto, Canada: Canadian Scholars Press.

Documentação Consultada

- Comissão Europeia. A Política Social Europeia: um caminho para a União - Livro Branco. COM(94) 333 final.
- Comissão Europeia. Concretizar Lisboa - reformas para a União alargada. Relatório da Comissão ao Conselho Europeu da Primavera. COM (2004) 29 final.
- Comissão Europeia. Europa 2020: estratégia para o crescimento da União Europeia. COM(2009)647 final.
- Comissão Europeia. O futuro demográfico da Europa: transformar um desafio em oportunidade. COM(2006) 571 final.
- Comité Económico e Social Europeu sobre o Livro Verde sobre instrumentos de mercado para fins da política ambiental e de políticas conexas. COM(2007) 140 final — SEC(2007) 388
- Comunicação de 11 de Dezembro de 2007, intitulada «Estratégia de Lisboa».
- Conselho Económico e Social (1995), Parecer do Conselho Económico e Social Sobre o Plano Nacional de Política do Ambiente, Lisboa
- Constituição da República Portuguesa (1997) (10ª ed), 4ª revisão; Lisboa, Quid-Juris
- Declaração de Retificação n.º 10-O/1998
- Decreto-lei n.º 115/2006 de 14 de Junho: Regulamenta a Rede Social.
- Decreto-Lei N.º 115/2006, de 14 de junho
- Decreto-Lei n.º 146/2005, de 26 de agosto
- Decreto-Lei n.º 150/2009, de 30 de junho
- Decreto-Lei n.º 157/90, de 17 de maio
- Decreto-Lei n.º 168/2003, de 29 de julho
- Decreto-Lei n.º 232/2007 (AAE)
- Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro
- Decreto-Lei n.º 316/2007 (RJIGT)
- Decreto-Lei n.º 316/2007. Diário da República n.º 181, Série I. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
- Decreto-Lei n.º 316/2007. Diário da República n.º 181, Série I. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.
- Decreto-Lei n.º 319/2001, de 10 de dezembro

Decreto-Lei n.º 380/99
Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de dezembro
Decreto-lei n.º 69/2000
Decreto-Lei n.º 98/2005, de 16 de junho
Decreto-Lei n.º 197/2005
Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de Junho. Diário da República n.º 114, Série I. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de Junho. Diário da República n.º 114, Série I. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.
Despacho n.º 25/2005, de 3 de janeiro
Despacho n.º 16691/2013
Despacho Normativo N.º 8/2002, de 12 de fevereiro
Directiva Europeia 2001/42/CE. “Avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente”. Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 27 Junho 2001. Jornal Oficial das Comunidades Europeias L197
Directiva Europeia 2001/42/CE. Avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente. Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 27 Junho 2001. Jornal Oficial das Comunidades Europeias L197.
Directiva Europeia 85/337/CEE. “Avaliação dos efeitos de determinados projectos públicos e privados no ambiente”. Conselho das Comunidades Europeias, 27 de Junho 1985. Jornal Oficial das Comunidades Europeias L175
Directiva Europeia 85/337/CEE. Avaliação dos efeitos de determinados projectos públicos e privados no ambiente. Conselho das Comunidades Europeias, 27 de Junho 1985. Jornal Oficial das Comunidades Europeias L175.
Documento de Candidatura à acção Política das Cidades – Parcerias para a regeneração urbana, Aviso n.º 05PRU, 2009, Lisboa.
Estudo Sobre Habitação, Reabilitação Urbana e Inovação Social no Quadro da política de Coesão Pós 2013
Europa 2020, estratégia para o crescimento da União Europeia, Bruxelas, COM (2009) 647 final, 24 de Novembro de 2009.
Orientação Técnica n.º 3 /2009 Política de Cidades, Parcerias para a Regeneração Urbana “Programas integrados de criação de Eco-Bairros” http://www.porlisboa.qren.pt/np4/file/23/ot3_pru.pdf consulta feita em 2012.12.06
Lei n.º 13/2003, de 21 de maio
Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro: estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais.
Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro
Lei n.º 4/2007 de 16 de Janeiro
Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto
Portaria n.º 396/2007, de 2 de abril
Portaria n.º 730/2004, de 24 de junho
Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/1997, de 18 de Novembro

Websites consultados

Agencia Lusa - <http://fotos.sapo.pt/lusa>
 Arquivo Municipal - <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/>
 Arquivo Santa Casa Misericórdia de Lisboa – www.scml.pt
 Câmara Municipal de Lisboa (vários departamentos) – www.cm-lisboa.pt
 Gebalis `EM – www.gebalis.pt
 Hammarby Sjöstad - A New City District With Emphasis on Water and Ecology
<http://www.hammarbysjostad.se/inenglish/pdf/HS%20komb%20eng%20dec%202008.pdf>
 consultado a 6 de Janeiro de 2013
 Hammarby Sjöstad - A Unique Environmental Project in Stockholm. Consultado a 18 de Julho de 2012 em http://www.hammarbysjostad.se/inenglish/pdf/HS_miljo_bok_eng_ny.pdf
 Hammarby Sjöstad - The Best Environmental Solutions in Stockholm em
http://www.hammarbysjostad.se/inenglish/pdf/Best_env_eng.pdf HELLSTRÖM, Mats (2005).
 Urban Sustainable Development in St. consultado a 18 de Julho de 2012
http://bairrodaboavista-lisboa.blogspot.pt/p/historia-do-bairro_14.html e Programa de Candidatura
 do PRO Lisboa, consulta feita em 16 de Outubro de 2010
http://bairrodaboavista-lisboa.blogspot.pt/p/historia-do-bairro_14.html
<http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-6913.html>
<http://b-on.pt>
<http://conceito.de/ecologia#ixzz3HYVqGY00>
http://ec.europa.eu/employment_social/empl_portal/SSRinEU/Your%20social%20security%20rights%20in%20Norway_pt.pdf
<http://ec.europa.eu/environment/eia/home.htm>
http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Housing_statistics/pt
http://en.wikipedia.org/wiki/Municipal_services
http://en.wikipedia.org/wiki/Municipal_services
http://en.wikipedia.org/wiki/Social_care_in_the_United_Kingdom
http://es.wikipedia.org/wiki/Estado_del_bienestar
<http://ethisphere.com/2020-global-sustainability-centers/>
<http://eur-lex.europa.eu/pt/legis/index.htm>
<http://europa.eu/citizens-2013/pt/about/your-eu-rights> consulta feita em em 2012.01.20
http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/treaties_eec_pt.htm consulta
 feita em 25-6-2010
http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/treaties_eec_pt.htm
http://fr.wikipedia.org/wiki/Action_sociale_en_France
<http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1241813732P7eEM3zw5Vy23DV7.pdf>
<http://hdl.handle.net/10045/5870>
<http://leonardoboff.com/site/vista/outros/ecologia-social.htm>
<http://noticias.uol.com.br/ultnot/afp/2005/10/24/ult34u138826.jhtm> consultado em 25/08/2011
<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/comissao-stiglitz-sen-fitoussi-pib-489751.shtml> Consulta feita em 25-6-2011
<http://pt.scribd.com/doc/46954783/LEED-ND- apenas>
http://pt.wikipedia.org/wiki/Clube_de_Roma
<http://siddamb.apambiente.pt/publico>

http://sklinternational.se/wordpress/wp-content/uploads/2012/09/SCA_full-version_light-120822.pdf

<http://thegreenvision.wordpress.com>

<http://uece.br/laboece/dmdocuments/aula-02-introducao-a-ecologia.pdf>

<http://www.ambienteonline.pt/detalhes.php?id=7510>) consulta feita em 2012.09.09

<http://www.apambiente.pt/>

http://www.apambiente.pt/listas/Documents/Legislação/Leg%20Nacional_24Junho%202011.pdf

<http://www.apambiente.pt/Paginas/default.aspx>

<http://www.brasileirosnaholanda.com/guia/habit.htm>

<http://www.breeam.org>

<http://www.camarasverdes.pt/tema-especial/442-cidades-sustentaveis-as-cidades-dofuturo.html>

http://www.carbonverde.pt/news_detail.php?lang=0&id_channel=2&id_page=2&id=72 4.2.2012

http://www.catalisa.org.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=30&Itemid=59

<http://www.ces.fas.harvard.edu/conferences/nordic/papers/Sapir.pdf>)

<http://www.cidadesdobrasil.com.br>

<http://www.cienciahoje.pt>

<http://www.cienciaviva.pt/rede/urban/materiais/cidadeseuropaiassustentaveis.pdf>

<http://www.cityindicators.org/> 174

<http://www.clubofrome.org/?p=4764> consulta feita em 2011-06.25

<http://www.cm-barreiro.pt/pages/460> consulta feita em 2014.11.27

<http://www.dre.pt/>

<http://www.ebah.pt/content/ABAAAemaUAI/ep-a-b-ecologia-hoje>

<http://www.ecocitybuilders.org/>

http://www.ecologizar.com.br/docs/01_as_ciencias_ecologicas.pdf - As ciências ecológicas
Mauricio Andrés Ribeiro

<http://www.eurofound.europa.eu/areas/socialprotection/casestudies/italy.htm>

http://www.europarl.europa.eu/workingpapers/soci/w13/summary_pt.htm

http://www.europarl.europa.eu/workingpapers/soci/w14/summary_pt.htm

<http://www.freewebs.com/efalousada/cidadaniaeempregabilidade.htm> consulta feita em 2011.03.22 .

<http://www.freewebs.com/efalousada/cidadaniaeempregabilidade.htm>

<http://www.greensavers.sapo.pt/2014/05/26/12-parques-de-bolso-que-sao-uteis-as-cidadescom-fotos/>

<http://www.hammarbysjostad.se>

<http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php>

<http://www.indracompany.com/pt-br/soluciones-y-servicios/solucion/smart-cities/16451/resumo>

http://www.jauregui.arq.br/sustentabilidade_eco-bairros.html

<http://www.kent.gov.uk/social-care-and-health>

http://www.leonardoboff.com/site/eco/eco_soc.htm

<http://www.monografias.com/trabajos82/corrientes-pedagogicas-contemporaneas/corrientes-pedagogicas-contemporaneas2.shtml>

<http://www.mudancasclimaticas.andi.org.br/node/91>

<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19266401>

<http://www.oecd.org/dataoecd/37/61/47466384.pdf>

<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>
<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/> consulta feita em 25-06-2011
<http://www.parisvoice.com/practical-paris/135-french-social-security-system-explained>
<http://www.pensamentoverde.com.br/cidades-sustentaveis/conheca-eco-bairro-londres-recicla-agua-nao-polui-ar/>
http://www.polis.maotdr.gov.pt/estrut_prog.html
http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/ihru/pt/ihru/docs/hru/Políticas_Austria.pdf
<http://www.povt.qren.pt/>
<http://www.qren.pt/>
http://www.qren.pt/np4/file/1590/2_PO_Lisboa_2007.pdf Acedido em 2011.11.23
<http://www.regeneracaourbana.cip.org.pt/?lang=pt&page=projecto/projecto.jsp>
<http://www.scie-socialcareonline.org.uk/repository/fulltext/0060825.pdf>
<http://www.smartercitieschallenge.org/>
<http://www.sscml.pt/internet/index.php?id=area-social> Acedido em em 2015.07.11
<http://www.sweden.gov.se/sb/d/15568/a/182986>
<http://www.sweden.se/eng/Home/Society/Sustainability/Reading/Hammarby-Sjostad---living-green-in-central-Stockholm/>
<http://www.unric.org/pt/objectivos-de-desenvolvimento-do-milenio-actualidade>
<http://www4.seg-social.pt/a-rede-social> Acedido em 2015.03.21
<https://colectivolibertarioevora.wordpress.com/2015/07/03/chomsky-as-10-estrategias-de-manipulacao-mediatica/>
<https://www.helsetilsynet.no/no/Norwegian-Board-of-Health-Supervision/Norwegian-Health-and-Social-Services/> Acedido em 2012.07.21
<https://www.iso.org>
<https://www.planning.org/tuesdaysatapa/2014/chicago/oct.htm>
https://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/ihru/pt/ihru/docs/hru/Políticas_Finlandia.pdf Acedido em 2012.07.21
https://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/ihru/pt/ihru/docs/hru/Políticas_Suecia.pdf Acedido em 2012.07.21
https://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/ihru/pt/ihru/docs/hru/Políticas_Italia.pdf Acedido em 2012.07.21
https://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/ihru/pt/ihru/docs/hru/Políticas_Espanha.pdf Acedido em 2012.07.21
https://www5.uva.es/guia_docente/uploads/2011/477/46121/1/Documento4.pdf Acedido em 2013.04.27
Junta de Freguesia de Benfica – www.jf-benfica.pt
www.clubofrome.org
www.oecd.org/env/countryreviews
www.oecd.org/env/countryreviews/portugal
www.oecd.org/env/indicators

ANEXOS

ANEXO 1- QUADRO 1

Quadro 1A – Cronologia das Acções da União Europeia

Década	Ano	Designação	Entidade Responsável	Local	
1940	1948	Convenção que cria a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Seus Recursos (UICN)	UICN	Fontainebleau, França	
	1961	É criada a Organização não Governamental "WorldWide Fund for Nature" (WWF)	WWF	Suíça	
1960	1962	Lançamento do livro "Silent Spring", de Rachel Carson		EUA	
	1968	Conferência Intergovernamental sobre o Uso e a Conservação da Biosfera	UNESCO	Paris, França	
1970	1970	Aprovada a <u>directiva</u> do Conselho "relativa às medidas a tomar contra a poluição do ar pelas emissões provenientes dos veículos a motor"	União Europeia		
		Promulgada a lei nacional de ambiente; "National Environment Policy Act" (NEPA)	Congresso	EUA	
	1971	Criação da "Greenpeace"		Canadá	
	1972	Relatório Meadows	Clube de Roma	Roma	
	1972	Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano	Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA)	Estocolmo, Suécia	
	1973	1º Programa de Acção da Comunidade em matéria de Ambiente	União Europeia		
		1º Choque Petrolífero			
			Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção (CITES) / "Cimeira de Washington" [en]		Washington, EUA
	1979	Convenção sobre poluição atmosférica transfronteiriça de longa distância	CEE/ONU		
		2º Choque Petrolífero			
1980	1982	Publicação da "Carta Mundial da Natureza"	Organização das Nações Unidas (ONU)		
	1984	Desastre industrial em Fábrica de químicos	Union Carbide India Limited	Bhopal, Índia	
	1985	Descoberto o buraco da camada de ozono	British Antarctic Survey Station	Antárctida	
		Convenção de Viena para a Protecção da Camada de Ozono	PNUA	Viena, Áustria	
		Criação da <u>Quercus</u> - Associação Nacional de Conservação da Natureza	Braga	Portugal	
	1986	Acidente nuclear de Chernobyl		Central Nuclear de Chernobyl, Ucrânia	
		Convenção de Notificação Rápida em Caso de um Acidente Nuclear ou Emergência Radiológica	Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA)	Viena, Áustria	
	1987	Relatório Brundtland; "O Nosso Futuro Comum"	ONU-Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento		
		"Protocolo de Montreal" Relativo às Substâncias que Empobrecem a Camada de Ozono	ONU	Montreal, Canadá	
	1988	É criado o "Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC[en]) da ONU"	ONU-PNUA/WMO		
1989	É criada a "Global Climate Coalition" em oposição ao IPCC		EUA		
	Convenção sobre o Movimento Transfronteiriço de Resíduos Perigosos e sua Eliminação/ ("Convenção de Basileia")	ONU (PNUA)	Basileia, Suíça		
1990	1991	Convenção Sobre a Avaliação do Impacte Ambiental num Contexto Transfronteiriço de 25 de Fev./ ("Convenção Espoo")	ONU	Espoo, Finlândia	
	1992	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro. Ficou conhecida como "Cimeira da Terra", "Conferência do Rio" ou "ECO-92"	ONU	Rio de Janeiro, Brasil	
		Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas			

	(CQNUAC) - Documento emanado da Conferência do Rio		
	Agenda 21 - Documento emanado da Conferência do Rio		
	"Tratado de Maastricht" (Tratado da União Europeia-TUE): Ambiente torna-se política comunitária	União Europeia	Maastricht, Holanda
1994	É criada a Agência Europeia do Ambiente (AEA) e também a "Rede Europeia de Informação e de Observação do Ambiente" (Eionet)	União Europeia	Copenhaga, Dinamarca
	Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis - resultou na "Carta de Aalborg" ou "Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade".	União Europeia	Aalborg, Dinamarca
1995	Conferência das Nações Unidas - COP 1 (Conference of the Parties)	ONU	Berlim, Alemanha
1997	Protocolo de Quioto: Discussão e abertura para assinaturas	ONU	Quioto, Japão
	Tratado de Amsterdão - Conceito de Desenvolvimento Sustentável	Amsterdão	União Europeia
	Sessão Especial da Assembleia-geral das Nações Unidas - Avaliar o estado do cumprimento dos compromissos assumidos na Cimeira da Terra (RIO+5)	ONU	Nova Iorque, EUA
	Primeiro Fórum Mundial da Água	Conselho Mundial da Água	Marraxexe, Marrocos
1998	Convenção relativa ao Procedimento de Prévia Informação e Consentimento para determinados Produtos Químicos e Pesticidas Perigosos no Comércio Internacional	ONU-PNUA	Roterdão, Países Baixos
1999	Naufrágio do petroleiro "Erika"	TOTAL	França
2000	Março: pacote de medidas "ERIKA I" [en]	Comunicação do Conselho e do Parlamento - UE	
	Dezembro: pacote de medidas "ERIKA II" [en]		
	Declaração do Milénio - "Objectivos de Desenvolvimento do Milénio"	ONU	Nova Iorque, EUA
	Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) [en]	Administração da Convenção: PNUA	Estocolmo, Suécia
	Reg. Europeu e do Conselho nº 1655/2000/CE de 17-11-2000	Parlamento Europeu	Estrasburgo
	Reg. Europeu e do Conselho nº 2493/2000/CE de 07-07-2000	Parlamento Europeu	Estrasburgo
2002	Naufrágio do petroleiro "Prestige"	Mare Shipping Inc.	Galiza, Espanha
	É criada a Agência Europeia de Segurança Marítima (EMSA)	União Europeia	Lisboa, Portugal
	Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável / "Cimeira de Joanesburgo" (Rio+10)	ONU	Joanesburgo, África do Sul
	6º Programa de Acção em Matéria de Ambiente (2002-2012); "Ambiente 2010: o nosso futuro, a nossa escolha".	Comissão Europeia	
2003	Programa "Energia Inteligente - Europa" [en]	Comissão Europeia	
	Directiva relativa à "criação de um regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa na Comunidade"	Conselho e Parlamento Europeu - UE	
	Bolsa do Clima de Chicago	Chicago Climate Exchange (CCX)	Chicago, EUA
2004	Plano Nacional das Alterações Climáticas (PNAC)	Governo Português	Portugal
2005	Entrada em vigor do Protocolo de Quioto	ONU	
	Mercado de Carbono "European Union Trading Scheme" (EU-ETS) - Comércio Europeu de Licenças de Emissão	União Europeia	
	Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão 2005-2007 (PNALE I)	Governo Português	Portugal
	Revisão de 2005 da Estratégia UE do Desenvolvimento sustentável – sobre a comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento em favor do desenvolvimento sustentável: Primeiro balanço e orientações para o futuro	Comissão Europeia	Bruxelas
	Parecer do Comité Económico e Social nº 2005/C267/04 de 11-05-2005 sobre o papel do desenvolvimento sustentável nas próximas perspectivas financeiras	Comité Económico e Social	Bruxelas
	Parecer do Comité das Regiões nº 2006/C81/08 de 12-10-2005 sobre a Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu – Revisão 2005 da estratégia da UE em favor do desenvolvimento sustentável: Primeiro balanço e orientações para o futuro	Comité das Regiões	
2006	Livro Verde: "Estratégia europeia para uma energia sustentável, competitiva e segura"	Comissão Europeia	Bruxelas

	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2005 - 2015 (ENDS)		Portugal
	Apresentação do Relatório Stern	Encomendado pelo Governo Britânico a Nicholas Stern	Londres, Reino Unido
	Prémio Nobel da Paz: atribuído a Al Gore e ao Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas da ONU (IPCC)	Fundação Nobel	
	Parecer do Com. Económico Social nº2006/C 195/08 de 17-05-2006 Sobre a comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre o reexame da Estratégia em favor do Desenvolvimento Sustentável – Uma plataforma de acção COM (2005) 658 final	Comité Económico Social	Bruxelas
	Parecer do Com. Económico Social nº2006/C 318/15 de 23-12-2006 sobre a comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu relativa a uma estratégia temática sobre ambiente urbano COM (2005) 718 final – SEC (2006) 16	Comité Económico Social	Bruxelas
2007	União Europeia assume luta contra alterações climáticas como prioridade: Aprova objectivos «20-20-20»	Conselho Europeu da Primavera	Bruxelas, Bélgica
2008	Portugal Eficiência 2015: Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética	Governo Português	Portugal
	Petróleo ultrapassa a barreira dos 150 dólares por barril		
	14ª Conferência das Partes (COP 14) da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas	ONU	Poznan, Polónia
	Parecer do Comité Económico e Social nº 2008/C 120/04 de 13-12-2007 sobre o “Livro Verde sobre instrumentos de mercado para fins da política ambiental e de políticas conexas” COM (2007) 140 final – SEC (2007) 388	Comité Económico e Social	Bruxelas
2009	<u>Pacto dos Autarcas</u>	União Europeia	Bruxelas, Bélgica
	5º Fórum Mundial da Água: "Unindo as Divisões da Água" (16-22 Março)	Conselho Mundial da Água	Istambul, Turquia
	"Reforçar a segurança energética da União" e "Preparar a Conferência de Copenhaga sobre as alterações climáticas" (<u>Título II</u>)	Conselho Europeu da Primavera	Bruxelas, Bélgica
	Conferência das Nações Unidas de Copenhaga (COP 15) - 7 a 18 Dezembro	ONU	Copenhaga, Dinamarca
2010	Resolução do Parlamento Europeu nº 2010/C67 E/08 de 04-02-2009 sobre “2050 – O futuro começa hoje” – Recomendações com vista a uma futura política integrada da UE	Parlamento Europeu	Estrasburgo
	16ª Conferência das Partes (COP 16) da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas - 29 de Novembro a 10 de Dezembro	ONU	Cancún, México
	Resolução do Parlamento Europeu nº 2011/C81 E/21 – Livro Branco da Comissão intitulado: Adaptação às alterações climáticas para um quadro europeu de 06-05-2010	Parlamento Europeu	Estrasburgo

Fonte: *Euro-Lex* e <http://ec.europa.eu/environment/eia/home.htm>

ANEXO 2 – QUADRO 2A

Quadro 2A - Principal Legislação Nacional de Ambiente

Lei n.º 11/87	Lei de Bases do Ambiente
Resol. Cons. Min. n.º 38/95	Plano Nacional da Política de Ambiente
Lei n.º65/93	Acesso à informação sobre Ambiente
Lei n.º 10/87	Lei das Associações de Defesa do Ambiente
Decreto-Lei n.º74/90	Normas da qualidade da água
Decreto-Lei n.º45/94	Regula o Planeamento dos recursos hídricos
Decreto-Lei n.º46/94 Decreto-Lei n.º47/94	Regime de licenciamento (utilização do Domínio público hídrico) Estabelecimento de taxas de utilização
Decreto-Lei n.º379/93 e Decreto-Lei n.º319/94 e Decreto-Lei n.º25/95	Permitem e regulam o acesso dos privados à captação, tratamento e rejeição de efluentes, bem como o abastecimento de águas de consumo.
Decreto-Lei n.º352/90	Regula a Qualidade do ar
Portaria n.º1058/94	Fixa os valores-limite e valores guia para diversos poluentes
Portaria n.º125/97	Reduz os valores-limite de emissão dos principais poluentes
Decreto-Lei n.º251/87	Aprova o Regulamento Geral sobre o ruído
Decreto-Lei n.º488/85	Classificação e normas de gestão dos resíduos em geral
Despacho n.º16/90	Tratamento dos resíduos hospitalares
Decreto-Lei n.º310/95	Lei dos resíduos - regras a que fica sujeita a gestão dos resíduos
Portaria n.º189/95	Aprova o mapa de registo de resíduos industriais
Portaria n.º313/96	Regras de funcionamento para as embalagens reutilizáveis
Portaria n.º174/97	Regras para tratar os resíduos perigosos hospitalares
Portaria n.º178/97	Mapas obrigatórios de resíduos hospitalares
Decreto-Lei n.º172/88	Protecção do montado de sobro
Decreto-Lei n.º174/88	Obrigatoriedade de manifestar o corte de ou arranque de árvores
Decreto-Lei n.º175/88	Obrigatoriedade de autorização oficial para plantações de eucaliptos com mais de 50 ha de contínuo
Decreto-Lei n.º139/88 e Decreto-Lei 180/89	Rearborização de áreas aridas
Decreto-Lei n.º327/90	Proibição, pelo prazo de 10 anos, de construcções e alterações do coberto original de áreas aridas
Decreto-Lei n.º33/96	Lei de Bases da Política Florestal
Decreto-Lei n.º19/93	Estabelece as normas das áreas protegidas
Resol. Cons. Min. n.º102/96	Integração de políticas sectoriais nas Áreas Protegidas, considerando-as áreas prioritárias de investimento
Decreto-Lei n.º186/90 e Decreto Regulamentar n.º38/90	Obrigatoriedade da elaboração dos estudos de Impacte Ambiental (EIA) para grandes projectos
Decreto-Lei n.º176-A/88	Planos Regionais de Ordenamento do Território
Decreto-Lei 367/90	Revê Decreto-Lei anterior
Disp. Conj. n.º 94	Regime de excessão aos PROT para os empreendimentos turísticos estruturantes
Decreto-Lei n.º196/89	Define as áreas de reserva Agrícola Nacional (RAN)

Decreto-Lei n.º274/92	Aplicação da RAN aos PDM
Decreto-Lei n.º68/90	Planos Municipais de Ordenamento de Território (PDM, PGU e PP)
Decreto-Lei n.º93/90	Define as áreas de Reserva Ecológica Nacional (REN)
Decreto-Lei n.º213/92	Aplicação da REN aos PDM
Decreto-Lei n.º309/93	POOC - Planos de Ordenamento da Orla Costeira
Decreto-Lei n.º302/90	Regime de gestão urbanística do litoral
Resolução do Conselho de Ministros nº 26/2000, de 15 de Maio	Aprova o Programa Polis – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades
Resolução nº 58/2000 (2ª série), de 16 de Maio	Aprova a estrutura orgânica do Programa Polis
Decreto-Lei nº 119/2000, de 4 de Julho	Aprova as medidas com vista a salvaguardar as execuções das intervenções previstas no âmbito do Programa Polis.
Lei n.º 18/2000, de 10 de Agosto	Autoriza o Governo a criar o regime excepcional aplicável às sociedades gestoras das intervenções previstas no Programa Polis.
Decreto-Lei n.º 314/2000, de 2 de Dezembro	Estabelece o regime excepcional aplicável às sociedades gestoras das intervenções previstas no Programa Polis.
Decreto-Lei n.º 319/2000, de 14 de Dezembro	Altera o anexo do D.L. n.º 119/2000, de 4 de Julho, que aprovou as medidas preventivas com vista a salvaguardar as execuções das intervenções previstas no âmbito do Programa Polis (são acrescentadas as plantas relativas às cidades de Vila Real, Bragança, Covilhã, Guarda, Aveiro, Beja e Albufeira e substituídas as plantas relativas às cidades de Castelo Branco e Leiria e à vila de Aqualva-Cacém)
Despacho Normativo n.º 45-A/2000, de 21 de Dezembro	Autoriza a DGOTDU a realizar Contratos-Programa com os municípios para a promoção do desenvolvimento económico dos núcleos urbanos, tendo como base a sua requalificação urbanística e ambiental.
Decreto-Lei n.º 330/2000, de 27 de Dezembro	Extingue as concessões e os direitos de uso privativo de bens dominiais nas zonas de intervenção do Programa Polis e desafecta do domínio público esses mesmos bens.
Decreto-Lei n.º 203-B/2001, de 24 de Julho	Altera o anexo ao DL n.º 119/2000, de 4 de Julho, que aprova as medidas preventivas com vista a salvaguardar as execuções das intervenções previstas no âmbito do Programa Polis (são substituídas as plantas relativas às cidades de Aveiro, Coimbra, Covilhã, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia e Viseu).
Despacho n.º 17 720/2001 (2ª série), de 23 de Agosto	Regulamento medida 2.1 . “Melhoria do Ambiente Urbano” do Programa Operacional do Ambiente .
Decreto-Lei n.º 251/2001, de 21 de Setembro	Altera o anexo ao DL n.º 119/2000, de 4 de Julho, que aprova as medidas preventivas com vista a salvaguardar as execuções das intervenções previstas no âmbito do Programa Polis (são substituídas as plantas relativas à zona de intervenção de Almada-Costa da Caparica).
Decreto-Lei n.º 318/2001, de 10 de Dezembro	Altera o anexo ao DL n.º 119/2000, de 4 de Julho, que aprova as medidas preventivas com vista a salvaguardar as execuções das intervenções previstas no âmbito do Programa Polis (é acrescentada a planta relativa à zona de intervenção de Setúbal).
Decreto-Lei n.º 103/2002, de 12 de Abril	Altera o anexo ao DL n.º 119/2000, de 4 de Julho, que aprova as medidas preventivas com vista a salvaguardar as execuções das intervenções previstas no âmbito do Programa Polis (são substituídas as plantas relativas às zonas de intervenção de Aveiro e da Guarda e são acrescentadas as plantas relativas às zonas de intervenção de Chaves, Portalegre, Silves e Tomar).
Decreto-Lei n.º 212/2002, de 17 de Outubro	Prorroga, pelo prazo de um ano, as medidas preventivas previstas no Decreto-Lei n.º 119/2000, de 4 de Julho, que aprova as medidas preventivas com vista a salvaguardar as execuções das intervenções previstas no âmbito do Programa Polis. (relativamente às zonas de intervenção de Almada, Castelo Branco, Coimbra, Leiria, Matosinhos, Sintra-Cacém, Vila Nova de Gaia, Viseu, Viana do Castelo e Vila do Conde).
Decreto-Lei nº 314/2002, de 23 de Dezembro	Prorroga pelo prazo de um ano as medidas preventivas previstas no Decreto-Lei n.º 119/2000, de 4 de Julho, relativamente às zonas de intervenção de Vila Real, Bragança, Covilhã, Guarda, Aveiro, Beja e Albufeira, no âmbito do Programa Polis.
Decreto-Lei nº 161/2004, de 2 de Julho	Altera pela oitava vez o Decreto-Lei n.º 119/2000, de 4 de Julho, que aprova as medidas preventivas com vista a salvaguardar as execuções das intervenções previstas no âmbito do Programa POLIS, no respeitante à zona de intervenção de Almada-Costa da Caparica. Altera a delimitação da zona de intervenção do Prog. Polis na Costa de Caparica, substituindo as respectivas plantas.

Decreto-Lei n.º 198/2004, de 17 de Agosto	Prorroga, pelo prazo de um ano, as medidas preventivas previstas no Decreto-Lei n.º 119/2000, de 4 de Julho, que aprova as medidas preventivas com vista a salvaguardar as execuções das intervenções previstas no âmbito do Programa Polis relativamente às zonas de intervenção de Setúbal, Chaves, Portalegre, Silves e Tomar
Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho n.º 2493/2000/CE de 07-11-2000	Aprova as orientações fundamentais para elaboração do Quadro de Referência Estratégico Nacional e programas operacionais para o período de 2007-2013
Decreto n.º 7/2002 de 25-03-2002	Aprova o Protocolo de Quioto à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, assinado em Nova Iorque em 29 de Abril de 1998.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2006 de 10-03-2006	Aprova as orientações fundamentais para elaboração do Quadro de Referência Estratégico Nacional e programas operacionais para o período de 2007-2013
Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007 de 20-08-2007	Aprova a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável - 2015 (ENDS) e o respectivo Plano de Implementação, incluindo os indicadores de monitorização (PIENDS).
Lei n.º 41/2008 de 13-08-2008	Grandes Opções do Plano para 2009 Chama-se a atenção para a eventual relevância da inclusão do diploma no sistema devido à 3.ª Opção: “Melhorar a Qualidade de Vida e Reforçar a Coesão Territorial num Quadro sustentável de Desenvolvimento”, pág. 5574 e seguintes.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2009 de 08-09-2009	Aprova a Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira
Decreto-Lei n.º 244/2009 de 22-09-2009	Constitui a sociedade Polis Litoral Sudoeste - Sociedade para a Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, S. A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que tem por objecto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar no âmbito do Polis Litoral Sudoeste - Operação Integrada de Requalificação e Valorização do Litoral Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina
Despacho n.º 2316/2011, de 1 de Fevereiro (2ª série), MAOT	Criação do grupo operacional do MAOT que tem por missão a operacionalização da Estratégia Nacional do Desenvolvimento Sustentável (ENDS).
Aviso n.º 3366/2011, de 1 de Fevereiro (2ª série), da Agência Portuguesa do Ambiente	Lista das organizações não-governamentais de ambiente (ONGA) e equiparadas até 31 de Dezembro de 2010.
Aviso n.º 7688/2011, de 28 de Março (2ª série), da Agência Port. do Ambiente	Lista das organizações não-governamentais de ambiente (ONGA) e equiparadas até 31 de Dezembro de 2010
Decreto - Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro	
Decreto-lei n.º 47/2014, de 24 de março	

Fonte: http://www.polis.maotdr.gov.pt/estrut_prog.html e <http://www.apambiente.pt/Paginas/default.aspx>

ANEXO 3 - CRONOLOGIA DAS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO EM PORTUGAL E NA EUROPA

ANEXO 4 - QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO

Este questionário destina-se a recolher informação para a tese de doutoramento com o título “Serviço Social e Ambiente – a sustentabilidade ecológica das comunidades socialmente vulneráveis” com o objectivo de perceber a percepção dos moradores do bairros Quinta da Mina – Barreiro e Boavista – Lisboa sobre o projecto Eco-bairro e as questões ambientais. Toda a informação recolhida é anónima e confidencial.

I- Caracterização sócio-demográfica dos inquiridos

1) Idade _____

- 2) Sexo 1 Masculino
 2 Feminino

3) Estado civil

- 1 Solteira
2 Casada
3 Divorciada
4 Viúva

4) Composição do agregado familiar

- 1 Vive com os pais e/ou irmãos
2 Vive Sozinho
3 Vive com o cônjuge e filhos
4 Vive com cônjuge
5 Vive só com filhos
6 Outra situação. Qual? _____

5) Número de filhos Idades __ / __ / __ / __ /

6) Habilitações Literárias

- 1 Não tem
2 1º ciclo
3 2º ciclo
4 3º ciclo
5 Curso Profissional
6 Licenciatura
7 Outra. Qual? _____

7) Situação perante o trabalho

- 1 Estudante
2 Trabalhador/a – Estudante

- 3 Trabalhador por conta de outrém
- 4 Trabalhador por conta própria
- 5 Desempregado
- 4 Reformado
- 6 Outra. Qual? _____

8) Há quanto tempo vive no Bairro? _____ anos

9) Porque motivos se mudou ou vive no Bairro?

- 1 Nasceu no Bairro e sempre viveu aqui
- 2 Não tinha condições
- 3 Foi realojado
- 4 Gosta do Bairro
- 5 Vive com familiares
- 4 Emigrou e veio para o Bairro
- 6 Outra. Qual? _____

10) Tem conhecimento do projecto de Regeneração do Bairro (eco-bairro)?

- 1 Sim
- 2 Não

11) Concorda?

- 1 Concordo totalmente
- 2 Concordo
- 3 Sem opinião
- 4 Discordo
- 5 Discordo totalmente

II – Percepção dos moradores do bairro sobre o projecto eco-bairro e questões ambientais

Meio ambiente¹⁰⁰ é o conjunto de componentes físicos, químicos, biológicos e sociais capazes de causar efeitos diretos ou indiretos, num prazo curto ou longo, sobre os seres vivos e as atividades humanas, ou seja meio ambiente envolve as coisas vivas e não vivas que ocorrem no planeta Terra e afectam a vida dos humanos e outros seres vivos. A sustentabilidade ambiental e ecológica é a manutenção do meio ambiente do planeta Terra, é manter a qualidade de vida, manter o meio ambiente em harmonia com as pessoas. É cuidar para não poluir a água, separar o lixo, evitar desastres ecológicos, como queimadas/incêndios. O próprio conceito de sustentabilidade é para longo prazo, significa cuidar de todo o sistema, para que as gerações futuras possam aproveitar.

12) Existem problemas do meio ambiente no Bairro?

¹⁰⁰ Adaptado das Nações Unidas - <http://www.significados.com.br/meio-ambiente> - consultado em 30/062013

- 1 Sim
- 2 Não
- 3 Não sabe

13) Se sim, quais?

- 1 Lixo
- 2 Ruas mal pavimentadas
- 3 Rede de esgotos (falta)
- 4 Rede Electrica
- 5 Poluição do ar
- 6 Poluição sonora (barulho)
- 7 Segurança
- 8 Saúde
- 9 Infraestruturas
- 10 Drogas/alcool
- 11 Saneamento Básico
- 12 Educação ambiental
- 13 Espaços verdes
- 14 Outros. Quais? _____

14) Como os caracteriza:

- 1 Muito graves
- 2 Graves
- 3 Pouco graves
- 4 Muito pouco graves
- 5 Nada graves

15) Pensa nas questões ambientais?

- 1 Sim
- 2 Não

16) Se sim, quais?

- 1 Vandalismo
- 2 Ruas mal pavimentadas
- 3 Tratamento de esgotos
- 4 Poupança de energia (electricidade, água, gás, etc)
- 5 Poluição do ar (transportes, bicicleta ou andar a pé)
- 6 Poluição sonora (barulho)
- 7 Higiene
- 8 Má administração municipal
- 9 Segurança
- 10 Reciclagem do Lixo
- 11 Saneamento Básico
- 12 Educação ambiental
- 13 Outros. Quais? _____

17) Considera a falta de preocupação com o ambiente uma questão??

- 1 Muito grave
- 2 Grave
- 3 Pouco grave
- 4 Muito pouco grave
- 5 Nada grave

18) Considera que os comportamentos negligentes devem ser uma preocupação de todos?

- 1 Sim
- 2 Não

19) Na sua opinião o que deve ser feito?

20) Que tipo de formas de participação já desenvolveu no seu bairro?

- 1 Associação de moradores
- 2 Conselho participativo
- 3 Trabalho comunitário
- 4 Promoção de eventos
- 5 Manutenção de espaços comuns
- 6 Limpeza
- 7 Educação ambiental
- 8 Outros. Quais? _____

21) Gostaria de participar?

- 1 Sim
- 2 Não

22) Se respondeu sim, em quais?

- 1 Associação de moradores
- 2 Conselho participativo
- 3 Trabalho comunitário
- 4 Promoção de eventos
- 5 Manutenção de espaços comuns
- 6 Limpeza
- 7 Educação ambiental
- 8 Outros. Quais? _____

Todo o cidadão pode olhar o seu bairro de forma agradável ou desagradável, neste sentido refiram-se:

23) Motivos que o levam a considerar o Bairro um lugar agradável:

- 1 Vizinhaça
- 2 Amigos
- 3 Localização
- 4 Espaços de convívio/comuns
- 5 Outro. Qual? _____

24) Motivos que o levam a considerar o Bairro um lugar desagradável:

- 1 Vizinhaça
- 2 Insegurança
- 3 Falta de Transportes
- 4 Falta de espaços de convívio
- 5 Outro. Qual? _____

25) Ocupação de Tempos Livres :

- 1 TV
- 2 Rádio
- 3 Ler
- 4 Desporto
- 5 Conviver com os amigos e vizinhos
- 6 Festas e eventos
- 7 Outros. Quais? _____

III – Desenvolvimento Comunitário VS Acção Social

26) Já foi atendido por um técnico (Assistente Social)?

- 1 Sim
- 2 Não

27) Quais as razões que o levaram a pedir apoio?

28) Que tipo de apoio recebeu?

29) Influência da Acção Social no Bairro:

1- Tem muita influência; 2- tem alguma influência; 3 – tem pouca influência; 4 não tem influência alguma; 5 – Não sabe

RSI	1 2 3 4 5
Saúde	1 2 3 4 5
Crianças e Jovens	1 2 3 4 5
Idosos	1 2 3 4 5
Deficientes	1 2 3 4 5
Toxicodependências	1 2 3 4 5
Desemprego	1 2 3 4 5
Famílias Numerosas	1 2 3 4 5

30) Em que tipo de actividades participou organizadas pelo técnico (assistente social)?

31) Quais as suas expectativas em relação ao projecto de regeneração do bairro?

32) Que estaria disposto a fazer para participar?

Obrigado pela sua colaboração

ANEXO 5 – GUIÃO DE ENTREVISTA – ASSISTENTES SOCIAIS

- 1- De acordo com a sua prática profissional como define a intervenção neste bairro identificado como um projecto de eco-bairro?
- 2- Quais as dificuldades que destaca pela sua experiência na implementação deste tipo de bairro?
- 3- Considera que a actual crise económica produz consequências na implementação deste tipo de bairro? Se sim tente explicitar-nos a sua análise e os seus contributos.
- 4- Na sua opinião que alternativas o modelo de eco-bairro pode oferecer para a melhoria da qualidade de vida dos residentes e para a integração social dos mesmos? (governo, município, freguesia, população, família e vizinhos)
- 5- Do seu conhecimento qual o grupo alvo que poderá beneficiar mais do modelo de eco-bairro? (crianças, jovens, idosos, toxicodependentes, alcoólicos, desempregados, deficientes, imigrantes, outros)
- 6- Que entidades têm parceria na intervenção e apoio do bairro e qual a sua opinião no papel que desempenham?
- 7- Dado que é AS num bairro em que se pretende implementar um modelo de eco-bairro, diga-nos as diferenças que identifica no tipo de intervenção desenvolvida pelos diferentes serviços em comparação com a intervenção de um AS noutra tipo de bairro? (saúde, educação, apoio domiciliário, centro de dia, creches)
- 8- Ao nível de organização social e comunitária do bairro como a classifica ao nível ambiental (recolha e tratamento de lixo, saneamento básico – redes de águas e esgotos, rede eléctrica, rede de transportes, vias de circulação, jardins, espaços comuns, valências, relação de vizinhança, segurança (criminalidade, violência doméstica, bullying, drogas etc)
- 9- Como funciona a rede de transportes do bairro? (Estado de conservação das estradas, paragens de autocarro, etc)
- 10- Como funcionam as questões de associativismo e participação da população?
- 11- Qual a relação que estabelece como AS entre Serviço Social/ambiente/eco-bairro, nomeadamente constrangimentos que tem sentido na sua experiência de intervenção (político, institucional, população, colegas, pessoal - dimensões éticas)?

ANEXO 6 – GUIÃO DE ENTREVISTA – DECISORES POLÍTICOS

1. Como se enquadra o projecto de Eco-bairros no plano de desenvolvimento municipal e nas políticas de habitação social?
2. Como define o tipo de intervenção ou tarefas que compete à assistente social promover ao nível de implementação, organização e consolidação desse tipo de projecto?
3. De acordo com a experiência em curso quais são os aspectos positivos e negativos?
4. Na sua opinião que alternativas o modelo de eco-bairro pode oferecer para a sustentabilidade de um bairro/comunidade, nomeadamente as questões das energias como forma de economia social para os residentes e como qualificação do tecido social?
5. Pergunta aberta (deixar à consideração do entrevistado(a) se quer acrescentar mais alguma coisa) ou falar do carácter não evolutivo dos projectos de intervenção urbana e social.

ANEXO 7 – FOTOGRAFIAS DOS BAIRROS INTERNACIONAIS

Hammarby Stojad – Julho de 2012



Hammarby Stojad – Reunião com Erik Freudenthal - Janeiro de 2013



Jarva – Janeiro de 2013



Reunião com Lotta Viden – Câmara de Estocolmo – Janeiro de 2013



ANEXO 8 – QUADROS DE ANÁLISE DE RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO

Quadro IV.21- Caracterização sociodemográfica - Idade

	Média	DP	N
BQM	45.1	14.7	50
BB	48.48	12	81
Total	45.49	16.09	131

Quadro IV.22- Caracterização sociodemográfica - Estado civil

	Total (N=131)		BQM (N=50)		BB (N=81)	
	n	%	n	%	n	%
Divorciado	24	18.32	9	18,00	15	18.52
Viúvo	12	9.16	7	14,00	5	6.17
Casado	56	42.75	23	46,00	33	40.74
Solteiro	39	29.77	11	22,00	28	34.57

Quadro IV.23- Composição do agregado familiar

	Total (N=131)		BQM (N=50)		BB (N=81)	
	n	%	n	%	n	%
Só c/ filhos	22	16.79	10	20.00	12	14.81
Sozinho	21	16.03	4	8.00	17	20.99
Pais e/ou Irmãos	17	12.98	3	6.00	14	17.28
Cônjuge e Filhos	34	25.95	20	40.00	14	17.28
Outra	12	9.92	8	16.00	4	4.94
Só c/ cônjuge	24	18.32	4	8.00	20	24.69

Quadro IV.24- Situação laboral

	Total (N=131)		BQM (N=50)		BB (N=81)	
	n	%	n	%	%	%
Desemprego	51	38.93	36	72.00	15	18.52
Trab. Estudante	4	3.05		-	4	4.94
Estudante	5	3.82	2	4.00	3	3.70
Reformado	22	17.55	3	6.00	19	23.46
Trabalho Conta Própria	6	3.82	3	6.00	3	3.70
Trabalhado Conta Outrem	41	31.3	4	8.00	37	45.68

Outra 2 1.53 2 4.00

Quadro IV.25 - Motivos para morar no Bairro

	Total		BQM		BB	
	n	%	n	%	n	%
Realojamento	49	37.40	34	68.00	15	18,52
Falta de condições	19	14.50	3	6.00	16	19.75
Imigração	5	3.82	1	2.00	4	4,94
Familiares	15	11.45	1	2.00	14	17.28
Gosta	2	1.53	1	2.00	1	1,23
Nasceu no bairro	37	28.24	6	12.00	31	38.27
Outra	4	3.05	4	8.00		

Quadro IV.26 – Existência de problemas ambientais

	Total (N=131)		BB (N=81)		BQM (N=50)	
	n	%	n	%	n	%
Sim	127	96.95	77	95.06	50	100.00
Não	4	3.05	4	4.94	0	0.00

Quadro IV.27 - Sugestões para diminuir comportamentos negligentes (respostas múltiplas)

	Total (N=131)		BQM (N=50)		BB (N=81)	
	n	%	n	%	n	%
Intervenção externa - mais educação, informação e formação	49	37.40	10	20.00	39	48.92
Intervenção externa – acção normativa, polícia, câmara	23	17.55	4	8.00	19	23.45
Limpeza e obras nas casa	17	12.97	10	20.00	7	8.64
Responsabilização dos moradores	13	9.92	2	4.00	11	13.58
Acções genéricas de melhoria	12	9.16	2	13.58	10	12.34
Outras	7	5.34	3	4.93	4	4.93

Quadro IV.28 - Formas de participação desenvolvidas (respostas múltiplas)

	Total (N=131)		BQM (N=50)		BB (N=81)	
	n	%	n	%	n	%
Associação de moradores	47	35.88	4	8.00	43	53.09
Conselho participativo	19	14.50	8	16.00	11	13.58
Trabalho comunitário	31	23.66	5	10,00	26	32.09
Promoção de eventos	24	18.32	5	10,00	19	23.46
Manutenção de espaços comuns	31	23.66	6	12,00	25	30.86
Limpeza	43	32.82	20	40,00	23	28.40
Educação ambiental	21	16.03	0	0.00	21	25.93
Outros	15	11.45	2	4,00	13	16.05

Quadro IV.29 - Intenção de participação (respostas múltiplas)

Intenção de participação	Total (N=131)		BQM (N=50)		BB (N=81)	
	n	%	n	%	n	%
Associação de moradores	22	16.79	10	20.00	12	14.81
Conselho participativo	37	28.24	5	10.00	32	39.51
Trabalho comunitário	67	51.15	17	34.00	50	61.73
Promoção de eventos	36	27.48	7	14.00	29	35.80
Manutenção de espaços comuns	36	27.48	17	34.00	19	23.46
Limpeza	28	21.37	21	42.00	7	8.64
Educação ambiental	34	25.95	8	16.00	26	32.10
Outros	11	8.40	4	8.00	7	8.64

Quadro IV.30- Motivos para um bairro agradável (respostas múltiplas)

Global	Total (N=131)		BQM (N=50)		BB (N=81)	
	n	%	n	%	n	%
Vizinhança	50	38.17	20	40,00	30	37.04
Amigos	94	71.76	35	70,00	59	72.84
Localização	58	44.28	18	36,00	40	49.38
Espaços de convívio/comuns	25	19.08	7	14,00	18	22.22
Outro	6	4.58	6	12,00	0	0.00

Quadro IV.31- Motivos para um bairro desagradável (respostas múltiplas)

	Total (N=131)		BQM (N=50)		BB (N=81)	
	n	%	n	%	n	%
Vizinhança	35	26.72	17	34,00	18	22.22
Insegurança	56	42.75	10	20,00	46	56.79
Falta de transportes	9	6.87	4	8,00	5	6.17
Espaços de convívio/comuns	47	35.88	22	44,00	25	30.86
Outro	22	16.79	17	34,00	5	6.17

Quadro IV.32- Razões de pedidos de apoio a Assistente Social

	Total (N=131)		BQM (N=50)		BB (N=81)	
	n	%	n	%	n	%
RSI	20	15.27	19	38.00	1	1.23
Apoio alimentar	9	6.87			8	9.87
Desemprego	7	5.34	6	12.00	1	6.66
Habitação	6	4.58	5	10.00	1	11.76
Saúde	3	2.29	2	4.00	1	6.66
Outros	6	4.58	3	6.00	3	20.00

Quadro IV.33- Tipo de apoio recebido

Apoio recebido	Total (N=131)		BQM (N=50)		BB (N=81)	
	n	%	n	%	n	%
RSI	16	12.21	15	30.00	1	1.23
Nenhum apoio	12	9.16	9	18.00	4	4.93
Apoio alimentar	7	5.34	1	2.00	4	4.93
A aguardar	7	5.34	5	10.00	2	2.46
Outros	7	5.34	4	8.00	3	3.70

Quadro IV.34- Disposição para participar na regeneração do bairro

	Total (N=131)		BQM (N=50)		BB (N=81)	
	n	%	n	%	n	%
Intenção genérica de participação (e.g., “ajudo no que for necessário”)	65	49.61	23	46.00	47	58.02
Limpezas e manutenção de espaços comuns	16	12.21	8	16.00	4	4.93
Intenção de não participação (e.g., “ Só depois de me fazerem obras nas casas”)	8	6.10	4	8.00	3	3.70

ANEXO 9 – GRELHA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

Categorias	Dimensões
Implementação do projeto eco-bairro	Enquadramento do projecto
	Dificuldades na implementação dos projectos
	Impacto da Crise actual na implementação dos projectos
	Impacto na qualidade de vida da população residente
	Impacto na sustentabilidade dos bairros
	Avaliação dos programas implementados
Intervenção no projeto eco-bairro	Tipo de Intervenção e Especificidades
	Papel das parcerias locais na intervenção social
	Constrangimentos à intervenção do assistente social
	Potencialidades à intervenção do Serviço Social
Importância do papel do assistente social na correcção das desigualdades	A prática profissional do Assistente Social
	Relação de Proximidade com os indivíduos
	Competências necessárias para uma prática informada
	Representação dos outros actores sobre o assistente social
	Intervenção social integrada/ participativa
	Intervenção interdisciplinar na prática do assistente social